

CORPOS DISSIDENTES, CORPOS RESISTENTES: Do caos à lama

ORGANIZADORES

Iran Ferreira de Melo,
Natanael Duarte de Azevedo

ISBN: 978-65-86901-06-1



realize
Editora

CONSELHO EDITORIAL

Ariane Rafaela de Freitas - UFRPE

Eduardo Barbuio - UFRPE

Emanuelle Camila Moraes de Melo Albuquerque Lima - UFRPE/UAG

Iêdo de Oliveira Paes - UFRPE

Iran Ferreira de Melo - UFRPE

João Batista Martins de Moraes - UFRPE/UAG

João Luís da Silva - UFPE

Lorena Lima de Moraes - UFRPE

Maria do Socorro De Lima Oliveira - UFRPE

Natanael Duarte de Azevedo - UFRPE

Paloma Pereira Borba Pedrosa - UFRPE

Vicentina Maria Ramires Borba - UFRPE



realize
Editora

Rua Aristides Lobo, 331, Bairro: São José,
Campina Grande - PB, CEP 58400-384

<http://www.editorarealize.com.br> | contato@portalrealize.com.br

Iran Ferreira de Melo
Natanael Duarte de Azevedo

Corpos dissidentes, corpos resistentes: do caos à lama



realize
Editora

2020

Dados Internacionais da Catalogação na Publicação (CIP)

C822 Corpos dissidentes, corpos resistentes: do caos à lama /
 organizadores, Iran Ferreira de Melo, Natanael Duarte de
 Azevedo. - Campina Grande: Realize eventos, 2020. 599 p. :
 il.

ISBN 978-65-86901-06-1

1. Relações de gênero. 2. Gênero - Políticas públicas. 3.
Dissidência sexual. 4. Diversidade sexual. I. Título. II. Melo,
Iran Ferreira de. III. Azevedo, Natanael Duarte de.

21. ed. CDD 305.3

Elaborada por Giulianne M. Pereira CRB 15/714

SUMÁRIO

LINGUÍSTICA QUEER QUE TIRO É ESSE, VIADO? 11-24

IRAN FERREIRA DE MELO

A ESCRITA DA SUBALTERNA: INVISIBILIDADE DA MULHER NEGRA EM A PAIXÃO SEGUNDO G.H., DE CLARICE LISPECTOR 25-43

LUDMILLA CARVALHO FONSECA

A FAMÍLIA E A HETEROSSEXUALIDADE: A PRODUÇÃO DO CU COMO UMA ÁREA ERÓGENA 44-63

THIAGO HENRIQUE DE ALMEIDA CARVALHO, DAVID FERREIRA DE ARAÚJO

A VONTADE DO SABER: A CONSTRUÇÃO DA VISÃO SOBRE A (IN) EXISTÊNCIA DAS PESSOAS TRANS EM SOCIDADE A PARTIR DE UMA ÓTICA FOUCAULTIANA

..... 64-75

ARIANE MOREIRA DE SENNA

AMBIÊNCIA NA BRINQUEDOTECA: O LÚDICO COMO RECURSO DE DESCONSTRUÇÃO DE DESIGUALDADES DE GÊNERO 76-90

VANESSA FERRY DE OLIVEIRA SOARES, ESTEFANE FIRMINO DE OLIVEIRA LIMA, MARIA LAURA BARROS DA ROCHA, LUCIANO DOMINGUES BUENO

ARTICULANDO GÊNERO E RAÇA NA EDUCAÇÃO TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO: O CASO DAS ESTUDANTES DO IFPE-CAMPUS IPOJUCA 91-106

DANIELLE DE FARIAS TAVARES FERREIRA

CONSTRUÇÃO POÉTICA DE IDENTIDADES TRANS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA BIOGRAFIA DE LINIKER 107-122

CRISTIANA KAIPPER DIAS, LEONARDO RAFAEL LEITE DA ROCHA

CORPO CONTRASSEXUAL: ESCRITURAS NA PELE COMO FIGURINO 123-137

TIAGO HERCULANO DA SILVA, NARA SALLES

CORPOS INDÓCEIS: O DISPOSITIVO DRAG KING COMO DISRUPTIVO DO SISTEMA SEXO/GÊNERO 138-153

KEVIN HACLING ALVES GOMES

CURRÍCULOS EM DISPUTA: CORPOS ABJETOS NOS COTIDIANOS ESCOLARES

154-168

DANIEL HENRIQUE DE OLIVEIRA SILVA

DA “CARA” AO MATCH : OS PERCURSOS DIGITAIS DE “PEGAÇÃO” GAY NO TINDER 169-187

FABRÍCIO DE SOUSA SAMPAIO

DAMAS DO SÃO JOÃO: AS EXPERIÊNCIAS DE MULHERES TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NAS/DAS QUADRILHAS JUNINAS NO INTERIOR DO CEARÁ 188-204

THIAGO SILVA DE CASTRO, ANTONIO CRISTIAN SARAIVA PAIVA

DE CASSANDRA RIOS OU DA CENSURA PELO CÂNONE BRASILEIRO 205-220

SHERRY MORGANA JUSTINO DE ALMEIDA

DE QUANDO ATEAR FOGO É ARDER: BREVES NOTAS SOBRE ORGIA E A FICÇÃO CONFESSIONAL 221-236

RENATA PIMENTEL

DISPOSITIVOS DE PRODUÇÃO DO GÊNERO NO PROCESSO PENAL: UM ESTUDO DE CASO 237-254

EMERSON ERIVAN DE ARAÚJO RAMOS

EDUCAÇÃO FÍSICA PARA TODOS E TODAS? 255-269

MARIANA DE OLIVEIRA DUARTE

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E JOVENS MULHERES VULNERÁVEIS: DISCRIMINAÇÃO OU SUPERAÇÃO? 270-285

GLORIA CRISTINA PEREIRA GOMIDES GOMES, RAQUEL QUIRINO

ENSAIO PARA UMA ESCUTA NÃO CISNORMATIVA NA PSICANÁLISE 286-305

JOSÉ STONA

GÊNERO E SEXUALIDADE: DEBATES E EMBATES EDUCACIONAIS 306-321

ERIKA SUYANNE SOUSA SILVA, EVANDRO NOGUEIRA DE OLIVEIRA

GÊNERO EM SOCIEDADES DO SUL GLOBAL: UMA BREVE REVISÃO TEÓRICA 322-338

PRISCILLA BRAGA BELTRAME, MARIA LUIZA PASCHOAL, POLIANA GOULART DA SILVA GONZAGA, MAYZA ALLANI DA SILVA TOLEDO

GÊNERO, DIVERSIDADE E TECNOLOGIAS: EDUCAÇÃO PARA OS CORPOS NAS E PELAS MÍDIAS 339-353

FABIANE FREIRE FRANÇA

IDENTIDADES TRANSGRESSORAS: RELAÇÕES ÉTNICAS ENTRE JOVENS HOMOSSEXUAIS E FAMÍLIAS CRISTÃS 354-366

EVANILDA TELES DOS SANTOS PEDROSA

LÍNGUA E SOCIEDADE: ESTUDOS DAS RELAÇÕES ENTRE PERCEPÇÃO E PRODUÇÃO DA FALA E ORIENTAÇÃO SEXUAL 367-383

EDUARDO BARBUIO, PALOMA PEREIRA BORBA PEDROSA, EMANUELLE CAMILA MORAES DE MELO ALBUQUERQUE LIMA

METASSÍNTESE DO CONCEITO DE ASSEXUALIDADE 384-400

ALANA MADEIRO DE MELO BARBOZA, ADÉLIA AUGUSTA SOUTO DE OLIVEIRA, CAMILA DOS ANJOS FALCÃO, MARIA LAURA BARROS DA ROCHA

SAINDO DO ARMÁRIO, MAS NÃO SAINDO DA NORMA 401-420

EMERSON GRANJA DE ARAÚJO LACERDA

**SAÚDE MENTAL DE PESSOAS TRANSEXUAIS ACOMPANHADAS NO
AMBULATÓRIO TT NO ESTADO DA PARAÍBA 421-436**

IVONEIDE LUCENA PEREIRA, MONARA TOMAZ LEITE, RAYANE EMILLY NEVES VIANA, SANDRA APARECIDA DE ALMEIDA

SER MULHER E PROFESSORA: ENTRE REGULAÇÕES E NEGOCIAÇÕES 437-454

EVA FONSECA SILVA SPÍNOLA, MARCOS LOPES DE SOUZA

**SILENCIAMENTOS: A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, A
VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA MENINAS E O CONTEXTO BRASILEIRO 455-**

469

JOICE DA SILVA BRUM

**SOBRE A DIVERSIDADE DE GÊNERO NA UNIVERSIDADE: UMA REFLEXÃO
NECESSÁRIA PARA UMA FORMAÇÃO DE PROFESSORES MAIS INCLUSIVA 470-**

489

LUDMILA MOTA DE FIGUEIREDO PORTO, MÔNIELLY SILVA DE MEDEIROS

**TRANSMASCULINIDADES E COGESTÃO DOS DADOS ON-LINE: GÊNERO E
SUBJETIVIDADE NO FACEBOOK 510-524**

SÉRGIO RODRIGO DA SILVA FERREIRA

VIOLÊNCIA E CRIMES DE ÓDIO NA ATUALIDADE: LGBT+ EM QUESTÃO. 525-546

MAURO DA SILVA DE CARVALHO

**VIOLÊNCIA SIMBÓLICA DE GÊNERO: ESTUDO COMPARATIVO SOBRE O
AMBIENTE ACADÊMICO EM ESCOLAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA 547-561**

RAQUEL QUIRINO, ELOIZA HELENA GONÇALVES MAIA

“ESPELHOS DA NOITE”: IDENTIDADES VESTIDAS PELO CONTROLE SOCIAL 562-583

562-583

ROSE CLÁUDIA OLIVEIRA DE ANDRADE

**“FERRAVA, MARRAVA NUNHA CORDA E COLOCAVA O FERRO NO FOGO [...]”:
MASCULINIDADE E O DEVIR VAQUEIRO 584-602**

NATANAEL DUARTE DE AZEVEDO, LUCAS GOMES DE MEDEIROS, ARTUR VITOR DE ARAÚJO SANTANA

**“PRA GENTE SAIR DA LAMA E ENFRENTAR OS URUBUS” – NECROPODER E
POLÍTICAS DE RESISTÊNCIA COMO ESTÉTICA E INVENTIVIDADE DE CORPOS
TRANS 603-618**
KUEYLA DE ANDRADE BITENCOURT

PREFÁCIO

Corpos dissidentes, corpos resistentes: do caos à lama

No Brasil, os últimos vinte anos testemunharam um importante curto-circuito na discussão do corpo humano em suas diferentes perspectivas. Novas abordagens sobre esse tema deixaram de se enclausurar em disciplinas e mitos comuns aos campos canônicos de produção do conhecimento e passaram, com um perfil nômade e crítico, a desafiar os estatutos não risomáticos desses centros hegemônicos do saber-poder. Apostas políticas de modelos institucionalizados da intervenção pública, como currículos pedagógicos e legislações, bem como de emergentes modos de vida cotidiana – subjetivações fora do armário e assumidamente (in)submissas –, foram essenciais para uma guinada a outros paradigmas na construção do conhecimento.

O IV Seminário Internacional Desfazendo Gênero, com o tema “Corpos dissidentes, corpos resistentes: do caos à lama”, buscou desbravar essas recentes trilhas, apresentando-se como uma ação que fertilizou, em Recife/Olinda, de 13 a 15 de novembro de 2019, o debate e as inquietações que abrem novos campos de atuação sobre as manifestações da vida. Com uma programação diversa formada por palestras, mesas de debate, simpósios temáticos, exposição de pôsteres acadêmicos, lançamentos de livros e atrações artísticas, consolidou discussões sobre as potencialidades micro e macropolíticas das performatividades de gênero e sexualidade, realizadas em diferentes práticas discursivas e situadas em distintos contextos institucionais que desfazem e refazem matrizes normativas reguladoras das subjetividades e dos desejos.

Pedagogias queer, ativismos de dissidência de gênero e sexualidade, as múltiplas cores dos feminismos, epistemologias queerificadas, políticas do corpo como lugares de ser-fazer desejo, gênero e sexualidade, empregabilidade e acesso da população dissidente sexual e de gênero aos regimes de poder, a decolonialidade por um pensamento dissidentes, os corpos transviados em tempos de ordem e outros temas perigo deram a tônica multifacetada das discussões abordadas na quarta edição do evento. Nesse sentido, percebemos os agenciamentos teórico-políticos necessários para (sobre)vivência desses heteróclitos corpos dissidentes em meio aos anseios de uma construção político-afetiva na busca de tentar organizar o caos para uma (re)existência.

Os últimos anos têm presenciado muitas ações ativistas em prol de pessoas que possuem gênero e sexualidade periféricas. Essa realidade configura uma rede de práticas sociais que revela múltiplas vozes dissonantes em embates que não se restringem ao Direito, à política governamental ou à militância de coletivos LGBTQ+ organizados, mas envolvem todos os setores da vida social, como a família, a escola, as religiões, a mídia, a Saúde e a ciência. O Seminário da quarta edição do Desfazendo Gênero cumpriu também esse papel de transformação na luta social. Seu objetivo, que foi tematizar múltiplas discussões em torno das agruras vividas por pessoas de gênero e sexualidade dissidentes, teve efeito na produção de trocas importantes para novas alianças de resistência e na consolidação das intersubjetividades da população LGBTQ+, tomando como objeto de análise crítica as práticas que subvertem e/ou alargam a heteronormatividade.

Como resultado de todas as discussões presentes no evento, este e-book emerge na qualidade de uma coleção de textos potente, ratificando a pertinência e relevância das ações do Desfazendo Gênero, que se ancoram a diversos processos de visibilização da população periférica de gênero e sexualidade que desestabilizam os imperativos normativos. Ao mesmo tempo em que estes processos são produzidos na relação com a matriz da inteligibilidade cultural, eles também transformam as fronteiras que estabelecem as normalidades forjando outros/novos modos de vida. Sem dúvida, estas práticas compõem cenários interessantes tanto do ponto de vista acadêmico quanto no que condiz ao campo das políticas sociais de educação, saúde, direito etc.

Por tudo isso, é uma satisfação apresentar este material. Temos a certeza de que suas diferentes performatividades escritas e seus agenciamentos aqui trarão desafios de pensar o lugar das alteridades nas relações políticas dos estudos científicos – não apenas na área das Ciências Humanas –, das diversas formas de ativismos e também dos diferentes setores da vida social. Seus capítulos consistem numa exemplar mobilização que se revela na arena da luta pela democratização dos significados de aspectos importantes para a formação cultural e para a garantia de direitos sociais, posto que o problema da exclusão que os grupos abordados aqui sofrem é historicamente multicausal e tem efeitos também de diversas naturezas, estando, assim, longe de ser tão só legal; é, mais do que isso, é um problema ético. Nesse cenário, este e-book é um grande protagonista e certamente é um exercício de lança nas estratégias que incorporaram, entre outras coisas, a difusão de uma linguagem mais inclusiva para

peças LGBT+, a formação de profissionais de educação, o questionamento sobre demandas jurídicas, o esforço pelo controle social da formulação e implementação de políticas públicas entre outras dimensões. Desejamos, portanto, uma boa leitura!

Natanael Duarte de Azevedo

Iran Ferreira de Melo

(Coordenadores do IV Seminário Internacional Desfazendo Gênero)



Linguística Queer

Que tiro é esse, viado?

Iran Ferreira de Melo (UFRPE/NuQueer)

Claro, há quem não abra mão da ideia que os linguistas fariam melhor se seguissem os velhos caminhos, o que significa manter uma distância de todos os temas polêmicos e questões éticas que emergem do seu próprio trabalho. Esperamos que a passagem do tempo e a percepção de nossa limitada relevância ajudem-nos a enxergar para além do véu da ilusão.
(SILVA & RAJAGOPALAN, 2004)

Resumo

Este texto apresenta introdutoriamente o que seria a abordagem hifenada que temos chamado de Linguística Queer. Busco aqui apresentar, de forma panorâmica, a contextualização histórica dessa perspectiva de estudos, atrelando-a aos Estudos Queer, e exponho de maneira sucinta exemplos de objeto de investigação que podemos considerar ser do o escopo dessa abordagem de interface. O principal objetivo é expor de forma simplificada o potencial de estudos da Linguística Queer para a pesquisa dos estudos da linguagem em geral e, em particular, dos estudos que se debruçam sobre a importância da linguagem para a desconstrução de mitos em relação a gênero e sexualidade.

Palavras-chave: linguística, queer, gênero, sexualidade

Breve introdução

Tem sido muito divulgada entre nós a ascensão dos chamados Estudos Queer, aqueles que interrogam as normalizações sociais, especialmente as ligadas às questões de gênero e sexualidade. Também tem sido muito conhecido o quanto essa abordagem de estudos vem influenciando diferentes campos de conhecimento. Eu mesmo, em minhas jornadas por eventos que tratam do assunto já percebi o adjetivo “queer” sendo empregado pelo menos para uns quatro campos diferentes. Não sei se foi numa das edições do evento internacional da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura ou se foi na segunda edição do Seminário Internacional Desfazendo Gênero que eu assisti a uma comunicação apresentando o que conheci como Pedagogia Queer.

- No Ssex Bbox brasileiro de 2017, eu me inscrevi num minicurso sobre Jornalismo Queer.
- Em minhas peregrinações por Recife, tenho me aproximado de uma abordagem chamada Letramento Queer.
- Ao voltar a estudar teatro recentemente fiquei sabendo de uma vertente contemporânea da cena, intitulada Teatro Queer.





Agora aqui venho eu tratando de Linguística Queer. Será que o diacho desse epíteto, “queer”, vai dominar o mundo, minha gente?

Pode ser que você esteja pensando: lá vem mais um professor querer instituir reserva acadêmica com a proposta de criar um campo de atuação de pesquisa. Antes de mais nada, antecipo que essa não é a minha intenção aqui. Os interesses de quem advoga por essa estratégia é demarcar políticas institucionais, que, claro, dentro da lógica neoliberal das universidades, também demarcam aquisição financeira e prestígio social – aos moldes da necessidade de um fazer linguística que se diz científico, como denunciavam, há muito, Harris (1981) e Cameron (1990). Num país tão fragmentado em termos de políticas educacionais e sociais e com o desafio de mudar a sua história agora mais do nunca, entendo que qualquer mecanismo de tomar para si potentes saberes de transformação social – demarcando políticas identitárias de caráter epistêmico – é obsceno demais para um projeto de mundo melhor.

É verdade que venho conversar um pouco a partir de um lugar já muito demarcado dentro das áreas de conhecimento familiares a nós. Falo como professor de Letras e mais especificamente como profissional da Linguística, abordagem que, nesse começo de século, já representa um conjunto imenso de disciplinas, com diferentes recortes de objeto, mas que ainda carrega o ranço – como muitas outras searas científicas – de um tratamento positivista sobre a investigação da vida social e de uma postura conservadora (machista, cis-heteronormativa e racista) por parte da composição de muitos institutos e projetos de pesquisa.

De acordo com Pennycook (2004), a Linguística tradicionalmente impõe a si própria os seguintes limites: a exigência de cientificidade; um paradigma excludente e inflexível; normativismos; falta de autorreflexão. Por isso, este meu lugar de fala e, claro, a representação do que ele significa podem soar como mais um discurso de disciplinarização e encerramento do conhecimento, faces tão opostas à promessa de desenjaular os saberes, pluralizar as ações no mundo e, como nós da Linguística Aplicada gostamos de dizer: mais do que interdisciplinar ou transdisciplinar, uma promessa de INdisciplinar os currículos e as políticas. Nesse sentido, aviso que venho aqui em missão de

- avaliar os limites e os potenciais das diferentes abordagens que dispomos para contribuir com questionamentos sobre as práticas de violência e abjeção dos corpos historicamente marginalizados,
- mas também apresentar algumas possibilidades de intervenção crítica sobre essas práticas.





Não farei isso por meio da exposição de uma disciplina ou de um campo, farei enviesado por uma perspectiva de como linguistas desobedientes podem se comportar diante dos tradicionais estudos da linguagem, seja “fazendo a Linguística” (para aludir a uma fórmula do pajubá); seja DESfazendo a Linguística, como uma maneira – aos moldes do que costumamos dizer – de investigar o escopo da linguagem no processo de manutenção ou mudança social, trabalho ainda marginal dentro dos estudos da linguagem, mas feito por algumas abordagens a exemplo da Análise Crítica do Discurso.

Nesse sentido, assumirei aqui o papel de um linguista que – mesmo reconhecendo que a história dos estudos científicos da linguagem se apresenta como fundamentalmente normativa (TAYLOR, 1990) – engaja-se num projeto de mudança de estruturas sociais opressoras, envergonhando, assim, a tradição dos estudos linguísticos ao pensar que podemos desenvolver uma Linguística para e com o universo queer. Trata-se de uma nova perspectiva de investigação social que adota a linguagem como um elemento tão essencial e constitutivo quanto, muitíssimas vezes, imperceptível aos nossos olhos agudos sobre as desigualdades sociais e faz dela um objeto e um saber sobre as operações que tornam determinados corpos precários, principalmente aquelas operações que exterminam vidas por ódio à diferença de gênero e sexualidade (MELO, no prelo). Essa perspectiva chamarei de Linguística Queer.

Como efeméride dessa nova perspectiva, quero lembrar que acabamos de completar vinte anos de uma publicação que consideramos seminal para rastreamos um marco na socialização de conhecimento que aproxime os estudos aplicados da linguagem das epistemes transviadas/queer. Estou me referindo à publicação de 1997 de Anna Livia e Kira Hall, *Queerly Phrased: Language, Gender and Sexuality* – livro que, saindo das amarras de uma Linguística que ainda entendia gênero e sexualidade como as mesmas coisas e não refletia sobre o papel da linguagem na construção dessas duas dimensões da vida humana, tornou-se a pedra fundamental para linguistas intervirem mais e mais nas discussões de outras cercanias do conhecimento que já tinham alargado suas visões sobre as performances da vida e já experimentavam conhecimentos tidos como cunhados pela Linguística do século XX.

Mas o que vieram fazendo esses e essas intrometidos/as linguistas? Afinal, àquela altura, a análise do papel dos usos linguísticos na reprodução e transformação dos sistemas dominantes que produzem inteligibilidade à construção de gênero e sexualidade já vinha sendo desenvolvida cada vez mais por uma série de áreas de conhecimento (Psicologia, Filosofia, Pedagogia, entre outras). Falar de linguagem necessitava mesmo de mais alguém, que se dissesse linguista, para avalizar os caminhos que estavam sendo percorridos nos





Estudos Queer? Bom, eu vou tentar responder a essa minha pergunta mais adiante, usando a minha explanação aqui como macroato de fala que servirá de resposta.

1. Contextualizando o campo queer

As últimas décadas testemunharam uma explosão de interesse sobre performances de sexualidade e gênero que foi transformada em objeto de estudos de diversas áreas – por exemplo, Antropologia, Sociologia, Psicologia – e constitui-se, dessa maneira, numa questão a ser pesquisada, questionada, diagnosticada, normatizada de várias formas. Essa explosão consiste no reflexo de mudanças sociais profundas que têm nos realçado a diversidade de significados de categorias sexuais e de gênero. Tais significados constituem uma preocupação para as ciências sociais que, no afã de caracterizá-los, vêm-se em um campo onde as delimitações não são claras e as fronteiras são frequentemente ultrapassadas e/ou sobrepostas, o que acaba por produzir interpretações estreitas. As tentativas, portanto, de caracterizar as expressões polimorfas de sexualidades e gênero acabaram por nos fornecer explicações baseadas em categorias inertes que constituem o binarismo de gênero que organiza as sociedades ocidentais. Podemos ser homens ou mulheres heterossexuais, quem escapa dessa dicotomia é tido/a como desviante ou é descrito/a a partir dessa dicotomia.

Sendo assim, sob o esteio cultural desse modo de representar a sexualidade, quando alguém nasce, em nossa sociedade, cria-se uma série de expectativas a respeito do comportamento social e da performance sexual apropriados que a pessoa deve seguir no decorrer de suas vidas. Tais expectativas são impostas por meio de vários mecanismos ideológicos, fazendo com que meninos e meninas sejam, desde cedo, submetidos/as a “um tratamento diferenciado que os ensina os comportamentos e emoções considerados adequados. Qualquer ‘desvio’ é reprimido e recupera-se o ‘bom comportamento’” (FRY & MACRAE, 1985, p. 11). Nascemos machos e fêmeas e a cultura dessas sociedades nos faz homens e mulheres. Mais ainda, torna-nos seres masculinos e femininos e estabelece as fronteiras entre a identidade dominante e as outras consideradas subversivas e, por isso, periféricas, ou seja, marginais do lugar simbólico de poder e prestígio social que o mundo ocidental contemporâneo erige (FÍGARI & DÍAZ-BENÍTEZ, 2009).

Essas identidades periféricas, em geral, transgridem a relação de congruência sexo-gênero-desejo construída culturalmente (BUTLER, 1990), matriz linear que corresponde à classificação de pessoas cujo sexo biológico é coerente com a sexualidade/desejo dirigida a





peças do sexo biológico oposto e cujas expressões de gênero estão diretamente ligadas aos modos de viver essa sexualidade, atrelando a masculinidade à vivência sexual/erótica de homens biológicos com mulheres biológicas e a feminilidade à experiência contrária. É essa matriz que posiciona a sociedade a definir esses homens biológicos e que desempenham o papel de ativos no ato sexual (aqueles que penetram as mulheres e compõem o grupo dos dominantes) como verdadeiramente homens, e todos os outros, que nasceram biologicamente homens (machos) – mas que não preenchem esse perfil –, como “bichas” ou (trans)“viados”, identidade subversiva ao “normal” (FRY, 1982).

Nessa matriz, o ato sexual é percebido estritamente em termos hierárquicos, pois “a ideia é que quem penetra é de certa forma vencedor de quem é penetrado” (FRY & MACRAE, 1985, p. 48). Segundo esse modelo normativo e hierárquico, também em atividades homossexuais, o indivíduo que assume o papel ativo no ato sexual (o verdadeiro homem), ou seja, pratica a penetração anal em seu parceiro não tem seu *status* social de masculinidade abalado (e é considerado vencedor), mas àquele que assume papel passivo atribui-se a posição social estigmatizada de inferioridade (portanto, perdedor) (MARIANO & GROTZ, 2011). Do mesmo modo, concebe-se uma versão desse modelo à mulher que se relaciona afetivo/sexualmente com outras mulheres. Entretanto, aquela que ocupa papel sexual ativo é marginalizada por estar fora do paradigma dominante do gênero, sendo considerada, por isso, menos mulher, já a outra que ocupa papel feminino não tem sua feminilidade questionada (GREEN, 2000), estando essa questão indivisivelmente ligada ao machismo.¹

Essa hierarquia de sexualidade e de gênero, articulada a partir da oposição macho/masculinidade/atividade sexual versus fêmea/feminilidade/passividade sexual, busca englobar compulsoriamente todas as categorias e identidades sexuais. Quem não se enquadra é percebido/a como uma espécie híbrida e dissidente do cânone cultural. Entretanto, em geral, esse referido padrão de identidade periférica vem se mostrando, ao longo dos tempos, como agente desestabilizador da homogeneidade e hierarquia dos comportamentos sexuais/eróticos e das performances de gênero instituídos pelo modelo hegemônico, contrariando valores e “representando uma verdadeira revolução dos costumes, na medida em que questiona, ameaça e pode destruir os [...] alicerces em que se escoram a moral e a sexualidade na cultura tradicional do Ocidente” (MOTT, 2001, p. 02). Por isso, tal pensamento nos obriga a repensar

¹ Ainda sob essa lógica, é tido como natural que o homem que se relacione afetivo-sexualmente com outro apresente traços do considerado comportamento feminino e, da mesma forma, a mulher que se relacione afetivo-sexualmente com outra expresse traços do chamado perfil masculino.





diversos axiomas fundantes de nossa cultura hodierna, que, de forma irrefletida e perversa, persistem em nossa ideologia e *modus vivendi*.

No entanto, com o advento da Teoria Queer, as identidades não-normativas têm sido discutidas sob um novo e libertador prisma. Pesquisadores/as de diversas áreas vêm questionando as perspectivas tradicionais que têm norteado as investigações sobre sexualidade e gênero nas ciências humanas (por exemplo, PRECIADO 2002; LOURO 2001; PARKER 2002). Esses questionamentos, em última análise, referem-se às limitações impostas por categorias estanques e hegemônicas – como homem e mulher – que castram as potencialidades identitárias de alguns indivíduos que dessas categorias não participam. Várias áreas já aderiram a tal perspectiva, pois ela tem se mostrado eficiente para a investigação de identidades não-normativas. Uma dessas áreas é a Linguística que, desde a segunda metade dos anos 1990, traz novas vozes para a investigação.

Na próxima sessão, esmiuçarei os principais construtos teóricos, analíticos e metodológicos da Teoria Queer, a fim de, a seguir, associá-los aos estudos linguísticos da Linguística Queer.

2. Descortinando a Teoria Queer

Para tentar entender o que vem a ser a Teoria Queer (TQ), é importante esclarecer o significado do lexema inglês que compõe o nome da área. “Queer” pode ser traduzido por “esquisito”, “estranho”, “raro”, “ridículo”, “excêntrico”. Contudo, o termo ficou mais conhecido na língua inglesa como uma forma pejorativa de se referir a mulheres e homens homossexuais. Um insulto lesbo-homofóbico que, a partir do final da década de 1980, foi apropriado por grupos que pretendia resignificá-lo em uma ação política que afirmava “We’re queer, we’re here, get used to it!”. Nesse momento, teóricos/as gays e lésbicas também se apropriam do termo para referir-se ao que se costumava chamar de Estudos Gays e Lésbicos. Com efeito, o termo “queer” passou a ter dois significados distintos, mas interligados: 1) refere-se a grupos de gays, lésbicas e transgêneros de modo abrangente; 2) refere-se à área de estudos sobre esses grupos (BORBA, 2015).

No entanto, com a publicação do livro “Gender Trouble: Feminism and the subversion of identity”, em 1990, escrito pela filósofa Judith Butler, o significado da palavra “queer” é expandido e novamente resignificado. Como nos explica Louro (2001, p. 546), “queer significa colocar-se contra a normalização – venha ela de onde vier [...]. Queer





representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora”. Nessa abordagem, adotar uma perspectiva queer é ter uma visão crítica, por exemplo, dos discursos sobre sexualidade que normatizam uns e marginalizam outros. Um dos principais construtos teórico-metodológicos dessa teoria é a desnaturalização do que é considerado normal no discurso. Os padrões de normatividade são construções discursivas com viés político que visa à marginalização dos que com ela não se identificam (KATZ, 1996). Esses padrões são constantemente repetidos e reiterados para dar o efeito de natural. Esse efeito é performativo, isto é, tem o poder de produzir aquilo que nomeia e, assim, repete e reitera normas de gênero, de sexualidade e tantas outras.

A noção de performatividade foi construída inicialmente pelo filósofo da Linguagem John Austin em sua Teoria dos Atos de Fala, quando ele afirma que, ao falarmos, não só descrevemos o mundo, mas agimos sobre ele, fazemos coisas usando o discurso. Tomando por base essa teoria para pensar como performamos gênero social a partir de uma ação individual da linguagem, Butler (1990) desenvolve uma filosofia importante para a TQ. Segundo ela, a performatividade de gênero ocorre por meio do processo de estilização repetida dos corpos. É, assim que criamos nossas identidades.

As performances de gênero, para a autora, são reguladas por discursos que estabelecem como homens e mulheres devem agir – isso identifica, segundo ela, na nossa sociedade, o que chama de heteronormatividade. Essas regras limitam as potencialidades dos gêneros circunscrevendo-os a um binarismo castrador. E, como já disse aqui, quem ousar subverter isso é considerado/a abjeto. Contudo, de acordo com Louro (2001), esses sujeitos abjetos, exatamente por subverterem as normas de gênero “são socialmente indispensáveis, já que fornecem o limite e a fronteira, isto é, fornecem o ‘exterior’ para os corpos que ‘materializam a norma’, os corpos que efetivamente importam” (p. 549).

Para uma mudança que desestabilize e destrua a lógica binária de gênero e seus efeitos controladores – a exclusão, a hierarquia, a classificação, a dominação, a segregação –, eis as propostas da Teoria Queer como epistemologia e método de análise e crítica sociocultural. Numa realização desse projeto, surge a Linguística Queer.

3. A entrada da Linguística na ciranda subversiva queer





Os esforços feitos, por muito tempo, acerca da linguagem na pauta das pesquisas sobre identidade e diferença, seja em que campo fosse, sempre se importaram em entender as macroestruturas da linguagem como fonte de sentido das práticas sociais,

- buscando compreender como as palavras produzem representação hegemônica no contínuo de repetição de um mesmo campo semântico dentro de um texto;
- tentando traçar um delineamento do discurso a partir da significação emergente que um dizer institucionalizado explicita no decorrer da história;
- examinando variadas semioses e seu papel ideológico na construção de um aparato cognitivo sobre a vida social.

Enfim, não há dúvidas de que diferentes abordagens estão, há décadas, munidas de saberes sobre a linguagem e sua relação com as práticas de vulnerabilização dos corpos a ponto de postularem categorias epistemológicas importantíssimas e eficientes para desenvolvermos um arcabouço investigativo sobre as subalternidades do mundo contemporâneo.

No tocante mais especificamente aos chamados Estudos Queer, é fato que estes já avançam em relação aos estudos anteriores sobre gênero, sexo e sexualidade na medida em que defendem que essas dimensões da vida humana são constituídas por discurso. O processo de construção discursiva quando atribuímos sentido aos corpos importa demais aos Estudos Queer. Nessa perspectiva, todas as teorias queer são, em menor ou maior grau, estudos sobre a linguagem. Um dos pontos mais importantes para a uma teoria queer é demonstrar as maneiras que pressuposições heteronormativas relacionadas a categorias identitárias pré-definidas são parte de um discurso social de dominação.

Portanto, é perfeitamente possível pensar, por exemplo, que um comunicólogo ou uma socióloga, ou até qualquer profissional de uma seara que não seja considerada afim com os estudos ditos das humanidades, se utilize da linguagem como conhecimento para solucionar problemas que afetam vidas vulneráveis numa abordagem das teorias queer. Isso porque tais teorias não descrevem a realidade do que vivemos, mas as normas que pesam sobre nós acerca dessa realidade e, mais especificamente, as normas de construção das diferenças e das identidades humanas que fabricam a subalternidade dos corpos. Tais normas nos dizem o que devemos fazer para sermos quem somos e não são perpetuadas sem linguagem, mas, ao contrário, nascem e se compõem no discurso ou, como costumamos falar, performativamente.

O que são essas normas senão práticas discursivas?





Normas ou práticas discursivas que são repetidas em diferentes ordens sociais:

- na práxis da ciência;
- na educação de todos âmbitos;
- na formação religiosa;
- no mercado;
- na mediação da comunicação de massa;
- na arte;
- nos comportamentos eróticos.

Contudo, a Linguística hoje se vê convidada a colocar a sua tradição de estudos sobre textos, variação linguística, enunciação e outros tantos conhecimentos já descobertos à disposição de uma linda ciranda subversiva, na quebra dos modelos autoritários sobre as vidas humanas. Com isso, ela quer somar forças para, numa relação de troca irmanada pelos ideais de uma sociedade mais justa, dividir as suas lentes epistêmicas com todas as pessoas tributárias dos Estudos Queer. Nesse sentido, a resposta à minha pergunta anterior é “sim”.

Nossa ideia não é fazer isso impondo máximas, teorias ou axiomas, e sim se oferecendo como perspectiva, isto é, ofertando um outro ângulo, uma nova narrativa como maneira de olhar. É verdade que, ao dizer isso não estou dizendo pouco. Propor uma perspectiva é, certamente, desafiador ao passo que consideramos o discurso como uma das amálgamas de formação da realidade e, assim, entendemos que não há nada pré-discursivo, tampouco as identidades e performances sexuais e de gênero. Partilhamos da premissa básica pós-estruturalista de que tudo se constitui no discurso. E a Linguística Queer, portanto, joga luz à linguagem quando investiga e combate as violências que tornam os corpos precários.

Quero dizer, então, que esse “tiro” de Linguística Queer é um nome que escolhemos para a responsabilidade que assumimos, como linguistas, ao entrar na roda, de mãos dadas com diferentes outras perspectivas; para somarmos na reflexão sobre os mecanismos que precarizam corpos e para apontar saídas de reversão dessa situação na ativação da potência desses mesmos mecanismos.

Não se pode dizer que a LQ seja o estudo de uma categoria pré-definida e bem delimitada. O que se quer é criar inteligibilidades sobre como construímos, negociamos e estruturamos nossas identidades dentro de sociedades que impõem determinadas maneiras de ser. Nessa perspectiva, práticas discursivas que envolvem indivíduos são entendidas como parte de uma estrutura de dominação que se confunde com essas práticas, criando-as e sendo resultado delas. Nossos discursos ajudam a construir as normas.





Segundo Borba (2015), a LQ surgiu com a publicação de “Queerly Phrased: Language, Gender, and Sexuality”, em 1997, por Livia e Hall, uma coletânea de artigos que versam sobre a construção discursiva de identidades sexuais a partir da Teoria dos Atos de Fala. Livia e Hall argumentam que o conceito de performatividade é essencial no campo dos estudos da linguagem. Segundo as autoras, embora Butler tenha derivado o conceito de teorias linguísticas, ela não está interessada em analisar como o queer emerge da linguagem.

Nós, linguistas queer, em tempos tão sombrios, almejamos propor possibilidades de categorias analíticas e incorporadoras da linguagem. Podemos tomar como exemplo uma dessas categorias que ajudam a entender processos de naturalização, normatização e resistência nas conjunturas de abjeção dos sujeitos: o simulacro discurso como estratégia de reconfiguração da prática social;

Podemos dizer que o uso da linguagem é sempre formado por diferentes vozes (discursos que historicamente ajudaram a construir esse uso). Para entender ou produzir um texto, sempre mobilizamos essas vozes mesmo que elas não fiquem explícitas. A essa característica da linguagem chamamos de heterogeneidade discursiva.

Para que fiquem explícitas, usamos recursos que indicam quando queremos apontar que uma palavra, uma sentença ou um texto inteiro são atribuídos a um enunciador que não somos nós. Dentre esses recursos estão as aspas, os verbos que significam dizer e outros.

Além de apontarem estruturas linguísticas, esses recursos também revelam as ideologias que marcam a posição dos outros enunciadores. Isso é compreendido ao mobilizarmos a nossa memória discursiva, isto é, ao ativarmos o que lembramos do modo como outros sujeitos falam e escrevem, bem como o que eles propõem ideologicamente. Mas, não significa que somos completamente passivos/as em relação a essas vozes; que apenas as consumimos, sem qualquer ação criativa sobre elas. Um exemplo de criatividade sobre tais vozes/discursos é a operação que chamamos de simulacro discursivo.

Essa operação é um recurso de heterogeneidade discursiva que funciona da seguinte maneira: Quando usamos uma palavra, uma sentença ou qualquer texto produzido para inferiorizar, rechaçar ou até insultar alguém, produzimos algumas estruturas que servem de modelo ou se tornam conhecidas por essas razões. Às vezes, os sujeitos que são alvo dessas ações mitigadoras fazem uso deliberado de tais estruturas para responder a essas ações, revalorizando-as ao atribuir sentido positivo e autoafirmativo a elas. Isso ocorreu, por exemplo, com a palavra “vadia” no contexto da Marcha das Vadias. No entanto – como em qualquer análise de discurso –, é preciso compreender, minimamente, a contextualização em





que ocorreu o uso linguístico, para entender a construção de sentido e o valor de qualquer operação com o discurso.

Em janeiro de 2011, na Universidade de York, no Canadá, um policial, falando sobre segurança e prevenção ao crime, afirmou que as mulheres deveriam evitar se vestir como vadias, para não serem vítimas de ataque sexual empreendidos por homens. A reação de indignação foi imediata, pois esse pensamento transfere a culpa da agressão sexual para a vítima, insinuando que, de alguma forma, é a vítima que provoca o ataque. Foi assim que um grupo de mulheres feministas de vários países respondeu a essa situação criando uma passeata de protesto que ficou nomeada, no Brasil, como Marcha das Vadias.

O que, do ponto de vista discursivo, fizeram essas mulheres? Reconfiguraram a palavra “vadia”, que, no discurso do policial canadense, significava uma representação negativa para elas, algo que as caracterizavam como pessoas que se vestiam de modo inadequado à vida social e que, por isso, são culpadas por qualquer agravo de cunho sexual que poderiam sofrer. Essa reação das mulheres não produz apenas uma mudança semântica, mas também e, sobretudo, uma mudança pragmática. Por meio dessa expressão do simulacro discursivo, elas transformam sua condição simbólica e passam da vergonha ao orgulho, do medo à celebração.

Esse acontecimento discursivo não altera a morfologia da palavra; o lexema continua o mesmo. O que é alterado é o discurso e, conseqüentemente, o valor social que ele produz. Porém, cabe ressaltar que essa mudança – aparentemente simples – é capaz de reformular representações sociais e apontar para, ainda que gradual, uma mudança social significativa, principalmente se levarmos em consideração que é no uso criativo que fazemos da língua que transformamos paradigmas e sepultamos a exclusão social e a violência.

Este é um exemplo ótimo de objeto da Linguística Queer. Como neste caso do simulacro discurso, o objetivo principal da Linguística Queer é investigar como indivíduos considerados não-normativos negociam suas identidades dentro das limitações discursivas das normatividades ao repeti-la ou subvertê-la através de suas performances linguísticas. Bucholtz e Hall (2004) asseveram que uma das características mais instigantes da Linguística Queer, de uma visão teórica, é que ela nos permite falar sobre ideologias, práticas e identidades como fenômenos interrelacionados sem perder de vista as relações de poder. Borba (2015) cita como exemplos de pesquisas nessa perspectiva os estudos de Barret (1998) sobre drag queens afro-americanas, Hall (1997) sobre as hijras indianas, Livia (1997) sobre a construção discursiva de uma transexual francesa, Queen (1997) sobre a identidade lésbica, Moita Lopes





(2006a) sobre as performances de masculinidade hegemônica em uma escola pública brasileira, Moita Lopes (2006b) sobre a construção da homossexualidade em um jornal popular carioca e Borba & Ostermann (2007) sobre a construção discursiva da identidade de travestis que se prostituem. Esses estudos nos mostram que a Linguística Queer interessa-se pela investigação de toda a extensão de identidades, ideologias e práticas que emergem de contextos socioculturais específicos e adversos. Dessa maneira, a Linguística Queer lança seu foco de atenção sobre o comportamento humano e pode nos dar a oportunidade de compreender como as sexualidades são estruturadas, construídas, controladas, negociadas.

A Linguística Queer é tributária ainda de fontes teórico-metodológicas provenientes da Sociolinguística, da Antropologia Linguística e das análises do discurso. Todas essas disciplinas enfatizam que a linguagem tem um papel mediador entre estruturas de poder e atividades humanas. Conforme Borba (2015), as investigações da Linguística Queer devem, em estudos etnográficos, salientar os atravessamentos identitários que constituem as sexualidades localmente construídas. Assim, por exemplo, não se é somente uma lésbica; mas sim uma lésbica, feminista, negra, de classe popular, secretária, com práticas sexuais sadistas etc. Dessa forma, ao analisarmos as práticas discursivas nas quais os indivíduos engajam-se podemos verificar a construção de um imenso leque identitário que, através de performances corporais e linguísticas, escapam as dicotomias homem/mulher, hetero/homo. Contudo, é crucial observar que, embora à primeira vista essas identidades pareçam escapar do binarismo, elas podem ser por ele moldadas.

Concluindo por enquanto

Queerificar os estudos linguísticos significa produzir uma visão mais nuançada e multifacetada de como todos/as aqueles/as que, em suas performances, de alguma forma, desestabilizam dicotomias identitárias, utilizando a linguagem para construir-se dentro das limitações heteronormativas dos discursos que impõem posições de sujeito naturalizadas. Essa queerificação pode ter efeitos decisivos no escopo do campo dos estudos linguísticos que têm, por muito tempo, reduzido seus sujeitos de pesquisa a indivíduos brancos, de classe média e ocidentais como se todos/as falantes assim o fossem e como se a linguagem utilizada por esses indivíduos fosse a única que merecesse ser investigada. Com o estudo de como queers utilizam a linguagem, a Linguística pode aumentar a compreensão do poder da





linguagem como um construto mediador e constitutivo de nossas identidades (MOITA LOPES, 2002).

Referências

BARRET, R. Markedness and style switching in performances by African American drag queens. In: MYERS-SCOTTON, C. (Ed.) **Codes and consequences**: Choosing linguistics varieties. New York: Oxford University Press, 1998. p. 139-161.

BORBA, R. Linguística *Queer*: uma perspectiva pós-identitária para os estudos da linguagem. **Revista Entrelinhas**. vol. 09. n. 01. jan/jun. 2015.

_____.; OSTERMANN, A. C. Do bodies matter? Travestis' embodiment of (trans)gender identity through the manipulation of the Brazilian Portuguese grammatical gender system. *Gender and Language* 1(1): 129-145. 2007.

BUTLER, J. **Gender Trouble**: Feminism and the subversion of identity. New York and London: Routledge, 1990.

BUCHOLTZ, M.; HALL, K. Language and Identity. In: DURANTI, A. (Ed.) **A Companion to Linguistic Anthropology**. Oxford: Basil Blackwell, 2004. p. 268-294.

CAMERON, D. **Demythologizing Sociolinguistics**: Why language does not reflect society. In: JOSEPH, J.; TAYLOR, T. (Orgs.) *Ideologies of language*. London: Routledge, 1990. p. 79-96.

FÍGARI, C.; DÍAZ-BENÍTEZ, M. E. Introdução. Sexualidades que importam: entre a perversão e a dissidência. In: DÍAZ-BENÍTEZ, M. E.; FÍGARI, C. **Prazeres dissidentes**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p. 21-30. (Coleção sexualidade, gênero e sociedade)

FRY, P. **Para inglês ver**. Identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____.; MACRAE, M. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos)

GREEN, J. “**Mais amor e mais tesão**”. A construção de um movimento de gays, lésbicas e travestis. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 20, p. 271-295. 2000.

HALL, K. “Go suck your husband’s sugarcane!”: hijras and the use of sexual insult. In: LIVIA, A.; HALL, K. (Eds.) **Queerly Phrased**: Language, gender, and sexuality. New York: Oxford University Press, 1997. p. 430-460.

HARRIS, R. **The language myth**. London: Duckworth, 1981.

KATZ, J. **A Invenção da heterossexualidade**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.





LOURO, G. L. Teoria Queer: uma perspectiva pós-identitária para a Educação. **Revista de Estudos Feministas** 9(2): 541-553. 2001.

MARIANO, B.; GROTZ, F. **Homossexualidade**: uma categoria criada. Disponível em < <http://www.clam.org.br/publique> > Acesso em 01 de julho de 2011.

MELO, I. Características e princípios da Linguística Queer: carões e lacrações nos estudos da linguagem. In: BORBA, R. (Org.) **Discursos transviados**: por uma linguística queer. São Paulo: Parábola, no prelo.

MOITA LOPES, L. P. **Identidades fragmentadas**. Campinas: Mercado de Letras, 2002

MOITA LOPES, L. P. On being white, male and heterosexual: Multiple positionings in oral narratives. In: SCHIFFRIN, D.; FINNA, A.; BAMBERG, M. (Eds.), **Discourse and Identity**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006a. p. 288-311.

MOITA LOPES, L. P. “Falta homem até pra homem”: A construção da masculinidade hegemônica no discurso midiático. In: HEBERLE, V. M.; OSTERMANN, A. C.; FIGUEREDO, D. (Orgs.) **Linguagem e Gênero no trabalho, na mídia e em outros contextos**. Florianópolis: EDUFSC, 2006b. p. 131-157.

MOTT, L. A revolução homossexual: o poder de um mito. **Revista USP**, São Paulo, n.49, p. 40-59, mar./mai. 2001.

PARKER, R. **Abaixo do Equador**: Culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2002.

PENNYCOOK, A. Os limites da Linguística. In: SILVA, F. L.; RAJAGOPALAN, K. (Orgs.) **A linguística que nos faz falhar**. Investigação crítica. São Paulo: Parábola, 2004. p. 39-43

PRECIADO, B. Da filosofia como modo superior de dar por el culo. **Reverso Revista de Estudos Lesbianos, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros**. Madrid: Higuera Arte S.L. n.3. 2002

QUEEN, R. “I don’t speak spritch”: locating lesbian language. In: LIVIA, A.; HALL, K. (Eds.) **Queerly Phrased**. Nova York: Oxford University Press, 1997. p. 233-256.

SILVA, F. L.; RAJAGOPALAN, K. (Orgs.) **A linguística que nos faz falhar**. Investigação crítica. São Paulo: Parábola, 2004.

TAYLOR, T. Which is to be máster? The institutionalization of authority in the science of language. In: JOSEPH, J.; TAYLOR, T. (Orgs.) **Ideologies of language**. London: Routledge, 1990. p. 09-26.





A ESCRITA DA SUBALTERNA: INVISIBILIDADE DA MULHER NEGRA EM *A PAIXÃO SEGUNDO G.H.*, DE CLARICE LISPECTOR

Ludmilla Carvalho Fonseca ¹

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal discutir a subalternidade e a invisibilidade da mulher negra no romance *A Paixão Segundo G.H.*, de Clarice Lispector. Na obra em questão, a protagonista G.H. descreve a personagem Janair como uma mulher negra e empregada doméstica. Esta, por sua vez, pede demissão e, a partir desse momento, ao se dirigir ao quarto que a funcionária vivia, G.H. depara-se surpreendentemente com marcas da presença de Janair, que ela desconhecia, passando a contestar a sua condição de mulher branca privilegiada. Do mesmo modo que a protagonista do romance invisibiliza a mulher negra subalterna, conhecida somente pela voz dominante da mulher branca, a mesma subalterna promove a inquietação na mulher de classe abastada e a contestação dos seus valores hegemônicos de dominação social, de gênero e racial, lançando-a em um movimento de profunda ruptura existencial, causando a tomada de consciência. Como suporte teórico-metodológico para o desenvolvimento desta pesquisa, será utilizada a abordagem pós-colonial no que tange os temas invisibilidade e subalternidade, e as teorias de gênero vinculadas ao debate gênero-classe-raça.

Palavras-chave: Subalternidade, Invisibilidade, Tomada de Consciência.

INTRODUÇÃO

No romance *A Paixão Segundo G.H.*, o narrador-personagem apresenta Janair ao(à) leitor(a). Mulher negra, empregada doméstica num apartamento de alto padrão, ela aparece na obra de forma indireta, sua presença/ausência é apresentada somente pela voz da patroa branca de classe abastada. Tudo que se sabe da mesma é fruto da construção realizada por G.H. Assim, desenvolvem-se posturas pejorativas, por parte de G.H., sobre Janair, de abordagens centradas nos valores de mulheres socioeconomicamente privilegiadas e étnico-culturalmente dominantes.

O espaço que Janair vivia no apartamento também é descrito pela narrativa hegemônica de padrão euro-norteamericano centrado. Na lógica subalternizante de raça, classe e gênero, o espaço legado à funcionária é o mais precário, pequeno e desprovido de qualquer conforto. A ideia de organização, limpeza e uso do quarto, que a patroa intui sobre a mulher subalterna, é rapidamente desfeito quando ela entra no cômodo.

¹ Doutoranda do Curso de Letras da Universidade Estadual Paulista – UNESP, bolsista FAPESP, ludmillaom@gmail.com



Neste trabalho, a análise da obra em destaque busca-se partir do momento em que G.H. encontra o quarto desocupado pela empregada Janair, até o momento em que ela passa contestar todos seus valores dominantes arraigados. Ou seja, a mulher negra subalterna e invisibilizada pela mulher branca dominante é o agente condutor da profunda ruptura social, étnica e do seu papel de gênero que esta conduzia, da negação dos privilégios e da inquietação existencial que este encontro/desencontro vai operar.

A MULHER INVISÍVEL INSUBMISSA

Após o despejo de Janair, G.H. vai até o quarto outrora ocupado pela empregada. Ela supõe que o quarto está sujo e desorganizado, devido à “sua dupla função de dormida e de depósito de trapos, malas velhas, jornais antigos, papéis de embrulho e barbantes inúteis.” (LISPECTOR, 2014, p. 32). No entanto, ela se depara com o aposento limpo, organizado, iluminado e vazio.

Nota-se que há um julgamento de classe com relação à empregada. G.H. diz que irá começar a limpeza do apartamento pelo fundo, e que irá “subindo” horizontalmente até o living. Como subir horizontalmente? Há uma relação de subalternidade² entre a patroa e a empregada, inclusive uma relação de subalternidade com a noção de espaço: o superior (mesmo não estando acima geometricamente) destinado à patroa; o inferior, destinado à empregada, como se fosse a periferia da casa.

Essa relação entre centro-periferia, norte-sul, alto-baixo, colonizador-colonizado, patroa-empregada, inferior-superior, dentre diversos outros constituem o discurso dominante hierárquico que naturaliza as práticas de subalternidade, seguindo a perspectiva da violência epistêmica trazida por Gayatri Spivak (2010, p. 47).

² Gayatri Spivak (2010, p. 54), ao indagar sobre as possibilidades do subalterno falar, pontua alguns exemplos do que ela compreende enquanto pertencente a uma posição de subalternidade: “Estou pensando na população em geral – não especialista ou acadêmica – ao longo do espectro de classes, para quem a episteme opera sua silenciosa função de programação. Sem considerar o mapa da exploração, sobre qual matriz de ‘opressão’ eles poderiam colocar sua multitude heterogênea? Considerando agora as margens (pode-se meramente dizer o centro silencioso e silenciado) do circuito marcado por essa violência epistêmica, homens e mulheres entre os camponeses iletrados, os tribais, os estratos mais baixos do subproletariado urbano. De acordo com Foucault e Deleuze (falando a partir do Primeiro Mundo, sob a padronização e regulamentação do capital socializado, embora não pareçam reconhecer isso), os oprimidos, se tiverem a oportunidade (o problema da representação não pode ser ignorado aqui), e por meio da solidariedade através de uma política de alianças [...], podem falar e conhecer suas condições. Devemos agora confrontar a seguinte questão: no outro lado da divisão internacional do trabalho do capital socializado, dentro e fora do circuito da violência epistêmica da lei e educação imperialistas, complementando um texto econômico anterior, *pode o subalterno falar?*”



O mais claro exemplo disponível de tal violência epistêmica é o projeto remotamente orquestrado, vasto e heterogêneo de se constituir o sujeito colonial como o Outro. Esse projeto é também a obliteração assimétrica do rastro desse Outro em sua precária Subjetividade.

Por sua vez, no caso de Janair, soma-se a essa elaboração coercitiva do *outro* o fato de ela ser mulher. Uma subjetividade precária construída pelo discurso da mulher rica e branca. Desse modo, ela é subalterna por pertencer a determinada classe social submissa à classe dominante, mas também, por ser funcionária de uma patroa, uma mulher branca de classe abastada. Dupla subalternidade (social e de gênero), que a própria patroa, mesmo sendo mulher, impõe a Janair.

Spivak (2010) alarga a discussão da subalternidade incluindo o condicionante de gênero como central para que se possam entender os mecanismos de subjugação, sobretudo se forem considerados o fato de ser mulher e de país do Terceiro Mundo.³ Segundo ela,

[...] a construção ideológica de gênero mantém a dominação masculina. Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito feminino está ainda mais profundamente na obscuridade (SPIVAK, 2010, p. 67).

De qualquer maneira a ex-funcionária é julgada. Primeiramente, G.H. presume que o quarto estará desorganizado, como se a empregada fosse incapaz de ordená-lo, ou ainda, como se tivesse que conviver com os “trapos” lá depositados. Em seguida, a patroa reprova Janair por ter feito a limpeza e a arrumação:

Esperava encontrar escuridões, prepara-me para ter que abrir escancaradamente a janela e limpar com ar fresco o escuro mofado. Não contara é que aquela empregada, sem me dizer nada, tivesse arrumado o quarto à sua maneira, e numa ousadia proprietária o tivesse espoliado de sua função de depósito (LISPECTOR, 2014, p. 35).

Ao se ver numa posição social mais elevada que Janair, G.H., munida de seus privilégios, evidencia que somente a proprietária pode tomar decisões sobre a forma como se ordenam as coisas. Como se a ordem fosse algo que pertencesse única e exclusivamente a uma determinada categoria de pessoas.

³ “Entre o patriarcado e o imperialismo, a constituição do sujeito e a formação do objeto, a figura da mulher desaparece, não em um vazio imaculado, mas em um violento arremesso que é a figuração deslocada da “mulher do Terceiro Mundo”, encurralada entre a tradição e a modernização. Essas considerações poderiam revisar cada detalhe de julgamentos que parecem válidos para uma história da sexualidade no Ocidente” (SPIVAK, 2010, p. 119).

A ordem é um mecanismo de dominação na concepção ocidental da mulher branca burguesa. Ao seu modo de ver as coisas, a desordem é o que resta ao subjugado, incapaz de tomar decisões sobre o destino dos eventos.

No caso de Janair, ela é uma subalterna insubmissa, pois corrompe a lógica de dominação imposta pela mulher branca, ao gozar da autonomia das suas decisões.

Ainda dentro do contexto da discussão espacial sobre o quarto e, considerando o discurso paradoxal que permeia todo o texto, nota-se que, logo após depreciá-lo, a personagem protagonista eleva-o a um “nível incomparavelmente acima do próprio apartamento” (LISPECTOR, 2014, p. 36). Ela equipara o quarto a um minarete⁴, evidenciando uma ideia de deslocamento do mesmo, como se o cômodo estivesse à parte do apartamento.

O quarto da empregada, nesse caso, se encontra em uma posição privilegiada ao restante da casa, por estar fora do plano estrutural do prédio, como se estivesse isolado, estranho, e não participante do todo simétrico; disforme, tendo outra dinâmica de ser. Por outro lado, está estandardizado, acima, panóptico, numa posição privilegiada, como um mirante, um observatório, um farol, de onde partem as ordens, os chamados, as convocações, a luz que guia, dá as direções.

Nessa ocasião, G.H. eleva Janair à condição de gestora daquele lar, é quem mantém o equilíbrio, a limpeza e a organização; um outro tipo de poder: a dádiva⁵ da subalterna.

A metáfora (do minarete) demarca a mudança da compreensão que a protagonista tinha da empregada, conjuntamente a leitura que a mesma tinha da hierarquia da casa com o quarto da empregada. Processo epifânico que revela um outro olhar sobre o lugar da subalterna.

⁴ “O minarete é a torre de uma mesquita, local do qual o almuadem anuncia as cinco chamadas diárias à oração. Os minaretes, que também recebem o nome de almádena, são normalmente bastante altos se comparados às estruturas que o circundam. O objetivo do minarete é fazer com que a voz do almuadem, a pessoa que faz o chamado à oração (azan) possa ser ouvida a grandes distâncias.” Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Minarete> (acesso em 23 de novembro de 2018).

⁵ A dádiva enquanto um fenômeno social foi estudada inicialmente por Marcel Mauss, na obra *Ensaio sobre a dádiva*. Godbout (1998, p. 6), tomando como base esse estudo, define dádiva da seguinte forma: “De modo negativo, entende-se por dádiva tudo o que circula na sociedade que não está ligado nem ao mercado, nem ao Estado (redistribuição), nem à violência física. De modo mais positivo, é o que circula em prol do ou em nome do laço social. Uma primeira característica de um sistema de dádiva consiste no fato de que os agentes sociais buscam se afastar da equivalência de modo deliberado. Isso não significa que a dádiva seja unilateral. Pode sê-lo, mas essa não é uma característica essencial sua. Geralmente, ao contrário, há retribuição, e muitas vezes maior do que a dádiva. Mas a retribuição não é o objetivo. É um equívoco aplicar a ela o modelo linear fins-meios e dizer: ele recebeu depois de ter dado, portanto deu para receber; o objetivo era receber, e a dádiva era um meio. A dádiva não funciona assim. Dá-se, recebe-se muitas vezes mais, mas a relação entre os dois é muito mais complexa e desmonta o modelo linear da racionalidade instrumental.”

Dando seguimento à análise da obra *A paixão segundo G.H.*, é preciso retornar ao ambiente do quarto da trabalhadora do lar Janair, que pedira demissão da casa de G.H., e a patroa fora verificar como está o lugar depois da partida da empregada. Joga-se que é a partir deste momento na narrativa que a tomada de consciência começa a se manifestar com maior densidade. No curso da narrativa é apresentada a percepção geométrica⁶ do espaço, onde a personagem protagonista mostra divergência de entendimento em relação à sua assimetria:

O quarto não era um quadrilátero regular: dois de seus ângulos eram ligeiramente mais abertos. E embora esta fosse a sua realidade material, ela me vinha como se fosse minha visão que o deformasse. Parecia a representação, num papel, do modo como eu poderia ver um quadrilátero: já deformado nas suas linhas de perspectivas. A solidificação de um erro de visão, a concretização de uma ilusão de ótica. Não ser inteiramente regular nos seus ângulos dava-lhe uma impressão de fragilidade de base como se o quarto-minarete não estivesse incrustado no apartamento nem no edifício (LISPECTOR, 2014, p. 36).

As expressões “erro de visão” e “ilusão de ótica” asseveram a percepção da deformação que G.H. tem do quarto. E a desproporção do ambiente, gerando uma “fragilidade de base”, revela sua insegurança ao permear por um espaço, de certa forma desconhecido, pois um novo caminho começará a ser traçado naquele lugar.

⁶ O conceito de *espaço geométrico*, neste caso, está fundamentado na abordagem fenomenológica-existencial desenvolvida por Maurice Merleau-Ponty (1999, p. 394 - 395), em que valoriza a relatividade simbólica e subjetiva no ato de percepção do próprio espaço geográfico, natural e geométrico. “A novidade da fenomenologia não é negar a unidade da experiência mas fundá-la de outra maneira que o racionalismo clássico. Pois os atos objetivantes não são representações. O espaço natural e primordial não é o espaço geométrico e, correlativamente, a unidade da experiência não é garantida por um pensador universal que exporia diante de mim os conteúdos da experiência e me asseguraria, em relação a eles, toda a ciência e toda a potência. Ela é apenas indicada pelos horizontes de objetivação possível, ela só me libera de cada ambiente particular porque me liga ao mundo da natureza ou do em si que os envolve a todos. Será preciso compreender como, com um único movimento, a existência projeta em torno de si mundos que me mascaram a objetividade e determina esta objetividade como meta para a teleologia da consciência, destacando estes ‘mundos’ sobre o fundo de um único mundo natural.” Sobre a densidade da percepção subjetiva do espaço geométrico, Merleau-Ponty (1999, p. 387 – 388) reforça: “Da mesma forma, enfim, quando procuramos fundar o espaço geométrico, com suas relações intramundanas, na espacialidade originária da existência, nos responderão que o pensamento só conhece a si mesmo ou às coisas, que não é pensável uma espacialidade do sujeito, e que por conseguinte nossa proposição é rigorosamente desprovida de sentido. Ela não tem, responderemos, sentido temático ou explícito, ela se evanece diante do pensamento objetivo. Mas ela tem um sentido não temático ou implícito, e este não é um *sentido menor*, pois o próprio pensamento objetivo se alimenta do irrefletido e se oferece como uma explicitação da vida de consciência irrefletida, de forma que a reflexão radical não pode consistir em tematizar paralelamente o mundo ou o espaço e o sujeito intemporal que os pensa, mas deve retomar essa própria tematização com os horizontes de implicações que lhe dão seu sentido.”

Para uma mulher acostumada com o conforto, com a ordem, com os privilégios destinados à sua classe, é comum que o acesso ao território não domesticado pelo paradigma civilizatório da classe dominante, cause desordem na sua superficial estabilidade.

“O desenho era um ornamento: era uma escrita.” (LISPECTOR, 2014, p. 37). G.H. faz essa afirmação quando se depara com três desenhos (um homem, uma mulher e um cachorro), feitos por Janair, na parede branca que sucede a porta.

As ilustrações foram feitas com ponta quebrada de carvão: rocha sedimentar formada em sua grande parte pelo carbono. Que por sua vez, é o elemento químico essencial aos processos vitais. Esse ingrediente básico da vida, também foi responsável pela origem da civilização através da escrita. Logo, a origem da vida é o carvão, sustentada na definição trazida por Capra (1996); a origem da escrita é o carvão. A protagonista está, portanto, diante de imagens que se assemelham a pictogramas, é a escrita da subalterna. Se a subalterna não pode falar, ela também, não deve escrever, aos moldes formais estabelecidos pelos padrões ocidentais normativos.

É estabelecida uma relação entre o princípio de tudo, através do carbono (elemento presente na origem do universo), o surgimento da sociedade (por meio da escrita), e o momento que antecede a tomada de consciência, como uma espécie de preparação, um mergulho da personagem para dentro de si que dará origem a uma nova mulher. Sendo assim, o desenho não é um ornamento, e sim, uma escrita, porque comunica algo, porque gera reflexão em G.H.

Ela pensa em si, pensa na figura masculina da ordem, do poder e do domínio que ela representa para Janair:

Meu mal-estar era de algum modo divertido: é que nunca antes me ocorrera que, na mudez de Janair, pudesse ter havido uma censura à minha vida, que devia ter sido chamada pelo seu silêncio de “uma vida de homens”? Como me julgara ela? Olhei o mural onde eu devia estar sendo retratada... Eu, o Homem [...] (LISPECTOR, 2014, p. 38).

Na relação entre patroa-empregada existem sentimentos de solidariedade e de rivalidade, de compaixão e de indiferença. Na obra em questão, os atos de indiferença são latentes, pois que G.H. demora um tempo para se lembrar da fisionomia e do nome da empregada, que saíra apenas havia um dia. Trata-se de um grave problema que afeta o cenário social brasileiro: a invisibilidade social⁷.

⁷ Júlia Tomás (2012, p. 2) discute a *invisibilidade social* da seguinte forma: “Propomos assim, seguindo esta teoria [hermenêutica e fenomenológica], que a invisibilidade social nasce da consciência constituinte do ato de ‘não ver outrem’. Por conseguinte, este fenômeno é puramente subjetivo. Ao

Seja pela indiferença ou pelo preconceito, Janair é tratada como um ser humano invisível.

[...] Quis lembrar-me de seu rosto, e admirada não consegui [...]. A lembrança de sua cara fugia-me, devia ser um lapso temporário.

[...] E sua roupa? Não era de surpreender que eu a tivesse usado como se ela não tivesse presença: sob o pequeno avental, vestia-se sempre de marrom escuro ou de preto, o que a tornava toda escura e invisível. Janair tinha quase que apenas a forma exterior, os traços que ficavam dentro de sua forma eram tão apurados que mal existiam: ela era achatada como um baixo-relevo preso a uma tábua (LISPECTOR, 2014, p. 39).

Além de refletir sobre a invisibilidade de Janair na casa, a patroa também se atenta à possibilidade da empregada odiá-la: “[...] E, olhando o desenho hierático, de repente me ocorria que Janair me odiara [...]” (LISPECTOR, 2014, p. 38). E supõe que o cachorro desenhado na parede é uma transposição do sentimento adverso que ela tinha por G.H. “[...] E quanto ao cachorro – seria este o epíteto que ele me dava? [...]” (p. 38).

Verifica-se, então, que não há harmonia e solidariedade no período de convivência entre as duas mulheres, posto que para G.H., Janair é invisível, e esta demonstra ódio pela outra.

Nas relações de trabalho, é comum verificar esse desequilíbrio, caracterizado pelo controle, pela exigência de disciplina e organização, pela imposição de regras por parte das empregadoras, e, de outra parte, pela autodefesa, submissão, e mecanismos de resistência por parte das empregadas.

reduzir eideticamente o conceito da invisibilidade social surge a sua essência: a intersubjetividade. Ao considerar a intersubjetividade como a estrutura essencial da invisibilidade social observamos uma correlação entre o ‘não visto’ e os outros indivíduos, o ‘não visto’ sendo compreendido como aquele que é invisível aos olhos dos que o rodeiam e os indivíduos sendo entendidos como consciência constituinte. É evidente que uma filosofia do elo social não deve simplesmente reduzir os fenômenos ao Eu. A intersubjetividade, ao abrir um espaço para o discurso filosófico na análise social, implica uma dialética sobre o conhecimento dos feitos sociais. Sendo esta investigação um estudo sociológico, o que nos interessa aqui é o facto de a alteridade invisível não o ser somente para Mim, mas também o ser para Nós. A intersubjetividade é constituinte e operante a diversos níveis. Existe, por um lado, intersubjetividade entre mim e aquele que eu não vejo: o outro partilha mutualmente o sentido do mundo comigo e sabe que eu não o vejo. Por outro, existe uma intersubjetividade coletiva: nós não vemos o outro.” (p. 2).

“A invisibilidade social vai depender (entre outras coisas) da percepção que os outros têm de mim. Se o outro não me vê é certamente porque eu não existo para o outro, no entanto existo fisicamente, logo sou visível. A não-percepção do outro é o resultado da sua vida da qual eu não faço parte. Para compreender o significado do comportamento social do ‘não ver outrem’ é necessário perceber a compreensão do ator, ou seja é fundamental conhecer as sedimentações da história individual e da história comum.” (p. 3)

“A invisibilidade como experiência moral é sofrida porque está relacionada ao sentimento de inexistência social. [...] Para Honneth, este tipo de invisibilidade é uma situação social particular na qual ‘os dominantes exprimem a sua superioridade ao não verem aqueles que eles dominam’.” (p. 6 – 7).

Pode-se dizer que a expressão de escritura da funcionária através dos desenhos na parede, a faxina no quarto, a reorganização e remoção dos objetos velhos sem utilidade são atitudes de insubordinação. Comportamento responsável por desestabilizar G.H., um momento epifânico, a inserção na tomada de consciência dessa outra, do seu papel no mundo, da sua presença que desafia e incomoda, é invisível ou oculta, mas que estremece as paisagens superficiais.

Alguns aspectos relevantes precisam ser destacados mediante a análise da obra em questão. Para tanto, é necessário ressaltar três conceitos para que se possa compreender a importância destes no processo de tomada de consciência da personagem protagonista. O primeiro deles é a *pre-sença (dasein)*⁸ elaborados por Martin Heidegger (2000), em *Ser o tempo*; os demais, *exotopia* e *alteridade*, tecidos por Mikhail Bakhtin (2010), em *Estética da criação verbal*.

No romance, a presença de Janair no quarto ocasiona o processo de entendimento próprio de G.H., que inicia. “[...] Coagida com a presença que Janair deixara de si mesma num quarto de minha casa, eu percebia que as três figuras angulares de zumbis haviam de fato retardado minha entrada como se o quarto ainda estivesse ocupado.” (LISPECTOR, 2014, p. 39).

Pode-se dizer que há a presença de Janair no quarto, uma vez que ela deixou suas impressões através de já referida reorganização do cômodo e, principalmente, pelos desenhos. Dessa forma, Janair existe no quarto. A funcionária, sempre tida como ausente e invisível, passa a existir para G.H. Uma presença que faz pensar. Uma presença que leva à *pre-sença*.

Conforme Heidegger (2000, p. 78), “as características constitutivas da *pre-sença* são sempre modos possíveis de ser e somente isso.”

⁸ No esforço de interpretação do pensamento heideggeriano, trazido pela tradutora Márcia de Sá Cavalcanti, “*Pré-sença* não é sinônimo de existência e nem de homem. A palavra *Dasein* é comumente traduzida por existência. Em *Ser e Tempo*, traduz-se, em geral, para as línguas neolatinas pela expressão ‘*ser-aí*’, *être-là*, *esser-ci* etc. Optamos pela tradução de *pre-sença* pelos seguintes motivos: 1) para que não se fique aprisionado às implicações do binômio metafísico *essência-existência*; 2) para superar o imobilismo de uma localização estática que o ‘*ser aí*’ poderia sugerir. O ‘*pre*’ remete ao movimento de aproximação, constitutivo da dinâmica do ser, através das localizações; 3) para evitar um desvio de interpretação que o ‘*ex*’ de ‘*existência*’ suscitaria caso permaneça no sentido metafísico de exteriorização, atualização, realização, objetivação e operacionalização de uma *essência*. O ‘*ex*’ firma uma exterioridade, mas interior e exterior fundam-se na estruturação da *pre-sença* e não o contrário; 4) *pre-sença* não é sinônimo nem de homem, nem de ser humano, nem de humanidade, embora conserve uma relação estrutural. Evoca o processo de constituição ontológica de homem, ser humano e humanidade. É na *pre-sença* que o homem constrói o seu modo de ser, a sua existência, sua história etc. (cf. entrevista de Heidegger ao *Der Spiegel*, Ver. *Tempo Brasileiro*, n. 50, julho/set. 1977).” (HEIDEGGER, 2000, p. 309).

[...] Ela [pre-sença] não “tem” a possibilidade apenas como uma propriedade simplesmente dada. E é porque a pre-sença é sempre essencialmente sua possibilidade que ela *pode*, em seu ser, isto é, sendo, “escolher-se”, ganhar ou perder-se ou ainda nunca ganhar-se ou só ganhar-se “aparentemente” (HEIDEGGER, 2000, p. 78).

Posto isto, no cerne das discussões fenomenológicas, avançando nas questões ontológicas do ser, Heidegger preconiza que a condição de ser cabe a cada um; é uma possibilidade própria de cada ser ganhar-se; optar por ganhar ou não, perder ou não sua presença, é uma determinação de cada indivíduo.

Em se tratando da protagonista G.H., interpretando sua própria existência, ela irá perceber que cabe somente a ela a ruptura com os elementos supérfluos que compõem a sua cotidianidade mediada⁹. “O quarto era o retrato de um estômago vazio.” (LISPECTOR, 2014, p. 40). O quarto representa quem tem fome, no sentido dado por Josué de Castro (1984), aquela produzida pelas profundas desigualdades sociais, pela exploração das trabalhadoras e pela segregação social, alimentando os privilégios e o controle dos meios de produção da classe dominante¹⁰. Nele (no quarto) delineiam-se elementos que permeiam a realidade socioeconômica de Janair e das demais empregadas brasileiras, que em sua maioria, são negras,

⁹ “Porque a cotidianidade mediana perfaz o que, em primeiro lugar, constitui o ôntico deste ente, sempre se passou *por cima* dela e sempre se passará, nas explicações da pre-sença. O que, onticamente, é conhecido e distante, o desconhecido, e o que constantemente se desconsidera em seu significado ontológico. [...] Não se deve, porém, tomar a cotidianidade mediana da pre-sença como uma simples ‘aspecto’. Pois a estrutura da existencialidade está incluída *a priori* na cotidianidade e até mesmo em seu modo impróprio. De certa forma, nele está igualmente em jogo o ser da pre-sença, com o qual ela se comporta e relaciona no modo da cotidianidade mediana mesmo que seja apenas *fugindo e se esquecendo dele*.” (HEIDEGGER, 2000, p. 79 – 80).

¹⁰ “Impõe-se uma política que, acelerando o processo de desenvolvimento, quebrando as mais reacionárias forças de contenção que impedem o acesso à economia do país a grupos e setores enormes da nacionalidade, venham a criar os meios indispensáveis à elevação dos nossos padrões de alimentação. Porque a verdade é que nada existe de específico contra a fome, nenhuma panacéia que possa curar este mal como se fosse uma doença de causa definida. A fome não é mais do que uma expressão — a mais negra e a mais trágica expressão do subdesenvolvimento econômico. Expressão que só desaparecerá quando for varrido do país o subdesenvolvimento econômico, com o pauperismo generalizado que este condiciona. O que é necessário por parte dos poderes públicos é condicionar o desenvolvimento e orientá-lo para fins bem definidos, dos quais nenhum se sobrepõe ao da emancipação alimentar do povo. É dirigir a nossa economia tendo como meta o bem-estar social da coletividade. Só assim teremos um verdadeiro desenvolvimento econômico que nos emancipe de todas as formas de servidão. Da servidão às forças econômicas externas que durante anos procuraram entorpecer o nosso progresso social e da servidão interna à fome e à miséria que entravaram sempre o crescimento de nossa riqueza.” (CASTRO, 1984, p. 305).

reforçando a dominação de gênero, de classe e de raça¹¹ no ambiente de trabalho. Seguindo a perspectiva do feminismo radical levantada por Ângela Davis (2016, p. 225):

As enervantes obrigações domésticas das mulheres em geral oferecem uma flagrante evidência do poder do sexismo. Devido à intrusão adicional do racismo, um vasto número de mulheres negras teve de cumprir as tarefas de sua própria casa e também os afazeres domésticos de outras mulheres. E com frequência as exigências do emprego na casa de uma mulher branca forçavam a trabalhadora doméstica a negligenciar sua própria casa e até mesmo suas próprias crianças. Enquanto empregadas remuneradas, elas eram convocadas a ser mães e esposas substitutas em milhões de casas de famílias brancas.

Retomando a descrição do quarto, sua mobília limita-se a uma cama, três maletas velhas, e um guarda-roupa estreito. As descrições do colchão salientam particularidades de um ambiente inóspito, desagradável, seco, rude e áspero, destacando o estado de precariedade e segregação imposto a Janair pela patroa:

A cama, de onde fora tirado o lençol, expunha o colchão de pano empoeirado, com suas largas manchas desbotadas como de suor ou sangue, manchas antigas e pálidas. Uma outra crina fibrosa furava o pano que estava podre de tão seco e espetava-se erecta no ar. [...]

Sobre elas [maletas], e sobre a marca quase morta de um “G.H.”, o acúmulo já sedimentado e tranquilo de poeira. E havia também o guarda-roupa estreito: era de uma porta só, e da altura de uma pessoa, de minha altura. A madeira continuamente ressecada pelo sol abria-se em gretas e farpas.” (LISPECTOR, 2014, p. 40).

¹¹ Sobre essa temática, Ângela Davis (2011, p. 6) combate a ortodoxia no interior do marxismo por este não considerar as questões de gênero, classe e raça pelo viés da interseccionalidade e por dar primazia somente às questões de classe frente aos mecanismos de dominação: “As organizações de esquerda têm argumentado dentro de uma visão marxista e ortodoxa que a classe é a coisa mais importante. Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras.”

O segundo e terceiro conceitos relevantes para a compreensão da composição da personagem no que diz respeito à tomada de consciência foram elaborados por Bakhtin. São eles: exotopia¹² (*ex* – fora; *topos* – lugar) e alteridade¹³ (do latim *alteritas* – outro).

O termo *exotopia*, escolhido por Tzvetan Todorov para traduzir do russo *vnenajodimost* (substantivo de “encontrar-se fora”), conforme demonstra Irene Machado (2010, p. 16), “[...] tornou-se a matriz terminológica e conceitual das formulações da arquitetônica que procura abarcar a importância do olhar contido num campo de visão e também daquele que se revela excedente [...]”.

No capítulo sobre *A forma espacial da personagem*, Bakhtin (2010) aprofunda o debate acerca do *excedente de visão*, base para o entendimento do conceito de exotopia. Segundo as palavras do autor,

Quando contemplo no todo um homem situado fora e diante de mim, nossos horizontes concretos efetivamente vivenciáveis não coincidem. Porque em qualquer situação ou proximidade que esse outro que contemplo possa estar em relação a mim, sempre verei e saberei algo que ele, da sua posição fora e diante de mim, não pode ver: as partes de

¹² Na ocasião em que busca definir o sentido de exotopia, Bakhtin (1997, p. 21 – 22), argumenta também sobre a difícil tarefa de conceber a relação harmônica entre o *eu* e o *outro*, elementos de compreensão da alteridade. “Esse *excedente* constante de minha visão e de meu conhecimento a respeito do outro, é condicionado pelo lugar que sou o único a ocupar no mundo: neste lugar, neste instante preciso, num conjunto de dadas circunstâncias - todos os outros se situam fora de mim. A exotopia concreta que beneficia só a mim, e a de todos os outros a meu respeito, sem exceção, assim como o excedente de minha visão que ela condiciona, em comparação a cada um dos outros (e, correlativamente, uma certa carência - o que vejo do outro é precisamente o que só o outro vê quando se trata de mim, mas isso não é essencial para nosso propósito pois, em minha vida, a inter-relação ‘*eu* o *outro*’ é concretamente irreversível); tudo isso é compensado pelo conhecimento que constrói um mundo de significados comuns, independente dessa posição concreta que um indivíduo é o único a ocupar, e onde a relação ‘*eu* e *todos os Outros*’ não é absolutamente não-invertível, pois a relação ‘*eu* e o *outro*’ é, no abstrato, relativa e invertível, porque o sujeito cognoscente como tal não ocupa um lugar concreto na existência. Porém esse mundo unificado do conhecimento não poderia ser percebido como o único todo concreto que abarcasse toda a diversidade das propriedades existenciais, do mesmo modo que percebemos o que temos diante dos olhos, pois a percepção efetiva de um todo concreto pressupõe um contemplador único e encarnado, situado num dado lugar; o mundo do conhecimento e cada um de seus elementos só podem ser pensados. Da mesma forma, uma emoção interior e o todo da vida interior podem ser vivenciados concretamente - percebidos internamente - seja na categoria do *eu-para-mim*, seja na categoria do *outro-para-mim*; em outras palavras, seja como vivência própria, seja como vivência desse outro único e determinado.”

¹³ “Alteridade (lat. *Alteritas, Alietas* [...]) Ser outro, colocar-se ou constituir-se como outro. A alteridade é um conhecimento mais restrito do que diversidade e mais extenso do que diferença.” (ABBAGNANO, 2000, p. 34). Para Bakhtin (2010, p. 109 - 110), o vínculo entre o *eu* e o *outro* é definido pelo ritmo, que fortalece a alteridade: “Na existência interior do outro vivenciada por mim (vivenciada ativamente na categoria de *alteridade*), a existência e o imperativo não estão rompidos nem são hostis mas estão organicamente vinculados, situados no mesmo plano axiológico; o *outro* cresce organicamente no sentido. [...] O ritmo é um beijo e um abraço no tempo axiológicamente adensado da vida mortal do outro. Onde há ritmo, há duas almas (mais exatamente, alma e espírito), há dois ativismos; a vida que vivencia e a que se tornou passiva para a outra, que a enforma e celebra ativamente.”

seu corpo inacessíveis ao seu próprio olhar – a cabeça, o rosto, e sua expressão –, o modo atrás dele, toda uma série de objetos e relações que, em função dessa ou daquela relação de reciprocidade entre nós, são acessíveis a mim e inacessíveis a ele. Quando olhamos, dois diferentes mundos se refletem na pupila dos nossos olhos (BAKHTIN, 2010, p. 21).

Para dar contornos à abordagem da exotopia e da alteridade em Bakhtin (2010), partindo do olhar do *eu* para o *outro*, no romance em destaque, é interessante notar como a patroa descreve e constrói sua visão da subalterna. Na ocasião, G.H. revela sua visão de Janair:

[...] o rosto preto e quieto, [...] a pele inteiramente opaca que mais parecia um de seus modos de se calar, as sobrancelhas extremamente bem desenhadas, [...] os traços finos e delicados que mal eram divisados no negror apagado da pele. Os traços – descobri sem prazer – eram traços de rainha. E também a postura: o corpo erecto, delgado, duro, liso, quase sem carne, ausência de seios e de ancas (LISPECTOR, 2014, p. 39).

E, partindo da noção da invisibilidade que G.H. tinha de Janair, que possuía “quase que apenas a forma exterior”, ela começa a se questionar a partir desse olhar sobre a empregada.

É de suma importância fazer breve consideração quanto a essa situação que gera o despertar da tomada de consciência na protagonista. Uma mulher branca, de classe abastada, com todos seus privilégios, se incomoda, reflete e mergulha em um caminho tortuoso de desconstrução de todas essas estruturas de dominação e privilégios social e racial que ela detinha vaidosamente. A mulher negra e subalterna a faz refletir sobre si:

E fatalmente, assim, como ela era, assim deveria ter me visto? Abstraindo daquele meu corpo desenhado na parede tudo o que não era essencial, e também de mim só vendo o contorno. No entanto, curiosamente, a figura na parede lembrava-me alguém, que era eu mesma (LISPECTOR, 2014, p. 39).

Olga de Sá (1993, p. 146) salienta a forma como G.H. interpretou as figuras: “O que quisera dizer Janair, desenhando as ‘três múmias’? G.H. compreendeu-as, como índices irônicos de sua caricatura de vida, orientada para o vazio.”

Como foi dito anteriormente, G.H. retrata diferentes processos de alteridade. O primeiro se dá nas interações entre ela e os seus iguais, ou seja, pessoas que, como ela, pertencem à classe abastada (indivíduos do mesmo grupo social), e se escondem por trás das máscaras de caráter¹⁴, envolvidas num processo de atuação como os demais, denominado de conformismo social.

¹⁴ Tomando como base a discussão trazida por John Holloway (2013, p. 204), “A máscara de caráter é uma imagem teórica: a sujeição de nosso fazer ao trabalho abstrato cria um teatro, um palco sobre o qual os personagens se movem em intensa atividade. [...] a luta para não ir ao palco, para não submeter o nosso fazer ao trabalho abstrato, o desejo dos atores, mesmo no palco, de jogar fora as suas máscaras: a luta não é de uma identidade, mas contra a identificação.” Mais à frente Holloway (2013, p. 208)

O outro processo ocorre a partir do conflito¹⁵ que se estabelece entre G.H. e Janair, que será discutido ao longo do texto.



É nesse contexto dialógico que irá brotar a necessidade de fazer-se, de reconhecer sua existência¹⁶, no sentido dado pela fenomenologia. A protagonista mostra a necessidade de se deixar ser, de deixar “derramar” *pre-sença*. A seu respeito Heidegger (2000, p. 256) diz: “A pre-sença é um ente que, sendo, está em jogo seu próprio ser. Na constituição ontológica da

complementa: “Não existe sujeito puro, não há bela alma, por detrás da máscara. O ator se deteriora com o papel que ele representa. O rosto que foi forçado a se conformar numa máscara se esconde também porque foi desfigurado pela máscara: retira-a e verá um rosto que foi distorcido pela máscara e pelo seu ressentimento para com a máscara. Não há um nobre selvagem sob os quinhentos anos de discriminação e opressão; não há uma mulher perfeita esperando para ser reconhecida uma vez que a dominação masculina tiver sido removida; não há fazer puro oculto sob o trabalho abstrato.”

¹⁵ “Essa luta contra a eventual posição axiológica do outro coloca de modo original o problema da forma externa auto-informe-confissão; aqui é inevitável o conflito com a forma e a própria linguagem da expressão, que, por um lado, são indispensáveis e, por outro, essencialmente inadequadas por conterem elemento estéticos fundados na consciência valorativa do outro [...]. Nenhum reflexo sobre mim mesmo pode me concluir integralmente, pois, sendo imanente a mim mesmo pode me concluir integralmente, pois, sendo imanente à minha consciência responsável e única, torna-se fator de sentido e valor do desenvolvimento ulterior dessa consciência; minha própria palavra sobre mim mesmo não pode ser essencialmente a última palavra, que me conclui; para mim, minha palavra é um ato, e este só vive no acontecimento singular e único da existência; é por isso que nenhum ato pode dar acabamento à própria vida, pois ele a vincula à infinitude aberta do acontecimento da existência.” (BAKHTIN, 2010, p. 131 – 132).

¹⁶ “A palavra existência resulta da aglutinação da preposição *ek* e do verbo *sistere*. No plano meramente vocabular, existência diz: 1) um movimento de dentro para fora, expresso na preposição; 2) a instalação que circunscreve e delimita um estado e um lugar; 3) uma dinâmica de contínua estruturação em que se trocam os estados, as passagens e os lugares. Devido à pregnância desse conjunto semântico é que *Ser e Tempo* reservou ‘existência’ para designar toda a riqueza das relações recíprocas entre pre-sença e ser, entificação privilegiada, o homem. Nessa acepção, só o homem existe. ‘A pedra é’ mas não existe.” (HEIDÉGGER, 2000, p. 310).

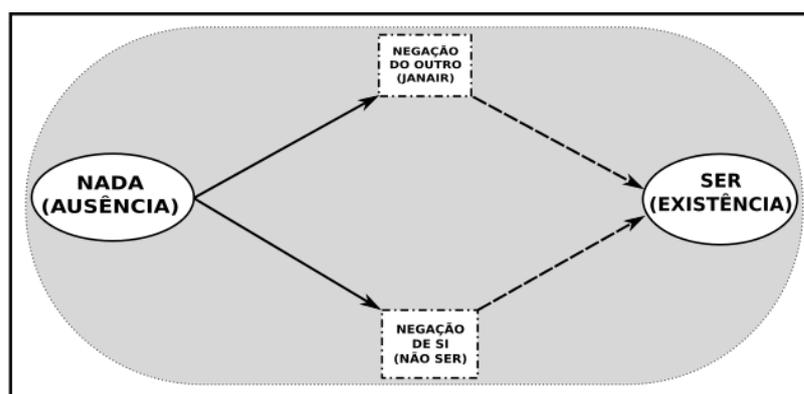
compreensão, o “estar em jogo” evidenciou-se como o ser que se projeta para o poder-ser mais próprio.”

Só que a água nunca fervera. Eu não precisava de violência, eu fervilhava o suficiente para a água nunca ferver nem derramar. Não, eu não conhecia a violência. Eu nascera sem missão, minha natureza não me impunha nenhuma; e sempre tive a mão bastante delicada para não me impor um papel. Eu não me impunha um papel, mas me organizara para ser compreendida por mim, não suportaria não me encontrar no catálogo. [...] Eu vivia mais dentro de um espelho. Dois minutos depois de nascer eu já havia perdido as minhas origens (LISPECTOR, 2014, p. 26).

Ao elaborar seu pensamento sobre o Nada, Platão o define como alteridade:

Resulta que há um ser do não-ser, tanto para o movimento quanto para todos os gêneros, já que em todos os gêneros a alteridade, que torna cada um deles outro, transforma o ser de cada um em não-ser, de modo que diremos corretamente que todas as coisas não são e ao mesmo tempo são e participam do ser. [...] Para Platão o Nada é a alteridade do ser, ou seja, a negação de um ser determinado (p. ex., do movimento) e a referência indefinida ao outro gênero do ser (ao que não é movimento). (ABBAGNANO, 2000, p. 695).

Diante dessa discussão, vale destacar uma passagem do texto em que G.H. declara: “Eu me preparava para limpar coisas sujas mas lidar com aquela ausência me desnorteava.” (LISPECTOR, 2014, p. 41). Ela experimenta uma ausência (Nada) motivada pela negação do outro (Janair), e pela negação de si, e se deparando com o *não-ser* que ela, progressivamente, estará diante de seu *ser*.



Para Heidegger, citado por Abbagnano (2000, p. 697), o Nada “é a própria anulação [...], ele é ‘a condição que possibilita, em nosso ser-aí (Dasein), a revelação do existente como tal’. O problema e a procura do ser nascem de fato de o homem não ser todo o ser, de que seu ser é o Nada da totalidade do ser.”

A dona do apartamento [G.H.] se refere à funcionária [Janair] utilizando as seguintes expressões: “representante de um silêncio”, “estrangeira”, “inimiga indiferente”, e confessa sua indiferença combinada com aversão quando declara “[...] que sem sequer a ter olhado, a odiava.” (LISPECTOR, 2014, p. 41).

Janair representa o perfil da mulher negra trabalhadora doméstica, inserida no processo de marginalização social, no qual a sociedade de classe naturaliza a desigualdade e a negação da subjetividade dos indivíduos explorados pelo trabalho precarizado e pela sujeição às lógicas de subalternidade.

A personagem se insere numa conjuntura social brasileira fruto de um passado escravista, denominado por Sueli Carneiro (*apud* Ratts, 2003, p. 4) de *subalternização do gênero segundo a raça*. Para a autora:

As imagens de gênero que se estabelecem a partir do trabalho enrudecador, da degradação da sexualidade e da marginalização social, irão reproduzir até os dias de hoje a desvalorização social, estética e cultural das mulheres negras e a supervalorização no imaginário social das mulheres brancas, bem como a desvalorização dos homens negros em relação aos homens brancos. Isso resulta na concepção de mulheres e homens negros enquanto gêneros subalternizados, onde nem a marca biológica feminina é capaz de promover a mulher negra à condição de mulher e tampouco a condição biológica masculina se mostra suficiente para alçar os homens negros à plena condição masculina, tal como instituída pela cultura hegemônica.

Condizente com as ideias de Carneiro, Ratts (2003, p. 4 – 5) entende que “[...] no Brasil, essa subalternização do gênero implica na seguinte hierarquia: Em primeiro lugar situa-se o homem branco; em segundo, a mulher branca; em terceiro, o homem negro; e, por último, a mulher negra.”

Apoiando-se nas discussões desses autores sobre a subalternização da mulher negra, é possível compreender com mais nitidez que o processo de formação sociocultural e socioespacial brasileiro foram constituídos por valores patrimonialistas, classistas e racistas.

Diante do exposto, a referência de Janair à rainha africana designa resistência em virtude da história de luta do povo negro; pelo fardo do trabalho árduo e degradante, que muitas vezes a ele foi e é delegado; pela criatividade de talento artístico-cultural que assegurou a defesa e o enfrentamento diante de tantas atrocidades.

Janair é uma rainha africana que dela fora destituída sua nobreza ao retirarem sua subjetividade, ao considerá-la (assim como acontece com a grande parte da população negra brasileira) incapaz de exercer funções que não a de sub-trabalhadora do precariado.¹⁷

Ela é uma soberana insubmissa quando pratica suas pequenas resistências cotidianas contra a patroa que exige uma postura subserviente. Seja como rainha do seu lar, como rainha do terreiro (mãe-de-santo), ou rainha do samba, as mulheres negras brasileiras carregam consigo a força das grandes guerreiras que a historiografia oculta, como: Dandara dos Palmares, Anastácia, Tereza de Benguela, Zeferina, Maria Felipa de Oliveira, Rainha Tereza do Quariterê, Na Agontimé, Zacimba Gaba e Aqaltune¹⁸, e várias outras combatentes da escravidão, do racismo e do machismo.

G.H. queria eliminar a presença de Janair e a aridez do quarto, posto que ambas a irritavam:

A primeira coisa que eu faria seria arrastar para o corredor as poucas coisas de dentro. E então jogaria no quarto vazio baldes e baldes de água que o ar duro sorveria, e finalmente enlamearia a poeira até que nascesse umidade daquele deserto, destruindo o minarete que sobranceava altaneiro um horizonte de telhados. Depois jogaria água no guarda-roupa para engorgitá-lo num afogamento até a boca – e enfim, enfim veria a madeira começar a apodrecer (LISPECTOR, 2014, p. 41).

¹⁷ Segundo Ruy Braga (2014, p. 36), “vivemos sob a sombra do “precariado”, isto é, um grupo de pessoas despojadas de garantias trabalhistas, submetidas a rendimentos incertos e carentes de uma identidade coletiva enraizada no mundo do trabalho. [...] Decorrente da descentralização da produção, da financeirização das empresas, da precarização das formas de contratação e da generalização da terceirização da força de trabalho, as formas tradicionais de auto-organização política dos trabalhadores, em especial os sindicatos, têm enfrentado enormes desafios na contemporaneidade. O resultado da confluência de todas essas tendências tem sido o incremento em escala global do peso relativo do proletariado precarizado no interior das classes trabalhadoras de diferentes países, tanto no Norte quanto no Sul globais.”

¹⁸ Essas guerreiras (Na Agontimé, Zacimba Gaba e Aqaltune) eram integrantes da monarquias nos seus territórios de origem. Aqaltune era princesa, filha do rei Mani-Kongo. Seu pai e seu reino foram derrotados na Batalha de Ambrúla por forças angolanas e portuguesas, pelo controle do território de Dembos, que separava Angola do Congo. No fim da guerra, seu pai foi decapitado e ela foi capturada por forças portuguesas. Foi vendida a senhores de escravos brasileiros junto de seus compatriotas. (disponível em: <https://www.almapreta.com/editorias/realidade/aqaltune-a-luz-palmares> - acesso em: 16/02/2019). Na Aontimé foi uma das esposas do rei Agonglo. Após o assassinato de seu esposo, ela teria sido vendida como escrava e enviada às terras brasileiras pelo rei Adandozan. Foi ela quem introduziu o *vodun* de Abomé no Brasil, praticado na Casa das Minas, no Maranhão (ARAÚJO, Ana Lucia. Aquela que “salva” a mãe e o filho. **Tempo**, dez, vol. 15, n. 29, 2010, p. 43 – 66). Zacimba Gaba, princesa guerreira, “foi sequestrada em Cabinda, na África e colocada numa fazenda em São Matheus – ES. Ela lutou bravamente e conseguiu fugir, durante vários anos lutava em alto-mar para libertar negros e negras que chegavam sequestrados” (ARAÚJO, Noélia da Silva Miranda de. Escrivências de uma professora afroindígena. **Odeere: Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – UESB**, vol. 3, n. 5, janeiro-junho de 2018, p. 186 - 197).

Uma outra questão motivada pela figura de Janair e pelo quarto seco – a perturba: Ela quer se indagar, quer lançar-se dentro de si. Para ela, é novidade julgar-se, porque amedronta perder suas “aspas”, deixar de ser uma “réplica bonita”, destruir o tédio que a alimenta e delicadamente a come. O tédio¹⁹ frequentemente manifesto no cotidiano do burguês.

Surge também uma espécie de “violência”, sentimento nunca antes experimentado por ela: “Uma cólera inexplicável, mas que vinha toda natural, me tomara: eu queria matar alguma coisa ali.” (LISPECTOR, 2014, p. 41). Quer matar a mulher estereotipada que admitira ser, e reconhecer-se a si mesma, em lugar de reconhecer-se no outro: “Enquanto eu mesma era, mais do que limpa e correta, era uma réplica bonita.” (LISPECTOR, 2014, p. 29).

Mas é difícil renunciar às acomodações que sua condição socioeconômica lhe assegura, e conseqüentemente, é árduo deixar de ser uma repetição automática de um padrão de mulher.²⁰ Planejando eliminar o que a incomoda no quarto, ocorre uma ideia que lhe causa conforto:

[...] eu cobriria aquele colchão de palha seca com um lençol mole, lado, frio, com um de meus próprios lençóis que tinham minhas iniciais bordadas, substituindo o que Janair deveria ter jogado no tanque. Mas antes rasparia da parede a granulada secura do carvão, desincrustando à faca o cachorro, apagando a palma exposta das mãos do homem, destruindo a cabeça pequena demais para o corpo daquela mulherona nua. E jogaria água e água que escorreria em rios pelo raspado da parede. Como se já estivesse vendo a fotografia do quarto depois que fosse transformado em meu e em mim, suspirei de alívio (LISPECTOR, 2014, p. 42).

Aliciadas à vontade de arrancar as impressões de Janair (objetivo que não se cumpre), questões que não fazem parte de suas reflexões cotidianas surgem. Indagações que não se agregam às concepções ideológicas do indivíduo que opta estar em conformidade com os

¹⁹ Sobre esse tema, Adorno (1995, p. 75) diz: “Tédio é o reflexo do cinza objetivo. Ocorre com ele algo semelhante ao que se dá com a apatia política. A razão mais importante para esta última é o sentimento, de nenhum modo injustificado das massas, de que, com a margem de participação na política que lhes é reservada pela sociedade, pouco podem mudar em sua existência, bem como, talvez, em todos os sistemas da terra atualmente. O nexó entre a política e os seus próprios interesses lhes é opaco, por isso recuam diante da atividade política. Em íntima relação com o tédio está o sentimento, justificado ou neurótico, de impotência: tédio é o desespero objetivo. Mas, ao mesmo tempo, também a expressão de deformações que a constituição global da sociedade produz nas pessoas. A mais importante, sem dúvida, é a detração da fantasia e seu atrofiamento.”

²⁰ Gilles Deleuze (1988, p. 8), tratando da manifestação da diferença e da repetição na sociedade moderna, defende: “Nossa vida moderna é tal que, encontrando-nos diante das repetições mais mecânicas, mais estereotipadas, fora de nós e em nós, não cessamos de extrair delas pequenas diferenças, variantes e modificações. Inversamente, repetições secretas, disfarçadas e ocultas, animadas pelo deslocamento perpétuo de uma diferença, restituem em nós e fora de nós repetições nuas, mecânicas e estereotipadas. No simulacro, a repetição já incide sobre repetições e a diferença já incide sobre diferenças. São repetições que se repetem e é o diferenciante que se diferencia. A tarefa da vida é fazer com que coexistam todas as repetições num espaço em que se distribui a diferença.”

valores de classe dominante, de forma que seu eu seja consumido, com a garantia de que ele seja membro de um grupo que produz sujeitos automatizados.

G.H. inaugura os questionamentos existenciais sobre seu passado, carente de auto-reflexão:

O que queria essa mulher que sou? o que acontecia a um G.H. no couro da valise? Nada, nada, só que meus nervos estavam agora acordados – meus nervos que haviam sido tranquilos ou apenas arrumados? meu silêncio fora silêncio ou uma voz alta que é muda? (LISPECTOR, 2014, p. 42).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nós nos vimos pelo olhar do outro. De fato, G.H. se vê como os demais integrantes da sua classe social a veem, o que não causa nenhum desconforto. Reconhece estar acostumada a ser julgada apenas por si mesma. Mas eis que ocorre a presença do seu oposto, e ela se reconhece nesse ser tão diverso de si. “Havia anos que eu só tinha sido julgada pelos meus pares e pelo meu próprio ambiente que eram, em suma, feitos de mim mesma e para mim mesma. Janair era a primeira pessoa realmente exterior de cujo olhar eu tomara consciência.” (LIESPECTOR, 2014, p. 38).

Esse ponto de vista controverso da protagonista com relação à funcionária é um componente fundamental para seu autoquestionamento, pois ela passa a se ver de forma incomum, graças ao olhar divergente que Janair demonstra de sua patroa. Mesmo silenciada, Janair manifesta como a reconhece, através das gravuras, a escrita da subalterna insubmissa, ímpeto primitivo de insatisfação.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ADORNO, T. **Palavras e Sinais**. Modelos críticos 2. Petrópolis: Vozes, 1995.
- ARAÚJO, A. L. Aquela que “salva” a mãe e o filho. **Tempo**, dez, vol. 15, n. 29, 2010, p. 43 – 66.
- ARAÚJO, N. da S. M. de. Escrivivências de uma professora afroindígena. **Odeere**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – UESB, vol. 3, n. 5, janeiro-junho de 2018, p. 186 – 197.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- BRAGA, R. Precariado e sindicalismo no Sul global. **Revista Outubro**, n. 22, 2º semestre de 2014, p. 35 – 61.

CAPRA, F. **A teia da vida.** Uma compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1996.

CASTRO, J. **Geografia da fome.** O dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

DAVIS, A. As mulheres negras na construção de uma nova utopia. São Paulo: **Instituto Geledés** – Instituto da Mulher Negra, 2011. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopiaangela-davis/>>. (acesso em: 21/01/2019).

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, G. **Diferença e repetição.** Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GODBOUT, J. T. Introdução à dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 13, nº 38, 1997, p. 1 – 24.

HEIDEGGER, M. **O ser e o tempo.** Vol.1. Petrópolis: Vozes, 2000.

HOLLOWAY, J. **Fissurar o capitalismo.** São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

LISPECTOR, C. **A paixão segundo G.H.** Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

MACHADO, I. A questão espaço-temporal em Bakhtin: cronotopia e exotopia. **Círculo de Bakhtin:** teoria inclassificável. São Paulo: Mercado de Letras, 2010, vol. 1, p. 1 – 19.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção.** 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

RATTS, A. J. P. Gênero, raça e espaço: trajetórias de mulheres negras. **Anais.** Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Caxambu, 21 a 25 de outubro de 2003, p. 1 – 20.

SÁ, O. de. **Clarice Lispector – a travessia do oposto.** São Paulo: Annablume, 1993.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2010.

TOMÁS, J. A invisibilidade social, uma construção teórica. **Colóquio “Crise das Socializações”.** Abril, 2012, p. 1 – 12.



A FAMÍLIA E A HETEROSSEXUALIDADE: A PRODUÇÃO DO CU COMO UMA ÁREA ERÓGENA

Thiago Henrique de Almeida Carvalho ¹
David Ferreira de Araújo ²

RESUMO

O presente trabalho busca investigar os mecanismos normalizadores da heterossexualidade compulsória no seio familiar, principalmente, no que se refere à formalização de uma visão nuclear tradicional, constituída pelo binarismo de gênero: homem/mulher, composto por pai/mãe/filho(a), impregnada pela heteronormatividade, onde normalmente verbera princípios de procriação, de laços biológicos e da condenação de determinadas práticas sexuais, por exemplo, a prática anal. Desta forma, para dar sustentação a discussão tecida aqui, segui os preceitos da pesquisa explanatória, ou seja, por meio da pesquisa bibliográfica, que, segundo Gil (2008), é desenvolvida diante de material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos. Assim, será através dos aportes teóricos de Lévi-Strauss (1976) sobre família, de Judith Butler (2017) sobre heterossexualidade compulsória, de Michel Foucault (2017; 2018) sobre discurso, e sexualidade, e de Paul Preciado (2017; 2018) e Javier Saez (2016) sobre o cu como área erógena, que pretendemos trazer à tona o núcleo familiar tradicional, formado por marido/esposa/filho(a), como constituído pelos efeitos discursivos da política heterossexual, tendo por intenção instaurar tabus a tudo aquilo que fomenta a desestrutura desse sistema: tratam de investir de discursos negativos ao prazer anal e ao cu penetrado dentro do âmbito familiar, uma vez que o cu desestabiliza o sistema heterossexista.

Palavras-chave: Instituição familiar, Heterossexualidade compulsória, Discurso, Cu.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste em refletir os mecanismos que legitimam e normalizam a cultura heterossexual dentro do âmbito familiar, pois, de acordo com o senso comum (que reflete uma camada conservadora da nossa sociedade), é de práxis se rotular a dinâmica desse polo como constituída pela tradicional forma: marido, mulher e filhos(as). Sendo assim, buscaremos entender a família como um polo que dissemina discursos da heterossexualidade e que recebe influência desta, legitimando a coerência sexo/gênero/desejo. Essa compulsoriedade projetada, no seio familiar, tabus concernentes, por exemplo, às sexualidades, ao controle das identidades de gênero, à intocabilidade e ao selamento de determinadas áreas,

¹ Graduado em Licenciatura Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPE, bolsista de produtividade CAPES, carvalhothiago.1994@gmail.com;

² Graduando em Bacharelado Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco, bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET Ciências Sociais da UFPE, davidfaraujo1997@gmail.com.



como o ânus. Esses aspectos têm a pretensão de construir determinadas situações sob os quais criam valores morais familiares.

Na maioria das ocasiões, esses valores morais tradicionais são constituídos pelas seguintes formações ideológicas: “Deus acima de tudo”, “o não casamento entre pessoas do mesmo sexo”, “procriação e laços biológicos”. Estes, por assim, impregnam a visão de mundo de qualquer indivíduo, qualificando, por exemplo, a homossexualidade, dentre outras sexualidades “desviantes”, como intoleráveis, inadmissíveis e pecaminosas. Desse modo, condenam-se as múltiplas práticas de desejos dos “desviantes”, principalmente quando essa prática está associada ao prazer anal, isto é, a penetração anal, pois ao ser taxado como “anormal”, desafia-se as inteligibilidades culturais de gênero e sexualidade, bem como as convenções e/ou os significados culturais de uma dada cultura (no caso, heterossexista). Para tanto, rege em torno dos nossos cus, um medo axiológico e um assombroso discurso hegemônico de sujeira, “o cu funciona como um órgão excretor, lugar de onde sai merda, ele serve nada mais que pra isso”. O medo desse órgão, que a priori, não é classificado como sexual, faz circundar múltiplos discursos, sendo esses, voltados à preservação deste lugar enquanto uma “área morta de desejo” do corpo humano.

Mas afinal, por que problematizar a instituição familiar? É na família que se dá a primeira socialização dos sujeitos, influenciando fortemente na constituição das suas identidades e subjetividades (SILVA, 2017). Sendo assim, a família se consolida através de um locus de normatizações, onde passa a negar e deslegitimar determinados assuntos, bem como incentiva determinadas práticas e discursos. Desse modo, o núcleo familiar se torna (junto a outras instituições) detentora de um regime de poder no que tange à promoção e produção de discursos, como também do que seja permitido fazer, realizar e falar, colocando, por exemplo, o debate sobre o sexo exaustivamente em discurso, para seu controle, dado que, de acordo com Foucault (2017), os discursos³ sobre sexo se multiplicaram no interior do exercício do poder, instaurando-se, assim, dispositivos para observar e interromper corpos “desviantes”. Diante da necessidade de ampla divulgação desses discursos, cria-se uma

3 Segundo Foucault (2017), o discurso é a capacidade de proliferar e produzir, através das instituições pedagógicas (Escola, Medicina, Estado, Igreja e etc), uma forma de controle social sobre os sujeitos. O discurso sobre o sexo, por exemplo, pressupõe essa realidade: “(...) tratando de proteger, separar e prevenir, assinalando perigos em toda parte, despertando as atenções, solicitando diagnóstico, acumulando relatórios, organizando terapêuticas, em torno do sexo eles irradiaram os discursos, intensificando a consciência de um perigo incessante que constitui, por sua vez, incitação a se falar dele”.(FOUCAULT, 2017, p.34)



economia geral dos discursos (FOUCAULT, 2018), investindo a família (cabe salientar que esta é um dos polos de investimento do discurso) de normatizações de gênero e sexualidade, bem como de privação/intocabilidade do ânus, sustentando que determinadas normas e ideologias sejam constantemente acionadas, fazendo e dando sentido às identidades e personalidades dos indivíduos.

Portanto, o objetivo desse trabalho é trazer à tona, e assim indagar, o que tange à produção e a promoção da heterossexualidade no âmbito familiar, atentando também, aos discursos que circundam o ânus, neste espaço, como um lugar de perigo, de intocabilidade e de abjeção (“erógeno”). Para alcançar tal objetivo, utilizamos a pesquisa bibliográfica, na qual se deu através da seleção de determinados artigos e livros em relação a tal temática (GIL, 2008), através de conceitos-chave como “Família”, concepção tradicionalista, de Lévi-Strauss (1976), “Heterossexualidade compulsória” de Judith Butler (2017), “Discurso” e “Sexualidade” de Michel Foucault (2017; 2018) e o “Cu” como área erógena de Paul Preciado (2017; 2018) e Javier Saez (2016).

A FAMÍLIA TRADICIONAL E A MANUTENÇÃO DA HETEROSSEXUALIDADE COMPULSÓRIA

De acordo com Turner (2014), ao acontecer à racionalização da sociedade ocidental no final do século XVII e início do XIX, necessitava-se, tendo em vista o desenvolvimento do capitalismo e a ocupação das cidades pelos trabalhadores e seus familiares, de um controle cada vez maior sobre os corpos e as sexualidades, pois cidades como França e Inglaterra, estavam sendo ocupadas intensamente por um fluxo enorme de pessoas que se deslocavam do campo em busca de melhores condições de vida. Essa enorme massa de pessoas fez surgir um enorme conglomerado de indivíduos que estavam localizados nas ruas, o que contribuiu para a diminuição do preço da mão de obra, bem como o aumento de horas trabalhadas, o aumento de roubos/furtos, expansão de trabalhadores e desempregados que consomem drogas e/ou álcool, o aumento da prostituição e de doenças. Como é perceptível, houve uma mudança na forma de organização da sociedade ocidental da idade média para a idade moderna, e, com isso, tinha-se a desesperada urgência de controlar o caos que havia se instaurando mediante a feroz onda de industrialização.



Tendo por via o controle desses transtornos, neste mesmo período, surgiu um novo objeto de exploração e controle: o corpo humano. A institucionalização do corpo que Foucault (1987) apud Turner (2014) chama de “panoptismo”, tornou possível uma estatística de controle das populações através das novas práticas de quantificação na medicina clínica, na demografia, na eugenia, na penologia, e na criminologia. Logo, são mediante às pressões populacionais que se instauram jogos e movimentos políticos que desenvolvem novos regimes de controle/disciplinatório.

Sendo assim, a pressão dos homens/mulheres e seus familiares nos espaços urbanos, diante das oportunidades que o capitalismo oferece para ascender socialmente, fez com que surgisse uma nova ordem institucional de prisões, hospícios, clínicas, fábricas e escolas, em que os corpos acumulados poderiam torna-se “seguros” e utilizáveis (FOUCAULT, 2014). Desta maneira, passemos agora a experimentar acúmulos de novos discursos e novos regimes, visando o controle e o “bem-estar” da população, uma vez que o espaço social é atulhado de corpos e de instituições destinadas a controlá-los e a discipliná-los, de acordo com um punhado de regras e tabus gerados diante das políticas de corpos educados, correspondendo também a uma sexualidade com um viés imperativo heterossexual.

Assim, o resultado desses regimes deram panos para um movimento de policiamento da sociedade, que, por sua vez, instituiu-se em condição ativa para a expansão capitalista, pois, o capital só poderia lucrar e os mercados ampliarem, com um devido acúmulo de homens/mulheres, bem quando a saúde e a docilidade das populações tivessem sido possibilitadas por uma rede de regulações e controles (TURNER, 2014). Para tanto, essa regulação do corpo, que a priori se “tornava” social, tinha de ser endossada e fortalecida por novos princípios de organização, sendo, um dos principais polos de controle e disciplinamento, o doméstico.

O cenário doméstico investirá nos indivíduos normatizações e inspeções, mostrando o caminho ao qual poderão percorrer, mostrando o que se pode falar, o que se pode fazer, ou melhor, legitimando a coerência corporal do sexo/gênero/sexualidade, tendo por intenção gerar uma concordância de cunho materialista, aludindo que, ao ter pênis, deve-se ser do gênero masculino, o mesmo processo recorre ao possuir uma vagina, deve-se ser do gênero feminino, correspondendo a uma heterossexualidade compulsória que, segundo esses

esquemas de regimes são disseminados e expostos de forma natural, sustentado por ordens e influências discursivas (LOURO, 2016a).

Sendo assim, a finalidade desta instituição tradicional é manter a “paz cívica”, a ordem social, e o estabelecimento de uma classificação, segundo ao qual Foucault (2014) aponta a separação daqueles que são “bons” e “maus”, servindo uma lógica de indivíduos educados e disciplinados, a fim de alcançar a regulação do corpo dos indivíduos. Para manter os indivíduos disciplinados, a família se tornou o local em que os indivíduos são formados e treinados pelas novas ciências do lar: comer, dormir, vestir-se e conduzir-se, e onde o poder político descentralizado deve ser localizado para a reforma das populações. A família passou a ser o lócus da racionalização e do ascetismo pessoal, ela atua diretamente na conservação de práticas vinculadas à manutenção da heterossexualidade compulsória, ajudando a manter a dualidade de gênero e a póstuma identidade dos indivíduos, pois, sob esse mesmo dualismo, faz-se por preservar uma visão ocidental de um modelo de família nuclear que se baseia em relações biológicas (BUTLER, 2003).

Prosseguindo, não só na instituição familiar circula, através dos discursos e das normas, ideias de “ordem natural” sobre a constituição deste núcleo, na antropologia, por exemplo, a questão sobre parentesco e familiaridade, mais ou menos do século XIX-XX, trouxe a ideia de que esses sistemas se baseavam no reconhecimento de certas relações biológicas para fins funcionais e sociais. Esta mesma disciplina tornou-se, ao passar dos anos, a ciência do parentesco, ela impregnou dogmas e criou estereótipos, parcialidade e fidelidade, baseada em um heterossexismo fantasmagórico, idealizado sobre a presença materna (uma figura feminina), paterna (figura masculina), filho (sendo este/esta consequência dessa relação).

Desta maneira, debruçando-se neste campo, vários foram os antropólogos que emergiram nesse debate, sendo o mais conhecido, Lévi-Strauss (1976), por deslocar o parentesco biológico para o campo social, contendo nele um aspecto geral de aliança. Lévi-Strauss (1976), a partir dos seus estudos estruturalistas, fornece-nos a capacidade de ver o parentesco como uma língua, tendo a família, sempre uma estrutura que faz com que certos tipos de relações sexuais possam ser possíveis ou não. Conforme o autor (1976), toda sociedade, seja ela do passado ou presente, constitui-se da relação marido-esposa-filhos

(podendo agrupar eventualmente outros indivíduos). Sendo assim, devemos atentar que toda família é composta por marido-esposa-filhos, mas as classificações podem ser diferentes. Cabe salientar que este polo implica tanto deveres como obrigações, bem como direitos sexuais (LÉVI-STRAUSS, 1976). Na tentativa de resolver problemas de cunho biológico em torno da organização social familiar, ele define a família, de forma a constatar um modelo ideal:

Ver-se ia, então que tal palavra serve para designar um grupo social que possui pelo menos, três características seguintes: 1) Tem a sua origem no casamento. 2) É formado pelo marido, pela esposa e pelos filhos (as) nascidos do casamento, ainda que seja concebível que outros parentes encontrem o seu lugar junto do grupo nuclear. 3) Os membros da família estão unidos por a) laços legais, b) direitos e obrigações econômicas, religiosas e de outro tipo c) uma rede precisa de direitos e proibições sexuais, além duma quantidade variável e diversificada de sentimentos psicológicos tais como amor, afeto, respeito, temor, etc. (GOODE, 1980, p.n.p)

Esse modelo ideal, cuja pretensão desloca o sentido biológico para o social, acaba por naturalizar princípios da divisão sexual do trabalho ao estabelecer uma dependência mútua entre os dois sexos, obrigando-os a perpetuarem laços e assim fundar uma família, onde proibições como o incesto seja proibido, porém, não no sentido biológico do termo, mas como dependência entre famílias, gerada por lógica uma rede de apoio/aliança. Para Lévi-Strauss, não é o casamento que funda a família, como era pressuposto, mas são as famílias que geram casamentos como dispositivos legais mais importantes que possuem para estabelecer alianças entre elas (GOODE, 1980), pois, “o sistema de parentesco é uma linguagem, não é uma linguagem universal, e outros modos de expressão e ação podem lhe ser preferidos” (LÉVI-STRAUSS, 2012, p. 81).

Fica claro, a partir disso, que os princípios da família são formados por laços heterossexuais, funcionando como um locus de produção de discursos da heterossexualidade compulsória, legitimando determinados padrões culturalmente estabelecidos e rejeitando outros – padrões que se desvinculam da compulsoriedade heterossexual. Para tanto, a instituição familiar tornou-se, o lugar privilegiado de investimento político em prol dos valores heteronormativos (LOURO, 2016 b), direcionando os indivíduos e sua visão de mundo sobre determinados assuntos e práticas. Desse jeito, cercam quase todos os indivíduos, constituintes do espaço familiar, de tabus, seja no que se refere ao gênero e à sexualidade, e principalmente, à prática sexual de “dar o cu”, pois ao realizar o ato anal, acaba-se por



negligenciar os grandes aparelhos normativos e discursivos promovedores da relação tal como colocada por Lévi-Strauss.

Com todos esses pressupostos, chega-se a conclusão da necessidade, no seio da família tradicional, da coerência imposta que se traduz na continuidade entre sexo/gênero/desejo sexual, sustentada pelo imperativo heterossexual (BUTLER, 2017). Essa lógica supõe uma ordem compulsória sobre a qual Butler (2017) vai afirmar: “talvez o sexo tenha sempre sido o gênero” (BUTLER, 2017 p.27), pois dada uma materialidade, ela induzirá o processo sistemático da compulsoriedade, gerado através das práticas reguladoras, para supor a coerência e a continuidade das identidades de gênero e das suas práticas sexuais. Dito isso, cabe, de acordo com Butler (2017), repensar as características ontológicas das identidades políticas, uma vez que o sujeito é produzido no interior de um campo de poder, tendo em vista que a heterossexualidade compulsória produz gêneros “inteligíveis” e uma sexualidade perfeitamente heterossexual, conseqüentemente condenando os sujeitos “desviantes” com sexualidades consideradas duvidosas. Dessa forma, torna-se necessário, neste momento, realizar um debate em torno das sexualidades ditas “desviantes”, uma vez que, através dos aparatos normativos e das técnicas de controle, busca-se controlar, e não repreender, como afirmará Foucault (2017), a sexualidade, cujo objetivo é promover corpos disciplinados.

A HOMOSSEXUALIDADE E AS SEXUALIDADES “DESVIANTES”

No tópico anterior foi apresentado o processo de racionalização da família enquanto um núcleo tradicional formado por marido-esposa-filhos, bem como a importância dos discursos e normas que fundamentam uma heterossexualidade compulsória, isto é, a coerência corporal entre sexo/gênero/desejo, sob uma ótica política de controle dos corpos e das sexualidades abjetas, pois se torna essencial controlar e educar os corpos e sexualidades para evitar transtornos e indivíduos “desviantes”. No que se refere a este tópico, apresentaremos alguns dos debates a respeito das sexualidades cuja sociedade disciplinadora, como afirma Preciado (2018), busca, através do biopoder⁴, uma nova forma de poder que planeje

4 Segundo Foucault (1974/1979), o biopoder entenderá refere-se às práticas surgidas no ocidente moderno, voltadas à gestão e regulação dos processos vitais humanos. O poder sobre a vida se instala como modo de administrar populações, levando em conta sua realidade biológica fundamental. Através dele, estabeleceu-se em nossas sociedades, desde o século XVII, um contingente significativo de conhecimentos, leis e medidas políticas.





tecnicamente a vida da população, promovendo o “bem-estar” da nação, a “saúde coletiva” e o controle da abjeção, isto é, daquilo que destoe dos padrões normativos de uma dada sociedade, pois estes perturbam a identidade e o sistema de ordem. Cabe salientar que o termo “abjeção” “se refere ao espaço que a coletividade costuma relegar aqueles e aquelas que consideram uma ameaça ao seu bom funcionamento, à ordem social e política” (MISKOLCI, 2017, p. 24).

É interessante perceber, portanto, que, anteriormente a esse regime da sociedade disciplinadora, existia um domínio jurídico-punitivo, este domínio impulsionava altas demandas aos sujeitos de repressão, as punições, por exemplo, chegavam, de acordo com Foucault (2014), a promover aos corpos mutilamento, esquarteramento e queimadura. A tortura era veemente sancionada, para punir os transgressores, estes eram torturados por cometerem roubos, adultérios, parricídios, por praticarem a sodomia, dentre outras coisas. Atualmente, diferentemente do sistema anterior, busca-se o processo normativo que seja capaz de promover práticas pedagógicas-educativas de sexualidade e o disciplinamento do corpo, trata-se, de acordo com LOURO (2016b), de um regime de poder sutil, mas sempre contínuo eficiente e duradouro, pois ele evoca certa naturalidade das coisas e impregnam de sentido natural, o adestramento, por exemplo, da sexualidade (cabe salientar que este termo surgiu no século XIX).

Passa-se então a promover linguagens, representações, símbolos e convenções, isto é, processos culturais, nas quais se estimulam certos tipos de condutas, voltadas a uma masculinidade e feminilidade comportada nos ideais heteronormativos. Dessa forma, para o asseguramento de uma “sexualidade sadia”, torna-se fundamental o vigiamento e a inspeção, uma vez que a sexualidade tem a capacidade de transformação de uma determinada identidade e na forma como esse indivíduo modificará e se comportará corporalmente. Nesse sentido, a sexualidade é um dispositivo histórico (LOURO, 2016b), correspondendo:

(...) a uma invenção social, uma vez que se constitui, historicamente, a partir de múltiplos discursos sobre o sexo: discursos que regulam, que normatizam, que instauram saberes, que produzem “verdades”. A sexualidade é um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas [...] o dito e o não dito são

visando ao controle de fenômenos como aglomeração urbana, epidemias, transformação dos espaços e a organização liberal da economia (FURTADO & CAMILO, 2016).



elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. (FOUCAULT, 1993, p. 244 apud LOURO, 2016 b, p.11/12)

À vista disso, esse dispositivo busca enquadrar, principalmente, dentro do âmbito familiar, um tipo específico de sexualidade, a heterossexual. Assim, as ideias normativas e discursivas que giram, por exemplo, em torno da coerência sexo/gênero/desejo, possibilitam uma idealização no qual projeta uma facticidade no corpo material, carregando ele uma verdade literal, compreendendo a lógica que tanto o sexo quanto o gênero é um resultado contra a homossexualidade e outras sexualidades desviantes, isto é, contra tudo aquilo que, segundo Green (2005), está fora do estado de equilíbrio, um estado de “anormalidade”, sobre quais as estruturas e convenções de uma determinada sociedade condena, segundo uma lógica funcionalista de um estado de harmonia, prevalecendo os positivos e, assim, condenando aqueles que perturbam essa ordem social das representações ideais de masculinidade e feminilidade heterossexual.

Mas por que se tem tanto medo da homossexualidade e das ditas sexualidades abjetas? De acordo com Green (2005), essas sexualidades, e incluo não apenas a homossexual, destoam de um padrão hegemônico que requer práticas heterossexuais, isto é, casar com pessoas do sexo oposto, uso da sexualidade para reprodução, construir uma família e laços afetivos, realização de ato sexual unicamente com o pênis (este sendo ativo e penetrador), sendo a vagina a receptora do pênis e possuindo um papel passivo. Essas características produzem uma espécie de sinalizador dentro da família, gerando discursos e práticas que não devem ser subversivas, por exemplo, não se fala sobre o ânus, não se pode tocar nele, não se pode usá-lo, e ao usá-lo, deve ser mantido em segredo, pois este desestabiliza uma determinada identidade.

Nessa impiedosa batalha de sancionar uma supremacia heterossexual, várias foram as tentativas de enquadrar, por exemplo, a homossexualidade como doença. Conforme Green (2000), a preocupação médico-legal com a homossexualidade (salientando que esta engloba, na época, também a lesbianidade como sexualidade) data mais ou menos a década de 1920/1930. Com o controle social do corpo, ao mesmo tempo, surge à preocupação com o corpo sexual: “cuja disfunção do sistema hormonal levava a uma conduta imoral e degenerada e cujo comportamento desafiava os padrões estabelecidos de masculinidade e feminilidade”. (GREEN, 2000, p.192). Setores médicos, criminalistas e pesquisadores da ala psiquiátrica

(83) 3322.3222

contato@desfazendogenero.com.br
www.desfazendogenero.com.br



estavam dedicados à manifestação da homossexualidade, tentando a todo custo conter a “perversão sexual” (GREEN, 2000). Outras desordens sexuais atingiram amplamente o Estado Nacional, antes mesmo de 1920/1930, trata-se da terceira década do século XIX, onde se iniciou uma busca incessante por um estado higiênico. Buscava-se higienizar o corpo, e agora principalmente as sexualidades, pois foi a partir dessa ideia de um corpo limpo e saudável que se reestruturou a ideia do casamento: “cuja legitimidade foi acrescida do prazer sexual a que o casal tinha direito, no âmbito de uma sexualidade rigorosamente conjugal”. (TREVISAN, 2018, p.168). O objetivo era gerar uma grande coesão social, assegurando a saúde física, bem como a moral (TREVISAN, 2018).

É notável então que a legitimidade dessa aversão anti-homossexual (cabe elencar que o termo homossexual foi utilizado pela primeira vez na Alemanha, em 1896), atingida entre o século XIX e XX, foi e continua, até o nosso presente século XXI, principalmente com os valores reemergidos de uma onda conservadora, pregadora dos valores cristãos e da família tradicional. Para mais, encontramos hoje uma ausência do sistema punitivo e/ou repressor tal como acontecia anteriormente, onde verbera não a conduta exploradora da homossexualidade e/ou outras sexualidades a partir do aparato médico-jurídico como uma doença, mas como sexualidades na qual se encontram em divergência do padrão aceitável heterossexual, cujas normas e discursos massificam, estimulam e disciplinam os indivíduos.

Portanto, foi através dessas ideias que se chegou a determinados estereótipos: um binarismo fortemente marcado entre heterossexual X homossexual, onde se classificava todos os ditos “perversos” como homossexuais, somente o homossexual pratica sexo anal, super-bichas e desviantes de um padrão hegemônico. Assim, o medo do “desvio social”, ou seja, das sexualidades “perversas/ desviantes/ monstruosas”, fez por instaurar práticas normativas e discursivas marcadas pela patologização de seus desejos (GREINER, 2016) e pela necessidade de promover uma alteridade, sendo uma das grandes promotoras dessas ideologizações, a família, intencionando feixes heteronormativos e aspectos ilusionais de uma falsa identidade de gênero e sexual essencializada (SALIH, 2017).

Diante de todos os aspectos comentados anteriormente, no próximo tópico, aguçarei o debate em torno dos discursos políticos heterossexuais sobre o ânus com uma área erógena, selada e produzida, de acordo com os ideais heteronormativos, por um entorno poluído e de





descategorização de uma identidade, pois é através da maquinaria de poder que se cria panos de fundos reguladores e proibitivos.

“PRÁTICAS SODOMITAS”: A PRODUÇÃO DO “CU” COMO ÁREA ERÓGENA

Neste tópico, desenvolveremos mais a fundo, as classificações e nomeações do que foi o aparato médico na interdição do ânus com um órgão excretor, servindo ele apenas para “expulsar fezes”, bem como uma área impura, no qual o prazer se encontra desconhecido (VIANA, 2014). No mais, como se viu no tópico anterior, o debate se firmou em torno da sexualidade, de como, através dos aparatos de controles e normatizações, buscou-se disciplinar os indivíduos, tendo a família um papel fundamental nesse desenrolar, pois neste ambiente, “a sexualidade é tida como um conjunto de regras morais que devem ser seguidas para a manutenção da ordenação social e familiar que, por sua vez, se baseia no cultivo de relações afetuosas, humanizadoras e espiritualizadas”. (VIANA, 2014, p.59). Logo para uma ideia harmoniosa de continuidade dessa ordem social, entra em ação o jogo político, a capacidade de sancionar ideais e discursos que estabeleçam um modo “correto”, por exemplo, de usar o corpo, quais órgãos sexuais disponibilizar para o ato sexual e de que forma, sendo homem ou mulher, se podem usar as partes sexuais.

A heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre ‘feminino’ e ‘masculino,’ em que estes são compreendidos como atributos expressivos de ‘macho’ e ‘fêmea. (...) Desse modo, os prazeres que não decorrem da inteligibilidade, ou seja, que não são presumíveis do sexo e do gênero se constituiriam como falhas ou impossibilidades lógicas distantes do ideal heterossexual. Tal ideal cria a ordem compulsória entre gênero, sexo e prazer sexual, mantendo ao alcance da imaginação uma materialidade estável e binária feita de órgãos que, sexualmente, estão destinados à satisfação das funções biológicas, e na mais voluptuosa das alternativas cogitadas, à satisfação de tornar a função reprodutiva venturosa. (BUTLER, 2003, p. 38 apud VIANA, 2014, p. 82/83)

Nesse caso, torna-se injustificável, perante a coerência cobrada pela heterossexualidade, usar o cu enquanto uma área de prazer e de penetração. Todavia, a imagem vendida pelo Brasil afora, a da negra com o “bundão”, pois a bunda brasileira, conforme Viana (2014) se tornou um símbolo da brasilidade e dos estereótipos de raça, encontramos, nos filmes pornôns destinados aos heterossexuais, o uso sexual do ânus como





obrigatório para as atrizes, enquanto que para os homens heterossexuais, a bunda é um limite constante, não se pode introduzir dedos, pênis, punho etc, pois isto ocasiona a perda da virilidade, “masculinidade”. Já para os homens gays, como salienta Viana (2014), a penetração modifica o status de um macho para puta. Diante disso, como se sustenta o discurso proibitivo nessas situações? De acordo com Viana (2014), é somente nos vídeos médicos e na pornografia que o ânus é colocado em plano de ação, isto é, onde se pode falar abertamente sobre o cu, seja para estudá-lo e/ou para penetrá-lo. Dessa forma, ao ser mostrado um homem penetrando o ânus de uma mulher, ainda é possível ver a preservação desta área como um lugar destinado a tabus, pois é mostrado nos vídeos pornô heterossexuais, que a conquista do prazer anal vem depois da penetração da vagina, assim, por mais que “comer cu de mulher” seja um fetiche de grande parte da população masculina, ver-se-ia a lógica da penetração ainda sob a ótica estratégica de uma prática não desejável aos “manuais heteronormativos”.

No entanto, por mais que tais práticas sejam vistas em vídeos pornô e no discurso médico, verbera a proeza, dentro do âmbito familiar, do silenciamento sobre o cu, uma vez que se for um casal heterossexual, deve-se contentar com o silêncio dessa prática, pois este ato pode trazer um desmoraamento social. O caso mais prático disso foi em 2011, quando a cantora Sandy falou que era possível ter prazer anal. A declaração da cantora teve muita repercussão, bem como várias opiniões contrárias e a favor, como: “Ela está totalmente certa. Hoje, o mundo está muito homossexual. Por que os homens querem outros homens se nós também temos fiofó?”⁵ Um caso prático como esse sustenta que, apesar de o ânus ser escancaradamente tratado de forma explícita nos pornô e discursos médicos, cotidianamente, apreciamos as proibições em torno dele, seja na família, escola, dentre outros espaços, falar sobre o cu é algo indelicado, inapropriado, de natureza contrária a postulação biológica dos órgãos sexuais que geram prazeres e desejo sexual (PORCHAT, 2014).

⁵<https://extra.globo.com/famosos/e-possivel-ter-prazer-anal-afirma-sandy-2328393.html>. Acessado no dia 13/06 às 20:00;

[https://universa.uol.com.br/noticias/redacao/2017/11/29/sexo-anal-7-famosas-que-ja-revelaram-o-que-pensam-sobre-a-pratica.amp.htm?](https://universa.uol.com.br/noticias/redacao/2017/11/29/sexo-anal-7-famosas-que-ja-revelaram-o-que-pensam-sobre-a-pratica.amp.htm?fbclid=IwAR3ixR98QZZgirWjralbpNGQHwcSIGAODIXsn2MndvMwrNKNjFnUIXdpRBk)

[fbclid=IwAR0qbwSYk0ZvKbw-](https://celebridades.uol.com.br/noticias/redacao/2011/07/28/declaracao-de-sandy-sobre-sexo-anal-vira-assunto-do-momento-no-twitter.htm?fbclid=IwAR0qbwSYk0ZvKbw-luxpwln75NXG5w6JtVO1UWGTOTvnSgJfpieEJOkKa2s)

[luxpwln75NXG5w6JtVO1UWGTOTvnSgJfpieEJOkKa2s](https://celebridades.uol.com.br/noticias/redacao/2011/07/28/declaracao-de-sandy-sobre-sexo-anal-vira-assunto-do-momento-no-twitter.htm?fbclid=IwAR0qbwSYk0ZvKbw-luxpwln75NXG5w6JtVO1UWGTOTvnSgJfpieEJOkKa2s) .





Sendo assim, por mais que se veja abertamente o uso do ânus, seja nos pornô heterossexuais, homossexuais e etc, “as concepções elaboradas pela medicina nos últimos séculos funcionam como referência e base de valores, representações e práticas relativas à sexualidade, campo no qual os doutores costumam ser considerados os tradutores e detentores do saber, por direito –, e como forma de trazer à tona os fenômenos mais secretos do corpo”. (VIANA, 2014, p. 81). Desse modo, desde as civilizações antigas, o ânus está subscrito na ciência médica, sendo nesta época, utilizado práticas de dissecações anais e enemas retais, não como uso sexual, mas como prática de explicação para adoecimentos nesta região. Mas como explicar a estabilização e o surgimento dos discursos científicos, que datam no início do século XIX até o XXI, do ânus como um lugar de injúria? (SAEZ, 2016). De acordo com Viana (2014), as explicações de Foucault sobre a virada biopolítica consagraram a saída das explicações das doenças nas classificações da experiência metafísica ou sobrenatural para o discurso da medicina de experiência visível e natural.

Para Michel Foucault (1963), a segunda metade do século XVIII – período anterior às relações de força biopolíticas – inaugurou uma experiência histórica oposta ao saber “filosófico e o corpo humano se tornou o espaço de origem e divisão da doença, um espaço cujas superfícies e caminhos são fixados numa geografia familiarizada pelo Atlas Anatômico”. A anátomo-patologia espacializa a doença e distribui o mal no corpo. Desse modo, a vida e o corpo da doença coincidem com o corpo do homem e o corpo humano é apenas um dado histórico e transitório diante do sólido saber médico. (VIANA, 2014, p. 89)

Além do mais, é preciso do olhar médico e de seus saberes para conhecermos a estrutura interna dos corpos, bem como a natureza e os sintomas das doenças e das crises (FOUCAULT, 2018 b). Com isso, o efeito discursivo dessas práticas, no período iluminista setecentista, trouxe a noção erótico-anal: “a grande intervenção do Iluminismo setecentista na vida sexual incidiu, principalmente, sobre as práticas sodomitas” (PEIXOTO JUNIOR, 1999, p.30 apud VIANA, 2014, p. 91).

A sodomia – antigo crime segundo as leis canônicas – foi considerada uma evidência dos emergentes invertidos sexuais. O termo *sodomia* tem origem hebraica e faz menção à antiga cidade de Sodoma (SeDoM em hebraico, SOD, sinônimo de segredo). Segundo interpretações de trechos do Antigo Testamento, entre os quais o livro *Gênesis* 18 e 19, a cidade foi destruída por Deus numa chuva de enxofre e fogo, por causa da decadência moral dos seus habitantes, a prática sexual anal entre homens seria o principal motivo da condenação divina. No entanto, nenhuma das passagens bíblicas faz alusão direta ao sexo anal entre homens, sendo tal associação incerta e discutível (SÁEZ; CARRAROSCA, 2011 apud VIANA, 2014 p.91).





Dessa forma, se instaura, a partir disso, um contexto sobre qual a palavra sodomia refere-se a atos sexuais contra a natureza, pois ao colocar a sensação, desejo e atos sexuais em vigor através dos discursos, visa-se produzir um sexo patologizável, assombrado pela noção de “perversão” (VIANA, 2014).

Gradativamente, a sodomia, o onanismo, dentre outros atos sexuais não procriativos, foram utilizados para criar espécies de indivíduos. Como discute Lanteri Laura (1994), com o Iluminismo do século XVIII, o saber científico anteriormente ligado à religião e às forças sobrenaturais deixa de ser inquestionável e dogmático e se torna essencial, por representar a existência de conhecimentos sérios e legítimos para descrever o encaminhamento de variadas circunstâncias cotidianas e vitais. (LAURA, 1994 apud VIANA, 2014, p.92).

Consequentemente, o investimento normativo da heterossexualidade compulsória, forneceram bases substâncias para classificar essa área como sendo composta por uma zona de sujeira, pois, para evitar a ultrapassagem de fronteiras perigosas, criam-se limites, de acordo com uma dada convenção cultural, para assegurar a “boa higiene” (DOUGLAS, 2014). Estabelece-se, portanto, uma sequência normativa que marca nossas identidades, nossos limites corporais e as zonas de perigos sobre as quais não se permitem ultrapassar. Tratam-se de marcações, frutos de códigos específicos que pretendem estabelecer uma coerência cultural. Essas marcações são nada mais que fronteiras, destinadas a instaurar tabus, bem como naturalizar determinadas práticas culturais como pertencente ao controle do bem-estar de uma determinada cultura sobre sua população (DOUGLAS, 2014). Assim, visa-se criar uma aparência de ordem, condena-se a desordem, isto é, aquilo que traz perigo ao nosso corpo e faz com que ele se torne impuro e transgressor. Sendo assim, antes que as estruturas sociais de uma determinada sociedade seja corrompida, delimita-se limites externos e condena-se os transgressores (DOUGLAS, 2014), aqueles chamados de corpos estranhos e monstruosos que trabalham arduamente para desmembrar a base heterossexista. Esses são responsáveis por trazer à tona os investimentos pesados que fundam nossa formação enquanto sujeito e nossa identidade. Em vista disso, o medo da “poluição”, ou seja, do estranho, daquilo que destoa dos padrões heterossexuais, faz com que haja a necessidade de construções de contornos corporais estáveis que repousem sempre sobre lugares fixos de permeabilidade e impermeabilidade corporais, a partir das práticas heterossexual e homossexual que reinscrevem as fronteiras do corpo, de acordo com as ordens culturais (DOUGLAS, 1964 apud BUTLER, 2017).





Nesse sentido, o universo é dividido entre coisas e ações sujeitas a restrições e outras que não são; entre as restrições, algumas pretendem proteger a divindade contra a profanação, e outras proteger o profano contra a intrusão perigosa da divindade. Regras sagradas são assim meramente regras cercando a divindade, e a impureza é a dupla maneira perigosa de contato com a divindade. (MARY, 2014, p.20).

Esses embasamentos promoveram ao ânus um lugar de desprezo, medo e nojo, além de situar uma profunda hipocrisia, pois, como foi visto, atenta-se um lugar desejado, mas, ao mesmo tempo, humilhado (SAEZ, 2016). Vemos então, políticas veemente circulando nossos cus, vigia-se esta zona, se um cu de um homem for penetrado, adeus masculinidade, se for uma mulher, é uma “vadia” e/ou “assanhada”, e se for um homem negro? Adeus estereótipo de “negão” e de dotado. Nos esquecemos, todavia, que a penetração anal faz parte também do dispositivo da sexualidade, estando presente nos filmes pornô (gay e hetero), nos romances eróticos e nos sex shops etc (SAEZ, 2016). Logo, todo mundo tem cu, mas o medo do desmembramento político-heterossexual fala mais alto, uma vez que esse órgão desafia uma lógica do que é sexo e genital (SAEZ, 2016). Desse modo, ao ser penetrado, o sujeito (a) torna-se abjeto.

Todas essas expressões traduzem um valor primordial, unânime, generalizador: ser penetrado é algo indesejável, um castigo, uma tortura, um ato odioso, uma humilhação, algo doloroso, é a perda da honra, algo onde jamais se poderia encontrar prazer. É algo que transforma sua identidade, que transforma de maneira essencial. (SAEZ, 2016, p. 27).

Assim, na primeira socialização com nossa família, já nos são passados alguns ensinamentos, algumas lições: “tomar no cu é algo horrível”, trata-se de investimentos que são advindos de um regime de poder heterocentrado. Esse mesmo regime heterocentrado, impregna o cu, bem como a prática anal com vários estereótipos, tornando, por exemplo, à penetração anal como sendo uma prática sexual destinada unicamente aos homossexuais. Contudo, torna-se interessante ressaltar aqui que essa prática também se encontra presente nas relações sexuais heterossexuais, porém, permanecem ocultas dentro do âmbito privado, isto é, entre quatro paredes, no quarto do casal. Dessa forma, a depender se a mulher for “casada”, é extremamente proibido anunciar e/ou falar sobre uma penetração anal, pois isto desonraria seu status de “bela, recatada e do lar”, de mãe de família e respeitadora dos costumes tradicionais. Em vista disso, como elenca Saez (2016), quanto mais se limpa o cu, sempre ele volta a se sujar.





Veremos mais adiante que o ato do sexo anal é desigual; valora-se de forma completamente diferente quem adota o papel ativo (a pessoa que penetre) e quem assume o papel do chamado passivo (a pessoa penetrada). Todas essas expressões que citamos insultam a pessoa que recebe a penetração: trata-se de um ódio ao lugar do passivo e, sobretudo ao homem penetrado. Não se insultam dizendo vai meter num cu, meteu pelo cu, fodedor de cu, vai meter num cu, enrabador. Metedor de cu. (SAEZ, 2016, p. 29)

Por conseguinte, além da lógica citada acima, vemos a classificação do homem penetrado como equiparado ao status inferior da mulher, pois se confirma que a única pessoa cuja capacidade de ser passiva, é o da mulher (SAEZ, 2016). Outra lógica se confere aos então homens heterossexuais: eles também praticam o sexo anal com suas respectivas mulheres, contanto, estes preferem optar pelo silenciamento. Já paramos então para pensar que não apenas nas relações entre homens se prática o sexo anal? A venda nos olhos do sistema hipervalorativo heterossexual, impede-nos de percebermos as práticas dentre pessoas de outras sexualidades, por exemplo, muitas mulheres penetram analmente outras mulheres, muitas mulheres trans com pênis penetram o cu de homens, mulheres e não binários (SAEZ, 2016). Além do mais, temos homens héteros sendo penetrados, seja no ato sexual com sua esposa, seja nas escondidas com outro homem etc. Mas por que a sociedade só foca nos homossexuais? Porque é mais fácil para o sistema de poder heterossexual, categorizar e classificar a prática anal aos homossexuais, visto que um grande aparato político-discursivo, através de seus efeitos, produziu culturalmente essa noção inteligível: “quem dar o cu são os homossexuais”. Logo, acaba-se legitimando as práticas sexuais ditas heterossexuais do pênis como ativo e “fudedor de buceta” e a vagina como receptora do pênis e ativa como natural e ideal, desembocando na condenação de outras práticas sexuais que fuga desse padrão esperado.

Dessarte, como afirma Preciado (2017), ao classificar algumas partes do nosso corpo como não sexuais, dentre ela excluir o ânus das relações de gênero e sexo, trata-se de impor limites, fruto da capacidade de privatizar nossos cus e escantear esse órgão, cuja abjeção nos coloca uma demarcação: “nosso rabo serve apenas para cagarmos”. Todavia, essa privação é emergência de um sistema político heterossexual, que busca a fixação e naturalização das práticas que reconhecemos como sexuais, isto é, as práticas valorativas de caráter sexual heterocentrado: “eu venho com meu pau, pra colocar na tua buceta” (PRECIADO, 2017). Assim, a colocação de sujo, nojo e um lugar que sai merda para nossos cus, são limites





ideológicos, ou seja, barreiras visando classificar esta área como erógena, pois se tem medo do cu, do que ele possa fazer: desnaturalizar este sistema performático fálico heterossexual, visto que o cu é investido de discursos políticos, advindo principalmente de nossos lares (família), a partir da nossa primeira socialização e estendendo-se para todo espaço da nossa sociedade, até nossa morte.

O ânus apresenta três características fundamentais que o transformam no centro transitório de um trabalho de desconstrução contrassexual. Um: o ânus é o centro erógeno universal situado além dos limites anatômicos impostos pela diferença sexual, onde os papéis e os registros aparecem como universalmente reversíveis (quem não tem um ânus?). Dois: o ânus é uma zona primordial de passividade, um centro produtor de excitação e de prazer que não figura na lista de pontos prescritos como orgásticos. Três: o ânus constitui um espaço de trabalho tecnológico; é uma fábrica de reelaboração do corpo contrassexual pós-humano. O trabalho do ânus não é destinado à reprodução nem está baseado numa relação romântica. Ele gera benefícios que não podem ser medidos dentro de uma economia heterocentrada. (PRECIADO, Paul B, 2017, p.32)

Portanto, para Preciado (2017), o ânus torna-se um lugar essencial para desmembrar as políticas heteronormativas: “(...) o orifício-entrada, um ponto de fuga, um centro de descarga, um eixo virtual de ação-paixão. E continua: “Pelo ânus, o sistema tradicional da representação sexo/gênero, vai à merda”. (PRECIADO, 2017, p. 32). Para tanto, a força dos discursos políticos heterossexuais e a promoção da família nesse empenho (cabe elencar que essa é uma das mais variadas no empenho da promoção do discurso heterossexual e contra o cu) impendem o desmembramento do ânus como um lugar de perigo, fora do campo social, de intocabilidade, impuro e de abjeção, uma vez que o terreno do cu como um lugar erógeno e sujo já está posto, um caminho árduo e culturalmente estabelecidos pelas forças políticas imperativas já circundadas (PRECIADO, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todos os debates aqui tecidos, pode-se fazer as seguintes e contundentes conclusões: a família tradicional enquanto promotora de discursos heteronormativos, empenhada na disseminação de um núcleo formado por pai-mãe-filho (a), cuja necessidade se instaurou mediante o surgimento do capitalismo, uma vez que se tornou necessário a urgência de controlar os corpos e as sexualidades dos indivíduos, bem como de classificá-las e

(83) 3322.3222

contato@desfazendogenero.com.br
www.desfazendogenero.com.br





identificá-las, para assegurar o “bem-estar” da população, devido às iminências capitalistas que visam separar os “bons e os maus”. Assim, a instituição familiar se tornou um ambiente estimulador da supremacia heterossexual: ser meninos e meninas capazes de assegurar a coerência sexo/gênero/desejo e o bom funcionamento da sociedade, pois uma vez garantindo isso, não terá “promiscuidade” que atrapalhe a paz cívica.

Desta forma, a população passa agora a ter uma rede de apoio que ajudará na conservação de ideais heteronormativos: a família, o aparato jurídico, a medicina, escolas, instituições sociais e etc. Todos juntos promoveram, e ainda promovem, através das normas instauradas, discursos hegemônicos, tais como: a família é aquela formada por marido (homem) – esposa (mulher) – filhos(as), a reprodução é uma dádiva de Deus e a condenação das sexualidades contraditórias a heterossexualidade, como “desviantes” e inapropriadas, sendo condenadas do mesmo jeito que Sodoma e Gomorra pela “imoralidade”, pelas sexualidades “antinaturais”, por “se situarem dentro do pecado”, pois a realização de atos sexuais não previsto, de acordo com as normas heterossexistas, dentre outros ideais já citadas aqui, acarretará na patologização.

Dito isso, é primordial para o sistema herossexista, para que não existam indivíduos “desviantes”, atribuir determinados limites sociais, frutos de uma lógica culturalmente estabelecida para manutenção dos seus ideais: tratam-se de classificações e demarcações a certas áreas do nosso corpo. Nessa lógica, o cu torna-se um lugar de não tocabilidade, de impureza, uma área erógena, sobre o qual o acesso a esse local acaba na transformação de uma identidade, ou seja, no desmoronamento social e na desarticulação da identidade baseada no sistema compulsório sexo/gênero/desejo.

Logo, esse jogo político-discursivo está constantemente circundando os indivíduos, dado uma necessidade de assegurar a paz cívica, uma vez que as sexualidades “abjetas”, ao fugir das práticas sexuais heterossexuais amplamente promovidas segundo um ideal que o pênis (ativo) penetra uma vagina (ativa), colocam em ação uma dissonância e uma descontinuidade com os padrões culturais de uma sociedade. Assim, promover o ânus como uma área pecaminosa, impenetrável, ausente de prazer e como um lugar que consiste na “descarga de merda”, gera uma verdade “inabalável”. Contudo, essa verdade é construída sob efeitos discursivos de uma consistência política empenhada na preservação dos intuitos





classificatórios e da identidade “positiva” (a conformidade com a coerência sexo/gênero/desejo). Para mais, o medo que é depositado ao cu consiste no que este pode desmembrar: políticas já estabelecidas, privilégios já sancionados, práticas sexuais já consolidadas e um jogo cultural previamente estabelecido, diante das convenções e invenções validadas para a garantia do poderio da heterossexualidade compulsória.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual? **Cadernos pagu** (21) 2003: pp.219-260.

_____. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 15ª ed, 2017.

CAMILO, Juliana & FURTADO, Rafael. O Conceito de Biopoder no Pensamento de Michel Foucault. **Revista Subjetividades**. Fortaleza, 16(3): 34-44, dezembro, 2016.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: perspectiva, 2ª ed, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e terra, 6ª ed, 2017.

_____. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro/São Paulo: paz e terra, 5ª Ed, 2018b.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e terra, 6ª ed, 2018a.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: vozes, 42ª ed, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas AS, 6ª ed., 2008.

GOODE, William J. **A Família**. Extraído de “A Família-Origem e Evolução, ed Vila Martha, RS, 1980.

GREEN, James. **Além do carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: editora Unesp, 2000.

_____. & Organizadores. **Homossexualismo em São Paulo e Outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

GREINER, Christine (ORGANIZAÇÃO). **Leituras de Judith Butler**. São Paulo: editora Annablume, 2016.

LEVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural: Claude Lévi- Strauss**. 1ª edição Cosac Naify Portátil, São Paulo, 2012.





_____. **As Estruturas Elementares do Parentesco** (Cap. 1 a 5). São Paulo, Vozes, 1976.

LOURO, Guacira. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 3ª ed, 2016b.

_____. **Um corpo estranho – ensaios sobre a sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2ª ed, 2016a.

MISKOLCI, Richard. **Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: autêntica editora: UFOP Universidade Federal de Ouro Preto, 2017.

PRECIADO, Paul B. (Beatriz). **Manifesto contrassexual**. São Paulo: n-1 edições, 2017.

_____. “Terror Anal”. In **El deseo Homosexual, de Hocquenghem, Guy**, Editorial Melusina, 1ª ed., 2009.

_____. **Texto junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**, n-1 _edições, 2018.

PORCHAT, Patricia. **Psicanálise e transexualismo: desconstruindo gêneros e patologias com Judith Butler**. Curitiba: Juruá, 2014.

SAEZ, Javier. **Pelo cu: políticas anais**. Tradução Rafael Leopoldo. Belo Horizonte, MG: Letramento, 2016.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. Belo Horizonte: autêntica editora, 1ª ed, 2017.

SILVA, Amanda da. **“Da ideologia de gênero à família heteronormativa: uma análise do plano municipal de educação de Curitiba”**. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. Rio de Janeiro: Objetiva 4ª Ed, ver., atual e amp., 2018.

TURNER, Bryan S. **O corpo e sociedade. Estudos em Teoria social**. São Paulo: ideais & letras, 2014.

VIANA, Luciana. **A folia dos cus prolapsados: pornografia bizarra e prazeres sexuais entre mulheres**. (Dissertação), Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, 2014.





A VONTADE DO SABER: A CONSTRUÇÃO DA VISÃO SOBRE A (IN) EXISTÊNCIA DAS PESSOAS TRANS EM SOCIEDADE A PARTIR DE UMA ÓTICA FOUCAULTIANA

Ariane Moreira de Senna ¹

RESUMO

Este artigo busca refletir sobre a construção das subjetividades existentes para com as pessoas trans. Para isso, apresenta-se teorias de Sigmund Freud e Michel Foucault, dois principais teóricos que tiveram e nos levam a refletir sobre influências de tais construções. A partir disso busca-se problematizar sobre o que pensam das transexualidades e travestilidades como um problema e desordem social, de quando a sexualidade se torna um problema e por quê? Com isso, será apresentado o aparecimento da categoria homossexual e seus desdobramentos que levaram mais tarde a construção de outras categorias patologizantes como o transexualismo e a transexualidade. Ao final, será discutido, a partir de uma visão Foucaultiana, o entendimento sobre formações de tais categorias bem como de suas aplicações e manutenções a fim de obter a legitimação do poder sobre alguns corpos em sociedade.

Palavras-chave: Sexualidades, Transexualidades, Travestilidades, Subjetividades, Patologização.

INTRODUÇÃO

Este artigo busca refletir sobre a percepção social subjetiva construída sobre as pessoas trans. Para isso apresenta-se teorias de Sigmund Freud e Michel Foucault, dois principais teóricos que tiveram e nos levam a refletir sobre influências de tais construções. Na busca de entender as visões desses teóricos faz-se importante perceber o tempo e local de fala vivenciado por ambos. Enquanto o primeiro é visto como alguém pessimista, marcado por um período de guerras, sendo judeu, tendo que se exilar e a viver em Viena, uma sociedade conservadora², o segundo é lido por muitas pessoas como um autor ligado a uma perspectiva muito liberal e contra o marxismo. Assim como Freud, as obras de Foucault também são marcadas pela sua trajetória de sua vida, escreveu a história da loucura porque na sua juventude foi internado e a

¹Mestranda em Estudos Étnicos e Africanos pelo Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia – POSAFRO/ UFBA, psicologia_arianesenna@yahoo.com.br;

² Ver mais sobre a trajetória pessoal e profissional de Sigmund Freud na única gravação feita por ele mesmo: <<https://www.youtube.com/watch?v=y1dGzfQgNAA>>. Acesso em: 09/05/2019.



história da sexualidade devido a sua orientação sexual de homem gay e a busca de entender as implicações que advinha dela em sociedade³.

Busca-se problematizar sobre o que ambos pensam das transexualidades e travestilidades como um problema e desordem social, o que contribuiu e contribui como um impacto diretamente nas subjetividades das pessoas trans. Pretende-se refletir, sobre a modificação da produção de conhecimento em relação a gênero e sexualidade. Como se pensou sexo e gênero em um período e estar se pensando hoje? Quando a sexualidade se torna um problema e por quê? Diante disso, refletimos sobre o aparecimento da categoria homossexual e um percurso de criação de nomenclaturas patologizantes como o transexualismo. Na busca de problematizar tais questionamentos, será utilizado como base uma visão Foucaultiana que interessa-se em estudar as heterotopias, em contraposição as utopias (coisas que não existem e esperamos que aconteçam), as heterotopias existem e estão nesse mundo, são os espaços como os asilos, prisões e cenatórios, hospitais, entre outros que a sociedade reservam para isolar “pessoas que não são sadias”.

Diante disso, analisa-se o contexto sob a visão de uma luta pela produção do saber que legitima o de uns e excluem e perseguem o de outros, interessando-se pelo o que Foucault chamou de genealogia, um termo que busca entender o surgimento de determinado discurso, como um método que se interessa as emergências do discurso de saber e então, compreender o que ele apontou como o controle sobre a vida ou o Biopoder, poder este que está sempre estabelecido nas relações entre as pessoas e as coisas. Em suma, entende-se que onde há poder há resistência a esse poder. Este trabalho reflete isso uma vez que é escrito por uma mulher trans, negra e periférica que assim, contribui para mudar e/ou repensar as teorias sobre gênero e sexualidade.

METODOLOGIA

O trabalho consiste em revisão bibliográfica e análise sistemática das produções científicas levantadas. Como uma primeira etapa apresentamos o levantamento bibliográfico das obras de Sigmund Freud através do seu clássico “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (“o caso Dora”) e outros textos” que tem por finalidade levantar uma discussão inicial da sexualidade sob o saber biomédico e da psiquiatria, grandes

³ Ver mais sobre Michel Foucault na gravação feita com suas próprias imagens e falas em: < <https://www.youtube.com/watch?v=Xkn31sjh4To>>. Acesso em: 09/05/2019.

responsáveis pela visão preconceituosa e estereotipada pela perseguição as crianças e aos homossexuais que ocorre posterior a publicação de tais obras. A partir disso, levanta-se escritas de psicólogos e psicanalistas pós-freudianos que contextualizam e analisam as obras de Freud com uma outra concepção do referencial teórico de pesquisa.

No segundo momento apresentamos o levantamento das obras de Michel Foucault como “A história da sexualidade I: A vontade de saber” e “Os anormais: curso no collége de France 1974- 1975” que analisa as produções sobre a sexualidade não apenas feitas pela psicologia e psiquiatria mas toda a área do saber biomédico e do direito, grandes responsáveis pela inclusão, manutenção e legitimação do poder de uns corpos sobre outros. A partir de tais análises, refletimos sobre o impacto que esse poder legimitado para uns, reflete diretamente para a percepção que atualmente temos para com as travestilidades, transexualidades e pessoas não binárias.

DESENVOLVIMENTO

A patologização como alternativa de nomear os que “destoam da norma”.

Freud (1905) escreve sobre a sexualidade infantil, ainda na primeira infância que, atinge um segundo pico, que perpassa pelos 3 a 4 anos de idade, atingindo o período de latência. Pontua que, é a partir desse momento que, com a educação civilizatória, a criança que outrora vivenciava de forma livre sua sexualidade polimorfa, passa a vivenciar os sentimentos de culpa, repressão e nojo, o que passa conseqüentemente por processos inibitórios, sublimação e outros mecanismos de defesas que a criança encontra para lidar com os ensinamentos dos adultos.

De acordo Freud (1905) no desenvolvimento humano, a criança passa por algumas fases que trazem o prazer sexual como a fase oral e a fase anal. Nessa última, a criança, intencionalmente retém a massa fecal para servir como algo masturbatório na região do ânus e, no caso de crianças maiores, a utilização do próprio dedo para auxiliá-la nessa masturbação. A outra zona erógena que o autor apresenta é a genital que, pertence aos órgãos sexuais e diz respeito ao início da vida sexual propriamente dita. Assim o autor apresenta fases da masturbação infantil onde a primeira era o ato de sucção do leite materno, a segunda que se dá por volta dos quatro anos de idade e, a terceira que corresponde a masturbação da puberdade. “As atividades sexuais dessa zona erógena, que pertence aos órgãos sexuais propriamente ditos, são o começo da futura vida sexual “normal”. (FREUD, 1905, p.94) Assim pela primeira vez,

ocorre uma afirmação da existência de uma sexualidade na infância constatando que já ocorre uma sexualidade nas crianças através de sua teoria e provocando a posterior uma perseguição à sexualidade infantil.

Em seu outro texto intitulado “A aberração sexual” Freud (1905) traz a concepção de necessidades sexuais como instinto sexual. Com analogia a fome, emprega a palavra instinto, trazendo conceitos como objeto sexual para denominar a pessoa pela qual o indivíduo sente atração e meta sexual para referir-se a ação que o indivíduo tem sob o objeto desejado como a união sexual. Com isso, aponta sobre os desvios sexuais em que contradiz o que a teoria popular do instinto sexual diz sob o homem e a mulher como metade um do outro, afirmando que existem homens que tem como objeto sexual outros homens e, mulheres outras mulheres sendo chamados de contrasexuais ou invertidos.

Apresenta a diversidade dos comportamentos dos invertidos como: sendo absolutamente invertido (ter o objeto sexual do mesmo sexo), invertidos anfígenos (uma espécie de hermafrodita psíquico em que o desejo sexual poderá ser por pessoas de ambos os sexos, o que entendemos hoje como bissexualidade), invertidos ocasionais (na inacessibilidade do objeto sexual e a imitação, pode tomar uma pessoa do mesmo sexo como objeto sexual) o que entendemos hoje como um ato sexual que acontece em condições externas pela compulsoriedade heterossexual.

Sobre essas inversões, Freud (1905) aponta que elas variam em julgamento dos indivíduos, enquanto uns acreditam que se trata de uma libido igual a de “indivíduo normal” e que deve ser legítima enquanto qualquer outra, outros acreditam ser uma obsessão patológica. Variam também quanto ao tempo. Para o autor, alguns percebem desde o início e grava em sua memória, outros sentem apenas na puberdade e depois desaparece retornando também na vida adulta ou não retornando mais e, outros sentindo apenas tardiamente na vida, depois de um grande “período de atividade sexual normal.

A visão de sua teoria então nomeia, rotula e possibilita uma exclusiva interpretação de vivência homossexual e até mesmo transexual e travesti, que para ele seria um desvio específico quando define o tipo de inversão que faz com que um homem se sinta pertencente a um corpo de mulher. Nesse sentido, o autor aponta dois comportamentos de invertidos: “O do homoerótico no sujeito, que se sente e se comporta como mulher, e o homoerótico no objeto que é viril e apenas troca o objeto feminino por um do mesmo sexo.” (FREUD, 1905, p.36)

O normal e patológico em uma perspectiva Pós-Freudiana.

Segundo Ceccarelli (2013) a falta de identidade nos condena a identificação mas que, os próprios processos identitários e/ou os discursos sobre a sexualidade foram criações de uma determinada cultura e esses, nunca refletem a verdade do sujeito pois levam em conta apenas as pulsões/desejos tido como valorizados e aceitos não contemplando as individualidades dos sujeitos. O autor pontua que os discursos sobre a sexualidade são construídos e modificados de acordo com os interesses dominantes e, de cada cultura ocorrendo pela igreja, pelo Estado ou pela ciência, como afirmou também a psicóloga Tatiana Lionço:

A sexualidade na era moderna foi objeto de intensa normalização, em que o suposto pecado cristão associado a práticas sexuais não matrimoniais ou não reprodutivas foi redirecionado para a lógica das aberrações sexuais descritas pela psiquiatria nas sociedades ocidentais. A prática da masturbação foi objeto de intensa repressão e a sexualidade infantil foi silenciada. Masturbação e sexualidade infantil são dimensões da sexualidade que desmentem ou questionam a sua intencionalidade meramente reprodutiva. (LIONÇO, 2012)

Ceccarelli (2013) em uma linha similar de pensamento a este, afirma que ninguém nasce sexuado sendo as relações com o outro as bases das construções identitárias e de sexualidade de cada um e que por nascermos sexualmente indiferenciados, nossos caminhos pulsionais e desejos não são então o fim, mas o ponto de partida da nossa força libidinal que não tem então um caminho predeterminado e/ou natural, normal. Assim critica o modelo Freudiano do sexo único que coloca o homem como viril e, a mulher como passiva.

Segundo o autor, foram os experts da medicina que começaram a definir as sexualidades legítimas ou não, a biopolítica pautada na ideia de perigo das relações sexuais sem casamento como perigosa, a gravidez indesejada, que levava ao aborto e ao assassinato de indivíduos dentre outros que deram margens e implantaram algumas sexualidades como perversas a exemplo da pederastia e sodomia que passaram a receber o nome de homossexualismo.

O surgimento da sexualidade atrelado ao surgimento de um problema.

Foucault (1975) indaga então, o porquê do movimento antimasturbatório do século XVIII se resumiu apenas ao ato da masturbação e não da sexualidade de uma forma geral? Explica com isso que, a sexualidade ainda não era uma questão a ser interrogada médica e interdisciplinarmente, ocorrendo tais interrogações a partir dos anos 1850. Além disso, chama a atenção que toda essa manifestação antimasturbatória era direcionada para crianças sobretudo,

adolescentes burgueses e não para pessoas que trabalhavam. O autor pontua que essa lógica funcionava não apenas sob uma ótica de moralização, mas de uma somatização da patologização de uma onda que conservava a ideia de que a masturbação provoca doenças secundárias a ela como doenças nos olhos, na medula espinhal, uma degeneração dos tecidos e etc.

Foucault (1988) afirma que, no início do século XVII havia ainda uma certa franqueza nas coisas, nas palavras, nas pessoas. A sexualidade não era tabu e motivo de vergonha, nem no gestos corporais, nem nas palavras nem na proibição entre conversas de adultos e de crianças mas, no século XIX com a força e legitimidade da burguesia vitoriana, a sexualidade se encerra, adentrando e permanecendo apenas dentro do espaço familiar e a função de reprodução. Com isso, é imposto o modelo e a norma a ser seguida e aqueles que não são regulados por ela, passam a serem visto como não dignos de lei e de direitos sendo reduzido ao silêncio, da negação do direito a fala, do que é decente ou não, o que representa a algo próprio da repressão. “[...] a repressão funciona, decerto como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação de inexistência e, conseqüentemente, constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber.” (FOUCAULT, 1988, p. 10) Assim, o autor aponta que apenas em alguns lugares de encontro como a casa da saúde e por pessoas como prostitutas, o psiquiatra e sua histérica, é que se é permitido falar e vivenciar a sexualidade sem interdição, inexistência e mutismo.

Segundo Foucault (1988) é possível compreender a repressão sexual do século XVII entendendo o contexto em que ela estava submetida: no capitalismo que, trabalhando intensamente com a exploração do trabalho não permitiria que as pessoas tivesse a energia e força para trabalhar sendo “desviada” para a realização de seus prazeres ao menos que fossem aqueles que estivessem, através do sexo, reproduzindo e dando assim uma continuidade para o próprio capital que passou a predominar intensamente.

De acordo com Foucault (1988) entre o século XVIII e XIX os discursos sobre o sexo passaram a ser vistos como algo necessário de se controlar, se preveni-lo e de proteger os sujeitos devido ao advento da dos discursos de doenças do nervo da medicina, da psiquiatria e de todo um conjunto do saber que envolvia a psicanálise e os estudos publicados por Freud sobre as perversões sexuais que assumia o significado do terreno da sexualidade e do sexo como um perigo. O que levou a colocar o sexo com condenação até o final do século XVIII foi o que o autor denominou como os três grandes códigos que regiam as práticas sexuais: o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil. Assim, quaisquer formas de prática sexual que não esteja

no modelo permitido dentro do casamento monogâmico e normativo era passível de condenação como para com as pessoas homossexuais e hermafroditas. Conforme apontado pelo autor, a medicina entrou nos prazeres do casal apontando práticas sexuais desviantes e incompletas e perturbações gerando toda uma forma de gestão sob eles.

De acordo com Foucault (1988) é desde o século XIX que se instaura então essa caça as perversões, primeiro com a perseguição as crianças, instalando dispositivos de segurança para a proibição dos seus “atos solitários”, de incestos e nasce toda a incorporação das perversões e a especificação de indivíduos através da formalização da categoria de homossexualidade que surge da transferência da prática de sodomia, escrita não só pela medicina mas também pela psicologia e pela psiquiatria. Conforme o autor aponta, como o sodomita tratava-se daquele que é reincidente de fazer o ato, o homossexual enquanto categoria classificatória dos indivíduos sugerem que são espécies e, sendo assim os psiquiatras do século XIX passaram a atribuir e dar vários nomes de batismo para os que compõem a categoria homossexual: Há os exibicionistas de Laségue, os fetichistas de Binet, os Zoófilos e Zooerastas de Krafft- Ebing, os automonossexualistas de Rohleder; haverá os mixoscopófilos, os ginecomastos, os prebiófilos, os invertidos sexoestéticos e as mulheres disparêunicas. (FOUCAULT, 1988, p.44) Desta forma, o poder que não estar na lei, mas sim na medicina, fez com que ela passasse a continuar a produzir e reproduzir espécies mesmo que não tenha existido ordem.

Segundo Foucault (1988) aponta que, foi a partir do século XVIII que se desenvolveram dispositivos de controle sobre os corpos iniciando então a perseguição infantil como prática de prevenção, a socialização das condutas de procriação impondo limites as práticas sexuais dos casais e a psiquiatrização do prazer perverso que colocou o instinto sexual como algo biológico e psíquico a fim ser controlado pelo saber médico e a estar suscetível a todo um conjunto de técnicas de tecnologia corretiva para as anomalias. Para o autor, o dispositivo da sexualidade funciona como o dispositivo de aliança que estrutura um sistema de regras que tem como seu principal objetivo reproduzir maneiras “legítimas” de relações e promover a manutenção de leis.

O dispositivo de sexualidade tem, como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global. (FOUCAULT, 1988, p.101)

Ao analisar o impacto do poder sobre a vida dos sujeitos, Foucault (1988) aponta que durante muito tempo, o direito de vida e morte foi um dos maiores privilégios do poder soberano

onde concedia a ideia do pai de família romano, o direito sobre a vida dos seus filhos e escravos, direito este inclusive de retirá-la quando quisesse, uma vez que lhes foi dado. Era a aprendizagem que se tinha sobre táticas de combate que o autor aponta como a instauração do princípio de poder matar para poder e viver, o que se tornou uma estratégia para os Estados. Assim, o genocídio como a exterminação de uma determinada raça ou espécie torna-se o sonho dos poderes modernos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para Freud todas as pessoas passam pelo complexo de Édipo, entre 4 a 13 anos e, a resolução desse para as meninas é desvincular a relação simbiótica com a mãe (uma relação homossexual) e se vincular ao pai e depois se desvincular do pai (porque senão seria incesto) para depois buscar uma outra figura paterna. Para os meninos, a resolução é desvincular da mãe e apaixonar-se por uma outra mulher (logo, continua a falar de uma relação heterossexual). Como e onde pensar as pessoas trans nesse contexto? A invisibilidade de travestis e mulheres trans nesse processo de maturação por si só já subjuga essas pessoas como doentes, uma vez que não passam por esse processo “normal”?

Diante disso, é compreensível que pessoas trans estejam constantemente adoecidas como disse o homem trans indiano Aditya Dutta (2019) sobre a grande angústia em sua vida que o levou a depressão ainda na adolescência, uma crise existencial do que é ser homem ou ser mulher. Entendendo-se como um homem em um corpo feminino, passou a fazer diversos experimentos consigo mesmo que problematizava a sua existência, quem ele era e, semelhante a que? Sem referências que pudesse leva-lo a uma possível transformação que adequasse seu corpo a sua identidade de gênero, ele passou a enxergar o outro como espelho, como semelhança afim de encontrar sua identificação mas quem é o outro? O homem cisgênero e heterossexual o que faz com que pessoas trans recaiam em outros problemas, a cisheteronormatividade compulsória.

Apesar das contribuições do psicanalista Paulo Ceccarelli quando faz uma releitura das obras do Freud como a possibilidade da não rotulação de uma homossexualidade contribuindo para que viemos a pensar em homossexualidades que abarca as diversas experiências e pluralidades dos sujeitos, seu texto ainda não alcança a diferenciação entre sexualidade e gênero, sendo necessário uma discussão da diferença entre sexualidade, gênero e sexo (que não

é apenas pênis e vagina) o que, sendo assim, provoca um apagamento sobre outras existências⁴: a invisibilidade dos intersex nas políticas de saúde que, por exemplo, questiona o sexo biológico de nascimento.

A história da sexualidade de Michel Foucault, apresenta-se como um texto escrito contra a perspectiva Freudiana de pensar a sexualidade inclusive sobre o entendimento de fixação, que essa apresenta ao colocar como possibilidade de análise do sujeito, o olhar para a cena dos primeiros anos de nossa vida. Para Foucault, isso não precisa ser uma chave, uma linha que der conta dos indivíduos. Na perspectiva Freudiana, o objetivo de olhar para trás então tem o intuito de buscar traumas, frustrações, recalques etc. A lógica é sempre olhar para trás e baseia-se na afirmação de que os desvios dos sujeitos são reduzidos à libido ou seja, a fonte e energias e impulsos⁵, o que faz Foucault enxergar como uma limitação do seu pensamento, sobretudo sobre os processos de subjetivação que estamos vivendo atualmente.

Foucault apresenta a lógica de poder como algo que é relacional e não unidirecional como apontado pela lógica Freudiana com o contrapoder havendo uma série de fatores como dispositivos de poderes para reprimir e adequar o sujeito a norma. Para Foucault (1988) a repressão produz uma série de fatores e, interessa-se muito mais por tais fatores. Assim, coloca a psicanálise na ciência sexual, que para ele é grande responsável para colocar um modelo central da sexualidade no mundo. É no século XVIII que se instaura a categoria homossexual que nasce a partir das ideias de sodomia.

Para Foucault (1988), a história da sexualidade nasce quando a sexualidade surge como um problema através do catolicismo e posteriormente pela medicina que não só contribui na reprodução da repressão sexual, mas cria formas, categorias para manter tal repressão. Dessa forma, a medicina com a legitimidade do poder sobre os corpos dos sujeitos permanece, em pleno século XXI, nas práticas hospitalares e laboratoriais, na execução exames e consulta sob os corpos de pessoas trans por exemplo, os corpos de homens trans, a não saber lidar com um órgão sexual tido como feminino que não tem penetração e/ou com o estranhamento de atender homens com vagina e que menstruam. Da mesma forma para com o não reconhecimento da

⁴ Para uma maior discussão sobre questionamentos emergentes da sociedade, sobretudo do século XXI sobre suas demandas que não são mais contempladas por um saber anterior, ver em: <https://www.youtube.com/watch?time_continue=3&v=HX6P6P3x1Qg&fbclid=IwAR1IufSjx5o09G-oUYZQat4MXi-YISOpb8ZHneaq742JBazZXXIwuVSAXZ0>. Acesso em: 09/05/2019.

⁵ A psicanálise Freudiana baseia-se na teoria da libido, o que fez causou inclusive a ruptura de Freud com seu discípulo Jung que reformulou o termo libido para uma concepção de energia mental e que apesar de acreditar na sua importância, não deveria ser levada única e exclusivamente como desvios dos sujeitos sem uma reflexão. Para ver mais, acessar: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/03/unidos-pelo-inconsciente-freud-e-jung-acabaram-separados-pelo-sexo.shtml>>. Acesso em: 09/05/2019.

importância da utilização do uso de nome social para travestis e transexuais como uma estratégia de acolhimento e permanência dessas pessoas no âmbito da saúde.

É comum ouvirmos do lado de grandes profissionais da saúde um discurso sobre desconhecimento para com as pessoas trans e, por isso a “culpa” do não reconhecimento ao nome social, a identidade de gênero e as especificidade de saúde das pessoas trans não seriam delas e deles mas sim, da falta de oportunidades de conhecer sobre a existência desses sujeitos. Interessante pensar também que só no ano passado a transexualidade sai do rol de doenças mas continua a estar submetida ao saber médico uma vez que ela é migrada para as condições relativas a sexualidade⁶, o que demonstra que o saber médico ainda não sabe nada ou minimamente de gênero, uma vez que coloca uma questão de gênero a sexualidade, tendo em vista que a identidade de gênero do sujeito não apresenta necessariamente ligação direta com a sexualidade.

Esquivá-la, barrar-lhe o acesso, mascará-la, são táticas locais que surgem como que em sobreposição, e através de um desvio de última instância, para dar forma paradoxal a uma petição essencial de saber. Não querer reconhecer ainda é uma peripécia da vontade de verdade. (FOUCAULT, 1988, p.55)

A questão se resume em: A VONTADE DE SABER, que o Michel Foucault aborda. A quem interessa conhecer, reconhecer, ensinar e legitimar a existência de corpos trans? A quem interessa retirar essas pessoas da marginalização ou esforçar-se para mudar a percepção existentes para com essas pessoas como agressivas, incapazes e/ou doentes? A inclusão e permanência de travestis e transexuais nos diversos espaços, poderão dar a ela o direito de falar ou escrever por si mesmas mas, até que ponto isso pode contribuir para uma visão positiva acerca dessa população?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Freud, subjetividades são construídas a partir do nosso desenvolvimento, sobretudo com o que nós sofremos que são exclusivamente a repressão e castigos. Para Foucault esses são elementos também fazem parte das nossas subjetividades mas essa repressão também é produtiva uma vez que, as pessoas que querem e que são reprimidas produzem outros saberes

⁶ No dia 18 de junho de 2018, a organização mundial de saúde retirou a transexualidade da categoria de doença contida anteriormente na classificação internacional de doenças-CID10 e, na nova revisão do CID 11, colocou a transexualidade na categoria de condição relativa a saúde sexual com a justificativa do benefício da migração proporcionar uma “inclusão” dos cuidados de saúde das pessoas trans. Ver mais em: < <https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/junho/organizacao-mundial-da-saude-retira-a-transexualidade-da-lista-de-doencas-e-disturbios-mentais>>. Acesso em: 08/05/2019.

pelo o que elas estão passando assim, a construção e manutenção do que somos é devido a uma política de controle que compartilha determinados valores e a partir disso vamos construindo e reconstruindo nossas subjetividades. Apesar desses pontos de desencontros na visão de ambos, relaciona-se o fato de as subjetividades serem um elemento que advém de um processo de construção social pois, a repressão, o nojo e a vergonha estão atrelados há um processo colonizador e civilizatório, o que dialoga com a perspectiva Foucaultiana do Biopoder.

Para se manter o estatuto da heterossexualidade ela precisa ser reafirmada cotidianamente a base de muita violência. Uma heterossexualidade compulsória que necessita da reafirmação da prática ou a menos do comportamento, no caso daqueles que são homossexuais mais que para se integrar a sociedade necessita ao menos comportar-se enquanto heterossexual. É de ciência que o caráter inato da homossexualidade já foi pesquisado por vários outros autores e nunca se encontrou uma conclusão que afirme tal caráter inato e genético⁷ sobre ela. Sobre a heterossexualidade não temos pesquisas reconhecidas no campo da sexualidade, sobretudo da medicina e psicanálise, que tenha provado algum caráter inato, genético e inato da heterossexualidade. Além disso, percebe-se que a permanência da heterossexualidade compulsória tem uma forte relação com o capitalismo. Para regular a população, necessita-se que as pessoas sejam monogâmicas e heterossexual, obtendo uma força de trabalho regulado.

REFERÊNCIAS

CECCARELLI, Paulo Roberto. **O que as homossexualidades têm a dizer à psicanálise (e aos psicanalistas)**. Bagoas. Estudos gays: gêneros e sexualidades, v.6, n.08, 28 fev. 2013, p.103-124.

COLLING, Leandro. Nem Pastor, nem geneticista: é a cultura, caralho!. **Ibahia blogs**. 5 fev.2013. Disponível em: < <http://blogs.ibahia.com/a/blogs/sexualidade/2013/02/05/nem-pastor-nem-geneticista-e-a-cultura-caralho/>>. Acesso em: 09/05/2019.

DRESSER, Sam. Unidos pelo inconsciente, Freud e Jung acabaram separados pelo sexo. **Folha de São Paulo**. 10 mar. 2019. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/03/unidos-pelo-inconsciente-freud-e-jung-acabaram-separados-pelo-sexo.shtml>>. Acesso em: 09/05/2019.

⁷ A discussão sobre a inexistência de um componente genético como determinante da homossexualidade tem sido utilizada por homofóbicos para justificar que a mesma é de caráter comportamental e que, sendo assim poderá ser curada e/ou modificada. Para ver mais sobre tal discussão, acessar: < <http://blogs.ibahia.com/a/blogs/sexualidade/2013/02/05/nem-pastor-nem-geneticista-e-a-cultura-caralho/>> Acesso em: 09/05/2019.

DUNKER, Christian. Homossexualidades ainda na estrutura perversa? I Christian Dunker I Falando n'isso 45. **Youtube**, 10 ago. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=oApVL7p7cE8>>. Acesso em: 09/05/2019.

DUNKER, Christian. Por que há tanto ódio à homossexualidade? I Christian Dunker I Falando n'isso 10. **Youtube**, 3 abr. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=oApVL7p7cE8>>. Acesso em: 09/05/2019.

DUTTA, Aditya. **Palestra**. Universidade Federal da Bahia-PAF 5. Salvador, Bahia. 4 de abril, 2019.

FILMES, Despertar. Quando sinto que já sei. **Youtube**, 29 jul. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?time_continue=3&v=HX6P6P3x1Qg&fbclid=IwAR1IufSjx5o09G-oUYZQat4MXi-YISOpb8ZHneaq742JBazZXXlWuVSAXZ0>. Acesso em: 09/05/2019.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I: A vontade de saber**. Trad. M.T.C. Albuquerque e J.A.G. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

FOUCAULT, Michel. Aula de 5 de março de 1975. IN: FOUCAULT, Michel. **Os anormais: curso no collége de France 1974- 1975**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p.201-229.

FREUD, Sigmund. *A sexualidade infantil*. IN: FREUD, Sigmund. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (“o caso Dora”) e outros textos**. Companhia das letras. Obras completas volume 6. Trad. Paulo César de Souza. 1901-1905, p. 73-120.

FREUD, Sigmund. *As aberrações sexuais*. IN: FREUD, Sigmund. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (“o caso Dora”) e outros textos**. Companhia das letras. Obras completas volume 6. Trad. Paulo César de Souza. 1901-1905, p. 20-72.

LIONÇO, Tatiana. **Transcrição da fala**. IX Seminário LGBT no Congresso Nacional. 9 de abril, 2012. Disponível em: <<http://jeanwyllys.com.br/acessivel/?p=3234>>. Acesso em: 07/05/2019.

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. **OMS retira transexualidade da lista de doenças e distúrbios mentais**. 22 de junho, 2018. Disponível em: <<https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/junho/organizacao-mundial-da-saude-retira-a-transexualidade-da-lista-de-doencas-e-disturbios-mentais>>. Acesso em: 08/05/2019.

NASCIMENTO, Anisia. Michel Foucault Por ele Mesmo – (Michel Foucault Par Lui Même). **Youtube**, 21 abr. 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Xkn31sjh4To>>. Acesso em: 09/05/2019.

PSICANÁLISE e Humanidades. SIGMUND FREUD I “Análise de Uma Mente” I Documentário (Dublado e Legendado). **Youtube**, 17 jan. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=y1dGzfQgNAA>>. Acesso em: 09/05/2019.



AMBIÊNCIA NA BRINQUEDOTECA: O LÚDICO COMO RECURSO DE DESCONSTRUÇÃO DE DESIGUALDADES DE GÊNERO

Vanessa Ferry de Oliveira Soares¹
Luciano Domingues Bueno²
Maria Laura Barros da Rocha³
Estefane Firmino de Oliveira Lima⁴

RESUMO

A (des)construção do imaginário social acerca de gênero é um processo dinâmico, seja no âmbito social, cultural e da subjetividade do indivíduo. O ambiente lúdico de brinquedotecas é um espaço relevante para a análise da oferta de brinquedos, visto que estudos apontam a importância de problematizar brinquedos e brincadeiras, bem como suas influências nas práticas sociais no que tange às questões de gênero. Objetiva-se refletir criticamente acerca da disposição espacial do acervo lúdico em uma brinquedoteca hospitalar, relacionando-a ao brincar livre, a aspectos de gênero e à humanização, em especial a partir do conceito de ambiência. Trata-se de um estudo teórico, qualitativo, de natureza descritiva e interpretativa sobre o espaço da brinquedoteca T.E.C.A. Foi utilizada uma câmera fotográfica para registro do espaço físico, seguida de descrição da localização dos recursos lúdicos e compartilhamento com as/os integrantes da pesquisa para as reflexões acerca do material. As fotografias foram utilizadas como estratégia de documentação de arranjos no ambiente estudado. A ambiência encontrada na brinquedoteca pode ser compreendida como promotora de humanização e saúde. As alocações do acervo de forma alternativa aos padrões gênero diretos sustentam a criação de memórias e imaginários mais diversificados. As construções/organizações do espaço analisado possibilitaram uma interlocução na desconstrução de padrões que mantêm a desigualdade de gênero, contribuem com a melhor assistência à criança hospitalizada na unidade pediátrica e possibilitam a promoção de direitos desses sujeitos.

Palavras-chave: Brinquedoteca, Brinquedo, Gênero, Ambiência, Humanização.

INTRODUÇÃO

A categoria “Gênero” é alvo de estudos em diversas áreas de conhecimento, com grande diversidade de produção interdisciplinar nas Ciências Sociais e Humanas. Os conceitos de gênero e sexo aparecem em oposição. Enquanto “gênero” é compreendido, nas

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, Psicóloga do HUPAA/UFAL, psic_vanessaferry@hotmail.com.

² Residente no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde do Adulto e do Idoso – UFAL/HUPAA, lucianodbueno@gmail.com;

³ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Bolsista CAPES. laurabarrosrocha@gmail.com.

⁴ Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas- UFAL, estefane.lima@ip.ufal.br;

* Artigo relacionado ao Projeto de Extensão “Território Encantado de Crianças e Adolescentes (TECA): Tecnologias Leves e o Cuidado Multiprofissional em Saúde em uma Brinquedoteca Hospitalar” da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).



ciências humanas, como uma dimensão subjetiva e cultural, relacionada à ideia do que é ser ‘mulher’ ou ser ‘homem’ em Sociedade, o “sexo” refere-se ao aspecto bio-fisiológico dos corpos humanos (OKA; LAURENTI, 2018).

Dessa forma, estudos de gênero partem de uma desnaturalização das relações entre homens e mulheres, realçando os aspectos socioculturais da construção e manutenção de desigualdades (MESQUITA; ALVES; MARTINS, 2011). Essa (des)construção do gênero e do imaginário social acerca dele é um processo dinâmico, em constante mudança, seja no âmbito macro (sociedade/cultura) quanto no âmbito micro (subjetividade do indivíduo). Nesse sentido, “o gênero é um projeto incessante, um ato diário de reconstrução e interpretação, tornando-se o lugar dos significados culturais, tanto recebidos, quanto inovados” (PADILHA, LEITÃO, 2011, p. 58).

Na infância, os brinquedos funcionam como produtos e produtores de expectativas e estereotipia de gênero, visto que os recursos lúdicos ofertados à criança dialogam com os posicionamentos de gênero estabelecidos na Sociedade. Nesse sentido, os brinquedos considerados socialmente como “para meninas” são objetos relacionados ao lar ou cuidado – como bonecas, panelas, fogão, por exemplo, preparando-as para uma vida doméstica, enquanto os ditos “brinquedos de menino” são aqueles que estimulam à competição e o exercício mental e físico, como bola, peças de encaixe ou jogos que exercitam à competição (BENTO, 2011).

O brinquedo emerge arraigado de sentidos culturais que se fazem disponíveis à criança. Ali, ao alcance de suas mãos, está o mundo, a ação, o imaginário. E neste ponto, se torna o cúmplice da criança, na elaboração de sua vida (KISHIMOTO, 1999). Nessa compreensão, os brinquedos podem constituir um campo de experiências, de criatividade; são objetos carregados de discursos, ideias, elementos culturais e sociais que interferem e alteram modos de o que é ser de meninos e meninas (LIRA; NUNES 2016). Assim, materializa-se a relevância de estudos que promovam a convergência de discussões de gênero com processos de produção e reprodução psicossocial presentes na dimensão do brincar.

As brinquedotecas são apontadas como um recurso para as crianças compreenderem o mundo, desenvolverem a subjetividade, encontrarem um equilíbrio afetivo e intelectual, na tentativa de adaptar-se ao ambiente desconhecido e ao mundo dos adultos (LIMA; SILVA, 2019). No contexto da saúde a Lei nº 11.104/2005 obriga a instalação de brinquedoteca hospitalares em hospitais brasileiros que oferecem atendimento pediátrico a crianças em regime de internação. Esta lei surgiu diante do movimento de humanização hospitalar, que entende o brincar como fator imprescindível para o desenvolvimento infantil e assegura o

direito de brincar da criança que está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A implementação de brinquedotecas hospitalares introduz um repertório lúdico de aprendizagem e desenvolvimento nas instituições de saúde, permite que o brincar possa ser utilizado como estratégia de intervenções psicossociais em processos de adoecimento e sofrimento - o que inclui a desigualdade de gênero.

Um acervo lúdico diversificado e sem ações diretivas reforça a autonomia da criança (ROCHA; BUENO; SOARES, 2019). Dessa maneira, o ambiente lúdico das brinquedotecas configura-se como espaço relevante para a análise da oferta de brinquedos, além da forma como o acervo está disposto aos olhos da criança. Para além disso, considera-se os estudos que apontam a importância de problematizar os brinquedos e as brincadeiras, transcendendo a questão física, nos comportamentos e significações que podem influenciar as práticas sociais no que tange às questões de gênero (LIRA; NUNES, 2016; KISHIMOTO; ONO, 2008).

Estudos sobre o prisma do brincar apontam para sua capacidade de produção de memórias e afetos com potencialidade de ressignificação de processos psicossociais relacionados a sofrimento (ROCHA; BUENO; SOARES, 2019). Com isso, podemos, a partir do lúdico, criar experiências e espaços potenciais de construção de memórias que confrontam construções reforçadoras de padrões de desigualdade de gênero.

A brinquedoteca Território Encantado de Crianças e Adolescentes (T.E.C.A.) é localizada em uma cidade do Nordeste, uma região brasileira historicamente marcada por altos índices de violência de gênero (IPEA, 2019). Segundo Atlas da Violência, divulgado em 2019, o qual analisa o período de 2007 a 2017, houve um crescimento de homicídios de mulheres no Brasil em 2017, com cerca de treze assassinatos por dia. Desse modo, questionar-se sobre os espaços e modos de construção de gênero na infância, principalmente em uma sociedade marcada por desigualdades, possui grande relevância acadêmica e social. Além disso, configura-se como um posicionamento ético-político alinhado com um compromisso de construção de espaços de brincar livre e que sustentem uma iniciativa de desconstrução de padrões associativos que podem desencadear sofrimento psíquico (LÚCIO, 2017).

Artigos produzidos anteriormente sobre a brinquedoteca T.E.C.A. apresentam sua implantação como uma estratégia de humanização e as potencialidades da promoção de saúde em espaços lúdicos hospitalares (MOREIRA et al., 2017; SOARES et al., 2018; SOARES et al., 2017; OLIVEIRA et al., 2017), além das relações de gênero emergidas no brincar (ROCHA; BUENO; SOARES, 2019). No presente estudo, volta-se o olhar para o espaço físico e como a sua organização se relaciona com as prerrogativas de humanização no Sistema Único de Saúde (SUS), em especial a partir do conceito de ambiência (BRASIL, 2008).

A política do SUS propõe a compreensão de ambiência pautada em três eixos básicos. São eles: a disponibilização de um espaço confortável; a organização do ambiente para facilitar os processos de trabalho; a compreensão de que há um espaço subjetivo, criado à partir do encontros entre as pessoas. Mesmo sendo uma distinção meramente teórica, entende-se que essa noção é necessária para pensar e ofertar um espaço lúdico apropriado. Tendo em vista esse fundamento, este estudo objetiva, através de uma metodologia descritivo-interpretativa, refletir criticamente acerca da disposição espacial do acervo lúdico em uma brinquedoteca hospitalar, relacionando-a ao brincar livre, à aspectos de gênero e à Humanização.

METODOLOGIA

A metodologia consiste em um estudo teórico, qualitativo, de natureza descritiva e interpretativa do espaço da brinquedoteca T.E.C.A., localizada no setor pediátrico de um hospital universitário do nordeste brasileiro. Trata-se de um espaço que tem a realização de suas atividades assegurada pela equipe envolvida com o Projeto de Extensão “*Território Encantado de Crianças e Adolescentes (TECA): Tecnologias Leves e o Cuidado Multiprofissional em Saúde em uma Brinquedoteca Hospitalar*” (LÚCIO, 2017).

A adoção de fotografias como recurso metodológico apoia-se na compreensão de que o uso de imagens nas pesquisas científicas pode apresentar os seguintes enfoques: a fotografia como fonte de dados em si mesma, a fotografia como objeto de pesquisa ou como instrumento e resultado (SANTOS, 2000). No presente trabalho, a imagem surge como estratégia de documentação de arranjos no ambiente estudado.

Instrumentos e procedimento de coleta de dados

Utilizando uma câmera fotográfica de *Smartphone* fez-se um registro fotográfico do espaço físico da Brinquedoteca. As fotografias resultantes foram compartilhadas com as/os integrantes da pesquisa, que participaram ativamente na descrição e nas reflexões acerca do material. Este processo transversalmente foi afetado pelo percurso de formação da equipe que, em distintos momentos (graduação, mestrado, extensão, estágio e residência) participaram do grupo multiprofissional que compõe a brinquedoteca TECA.

Nesse contexto, as fotografias funcionam como modo de registro para análise das formas como os brinquedos estavam organizados, para que pudessem ser observadas as disposições de recursos lúdicos que auxiliam na desconstrução de associações diretivas entre

gênero e brinquedos. A cristalização do espaço em imagens permite que o mesmo seja observado diversas vezes e de uma forma detalhada, não se restringindo ao local puramente físico.

Os materiais presentes na sala foram descritos, bem como a sua localização em referência aos recursos lúdicos socialmente percebidos como participantes da mesma categoria de “brinquedo de menina” ou de “brinquedo de menino”. Munidas/os de estudos acerca de gênero, brincar e desenvolvimento infantil, além das diretrizes sobre Ambiência do SUS, foram realizados apontamentos e reflexões críticas em relação à disposição de materiais na T.E.C.A., bem como as formas como pode ser produzida a construção de um ambiente lúdico menos diretivo e impregnados por estereótipos de gênero.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao entrar na brinquedoteca T.E.C.A., as pessoas encontram um espaço diferente da realidade usual do hospital universitário em que está situada. É possível identificar a cor bege nas paredes e o chão, em tonalidades muito próximas, que dão um aspecto monocromático presente em outros recintos do hospital. No entanto, o aspecto de espaço sem individualidade, padronizado em uma estética clínica e estéril se quebra pelo encontro com outras cores. O bege se combina com azul, vermelho, amarelo, verde e um amplo espectro de outras cores, que agregam a ludicidade à ambiência.

Nas paredes existem cartazes, desenhos das crianças, diferentes tipos de colagem que parecem dar uma nova roupagem ao espaço arquitetônico, pensado inicialmente como apenas mais uma sala hospitalar. Com isso, são gerados subsídios para que as pessoas usuárias possam produzir e compartilhar memórias que confrontam imaginários acerca da instituição calcados em experiências menos humanizadas e humanizadoras (BUENO; ROCHA; OLIVEIRA, 2018).

Os brinquedos – guardados em caixas ou dispostos livremente – não são colocados em seu lugar aleatoriamente. A organização do espaço considera a construção e manutenção de um ambiente confortável para crianças e acompanhantes, além de um espaço que siga diretrizes de higienização, prezando à saúde das/os presentes. É possível constatar, ainda que a otimização da área para circulação e para a brincadeira é sistematizada, além da presença de cadeiras e tapetes para quem deseja ou precisa estar sentada/o.

Figura 1 – Ambiência, cores e a reinvenção do espaço hospitalar



Fonte: Autores, 2019.

O uso da própria arquitetura na assistência à criança hospitalizada em unidades pediátricas pode proporcionar bem-estar à criança e sua família, bem como facilitar o desenvolvimento do processo de trabalho dos profissionais de saúde (BERGAN e colaboradores, 2009). Em concordância com esses apontamentos, estudiosos têm apresentado o inter-relacionamento entre as ações arquitetônicas e a potencialização de situações de conforto, a atitude de inclusão e a constituição de espaços de saúde adequados às necessidades daquele que sofre (RONCHI; AVELLAR, 2015; BESTETTI, 2014).

Nesse sentido, discutir acerca do ambiente da brinquedoteca perpassa a reflexão sobre o conceito de ambiência no contexto do SUS, o qual refere-se “ao tratamento dado ao espaço físico entendido como espaço social, profissional e de relações interpessoais que deve proporcionar atenção acolhedora, resolutiva e humana” (BRASIL, 2008, p. 05). Ou seja, a ambiência é composta pelo meio material onde se vive e pelo efeito moral que o meio físico provoca no comportamento dos indivíduos (BESTETTI, 2014).

Uma revisão acerca da ambiência como estratégia de humanização da assistência em uma unidade de pediatria (RIBEIRO; GOMES; THOFEHRN, 2014), constatou que a constituição da Política Nacional de Humanização (PNH) propicia possibilidades para as instituições de saúde implementarem estratégias de construção de ambiências acolhedoras e harmônicas. Essas novas construções/organizações contribuíram para melhorar a assistência à criança hospitalizada na unidade pediátrica, nas relações de troca entre o profissional de saúde, a criança hospitalizada e seus familiares.

Figura 2 – Logística de armazenagem e a oferta dos brinquedos



Fonte: Autores, 2019.

Para manutenção da higiene da organização, alguns brinquedos são guardados em caixas plásticas transparentes, de modo que permitem a visualização do seu conteúdo, ao mesmo tempo em que o protegem do acúmulo de poeira. Assim, existem barreiras entre alguns brinquedos e a crianças, entretanto, isso ocorre por condição de logística de armazenamento seguro de brinquedos. Sendo transparente, as caixas continuam livres para serem abertas se for solicitado às/aos extensionistas ou mesmo a partir da ação da própria criança.

Identifica-se, ainda, que os brinquedos são organizados a partir de semelhanças. O *container* catalogado como “Brinquedos de Faz de Conta” (como pode ser observado na Fig. 2) possui, como o nome sugere, recursos lúdicos relacionados às brincadeiras de faz-de-conta – como panelinhas, utensílios de cozinha, comidas de plástico, secadores e escovas de cabelo, castelos menores, entre outros. Ainda que grande parte dos brinquedos presentes façam parte de um universo doméstico, essas associações são evitadas, uma vez que não são referidos como “brinquedos de meninas”.

Ao seu lado esquerdo está uma caixa com carrinhos, seguido de um fogão e uma penteadeira de plástico. Por ter um acervo mantido por doações, e devido a algumas tendências observadas no próprio mercado de brinquedos, grande parte das panelinhas e a

penteadeira tem o rosa como a única opção de cor. O fogão, por outro lado, apresenta cores mais diversas: azul, vermelho e amarelo.

Há uma historicidade da relação entre certas cores e uma atribuição à um gênero específico (ORÁCULO, 2015). Para tanto, da mesma forma que há a associação social entre brinquedos de casinha e como “brinquedos de meninas”, também é comum a associação do rosa como “cor para menina”, algo que pode inibir a escolha por parte dos meninos dos brinquedos se esta for a única opção de cor, o que não necessariamente aconteceria caso fosse outra coloração. Evidencia-se, portanto, que os brinquedos considerados socialmente como “de menina” necessitam de um processo de desconstrução de mais de um estereótipo.

Apesar de ser algo digno de nota, isto não é visto como um empecilho, mas sim um convite a entender as estratégias socioculturais de condicionamento da oferta do brincar que reforçam a desigualdade de gênero. Ao unir padrões de cores socialmente construídos como pertencentes a determinado público a brinquedos específicos, há um estabelecimento simbólico muito poderoso entre determinadas atividades lúdicas e a categoria de gênero. Associações essas que podem ser perpetuadas até a vida adulta, uma vez que brincadeiras relacionadas aos afazeres domésticos e do cuidado, a exemplo de boneca e comidinha, reforçam um lugar social associado ao feminino.

Figura 3 – A organização do acervo como forma de desconstrução de padrões



Fonte: Autores, 2019.

Na fotografia anterior (Fig. 3) sinaliza-se uma proposta de ambientação de espaço na qual tipos de brinquedo socialmente condicionados à padrões de gênero distintos são alocados conjuntamente, de maneira a produzir tensões em estereótipos compartilhados culturalmente. Desse modo, representam experiências mais diversas de associação dos componentes lúdicos,

o que pode interferir na oferta de composição de brincadeiras – mais plurais e diversas possíveis.

A fim de agregar maior possibilidade de reflexão sobre a ambiência discute-se sobre a importância do ambiente na estruturação psíquica da pessoa. Para o psicanalista inglês, um ambiente suficientemente bom possibilita ao bebê seu desenvolvimento provendo adequadamente suas necessidades (WINNICOTT, 1952/2000; 1954/2000; 1956/2000). Desse modo, percebe-se que uma boa ambiência propicia a oferta de cuidado e manejo adequados para que bebês, crianças e adolescentes caminhem em direção à integração, personalização e estabelecimento de relações de objeto.

O ambiente possui importância significativa na obra do psicanalista, entretanto, apesar de um ambiente suficientemente bom favorecer o progresso dos processos de desenvolvimento e maturação, ele não é determinante e sim constituinte. Ou seja, “o ambiente não faz a criança. Na melhor das hipóteses possibilita à criança concretizar seu potencial” (WINNICOTT, 1983/2007, p. 81).

Aliás, para Winnicott (1931/2000) o conceito de saúde não é compreendido como ausência de doença ou mesmo normalidade. Nesta teoria, desenvolver-se e ser saudável é tendência natural do ser humano e relaciona-se à capacidade de o indivíduo viver criativamente (FRANÇA; PASSOS; ROCHA, 2014).

Em seu artigo, Ronchi e Avellar (2015) indicam que os jogos, brinquedos e instrumentos musicais disponíveis em um serviço de atenção psicossocial favoreceram a intervenção dos profissionais ao possibilitar a comunicação com os pacientes por meios dos recursos lúdicos. Winnicott (1971/1975, p. 79) assinala que “É no brincar, e talvez apenas no brincar, que a criança ou o adulto fruem sua liberdade de criação”.

Nesse sentido, a brincadeira pode estar atravessada por aspectos socioculturais que condicionam a criação à padrões de gênero que mantém o caráter de assimetria de ofertas do espaço lúdico para meninos e meninas. Percebe-se que além de manutenção dessa desigualdade, há uma limitação na possibilidade de criação de repertórios lúdicos, o que reduz o raio de alcance de apreensão da diversidade humana que poderia ser desenvolvida no brincar.

Mendes, Novaes e Vilhena (2018) destacam que através da experiência adquirida a partir de um ambiente adaptado e não omissivo ou invasivo a criança pode agir. Assim, esse sentimento de provisão ambiental está diretamente articulado com a ideia do gesto espontâneo, da criatividade e com a saúde em Winnicott.

A disposição de mobiliários confortáveis e suficientes, um espaço de interação entre usuários e trabalhadores, bem como o uso das cores e artes é apontada como ações propulsoras de acolhimento (BRASIL, 2008). Na brinquedoteca, ao proporcionar uma alocação do acervo de forma alternativa a padrões gênero diretivos a modelos que sustentam desigualdades sociais, possibilita-se a criação de memórias e imaginários mais diversificados.

Figura 4 – Outros mundos: o brincar através da leitura



Fonte: Autores, 2019.

A brinquedoteca conta com um acervo de livros além de outros recursos lúdicos, que dividem espaço com a realidade hospitalar de aparelhos e procedimentos (Fig. 4). A partir dos diversos recursos lúdicos do espaço (brinquedos, jogos, materiais de desenho, pintura, livros, entre outros) uma equipe de extensionistas e os profissionais do setor pediátrico desenvolvem atividades lúdicas junto com crianças, adolescentes e suas/seus acompanhantes (BUENO, ROCHA, OLIVEIRA, 2018).

Os brinquedos e as brincadeiras são importantes espaços para a construção do gênero, como indicam pesquisas (RODRIGUEZ; PENA; FERNANDES, 2005; KISHIMOTO; ONO, 2008). A escolha de brinquedos e de brincadeiras por gênero e por sexo é um processo de socialização, formação da identidade, construção e criação dos estereótipos das crianças (KISHIMOTO; ONO, 2008).

A brinquedoteca é um ambiente que pode cumprir para crianças e adolescentes uma função análoga à do espaço potencial (WINNICOTT, 1971/1975), onde se suaviza a sensação

de perda, acompanhando e facilitando a comunicação de vivências de sofrimentos e dores. De acordo com o autor o espaço potencial é como uma área intermediária entre a realidade interna e externa, ou seja, um lugar das experiências ligadas aos fenômenos e objetos transicionais.

Um estudo realizado com crianças hospitalizadas salienta a importância em dispor de recursos materiais (incluindo a própria arquitetura) e humanos para melhor assistir a esses sujeitos. O recomendado é a participação ativa da criança na construção da ambiência através da inclusão de acessórios pessoais, como almofadas e quadros para configurar o melhor ambiente pediátrico (EISEN et al., 2008).

Figura 5 – Entre tecnologias leves e duras: as formas de cuidar se somam



Fonte: Autores, 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse estudo foi refletir criticamente acerca da disposição espacial do acervo lúdico em uma brinquedoteca hospitalar. Através de uma metodologia descritivo-interpretativa foi possível relacionar o brincar livre realizado na T.E.C. A, à aspectos de gênero e à Humanização. Cabe considerar que a brinquedoteca estudada é situada na região Nordeste do Brasil, marcada historicamente por altos índices de violência de gênero. Este

ambiente, por meio de sua ambiência, tem contribuído para a desconstrução de dos modos de construção normativos de gênero na infância.

Entende-se, assim, que espaços e modos de construção de gênero precisam ser discutidos de modo a intervir nas desigualdades estabelecidas no âmbito social. Nesse sentido, a relevância social e acadêmica deste artigo se confirma. Há, assim, um posicionamento ético-político, que permeia o espaço lúdico e propicia desconstrução de padrões impostos sobre gênero. Conseqüentemente, produz-se saúde mental, na medida em que padrões rígidos de gênero que podem gerar fragilidade emocional.

Examinar a ambiência possibilita avançar qualitativamente no debate acerca da humanização, pois sua concepção pressupõe tanto as tecnologias biologicista que compõem o serviço de saúde, como os componentes estéticos ou sensíveis apreendidos pelos órgãos do sentido – luminosidade, ruídos, a temperatura do ambiente e a interação entre usuários, trabalhadores e gestores (BRASIL, 2008). Desde modo, a ambiência encontrada na T.E.C.A., pode ser compreendida como promotora de humanização e saúde, também em sua interlocução na desconstrução de padrões que sustentam a desigualdade de gênero desde a infância.

Considera-se que a análise fotográfica realizada conseguiu demonstrar que através do uso da ambiência na saúde é possível pensar outros posicionamentos culturais, éticos e políticos. Dessa forma, padrões diretivos e reforçadores da desigualdade de gênero, presentes desde a infância e que podem alimentar configurações sociais não igualitárias para homens e mulheres podem ser identificados e modificados em ambientes hospitalares. O compromisso de um espaço de brincar livre foi observado, bem como a criação de brincadeiras e imaginários mais diversificados são facilitados.

Os resultados oferecem ainda uma contribuição não apenas a respeito da reflexão crítica de brinquedotecas hospitalares e a desconstrução de aspectos de gênero, mas também sobre a importância da Ambiência. No entanto, ressalta-se que este estudo não esgota as discussões possíveis acerca da disposição espacial de acervos lúdicos em brinquedotecas hospitalares ou de sua relação com o lúdico, os aspectos de gênero e os preceitos da Humanização. Por fim, faz-se necessária a constante reflexão sobre o espaço e suas potencialidades, assim como a construção de novos estudos e estratégias que auxiliem na promoção de saúde e desconstrução de desigualdades.

REFERÊNCIAS

BERGAN, C. et al. Humanização: representações sociais do hospital pediátrico. **Rev Gaúcha Enferm [Internet]**, v. 30, n. 4, p.656-661, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rgenf/v30n4/a11v30n4.pdf> Acesso em: 02 ago. 2019.

BESTETTI, Maria Luisa Trindade. Ambiência: espaço físico e comportamento. **Rev. bras. geriatr. gerontol.**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 601-610, Sept. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/1809-9823.2014.13083>

BRASIL. **Lei Federal 11.104, de 25 de março de 2005**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2005/Lei/L11104.htm. Acesso em: 12 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde; Secretaria de Atenção à Saúde, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **Ambiência [Internet]**. Brasília; 2008. Disponível em: <http://www.saude.sc.gov.br/hijg/gth/Ambi%C3%Aancia.pdf> Acesso em: 02 ago. 2019.

BUENO, L. D.; ROCHA, M. L. B.; OLIVEIRA, A. A. S. Brinquedoteca e reconstrução Sócio-Histórica de espaços potencializadores nos Hospitais: um relato de experiência. **GEP NEWS**, Maceió, v.2, n.2, p. 170-176, abr./jun. 2018. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/gepnews/article/view/5258/3691> Acesso em: 02 ago. 2019.

EISEN, S. L.; et al. The stress-reducing effects of art in pediatric health care: art preferences of healthy children and hospitalized children. **J Child Health Care [Internet]**, v.12, n.3, p.173-190, 2008. Disponível em: <http://chc.sagepub.com/content/12/3/173.full.pdf> Acesso em: 12 set. 2019.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência 2019**. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Governo Federal do Brasil. Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784&Itemid=432 Acesso em: 02 ago. 2019.

KISHIMOTO, T. M.; ONO, A. T. Brinquedo, gênero e educação na brinquedoteca. **Proposições**, v. 19, n. 3, set./dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n3/v19n3a11>. Acesso em: 02 ago. 2019.

LIMA, E. F. O.; SILVA, N. K. S. BRINQUEDOTECA HOSPITALARES: UMA REVISÃO INTEGRATIVA. **GEP NEWS**, Maceió, a.3, v.2, n.2, p.245-251, abr./jun. 2019. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/gepnews/article/view/7907/5745>. Acesso em: 02 ago. 2019.

LIRA, A. C. M.; NUNES, M. A. Ensinando a ser menina e menino: brinquedos e relações de gênero. **Revista Ensino & Pesquisa**, v.14, n.01, p.180- 200, 2016. Disponível em: <http://periodicos.unespar.edu.br/index.php/ensinoepesquisa/article/view/849/534> Acesso em: 02 ago. 2019.

LÚCIO, I. M. L. Território Encantado de Crianças e Adolescentes (TECA): Tecnologias Leves e o Cuidado Multiprofissional em Saúde em uma Brinquedoteca Hospitalar – UASCA/HUPAA/UFAL. (Projeto de Extensão). ESENFAR. Universidade Federal de Alagoas. 2017.

MENDES, N., NOVAES, J.; DE VILHENA, J. A Experiência de Intervenção Grupal como Ambiente Facilitador em um Ambulatório de Cirurgia Bariátrica. **POLÊM! CA**, v.18, n.3,

p.107-128, 2018. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/viewFile/39429/27654> Acesso em: 02 ago. 2019.

MOREIRA, S. L. B. et al. A implantação da brinquedoteca como estratégia de humanização: relato de experiência. **GEP NEWS**, Maceió, V.1, n.4, p. 8-13, out./dez. 2017. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/gepnews/article/view/4322> Acesso em: 02 ago. 2019.

OLIVEIRA, R. L. B et al. Atividades lúdicas como estratégia para a promoção da saúde bucal nas crianças e adolescentes hospitalizados. **GEP NEWS**, Maceió, v. 1, n. 4, 2017. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/gepnews/article/view/4326> Acesso em: 02 ago. 2019.

ORÁCULO. Quando – e por que –o rosa se tornou cor de menina? **Super Interessante**, 2015. Disponível em: <https://super.abril.com.br/blog/oraculo/quem-inventou-que-rosa-e-cor-de-menina/> Acesso em: 02 ago. 2019.

SANTOS, P. L. A imagem enquanto fonte de pesquisa: a fotografia publicitária. **Iniciação científica Cesumar**, Maringá, v. 2, n. 2, p. 63-68, ago./dez. 2000. Disponível em: <http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/icesumar/article/view/27> Acesso em: 02 ago. 2019.

RIBEIRO, J. P.; GOMES, G. C.; THOFEHRN, M. B. Health facility environment as humanization strategy care in the pediatric unit: systematic review. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 48, n. 3, p.530-539, 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-623420140000300020>

ROCHA, M. L. B.; BUENO, L. D. SOARES, V. F. O. BRINQUEDO DE MENINA E DE MENINO: REFLEXÕES CRÍTICAS A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS EM UMA BRINQUEDOTECA HOSPITALAR. **GEP NEWS**, Maceió, v.2, n.2, 2019. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/gepnews/article/view/7905>. Acesso em: 02 ago. 2019.

RODRIGUEZ, M. C.; PEÑA. J. V.; FERNANDEZ, C. M. Gender discourse about an ethic of care: nursery schoolteachers' perspective. **Gender and Education**, v. 18, n. 2, p. 183-98, 2006.

RONCHI, J. P.; AVELLAR, L. Z. Ambiência no atendimento de crianças e adolescentes em um CAPSi. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 379-396, ago. 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v21n2/v21n2a10.pdf> Acesso em: 02 ago. 2019.

SOARES, V. F. O. et al. Extensão Universitária em Ludoterapia: passos para s SUS Humanizado que Desejamos. **GEP NEWS**, Maceió, v. 2, n. 2, 2018. Disponível em: www.seer.ufal.br/index.php/gepnews/article/download/5238/3671 Acesso em: 02 ago. 2019.

SOARES, V. F. O. et al. RESSIGNIFICAÇÃO DO BRINCAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O IMPACTO DE UMA BRINQUEDOTECA NA ROTINA DE CUIDADOS NO HOSPITAL. **GEP NEWS**, Maceió, v. 1, n. 3, 2017. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/gepnews/article/viewFile/3511/2553> Acesso em: 02 ago. 2019.

WINNICOTT, D. W. Ansiedade associada à insegurança. In: WINNICOTT, D. W. **Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Imago, 2000, p. 163-167. (Publicado originalmente em 1952).

WINNICOTT, D. W. Aspectos clínicos e metapsicológicos da regressão no contexto analítico. In: WINNICOTT, D. W. **Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Imago, 2000, p. 375-392. (Publicado originalmente em 1954).

WINNICOTT, D. W. A preocupação materna primária. In: WINNICOTT, D. W. **Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Imago, 2000, p. 399-405. (Publicado originalmente em 1956).

WINNICOTT, D. W. Da dependência à independência no desenvolvimento do indivíduo. In: WINNICOTT, D. W. **O Ambiente e os Processos de Maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983, p. 79-87. (Publicado originalmente em 1963).

WINNICOTT, D. W. Nota sobre normalidade e ansiedade. In: _____. **Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Imago, 2000, p. 57-76. (Publicado originalmente em 1931).

WINNICOTT, D. W. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975. (Publicado originalmente em 1971).

ARTICULANDO GÊNERO E RAÇA NA EDUCAÇÃO TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO: O CASO DAS ESTUDANTES DO IFPE-CAMPUS IPOJUCA

Danielle de Farias Tavares Ferreira ¹

1 INTRODUÇÃO

Ao nascimento de um indivíduo é depositado a ansiedade em saber seu sexo para que assim seja decidido o enxoval: “rosa” para meninas, “azul” para meninos. Desde a infância nos deparamos com o dualismo presente nas relações entre homens e mulheres. Note que além de enfrentar as diferenças entre o sexo masculino, a mulher luta contra uma sociedade que insiste em aliar-se aos costumes tradicionalistas de um tempo em que pouco se sabia sobre a categoria gênero, até alcançar os avanços das pesquisas acadêmicas pós-estruturalistas.

Compreender a importância do entendimento sobre o que vem a ser gênero é se aprofundar em estudos que reconheçam a existência das relações de poder entre homens e mulheres, refletindo sobre as desigualdades sociais a partir deles. Tendo em vista a composição étnico cultural de ampla diversificação, a persistência de pensamentos discriminatórios e segregacionistas não se fazem necessários, uma vez que comprovada ser a desenvoltura do indivíduo não proveniente do biológico tão pouco do tom da sua pele, mas das condições sociais que compuseram o cidadão.

De acordo com os aspectos sociológicos, em se tratar da análise das desigualdades sociais, o principal objetivo desse estudo da interseccionalidade entre gênero e raça foi o de compreender as disparidades dentro de um mesmo grupo social, que no caso selecionado tem as estudantes dos cursos técnicos de Construção Naval e Automação Industrial como foco. São também conhecidos os seus demarcadores de diferenças, em termos de trajetória acadêmica, marcadores etários de raça e de gênero.

Analisando o discurso, podemos perceber a clara desvantagem que alguns grupos sociais viviam em tempos passados e como estes fatores de desvantagens sociais influenciaram e continuam a influenciar a composição societária, o que nos induz a repensar acerca do discurso hegemônico de que somos um só povo, fruto da miscigenação e com direitos, teoricamente, iguais. Porém, também somos a

¹ Pedagoga e Licenciada em Letras. Mestra em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco e Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Pernambuco. E-mail: danielleferreira@ipojuca.ifpe.edu.br

reprodução comunitária da diversidade, mesmo em meio às práticas discriminatórias e segregacionistas cotidianas a envolver determinados grupos de indivíduos como por exemplo: mulheres, negros, pobres, dentre outros.

Cruz (2012) considera que estudar as categorias de gênero numa sociedade contemporânea é analisar as desigualdades de gênero sem abstrair as desigualdades de classe, etnicidade e de raça, que tornam ainda mais dramáticas as vivências dos indivíduos e, mais especificamente, das mulheres. Partindo da compreensão do processo histórico, em que a sociedade contemporânea está marcada pela submissão ao poder patriarcal, os estudos de gênero têm se direcionado não apenas a abarcar debates e discussões sobre a submissão feminina, mas também compreender as amplas vivências de desigualdades nas relações sociais em que muitos indivíduos são submetidos. No entender de (OLIVEIRA, 2015, p. 264):

A valorização do diferente e o respeito às diversas formas de manifestação de identidades é uma perspectiva adotada pelos estudos de gênero[...] Estudos atuais mostram a pluralidade de diferença que se faz presente na escola de diversas maneiras, sejam elas psicológicas, de gênero, de orientação sexual, religiosas e (ou) étnico racial. A partir desse contexto surge o desafio de articular o comum com o plural, a igualdade com a diferença, de promover debates sobre como se produzem os preconceitos[...].

Os estudos de gênero possibilitam que as instituições se questionem sobre seus posicionamentos diante das diversas identidades, diferenças sexuais e de gênero dos sujeitos que nelas se encontram inseridos. Tornam-se visíveis os benefícios de se desenvolver projetos sobre este viés dentro de uma instituição de ensino técnico, proposto em formato de projeto de pesquisa e extensão, ao passo que possibilitam às instituições se reconhecerem enquanto espaço de embate dos problemas sociais, de acolhimento aos vulneráveis e de promoção e respeito à diversidade.

Para que discursos de reconhecimento e respeito às diferenças se disseminem e resultem em mudanças significativas nas relações sociais, faz-se necessário a compreensão da análise de gênero, na qual “o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente” (Hall, 1999, p.13). É sobre esse sujeito contemporâneo de múltiplas identidades que os estudos de gênero se propõem aliar-se à educação na busca por desconstruir o lugar privilegiado dado às formas universais de se conceber o que é

próprio do homem e da mulher, ignorando, assim, as demais construções culturais para além da demarcação binária.

A afirmação de determinadas diferenças, o processo de assimilação de determinados grupos à sociedade hegemônica, a promoção do diálogo entre diferentes grupos socioculturais devem ser práticas recorrentes do cotidiano escolar (LOURO, 1997, p.49).

Partindo desses pressupostos, identificamos a relevância em se enveredar por estudos de gênero e isso promoveu alguns questionamentos sobre nossas práticas enquanto docentes, técnico-administrativos e estudantes de uma instituição de ensino médio técnico. Uma de nossas problemáticas se referiu ao modo como as estudantes dos cursos técnicos de Construção Naval e de Automação Industrial se percebiam em salas de aula composta, em sua maioria, por estudantes do sexo masculino. Outros questionamentos foram surgindo tais como: De que maneira se deu as relações dessas estudantes com seus professores e os demais colegas no decorrer do curso? A procura por estágio, obrigatório para a conclusão do curso, em tais áreas ocorreu de maneira amistosa? Houve dificuldades delas se inserirem em determinados espaços dentro da instituição de ensino e dentro das empresas?

Diante dos questionamentos empreendidos, optamos, inicialmente, por desenvolver uma pesquisa de cunho científico numa perspectiva de pesquisa-ação, a qual é compreendida por alguns autores como Tripp (2005) como um método qualitativo que se situa entre a prática rotineira e a pesquisa acadêmica. A proposta abarcou também o levantamento de dados sóciodemográficos sobre as jovens estudantes e a análise dos discursos das estudantes egressas. As estudantes concludentes, que não realizaram o estágio, foram também escolhidas por ter esse público completado toda uma trajetória acadêmica desde o ingresso até a conclusão da ementa curricular, mas não conseguiram se inserir no estágio e por isso ainda aguardam a obtenção do diploma e carregam em si as dificuldades nessa inclusão no mercado de trabalho.

A instituição contemplada para a realização da pesquisa-ação se localiza no município do Ipojuca-Pernambuco, município este que mesmo com todo o crescimento econômico, por sediar um porto marítimo de negócios e obter uma peculiar melhora no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região nos últimos anos, ainda logra a precariedade dos processos de escolarização vivenciados na cidade. O contraste entre o desenvolvimento econômico do município não se atrela,

diretamente, às condições de vida de grande parte de sua população, e isso, certamente, vem afetando as trajetórias de vidas e acadêmicas do público que a referida instituição de ensino escolhida tem recebido. Em face desta realidade, vivenciada nos últimos anos, o IFPE campus Ipojuca veio recebendo públicos diversos. A pluralidade de diferenças é vivenciada constantemente no campus Ipojuca e de modo a convivemos com diferentes identidades, sejam elas de ordem psicológicas, de gênero, de orientação sexual, religiosas e (ou) étnico racial.

A partir dessas considerações, objetivamos, de maneira abrangente, identificar as relações de gênero empreendidas nas trajetórias acadêmicas das jovens dos cursos técnicos de Construção Naval e Automação Industrial do campus Ipojuca, tendo como objetivos específicos mapear a trajetória acadêmica das jovens durante o curso, bem como analisar o modo de recepção e as relações entre essas estudantes, seus professores e demais colegas nas turmas de maior presença masculina. Identificar se houve dificuldades das jovens se inserirem em determinados espaços dentro da instituição de ensino e/ou dentro das empresas em que estagiaram também se colocou como objetivo a ser alcançado.

Foram também realizados fichamentos dos materiais e desenvolvidas rodas de diálogo para tratar do conceito de gênero dentro da comunidade acadêmica. Para Narvaz (2010, p.176) “O gênero não precisa estar necessariamente vinculado ao sexo. Tal vinculação é também uma convenção da linguagem, uma vez que a linguagem não apenas reflete, descreve ou representa a realidade, mas constitui aquilo mesmo que representa”. Partindo dessa perspectiva, o gênero é um conceito que desvincula o sexo biológico da orientação sexual dos indivíduos e do mesmo modo desvincula os papéis sociais que cada indivíduo escolhe para se posicionar na sociedade, ou seja, questiona a heteronormatividade e os papéis sociais canonizados ao sexo masculino ou ao sexo feminino. Trata-se de uma construção social.

Diversos outros autores têm se apropriado dessa corrente e integrado ela a outros conceitos como o de feminismo. “O feminismo integra um longo processo de mudança que envolveu a emancipação dos indivíduos das formas tradicionais da vida social (...)” (SORJ, 1992, p.18). Os debates sobre o machismo e suas formas de opressão, via discursos que oprimem a busca por equidade social, tem possibilitado promover espaços de empoderamento das mulheres e ampliado os horizontes de discussão.

Muitos discursos também têm disseminado propostas para proibir qualquer discussão de gênero nas instituições de ensino. Esses espaços de discussão são importantes no caminho da construção do respeito a todos no ambiente escolar. Diante disso, desenvolver projetos e ações nessa direção se coloca enquanto indispensáveis na apresentação dos conceitos desse campo e na busca por se abrir o debate até para que a comunidade acadêmica identifique os discursos que tentam distorcer o debate acadêmico sobre gênero.

Com relação à raça e etnia, Munanga (2004) relata em sua pesquisa que no contexto atual brasileiro os conceitos de negro e de branco tem um fundamento etno-semântico, político e ideológico, mas não um conteúdo biológico. Desse modo, quando se coloca em foco políticas de ações afirmativas, por exemplo, os conceitos de negro torna-se complexo pois também entra o conceito de afrodescendente, e os estudos de genética têm demonstrado que muitos brasileiros, aparentemente brancos, trazem marcadores genéticos africanos e podem se declarar afrodescendente. Desse modo, trata-se mais de uma decisão política e por isso na pesquisa consideramos as estudantes que se declaram pardas ou negras, mesmo que elas aparentemente sejam brancas.

2 METODOLOGIA

A partir dos objetivos assinalados desenvolvemos uma pesquisa de abordagem quantitativa e qualitativa, havendo uma triangulação na utilização de mais de um método. Para Flick (2009) a triangulação busca as percepções dos sujeitos em suas práticas para disso decorrer numa triangulação entre métodos e compará-los de forma a maximizar a validade dos esforços de campo. A metodologia escolhida explicita um estudo de caso e sua devida transferibilidade de resultados para fins de dar o teor de confiabilidade e validade ao estudo, como bem salienta Yin (2005).

As quantificações são obtidas a partir da natureza da pesquisa, dos objetivos e do instrumento de coleta e por isso coletamos os dados categoriais, os quais se classificam por sua frequência que ocorre e a partir dos dados extraídos da plataforma de registro acadêmico da referida instituição pesquisada.

A Exemplo tem-se a distribuição de frequência das estudantes mulheres quanto a raça, situação acadêmica, ano de conclusão, dentre outros aspectos que foram levantados no Sistema Q-acadêmico da instituição. Para Gatti (2004, p.13): “[...]O que se procura ao criar uma tradução numérica ou categorial de fatos, eventos,

fenômenos, é que esta tradução tenha algum grau de validade racional, teórica, no confronto com a dinâmica observável dos fenômenos”. Nessa direção, a pesquisa se configurou num formato de pesquisa-ação, a fim de alcançar coletivamente alternativas para a resolução dos problemas identificados e relacionados à temática.

Para realizar a análise e tratamento dos dados optamos pela perspectiva das práticas discursivas e de produção de sentidos, as quais enfatizam o caráter descritivo e explicativo das análises e da participação do investigador na construção das informações. As práticas discursivas, assim entendidas de maneira ampla, situam-se em lugares e no tempo, sendo elas interações discursivas instauradas através de relações que adquirem sentido. Essa tendência adota a análise crítica do discurso evidenciando as relações e as crenças nas falas tal qual é utilizada pelos informantes numa situação qualquer, como descreve Iniguez (2004).

Partindo dessas definições, realizamos o levantamento bibliográfico das pesquisas sobre a temática de gênero, raça, etnia e educação, ocorridas nos últimos 5 anos, em bancos de dados do portal Capes, *Scielo*, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), e elaboramos os fichamentos das referências levantadas a partir da elaboração de uma argumentação conceitual, a qual organizou metodologicamente os dados a serem obtidos. Abaixo é possível verificar um modelo de quadro de fichamento adotado.

Quadro 1 – Trecho de um fichamento bibliográfico

FICHAMENTO BIBLIOGRÁFICO		
AUTOR(ES) Alfrancio Ferreira Dias Maria Helena Santana Cruz	REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DIAS, Alfrancio F. Dias; CRUZ, Maria Helena Santana. <i>Educação e Igualdade de gênero</i> . Jundiaí- SP: Paco Editorial, 2015.	PALAVRAS- CHAVE Relações de gênero, Igualdade de gênero, Educação.
RESUMO CRÍTICO Essa coleção traz diversos artigos que discutem as relações de gênero em diferentes áreas da ciências humanas e dando ênfase a área da educação, a qual tem sido significativos os debates a cerca dessa temática dentro dessa instituição. No campo científico, o livro inicia em sua primeira parte trazendo artigos que discutem o campo de disputa de se discutir esse tema, ainda bastante		

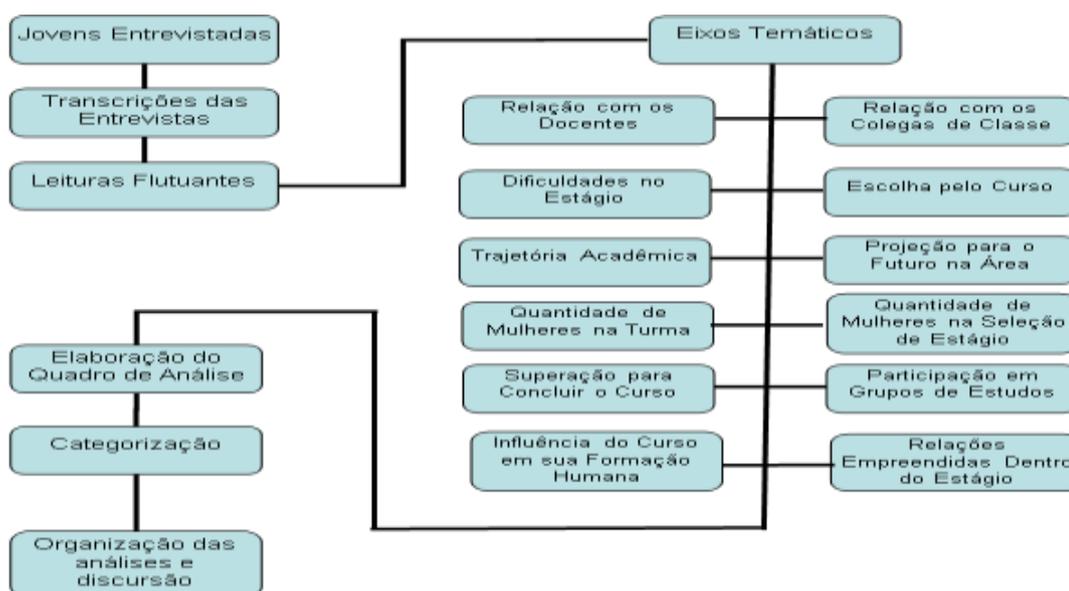
rejeitado dentro das escolas, sendo considerado muitas vezes como irrelevante ou restrito às mulheres ou aos homossexuais.

Desse modo, investigar essa temática denota embates discursivos em meio aos inúmeros debates existentes e fazendo os pesquisadores e pesquisadoras que publicaram seus artigos neste livro assumirem o desafio de pensar e valorizar outras formas de ser e estar no mundo.

Os instrumentos de análise para o registro de informações foram as entrevistas semiestruturadas. A entrevista semiestruturada é aceita como um encontro conversacional em que as questões se tornarão um tópico de análise tanto quanto as respostas dos entrevistados. As entrevistas tiveram seus roteiros elaborados a partir das inquietações sugeridas pelos objetivos propostos. Utilizamos ainda, na tentativa de compreensão das práticas discursivas, os princípios da análise do discurso de tradição inglesa², a qual adota a etnometodologia e a análise conversacional como referentes, e abandona, assim, aquela visão da linguagem como uma série estática de descrições e do analista como mero coletor de dados neutros.

As coletas seguiram o formato de entrevista semiestruturadas com roteiro próprio e na ocasião todas consentiram a gravação de seus áudios. Após a coleta das entrevistas, a análise e categorização dos discursos encontrados seguiram o diagrama de análise que segue abaixo:

Figura 1- Diagrama de análise



² A tradição anglo-saxão da Análise do Discurso. Ver Potter e Wetherell (1987, p. 158-176).

O diagrama apresenta as etapas de análise que fizemos uso e também utilizamos a ideia de campo-tema desenvolvida por Spink (2002 *apud* PINHEIRO, 2004) que abrange todo o processo de imersão no tema de investigação desde as ideias iniciais, conversas, leituras e outros elementos. No nosso caso, a vinculação do projeto ao Núcleo de Gênero e Diversidade do Campus Ipojuca, constituiu-se como fonte inspiradora fundamental na construção dessa pesquisa-ação.

A partir da análise, realizamos o tabulamento dos principais eixos e categorias constantes nos discursos das entrevistadas, conforme é possível verificar no quadro a seguir.

Quadro 2 – Quadro de análise

Eixos Temáticos	Categorização	Algumas Falas (Fem. Jovem egressa, 24)
Relação com os Docentes	<ul style="list-style-type: none"> • Sem distinção por “sexo” nas relações; • Auxílio dos professores; • Inserção no mercado de trabalho. 	<p>“Algo bem normal, não teve nenhuma confusão nem nada, mas a relação com os professores era de igual pra igual com homem ou com mulher.”</p> <p>“Alguns professores auxiliavam.”</p>
Relação com os Colegas de Classe	<ul style="list-style-type: none"> • Sem distinção de Gênero das relações; • Participação em grupos de estudos com a turma. 	<p>“A turma da gente era muito unida, a gente até ia estudar na biblioteca.”</p>
Dificuldades no Estágio	<ul style="list-style-type: none"> • Demora na inserção; • Área de atuação bastante desafiadora; 	<p>“Demorei ainda seis meses depois que terminei o curso, para conseguir o estágio.”</p>
Escolha pelo Curso	<ul style="list-style-type: none"> • Mercado de trabalho em alta na época(2012-2015). 	<p>“Porque era um curso novo... estava em alta na época, na época eles estavam até competindo com engenharia na UFPE.”</p>

Em síntese nossos procedimentos teórico-metodológicos seguiram as seguintes etapas: 1) Pesquisa qualitativa com levantamento de referenciais bibliográficos em bancos de dados (*Scielo*, portal Capes...); 2) Levantamento dos dados sociodemográficos extraídos do sistema de registro acadêmico da instituição; 3) Realização de entrevistas semiestruturadas com as jovens envolvidas; 4)

Transcrição das entrevistas e 5) Análise crítica e categorização dos discursos encontrados.

A partir do marco teórico levantado, as categorias teóricas versaram sobre gênero, juventude(s) raça e etnia. Meyer (2013) considera que ao longo da vida, através das mais diversas instituições e práticas sociais, nos constituímos como homens e mulheres no processo que não é linear, progressivo ou harmônico e que também nunca está finalizado ou completo.

A articulação entre gênero e educação amplia a noção de educativo ao enfatizar que educar engloba um complexo de forças e de processos que inclui na contemporaneidade aprender as diferentes formas de definir e viver a feminilidade e a masculinidade.

“Em um contexto de relações de poder, discutir gênero não abarca apenas detectar a submissão feminina ao poder patriarcal que marca a nossa sociedade contemporânea. A categoria gênero permite também compreender todas as vivências que são submetidos os indivíduos (sejam homens ou mulheres) e questionar as desigualdades nessas relações. Desse modo, a ausência de discussão sobre essa temática negligencia as desigualdades existentes nas relações sociais entre homens e mulheres, independentemente de suas orientações sexuais. As mulheres têm estado do outro lado do exercício do poder, do lado condição de subalternidade. Não puderam decidir sobre suas vidas, não se construíram como sujeitos, não exerceram ou exercem o poder e não o acumulam, mas reproduzem, não para elas mesmas, mas para aqueles que de fato o tem controlado sempre”. (Costa, 1998, p. 19).

Em decorrência dessa necessidade de expandir discursos contra hegemônicos sobre as relações de gênero na sociedade é que essa pesquisa, nesses últimos dois anos, coletou e analisou as trajetórias acadêmicas das jovens de dois cursos do ensino médio técnicos, as quais vieram relatando as dificuldades de se inserirem e conseguirem permanecer com êxito em cursos técnicos, principalmente cursos das áreas de ciências exatas.

É a partir do olhar e da valorização de suas formas de expressão que essas jovens recriam a escola e potencializam resistências, críticas e reflexões por parte daqueles que as experimentam, exigindo uma revisão profunda dentro da escola na relação tradicional entre a educação, cidadania e a participação política, como já salientava Arroyo (1995 *apud* RIBEIRO, 2002, p.115).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A existência de desigualdades sociais que cerceiam o nosso cotidiano ainda se faz constante. Elas se manifestam na renda, na empregabilidade, no acesso à escola, entre outras áreas. Elas criam estruturas de relações desiguais dentro da sociedade e são responsáveis por afetar diretamente a vida de cada indivíduo. Os parâmetros das desigualdades sociais são, em resumo: classe social, gênero e raça.

Essas desigualdades manifestam-se no dia a dia e as consequências geradas surgem como problemas sociais. Minella (2013) expressa sobre a forma como a interseção entre gênero e raça/etnia se manifesta no cotidiano e como os diversos sistemas de subordinação criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças/etnia, classe. Sendo a partir delas a concretização de problemas como a desigualdade salarial entre gênero, a disparidade no quantitativo por gênero e etnia no campo, principalmente, das mulheres formadas em cursos das áreas das ciências exatas.

A realidade desses argumentos pode ser também confirmada por meio dos dados levantados em nossa pesquisa. O levantamento realizado nos cursos técnicos de Automação Industrial e Construção Naval, por exemplo, constatou que além de historicamente não serem a maioria dentro de determinados cursos, há ainda as dificuldades delas se inserirem no mercado de trabalho durante a busca por estágio e dessa forma concluírem os referidos cursos sem serem jubiladas³, conforme é possível observar nas figuras 2 e 3 que expressam o quantitativo de egressos e concludentes desde a fundação dos referidos cursos.

³ Estudantes Jubilados são aqueles que tenham ultrapassado o período de integralização máxima do seu curso, que no caso nos casos dos referidos cursos são de até 5 (cinco) anos, conforme a Organização Acadêmico do IFPE.

Figura 2: Estudantes do curso técnico em Automação Industrial e Construção Naval

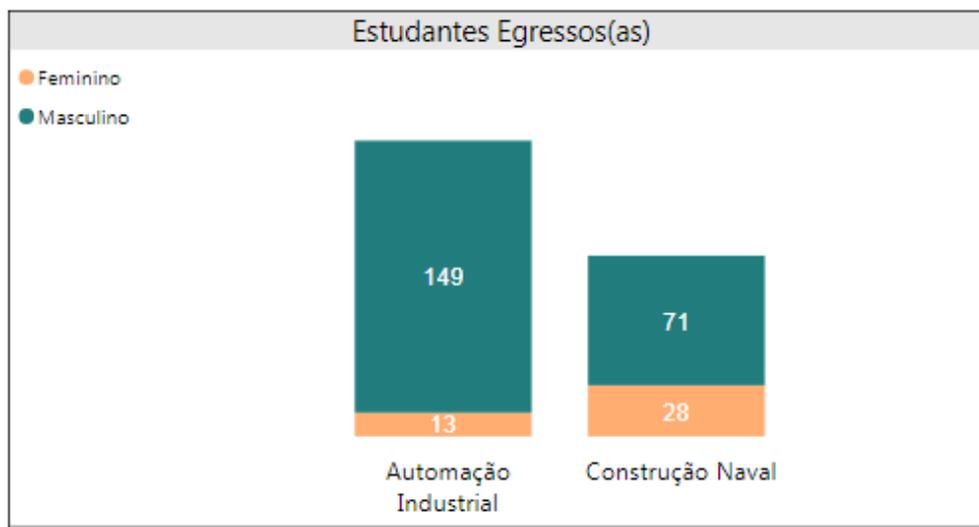
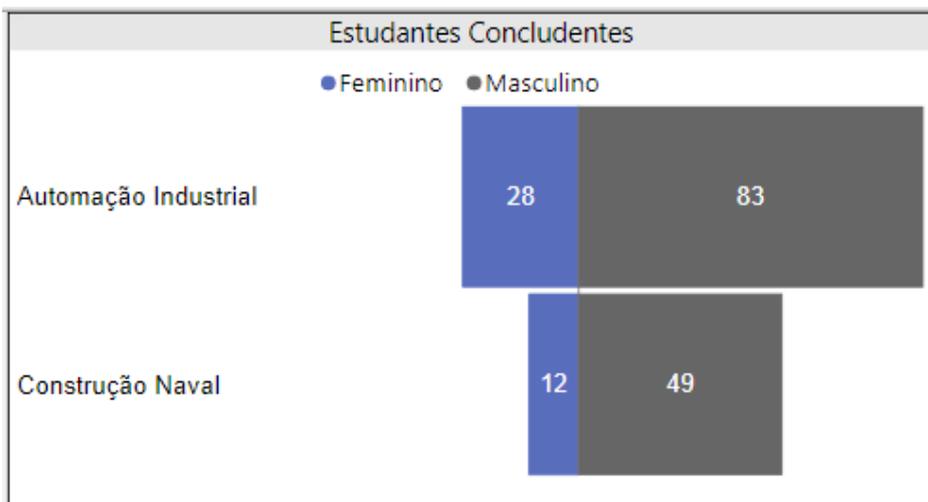


Figura 3: Estudantes concludente do curso de Automação Industrial

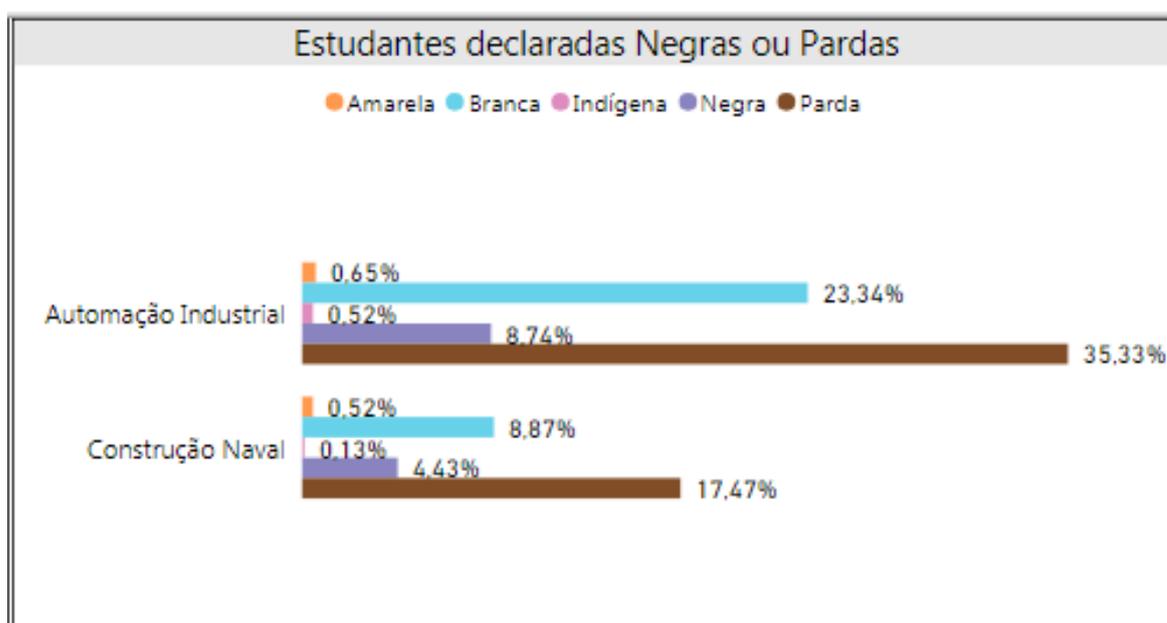


No curso de Automação, desde sua criação em 2008, apenas 13 mulheres concluíram o curso de um total de 162 estudantes formados. A realidade é similar no curso de Construção Naval, pois desde de seu início, em 2011, foram 28 estudantes mulheres que concluíram de um total de 99 estudantes que obtiveram o diploma. Desse modo, se evidencia as dificuldades na trajetória escolar, principalmente no que tange à permanência delas e conclusão com êxito.

Levando em consideração o indicador raça/etnia tivemos, na figura 4, que de um universo de 191 mulheres: 35.33% se consideram pardas, 23.34% se consideram brancas, 8.74% se consideram negras, 0.65% se consideram amarelas e 0.52% se consideram indígenas. Notamos que as maiores porcentagens são de mulheres

brancas e pardas, atestando o fato da baixa presença de mulheres negras acessando as carreiras científicas, isto é, entrando no nível técnico ou superior como também foi afirmado em outras pesquisas como a de Minella (2013). Nessa direção, se é difícil para as mulheres acessarem e fazerem carreira acadêmica nessas áreas, torna-se ainda maior a dificuldade de inserção e permanência se a mulher for negra.

Figura 4: Indicador de raça/etnia das estudantes dos cursos técnicos de Construção Naval e Automação Industrial



As entrevistas realizadas e expostas neste artigo contemplam apenas as estudantes egressas, pois as entrevistas com as estudantes concludentes ainda se encontra em realização durante o ano de 2019. Os dados sócio demográficos coletados nas entrevistas encontram-se descritos no quadro abaixo:

Quadro 3 : Dados Sociodemográficos das estudantes egressas entrevistadas

Jovens Egressas							
	Idade	Curso Concluído	Etnia	Tempo de Atuação	Moradia	Ano de Conclusão	Trabalha na Área
Jovem 1	24	Construção Naval	Parda	2 Anos	Cajueiro Seco	2015	Não
Jovem 2	33	Automação Industrial	Parda	6 Anos e 4 meses	Conj. Marcos Freire	2011	Não
Jovem 3	24	Construção Naval	Branca	2 Anos e 3 meses	Suape	2015	Sim
Jovem 4	23	Construção Naval	Parda	6 meses	Ipojuca Centro	2014	Não

Nas análises dos discursos coletados, as entrevistadas relataram que a relação delas com os docentes foi bastante amistosa e para algumas houve até o auxílio de professores na inserção como estagiária em empresas. Porém, também expressaram as dificuldades de aprendizagem que sofreram para conseguirem a aprovação e a conclusão do curso.

Entrevista da Jovem 2:

“As meninas que escolhem esse curso, quebram o paradigmas sociais, mas pra mim foi um desafio sempre, tanto para professor quanto para colega de turma.”

Bruschini e Lombardi (1999) abordam que a situação das mulheres “em carreiras de prestígio” como na área de medicina, arquitetura, direito e engenharia, vivem desigualdades tanto no acesso como na permanência nesses cursos. Dessa forma, o trecho acima revelou a existência desses “padrões” de dificuldades, já citados por outros autores, em acessar e permanecer em cursos onde a maioria são homens. A necessidade de romper com discursos que reforçam a não capacidade das mulheres em atuarem nessas áreas é preciso, pois não há pesquisa que afirme existir incapacidade cognitiva, por parte das mulheres, de se inserirem ou atuarem em quaisquer que sejam as áreas profissionais.

No que se refere à relação com os colegas de classe, muitas relataram haver um preconceito silencioso através de piadas sobre o porquê delas, enquanto mulheres, escolherem determinados cursos. Porém, a relação amistosa e de muito grupo de estudo com os colegas foi o discurso predominante entre as entrevistadas.

Entrevista da Jovem 1:

“Minha turma no início era uma 35 pessoas e éramos 3 meninas, uma desistiu logo no primeiro módulo, então ficamos eu e Paloma e a minha relação foi até assim curiosa, por que você recebia várias perguntas interessantes, como “a por que você escolheu esse curso? Por que não foi pra química ou segurança do trabalho?”

Elas relataram também que os motivos pela escolha do curso foi por estarem em alta durante os anos de 2012-2015, com a instalação do estaleiro e a Petroquímica Suape no município do Ipojuca-PE. A indicação de amigos e familiares também foi outro critério preponderante na escolha, bem como por serem cursos inovadores.

Entrevista da Jovem 3:

“Por ser curso novo na época aqui no estado e voltado assim... pra tecnologia, então isso me chamou atenção... a princípio.”

As dificuldades em se inserirem no mercado de trabalho nas áreas de seus cursos técnicos também foram encontrados em seus discursos como impedimento e atraso na conclusão do curso. Muitas delas eram relocadas para atuarem em outras áreas para que pudessem obter o diploma ou tinham ajuda de terceiros (professores, amigos e outros pares para conseguirem o estágio).

Entrevista da Jovem 1:

“Demorei ainda seis meses depois que terminei o curso, para conseguir o estágio.”

Entrevista da Jovem 2:

“Então surgiu a proposta do estaleiro, à princípio era pra construção naval, sendo que na época não tinha ainda turma formada e tal, era o início do curso de construção naval era 2011 pra 2012, aí o que foi feito foi que pegaram o pessoal de automação, aí a gente teve um curso de dois ou três meses preparatório pra concorrer a vaga que estava sendo ofertada pelo estaleiro na época.”

Consideramos, a partir dos principais resultados aqui abordados, que o desenvolvimento de pesquisas como esta possibilita a criação de políticas de ações afirmativas e com o foco nas mulheres afim de que elas possam ter acesso as mesmas oportunidades que os homens, e principalmente dentro do campo das ciências exatas. De forma mais específica, o desenvolvimento dessa pesquisa dentro do Campus Ipojuca tem sido relevante para que sirva de análise sobre o modo como tem ocorrido o convívio dessas mulheres nesse ambiente acadêmico e através disso promover ações com vistas à equidade nessas relações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender as dificuldades desse público através do desenvolvimento de uma pesquisa científica e, a partir de seus resultados, traçar ações de extensão para diminuir as dificuldades apontadas, é um dos compromissos que o Núcleo de Gênero e Diversidade do Instituto Federal de Pernambuco- campus Ipojuca se propôs realizar através dessa pesquisa-ação.

Deu-se visibilidade às jovens mulheres e as diversas maneiras de expressarem suas identidades, o que em termos de qualidade de vida e acadêmica tem gerado uma noção de pertencimento e reconhecimento da instituição de ensino enquanto instituição parceira dessas mulheres e não enquanto instituição repressora ou omissa a essas questões.

Um dos impactos sociais sentidos foi de que os discursos nessa direção de respeito e valorização à diversidade veio se disseminando e tem possibilitado à comunidade acadêmica vivenciar críticas e reflexões diante de uma realidade local em que a população é genuinamente feminina, negra e pobre.

REFERÊNCIAS

BRUSCHINI, Cristina e LOMBARDI, Maria Rosa. Médicas, arquitetas, advogadas e engenheiras: mulheres em carreiras de prestígio. *Revista Estudos Feministas* (7:1), Florianópolis, Centro de Filosofia e Ciências Humanas e Centro de Comunicação e Expressão/UFSC, 1999, pp.9-24.

CRUZ, Maria Helena Santana. Refletindo sobre a diversidade de gênero em Educação. São Paulo, **Saberes em Perspec.**, v.2, n.2, Jan/Abr., 2012.

FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009. (Coleção Pesquisa Qualitativa).

GATTI, Bernadete. Estudos quantitativos em educação. São Paulo, **Educação e Pesquisa.**, v. 30, n.01, p.12-30, Jan./Abr., 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. 1. ed. São Paulo: Vozes, 1997.

MINELLA, L.S. Temáticas prioritárias no campo de gênero e ciências no Brasil. **Cadernos Pagu**, Santa Catarina, n.40, p. 95-140, jan/jun. 2013.

MUNANGA, Kabengeli. A difícil tarefa de definir o que é negro no Brasil. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo, 2004, vol.18, nº50, p.51-56.

NARVAZ, Martha Giudice. Gênero: Para além da discussão sexual- revisão de literatura. **Aletheia**, v. 32, p. 174-182, maio/ago. 2010.

OLIVEIRA, Danilo Araujo de. O espaço escolar numa perspectiva de gênero. In: DIAS, A.F;

POTTER, J.E WETHERELL, M. “How to analyse discourse”. In: *discourse and social psychology: beyond attitudes and behaviour*, London: Sage, pp. 158-76. Versão traduzida por Oswaldo Rodrigues Fr. 1998.

RIBEIRO, Marlene. Educação para a cidadania: questão colocada pelos movimentos sociais. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, jul/dez 2002, v.28, n.2, p.113-128.

SORJ, Bila. “O feminino como metáfora da natureza”. **Estudos Feministas**, CIEC, Escola de Comunicação – UFRJ, v. 0, n. 0, p.143-150, 1992

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. São Paulo, **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 3, Set./Dez. 2005.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CONSTRUÇÃO POÉTICA DE IDENTIDADES TRANS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA BIOGRAFIA DE LINIKER

Cristiana Kaipper Dias¹
Leonardo Rafael Leite da Rocha²
Giusepina Marsico³

RESUMO

A identidade de gênero tem sido objeto de estudo de diversas ciências e é compreendida como um fenômeno de natureza social. É, portanto, construída ao longo das trajetórias de vida. Parte das dinâmicas identitárias individuais pode ser entendida como movimentos artístico-poéticos. O presente trabalho foi realizado como parte de uma disciplina do Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Psicologia da Universidade Federal da Bahia. Intitulada A Construção Poética do Self, a disciplina teve por objetivo compreender a relação entre arte e identidade. De modo a cumprir com este objetivo, foi realizado um trabalho analítico-interpretativo onde analisamos a trajetória de algum artista, compreendendo a construção poética de suas identidades. Foram utilizados como referenciais teóricos a Psicologia Semiótico-Cultural e o Modelo Performativo-Teatral butleriano. A partir da trajetória da cantora Liniker, foi possível compreender a identidade de gênero como um processo fluido e permeado pela construção de significado e atribuição de sentido. O corpo é analisado enquanto um lugar privilegiado de transformação simbólica, evidenciada a partir das experimentações e transições levadas a cabo e evidentes na história de Liniker.

Palavras-chave: Identidade de gênero, Self, Psicologia Semiótico-Cultural, Teoria Queer.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é produto das discussões de uma disciplina optativa do programa de pós-graduação stricto sensu em Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), intitulada *A Construção Poética do Self*. A proposta da disciplina era de compreender relações entre a produção poético-artística e a construção subjetiva das nossas identidades. Neste contexto, fomos solicitados a escolher um artista e relacionar sua trajetória artística aos processos de construções identitárias abordados na disciplina. Para compreender os elementos trazidos, nos utilizamos de autores da Psicologia Semiótico-Cultural e da Teoria Queer,

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Bahia–UFBA, criskaipper@hotmail.com;

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Bahia– UFBA, lrochapsi17@gmail.com;

³ Doutora e professora visitante do programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal da Bahia–UFBA, pina.marsico@gmail.com .

tentando estabelecer um diálogo, sobretudo, entre Valsiner (2005, , 2008, 2012, 2014) e Butler (1988, 2010).

A artista que escolhemos para realizar esta análise foi Liniker, artista transgênera⁴. Considerando que a construção de identidades trans é nosso tema de interesse de pesquisa, respectivamente, no doutorado (autora) e mestrado (co-autor), escolhemos a artista Liniker de modo a executar um trabalho útil também às nossas próprias pesquisas.

Liniker é cantora e compositora nascida em Araraquara, cidade do interior de São Paulo. Nos últimos anos, Liniker vem ganhando visibilidade dentro e fora do Brasil. Isto se deve à qualidade e novidade do som que faz, que mistura black music e MPB, e também àquilo que a sua figura representa. É uma artista trans, negra, que traz uma estética bastante interessante em seu visual e sua música. Sua banda, denominada Liniker e os Caramelows lançou um EP intitulado “Cru” em 2015, o álbum “remonta” em 2016 através de um financiamento coletivo, e em 2019 lançou o álbum “Goela Abaixo”, gravado na estrada, ao longo das turnês internacionais da banda.

Julgamos importante analisar a trajetória artística de Liniker, relacionando-a aos processos de construção identitária descritos pela Psicologia Semiótico-Cultural e pela Teoria Queer, pois compreender o desenvolvimento de identidades trans pode elucidar aspectos relativos à construção da identidade de gênero em geral, seja ela cis, trans ou não-binária, o que é de grande interesse científico. Assim sendo, nosso objetivo é compreender a construção da transgeneridade a partir do caso da cantora Liniker, estabelecendo um diálogo entre a Psicologia Semiótico-Cultural e a Teoria Queer.

Em entrevista para o programa “Espelhos”, conduzido por Lázaro Ramos, a cantora fala de si, da sua história e família, e da trajetória de sua construção artística. Para realização deste ensaio, utilizamos como fonte de informação os relatos desta entrevista e de outras como as que a cantora deu para a “Glamour” e “Marie Claire”, bem como reportagens realizadas sobre a cantora.

⁴ Entendemos a transgênero como “o indivíduo que se identifica com um gênero diferente daquele que corresponde ao seu sexo biológico, sem necessariamente manifestar desejo de modificar sua anatomia corporal e podendo ser heterossexual, homossexual, bissexual, etc.” (NERY, CARMO e PIRES, 2017, p.2)

Como aporte teórico deste trabalho utilizaremos como uma das bases a psicologia Semiótico-Cultural, abordagem que tem como base epistemológica as proposições de Vigotski (1999). O autor traz uma visão social e construcionista da realidade e dos processos psicológicos básicos, como a identidade. Uma vez que o fenômeno de interesse é a construção da identidade de gênero, julgamos a Teoria Queer como um outro aporte teórico relevante à análise do fenômeno e defendemos que o diálogo entre esta perspectiva teórica com a Psicologia Semiótico-Cultural pode enriquecer a compreensão do fenômeno.

A PSICOLOGIA SEMIÓTICO-CULTURAL

Como já dito, Vigotski (1999) assume uma perspectiva construcionista, segundo a qual o chamado “mundo interno” se constrói por internalização dos signos culturais, que se dá com a mediação da linguagem. Em outras palavras, a subjetividade humana se forma a partir da introjeção da cultura. O pensamento se desenvolve a partir da linguagem, sendo esta totalmente aprendida no processo de socialização. Portanto, o significado que é atribuído às experiências é algo central no pensamento construcionista, pois é desta maneira que se forma a realidade. A realidade se estabelece por meio semiótico, que é fundamentalmente dialógico.

Assim, segundo o Vigotski (2001), a atividade criadora seria qualquer atividade que traga alguma novidade, sendo o produto externo da atividade e organização dos pensamentos e sentimentos humanos. Neste processo, os desejos precisam ser combinados com as condições materiais e simbólicas da civilização. A criação é sempre um produto coletivo e se coloca como uma condição indispensável para a sobrevivência. Por isso, observamos a criatividade de modo tão intenso na infância.

Quando a criança deixa de brincar, não pode, contudo, recusar-se ao prazer que a brincadeira antes lhe proporcionava. Não pode encontrar na realidade a fonte para esse prazer, e começa a substituir a brincadeira pelos devaneios ou por aquelas fantasias que a maioria das pessoas nos sonhos, imaginando aí a realização das suas atrações eróticas frequentemente preferidas ou de quaisquer outras atrações. (VIGOTSKI, 2001, p. 84)

A partir disso, Bruner (1991) considera que o ser humano tem uma capacidade de imaginação que é única na natureza. Esta capacidade se dá em decorrência de interações semióticas complexas que travamos com a cultura, que é repleta de artefatos e sistemas simbólicos herdados por gerações. Assim, através da imaginação, criamos os projetos e intenções (quando está voltada para o futuro) e formamos nossa memória (quando está voltada para o passado).

A imaginação compõe realidade. A possibilidade de existirmos no momento presente depende da possibilidade de podermos criar um cenário para além do mesmo. Tal processo imaginativo é permeado pelos afetos e desejos do sujeito. Os fenômenos psicológicos, então, dependem das experiências afetivas do ator.

Seguindo este raciocínio, Brunner (1986) irá colocar a importância da narrativa, de “fazer sentido”. O processo terapêutico também segue esta lógica: falar sobre as coisas modifica as próprias coisas. Então, a concretude do mundo está muito mais no sentido do que na matéria em si, ou na “realidade dos fatos”.

De acordo com Freeman (1999), o papel da poesia seria o de colocar uma contra-realidade na balança – se constituindo como um recurso da imaginação que terá grande peso simbólico e afetivo. A poesia, assim, cumpre a função de abrir espaços de imaginação, ao invés de simplesmente reproduzir a natureza. Uma vez que, partindo do construcionismo, a realidade é consensual, a poesia abre novas e mais intensas possibilidades de viver o real, por meio da imaginação.

Neste sentido, poesia e as narrativas autobiográficas compartilham características comuns, com a diferença de que o poema se volta para o mundo e as narrativas autobiográficas voltam-se para o Self⁵. Por outro lado, o Self é sempre dialógico, movendo-se em direção ao outro e se construindo nesta relação. Assim, ao se voltar-se para o mundo, o poeta constrói a si mesmo.

Narrativas - como poemas - são formas culturais; são ferramentas que fazem sentido, recursos discursivos que nos ajudam a navegar pela vida social. [...] Narrativas do tipo que emerge no contexto das atividades da vida cotidiana geralmente não derivam de um ser solitário, procurando explicar esse ou aquele aspecto da experiência; elas derivam da interação social, coordenação e negociação.⁶ (FREEMAN, 1999, p. 106, tradução nossa)

A noção de Self se estende para além do outro. Usualmente, tendemos a achar que é o Self que formula a narrativa. Nesta perspectiva, ao contrário, a narrativa é que é a fonte do

⁵ O Self aqui é entendido como o “Eu” ou o “si mesmo”.

⁶ “Narratives – like poems – are cultural forms; they are sense-making tools, discursive resources that help us to navigate through social life. [...] Narratives of the sort that emerges in the context of every day life activities most often derive not from a solitary being, seeking to account for this or that aspect of experience; they derive from social interaction, coordination, and negotiation.” (FREEMAN, 1999, p. 106.)

Self. Para Freeman (1999), narrativizar seria transformar eventos desconectados em um discurso com sentido. Nesse processo, o Self se constrói.

Segundo Valsiner (2008), o desenvolvimento seria um fenômeno sistêmico aberto. Os signos, enquanto mediadores entre o Self e o coletivo cultural, não causam os processos de transformação, mas funcionariam como catalizadores de tais processos. Os signos são fundamentais para a emergência de novas estruturas no curso do desenvolvimento humano.

Nesse sentido, o poema seria um desdobramento da metáfora, adquirindo uma função primordial no processo simbólico. Diante das incertezas da vida, o significado precisa transitar entre os reinos do real e do imaginado. O tempo se desdobra entre lembranças do passado e expectativas de futuro, para engendrar as decisões e ações do presente. Vemos, em todo o processo a centralidade do tempo (Valsiner, 2008).

Também, a importância fundamental da própria imaginação. A tensão do encontro entre sentidos literais só pode ser superada através do movimento gerado pela expectativa do que “poderia ser”. A imaginação possibilita um trânsito entre inúmeras possibilidades que o tempo presente e a irreversibilidade dos fatos jamais permitiria. O futuro é sempre incerto, e só se faz conhecer no breve instante em que dura o agora. Diante da imensidão de possibilidades, apenas uma se torna real.

Tanto na vida, quanto no poema, o significado cumpre a função superar as incertezas (Valsiner, 2008). Assim, o significado pode ser comparado ao movimento poético. O significado se move no sentido da superação da ambivalência entre o real e o imaginado. Vai além dos sentidos literais mas não os abandona. O significado e a metáfora transcendem, mas precisam do literal. O signo, portanto, organiza a experiência que flui no tempo, transformando-se a cada momento por meio das tensões e ambivalências produzidas no encontro entre o mundo e a imaginação. É a mediação semiótica que transformará as incertezas em certezas. O signo integra parcialmente o futuro, antecipando-o no presente.

A construção do Self, a noção de identidade, se dá por meio deste processo. A construção de um signo forte, que se comunique e dê sentido à experiência sobre a realidade, se constrói a partir da ambivalência. Esta seria a fonte fundamental da criatividade e construção de signos. Para tanto, é necessário um distanciamento do sujeito com o mundo. Faz-se imperativa uma apreciação estética dos contrastes criados entre as ideias e o aqui-

e- agora. Assim, toda decisão requer lidar com a incerteza e convoca a capacidade de antecipar o futuro (Valsiner, 2008).

PSICOLOGIA SEMIÓTICO-CULTURAL E MODELO PERFORMATIVO-TEATRAL: UM DIÁLOGO A SERVIÇO DA COMPREENSÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO

Uma das autoras que mais tem se debruçado sobre as questões de gênero é Judith Butler, a qual propôs um modelo teórico sobre a compreensão da identidade de gênero: o Modelo Performativo-Teatral (Butler, 1988). Segundo este modelo, a identidade de gênero se constrói no processo cotidiano e corriqueiro de performance, representação ou desempenho, por parte dos sujeitos, de papéis de gênero socialmente construídos.

A identidade de gênero, nesta perspectiva, se constrói a partir da interação entre dois fatores: (1) a orientação social a papéis de gênero pré-definidos; (2) atos de gênero incluídos nestes papéis. É na repetição contínua e socialmente orientada de atos de gênero que o indivíduo constrói sua identidade. Esta orientação social tende a ser direcionada ao binarismo: espera-se que os indivíduos performem atos de gênero masculinos ou femininos, de acordo com seu sexo (GROS, 2015).

Butler (2010) afirma que o gênero não deve ser entendido como uma identidade estável, devendo ser analisado devidamente na fluidez que o constitui. Segundo a autora, “o gênero não é de modo algum uma identidade ou locus estável de agência a partir da qual procedem vários atos; ao contrário, é uma identidade tenuamente constituída no tempo - uma identidade instituída através de uma repetição estilizada de atos.”⁷ (BUTLER, 2010, p. 519, tradução nossa).

Esta concepção apresenta similaridades com o pressuposto defendido por Valsiner (2012) de que a experiência psicológica é inscrita na temporalidade irreversível. Este pressuposto, denominado *axioma do tempo irreversível*, é um dos princípios da Psicologia Semiótico-Cultural e implica que um evento psicológico jamais se repete da mesma forma, visto que a vida psicológica é um processo constantemente prospectivo e direcionado ao

⁷ “gender is in no way a stable identity or locus of agency from which various acts proceed; rather, it is an identity tenuously constituted in time – an identity instituted through a stylized repetition of acts” (BUTLER, 2010, p. 519).

futuro. Um evento ocorrido no passado não tem a possibilidade de se repetir da mesma forma (revertendo-se) se assumimos o tempo como irreversível.

Da mesma maneira, segundo Butler (1988, 2010), o gênero se constitui a partir da repetição de atos de gênero estilizados. Atos estes que não são necessariamente repetidos de igual forma, mas constantemente reelaborados e ressignificados ao longo do tempo, dando forma a um corpo estilizado a uma noção de identidade que se ajusta a esse corpo, produzindo assim as diversas identidades que indivíduos assumem. Nesse sentido, a ideia de uma identidade essencialmente feminina ou masculina é ilusória, uma vez que só se constitui a partir de performances, que são fluidas e não necessariamente contínuas ao longo do tempo. Conforme defende Butler (2010, p. 519), “[...] o gênero é instituído através da estilização do corpo e, portanto, deve ser entendido como a maneira mundana pela qual gestos, movimentos e encenações corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu de gênero permanente”⁸ (tradução nossa).

Em discussão sobre o significado do conceito de performance, Schechner (2006, p. 3) afirma que

Uma pintura ‘acontece’ em seu objeto físico; um livro acontece nas palavras. Mas uma performance acontece enquanto ação, interação, e relação. Deste modo, uma pintura ou um romance podem ser performativos ou serem analisados ‘enquanto’ performances. A performance não está ‘em’ nada, mas ‘entre’.

De modo semelhante, Valsiner (2012) afirma que os processos de construção de significado ocorrem nas relações intersubjetivas: não estão localizados nem interna e nem externamente aos sujeitos, mas sim na relação destes com outros significativos. O mesmo se pode dizer das performances de gênero: a construção da identidade de gênero se dá na negociação entre a performance individual, subjetiva, de atos de gênero, e as imposições e direcionamentos sociais. Butler (2010) afirma que

Se o fundamento da identidade de gênero é a repetição estilizada de atos ao longo do tempo, e não uma identidade aparentemente perfeita, as possibilidades de transformação de gênero são encontradas na relação arbitrária entre esses atos, na possibilidade de um tipo diferente de repetição,

⁸ “[...] gender is instituted through the stylization of the body and, hence, must be understood as the mundane way in which bodily gestures, movements, and enactments of various kinds constitute the illusion of an abiding gendered self”. (BUTLER, 2010, p. 519).

na quebra ou repetição subversiva desse estilo.⁹ (BUTLER, 2010, p. 520, tradução nossa)

O que se pode concluir do que a autora afirma é que, uma vez que compreendemos o gênero enquanto uma performance, conseqüentemente é possível pensar que aquelas identidades que podem ser chamadas de “subversivas” ou “não convencionais” – como é o caso das identidades trans – evidenciam os processos de construção subjetiva de gênero através das transformações e quebras que tais identidades promovem em relação às identidades socialmente esperadas e impostas a todos nós.

Isto é, através dos processos de construções identitárias trans, é possível estabelecer princípios sobre a construção de qualquer identidade de gênero. Segundo Gros (2015), esta ideia é nítida no modelo performativo-teatral, que considera que pessoas trans ilustram o pressuposto assumidos por Butler (1988) de que identidades não-normativas possuem alguma espécie de continuidade com as normativas, continuidade esta expressa nas performances de gênero que perpassariam ambas.

Um exemplo, de acordo com Gros (2015), seriam as *drag queens* e *drag kings*, que desempenham um papel do gênero oposto ao designado socialmente, ao menos por um período limitado de tempo, evidenciando a construção do gênero através da performance. Este princípio é semelhante ao conceito de remoção simbólica proposto por Valsiner (2014). Em suma, a remoção simbólica seria o processo por meio do qual um símbolo tem seu significado alterado ou, quando não isto, é substituído por outro símbolo na hierarquia semiótica presente na vida psicológica de cada indivíduo. Aplicando este conceito ao fenômeno das construções de gênero, pode-se entender os atos de gênero de que fala Butler (1988, 2010) como um processo de remoção simbólica no qual os símbolos tidos como masculinos ou femininos são reconstruídos e têm seus significados alterados na experiência de um sujeito.

Os processos típicos das transições de sexo/gênero podem ser assim compreendidos: mudança jurídica de nome e cirurgias de redesignação sexual exemplificam o processo de mudança de significado de símbolos importantes para o sujeito, como seu nome e seu corpo. Este último exemplo (redesignação sexual) pode, ainda, ser associado a um princípio básico da Psicologia Semiótico-Cultural: os seres humanos se engajam, a todo momento, em criar

⁹ “If the ground of gender identity is the stylized repetition of acts through time, and not a seemingly seamless identity, then the possibilities of gender transformation are to be found in the arbitrary relation between such acts, in the possibility of a different sort of repeating, in the breaking or subversive repetition of that style.” (BUTLER, 2010, p. 520).

significados e dar sentido às suas experiências e ao mundo que os cerca. Isso mantém os humanos vivos. É em torno disso que gira a vida psicológica. Grande parte dos significados e sentidos se expressam através de alterações nos ambientes, de modo a torná-los significativos. As cirurgias de redesignação sexual, tratamentos hormonais e não apenas isso, mas qualquer aparato de modificação do corpo, seja em sua estrutura em sua aparência, são processos de modificação de um lugar (no caso, o corpo) de modo a torná-lo significativo para um sujeito (VALSINER, 2014).

Os pressupostos teóricos até então discutidos podem nos auxiliar a elucidar os processos de construções de identidades de gênero. Este exercício de transposição teórica será realizado a partir da trajetória da cantora Liniker, que será analisada a seguir.

A CONSTRUÇÃO POÉTICA DE LINIKER

Na entrevista para o programa “Espelhos”, Liniker diz que é de uma família de mulheres muito fortes, porque várias delas criaram os filhos sozinhas, inclusive sua mãe. “Sou a única pessoa da minha família que conhece outro país, que viajou de avião, que fala outra língua.” (BRASIL, 2018).

Diz que sua família é do samba, muito unida e sempre deixou Liniker ser o que quisesse. Sua mãe nunca se importou se ela dançava ou se comportava como menina. Sempre teve essa liberdade. Acredita que isso, certamente, influenciou a sua própria permissão em viver o gênero e a sexualidade da maneira que sentia como verdadeira.

Relata que começou a cantar no teatro, depois de um teste de elenco que fez para a montagem do musical Saltimbancos. Na ocasião, os diretores queriam atores que cantassem e então, durante o teste, Liniker se prontificou a cantar. A partir disso, além de ganhar um papel no espetáculo, percebeu seu potencial como cantora pela primeira vez.

Enquanto compositora, escreve músicas que falam de amor, se diz uma pessoa muito apaixonada. “Minhas músicas são cartas que eu não entreguei. Todas, a maioria.” (BRASIL, 2018). Relata que sentia coisas que tinha vontade de gritar e precisava colocar no papel, porque não tinha coragem de dizer aos rapazes. Disse que a paixão a consumia, tinha vontade de escrever o tempo inteiro, fazia quatro, cinco músicas por dia. Conta que as primeiras

paixões foram um momento muito forte de encontro consigo mesma. “Como se aquilo fosse a única coisa que tivesse sido me dada na vida.” (BRASIL, 2018).

Quando Lázaro comenta sobre o seu não-binarismo, disse ter lido em uma entrevista seis meses antes que ela não fazia distinção entre “o” Liniker e “a” Liniker, e agora prefere ser chamada no feminino. O entrevistador considera seis meses um tempo curto para uma transformação desta proporção e gostaria de entender como seu deu essa virada. Então Liniker responde que naquele período dizia não fazer distinção, mas preferia ser chamada no feminino. Acha que era uma forma de testar como seria quando assumisse “a” Liniker dentro dela mesma, e como seria socialmente.

Em uma entrevista para a revista Glamour, comenta: “Tudo foi um processo. Àquela altura, sentia que não tinha gênero. Não me identificava nem com ‘o’ e nem com ‘a’. Até que um dia, li uma matéria sobre a banda e ao ler ‘o cantor’ me senti incomodado. A partir de então, entendi que era ‘a’ Liniker, a cantora.” (BEZERRA, 2017).

Quando a entrevistadora pergunta sobre como se daria sua expressão de gênero, Liniker responde:

Eu sou a mesma pessoa no palco e fora dele. Não existe distinção entre a artista e a pessoa. Claro que falo das relações nas músicas, na arte... Mas não gosto que as pessoas coloquem certas expectativas. Tem dia que uso vestido. Tem dia que uso saia. Tem dia que uso calça. Já teve gente que me perguntou “mas por que você está de calça?”. Não sou personagem! (BEZERRA, 2017).

Em entrevista para Marie Claire (MALTA, 2017), a entrevistadora pergunta “Em que momento entendeu que era mulher?” Então, Liniker responde:

Acho que sempre soube. O que custei a entender é que podia ser outras coisas, ter outro corpo. Começou com o meu encontro com a [cantora] Linn da Quebrada. Em 2014, a gente fazia escola livre de teatro em Santo André e morava juntas. Muito estudiosa e sempre com o corpo em experimentação, ela foi me fazendo entender que ok, tudo o que pensava em Araraquara pode sair para fora. (MALTA, 2017).

O fato de Linn da Quebrada e suas experimentações corporais terem influenciado a trajetória de Liniker evidencia o processo mais básico do Modelo Performativo-Teatral de Butler (1988), uma vez que Linn da Quebrada desempenhava atos de gênero específicos, os quais Liniker chamava de corpo em experimentação. Além disso, é um processo de cultivo e

transformação do próprio corpo em artefato cultural significativo, conforme trazido por Valsiner (2014).

Quando a entrevistadora pergunta se sentia culpa por ser mulher, Liniker responde que sim, o tempo inteiro. “Sou de Araraquara, interior de São Paulo. E lá a gente não tinha representatividade, não se via pessoas trans. Até hoje, tem um grupo de ricos que acha que não podemos ter direitos iguais.” (MALTA, 2017).

Posteriormente, a entrevistadora da revista Glamour pergunta sobre preconceito, se a cantora sofre e de onde viria.

O preconceito está em todos os lugares. Sou uma mulher trans e negra. Sair de casa, que é algo simples para as pessoas, parece ameaçador para gente. Isso dá medo! É como se estivéssemos fazendo algo de errado! Por isso, temos que ocupar os espaços, os programas, os palcos... A sociedade invisibiliza a gente. (BEZERRA, 2017).

Em entrevista para Pedro Bial, Liniker complementa:

Todo dia (encaro discriminação), ainda mais sendo uma mulher trans no Brasil, que mais mata gays, trans, lésbicas. Tenho um privilégio, as pessoas me conhecem, mas mesmo assim passo por uma violência gigantesca. As pessoas vão aos shows pelo fato de ter uma mulher trans, querem ver quem eu sou, entender. Mas sinto que é pela música e pela qualidade do som que temos feito. Nesses três anos chegamos numa musicalidade nossa. (MARQUES, 2018)

Lázaro fala da questão da representatividade, o quanto ela ser uma cantora trans que se aceita e se coloca como é, é algo importante para muitos jovens que a admiram e vêem-na quase como uma líder religiosa. Liniker estranha a adoração, mas concorda. Diz que, de fato, pessoas a procuram para dizer que dias atrás estavam pensando em suicídio e depois de vê-la, trans e negra, sendo aceita, cantando e tendo sucesso, isto fez com que essas pessoas repensassem sua própria vida.

É muito no aqui-e-agora entender como é que isso transforma nas pessoas, porque ao mesmo tempo eu estou em processo de construção de mim. O tempo inteiro. Então, poder ver que eu construo nas pessoas e que junto com elas eu também me construo, é o maior movimento de tudo que pode ter acontecido. (BRASIL, 2018)

A partir dos relatos da experiência de Liniker na sua construção de si enquanto pessoa e enquanto artista, alguns pontos chamam atenção. Primeiro quando fala de sua família, que é uma família de mulheres fortes que criaram seus filhos sozinhas, e que nunca tiveram as

oportunidades que ela teve de viajar pelo mundo, falar outras línguas, etc. Por um lado, Liniker quebra com o padrão familiar, conquistando coisas que ninguém haveria conquistado na sua família, vivendo seu gênero e sua sexualidade de um modo que ninguém concebia até então.

Por outro lado, quando fala do preconceito que enfrenta e da sua solidão, do amor que não vive e das cartas de amor que nunca entregou, se une à solidão das mulheres de sua família que precisaram criar seus filhos sozinhas, sem um marido, sem um amor: “Sou uma cantora que canta sobre o afeto, mas nem sempre estou vivendo os afetos que canto.” (BRASIL, 2018).

Neste processo, ela demonstra a internalização dos elementos de sua cultura familiar. Alguns desses elementos ela reproduz, outros ela considera mas transcende, em um processo constante de simbolização e superação de ambivalências. Além disso, se utiliza da poesia como modo de viver seus sentimentos e superar a tensão entre o desejado e não-vivido. No espaço da imaginação, abrem-se possibilidades de existência e significação que no cotidiano não se mostram possíveis (FREEMAN, 1999).

Essa dinâmica também se torna muito clara na sua vivência de gênero. A cantora fala de uma aceitação sutil de sua forma de viver seu gênero que sua mãe defendeu desde pequena, que lhe proporcionou esse espaço de liberdade. O discurso da mãe que valida seu comportamento de dançar como uma menina, serve de base para sustentar escolhas posteriores. Ao mesmo tempo em que revela uma identificação positiva (quando a mãe fala que também gosta de dançar, então, que deixassem Liniker dançar), também indica uma quebra normas simbólicas (quando um menino se comporta como uma menina) que operam no presente e que se ligam a possibilidades de futuro consideradas hostis (uma provável homossexualidade) (VALSINER, 2008).

Liberdade parece uma palavra chave no discurso de Liniker. No seu caso, a palavra aparece como um elemento simbólico que representa a possibilidade de viver sua imaginação poética e seus desejos no seu corpo e nos seus atos. Fala que aquilo que expressa no palco, também expressa na vida e, neste sentido, confirma o encontro entre a vida e a poesia (FREEMAN, 1999).

Além disso, demonstra um processo de construção/destruição/reconstrução constante na sua identidade geral, mas especialmente no seu gênero. A princípio se identificava como masculino, depois como homem gay, então como pessoa não-binária e, atualmente, se identifica como mulher trans. Por outro lado, relata que sempre se sentiu mulher, e precisou ir paulatinamente construindo esses espaços simbólicos para compreender a si mesma e as possibilidades de expressar seu gênero no mundo. Um processo dialógico de negociação de signos com a realidade cultural. Em um determinado momento, num contexto específico, essa possibilidade se coloca.

[...] é um acaso que irá se converter em contexto de NECESSIDADE para o indivíduo, pois suas potencialidades representarão forças inelutáveis, de cuja realização ele não poderá fugir sob pena de se sentir aniquilado em seu íntimo ser. São essas potencialidades inatas de cada um, que geram os impulsos poderosos a mover o indivíduo a vida inteira, numa busca de realização que se entrelaça com a busca de sua própria identidade. (OSTROWER, 1995, p. 2)

Em alguns trechos das entrevistas, Liniker coloca esses processos de diálogo e construção identitária de modo muito claro:

- “A partir do momento que você se lança no mundo e que você tá aberto às coisas, você vai abrindo um leque de possibilidades e um leque de coisas que você volta, que você acredita mas não, não é isso. Você sempre pode se corrigir.”(BRASIL, 2018).
- “É na base da conversa e da desconstrução, a minha demorou 18 anos para acontecer. Imagina minha avó, minhas tias, tendo de desconstruir a pessoa que elas conviveram esse tempo todo.” (BRASIL, 2018).
- “A partir do momento que eu vejo que tudo está em mim, tudo se pauta no que eu sinto e no que eu sou, e no que eu me definir é a minha verdade, então a Liniker veio assim de um jeito que sempre esteve. E agora é a Liniker.” (BRASIL, 2018).

Neste último trecho, destacamos a quebra que a artista faz com a imposição simbólica do corpo sobre o gênero e da possibilidade de reconstrução de si a partir da sua realidade subjetiva. Então, a “sua verdade” passa por um longo período de negociação até que, enfim, se impõe. Ela passa então a “fazer sentido”, como coloca Bruner (1986).

A questão do preconceito, por sua vez, impõe um espaço simbólico de violência, silenciamento e exclusão, que é vivido pela cantora e por tantos outros atores sociais que compartilham os mesmos signos (mulher, pobre, negra, trans). Uma vez que ela consegue se colocar em um lugar de valorização, visibilidade e sucesso, ela abre caminhos de representatividade, que ajuda outras pessoas, que antes se viam sem perspectivas, a construir possibilidades de vida a partir desses novos recursos simbólicos que sua presença oferece (VIGOTSKI, 2001).

Os processos de remoção simbólica descritos por Valsiner (2014) são também evidentes nas falas de Liniker. Ao relatar que mudou e corrigiu antigas crenças, que passou por um processo de desconstrução e, então, passou a assumir e sustentar suas próprias verdades, Liniker não está se referindo, se não, a um processo de modificação do significado de antigos símbolos (as antigas crenças e padrões socioculturais) presentes nas suas dinâmicas semióticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, vimos um pouco da construção simbólica ao longo da história de Liniker e a importância de uma artista como ela ter alcançado a visibilidade e o sucesso que alcançou. A partir do referencial teórico da Psicologia Semiótico-Cultural e da Teoria Queer, pudemos perceber que a realidade é consensual e construída coletivamente, portanto, os signos construídos pela cultura se fazem fundamentais para a construção subjetiva das pessoas.

Considerando que as mulheres trans e negras, de um modo geral, sofrem muitos tipos de preconceito e violência simbólica, a cantora e compositora Liniker traz muitos elementos importantes à pauta. Apesar do seu sucesso, diz sofrer pelo preconceito. Mas, ainda assim, se expõe, conquistou sucesso e sustenta um lugar de representatividade importante no nosso contexto social.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, F. Liniker: “Sou uma mulher trans e negra. Sair de casa é ameaçador”, diz em entrevista exclusiva à Glamour. **Revista Glamour**. 08 de Julho de 2017. Disponível em: <https://revistaglamour.globo.com/Na-Real/noticia/2017/07/liniker-sou-uma-mulher-trans->

[e-negra-sair-de-casa-e-ameacador-diz-em-entrevista-exclusiva-glamour.html](https://www.youtube.com/watch?v=sUbSNBI8ruQ). Acesso em 01 de Julho de 2019.

BRASIL, C. Liniker e Lázaro Ramos | Espelho. **Youtube**. 28 de Fevereiro de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sUbSNBI8ruQ>. Acesso em 01 de Julho de 2019.

BRUNER, J. **Actual Minds, Possible Worlds**. Cambridge, MA, USA: Harvard University Press, 1986.

_____. The Narrative Construction of Reality. **Critical Inquiry**. The University of Chicago 18, Autumn, 1991.

BUTLER, J. Performative acts and gender constitution: na essay in phenomenology and feminist theory. **Theatre Journal**, v.40, n.4, pp. 519-531, 1988.

_____. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FREEMAN, M. Culture, Narrative, and the Poetic Construction of Selfhood. **Journal of Constructivist Psychology**, 12, 99-116. College of Holly Cross, Worcester, Massachusetts, 1999.

GROS, A. E. Judith Butler y Beatriz Preciado: una comparación de dos modelos teóricos de la construcción de la identidad de género en la teoría queer. **Civilizar**, v.16, n.30, pp. 245-260, 2015.

MALTA, R. Liniker: “Ser uma mulher com um pau é revolucionário”. **Revista Marie Claire**. 08 de Junho de 2017. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Noticias/noticia/2019/03/liniker-ser-uma-mulher-com-um-pau-e-revolucionario.html>. Acesso em 01 de Julho de 2019.

MARQUES, H. Cantora trans, Liniker fala de preconceito em entrevista a Bial: “Todo dia encaro discriminação”. **Portal Popline**. 06 de Novembro de 2018. Disponível em: <https://portalpopline.com.br/cantora-trans-liniker-fala-de-preconceito-em-entrevista-bial-todo-dia-encaro-discriminacao/>. Acesso em 01 de Julho de 2019.

NERY, G.; CARMO, J.; PIRES, S. Direito, Identidade e Transgeneridade: O Preconceito do Mercado de Trabalho na Contratação de Pessoas Trans. In: do Seminário Direito, Justiça e Sociedade. **Anais do Seminário Direito, Justiça e Sociedade** (pp. 30–38). São Paulo: EVEN3, 2017.

OSTROWER, F. **Acasos e Criação Artística**. Editora Campus, São Paulo, 1999.

SCHECHNER, R. **Performance Studies: an introduction**. New York, USA: Routledge, 2006.

VALSINER, J. **An invitation to cultural psychology**. New Delhi: Sage, 2014.

_____. **From methodology to methods in human psychology**. Genebra: Springer, 2017.

_____. **Fundamentos da psicologia cultural: mundos da mente, mundos da vida.** Porto Alegre: Artmed, 2012. (Original publicado em 2007).

_____. Open transitivity cycles in development and education: Pathways to synthesis. **European Journal of Psychology of Education.** Clark University, U.S.A., Vol. XXIII n. 2, p. 131-147, 2008.

_____. Scaffolding within the structure of dialogic self: hierarchical dynamics of semiotic mediation. **New ideas in Psychology**, v. 23, pp. 197-206, 2005. doi: <https://doi.org/10.1016/j.newideapsych.2006.06.001>.

VIGOTSKI, L. **Imaginación y creación em la edad infantil.** Editorial Pueblo y Educación: Ciudad de La Habana, 1999.

_____. **Psicologia da Arte.** Martins Fontes: São Paulo, 2001.



CORPO CONTRASSEXUAL: ESCRITURAS NA PELE COMO FIGURINO

Tiago Herculano da Silva¹
Nara Salles²

Resumo:

Partindo do estudo da instauração cênica *Corpo Livre*, do CRUOR Arte Contemporânea, coligação de prática da cena do Núcleo Transdisciplinar de Pesquisas em Artes Cênicas e Espetaculares da UFRN; a seguinte pesquisa de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da UFRN tem como proposta uma investigação sobre o entendimento da *pele como figurino*, estudado por Salles (2013), pois se faz necessário perceber o uso da pele como uma linguagem artística. Por meio do contexto em que a obra é pensada e realizada podemos perceber a nudez de forma diferenciada da percepção que lhe é associada: como algo ofensivo ou sexualizado. Na busca por um olhar diferenciado, abordamos a prática dissertativa, em que os espectadores escreveram na pele do artista, com intuito de levantar questionamentos que envolvem o nu artístico, seus entraves e a perseguição sofrida por artista que realizam obras com nudez. A *pele como figurino* pode ajudar o artista à entender a nudez não como exibição íntima, mas como um elemento poético e questionador daquilo proposto pela obra.

Palavras-Chave: Nudez, Pele, Escrituras.

INTRODUÇÃO

Neste artigo abordamos a possibilidade do uso da *pele como figurino*, estudado por Salles (2013), para podermos perceber o uso da pele como uma linguagem artística, em obras que podem criar a possibilidade de escrituras na pele como forma poética. Poética essa que questione valores imposto pela sociedade perante o corpo e a nudez artística ressignificando o corpo nu. Ao longo da pesquisa dissertativa no curso de pós-graduação em Artes Cênicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, realizamos um trabalho prático onde os espectadores participavam como agente ativos da ação cênica e escreviam na pele do artista pudemos assim resignificar, por meio dessa escrita, perspectivas indagadas pela pesquisa.

A pesquisa buscou questionar possíveis motivos que tornam a nudez artista algo tão castigado em nossa sociedade, denunciando a perseguição e ameaças sofridas pelos artistas que realizam obras com caráter de nudez. Foram encontrados possíveis apontamentos que abordam a nudez percebida como algo ofensivo – quando o corpo desnudo se apresenta como

¹ Mestre em Artes Cênicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, txchyagoserectus@hotmail.com

²Doutora em Artes Cênicas da Universidade Federal da Bahia – UFBA, narasalles@hotmail.com



uma quebra da norma social, um corpo que se apresenta nu é um corpo não dócil – e a relação da nudez associada ao sexual (AGAMBEN, 2014).

Obras como a performance *La Bête* realizada recentemente no Museu de Arte Moderna em São Paulo pelo artista Wagner Schwartz, são exemplos de uma nudez artística que foi entendida como sexual. O artista foi acusado de pedofilia e ameaçado de morte (FILHO, 2017). E durante a execução da obra *DNA de Dan* do performer Maikon Kempinski realizada na frente do Museu Nacional da República em Brasília em 2017 o artista foi impedido de realizar sua obra e detido pela polícia local (REIS, 2018).

Devido à crescente perseguição perante o artista cênico que realiza uma obra com caráter de nudez e as ameaças de mortes sofridas por eles, fez-se necessário um estudo sobre a nudez artística em nosso país e como as escritas na pele do artista podem gerar possibilidades de reflexão e discussão sobre o nu artístico e sobre o uso da pele como figurino em obras cênicas. Esse artigo foca na prática dissertativa da pesquisa abordando o corpo contrassexual, esse corpo que vai contra a normalização sexual associada ao corpo desnudo, e a escrita na pele como uma possibilidade de interpretação sobre esse nu artístico tão acimado socialmente.

METODOLOGIA

Partiu-se da análise do quadro social em que a nudez é entendida como um quebra da norma social, dessa forma termina sendo compreendida como algo ofensivo e que deve ser punido, e do desnudamento associado ao sexual em que estimula o entendimento do nu como instigação sexual. Esses questionamentos foram colocados em cena, em um trabalho prático da cena, para que gerasse possibilidades de reflexão sobre a nudez artística perante a sociedade.

O público foi convidado a participar da encenação e escrever na pele do artista suas impressões sobre a obra e sobre essas questões pautadas. Dessa forma, fizemos uma análise das palavras e desenhos escritos na pele do artista para que possamos entender e compreender como o corpo nu artístico que sofre opressão pode ser entendido como uma poética.

A escrita na pele foi um meio usado, no contexto da pele como figurino, para chegar na possibilidade e no entendimento da nudez artística como linguagem e poética. Assim, o corpo do artista pode ser compreendido distante das associações feitas ao desnudamento como ofensivo e erótico. As palavras e desenhos na pele foram a linguagem de compreensão feita pelo público e analisado nesse artigo.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

O histórico físico de cada pessoa é construído ao longo de sua vida, ao longo de sua vivência onde quer que ele esteja ou vá, pois nasce mergulhado no meio sócio cultural que foi solidificado antes de sua existência, neste ponto é importante lembrar que a cultura é dinâmica e vai se transformando com o passar do tempo e inclusive a chegada de novos indivíduos que trazem inclusive outras propostas de existência, de ser e estar no mundo que encontram pronto. Uma pessoa pode assim, por exemplo, nascer em um meio familiar bastante opressor que pode ocasionar dificuldades em relação a forma como lida com seu corpo que pode refletir tanto em sua vida cotidiana, enquanto outra pessoa pode ser criada em meios não tão repressores, e assim podem não apresentar as mesmas dificuldades; mas obviamente não acontece um determinismo nesses fatos.

Existe uma gama singular de casos que envolvem corpo e como as pessoas lidam com ele, mas os fatores de ordem social – no caso os padrões normalizadores – acabam por afetar a quase todos independente de qual meio tenham sido criados, porém, ainda assim, eles vão influenciar em graus diferentes conforme o histórico físico construído por cada indivíduo.

Ao longo da vida os padrões sociais influenciam e ditam boa parte do comportamento das pessoas. Os processos sociais de normatização têm a função de disciplinar os sujeitos para a reprodução da ordem social. Para Foucault (1987) um corpo disciplinado pelo sistema social em que está inserido é um corpo dócil; este não só se apresenta dentro das normas e padrões sociais que vigoram na sua sociedade, mas também educa outras corporeidades a obedecer uma norma social. Assim,

O corpo humano entra em uma maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe (...) A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças do corpo (em termos políticos de obediência) (FOUCAULT, 1987, p. 119).

O corpo é (re) pensado para a reprodução das normas construídas para legitimá-lo. Sendo assim, os corpos serão sempre espaços de fronteiras, de limites, que estará atravessado por escolhas, que de certa forma, estará previamente estabelecida a forma de agir, de atuar. E o fato de não estar sendo seguido como estabelecido faz com que os corpos passem a se não se enquadrar.



Um corpo nu pode se apresentar como uma quebra dessa ordem social, como um corpo não dócil e, muitas vezes, termina sendo visto como algo indecente e/ou como uma afronta. Dessa forma, a nudez é tratada como algo ofensivo, punitivo e proibido inclusive por determinação de uma lei federal em que o nu frontal público em qualquer situação está sujeito a punição, como previsto no art. 233, do Código Penal Brasileiro.

O Cruor Arte Contemporânea criou a instauração “Corpo livre” em decorrência do fato de uma bailarina se apresentar nua em um evento na cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte, e por essa ação ser exonerada do cargo de professora de dança, da escola do Teatro Municipal da cidade mencionada. O Cruor Arte Contemporânea é uma coligação de prática da cena do Núcleo Transdisciplinar de Pesquisas em Artes Cênicas e Espetaculares da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A obra foi um questionamento ao teatro que proibiu e afastou a atriz por ter dançado nua. Corpo Livre foi apresentado pela primeira vez no largo em frente ao teatro. Depois foram realizadas apresentações em outros locais.

Salles faz uma descrição de como é a obra:

“Corpo Livre”, esta instauração cênica urbana consiste em convidar artistas da cidade para que, em determinado local e hora, dancem ou executem uma partitura de três minutos, tendo o corpo nu pintado com pasta d’água. Esta se desenvolve da seguinte maneira: o grupo sai em cortejo, acompanhado por músicos e musicistas, ainda com roupas, de determinado local da cidade e vão a um ponto onde houve algum tipo de repressão ao corpo; quando chegam, sentam-se e formam uma mandala, e aqueles que têm o corpo nu pintado de branco, entram na mandala, tiram suas roupas e executam a partitura de três minutos; logo após, colocam as roupas e vão embora da mesma forma que chegaram: em cortejo (SALLES, 2013, p. 79).

Quando a arte se propõe em ir a um local “onde houve algum tipo de repressão ao corpo”, ela termina por levantar aquele questionamento naquele local buscando desconstruir conceitos arregrados ali e ressignificar aquilo que é pertinente. Esse corpo nu apresentado pela encenação não é um corpo dócil e sim um corpo que busca indagar sobre aquilo que a sociedade oprime e coloca como seus padrões vigentes. A luta contra a opressão, nesse caso falamos sobre a repressão ao corpo nu, é um caminho que a arte está disposta a percorrer e sabe que pode conseguir resultados significativos. Observemos,

Nosso trabalho propõe uma discussão sobre o corpo do artista, o nu em cena, o direito de usar a pele como figurino, a liberdade em nossas criações e que um corpo em cena não seja motivo para indicativo de idade. Segundo nosso entendimento, o artista deve ter liberdade total para usar seu corpo nu apenas como obra artística (SALLES, 2013, p. 79).



O corpo do artista como obra de arte é entendido aqui quando o artista usa de seus recursos corporais para uma criação poética independentemente de estar nu ou não em cena, mas, estando nu, seu corpo é capaz de criar poéticas e diálogos com o meio em que está inserido. Dessa forma, é capaz de ressignificar até a sua própria pele usando-a como figurino: aquilo que reveste meus músculos é minha vestimenta primordial, bela, poética e artística. A obra *Corpo Livre* deseja representar, por meio da nudez em cena, um corpo desvinculado de apelos eróticos. Os corpos nus da obra *Corpo Livre* são corpos que questionam a repressão que o corpo sofre, para isso, o corpo é colocado como poética da cena e a nudez como elemento questionador e significativo.

A *pele como figurino* é um conceito estudado por Salles (2013) em que entende o uso da pele como uma linguagem cênica dissociada dos conceitos aplicados socialmente. Nesse contexto a pele é entendida como uma poética, como um recurso usado pelo artista para expressar ou questionar algo. Na pele dos artistas da obra pintada com pasta d'água é uma poética que sugere a pele como um figurino que o artista pode usar como criador de questionamento, de identidade. Que questiona o fato do artista poder usar o desnudamento em cena como meio poético sem ser repreendido. Pele pintada é um símbolo de posse do artista perante sua pele, pois nessa pele lhe é associado padrões e normas sociais.

É na pele que o indivíduo irá expressar, por meio de figuras e palavras como tatuagens, aquilo que constrói sua identidade individual e coletiva, por exemplo. Aquilo que será observado pelo outro e pelo olhar do outro ganhará significado. A pele como figurino busca nessa escrita não apenas um reflexo de si próprio na pele, mas um questionamento de valores que são impostos a essa pele.

Para entendermos mais profundamente como o corpo é percebido na atualidade nesse processo de apresentação daquilo que teríamos para oferecer, buscamos na pesquisa de Beatriz Ferreira Pires (2005) como o corpo se tornou um suporte para a arte. A autora aponta a seguinte abordagem sobre o nu:

O corpo que reproduz a si mesmo em fotos, que se coloca à mostra. Que precisa destacar-se dos demais para ter uma identidade, já que esta vem de fora, vem do outro – o sujeito não se reconhece por si mesmo, é o olhar do outro que lhe confere ou não identidade. O corpo que se mostra em todo o seu cotidiano pela internet através de câmeras de vídeo. O corpo que se expõe nu. A nudez, carregada de apelo erótico, utilizada em grande escala por campanhas publicitárias, propagandas de televisão, filmes, ensaios fotográficos, sites da internet e desfiles de moda, não só reafirma os padrões estéticos vigentes, despertando no indivíduo o desejo de que seu corpo seja



semelhante ao apresentado, como também tira do fato de estar despido o caráter de inusitado (PIRES, 2005, p. 92).

Artisticamente falando, o corpo em cena também expressa aquilo que a obra deseja colocar na cena. A obra *Corpo Livre* deseja questionar por meio da nudez em cena um corpo que não carregue esses apelos eróticos e ofensivos. A bailarina, que deu origem a obra, poderia sim se apresentar nua e isso não deveria ser o motivo para ser exonerada do cargo de professora sobre o pretexto que seu corpo carrega e/ou estimula esses apelos. Essa nudez castigada e carregada de apelos eróticos construídos para o benefício da mídia termina equivocando a percepção da nudez artística tomando-a como ofensiva.

A pele não é apenas o maior órgão do corpo, que cobre todos os músculos, é também responsável pelo sentido tátil. É, por meio dela que marcamos nossa singularidade construída ao longo da vida de diversas formas. O desnudamento é uma exposição dessa pele, da identidade pessoal. A pele é o órgão do prazer, da repressão, da dor e da punição e o contato físico pode criar diversos tipos de registros no corpo tanto de quem é tocado quanto de quem o toca (MONTAGU, 1988). Esses registros se refletem durante a encenação e após seu acontecimento.

O artista na prática da cena dessa pesquisa teve que lidar com o toque durante a escrita na pele feita pelas pessoas que participaram da obra. Além da cócega, outra reação pensada durante a pesquisa em relação ao toque na prática foi a excitação. Embora não se toque em regiões erógenas durante a prática e não se tem tal objetivo, mas o toque pode provocar excitação. O mesmo vale para tensão e arrepios. Porém o julgamento da excitação pertence a esfera sexual e de como o corpo nu está bastante associado a sexualidade e se quer demonstrar exatamente o contrário disso então essas reações não podem ocorrer na cena, se fez necessário um controle corporal para a cena neste caso.

Optamos por abordar esse ponto sob a perspectiva de explicar que o toque não deve ter caráter sexual na arte. Muitos artistas que realizam obras com desnudamento são criticados e acusados de estimularem a sexualidade quando o toque se faz presente, como em *La Bête*, essa obra não tinha esse intuito. “Todos os habitantes do mundo ocidental compreendem que tocar é socialmente permitido desde que evite quaisquer implicações de sexo” (MONTAGU, 1988, p. 226). No caso da prática dissertativa abordada nesse artigo, o que é fundamental para a ressignificação do corpo é essa corporeidade ser entendida por esse prisma do toque ao corpo desnudo como ato que pode perfeitamente não corresponder a esfera sexual; mas a uma poética do corpo.

A pele será o palco dessa manifestação do público com a obra, dessa forma, esse novo corpo será materializado e ressignificado. O corpo passa a existir por meio dessas relações. O corpo será o texto a que representa o reflexo do entendimento do público perante a obra. O corpo se torna o objeto de arte pelo qual expressamos uma poética.

A pele, segundo Jeudy:

Em vez de considera-la como uma superfície intermediária entre o de fora e o de dentro, parece que, no dia-a-dia, ela é mais uma superfície de auto-inscrição, como um texto, mas um texto particular, pois seria o único a produzir odores, sons e a incitar o tocar. Um texto, ainda, que jamais se submete às regras do sentido, uma vez que ele só se faz linguagem articulada com uma tatuagem. Curiosamente, a pele retira do corpo seu status de objeto, no momento em que ela não é mais percebida como o invólucro das formas. Tal qual uma superfície com seus próprios relevos, ela transforma o corpo-objeto em corpo-texto (JEUDY, 2002, p. 84, grifos do autor).

Dessa forma, entendemos que a pele do atuante não é apenas como um divisor entre o *eu* e o mundo ou entre esse *eu* e o outro, mas como uma *ligação* entre o instaurador com o público. Essa ligação concretiza o corpo-texto durante o rito de passagem proposto pela prática. O rito da materialização de um novo corpo construído por meio da escrita feita pelo público.

Nepomuceno (2015) aponta que é na pele que a transformação ou passagem da fase da adolescência para o adulto, ou do homem natural para o homem natural-social, é marcada no corpo, por meio dos ritos de passagem, de inscrições na pele ou das escarificações. Algumas sociedades realizam esses rituais em que o corpo é, de alguma forma, marcado. “As inscrições corporais [...] são a parte mais visível [...] de uma lenta e progressiva transformação [...] desde o nascimento até a morte, e que objetiva levá-lo à percepção de si mesmo e dos valores da sociedade à qual está inserido” (NEPOMUCENO, 2015, p. 146). Essa escrita na pele ajuda o indivíduo se destacar e sentir-se inserido dentro da sociedade do qual faz parte.

Durante o acontecimento cênico da obra proposta pelo primeiro autor deste artigo intitulada *A ressignificação do corpo nu*; o público recebia um batom e era convidado a fazerem parte da obra ao riscarem o corpo do artista em cena. A autonomia dos espectadores em escrever o que desejam na pele torna-os ativos da ação cênica, sem eles a prática não se concretiza. Diversos desenhos foram riscados na pele, assim como palavras que expressam tanto aquilo que o público percebeu daquele corpo quanto aquilo que eles gostariam que significasse para eles.

A instauração foi realizada em dois eventos: no 3º Seminário Internacional Desfazendo Gênero, no período de 10/10 à 13/10 no ano de 2017, pela Universidade Estadual da Paraíba e no evento da VIII Jornada de Pesquisa em Artes Cênicas – Edição Internacional, no período de 01/11 à 03/11/2017, pela Universidade Federal da Paraíba. Em ambos os eventos a recepção e discussão sobre os questionamentos da obra foram bastante proveitosos. No corpo do atuante foram inscritos palavras como *vendável*; *cis*; *homem*; *ringue*; *amor*; *rola*; *o(cu)par*; *respeito*; *liberdade* e *dildo*. A partir destas palavras inscritas no corpo podemos traçar a seguinte análise:

Vendável – Nos remeteu aos corpos que são vendidos por toda propaganda e pelo mercado, no caso de um corpo nu esse “vendável” também nos remete a todo corpo que é explorado na esfera da pornografia. Uma alusão ao corpo nu que se coloca como produto de consumo. A cultura do descartável que realiza seu consumo e joga fora tudo daquilo que não se objetiva criar relação. Essa palavra nos proporciona indagações como: Um corpo que está ali disposto a venda seria um corpo inserido nos padrões vigentes? Provavelmente, para que seja vendável, esse corpo precisa se apresentar útil e/ou belo. A beleza, entendemos que esteja mais enraizada naquilo que as concepções sociais determinam como belo, como os padrões fortalecidos pelas academias em que o corpo deve se apresentar sempre viril (GOLDENBERG, 2007). Esses são questionamentos que são trazidos a tona após cada apresentação. A análise dos acontecimentos não só ajuda a melhorar a proposta cênica como a entender com maior aproveitamento os valores daqueles que participam da realização da cena.

Respeito e liberdade – Embora com significados distintos são duas palavras que possuem um peso grande para com a pesquisa pois quando pensamos no momento em que vivemos, em que a nudez na arte é, muitas vezes, perseguida e proibida, respeito e liberdade parecem se tornar premissas básicas. Diversos exemplos foram abordados nessa escrita de performances e obras mal interpretadas por aqueles que de alguma forma tiveram acesso a elas. A *liberdade* nos remete, também, a esse nu que se liberta de regras na qual o corpo deve sempre se apresentar vestido.

A palavra *rola* – aqui como sinônimo de pênis – veio seguida de uma interrogação. Uma pergunta para com aquele corpo e feita na barriga. Como quem pergunta onde está o órgão ou se aquilo é um órgão genital. O que nos leva a pensar sobre o fator de desconstrução do órgão genital, objetivado na prática. Podendo significar que o espectador que escreveu se sentiu questionado perante o ato da desconstrução do órgão feito no corpo. O questionar que tanto a pesquisa visa perante esse novo corpo em cena. Órgão sexual que é usado para definir o gênero, aqui se encontra desconstruído dessas concepções que provocam sua sexualização.

Vale salientar mais uma vez que a nudez artística sofre com sua associação ao erótico. Agamben (2014) lembra que é apontado pela bíblia, em gênesis, que Adão e Eva eram cobertos por uma *veste de graça* e este nu não possuía uma conotação ofensiva ou erótica. Por baixo desta veste estaria aquilo que entendemos por nudez e só foi revelado ao casal quando eles cometeram o pecado original. O pecado arrancaria essa *veste de graça* afastando os seres humanos do espiritual e ligando-os a carne, ao desejo carnal. Dessa forma, a associação com o erótico foi criada e a exibição do corpo nu começa a ser vista como um ato sexual.

O(cu)par – o verbo *ocupar* veio escrito exatamente da forma como apresentado aqui. Entre parentes a palavra que se destaca é *cu*, sinônimo de ânus, e as relações que podemos fazer partem desde a referência a performance *Macaquinho* até a pesquisa de Saez (2016) que escreveu sobre essa região corporal como detentora de um sistema de poder e controle social. Para esse controle é estabelecido nessa região uma espécie de “terror” (PRECIADO, 2009) pelo qual a sociedade entende que qualquer ato de tentativa de erotização ou toque na região deve ser combatido. A ocupação do ânus, poderia ser entendida como o corpo tomar para si aquilo que é seu sem ser reprimido e perseguido por esse retorno. O ânus é uma região erótica, que muitas religiões e padrões sociais tentam não erotizá-lo, pois, por ela não é possível a reprodução e um mercado inteiro de consumo está presente na geração de novas vidas. Elas que gerarão novos gastos e consumos, tudo moldado na filosofia cristã de *crestei e multiplicai-vos*. Para a autora:

O ânus é o centro erógeno universal situado além dos limites anatômicos impostos pela diferença sexual, onde os papéis e os registros aparecem como universalmente reversíveis [...] constitui um espaço de trabalho tecnológico; é uma fábrica de reelaboração do corpo contrassexual pós-humano (PRECIADO, 2014, p. 32).

A autora aborda o ânus como um dos locais por onde a contrassexualidade pode ocorrer. “As práticas contrassexuais [...] devem ser compreendidas como tecnologias de resistências, dito de outra maneira, como formas de contradisciplina sexual” (PRECIADO, 2014, p. 22). A sexualidade é vista como uma forma de controle social e de disciplina dos comportamentos e dos corpos das pessoas. Somos educados a sermos heterossexuais e se reproduzir. A contrassexualidade proposta pela Preciado é uma quebra de sistemas de dominação heteronormativo, que fortalece a dicotomia entre os gêneros oprimindo a diversidade sexual. A sexualização do ânus ou do toque nele, são, por essa perspectiva, formas de criar um corpo contrassexual.

O corpo contrassexual é esse corpo que vai contra a normalização heteronormativa opressora. “O que é preciso fazer é sacudir as tecnologias da escritura do sexo e de gênero, assim como suas instituições” (PRECIADO, 2014, p. 27). Portanto, o *cu* seria essa tecnologia que precisa ser ocupada para que possamos levantar questões de sexualidade e gênero que ajudam a combater o preconceito das pessoas, a opressão, a frieza de suas relações e os limites corporais.

A sexualização de partes do corpo e a imposição desses conceitos sexuais, fazem com que o corpo seja visto e entendido apenas por essas esferas. Como se o corpo fosse obrigado a ser sexual. Obras que usam de diversos tipos de recursos para quebrar essa visão –visão esta que muitas pessoas não percebem e que passam a vida a reproduzir – tendem a serem incompreendidas e taxadas como polêmicas. Mas pensamos que é necessário que a hipersexualização seja repensada, desconstruída e ressignificada para assim ser transformada. Assim, podemos entender e viver melhor com toda a diversidade física, biológica e sexual existente em nossa atualidade.

O verbo *ocupar* – no infinitivo –, para nós, soa como um chamado para com essa causa. Para com essa opressão que associa todo corpo nu a um ato sexual. Para que as tecnologias sexuais e de gênero, que tentam disciplinar o corpo e os comportamentos, sejam desconstruídos. Que o corpo desnudo ocupe seu lugar, não de oprimido quando se apresenta desnudo na arte ou como sexual quando associado aos padrões sociais, mas como poética e a pele como o figurino dessa poética. Quando vemos corpos riscados em manifestações políticas-sociais a favor dos direitos das mulheres, por exemplo, entendemos que esses corpos lutam para que os valores que os oprimem sejam ressignificados e, para isso, buscam ocupar-se dessa corporeidade que lhe retiram o direito de serem suas.

Nessa prática da cena a pele escrita é uma poética. É um figurino construído em cena pelo atuante em conjunto com o público. Ela carrega palavras e desenhos. Sobre os desenhos feitos na pele do atuante, podemos citar um *pênis; flores; mandala; setas; sinal de diferença* (≠); *Jogo da velha* (feito nas nádegas) e *pontos e traços*.

Esses símbolos desenhados podem ser entendidas como tatuagens no corpo. Tatuagens são como quadros ou telas que podem ser lidas. Elas podem ser realizadas para exibição de um gosto pessoal ou de uma posição de status em um determinado grupo. Essas marcas podem ser feitas devido a um rito de passagem ou para expressar *algo que fala sobre mim* (FERREIRA, 2015).

Para Nepomuceno:

Os ritos de passagem têm a função de demarcar o papel que o indivíduo passará a desempenhar na sua comunidade, interagindo com os vários mundos ao redor. E é no corpo, ou mais precisamente na pele, que os “signos de pertinência ao grupo e de concordância com os seus princípios” [...] se farão majoritariamente inscrever (NEPOMUCENO, 2015, p. 145).

Em todos os casos, o riscar a pele é uma forma de ressignificar essa superfície. Para muitos indivíduos é a marca de pertencer a um grupo. A pele adquire caráter de textos que serão lidos por aqueles que o visualizam. “Corpo e palavra fundem-se em imagem, em signos, em comunicação. Qualquer que seja a leitura que informa o olhar, não se circunscreve apenas aos desenhos e objetos encarnados, mas imediatamente é estendida à pessoa que os transporta” (FERREIRA, 2015, p. 116).

Percebemos que socialmente muitos dos conceitos de desenhos na pele são transportados para a pessoa que o carrega, desde preconceitos até signos de declarações sobre quem as transporta ou amores a outros indivíduos (FERREIRA, 2015). Na prática, entendemos como o significado do símbolo é reflexo da relação de quem escreve com o atuante, dessa maneira, o significado é mútuo.

Esse corpo ganha significado tanto para quem o risca quanto para quem o deixa ser riscado. Os olhares entre si daqueles que desenharam constroem na ação cênica outra relação. Uma relação entre os espectadores. Percebemos essa relação quando um espectador desenhou um traçado na coluna do atuante. Outra pessoa falou sobre os riscos que possuía em suas costas – uma tatuagem original – da mesma forma que foi desenhado e, por sua vez, desenhou mais dois traços na coluna do atuante.

Assim compreendemos que “não só a mesma tatuagem pode ser investida de vários sentidos na intenção subjacente à sua produção, como a esta densidade simbólica acresce a plethora de significações que lhe são atribuídas pelos olhares que com ela se cruzam” (FERREIRA, 2015, p. 113).

Se permitir que outras pessoas aleatórias e desconhecidas toquem seu corpo e riskem-no foi de fato um desafio durante a pesquisa e prática da cena. Essa disponibilização deixa o corpo exposto a qualquer tipo de riscado que pudesse até gerar uma ridicularização ou uma chacota, assim como poderiam fazer desse local uma manifestação dos protestos alheios. Geralmente, em alguns protestos, as pessoas riscam palavras de ordem no seu corpo. Transformaram o corpo numa plataforma para suas ideias e reivindicações. O corpo é seu território e nele o indivíduo pode escrever o que bem desejar.

A subjetividade dos traços, desenhos, palavras pertence a cada uma das pessoas que expressaram suas reações no momento do acontecimento cênico. Qualquer um poderia ter

(83) 3322.3222

contato@desfazendogenero.com.br
www.desfazendogenero.com.br

riscado palavras de ordem ou de raiva perante a apresentação. Esse risco faz parte da obra e a disponibilidade do corpo nu para tal ação só é possível com entendimento da importância daquilo que se faz e com treinamento corporal artístico.

Questionamentos, com o ocorrido no evento VIII Jornada de Pesquisa em Artes Cênicas pela UFPB em que algumas pessoas estavam mais preocupadas mais com qual gênero aquele corpo aparenta ou com o visual do corpo, demonstra o quanto ainda se fazia necessário a resolução desse corpo transformado após o ritual. Ainda assim, foi bastante debatido sobre formas de provocar tensões na masculinidade para desconstruir o machismo e como o corpo apresentado nessa prática contribui para isso. Um corpo que fragmenta signos de seu gênero em cena para construir novos signos, pela escrita com os batons, que irão compor uma nova corporeidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos em um período de retrocesso na política brasileira que usa do discurso de ódio para legitimar a opressão em diversos setores sociais. Fazer arte com o uso da linguagem do nu artístico nesse período é um ato de resistência, assim não apenas resistimos a essa força opressora da atualidade, mas criamos sobre ela e com ela. Quando propormos um pensar diferente para o desnudamento por meio dessa pesquisa dissertativa enfrentamos diversidades para chegar a sua realização, tanto no meio acadêmico da UFRN quanto fora da esfera acadêmica. Esses entraves, ao longo da criação da prática da cena, só acentua a importância de colocar tal assunto em pauta. E usar desses entraves para construir sobre eles novas propostas de questionamento sobre o assunto e, por ele, gerar novos significados para o corpo nu em cena.

Foucault (1987) aponta para esse tipo de resistência que sofre com os entraves que encontra, mas usa-os para recriar outras propostas e olhares diferenciados colocando essa força opressora em questionamento. Para o autor, resistimos àquilo colocado como norma, como certo e imutável. Visto que somos forças afetantes e afetadas, por isso as relações de poder entre essas forças. Resistência vem do poder de se auto afetar. A ideia de fazer da própria vida uma obra de arte, sem se repetir nunca, ou seja, por essas forças que criamos algo sempre novo. O nu resistente é aquele que coloca as concepções vigentes socialmente em questionamento por meio de uma criação cênica para que estes sejam ressignificados proporcionando um olhar diferenciado para com o nu artístico.

É com essa proposta de estar sempre em criação e sempre em movimento artístico. Essa pesquisa é compreendida como um processo que não finda na escrita dissertativa. Ela permanece em caminhada para com essa luta contra a opressão ao corpo nu, aos padrões e associações que nele são impostas e para com toda essa perseguição aos artistas e obras que utilizam da nudez como um elemento poético. O artista tem o direito de usar sua pele como figurino e seu corpo como obra poética sem todas essas associações retrógradas de uma sociedade hipócrita e normativa.

O processo que originou essa pesquisa veio da opressão com a bailarina que originou a instauração cênica *Corpo Livre* e que mais tarde daria origem a esse estudo, ou seja, um estudo que originou com o fato ocorrido e que ainda está em processo de pesquisa e criação. Assim, apontamos para o futuro em que podemos recriar a prática da cena desta pesquisa e continuar, dessa forma, com os estudos que envolvem o nu e sua percepção.

Sempre que necessário podemos retomar aos conceitos e percepções apresentadas aqui para ajudar a trilhar por novos caminhos e abranger as novas necessidades que surgirão ao longo do tempo. Podemos hoje colocar em questionamento valores vigentes mas sabemos que brevemente estes não estarão mais em relevância, porém por eles podemos entender como os valores são aplicados e como podemos tentar colocá-los em cena dialogando com todos.

A pele como figurino nos permite o uso da nudez como um elemento artístico, este não está associado a todas as concepções negativas apontadas ao longo do texto. O nu na arte não precisa ser percebido pelos olhares sexuais, mas como ato simbólico de contexto em que a obra se propõe a realizar.

Dessa forma, compreendendo que,

A hipótese aqui levantada propõe que esta nudez não apenas despe, mas também veste o ator através de novos valores e concepções: a construção e um corpo performático e extra-cotidiano, no sentido da criação de uma corporeidade ritual, entregue a experiência cênica, recobre os pudores habituais de diferente referencial simbólico, que não joga apenas com as potências entre realidade e ficção, mas também com os valores erigidos nos processos centrais de construção simbólica (SOUSA, 2011, p. 17).

Por essa hipótese que caminhamos com o entendimento inicial da ressignificação do corpo nu em cena procurando na pele como figurino percursos que nos conduziram a uma possível corporeidade doada à cena. Um corpo que está em cena para ser riscado pelos espectadores, estes, fazem parte da obra tanto quanto o artista. Deixam no corpo escritas e

desenhos como tatuagem que expressam seus entendimentos e constroem novos valores e concepções para a nudez em cena.

Tanto o artista quanto o público são agentes da criação e manutenção de formas de perceber o nu. Ambos são ativos na criação e na realização do acontecimento cênico. A importância de colocar tais percepções perante o nu artístico em questionamento possui o intuito de lutar contra todas as formas de perseguições perante a arte e o artista. Quando acontece fatos em que artistas e as pessoas a sua volta são ameaçados de morte e perseguidos, então algo tem que ser colocado em pauta e discutido dentro e fora do meio artístico para evitar que sejam concretizadas as ameaças lançadas pela sociedade. Não podemos deixar o discurso de ódio perante a arte ser legitimado.

Se faz necessário e urgente que os artistas não sejam perseguidos e ameaçados de morte; que leis não sejam sancionadas para legitimarem a falta de tolerância. Que *o(cu)pemos* nosso lugar na arte como elemento corporal que permeia os palcos, os museus, as galerias e os espaços públicos entendendo e educando o olhar para perceber a nudez como uma poética e estética presente na obra artística.

Que uma nova ressignificação do corpo nu em cena seja possível por meio dessa abertura ao diálogo que estamos propondo aqui. Que os artistas não sejam perseguidos e que os discursos de ódio não legitimem a opressão perante a arte. Que o nu artístico seja entendido como elemento poético e a pele do artista como uma possibilidade de seu figurino em cena. Que toda e qualquer nudez não seja jamais castigada!

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Nudez**. Trad. Davi Pessoa Carneiro. 1.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

FERREIRA, Vitor S. A pele hipertatuada sob os olhares dos outros. In: FUNARI, Pedro P.; MARQUETTI, Flávia R. (orgs). **Sobre pele**. Imagens e metamorfoses do corpo. São Paulo: Intermeios; Fapesp, Campinas: Unicamp, 2015. p. 109-131.

FILHO, Antônio Gonçalves. **Análise**: Má interpretação da arte gera equívocos que duram séculos. Reportagem. Folha de São Paulo. Set, 2017. Disponível em: <<https://cultura.estadao.com.br/noticias/artes,analise-ma-interpretacao-da-arte-gera-equivocos-que-duram-seculos,70002021718>>. Acessado em: 18/06/2018.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: Nascimento da Prisão. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

GOLDENBERG, Mirian (org). **Nu & vestido**: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

JEUDY, HENDI-PIERRE. **O corpo como objeto de arte**. Trad. Tereza Lourenço. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

MONTAGU, ASHLEY. **Tocar**: O significado humano da pele. 9.ed. Editora Summus: São Paulo, 1988.

NEPOMUCENO, BEBEL. Pele para ser escrita e para ser lida. Escarificações e outras modificações corporais nas sociedades africanas. In: FUNARI, PEDRO P.; MARQUETTI, FLÁVIA R. (orgs). **Sobre pele**. Imagens e metamorfoses do corpo. São Paulo: Intermeios; Fapesp, Campinas: Unicamp, 2015. p. 133-157.

PIRES, BEATRIZ FERREIRA. **O corpo como suporte da arte**: piercing, implante, escarificação, tatuagem. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005

PRECIADO, PAUL-BEATRIZ. Terror anal. In: HOCQUENGHEM, GUY. **O desejo homossexual**. Espanha: Melusina, 2009.

_____. **Manifesto contrasexual**: práticas subversivas de identidade sexual. Trad. Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2014.

REIS, LUIZ FELIPE. **Artistas atacados em 2017 criam peça em resposta a agressões**. Entrevista, O Globo. Fev, 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/artistas-atacados-em-2017-criam-peca-em-resposta-agressoes-22394490>>. Acessado em: 20/03/2018.

SAEZ, JAVIER; CARRASCOSA, SEJO. **Pelo cu**: políticas anais. Trad. Rafael Leopoldo. Belo Horizonte, MG: Letramento, 2016.

SALLES, NARA. Integrando ensino, pesquisa e extensão: instaurações cênicas urbanas como processos de criação da encenação “Carmin”. In: Organizadoras, OLIVEIRA, URÂNIA AUXILIADORA S. M. DE; FIGUEIREDO, VALÉRIA M. C. DE; OLIVEIRA, FELIPE H. M. [et al.]. **Processos de Criação em Teatro e Dança**: construindo uma rede de saberes e múltiplos olhares. Goiânia: FUNAPE; UFG/CIAR, 2013. p. 75-96.

SOUSA, MARIA A. R. DE. A nudez em cena: teatro oficina, o espelho mágico e o nu artístico. **Revista Habitus**: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais – IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro. v. 9, n. 1, Ago. 2011. p. 7-23. Semestral. Disponível em: <<http://www.habitus.ifcs.ufrj.br>>. Acessado em: 10/05/2017.



CORPOS INDÓCEIS: O DISPOSITIVO *DRAG KING* COMO DISRUPTIVO DO SISTEMA SEXO/GÊNERO

Kevin Hacling Alves Gomes¹

RESUMO

Este trabalho busca, primeiramente, demonstrar a presença e constante ascensão da categoria de performance dentro das ciências sociais. Em seguida, discute-se a questão do caráter material da performance – ou seja, como ela se faz possível apenas no e através do corpo. O passo seguinte é dissertar sobre o gênero como performance – análise subsidiada pelos aportes da Teoria *Queer* (corrente epistemológica derivada do cruzamento dos pós-estruturalismo, do feminismo e dos estudos LGBTs) e da Antropologia da Performance (ramo da Antropologia da Experiência). Seguidamente, o trabalho discutirá o dispositivo *drag king* como uma tecnologia que provoca tensões, rupturas e provocações interessantes no sistema sexo/gênero. Ao fim serão levantadas algumas questões que possibilitem discutir as aproximações e distanciamentos entre o dispositivo *drag king* e o *drag queen*, levando em conta a estrutura patriarcal do regime político que conduz o ordenamento das relações sociais. Mais do que oferecer respostas prontas e fechadas em si mesmas, este trabalho se propõe a instigar, estimular e excitar o debate sobre o sistema sexo/gênero e os biocódigos políticos dele derivados.

Palavras-chave: Antropologia da Performance, Teoria *Queer*, *drag king*

INTRODUÇÃO

A cultura está sempre em negociação. Os rituais, os textos, os corpos, as tecnologias.... Tudo aquilo que marca uma sociedade e um tempo é produto de uma rede complexa de poder que está, a todo momento, sendo tensionada, cortada e re-elaborada.

Se Michel Foucault ensina que o poder é uma relação, então aquilo que inscreve e distingue as culturas são, precisamente, os resquícios de relações de poder muito bem marcadas e precisas. Se – como argumentam os autores discutidos a seguir – a vida é um palco e os sujeitos estão sempre performando, entende-se que essas performances criam o real. As performances são, nesse sentido, a experiência pela a qual os sujeitos políticos se constituem e são constituídos no mundo social.

A Antropologia da Experiência vê as pessoas como agentes ativos no processo histórico e reclama a experiência dos indivíduos como parte essencial da pesquisa nas ciências sociais. Edward Bruner vai afirmar que “mudança cultural, continuidade cultural, e transmissão

¹ Bacharel em Relações Internacionais pela ASCES-UNITA, Pernambuco. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba. Pesquisador e bolsista do CNPq. E-mail: kevin.hacling@hotmail.com



cultural; tudo ocorre simultaneamente nas experiências e nas expressões da vida social²” (BRUNER, 1986, p. 12). É nesse sentido que este trabalho procura – através de uma investigação bibliográfica e revisão teórica de marcos epistêmicos – analisar como as experiências sociais se efetuam no e através do corpo. Portanto, a materialidade da experiência será investigada à luz de autores oriundos de um campo interdisciplinar que discute as experiências sociais como performances.

Nesse sentido, a pesquisa aqui elaborada centra-se na perspectiva de que o gênero – e também o sexo, como será demonstrado – é performático. A partir de textos dos campos da Antropologia da Performance e da Teoria *Queer*, este trabalho investiga o dispositivo *drag king* como uma tecnologia performática que desmantela o sistema sexo/gênero. Ao evidenciar o caráter performativo do gênero o *drag king* demonstra, materialmente, como existe um regime que disciplina, articula, classifica e inscreve os corpos em uma complexa teia de significações que hierarquizam os sujeitos. No entanto, é também por meio desse dispositivo que faz-se possível tangenciar esse regime, escapar dele criando novas e disruptivas bioficções de gênero.

METODOLOGIA

Este trabalho foi elaborado a partir de um estudo teórico acerca da categoria de performance nas ciências sociais, mais precisamente no campo da Antropologia da Performance. O passo seguinte foi analisar qual a contribuição da Teoria *Queer* aos estudos sobre performance, bem como evidenciar a centralidade da categoria de gênero dentro dessa corrente epistêmica. Por fim, buscou-se tratar do dispositivo *drag king* enquanto agenciamento performativo que causa abalos no sistema sexo/gênero e no regime político que disciplina os corpos.

Para tanto, efetuou-se uma pesquisa bibliográfica acerca dos marcos teóricos e conceituais acima elucidados. Foram utilizados artigos lidos e discutidos na disciplina de Antropologia da Performance, do PPGCS/UFCG, ministrada pelo professor Dr. Rodrigo Grünewald. Também foram utilizados periódicos e revistas científicas encontradas em repositórios *on line*, como a biblioteca eletrônica SCIELO e o Portal de Periódicos da CAPES.

² Todas as traduções de citações, oriundas de textos em inglês, foram feitas pelo autor deste artigo.

PERFORMANCE E MATERIALIDADE CORPORAL

A categoria de performance tem, já há algumas décadas, passado a constituir parte integrante das discussões na academia – notavelmente nas ciências humanas e sociais. Um conjunto diverso de autores – Victor Turner (1974), Judith Butler (2003), Richard Schechner (2006), Frank Korom (2013), Paul B. Preciado (2018), Erving Goffman (1985), Rodrigo Grunewald (2017), apenas para citar alguns – oriundos de diferentes disciplinas e com diferentes abordagens teórico-metodológicas, têm explorado variadas implicações dessa categoria na vida social. Esse grupo tem buscado compreender não apenas o que é performance, mas também como ela constrói, molda, orienta e condiciona aquilo que – não poucas vezes – é visto como natural, anterior ao discurso ou um fato *per se*, sem implicações sociais e políticas.

Seguindo a perspectiva adotada por Richard Schechner, compreende-se que “qualquer evento, ação e comportamento podem ser examinados ‘enquanto’ performances” (SCHECHNER, 2006, p. 49). Nesse sentido, ainda de acordo com concepção do autor sobre performance, é possível capturar o caráter não apenas performático que há em todo comportamento, mas também a sua condição de provisório, de mutável, de inscrito e inteligível apenas dentro de determinados códigos sociais que mudam no decorrer do tempo. Portanto, “performances marcam identidades, dobram o tempo, remodulam e adornam o corpo, e contam estórias” (SCHECHNER, 2006, p. 28. Grifos meus). É nessa mesma direção teórica, que localiza o contato indissociável entre performance e corpo, que Kapchan (1995, p. 479 *apud* Korom, 2013, p. 02), identifica que “performances são práticas estéticas – padrões de comportamento, jeitos de falar, maneiras de comportamento corporal”. Dessa maneira, fica evidente a dimensão material – ou seja, o corpo – que o ato performático tem: é no e através do corpo que a performance ganha vida.

Portanto, se como afirma Diana Taylor (2013), a performance funciona à medida que transmite conhecimento social e faz circular códigos comuns de inteligibilidade que orientam e/ou constroem padrões de memória, comportamento e identidade; isso só é possível porque a performance se efetua e se realiza pelo o corpo. Compartilhando desse pensamento, Alice Villela (2013, p. 252) vai afirmar que “o corpo é o veículo que dá forma ao que se quer comunicar”, é o ponto de flexão no qual a performance deixa de ser discurso e se corporifica, ganha materialidade. Tentando traçar um paralelo entre essa concepção e o pensamento de

Judith Butler³, a performance seria, portanto, a “eficácia do discurso em outras instanciações que não sejam a palavra falada” (BUTLER, 2017, p. 15). Cabe, nesse sentido, refletir e teorizar sobre quem e quais instituições produzem tais discursos, como eles se efetivam nos corpos, dentro de quais relações de poder e a partir de quais mecanismos sócio-políticos.

Ainda nessa perspectiva, Paul B. Preciado vai evidenciar a necessidade de “prestarmos atenção à materialidade do corpo, à gestão de sua vulnerabilidade e à construção de possibilidades de sobrevivência dentro dos processos de subjugação e organização política” (PRECIADO, 2018, p. 360). Este autor vai, dessa maneira, perceber o corpo como um arquivo biopolítico. Nesse sentido, o corpo não é uma realidade que existe fora das relações de poder que o constroem, que dissertam sobre ele, que condicionam certos corpos a determinados papéis sociais, que o identificam dentro de uma matriz de inteligibilidade que os lê como normais ou patológicos, úteis ou descartáveis. A partir das performances – e da materialidade que se dá através da realidade anatômica humana –, o corpo torna-se um arquivo, o resquício daquilo que o constrói, um texto itinerante.

Nesse ponto é possível aproximar as acepções de corpo como arquivo biopolítico feitas por Preciado à ideia de corpo como memória utilizada por Grotowski e retomada por Schechner: “As lembranças são sempre reações físicas. A nossa pele é aquilo que não esquece. Os nossos olhos são aquilo que não esquece. O que ouvimos ainda ressoa dentro de nós. [...]. Não, isso não quer dizer que o corpo lembra. O corpo é a memória” (SCHECHNER, 2013, p. 58. Grifos meus). Portanto, o corpo é o resíduo daquilo que o interpelou. O corpo, nesse sentido, é tanto o local por onde a performance se faz possível, como também o vestígio, a marca material das performances que o construiu e o constrói. Dessa forma, a performance – através do corpo – ensina, persuade, convence, fricciona, constrói, identifica e desidentifica subjetividades, práticas e comportamentos.

Assim, ao perceber e localizar a íntima relação entre performance e a materialidade corporal, é necessário refletir sobre o “corpo em sua articulação com a história, permitindo indagar como a construção social da realidade ocorre em estreita conexão com os processos que atuam sobre o corpo, que o manipulam e deixam suas marcas sobre ele” (MORAES, 2013, p. 141). Para compreender a organização das relações sociais, seus padrões e desvios e suas

³ Butler é tida, entre outros autores e autoras, como uma das precursoras da Teoria *Queer*. Essa corrente epistemológica busca identificar o gênero e o sexo como construídos, como performances dentro de um sistema político que disciplina o corpo. A Teoria *Queer* e alguns de seus aportes serão explorados nas próximas páginas deste trabalho.

características mais íntimas, é preciso compreender como os códigos que regem a sociedade não estão dispersos no ar, mas estão presentes na realidade anatômica do ser humano. É nesse sentido que Schechner (2013) vai operar com a categoria de incorporação. A política se dá no e pelo o corpo – em-corporação. Portanto, o corpo é, em suma, a materialidade pela a qual os códigos de regulação/representação se fazem reais.

O GÊNERO COMO PERFORMANCE

Ao compreender a íntima conexão entre performance e a materialidade corporal, bem como o fato de que o corpo é o âmbito pelo o qual os códigos sociais se fazem possíveis, fica fácil perceber que as performances não acontecem apenas no lugar extraordinário, excepcional e liminar – como acreditava Victor Turner (1974). Ao se alinhar com a perspectiva de Schechner (2006) – de que todo comportamento pode ser estudado como performance – Taylor vai apontar como “obediência civil, resistência, gênero, identidade étnica e sexual, por exemplo, são ensaiados e performados diariamente na esfera pública” (TAYLOR, 2013, p. 10. Grifos meus).

Ao também localizar a performance não na liminaridade, mas numa regularidade do dia-a-dia, Erving Goffman (1985) vai afirmar que o “eu” é representado na vida cotidiana e vai fazer uma análise bastante pertinente. A partir da palavra “pessoa”, o autor tece um paralelo entre essa palavra e a palavra “máscara”, na tentativa bem-sucedida de demonstrar como as representações/performances estão acontecendo de forma incessante:

Não é provavelmente um mero acidente histórico que a palavra “pessoa”, em sua acepção primeira, queira dizer máscara. Mas, antes, o reconhecimento do fato de que todo homem está sempre e em todo lugar, mais ou menos conscientemente, representando um papel.... É nesses papéis que nos conhecemos uns aos outros, é nesses papéis que nos conhecemos a nós mesmos.

Em certo sentido, e na medida em que esta máscara representa a concepção que formamos de nós mesmos – o papel que nos esforçamos por chegar a viver – esta máscara é o nosso mais verdadeiro eu, aquilo que gostaríamos de ser. Ao final a concepção que temos de nosso papel torna-se uma segunda natureza e parte integral da nossa personalidade. Entramos no mundo como indivíduos, adquirimos um caráter e nos tornamos pessoas. (PARK, 1950, p. 249 *apud* GOFFMAN, 1985, p. 27).

Nesse sentido, dar importância às diversas camadas performáticas sobrepostas possibilita compreender aquilo que há de mais íntimo – e nesse mesmo sentido, mais obscuro – na sociedade: quais relações de poder possibilitaram e condicionaram determinada organização sociocultural.

Partindo das considerações feitas acima, a partir de agora este trabalho se dedicará a considerar o aspecto performativo do gênero, dando foco aos discursos que criam, modulam e condicionam, materialmente, os padrões de gênero hegemônicos que operam na sociedade.

A partir dos anos 1990, um grupo de autores e autoras se re-apropriam criticamente de algumas acepções feitas por autores pós-estruturalistas como Michel Foucault e Jacques Derrida; bem como de observações elaboradas oriundas dos estudos feministas clássicos, a partir de autoras como Simone de Beauvoir. Dessas re-apropriações, reconsiderações e reelaborações críticas feitas por tais autores, uma corrente teórica começou a ganhar corpo, tendo como um de seus paradigmas fundamentais o questionamento da divisão – considerada pelas feministas clássicas e utilizadas dentro dessa mesma corrente de pensamento – entre sexo e gênero. O feminismo considerava que o gênero dizia respeito a uma construção social, imbricada por discursos e relações de poder que condicionavam as mulheres a posições de subalternidade. No entanto, por outro lado, consideravam o sexo como uma realidade anatômica pré-discursiva, natural e biológica – um fato dado. É a partir da problematização desse par dicotômico que o que virá a ser chamado de Teoria *Queer* vai iniciar suas explicações.

Como apontado por Eurídice Figueiredo (2018), ao lançar olhar crítico sobre a categoria de mulher/mulheres – o sujeito político a partir qual as análises feministas levantam suas questões políticas e de representatividade –, a Teoria *Queer* vai problematizar a ideia de estabilidade dessa categoria. Se, como afirmava Beauvoir em sua obra *O Segundo Sexo*, não se nasce mulher, torna-se uma; não se pode conferir uma realidade ontológica, natural, biológica e pré-discursiva/pré-performativa a esse sujeito. Ao considerar o caráter variável, flutuante, dinâmico e transformativo da identidade, Butler vai afirmar que não se pode mais conceber esse sujeito – mulher/o sexo feminino – “em termos estáveis ou permanentes” (BUTLER, 2003, p. 18). Como demonstrado pela autora, esse sujeito não existe fora de determinadas práticas discursivas. O sexo é, na realidade, tão construído quanto o gênero:

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revelasse absolutamente nenhuma. Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo (BUTLER, 2003, p. 25).

Portanto, a partir da Teoria *Queer* percebe-se que ambos – nem o sexo, nem o gênero – são realidades que existem fora de redes de discursos dominantes e de relações de poder. Como aponta Butler (2003), eles são, na verdade, efeitos de uma verdade discursiva.

Nesse sentido, o sexo e o gênero são consequências, produtos, resíduos do poder que atua no e através da materialidade corporal. “O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (BUTLER, 2003, p. 59. Grifo meu). Dessa forma, Butler vê o gênero como um efeito sobre o corpo que se constitui e é reiterado ao longo do tempo.

Aqui é possível aproximar o pensamento butleriano à ideia de Schechner (2006) sobre comportamento restaurado. De acordo com este autor, “todo comportamento é restaurado. [...] Durante a maior parte do tempo as pessoas não estão cientes de que agem assim” (SCHECHNER, 2006, p. 35). Se todo comportamento é comportamento restaurado, como apontado pelo último; e o gênero se constitui pelo corpo através do tempo, como apontado pela primeira; percebe-se o caráter performativo do gênero.

O fato de a realidade do gênero ser criada mediante performances sociais contínuas significa que as próprias noções de sexo essencial e de masculinidade e feminilidade verdadeiras ou permanentes também são constituídas, como parte da estratégia que oculta o caráter performativo do gênero e as possibilidades performativas de proliferação das configurações de gênero fora das estruturas restritivas da dominação masculina e da heterossexualidade compulsória. (BUTLER, 2003, p. 201. Grifos da autora).

Assim, como afirma Goffman, “o ‘eu’ é um ‘produto’ de uma cena que se verificou, e não uma ‘causa’ dela. O ‘eu’, portanto, como personagem representado, não é uma coisa orgânica, [mas um] efeito dramático” (GOFFMAN, 1985). Não é possível pensar em uma realidade ontológica fora desses efeitos dramáticos, discursivos, performáticos e materiais. As identidades, os sexos, os gêneros e outros tantos marcadores sociais são, portanto, resultados de uma teia de relações de poder bastante complexa. O gênero se parece, portanto, com a máscara descrita por Goffman.

GÊNERO: UMA TECNOLOGIA CORPORIFICADA

Paul B. Preciado, autor citado previamente e ligado à Teoria *Queer*, vai chamar atenção para a materialidade do gênero, isto é, para os efeitos materiais do gênero que constroem, moldam e condicionam os corpos. Nesse sentido, Preciado (2014) opta por dedicar sua pesquisa não tanto às práticas discursivas que formam os sexos e os gêneros – como faz Butler –, mas focar especificamente no fato de que o gênero não é simplesmente performativo, ou seja, um efeito das práticas discursivas – ele só se dá na materialidade dos corpos.

Para este autor o gênero é uma tecnologia que opera materialmente sobre os corpos, sendo assim mais que o resultado de discursos dominantes e hegemônicos – é, na realidade uma *prótese*. “O gênero é, antes de tudo, prostético, ou seja, não se dá senão na materialidade dos corpos. É puramente construído e ao mesmo tempo inteiramente orgânico” (PRECIADO, 2014, p. 29). A fim de desenvolver a concepção prostética do gênero, Preciado (2018) vai chamar a atenção para a materialidade do que ele identifica como biocódigos de gênero. Nessa perspectiva, os biocódigos de gênero são os efeitos materiais das tecnologias que constroem e estão – a todo momento – operando, friccionando, localizando, cortando e reiterando os corpos em uma realidade que só se torna inteligível a partir da consonância com a seguinte equação:

um corpo = um sexo = um gênero = uma sexualidade = uma humanidade

Essa lógica é derivada do que Preciado chama de tecnologia sexual. Nas palavras do autor, a “tecnologia sexual é uma espécie de mesa de operações abstrata na qual se leva a cabo o recorte de certas zonas corporais como ‘órgãos’ (sexuais ou não, reprodutivos ou não, perceptivos ou não, etc)” (PRECIADO, 2014, p. 127). A partir dessa perspectiva, as roupas, as profissões, o pênis, a vagina, os hormônios, o desejo, a excitação, o orgasmo, as células “reprodutivas⁴”... Todas essas categorias são, na realidade, próteses de gênero. Dessa forma, para o autor, “o sexo e a sexualidade (e não apenas o gênero) devem ser compreendidos como tecnologias sociopolíticas complexas” (PRECIADO, 2014, p. 25).

Nesse sentido, o corpo é o arquivo residual que foi constituído por diversas operações não apenas discursivas, mas também materiais. O corpo é composto por diversas próteses de gênero:

O sistema sexo/gênero é um sistema de escritura. O corpo é um texto socialmente construído, um arquivo orgânico da história da humanidade como história da produção-reprodução sexual, na qual certos códigos se naturalizam, outros ficam elípticos e outros são sistematicamente eliminados ou riscados. A (hetero)sexualidade, longe de surgir espontaneamente de cada corpo recém-nascido, deve reinscrever ou se reinstruir através de operações constantes de repetição e recitação dos códigos (masculino e feminino) socialmente investidos como naturais” (PRECIADO, 2014, p. 26).

Portanto, para Preciado o corpo é este artefato material-tecnológico pelo o qual as próteses de gênero vão se agregando, se constituindo, até o ponto no qual a equação acima citada se faz resultante. As identidades de gênero e as práticas sexuais, são, na realidade, “máquinas, produtos, instrumentos, aparelhos, truques, próteses, redes, aplicações, programas,

⁴ Opto por colocar reprodutivas entre aspas por estar de acordo com a perspectiva de Paul B. Preciado sobre como, na realidade, essas células não são reprodutivas, mas sim produtivas de uma humanidade que se faz inteligível dentro do regime político que rege os corpos.

conexões, fluxos de energia e de informação, interrupções e interruptores, chaves, equipamentos, formatos, acidentes, detritos, mecanismos, usos, desvios... (PRECIADO, 2014, p. 22). Comportamento restaurado resultando em sujeitos fixos e estáveis, em ficções políticas que ao mesmo tempo são construídas e constroem realidades corpóreas inteligíveis. A partir do pensamento desse autor, fica evidente o caráter performático, material, ficcional, prostético e somatopolítico do gênero: todos estão, a todo momento, representando ficções no teatro da vida cotidiana descrito por Goffman (1985).

Faz-se necessário, a partir daqui, salientar que existe possibilidade de tangenciamento do regime político – sistema sexo/gênero – que disserta sobre os corpos. Existe a alternativa de criar modelos disruptivos desse sistema, novas ficções e modelos que baguncem essa lógica, brinquem com ela, a subvertam. Butler vai afirmar que “Nietzsche atribui um poder criativo ou formativo à consciência, e o ato de se voltar sobre si não é apenas a condição da possibilidade do sujeito, mas também a condição da possibilidade da ficção, da fabricação e da transfiguração” (BUTLER, 2017, p. 73. Grifos meus). Schechner parece se aproximar dessa ideia ao afirmar que “o comportamento restaurado pode ser exercitado, armazenado e chamado mais uma vez, jogado com, feito em algo completamente novo, transmitido e transformado” (SCHECHNER, 2006, p. 35. Grifos meus).

Nesse sentido, quais são as tecnologias performático-materiais que irão possibilitar essa bagunça, essa cisão na lógica do sistema sexo/gênero? A partir da exploração de quais artifícios, da re-apropriação de quais biocódigos de gênero e da reprogramação de quais lógicas inteligíveis? Butler parece fazer questionamentos análogos aos elucidados acima:

Que performance inverterá a distinção interno/externo e obrigará a repensar radicalmente as pressuposições psicológicas da identidade de gênero e da sexualidade? Que performance obrigará a reconsiderar o lugar e a estabilidade do masculino e do feminino? E que tipo de performance de gênero representará e revelará o caráter performativo do próprio gênero, de modo a desestabilizar as categorias naturalizadas de identidade e desejo? (BUTLER, 2003, p. 198. Grifos da autora).

A próxima seção deste trabalho se dedicará a tencionar e friccionar aportes epistemológicos da Teoria *Queer* ao dispositivo *drag king* – tecnologia de re-apropriação e re-politização da masculinidade – para buscar não respostas para as perguntas acima apresentadas; mas para estimular, incitar e excitar o debate aqui proposto.

O PRINCÍPIO DA AUTOCOAIA

Se, como Preciado afirma, o corpo é o local pelo o qual a performance torna-se matéria através de relações de poder bem precisas e muito bem localizadas; ele é também o *lócus* que pode ser utilizado justamente para tangenciar, escapar e causar interrupções nessa mesma matriz de poder que o cria. Nessa perspectiva, portanto, Preciado (2018) vai identificar o corpo não apenas como uma matéria passiva pela a qual o poder se constitui, mas também como laboratório político. Nesse sentido, o indivíduo tem capacidade de agenciamento sobre o sistema sexo/gênero justamente pela possibilidade de experimentação corporal por meio da re-apropriação dos códigos biopolíticos do referido sistema. Nessa mesma direção, Butler (2017) vai chamar atenção para o fato de que o poder é externo ao sujeito e, simultaneamente, seu âmbito de ação. Existe, portanto, a possibilidade de voltar-se para si, do *devoir* como possibilidade de construção de novas, inéditas e disruptivas ficções biopolíticas.

Rodrigo Grünewald também salienta essa condição da qual os indivíduos são dotados: “Como Bruner enfatizou, ‘identidades [...] são performadas por pessoas com agência, que tem escolhas’” (BRUNER, 2004, *apud* GRÜNEWALD, 2017, p. 107). Rubens Alves da Silva (2005), ao recuperar o pensamento de Schechner, vai apontar no mesmo sentido: “o performer dispõe de certa margem de escolha do papel (ou dos papéis) que prefere representar. E se essa possibilidade existe, é pelo fato de o ‘comportamento restaurado’, como disse antes, tratar-se de um ‘modelo cultural’” (DA SILVA, 2005, p. 55). Portanto, é chegada a hora de pensar o corpo como plataforma biopolítica capaz de provocar tensões nas relações de poder, de tangenciar as práticas de controle que por ele se fazem possíveis.

Ao reclamar a possibilidade de se agenciar pelo corpo para causar efeitos subversivos no regime político do sistema sexo/gênero, Preciado trabalha com a categoria de autointoxicação voluntária como “esse processo de envenenamento voluntário controlado e intencional” (PRECIADO, 2018, p. 368-369) no qual o sujeito político passa a experimentar – no e através do corpo – tecnologias, operações, ficções, próteses de gênero... Tudo isso em sua própria materialidade anatômica. Nesse sentido, o sujeito político seria cobaia de si mesmo. Por meio do princípio da autocobaia, o sujeito político reivindicaria o “direito de participar da construção de ficções biopolíticas” (PRECIADO, 2018, p. 370), exigiria a propriedade coletiva e a livre circulação dos biocódigos de gênero, sexo e raça:

O princípio da autocobaia, como transformação política e modo de produção de saber “comum”, seria crítico na construção de práticas e discursos do transfeminismo e dos movimentos de libertação das minorias sexuais, raciais, de gênero e somatopolíticas. Trata-se, usando a expressão de Donna J. Haraway, de uma prática modesta, corporal,

(83) 3322.3222

implicada e responsável de fazer política: quem quiser ser um sujeito político que comece a ser rato do seu próprio laboratório (PRECIADO, 2018, p. 368).

Portanto, para brincar, tencionar e transformar o regime político e as estruturas hegemônicas de inteligibilidade cultural dos corpos humanos, é preciso que os sujeitos voltem-se para si, devenham em práticas de autointoxicação voluntária. Nesse sentido, para modificar o sistema sexo/gênero é preciso não investir em grandes acontecimentos históricos localizados no tempo e no espaço, em imensas revoluções – mas sim em micropolíticas⁵ coletivas específicas, que resistam e causem desmantelo nos próprios biocódigos culturais que se estabeleceram como realidades imutáveis. Dessa forma, é preciso falar da íntima relação entre arte e práxis biopolítica que possibilita novas tecnologias de produção do sujeito. Por meio da arte, da experimentação, da autointoxicação voluntária e do princípio da autocobaia, é possível produzir novas realidades biopolíticas cognoscíveis, transformativas daquelas fixidezes somatopolíticas que possibilitaram assimetrias entre os sujeitos políticos:

Muito além da resignificação ou da resistência à normatização, as políticas performativas se transformarão em um campo de experimentação, um lugar de produção de novas subjetividades e, portanto, uma verdadeira alternativa às formas tradicionais de fazer política (PRECIADO, 2018, p. 387).

Larissa Pelúcio, teórica *queer* brasileira, vai compactuar com essa ideia de autocobaia e com a política performativa disruptiva como possibilidade de provocar a reconfiguração e a reprogramação do sexo/gênero ao afirmar que “os subalternizados têm se validos das tecnologias de comunicação e sedução do presente para se infiltrarem nas brechas do que Preciado chamou de sistema global sexo-raça-capital” (PELÚCIO, 2014, p. 78. Grifos meus). O dispositivo *drag king* parece ser uma dessas tecnologias próstético-performático-materiais capaz de provocar reflexões e agenciamentos políticos que tencionam o sistema sexo/gênero. Tal arquétipo político será investigado, penetrado epistemologicamente pelo tecnopau de Preciado⁶.

DRAG KING: BRINCANDO COM OS GÊNEROS

O dispositivo *drag king* é reivindicado, utilizado e performado por alguns sujeitos subalternos do sistema sexo/gênero, como demonstra Preciado (2018): Lésbicas masculinas,

⁵ Para mais sobre a noção de micropolítica, ver: LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (org). Tendências e impasses. O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro, 1994, Rocco, p. 206-242

⁶ Opto, aqui, por fazer uma brincadeira, uma ironia utilizando “penetração” e “tecnopau”: Preciado não tem um pênis/pau, mas um tecnopau – utilizando a noção de tecnologia empreendida por ele mesmo –: um pau que só se faz possível a partir da circulação de testosterona sintética. Isso será melhor abordado adiante.

caminhoneiras, transexuais mulher-para-homem não operados, transexuais recém operados, mulheres masculinizadas, sapatonas que não tomam hormônios... Uma multidão *queer*⁷ dissidente do sistema sexo/gênero utiliza essa tecnologia somatopolítica para mais do que parodiar a masculinidade⁸; mas para questioná-la, brincar com aquilo que há de mais perverso nela, desidentificá-la como pertencente aos corpos lidos como masculinos. Pretendem demonstrar o caráter fictício e prostético do gênero.

Nesse sentido, Colleenn Ayoup e Julie Padmore (2008) vão afirmar que o *drag king*, mais do que uma imitação, trata-se de uma reinterpretação da masculinidade. Halberstam e Volcano (*apud* Eliane Berutti, 2003, p. 55) identificaram, dessa forma, que o *drag king* seria “um performer que transforma a masculinidade em seu show”. Ao demonstrar que o *drag king* – quando performado por sapatas – se transforma em uma extensão da própria exploração da sexualidade lésbica, Ayoup e Padmore vão afirmar que esse dispositivo “desmantela tanto a sexualidade, como o gênero” (AYOUP & PADMORE, 2008, p. 60). Isso acontece, como apontado pelas autoras, quando os *drag kings* começam a flertar entre eles, durante a performance: *em drag*. Ou quando cortejam mulheres heterossexuais em seus shows, ou mesmo na rua. Corroborando com tais acepções, Preciado vai afirmar que

as práticas *drag king* criam um espaço de visibilidade próprio da cultura bicha, sapata e trans através da reciclagem e da declinação e desconstrução paródicas de modelos de masculinidade vindos da cultura popular dominante. Homem e mulher, masculino e feminino, e também homossexual e heterossexual parecem ser códigos e localizações identitárias insuficientes para descrever a produção contemporânea de corpos *queer*, trans e crip⁹ (PRECIADO, 2018, p. 387).

Portanto, o *drag king* trata-se de uma tecnologia que enfatiza o caráter performático do gênero, do sexo e da sexualidade. De acordo com Barutti (2003), refere-se a um agenciamento político que desconstrói com humor alguns arquétipos patriarcais. A multidão *queer* que performa o *drag king* é herdeira de uma masculinidade fictícia, que não tem uma realidade ontológica, que não existe fora de um complexo regime político que disciplina os corpos. Como

⁷ *Queer* – além do nome do campo interdisciplinar de estudos que problematizam o sistema sexo/gênero, a heterossexualidade compulsória e as práticas sexuais normalizadoras –, em inglês, significa “extravagante”, “estranho”. É utilizado de forma pejorativa e como xingamento nessa língua, mas também reivindicado como categoria política por uma multidão de corpos dissidentes do regime político que disciplina os corpos.

⁸ É preciso evitar dicotomias simplistas e comparações demasiado apressadas entre o dispositivo *drag king* e o *drag queen* (no qual se performa a feminilidade). Isso será melhor discutido adiante.

⁹ Palavra inglesa, derivada de “*cripple*”, que significa aleijado. Os corpos *crip* são corpos políticos que reclamam a necessidade de se pensar, nos estudos *queer*, não apenas as técnicas de normalização do sexo e do gênero, mas também da situação do corpo em um regime que produz corpos normais, úteis; e corpos anormais, estranhos, inúteis.

salienta Butler, “a *performance drag*¹⁰ brinca com a distinção entre a anatomia do performista e o gênero que está sendo performado” (BUTLER, 2003, p. 196. Grifo da autora).

O dispositivo *drag king* é um agenciamento político que causa efeitos disruptivos no sistema sexo/gênero. Ele reclama aquilo que Preciado (2018) chamou de livre circulação dos biocódigos que dissertam sobre o corpo. Ao retomar o pensamento de Foucault sobre a disciplina que se incide sobre os corpos, este autor vai afirmar que

O poder não existe além das técnicas envolvidas em sua teatralização. A masculinidade, uma ficção biopolítica antiga construída dentro da sociedade soberana antes do século XVIII, depende de uma orquestração de poder e de técnicas corporais em um sistema em que o poder circula através de ficções performativas compartilhadas, transmitidas de corpo a corpo por meio de signos semióticos e rituais materiais (PRECIADO, 2018, p. 388. Grifos meus).

Técnicas corporais e rituais materiais: performance gerada, aprendida e reiterada no e pelo o corpo. Chega-se no êxtase, no orgasmo da materialidade da performance.

CHAPADA DE T.

Paul B. Preciado, autor recorrentemente citado neste trabalho, tem exercido, já há algumas décadas, o princípio da autocobaia. Preciado não é Paul. Está Paul. Outrora se chamava Beatriz – por isso o B. entre o Paul e o Preciado, em seu nome completo. Em seu livro *Testo Junkie*, Paul relata que em 1998, quando ainda era Beatriz – uma filósofa sapata e feminista –, participou pela primeira vez de uma oficina *drag king*. Depois de *devir drag king*, de se re-apropriar da masculinidade e de suas tecnologias – barba, coçada na região pélvica na rua, cigarros... – e explorar pela primeira vez a cidade em drag, Preciado diz:

O saber *drag king* não é a consciência de estar imitando a masculinidade em meio a corpos anônimos de homens e mulheres, de pessoas de negócios e carteiros, de mães que empurram carrinhos de bebê, de jovens que chutam latas de lixo; antes disso, ele reside no fato de perceber os outros – todos os outros, incluindo a si mesmo – pela primeira vez como ficções mais ou menos realistas de gêneros performativos e normas sexuais decodificáveis como masculinas ou femininas. Ao caminhar entre corpos anônimos, essas masculinidades e feminilidades (incluindo a minha própria) aparecem como caricaturas que, graças a essa convenção tácita, parecem não ser conscientes de si. Não há diferença ontológica entre essas encarnações de gênero e a minha. Todas elas são produtos performativos para as quais diferentes códigos de inteligibilidade cultural conferem graus de legitimidade. A diferença está no grau de autorreflexão, de consciência e de compulsão da dimensão performativa desses papéis (PRECIADO, 2018, p. 391).

¹⁰ Aqui, a autora refere-se à performance *drag king* e também *drag queen*.

Beatriz devém Paul aos poucos, ao longo de alguns meses, devido à autointoxicação voluntária de uma outra ficção biopolítica do gênero: a testosterona. Para o autor, os hormônios que são lidos como masculinos ou femininos não existem fora de uma rede de discursos médicos, de recortes no corpo que localizam alguns órgãos como sexuais em detrimento de uma sexualização total do corpo. Ao utilizar testosterona sintética, Preciado afirma que está exercendo o mesmo experimento político pelo o corpo – o princípio da autocobaia – que, por exemplo, Freud utilizou para testar os feitos da cocaína na consciência. Freud chapado de pó. Preciado chapado de T¹¹.

CONSIDERAÇÕES FINAIS, (IN)CONCLUSÕES E EXCITAÇÕES FUTURAS

É preciso, como advertem Ayoup e Padmore (2008), desviar-se de comparações simplistas, superficiais e pouco reflexivas entre os dispositivos *drag king* e *drag queen*. Trata-se de agenciamentos diferentes. Seus elementos políticos e performativos são diferentes. Faz-se necessário dissertar sobre o caráter ameaçador – em um regime machista e patriarcal – de uma sapata tomando a masculinidade como identidade performática. Tommy Boy¹² vai afirmar em entrevista para as autoras que “a sociedade não é apenas menos familiar e sente-se menos confortável em ver mulheres reclamarem a masculinidade como posição subjetiva, mas também menos disposta a ver a masculinidade ser desconstruída e exposta como performance” (AYOUP & PADMORE, 2008, p. 64). Phil Lerupp¹³ vai chamar atenção para uma diferença bem demarcada entre esses dois dispositivos somatopolíticos: “em uma sociedade patriarcal, é muito mais fácil tirar sarro da feminilidade” (AYOUP & PADMORE, 2008, p. 63). São questões bastante pertinentes e que merecem ser melhor discutidas em uma outra oportunidade.

Também verifica-se como produtivo refletir como o dispositivo *drag queen* parece estar sendo cooptado pelo capitalismo farmacopornográfico. O atual estágio do capitalismo, de acordo com Preciado (2018), funciona pela circulação de códigos sobre o sexo, o gênero e a raça através de dois eixos: a indústria farmacêutica (discursos médicos, patentes de hormônios, operações em áreas lidas como sexuais...) e a indústria midiática (filmes pornôs, programas de TV, aplicativos de encontros, *sites* pornográficos, anúncios de carros...). A

¹¹ Não é propósito deste trabalho se debruçar sobre os experimentos políticos de Preciado. Portanto, para mais (sobre a oficina *drag king* da qual participou, a autointoxicação com testosterona sintética em gel e releituras sobre as cheiradas de cocaína de Froid): PRECIADO, P. B. *Testo Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. São Paulo, 2018, N-1 Edições.

¹² *drag king* de Cindy Mancuso.

¹³ *drag king* de Johanne Cadorette.

enorme dimensão mercadológico-capitalista que, por exemplo, o *reality show RuPaul Drag's Race* tomou nos últimos anos parece confirmar a ideia de Preciado (2018) de que o capitalismo funciona em ciclos de excitação-frustração-excitação. É preciso estar atento ao fato de que este programa é oriundo dos Estados Unidos – a maior economia capitalista do mundo. As *drag queens* estão mantendo o tecnogozo do capitalismo. É preciso lançar olhar crítico sobre isso também.

Ao cruzar os pensamentos de Schechner, Butler, Goffman e Preciado, percebe-se a importância de se atentar para a materialidade das performances. É fundamental reclamar o corpo como memória, como arquivo biopolítico. Como resíduo de relações de poder e como *locus* de agenciamento dentro dessas mesmas relações: o corpo é o local de produção e de resistência do poder. O conhecimento incorporado, já alertava Schechner, deve tornar-se parte integrante das reflexões das ciências sociais. Eu, você... todos estamos em *drag*.

REFERÊNCIAS

- AYOUP, C. & PADMORE, J. Making Kings. In: **Journal of Homosexuality**. John Abbott College, v. 43, nº 3-4, p. 51-74, 2008.
- BERUTTI, E. B. Drag kings: brincando com os gêneros. In: **Gênero**. Niterói, v. 4, nº 1, p. 55-63, 2003.
- BRUNER, E. Experience and Its Expressions. In: **The Anthropology of Experience**. Turner, V. & Bruner, E. (eds.). Urbana & Chicago: University of Illinois Press, 1986.
- BUTLER, J. **A vida psíquica do poder: teorias da sujeição**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero. Feminismo e subversão de identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FIGUEIREDO, E. Desfazendo o gênero: a teoria queer de Judith Butler. In: **Criação & Crítica**. São Paulo, nº 20, p. 40-55, 2018.
- GOFFMAN, E. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- GRÜNEWALD, R. A. The Pataxó Baptism Rite at Aragwaksã. In: **Vibrant**. v. 14, nº 01, p. 103-123, 2017.
- KOROM, F. The Anthropology of Performance: na introduction. In: **The Anthropology of performance: a reader**. Wiley-Blackwell, p. 1-7, 2013.
- MORAES, M. V. M. Mímesis e Infância: notas sobre a construção de uma infância na escola de educação infantil. In: **Antropologia e Performance. Ensaios NAPEDEA**. Dawsey, J. C. et al (orgs.). São Paulo, Terceiro Nome, p. 129-146, 2013.

PELÚCIO, L. Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil? In: **Revista Periódica**, v. 1, nº 1, p. 68-91, 2014.

PRECIADO, P. B. **Manifesto contrassexual. Práticas subversivas de identidade sexual**. São Paulo: N-1 Edições, 2014.

PRECIADO, P. B. **Testo Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

SCHECHNER, R. O que é performance? In: **Performances studies: an introduction**. New York & London, Routledge, 2ª edição, p. 28-51, 2006.

SCHECHNER, R. “Pontos de Contato” revisitados. In: **Revista de Antropologia**. São Paulo, USP, v. 56, nº 02, p. 23-66, 2013.

SILVA, R. A. Entre “Artes” e “Ciências”: a noção de performance e drama no campo das ciências sociais. In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, nº 24, p. 35-65, 2005.

TAYLOR, D. Traduzindo performance: prefácio. In: **Antropologia e Performance. Ensaios NAPERDRA**. Dawsey, J. C. et al (orgs.). São Paulo: Terceiro Nome, p. 9-16, 2013.

TURNER, V. Liminaridade e Communitas. In: **O Processo Ritual: estrutura e anti-estrutura**. Petrópolis: Vozes, p. 59-81, 1974.

VILLELA, A. Narrativas que Fazem Existir: mito e filme em performance entre os Asuriní do Xingu. In: **Antropologia e Performance. Ensaios NAPERDRA**. Dawsey, J. C. et al (orgs.). São Paulo: Terceiro Nome, p. 249-260, 2013.

CURRÍCULOS EM DISPUTA: CORPOS ABJETOS NOS COTIDIANOS ESCOLARES¹

Daniel Henrique de Oliveira Silva²

RESUMO

A presente pesquisa buscou perceber os preconceitos vividos principalmente por estudantes LGBTs (Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), negros no espaço escolar e, concomitantemente a essas pesquisas, ocorreram trabalhos buscando debater e conscientizar sobre outros diferentes preconceitos/discriminações ali presentes. A partir disso, foi possível problematizar práticas de preconceito arraigadas e presentes na escola, almejando proporcionar um ambiente de respeito às diversidades.

Nesse processo, após fazermos uma análise sobre nossas práticas, iniciamos um ciclo de debates em parceria com Núcleos de Estudos de Gênero, Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Coordenações municipais de Diversidade Sexual e Racial. Esses debates, posteriormente, assumiram lugar nas aulas dos professores, ao trabalharem de alguma maneira essas temáticas em suas disciplinas.

PALAVRAS-CHAVE: Escola, preconceitos, LGBTs, negros, mulheres.

INTRODUÇÃO

No ano de 2017, o governo de Minas Gerais, no período governado pelo PT, com secretária de educação negra, professora da educação básica, do chão da escola, possibilitou o desenvolvimento de pesquisas de Iniciação Científica no Ensino Médio por meio do projeto UBUNTU³, uma parceria da Secretaria Estadual de Educação com o Fundo de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – FAPEMIG. Ao entrar em contato com o edital, pensei prontamente na possibilidade de articular a discussão de raça e gênero, propondo um projeto denominado “Combatendo desigualdades, desconstruindo preconceitos: negras LGBTs no espaço escolar”. Tal ideia partiu de algumas curiosidades pertinentes sobre as estatísticas

¹ Projeto de Iniciação Científica desenvolvido com apoio da SEE - Secretaria de Estado de Educação em parceria com o FAPEMIG - Fundo de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais.

² Doutorando em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ
E-mail: daniel.hos@hotmail.com

³ O EDITAL SEE Nº 01/2017 - PROJETO: INICIAÇÃO CIENTÍFICA NO ENSINO MÉDIO, EIXO: núcleos de pesquisa e estudos africanos, afro-brasileiros e da diáspora – UBUNTU/NUPEAAS, tinha como objetivo a seleção de projetos de iniciação científica para o desenvolvimento do eixo núcleo de pesquisa e estudos africanos, afro-brasileiros e da diáspora – UBUNTU/NUPEAAS, no ensino médio da rede estadual de ensino de Minas Gerais, para o processo de seleção de projetos de autoria de estudantes e professores de escolas de Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais, decorrente da Campanha Afroconsciência da SEE e que integra o Projeto Iniciação Científica no Ensino Médio.

referentes à população de travestis e transexuais negras, concluintes do ensino médio. Quais seriam elas? Ou, qual a parcela dessa população que chega a concluir o ensino médio e a ingressar nas universidades?

Esses questionamentos são advindos de outras experiências, como a do ano de 2016, que ao participar da criação e dando aulas voluntariamente em um cursinho de preparação para o ENEM para travestis e transexuais, foi possível perceber que um alto índice delas não havia sequer concluído o ensino fundamental. Em conversas informais, foi alegado que evadiram do espaço escolar por não suportarem a alta carga de preconceitos que tinham que enfrentar cotidianamente.

Com isso, ao voltar o olhar para a escola em que eu trabalhava, de periferia, com maioria dos/as estudantes negros/as e algumas alunas travestis, busquei refletir quais as condições de ensino eram oferecidas àquela população na escola e quais as influências em sua permanência no contexto educacional. Assim, durante o desenvolvimento da pesquisa, buscando colocar em discussão não só os preconceitos de gênero e raça, mas também tantos outros diferentes preconceitos que perpassam a vida dos nossos estudantes, além de grupos sociais inferiorizados socialmente, tive interesse em perceber as consequências dos preconceitos na vida de cada um deles.

Sobre isso, na escola em que atuei como professor, percebi que era comum alguns estudantes tentarem inferiorizar o outro, seja em relação ao gênero, à raça ou a qualquer outro tipo de diferença. Os LGBTs eram marcados por meio de xingamentos ligados à sexualidade como: bixinha, boiola, viadinho, etc. Tais apelidos pejorativos demarcam claramente práticas preconceituosas no espaço escolar. Sobre as mulheres, eram corriqueiras as falas de meninos objetificando o corpo da mulher, determinando seu caráter e moral pela quantidade de pessoas que se relacionava ou a roupa que estava vestindo. Em relação aos negros, era comum alunas pedirem para ir ao banheiro e voltarem com os cabelos molhados ou inferiorizar o outro pela sua cor, ou quando íamos assistir a um filme e se apagavam as luzes e outros alunos pediam para estudantes negros sorrirem, tais comentários estavam sempre disfarçados de piadas, e consagravam históricos de desigualdades e discriminações.

Esse projeto foi importante para enfrentar naquele momento intensas discussões sobre a “ideologia de gênero”, uma vez que, na cidade de Uberlândia, vereadores tentavam barrar qualquer discussão sobre gênero e sexualidades nas escolas da cidade. Esse projeto tinha como resistência a luta para manterem vivas pessoas consideradas abjetas por uma parcela da população porque



Todas as estratégias de poder vinculadas ao *slogan* “ideologia de gênero”, que buscam intimidar, coibir e impedir qualquer trabalho na escola com os temas gênero e sexualidade, estão contribuindo exatamente para aumentar o número de *vidas não vivíveis*; aumentar o número de mortes sociais. (PARAÍSO, 2018, P. 24).

Acreditamos que tais práticas revelam uma sociedade marcada pela desigualdade, pois o preconceito contribui na constituição de desiguais e na consagração de diferenças sociais. Assim, começamos a questionar: Qual o papel da escola na construção de cidadãos e cidadãs que respeitem as diversidades? Qual o peso da omissão da escola na sua responsabilidade de criar uma sociedade mais justa e igualitária? Qual o papel da escola, incluindo diretores, supervisores, professores e alunos/as na construção de ações de combate ao racismo, machismo, homofobia e qualquer tipo de preconceito? Qual a responsabilidade da escola nos altos índices de evasão escolar causados especificamente por práticas preconceituosas?

Entendo que o espaço da escola não é um campo neutro, e é importante pensar a escola e os cotidianos escolares a partir das relações de poder levantadas por Foucault, pois que nos permite refletir sobre sujeição e/ou formas e dispositivos que incidem também sobre as ações dos estudantes. Sob a ótica das teorias foucaultianas, podemos perceber justamente os assujeitamentos/resistências, disputas e articulações que produzem representações sociais que incidem sobre formas de agir e pensar dentro e fora do espaço escolar. A partir desse conceito de Foucault, é importante pensar a escola enquanto um dispositivo dentre os inúmeros existentes, que atua na produção, numa relação de poder, da (in) visibilidade de corpos de travestis, negros, mulheres, gordos, ou qualquer um que não se encaixa no padrão normativo de sexo/gênero/raça/classe/religião/capacitismo/etc. Tais relações de poder, presentes nessas disputas na constituição de discursos, e geradoras de desigualdades sociais, integraram e integram meu interesse em perceber/desconstruir/problematizar as diferentes técnicas polimorfos de poder presentes na escola, produzidas dentro e fora dela, geradoras de invisibilidades, mortes sociais, hierarquias e inferiorizações.

Assim, essas pesquisas e ações trataram, sobretudo, de uma forma de analisar os discursos/práticas no espaço escolar, para além do caráter repressivo de poder, procurando pensá-los com “tecnologias positivas de poder”, ou seja, objetos/objetivações e sujeitos/subjetividades que se designam nos discursos sob novos procedimentos de poder que



[...]funcionam, não pelo direito, mas pela técnica, não pela lei mas pela normalização, não pelo castigo mas pelo controle, e que se exercem em níveis e formas que extravasam do Estado e de seus aparelhos. (FOUCAULT, 1988, p. 17-18).

Pensar as relações históricas entre o poder e os discursos normativos, é uma forma de observar o funcionamento dessa tecnologia complexa permeada por diferentes relações de poder. O poder não é visto aqui como algo superior, que nos atinge impiedosamente como um cometa caindo sobre a terra, mas como redes de poder, presente insidiosamente sobre nosso cotidiano e que não

[...]se exerce de modo fragmentar e descontínuo; mas que é ou precisa ser vista pelos indivíduos que a ela estão expostos como contínua, perpétua, permanente; que não tenha limites, penetre nos lugares mais recônditos (FOUCAULT, 1998, P. XVIII)

Sobre isso, cabe pensar quais as relações de poder mais imediatas que operam nos espaços escolares? Não por acaso é necessário entender que

[...] o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica e complexa numa sociedade determinada. (FOUCAULT, 1988, p. 103).

Isto é, o poder está difuso nas múltiplas relações sociais. Assim, penso que essas e outras indagações foram/são importantes para tentar perceber o quão presente o racismo, a homofobia, a transfobia, ou outras formas de preconceitos se fazem presentes no espaço escolar, de que maneiras as relações de poder se estabelecem e de que forma esses preconceitos incidem sobre esses/as estudantes acarretando uma possível evasão escolar dessa população. Dessa forma, compreendo que a escola muitas vezes se constitui em um espaço extremamente marcado por desigualdades sociais, onde padrões são constantemente estabelecidos por “relações de poder ainda mais sutis, móveis e dispersas” (FOUCAULT, 1998, P. XVIII), e o outro, o diferente é tentado por essas relações de poder a enquadrar-se na norma, sendo seu corpo compulsoriamente esquadrinhado, identificado e demarcado nessas relações.

Assim, percebo que nas salas de aula o respeito às diversidades e às pluralidades são extremamente raros, contribuindo como instrumento para processos de consolidação de preconceitos e, conseqüentemente, legitimador das variadas violências contra os sujeitos que se expressam para além da heteronormatividade, das identidades de gênero estabelecidas como hegemônicas, ou outros padrões normativos impostos/estabelecidos. Assim, podemos perceber que

Em vários momentos históricos e em diferentes sociedades, a lógica binária construiu culturalmente um componente negativo e outro positivo, impedindo a pluralidade de identidades, de pensamentos, de crenças. Assim, várias categorias foram sendo criadas e identificadas como o outro diferente. No sentido religioso, político, na saúde (doente), na etnia (o de cor) ou mesmo o outro que optou ou nasceu biologicamente com um sexo considerado *inferior*; todos eles foram registrados e normatizados como loucos, deficientes, negros, índios, mulheres, homossexuais, indigentes, estrangeiros, entre tantos outros. [...] torna-se “O” inimigo que deve ser combatido, eliminado. (PUGA, 2005, p. 12).

No espaço escolar, não diferente disso, é possível observar que esse outro é corriqueiramente inferiorizado, subjugado, colocado à margem nesses espaços. O normal, o aceito é estabelecido enquanto referência. São os ditos normais, que designam as normas identitárias que definiam os sujeitos e contornavam os limites e caminhos a serem seguidos, caminhos estes que funcionam como balizas ou referências, e que ao desviar-se dessas rotas já estabelecidas, esses sujeitos eram punidos julgados e inferiorizados socialmente. Por isso, pensando nessas relações de poder, essas pesquisas e ações tiveram como objetivo trabalhar com esses seres postos enquanto anormais, inferiorizados, subordinados e designados à morte social. Assim, como Didi-Huberman propõe em seu texto, busco ter “a capacidade de reconhecer no mínimo vaga-lume uma resistência, uma luz para todo o pensamento” e luto para não afundar na “incapacidade em buscar novos vaga-lumes, uma vez que se perderam de vista os primeiros”. (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 67).

Os cotidianos escolares foram/são nosso espaço de reflexão, resistência, percepção, problematização e análise das diferentes relações de poder produtoras de desigualdades que instauram padrões e buscam criar caixas/normas para aqueles que compõem/praticam aquele espaço. Assim, pensamos os preconceitos e buscamos entender as diferentes formas de repressão que ocorreram/ocorrem nesse espaço, problematizando os discursos que estariam operando ali gerando desiguais/desigualdades, desconstruindo práticas preconceituosas, percebendo aquilo que escapa, propondo enquanto resistência, objetivando práticas que

desestruturavam/desestruturaram ciclos de opressões permitindo construir e ou reproduzir ações que tivessem como princípios a igualdade e o respeito as diversidades, refletindo sobre o racismo, a homofobia a transfobia, o machismo, ou qualquer forma de preconceito presente na escola.

METODOLOGIA

A pesquisa utilizou como metodologia estudos bibliográficos, documentais e de campo. Juntos, eles nortearam o desenvolvimento dessas pesquisas e ações. Através de pressupostos teóricos nos campos dos estudos de gênero, sexualidades, dos cotidianos, dos currículos e da educação foi possível realizar análises dos espaços escolares, de práticas e propor ações de resistências.

Os estudos de caso foram importantes para a elucidação dos problemas encontrados na escola referente aos preconceitos, bem como na preparação de ações que contribuíssem para a minimização do preconceito, da inferiorização e da evasão escolar. Na fase inicial, houve ciclos de estudos de texto, palestras e debates que visaram a formação do grupo de pesquisa, com objetivo de uma melhor aplicabilidade do projeto. Além disso, foi realizada uma análise das formas de preconceitos presentes na nossa escola. A partir daí, iniciamos com as ações. Sobre isso, ainda foi concernente desenvolver entrevistas, que não estão nesse texto, com negros e negras travestis, gays, lésbicas ou bissexuais, analisando preconceitos, estigmatizações ou problemas enfrentados por eles/as no espaço escolar.

Após essas análises, foi verificado se os espaços escolares permitiam a formação de cidadãos e cidadãs que respeitassem as diversidades presentes em nossa sociedade. Cabe ressaltar que os resultados foram utilizados para a promoção de ações que permitiriam que fosse superada a exclusão, a diferenciação e o preconceito em relação ao outro, possibilitando que os estudantes refletissem sobre o machismo, a LGBTfobia, o racismo, ou qualquer outra forma de preconceito e para que eles aprendessem a respeitar as pluralidades.

DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA/AÇÕES

As ações desenvolvidas foram:

1. Aplicação dos Indicadores de Qualidade da Educação⁴

Inicialmente, decidimos diagnosticar o problema dos preconceitos presentes na nossa escola, principalmente o racismo. Organizamo-nos, formando o grupo guardião⁵, e marcamos o momento para debater e analisar nossas práticas e escola. Fizemos os cartões verde, amarelo e vermelho, e promovemos debates sobre cada ponto lido no livro do INDIQUE. Assim, durante cada debate, o relator anotava as mudanças necessárias e observações feitas por cada participante. Observar e debater sobre nossa escola foi extremamente importante, o primeiro passo para tentar nos libertar das amarras dos preconceitos.



Fig.1. Livro para aplicação dos Indicadores de Qualidade na Educação. Relações Raciais na Escola.

⁴ Considerando a magnitude e complexidade da questão racial no Brasil e, especificamente, na educação brasileira, os Indicadores da Qualidade na Educação Relações Raciais na Escola foram elaborados visando contribuir com a superação do racismo nas escolas. Auxilia na construção de um retrato da implementação da Lei n. 10.639/2003, a qual introduziu a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura africanas e afro-brasileiras, bem como da educação das relações etnicorraciais na educação básica (pública e privada).

⁵ O grupo guardião consiste em formar uma equipe composta por professores, estudantes, direção, supervisão, secretaria e comunidade escolar, responsáveis por guiar a avaliação dos Indicadores de Qualidade na Educação.

Construção do painel da diversidade (GRAFITE)



Fig.2, 3, 4. Painéis de grafite realizados na escola.

Nesse momento convidamos estudantes que gostassem da arte do grafite para desenhar nas paredes e muros da escola. Nessas ações, prontamente percebemos que iríamos

precisar do apoio de profissionais da área. Assim, decidimos convidar grafiteiros da cidade, conhecidos e admirados pelos estudantes, para que fizessem em conjunto a grafitação dos painéis na fachada e interior da escola. Neles, foram tratados acerca dos temas machismo, racismo e homofobia. É importante ressaltar que nesse momento fizemos acordo com grafiteiros reconhecidos na cidade e nacionalmente, propondo que fossem realizadas grafitações que tratassem da diversidade, enaltecendo a luta das mulheres, dos LGBTs e dos negros. Essa grafitação ocorreu em um sábado, com a presença dos/as alunos/as, inclusive aprendendo técnicas dessa arte. Abaixo algumas imagens desse momento:

**Debates com Diretora de Igualdade Racial da Prefeitura de Uberlândia
DIIGUAL / Coordenadora de Diversidade Sexual da Prefeitura de
Uberlândia / Membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros NEAB-UFU /
Professora de História da UFU membro do Núcleo de Estudos de Gênero
NEGUEM – UFU⁶**

Nessa fase, levamos para a escola representantes de movimentos sociais, de organizações que promovem o debate sobre a opressão de determinados grupos na sociedade, permitindo problematizar preconceitos presentes no espaço escolar. Essas rodas de conversas com os debatedores do movimento negro (NEAB/ DIIGUAL), de mulheres e LGBT permitiram discutir com professores/as, alunos e alunas, corpo diretivo e supervisão sobre a importância do respeito às diferenças e da construção de ações que permitissem a formação de uma escola mais justa e igualitária.

**Debate com membros da Associação Nacional de Travestis e Transexuais –
ANTRA / do Fórum Nacional de Travestis e Transexuais, Negras e Negros –
FONATRANS /e membros do Conselho Nacional Contra Discriminação
LGBT – CNCN/LGBT⁷**

⁶ Nesse momento convidamos para o debate Sayonara Naidier Bonfim Nogueira, professora de geografia, diretora do Núcleo de Diversidade Sexual da Prefeitura de Uberlândia, membro do Instituto Brasileiro Trans de Educação. Pollyanna Fabrini Silva, professora de sociologia, Diretora de Igualdade Racial da Prefeitura de Uberlândia, pesquisadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros. Régis Rodrigues Elisio, coordenador de assuntos estudantis do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, professor de História. Jorgetânia da Silva Ferreira, professora de História, membro do Núcleo de Estudos de Gênero da UFU.

⁷ Convidamos para debater na nossa escola Keila Simpson, residente em Salvador, Bahia, é presidente da Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA, membro do Conselho Nacional Contra Discriminação LGBT – CNCN/LGBT. Pâmela Volp, residente em Uberlândia, Minas Gerais, é vereadora em Uberlândia; membro da ANTRA, Jovanna Cardoso Silva, residente em Picos, Piauí, é membro do CNCN/LGBT,

Nesse momento, também foram feitos vários debates com representantes do movimento negro, de travestis e associações de travestis e transexuais negras. O objetivo era repensar o espaço escolar, nossas práticas, fazendo com que todo corpo que a compõe identificasse práticas discriminatórias e refletisse sobre suas ações. Esse momento foi importante para repensar sobre a presença do racismo e outras formas de preconceitos na escola e na sociedade. Nessas palestras, contamos com palestrantes de diferentes estados do Brasil, como Piauí, Paraíba, Minas Gerais, Bahia. Para além dessas questões, o objetivo foi problematizar a imagem das travestis, mostrando os diferentes espaços que elas ocupam, além da sua história de luta por direitos em nossa sociedade.

Gravação de vídeo relato/denúncia sobre práticas discriminatórias ocorridas na escola

Nesta etapa, gravamos um vídeo com estudantes que desejaram relatar e expor práticas discriminatórias, referentes ao racismo e homofobia, ocorridas no espaço escolar. Em um dos casos, foi relatada a homofobia sofrida por um estudante que ouviu de uma supervisora escolar que iria para o inferno por ser gay e usar brincos, caso ele não mudasse seu jeito de ser, não seria feliz. Esse relato gerou uma reflexão sobre o papel da escola no combate a esse tipo de violência, nos levando a pensar: O que fazer quando isso ocorre? Qual o papel da escola no acolhimento a esse aluno discriminado? Qual apoio a escola deveria ter dado? Esse acontecimento revela a construção do ser homem e ser mulher estabelecidos socialmente, determinando que o uso de brincos, isto é, assumir aspectos da identidade feminina significa, obrigatoriamente, o não acesso à felicidade. Essas e outras reflexões apontadas foram determinantes para estabelecer protocolos para situações como essa, ou seja, a escola deveria, a partir daquele momento, saber como lidar com essas situações de constrangimentos, preconceitos e humilhações.

Entrevistas individuais com negras/LGBTs estudantes da escola

O objetivo foi que estudantes LGBTs negras denunciasses por meio das entrevistas sigilosas de que forma a discriminação afetou ou não suas vidas e seu desempenho escolar.

presidente do Fórum Nacional de Travestis e Transexuais, Negras e Negros. Anyky Lima, residente em ativista travesti, membro da ANTRA. Fernanda Benvenutty, ativista travesti, membro da ANTRA.

Por meio dessa pesquisa, pudemos perceber que as práticas de racismo e homofobia ocorrem corriqueiramente e afetam profundamente a vida dos nossos estudantes. Os professores e a escola muitas vezes não dão o devido apoio às vítimas desses preconceitos. Até porque não há apoio psicológico disponibilizado pelo estado. Durante essas entrevistas, foi possível percebermos que o racismo e a homofobia são práticas presentes na escola e que os danos causados na vida de estudantes são extremamente sérios e pouco tratados. Subestimamos tais acontecimentos, e a escola, em geral, não leva a sério as denúncias. Recebemos em nossa escola estudantes trans que deixaram de estudar em outras escolas por sofrerem preconceitos, por não terem seu nome social respeitado. Assim como tivemos relatos de estudantes da nossa própria escola que deixou por dois anos de estudar por gordofobia. Esses e outros casos revelam que as discriminações e os preconceitos devem ser vistos com atenção e reflexão, principalmente quando provoca desinteresse do estudante pela escola.

Evento “Escola SEM Preconceitos”

Após termos promovido várias discussões, palestras, análises da nossa escola, decidimos que todo o turno matutino, inclusive todos os professores se envolveriam em uma grande pesquisa/ação sobre preconceitos existentes no espaço escolar. Livremente, cada professor pôde escolher qual tema iria desenvolver. Foi disponibilizado um espaço no quadro, onde cada professor apontaria qual tema iria trabalhar, com a devida turma por ele coordenada. Durante três meses, cada professor coordenador de turma, após eleger seu tema, deveria desenvolver suas pesquisas. Esse projeto foi concluído com um dia, marcado para um sábado, aberto à comunidade, com a exposição dos trabalhos realizados. Tal proposição teve como objetivo fazer com que toda a escola repensasse o saber/fazer, discutindo sobre preconceitos e percebendo o quão enraizado ele está. Para além dessas questões, o objetivo também era criar rizomas, isto é, caso o professor coordenador não estivesse mais presente na escola, que os projetos de combate a discriminações caminhassem pelas mãos de outros professores que ali estivessem, por isso, pensamos em trabalhar em redes, na interação, na ação conjunta, na construção coletiva do projeto. Sobre os temas trabalhados, foram eleitos os seguintes: gordofobia, racismo, LGBTfobia, capacitismo, machismo, intolerância religiosa, padrões estéticos/beleza. Nesses trabalhos, foram feitas discussões de esclarecimento, e algumas perguntas nortearam os debates. Nesse momento, de construção do evento, os debates ocorreram individualmente com cada professor coordenador de turma, e as dúvidas,

andamentos, dificuldades, eram expostas na sala de professores em reuniões e também em intervalos de aula e recreio. Sobre as perguntas que nortearam os debates de sala, podemos destacar:

- Você aceitaria caso tivesse um filho homossexual?
- Você já sofreu alguma forma de preconceito na escola?
- Você já teve alguma prática preconceituosa com algum colega?
- Você concorda com cotas raciais para universidades e concursos públicos?
 - Você sabia que existem cotas raciais para universidades e concursos públicos?
 -

Essas perguntas nortearam debates e pesquisas e possibilitaram expor como diferentes formas de preconceitos ou como determinadas concepções ainda estão presentes em nosso imaginário e, conseqüentemente, refletindo em nossas práticas sociais.

Resultados e Discussão

Acreditamos em uma escola plural, diversa, em que diferenças não sejam motivo de exclusão ou inferiorização social. Durante esse trabalho, fomos capazes de perceber essa cultura da estigmatização, da inferiorização do outro, e subverter esses ciclos de violências que estão naturalizadas nos discursos, nas falas, nas agressões físicas e/ou verbais, ocorridas dentro das escolas. Fomos capazes de perceber a construção histórica e política dos discursos e das identidades no interior de um sistema cultural androcêntrico, eurocêntrico, patriarcal, racista e transfóbico que exclui e designa ao outro o caráter de inferioridade, instituindo desigualdades, assimetrias e hierarquizações sociais.

Acreditamos que ao se conhecer a realidade do ciclo de opressão vivenciada por estudantes outros, aqueles que não se encaixam nas normas/padrões de sexo, gênero, raça, classe, religião, beleza, foi possível trilhar novos caminhos de respeito e tolerância, desconstruindo ciclos de inferiorização social.

Assim, como Foucault, penso que

Pensar, pelo contrário, é passar; é questionar essa ordem, surpreender-se pelo fato de sua presença aí, indagar-se sobre o que tornou possível essa situação, procurar- ao percorrer suas paisagens- os vestígios dos movimentos que a formaram, além de descobrir nessas histórias, supostamente jacentes, o modo como e até onde seria possível pensar diferente.(Foucault, o riso de Foucault, p. 117-118).

Assim, ao longo do desenvolvimento desse trabalho, percebemos que os preconceitos, a violência, as estigmatizações são corriqueiras na escola, e que causam danos talvez irreparáveis na vida dos(as) estudantes. Portanto, realizamos ações que visassem quebrar o ciclo de preconceito dentro da nossa escola, em que o primeiro passo foi rever nossas próprias práticas e assim ir trilhando caminhos de respeito e valorização das diversidades, construindo na escola um espaço plural em que todos fossem/sejam respeitados como são. Desta forma, o trabalho

Tratava-se de desnaturalizar as operações que levam os discursos produzidos em tais lugares a falarem em nome do real e da verdade sobre o Outro, silenciando-o e fabricando os modos como ele deve ser percebido, subjetivado, objetivado, assistido, dominado, controlado e governado (FERRAÇO, SOARES, ALVES, 2018, p. 73).

Não por acaso, penso que essas ações desenvolvidas no espaço escolar enquanto contra-hegemônicas e que esses “procedimentos populares (também “minúsculos” e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los”(CERTEAU, 1998, p. 41). Assim, essas ações se tornaram essenciais por propor a reflexão sobre a evasão escolar, as trajetórias escolares, resistências, escapes e fugas. A pesquisa e as ações foram pensadas enquanto tática, isto é,

maneiras de fazer: vitórias do “fraco” sobre o mais “forte”, (os poderosos, a doença, a violência das coisas ou de uma ordem etc.) pequenos sucessos, arte de dar golpes, astúcias de “caçadores, mobilidades da mão-de-obra, simulações polimorfos, achados que provocam euforia, tanto poéticos quanto bélicos”. principalmente das/os estudantes LGBTs para sobreviverem naquele espaço. (CERTEAU, 1998, p. 47)

Assim, percebemos que esse projeto se tornou, ao longo de sua execução, importante por contribuir para mover estruturas dadas, estáveis, cristalizadas, denunciando/problematizando práticas que determinavam dizer em nome da verdade estabelecendo o central, o padrão e inferiorizando estudantes que desviavam-se da norma.



Conclusões

Pensamos

[...] os cotidianos escolares como *espaçostempos* de criação e de articulação de conhecimentos, de emancipação e de invenção da vida, e não apenas como um domínio social no qual só existe passividade, submissão, repetição, reprodução e consumo do que é criado em outros contextos (como as políticas educativas oficiais, as disciplinas científicas e o mercado)(FERRAÇO, SOARES, ALVES, 2018, P. 91).

Os cotidianos escolares praticados ultrapassam o domínio do currículo prescritivo, isto é, das imposições deterministas. O cotidiano, os currículos, são marcados pelos desvios das práticas, a escola é plural, diversa, dinâmica, onde o controle total dessas instituições é impossível, os desvios estão sendo constantemente produzidos, não há domínio total, fugas, fossos, fissuras e bricolagens estão sendo produzidas. O padrão se estabelece, relações de poder são produzidas corriqueiramente na construção desses cotidianos, gerando desiguais engendrados nessas relações de poder, inferiorizados em diferentes práticas como as do preconceito, do xingamento, do isolamento etc. Entretanto, este projeto se coloca na contramão dessas normatividades, propondo/sendo tática, fuga, escape, resistência. Principalmente em tempos de “escola sem partido”, combate a “ideologia de gênero” e a proliferação de discursos machistas, racistas, homofóbicos. Assim, em termos técnicos, notamos inumeráveis transformações no cotidiano escolar a partir dessas discussões, dentre elas, uma maior força de estudantes e professores para o enfrentamento de práticas discriminatórias.

Por fim, acreditamos que esse projeto foi um importante espaço para problematização, reflexão e construção de saberes outros, que podem permitir pensar numa sociedade mais justa, igualitária e democrática onde cada um seja respeitado em sua plural diferença.



Referências bibliográficas

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do 'sexo'*. In: LOURO, Guacira. L. *O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte, Autêntica, 2013.

_____ *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano – 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____ *A cultura no plural*. Campinas, SP: Papiros, 1995.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Sobrevivência dos vaga-lumes*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

FERRAÇO, Carlos Eduardo. SOARES, Maria da Conceição Silva. ALVEZ, Nilda. Michel de Certeau e as pesquisas nos/dos/com os cotidianos em educação. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2011

_____ *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____ *Em Defesa da Sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976) São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LAURETIS, Teresa de. *A tecnologia do gênero*. In: HOLANDA, Heloisa Buarque. *Tendências e impasses*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994

LOURO, Guacira Lopes. *O Corpo Educado. Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte, Autêntica, 2013.

PARAÍSO, Marlucy Alves. *Fazer do caos uma estrela dançarina no currículo: invenção política com gênero e sexualidade em tempos do slogan "ideologia de gênero"*. In: PARAÍSO, Marlucy Alves e SILVA, Maria Carolina de. *Pesquisas sobre currículos, gêneros e sexualidades*. Belo Horizonte: Mazza Edições. 2018.

PUGA, Vera Lucia. *Útero e Loucura: medicina e moralidade. Anos 1942-1959*. In: CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco e MACHADO, Maria Clara Tomaz (orgs.). *História: narrativas plurais, múltiplas linguagens*. Uberlândia, EDUFU, 2005.



DA “CARA”¹ AO MATCH²: OS PERCURSOS DIGITAIS DE “PEGAÇÃO” GAY NO TINDER³

Fabício de Sousa Sampaio⁴

RESUMO

Na sociedade digital, as tecnologias móveis modificam e fazem a mediação dos processos de paquera e “pegação”⁵ entre os sujeitos conectados. Os aplicativos, por exemplo, são acionados como ferramentas para otimizar a busca por parceiros amorosos e/ou sexuais. Este artigo objetiva analisar os percursos digitais engendrados por homens durante os processos de “pegação” no aplicativo Tinder, bem como as marcas sociais que os atravessam. As reflexões preliminares que constituem esse artigo tiveram a colaboração de dezesseis sobralenses que participaram de entrevistas abertas entre os anos de 2015 e 2016.

Palavras-chave: Tinder, “pegação”, performatividades de gênero, homossexualidade masculina, aplicativos.

INTRODUÇÃO

Os percursos digitais dos sujeitos conectados podem constituir um campo de investigação ou ferramenta analítica que permite refletir sobre: as novas maneiras de se relacionar afetiva ou sexualmente; a formação de subjetividades novas; e as identidades políticas que são provocadas pela comunicação mediada (PELÚCIO, 2016, p. 314). As tecnologias da comunicação não apenas alteraram o vocabulário afetivo/romântico como também a maneira como paqueramos e desejamos (Ibid., p. 330).

Uma das categorias analíticas que ajudam na compreensão dessa alteração vocabular

¹ Durante as entrevistas, os colaboradores Dracon e João reclamaram dos usuários do Tinder por exporem, na maioria das vezes, fotos apenas com a “cara”, sinônimo para rosto de acordo com seus relatos. Para eles, somente os rostos eram exibidos e dificilmente, em suas buscas, verificavam perfis com fotos que representavam o corpo inteiro do usuário. Esta regularidade exigia que, durante as buscas fosse necessário, visualizar o perfil fotográfico dos usuários, pois a foto de capa do perfil era apenas da “cara”.

² Termo disposto no aplicativo Tinder que significa combinação de perfis ou mútuo interesse: situação em que ambos os usuários deram *like* um no outro.

³ Versões preliminares desta pesquisa foram apresentadas e publicadas nos seguintes eventos: V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades em 2017 cujo link para acesso é:

http://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/trabalhos/TRABALHO_EV072_MD1_SA36_ID224_1906_2017161900.pdf; e no 3º Desfazendo Gênero em 2017 cujo link de acesso é:

https://drive.google.com/file/d/15uRKDmkVjiBPZiZjAHJ4_YPQL5a7wiYA/view.

⁴ Doutor em Ciências Sociais pela UFRN. Professor de Sociologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão –IFMA- Campus Araiões. E-mail: farcosousa@yahoo.com.br.

⁵ Este termo brasileiro se refere ao *cruising*: “prática espacial erotizada e erotizante de praças, parques, locais desertos na cidade que se tornam pontos para encontros fortuitos, busca de parceiros e amores entre sujeitos, do sexo masculino” (GADELHA, 2015, p. 65).



são as mídias digitais⁶. Em processo de disseminação no Brasil, estas mídias transformaram as formas de se comunicar das pessoas e as relações sociais. A sua utilização engendrou o protagonismo individual, a articulação das diferenças pessoais como elementos para efetivação de contatos e socialização, e a utilização de critérios particulares de seletividade em relação a essa efetivação (MISKOLCI, 2012, p. 13). Este último aspecto se vincula diretamente aos achados preliminares desta pesquisa em andamento: a paquera e a “pegação” é marcada por eixos sociais que permeiam a seletividade dos parceiros.

A “conectividade perpétua” (CASTELLS, 2011) via celulares – incorporados como uma prótese móvel aos corpos humanos – e a intensa publicação de *selfies*⁷ constituem as peculiaridades da era contemporânea digital. A disseminação da internet e a intensificação das relações sociais mediadas por plataformas digitais não enclausurou ou diminuiu as formas de sociabilidades. Ao contrário, as mídias digitais permitiram a criação e o compartilhamento de conteúdos numa espécie de “contínuo on-offline” que marca a “sociedade digital” (MISKOLCI, 2016, p. 277). O termo digital caracteriza o mundo social hodierno marcado pela conexão através das tecnologias digitais (Op., Cit). Atualmente, as mídias digitais também estão se tornando interfaces de debate, conscientização e organização de manifestações que se iniciam na virtualidade e ganham as ruas no mundo inteiro. Estas mídias promovem uma maior quantidade de contatos entre os indivíduos cujos interesses podem ser diversos.

A discussão sobre a utilização das plataformas digitais com a intencionalidade amorosa e/ou sexual permeia este artigo que objetiva refletir sobre um dos desdobramentos da pesquisa de doutoramento, concluída no início de 2017, sobre a paquera no Facebook. Durante essa investigação social, os colaboradores destacaram os aplicativos como um contexto cultural mais efetivo para as suas buscas por parceiros amorosos e/ou sexuais. O aplicativo Tinder foi o mais citado pelos entrevistados despertando assim o interesse científico de problematizar os percursos digitais dos homens em suas paqueras e “pegações” neste app⁸.

A título de diferenciação, o termo paquera será utilizado durante as discussões em referência ao processo de busca amorosa nos mais diversos contextos culturais ou como o conjunto de atos e gestos que objetivam demonstrar interesse amoroso ou sexual por alguém.

⁶Mídias digitais envolvem o suporte material, as redes de acesso à internet, os conteúdos gerados nas outras mídias e as plataformas online (MISKOLCI, 2016, p. 282-3).

⁷Para Miskolci, a *selfie* nos remete à experiência de conectividade via mídias digitais que “induz seus usuários a apresentarem-se ao seu público segundo os padrões de beleza hegemônicos” (MISKOLCI, 2016, p. 284).

⁸Abreviação êmica para aplicativo utilizado pelos entrevistados.

O termo “pegação” será adotado para contemplar tanto a fase final do processo de paquera quanto à busca sexual por parceiros nos contextos *on-offline*.

METODOLOGIA

A identificação dos percursos digitais de “pegação” no Tinder – bem como as marcações sociais das buscas por parceiros neste aplicativo – foram possíveis a partir da análise das entrevistas abertas realizadas com dezesseis homens sobralenses durante a pesquisa de doutorado realizada no período de 2013 a 2016. Estes colaboradores, para manter o anonimato, foram identificados aleatoriamente com os seguintes nomes: Neto, Ricardo, Luís, Elano, Gil, Dracon, Beto, João, Carlos, Romeu, Perseu, Alisson, Bruno, Daniel, Fábio e Paulo. De forma geral, estes jovens eram residentes na cidade de Sobral, estudantes universitários pertencentes à classe trabalhadora e enquadrados na faixa etária de 19 a 30 anos de idade.

Para atingir os objetivos elencados acima, uma etnografia virtual foi iniciada no final de 2016. A princípio, construí meu perfil no aplicativo, que está vinculado ao Facebook, para participar das sociabilidades cujo primeiro imperativo era “curtir” ou “não curtir” os perfis disponíveis na plataforma. Nesta fase incipiente da etnografia – cujo objetivo era analisar as “narrativas de si” (COUTO, 2014) dos sujeitos e as imagens vinculadas – a atitude empregada era “curtir” todos os perfis. Como resultado, obtive muitas combinações. Em outro momento, realizarei análises que contemplem essas interações do *match*.

As interpretações engendradas neste artigo são resultado tanto desta primeira fase da etnografia virtual quanto da análise das entrevistas abertas realizadas principalmente nos anos de 2015 a 2016. Uma breve caracterização das buscas digitais por parceiros amorosos e/ou sexuais constitui o foco do primeiro momento do artigo. A segunda seção objetiva discutir os percursos digitais dos colaboradores sobralenses nas suas buscas no aplicativo Tinder, bem como os marcadores ou eixos que atravessaram esta “pegação” digital.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os aplicativos permitem via portabilidade a conectividade perpétua e fideliza cada vez mais os sujeitos em seus smartphones. Eles vêm ocupando espaço significativo no “mercado

competitivo dos afetos” (PELÚCIO, 2015, p. 84). A portabilidade e a conectividade permitem uma espécie de “paquera ou “pegação” contínua”, ou seja, em todos os momentos do cotidiano dos usuários conectados: ideia também ratificada nas pesquisas de Miskolci (2016) e Pelucio (2015).

Se o *cruising* ou “pegação” off-line era caracterizado por uma busca por parceiros sexuais sem a definição do caminho ou destino (MISKOLCI, 2016), na “pegação” digital através de aplicativos reconhecidamente gays, o acaso e a experimentação são substituídos pela eficácia e a abundância de possíveis parceiros nestas mídias. Em outros termos, os aplicativos racionalizam a “pegação” ou *fast foda* (Ibid., p. 6) a partir de critérios de seletividade que objetivam afastar as incertezas e as ineficiências que caracterizava a “pegação” “off-line”. É a possibilidade de selecionar os alvos de paquera/ “pegação” a priori que constitui uma das principais características do uso dos aplicativos e que o afasta do *cruising* antigo (MISKOLCI, 2016). Nos aplicativos, os usuários encontram “uma economia da abundância que induz à escolha do mais ‘bonito’ ou ‘interessante’, mesmo para um encontro sexual fortuito, de forma que a geolocalização apenas adiciona o critério da proximidade na seleção” (Ibid., p. 24).

Os aplicativos de paquera/ “pegação” analisados como “oásis” facilitam os engajamentos amorosos e/ou sexuais minimizando os desconfortos, as incompatibilidades e tornando as buscas mais objetivas e satisfatórias. Nas sociabilidades “oásis”, a pedagogia do esforço torna-se obsoleta e é substituída por uma pedagogia da vida festeira, prazerosa e de gozos ininterruptos, onde o antigo dualismo entre dores e alegrias se mostra superado por estados artificiais de continuada felicidade (COUTO, 2012, p.169).

Estes aplicativos auxiliados pela tecnologia de geolocalização possibilitam identificar os usuários mais próximos. Essa prática é tributária das novas gerações, que “chegam a considerar a paquera face a face rude e associam-na a homens mais velhos, os quais não saberiam ‘quebrar o gelo’ antes por meio de uma mensagem em um dos aplicativos” (MISKOLCI, 2015, p. 22). O colaborador Neto de vinte anos de idade que se autoidentifica como negro e gay da periferia destaca a sua preferência pelas buscas nos “apps” em contraposição à paquera de rua:

Então esses aplicativos facilitam muito a minha vida. Tipo eu estou no tinder e aí do nada aparece uma pessoa que gostou da minha foto e quer conversar comigo. Então a gente conversa e qualquer coisa a gente marca de sair. Já outra coisa, totalmente diferente se você sai na rua sem conhecer ninguém e querendo conhecer alguém e não consegue conhecer. De você está usando um aplicativo e você está com uma pessoa lá e ela pessoa dizer que quer conhecer,

(83) 3322.3222

contato@desfazendogenero.com.br
www.desfazendogenero.com.br

sair, ela quer conhecer você, ela quer sair com você... É um facilitador (Neto/2015)⁹.

Além de uma seletividade geolocalizada, as mídias digitais – e os aplicativos, principalmente – estimulam uma “nova ética romântica” de estímulo ao prazer, à aventura e à busca por relações fluidas (PELÚCIO, 2015, p. 86) que está vinculada à “economia da abundância” (ILLOUZ, 2011). A existência dessa economia justifica a incessante atitude de descartar os perfis e/ou os corpos digitais que não importam, ou não se enquadram, a determinados critérios elencados a priori naquele determinado momento pelos usuários durante as suas buscas.

Um “novo ethos emocional” calcado na precarização das relações duradouras, no individualismo e na competitividade, conforma um “mercado afetivo” que rege as buscas no *online* (PELÚCIO, 2016, p. 315). Dito de outra maneira, as mídias digitais permitem construir redes de relacionamento atravessadas por critérios de seletividade dentro de um mercado amoroso e sexual (MISKOLCI, 2016).

Ao invés de facilitar relações amorosas e sexuais diversificadas, as seleções engendradas nas buscas tendem a higienizar o *fast foda* (MISKOLCI, 2016) ou a “pegação” digital. A aparente abundância que permeia os aplicativos é atravessada por este mercado amoroso que engendra uma competição para os usuários se apresentarem e se constituírem como desejáveis (MISKOLCI, 2016, p. 25). Por essa razão, a maioria experimenta diversas formas de rejeição e discriminação (Op., Cit). A desejabilidade que os usuários buscam expressar no *online* é regida por um regime social de visibilidade.

Miskolci (2015, p. 133) considera a visibilidade como uma forma de controle social permeada por relações de poder e balizada por regimes de representação que disponibilizam um vocabulário sobre o qual nosso olhar atribuirá significados às imagens que vemos. Assim, as imagens que são postadas e visibilizadas nas mídias sociais e aplicativos, são produzidas e consumidas por um regime de visibilidade que hierarquiza e/ou subalterniza determinadas configurações corporais, a partir de modelos midiáticos que atuam na subjetivação e classificação dos perfis nas plataformas específicas. Em outros termos, os “apps” e as mídias digitais “são espaços comerciais em que seus usuários são bombardeados por imagens e modelos midiáticos que trazem consigo padrões corporais, formas de subjetivação e até mesmo uma crescente segmentação erótica” (MISKOLCI, 2015, p. 140). Estes modelos e segmentações atravessam as práticas de diferenciação dos usuários na competição *online* dos

⁹Utilizo esta formatação para identificar os colaboradores e o ano de realização da entrevista para se diferenciar da formatação para autor, obra e ano da ABNT.

afetos. Nesta ambiência, através da criatividade textual ou das convencionalidades corporais, os usuários buscam se tornarem mais desejáveis ou obterem mais admiradores (PELÚCIO, 2016, p. 313).

Se o processo de busca por parceiros segue as regras do mercado, para se destacar, os usuários precisam construir eficientemente o perfil psicológico e fotográfico os quais são regulados pela exigência de enquadramento aos padrões de beleza, atividade física e pela capacidade de se distinguir no interior dessas convenções sociais (ILLOUZ, 2011, p. 119).

O perfil é um questionário que ajuda a singularizar os usuários na infinidade de parceiros disponíveis na internet (ILLOUZ, 2011). Nos sites de relacionamento amoroso e sexual especializados, a pessoa é “simultaneamente solicitada a se descrever de forma objetiva e a evocar e refinar, na fantasia, os seus ideais (de amor, parceiro e estilo de vida)” (Ibid., p. 112). Por essa razão, se torna crucial, na seleção dos parceiros sexuais ou até de possíveis amigos, a análise de todas as atividades e conteúdos das páginas dos usuários.

Miskolci (2015) reitera que a maioria dos usuários dos aplicativos em suas buscas por parceiros amorosos e sexuais se “apresentam em poses que remetem ao universo midiático da propaganda, do cinema e da televisão”. Muitos performatizam imagens de sites voltados ao público gay (Ibid., p.132). Assim, a atratividade dos usuários nas mídias digitais é controlada pelos imperativos de que os usuários devem se transformar em “astros da vida cotidiana” ou “protagonistas de suas próprias vidas” (Op. Cit.).

Na busca por parceiros nos aplicativos, o corpo ganha centralidade e é construído e apresentado para o sexo (MISKOLCI, 2015, p. 141). Esta centralidade se deve ao fato de que a imagem representa a sua expressividade corporal (MISKOLCI, 2016). Para obter prestígio e status no contínuo *on/off-line*, os usuários engendram um trabalho constante com as suas imagens (MISKOLCI, 2016, p. 285). Nas mídias digitais dificilmente há um reconhecimento da simpatia, humor e personalidade que ocorre nas interações *off-line* (MISKOLCI, 2016). Este corpo melhorado pelos “bistoris de softwares” (SIBILIA, 2006.), aproxima-se do ideal estético musculoso e performático heterossexual. Os apps são utilizados para buscar, na maioria das vezes, sexo rápido:

Muitas das vezes, é mais para aventuras. No caso mais de contato realmente de sexo. A maioria, dos que eu conheço, a maioria é só para isso. Não tem, assim, para manter uma amizade. [...] A maioria dos que eu conheço, não estou generalizando, estou falando dos casos que eu tenho conhecimento (Dracon/2016).

A maioria é uma maneira fácil de você encontrar sexo. Em resumo, é isso, os aplicativos se resumem a isso. É uma maneira fácil de você encontrar sexo. As pessoas querem relacionamento sério, eles não vão atrás em aplicativo. Quem

(83) 3322.3222

contato@desfazendogenero.com.br
www.desfazendogenero.com.br

quer sexo, vai. Quem quer uma transa, hoje, amanhã não, depois sim, procura lá (Luís/2015).

Este corpo – objeto de paquera e/ou “pegação” digital – é resultado de um programa ajustável aos ideais estéticos dominantes, construído com auxílio da imaginação. Esse processo é desencadeado por dois textos – a foto e o perfil – e “por um conhecimento do outro que é verbal e racional, isto é, baseado em categorias e cognições, não nos sentidos” (ILLUOZ, 2011, p. 148). Há a construção de projeções das pessoas em que as fotos são elementos cruciais para materializações dos corpos:

Uma foto, ela não vai simplesmente só, designar o que a pessoa é, mas se for para fins sexuais, o que vai valer é só o físico. Então! se essa for a intenção, eles são muito úteis, como é que se diz, eles são muito úteis, eu acho que elas são muito úteis. Porque você não precisa mais ir lá no bate-papo da Uol e passar quinhentos anos para poder entrar e, ter todo aquele desenrolar... (Gil/2016).

Este estilo de imaginação no *online* “descorporifica os contatos, transforma-os em puros fatos psicológicos e textualiza a subjetividade” (Ibid., p. 138). E, diferentemente, da imaginação romântica calcada no corpo e na ordem do sentir, a imaginação da internet é baseada na ordem do conhecer em que fantasiar e buscar alguém tem como referência uma lista de atributos abstratos e incorpóreos que se supõe corresponder ao ideal desejado pelo indivíduo (ILLUOZ, 2011). Em outros termos, a atração sexual digital emerge não mais de uma percepção corporal física – como ocorre nos encontros face a face elucidados por Illouz (2011). As pessoas se atraem por um corpo em performance digital materializado através de imagens, frases, gírias confirmatórias e indícios que representem os gostos, as preferências e as opiniões dos usuários.

Outro fator característico das buscas nos aplicativos é a rapidez, que está envolvida numa impressão de eficiência (MISKOLCI, 2016, p. 287). A possibilidade do encontro imediato e sem esforço está vinculada à possibilidade geolocalizada do encontro de pessoas por afinidades: “as pessoas que são como você [...]” (ILLUOZ, 2016, p. 306).

E aí, esses aplicativos já facilitam o caminho, você já tem a pessoa que está perto de você, que gosta das mesmas coisas que você, que você já vê a pessoa. E aí que era o que acontecia muito né, nesse bate-papo da Uol, as pessoas elas não viam as outras pessoas ou quando viam eram outra pessoa, que não era a pessoa mesmo realmente. Mas eu acho que, se a finalidade for para isso, eu acho que eles são muito úteis (Gil/2016).

Pois é, como esse aplicativo, ele é mais direcionado a interesses em comuns: que é a sexo, relacionamento gay mesmo[risos], então é bem mais fácil, você perguntar certas coisas, bem mais fácil. Entende! Com certeza, até porque todo mundo está ali com o mesmo interesse, então fica mais fácil. Do que tipo no Facebook, você chegar numa pessoa que você está afim e você chegar e perguntar para pessoa, ‘e aí tem local, dá para rolar hoje?...’. A pessoa não vai

fazer isso no Facebook. Já nesses aplicativos, acontece isso com mais frequência. Isso é mais natural pelo aplicativo (Carlos/2016).

O relato do colaborador Gil tanto explicita as utilidades dos aplicativos como também ressalta a vantagem da busca através dos apps em relação à busca em bate-papo de salas temáticas do portal Uol. Para Gil, a busca nessas salas é cansativa e arriscada porque muitas vezes a exibição da “cara” é uma atividade bastante negociada e demorada. No Tinder, a “cara” já está exposta na maioria dos perfis e, conforme os relatos, a visualização desta “cara” – que consiste em uma das primeiras ações durante as buscas – ajuda no descarte ou curtidas dos perfis disponíveis na plataforma.

Mas existem os aplicativos, o tinder. Acho que o tinder você mostra a sua cara, e assim, os colegas meus, amigas, amigos, é, fazem suas paqueras, pelo tinder. Eu, nossa gente, a cara da pessoa fica aqui!. Você vem e fala assim, ‘ai quero, não quero, quero, não quero’, é assim. Você dá um coracozinho verde [...] (João/2016).

De forma sintética, as buscas digitais por parceiros são marcadas pela existência de uma economia da abundância que se vincula a um mercado afetivo e sexual onde os usuários estão imersos numa competição para se tornarem mais visíveis e/ou desejáveis. Estas buscas são atravessadas pela seletividade geolocalizada e pela constituição de relações fluidas e direcionadas na maioria das vezes para a “pegação”. Na próxima seção, a discussão focalizará os percursos digitais de “pegação” no aplicativo Tinder e suas marcações sociais.

O aplicativo Tinder foi lançado em outubro de 2012 nos Estados Unidos. Ele foi criado por Mateen, Sean Rad, Jonathan Badeen e Christopher Gulczynski – alunos da Universidade do Sul da Califórnia (EUA) –, e apenas chegou ao Brasil em 2013 (TAGIAROLI, 2014).

A dinâmica do aplicativo Tinder é parecida com um jogo (PELÚCIO, 2015, p. 81). Para iniciar o jogo da “pegação” digital, o usuário precisa criar um perfil e depois escolher três filtros básicos de seletividade na busca por parceiros: a distância entre o seu perfil e os outros da plataforma – estipulada no máximo até 159 km; o gênero¹⁰ - homens, mulheres ou trans; e a faixa etária – de 18 anos em diante. A “caçada” digital é marcada por cinco funcionalidades: o *like*, o *pass*, o “superlike”, o *boost* e a função atualizar¹¹. O *like* ou “curtir”

¹⁰ O aplicativo liberou recentemente outras opções de gênero nos países da Espanha, França, Alemanha e EUA. É possível escolha entre transgênero, trans homem ou trans mulher, além do homem e mulher. Fonte: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/tinder-libera-opcoes-de-genero-a-transgeneros-na-europa.ghtml> . Acesso: 04/08/2017.

¹¹ Função “voltar” a exposição dos perfis na plataforma. Esta função pertence à versão paga – o “Tinder plus”. Além desta função, a versão paga do Tinder disponibiliza: curtidas ilimitadas; o *boost* ou “fure a fila para conseguir mais *matches*”; definição de idade e distância; “escolha quem vê você” – seu perfil apenas é mostrado para quem curtiu; “deslize mundo afora”; cinco “superlikes” gratuitos diariamente; e a função que desliga os anúncios. Os trechos entre aspas foram retirados das páginas de apresentação do aplicativo.

– simbolizado pelo coração na cor verde – é acionado para perfis que os usuários se interessam. E o *pass* – simbolizado pela letra x na cor vermelha – é acionado para descartar os perfis. O “superlike” é representado por uma estrela azul e enfatiza o *like* incisivo dirigido a determinado perfil. O colaborador Luís de vinte e cinco anos e se posiciona como gay, resume a “pegação” no Tinder da seguinte maneira:

Aí aparece a foto, e se você pode apertar um coração ou um x. Se apertar um coração, é que você gostou da pessoa aí aparece a foto. A sua foto no aplicativo da pessoa. Se ela apertar o coração, aí vai vocês dois para uma sala reservada para conversar (Luís/2015).

Um dos principais atrativos do Tinder é a integração com o Facebook e o Instagram¹². No ato de criação do perfil, o aplicativo migra algumas informações destas redes sociais, inclusive fotos que podem ser expostas. O Tinder escolhe aleatoriamente quatro fotos do Facebook e o usuário pode adicionar mais duas. Além do nome e da idade, a plataforma disponibiliza quinhentas palavras que devem ser utilizadas para a construção das “narrativas de si” (COUTO, 2014). O usuário também pode informar o seu gênero, escolaridade, músicas, artistas preferidos e o emprego atual.

O perfil do Tinder exposto no mundo digital é constituído basicamente pelas fotos de apresentação, nome, idade, localização geográfica, contatos em comum – relacionados ao Facebook – e fotos do Instagram. Na versão gratuita, o usuário tem o limite de cem “likes” e um “superlike”¹³. Na versão paga, “tinder plus”, o aplicativo disponibiliza os recursos: ocultar ou não a distância e a idade; curtidas ilimitadas; o *boost*¹⁴ [fure a fila] – o perfil é disposto no topo em relação aos outros perfis da área geográfica em que ele se localiza no período de trinta minutos.

Após a construção do perfil no aplicativo, os usuários começam o jogo através do “ritual do esquadramento”¹⁵ dos outros perfis para dar um *like* ou descartá-los. Neste ritual, os usuários visualizam e analisam repetidamente de maneira estereotipada os perfis disponíveis na plataforma. Vale ressaltar que o esquadramento atravessava todo o processo de “pegação” digital.

¹²Este aplicativo surgiu em 2010 e recentemente, em 2012, foi comprado pela empresa Facebook. O Instagram permite a captura e compartilhamento instantâneo de fotos, como também pode ser utilizado como rede social, disponibilizando recursos para troca de arquivos e construção de uma rede de contatos.

¹³Depois de ultrapassado o limite de um “superlike” e cem *likes*, o aplicativo na versão gratuita somente disponibiliza continuar no jogo da “pegação” digital após doze horas.

¹⁴ Simbolizado por um raio na cor violeta, cada *boost* custa 3,99 dólares. O Tinder disponibiliza pacotes de 1, 5 ou 10 *boosts*. Versão do aplicativo etnografada: 7.3.1.

¹⁵ Denomino ritual de esquadramento o processo de avaliação/julgamento/atribuição performática integrante dos processos de paquera e/ou “pegação” nos diversos contextos culturais a partir de critérios de seletividade marcadamente socioculturais.

Esse ritual implica os atos seletivos de corpos dentro do atual mercado amoroso e sexual onde as mídias digitais constituem os meios para facilitar ou criar redes de relações selecionadas (PELÚCIO, 2015). Na vida líquida, as mídias digitais parecem intensificar “relações de bolso” (BAUMAN, 2004) instantâneas, descartáveis e sem compromisso.

Esse tipo de busca amorosa e/ou sexual rápida também transforma os encontros e as paqueras mais descartáveis. Ao eliminar os intermediários, o Tinder era mais preciso e econômico, nos termos da maioria dos colaboradores, pois a busca pode ser realizada em qualquer lugar e momento e dispensa a deriva no chamado “meio gay”¹⁶ para paquerar/“pegar”.

De acordo com os relatos, nos aplicativos de “pegação”, o que se esquadrinha é a beleza física: “para pegação basta o interesse na beleza exterior. Mas para algo mais sério eu analiso outros fatores. Por exemplo, se a pessoa é fiel, se não é falada, se gosta de mim também [...]” (Elano/2016). Esta beleza é analisada e construída pela análise das fotos que constituem os perfis.

As características que o colaborador Elano ressalta para se construir “algo mais sério” também são esquadrinhadas pela análise das fotos e durante o bate-papo. Para ele, dependendo dos lugares e das pessoas em que determinado usuário se posiciona nas fotos, é possível determinar se ele pode levar uma relação amorosa a sério. Quando solicitei para dar exemplos dessa correlação, Elano destacou que uma pessoa que posta muitas fotos em baladas e com muitos amigos quase todos os finais de semana, provavelmente não gostará de manter relações duradouras.

A expectativa de que os perfis construídos tenham valores – reconhecidos no mercado da paquera, do sexo e das sociabilidades virtuais no geral – promove uma competição intensa na rede representada pela incessante publicação e melhoria nos perfis, isto é, dos corpos digitais. No processo de descrição de si mesmo, os indivíduos se baseiam e obedecem às convenções culturais que estabelecem os corpos desejáveis (ILLOUZ, 2011).

Esta competição digital é atravessada pelo imperativo da hipervisibilidade cujo acesso à internet pode ser uma armadilha, pois é contextual, regida por “relações do poder” e ocorre “sem nosso controle” (MISKOLCI, 2015, p.137). Esta hipervisibilidade, no contexto da busca nos aplicativos pode ser conferida tanto aos corpos mais desejáveis quanto aos considerados inferiores ou menos atrativos. Aos primeiros, a visibilidade ratifica dispositivos corporais sobre os quais os corpos para serem desejados ou valorizados precisam se engajar tais como o

¹⁶Circuito comercial de entretenimento e paquera homossexual – como uma fase posterior ao “gueto” (MISKOLCI, 2013, p. 302).

padrão *fitness*, a performance hetero e o “bistori efeminofóbico”¹⁷. Aos últimos, a visibilidade midiática pode representar uma maneira de destacar as performances e as estéticas que não são valorizadas, ou seja, constituir um grupo de sujeitos-corpo que sirva de referencia para manter o reconhecimento dos corpos desejáveis.

Uma das particularidades do Tinder é a possibilidade de paquerar/esquadrinhar os perfis de certa maneira no anonimato, embora que a publicização do perfil pessoal na plataforma possa representar o interesse amoroso e/ou sexual de encontrar algum/alguma parceiro (a). O usuário curte os perfis masculinos, de certa maneira em segredo para os outros usuários da plataforma, e assim pode manter sua homossexualidade numa espécie de armário temporário que será compartilhado com outro usuário quando houver a combinação. Neste ínterim, a interação após a combinação, instauraria uma espécie de “armário para dois” em relação aos outros usuários que pertencem à plataforma.

Este aplicativo, por não ser exclusivamente gay, parece contemplar muitos usuários que preferem engendrar redes relacionais amorosas e sexuais entre homens não publicizáveis. Não por acaso, após as combinações, muitos colaboradores relataram preferir perguntar se determinado usuário “curte homens”, por questão de segurança. Em contextos sociais onde a homossexualidade ainda é um atributo negativo (MISKOLCI, 2016), a negociação da visibilidade se torna crucial também nas sociabilidades digitais por questões de maior vulnerabilidade que os sujeitos homossexuais possuem.

Os aplicativos, neste sentido, podem se configurar em um “gueto digital” e facilitar os *fast fudas* seguros e talvez a constituição de relacionamentos mais duradouros, que no caso dos contatos iniciados em aplicativos de “pegação”, foi considerada quase impossível de acordo com os colaboradores.

A construção de perfis nos aplicativos ou sites para relacionamentos é marcada por um processo racionalizado de mobilizar esforço de sintetização e comodização de si (PELÚCIO, 2016, p. 311). Esta autora ressalta que nos encontros amorosos e sexuais dos sites e aplicativos móveis há uma segmentação por idades, interesses, orientação sexual, classe, filiação religiosa (PELÚCIO, 2015, p.87). No tinder, a segmentação ou os eixos sobre os

¹⁷Este termo tenta abarcar os processos tecnológicos relacionados à manipulação das imagens postadas nas mídias digitais cuja preocupação é neutralizar traços, posturas ou informações que representem um determinado “afeminamento”. A “efeminofobia”, medo ou pavor de se efeminar, parece se constituir num sustentáculo da heteronormatividade nas relações homossexuais masculinas. Richardson (2009) sublinha que esse termo foi utilizado primeiramente por Eve Sedgwick (1993). Uma das razões apontadas para se compreender a efeminofobia é a longa tradição de gênero e sexualidade que reitera a correlação de que homens e mulheres que desejam homens devem ser femininos/as e aqueles/as que desejam mulheres devem ser masculinos/as (SEGDWICK, 1993).

quais os colaboradores engendravam seus esquadrinhamentos era a idade, o sexo, a performance de gênero inteligível digital, o padrão *fitness*¹⁸ e a proximidade. A seletividade geolocalizada – sinônimo para proximidade – era um elemento esquadrinhado na “pegação” para facilitar os encontros e as paqueras mais descartáveis.

A busca no Tinder – guiada pela lucratividade e benefícios amorosos e/ou sexuais – ao invés de prejuízos, desconfortos e insatisfações – orientava os processos de “pegação” analisados por uma nova ética de flerte, “catação” ou do amor: as buscas eram dirigidas para as aventuras e relações mais fluidas (PELÚCIO, 2015, p. 86).

A partir dos depoimentos e das incursões realizadas no Tinder permitiram afirmar que na paquera e/ou “pegação” os corpos eram sexuados, generificados e que buscavam outros corpos sexuados/generificados, ambos marcados socialmente pela heteronormatividade e pelos padrões estéticos de beleza dominantes.

O principal marcador social que atravessava a “pegação” digital do Tinder entre os homens eram as performances digitais de gênero inteligíveis¹⁹ que sustentavam, na sua versão binária, a heteronormatividade. Os colaboradores ressaltavam que, durante o esquadrinhamento dos perfis, tinham preferência pelos perfis másculos em detrimento dos perfis “rasgados”²⁰. Este último termo se relacionava aos perfis que facilmente se identificava através das fotos, os trejeitos dos usuários gays. Parece que a ideia que permeava esta consideração era a de que, em algumas fotos, era possível visualizar a homossexualidade ou “afeminamento” de determinados usuários. E como o perfil era publicizado na internet, o “afeminamento” deste usuário se encontrava “rasgado” no *online*.

Nas buscas analisadas, a dimensão corporal era sobressaltada através da troca de fotos. Os colaboradores ratificaram que, nos aplicativos de “pegação”, a exposição dos corpos parecia ser esquadrinhada por critérios estéticos corporais relacionados ao ideal de corpo malhado, liso e cujas poses nas fotos atestassem a masculinidade heterossexual. A beleza

¹⁸A disseminação da expressão *fitness* designando “não apenas a aquisição de uma capacidade orgânica, mas a adesão a uma ideia, um estilo, um jeito de ser e de se comportar” (GOELLNER, SILVA, 2012, p. 200). Na sociedade do culto ao corpo e do hiperconsumo, este termo vem sendo utilizado para justificar sentidos e valores a diversos serviços e mercadorias. Neste artigo, a expressão padrão *fitness* pretende abarcar um estilo de vida marcado pelo culto e consumo ao corpo musculoso e/ou agenciado por dietas alimentares e realização de exercícios físicos.

¹⁹Nos termos de Butler, “gêneros inteligíveis” são aqueles que “instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (BUTLER, 2010, p. 38). As discontinuidades são produzidas pelas leis culturais para estabelecer causa ou expressão de ligação “entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a ‘expressão’ ou ‘efeito’ de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual” (Op., Cit).

²⁰Termo êmico para homens que expressavam de maneira exagerada os seus trejeitos publicamente. Nos termos dos colaboradores, o ato de se “rasgar” seria uma ação intencional de homens “afeminados” que publicamente expressavam as suas performances femininas. Esses corpos eram também identificados pelo ritual de esquadrinhamento nos perfis das redes sociais e aplicativos, principalmente pela análise das posturas em fotos.

dos perfis estava vinculada à possibilidade de atribuir uma performance máscula aos usuários e ao seu enquadramento no padrão “fitness” durante o ritual do esquadrinhamento. Em outros termos, a beleza que agenciava o interesse pela curtida em determinado perfil era de teor performático de gênero e *fit*:

Até porque assim, as pessoas vão mais por características, como eu te falei, de indícios, procurar algo ali que vai dar a característica da pessoa ser ou não ser. E vai a busca, se vê que não tem disso, não apresenta nenhuma característica, nem nos amigos em comum, nem em locais, que é mais frequentado pelo público gay. A pessoa acaba desistindo, por não ter essas características (Luís/2016).

Eu geralmente observo o perfil da pessoa que tem alguns estilos que me chamam atenção. Tipo físico, alguns me chamam atenção, másculos [...] visita o álbum da pessoa, você vai olhando as fotos [...] a gente percebe o álbum másculo: é o cara que tem a aparência de gente forte, cara de homem! [...] o que é uma cara de homem, é, sem coisas delicadas. Tem homens que postam coisas que querem ser homens sem ser, que postam coisinhas de meninazinha [risos] (Neto/2015).

Os colaboradores avaliavam os seus pretensos alvos de “pegação” digital em duas estilizações de gênero padrão que sustenta a heterossexualidade compulsória: homem e mulher, ou no caso, másculo e “rasgado” ou afeminado. O descarte dos perfis se direcionava aos perfis “rasgados” na maioria das vezes.

Até porque assim, as pessoas vão mais por características, como eu te falei, de indícios, procurar algo ali que vai dar a característica da pessoa ser ou não ser. E vai a busca, se vê que não tem disso, não apresenta nenhuma característica, nem nos amigos em comum, nem em locais, que é mais frequentado pelo público gay. A pessoa acaba desistindo, por não ter essas características (Luís/2016).

O descarte dos perfis “rasgados” ou afeminados esquadrinhados a partir de “indícios”, de acordo com o relato de Luís, vinculava-se ao padrão de sociabilidade heterossexual que dominava também os processos afetivos, amorosos e sexuais entre os homens e as homossexualidades no aplicativo observado. Por isso, justificava-se a preferência por homens “machos” na “pegação”, pois:

Se a saúde, beleza, a normalidade foram construídas- dentro da hegemonia heterossexual- como sinônimo de ser/parece hetero, não há porque estranhar a recusa insistentemente repetida ‘on-line’ com relação a homens efeminados, não malhados, em suma, supostamente reconhecíveis como gays no espaço público (MISKOLCI, 2015, p. 144).

Esta preferência por perfis másculos em detrimento dos “rasgados” ou afeminados além de reproduzir o padrão heteronormativo nas buscas digitais entre homens, também é reforçada de determinada maneira pela “efeminofobia” – aversão aos trejeitos ditos femininos nas performances masculinas. Além disso, os corpos “afeminados”, gordos ou “fora de forma” e “estilosos”²¹ eram considerados não desejáveis.

Eu acredito que, as pessoas são magras, tem um corpo mais, definido, né. Tem uma facilidade mais do que as outras de encontrar [...]. Eu estou sendo realista. As pessoas que são magras, que tem aparência mais bonita, acabam se dando melhor [...] que a pessoa tem um corpo, magro, que seja definido, que frequente uma academia, tem mais facilidade de encontrar alguém do que uma pessoa gordinha, cheinha... (Ricardo/2016).

Neste sentido, o gênero inteligível performatizado em um corpo musculoso e sarado disciplinava o olhar seletivo iniciador da “pegação”.

Dentro mesmo, entre os gays tem isso. Normalmente um que é muito masculino não fica com um afeminado, ou um afeminado não fica com outro afeminado. É, eu pelo menos eu não fico. Nunca fiquei com pessoas afeminadas [...], mas, normalmente os afeminados, pelo menos pelo que eu sei, eles não ficam com muitas pessoas não. É, em roda de amigos, por exemplo, tinha amigos que eram afeminados e tinha festa que eles não ficavam com ninguém. Enquanto os que são mais masculinos, é, chove de gente querendo ficar (Fábio/2016).

O relato do colaborador Fábio é representativo da maioria dos colaboradores que enfatizavam as suas preferências por homens másculos. Fábio tinha vinte e seis anos no momento de sua entrevista e reiterou sua preocupação com a estética corporal musculosa. Pertencente à classe trabalhadora, ele se identificava como homem másculo e sem trejeitos. Entretanto, a sua fala, talvez “efeminofóbica”, subalternizava os “afeminados” como os corpos que não eram paquerados e, por isso, “não ficam com muitas pessoas não”. Neste ínterim, vale questionar essa afirmação e pensar sobre as paquerações “afeminadas” focalizando nos percursos digitais de usuários que não se encaixam no padrão másculo e/ou *fitness*. Será que eles não são paquerados e não ficam com ninguém? Ou melhor, seus percursos digitais são diferentes daqueles elucidados aqui neste artigo – marcados pela heteronormatividade, “efeminofobia” e padrão *fitness*? Se forem diferentes, quais seriam os outros marcadores destas buscas afeminadas? Esses questionamentos constituem exímios problemas de pesquisas futuras para se compreender as buscas amorosas e/ou sexuais entre homens na sua diversidade.

²¹ Este termo se referia na fala de Neto aos perfis que possuíam imagens de homens com cabelos “um cabelo muito bem desenhado, e uma roupa muito acochada e, uns estilos de roupa bem extravagante, ne, porque os gays usam muito isso”. A identificação do gay nas imagens se realizava sob os critérios estéticos relacionados ao tipo de corte de cabelo e vestimentas.

A marcação social “efeminofóbica” da “pegação” digital no Tinder parece estar vinculada ao novo “regime de visibilidade da discrição” que busca a conformidade de gênero e oculta as dissidências, no caso a homossexualidade com performance “rasgada”, para evitar a reprovação e a retaliação social (MISKOLCI, 2015, p. 145). Ao discorrer sobre este novo regime, Miskolci problematiza o armário como categoria de opressão aos sujeitos em relação às suas homossexualidades e o espaço público. Estas sexualidades devem ser pensadas no contexto em que os sujeitos negociam a visibilidade dos desejos homossexuais para evitar, violências, sanções morais e formas de discriminação (Ibid., p. 146). Em outros termos, o medo de expressar digitalmente uma performance “afeminada” nos aplicativos, poderia – para além da tentativa de competição e propaganda de si para se tornar mais desejável em consonância com os valores sociais referendados – constituir uma medida de proteção contra a violência e subalternização recorrente nos contextos culturais direcionadas aos corpos dissidentes da norma heterossexual.

Os modelos corporais ou critérios de seleção dos perfis-corpo não são definidos pelos aplicativos. Eles visibilizam estes modelos, assim como permitem identificar as distintas maneiras que os usuários se relacionam com eles (MISKOLCI, 2016). O uso de aplicativos para selecionar parceiros é atravessado por critérios morais (Op., Cit), por isso se tornar um objeto das paqueradas e “caçadas” sexuais é necessário dois tipos de moralização corporal. O primeiro é relativo às práticas corporais, ou seja, à participação de um ascetismo frenético caracterizado pela busca de um corpo bom, belo e sadio, resultado da musculação, suplementação e dietas alimentares, além de bons hábitos de vida, legitimados pelos ramos científicos consagrados – Medicina, Nutrição, Biologia, Fisioterapia e outros. A outra moralização é do tipo midiática. No mercado das aparências do contexto “online”, os “bisturis de softwares” (SIBILIA, 2006) têm essa capacidade de produzir uma imagem bem-sucedida e eficiente como representação de um corpo perfeito e conforme as exigências do mercado seletivo da paquera e/ou “pegação”.

Outro marcador social da “pegação” no Tinder era a faixa etária. De acordo com os colaboradores, os jovens entre os dezoito a trinta anos tinham maior possibilidade de receber mais curtidas. Os perfis que possuíssem quarenta anos em diante eram descartados antes de iniciar a busca, visto que existia a possibilidade de selecionar os perfis pelo critério da geração.

O *match* simbolizava temporariamente finalizações de buscas iniciadas pelos esquadrinhamentos e praticadas pelos recursos “curtir” ou descartar. A combinação representava uma afinidade de interesses entre os perfis que se curtiam, mas não assegurava o

encontro *offline*. Alguns colaboradores disseram esperar que o usuário iniciasse a conversa partindo do pressuposto de quem iniciar demonstrava um maior interesse pelo *match*. Para outros colaboradores, o bate-papo nem sempre ocorria imediatamente após a combinação, pois, às vezes, algum dos usuários não estava *online*. Entretanto, para todos os entrevistados, o bate-papo que ocorria depois do *match* era permeado pelos mesmos esquadrinhamentos praticados na fase inicial de análise dos perfis, tais como a heteronormatividade, o padrão “fitness”, a faixa etária, a proximidade e a faixa etária.

Durante a conversa pós-combinação, perguntas confirmatórias sobre a idade, a localização geográfica definida e sobre hábitos e costumes que pudessem corroborar uma performance máscula, eram acionadas para que os usuários ratificassem suas conclusões advindas do esquadrinhamento do perfil fotográfico e psicológico.

Além disso, a conversa pós-*match* também girava em torno das preferências sexuais – geralmente no Tinder os usuários não expõem estas preferências nas suas “narrativas de si” – e poderia migrar para o aplicativo whatsapp: em muitos perfis analisados, as informações relacionadas a este aplicativo já estavam disponibilizadas publicamente, assim como o perfil do Instagram.

A paquera e/ou a “pegação” seguia determinados percursos digitais os quais eram interseccionados por marcadores sociais no âmbito da seletividade dos corpos passíveis das curtidas. Após a produção do perfil no aplicativo, os colaboradores esquadrinhavam as fotos do perfil dos participantes e às vezes enviavam saudações ou *emotions*. Se ocorresse alguma demonstração de interesse, os rituais de apresentação eram acionados. Neste ínterim, iniciava-se o bate-papo que poderia se realizar na ambiência do aplicativo ou migrar para o whatsapp “bem mais simples, depois de vistas as fotos de perfis, os interessados em alguém em especial chamam no privado e começam conhecendo-se. E lá os assuntos são diversos. E mais pessoais, naturalmente” (Romeu/2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sinteticamente, os percursos digitais da “pegação” no Tinder poderiam ser esquematizados da seguinte maneira. Inicialmente, o usuário criava um perfil no aplicativo a partir de seu perfil no Facebook. Depois, esquadrinha os perfis disponíveis na plataforma e utilizava os recursos *like* e *descarte* para selecionar ou não os usuários no mercado abundante afetivo digital. Se ocorresse a combinação, o bate-papo pode ser iniciado e migrar para outras mídias tais como o *whatsapp* e o Instagram.

As buscas no Tinder são atravessadas pelos critérios da proximidade, avaliação imagética do gênero digital, do corpo belo-malhado e da faixa etária. Durante os percursos da “pegação”, os usuários adotavam uma espécie de ritual de esquadramento dos perfis que era guiado por marcações sociais no decorrer das buscas seletivas, abundantes, eficientes, descartáveis, competitivas e individualistas.

No processo digital de “pegação” no Tinder investigado, existiam corpos que importavam para serem considerados desejáveis e corpos cuja importabilidade funcionava para construir um domínio de estilização abjeta, estigmatizada ou subalterna no mercado amoroso e sexual. O primeiro campo era constituído pelos homens másculos, musculosos, jovens e que se “passavam por hetero” (MISKOLCI, 2016). E o segundo campo era habitado por homens “afeminados” e/ou “rasgados”, gordos ou “fora de forma” e não-jovens.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Amor Líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. 3. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**: A Era da Informação - Economia, Sociedade e Cultura. São Paulo, Paz e Terra, 2011.

COLLING, Leandro. O que perdemos com os preconceitos. In: **Revista cult**: dossiê- ditadura heteronormativa, São Paulo-SP, Editora Briantine, n.202, ano 18, junho/2015, p..22-25.

COUTO, Edvaldo Souza; GOELLNER, Silvana Vilodre (orgs.). **O triunfo do corpo**: polêmicas contemporâneas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

COUTO, Edvaldo Souza. “Pedagogias das conexões: compartilhar conhecimentos e construir subjetividades nas redes sociais digitais”. In: PORTO, Cristiane; SANTOS, Edmea (Orgs.). **Facebook e educação**: publicar, curtir, compartilhar [online]. Campina Grande: EUEPB, 2014. p. 47-65. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/c3h5q/pdf/porto-9788578792831.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.

GADELHA, Kaciano Barbosa. Para além da “pegação”: performatividade e espacialidade na produção de materialidades sexuais on-line. In: **Askesis**, v.4, n.1, p. 56-73. Jan./jun., 2015. Disponível em: <http://www.revistaaskesis.ufscar.br/index.php/askesis/article/view/44/pdf>. Acesso: 10/05/2016.

GOELLNER, Silvana Vilodre; SILVA, André Luiz dos Santos. “Biotecnologia e neoeugenia: olhares a partir do esporte e da cultura “fitness””. In: COUTO, Edvaldo Souza; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). **O triunfo do corpo**: polêmicas contemporâneas. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 187-210.

ILLOUZ, Eva. **O Amor nos tempos do capitalismo**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2011.

_____. No coração pulsante da cultura – Entrevista com Eva Illouz. **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 6, n. 2, jul.-dez. 2016, pp. 299-308. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/423/178> . Acesso em: 04 ago. 2017.

MISKOLCI, Richard. A Gramática do Armário [online]: notas sobre segredos e mentiras em relações homoeróticas masculinas mediadas digitalmente. In: PELÚCIO, Larissa [et al] (orgs.). **Olhares plurais para o cotidiano: gênero, sexualidade e mídia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 32-52. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/ebook-olhares-plurais.pdf>. Acesso em: 25 abril. 2015.

_____. Machos e Brothes: uma etnografia sobre o armário em relações homoeróticas masculinas criadas on-line. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 21(1): 424, p.301-324. jan.,/abr.,. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000100016/24652>. Acesso: 02 abril. 2016.

_____. Sociologia Digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade. **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 6, n. 2, jul.-dez. 2016, pp. 275-297. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/422/177> . Acesso: 16 dez. 2016.

_____. “Do armário à discrição? Regimes de visibilidade sexual das mídias de massa às digitais”. In: PELÚCIO, Larissa; PAIT, Heloísa; SABATINE, Thiago. **No emaranhado da rede: gênero, sexualidade e mídia, desafios teóricos e metodológicos do presente**. São Paulo: Annablume Queer, 2015. p. 131-148.

PELÚCIO, Larissa. Afetos, mercado e masculinidades contemporâneas: notas iniciais de uma pesquisa em aplicativos móveis para relacionamentos afetivos/sexuais. **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 6, n. 2, jul.-dez. 2016, pp. 309-333. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/424/179> . Acesso: 16 dez. 2016.

_____. “O amor em tempos de aplicativos: notas afetivas e metodológicas sobre pesquisas com mídias digitais”. In: PELÚCIO, Larissa; PAIT, Heloísa; SABATINE, Thiago. **No emaranhado da rede: gênero, sexualidade e mídia, desafios teóricos e metodológicos do presente**. São Paulo: Annablume Queer, 2015. p. 81-108.

RICHARDSON, Niall. “Effeminophobia, misogyny and Queer friendship: the cultural themes of channel 4’s Playing it straight”. **Sexualities**, v. 12, n. 4, p. 525-544, 2009. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1363460709105718>>. Acesso em: 08 jan. 2017.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. “How to bring your kids up gay: the war on effeminate boys”. In: SEDGWICK, Eve Kosofsky. **Tendencies**. Durham: Duke University Press, 1993. p. 154-164.

SIBILIA, Paula. “O bistori de software: como fazer um ‘corpo belo’ virtualizando a carne impura?”. In: ARAÚJO, Denize Correa (Org.). **Imagem (ir) realidade**: comunicação e cibernídia. Porto Alegre: Sulina, 2006. p. 271-289.

TAGIAROLI, Guilherme. Brasil tem 10 milhões de usuários do Tinder; criador explica sucesso do app. In: **UOL**, notícias- tecnologia, 2014. Disponível em: <https://tecnologia.uol.com.br/noticias/redacao/2014/04/23/brasil-tem-10-milhoes-de-usuarios-do-tinder-criador-explica-sucesso-do-app.htm> . Acesso: 04 ago. 2017.



DAMAS DO SÃO JOÃO: AS EXPERIÊNCIAS DE MULHERES TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NAS/DAS QUADRILHAS JUNINAS NO INTERIOR DO CEARÁ

Thiago Silva de Castro¹
Antonio Cristian Saraiva Paiva²

RESUMO

Este texto parte de reflexões a respeito de processos vivenciados por grupos de quadrilha junina do interior do Ceará. A face desse movimento cultural que nos interessa aqui é a presença de mulheres travestis e transexuais no interior dessa manifestação, cujas existências nesse contexto suscitam questões capazes de promover importantes reflexões acerca da experiência de pessoas trans em nossa sociedade, uma vez que a quadrilha e as festas juninas, enquanto manifestação típica, fazem parte dos fluxos culturais que a caracterizam. Sob esse aspecto, o trabalho procura refletir sobre o lugar ocupado por essas pessoas dentro dessa expressão festiva, observando os contrastes e paradoxos contidos na vivência de tais indivíduos no âmbito da cultura junina a partir de seus próprios discursos. Tenta ainda captar os significados sociais atribuídos por tais pessoas a sua inserção nesse meio, buscando compreender em que medida essa experiência na quadrilha junina atua na consolidação de uma ideia de feminilidade para as mulheres trans no contexto em questão.

Palavras-chave: Quadrilha junina, Mulheres travestis e transexuais, Público LGBTT, Feminilidades *trans*.

INTRODUÇÃO

O tema de que trata este trabalho tem como foco o contexto das quadrilhas juninas competitivas do Ceará, mais especificamente da cidade de Sobral, localizada na região norte do estado. O presente artigo propõe iniciar uma discussão que ainda será melhor desenvolvida em pesquisa posterior. Neste momento, nosso esforço está voltado à compreensão da experiência de mulheres travestis e transexuais participantes desses grupos no município, visando buscar entender a inserção de tais personagens nessa manifestação cultural bastante popular nos fluxos culturais cearenses, sobretudo nos meses de junho e julho de cada ano.

As quadrilhas juninas cearenses, por participarem de concursos³ que visam a conquista de premiações durante os meses citados, terminam por construir uma lógica de preparação

¹ Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (thiagonoda@hotmail.com);

² Professor e membro permanente do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFC (cristianspaiva@gmail.com);

³ Para uma melhor compreensão sobre os concursos juninos no estado do Ceará, conhecidos como *festivais de quadrilhas*, ver a dissertação de Thiago Silva de Castro: *Política das relações*



intensa e duradoura, que demora cerca de nove meses, até que o São João⁴ inicie no estado. Nesse período, um cotidiano marcado por especificidades, interesses e aspectos próprios cria um público imerso nos assuntos juninos durante o ano inteiro: são os chamados *quadrilheiros*⁵. A quadrilha termina por formar um universo próprio, um contexto simbólico que, embora em constante diálogo com as outras dimensões da vida, parece funcionar dentro de um tempo-espço dotado de especificidades.

Percebe-se, a partir de uma inserção no meio, que atualmente a participação de indivíduos ligados aos segmentos LGBTQTT tem sido uma tônica desse movimento cultural, sendo esse grupo predominante dentro da manifestação. Por outro lado, a ideia de tradicionalidade que marca as chamadas manifestações da cultura popular – do que a quadrilha junina não escapa – ainda indica parâmetros performáticos a serem seguidos, visando manter uma permanência estética e ritualística. Dos aspectos destacáveis dentro da quadrilha junina, a questão dos papéis binários de gênero, fincados na ideia de *dama* e *cavalheiro*, é o que mais merece destaque, por chocar-se com alguns pontos e complexidades que envolvem o público participante da manifestação hoje.

A significativa presença de mulheres travestis e transexuais na manifestação junina cearense é um traço que merece destaque. Embora percebidas como pessoas do gênero feminino, a participação dessas pessoas ainda se encontra exposta a muitos paradoxos. Nota-se que, para serem completamente aceitos nos grupos, tais indivíduos necessitam moldar a feminilidade que trazem em seus corpos a um padrão, cujo modelo referencial hegemônico é o da mulher *cisgênero*, cujo comportamento é performatizado a partir de ideais de *delicadeza*, *passividade* e *graciosidade*. Mulheres travestis e transexuais carregariam o estigma de ainda trazerem em seus corpos a marca de uma *masculinidade borrada*, que teria de ser completamente invisibilizada para que pudessem ser vistas naturalmente como damas. Apesar disso, essas mulheres enxergam a quadrilha como um ambiente de agregação, onde não seriam discriminadas por sua identidade de gênero e no qual sua feminilidade poderia se expressar do

quadrilheiras: um estudo a partir da experiência do grupo competitivo Estrela do Luar, em Sobral/CE. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/25527>.

⁴ Para os indivíduos inseridos na lógica das quadrilhas juninas, o São João corresponde a um circuito de competições ocorridas em sua região ao longo dos meses de junho e julho, quando acontece a culminância de seus trabalhos, desenvolvidos ao longo de um período que leva vários meses.

⁵ Para uma melhor compreensão sobre o termo *quadrilheiro*, ver a dissertação de Thiago Silva de Castro: *Política das relações quadrilheiras*: um estudo a partir da experiência do grupo competitivo Estrela do Luar, em Sobral/CE. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/25527>.

(83) 3322.3222

modo mais pleno possível. Isso provoca a pergunta: quem são as mulheres *trans* participantes da manifestação junina cearense? E que lugar ocupam dentro dela?

Um dos principais objetivos deste escrito é buscar captar a experiência dessas pessoas nas quadrilhas juninas cearenses, com foco na cidade de Sobral/CE. Busca-se, a partir da fala de mulheres *trans*, entender o significado que atribuem à manifestação cultural em questão na consolidação de suas identidades de gênero, tentando ainda perceber quais questões são agenciadas por essas mulheres na busca por participarem de uma quadrilha junina. Nesse movimento, o texto tenta também promover uma reflexão sobre o lugar de tais pessoas nas expressões da chamada cultura popular, enquanto busca traçar um perfil das mulheres travestis e transexuais quadrilheiras do interior do Ceará.

METODOLOGIA

As reflexões que originaram este texto são advindas da experiência de aproximadamente 20 anos de um dos autores deste trabalho participando⁶ do movimento junino⁷ de Sobral/CE, articulada a conversas estabelecidas com três mulheres *trans* participantes de quadrilhas juninas da cidade no início de 2018. O intuito de tais encontros foi a realização de um documentário em curta-metragem sobre a vivência dessas pessoas no universo quadrilheiro da cidade, intitulado de *O São João também é trans*. O filme foi desenvolvido em parceria com a quadrilha junina Estrela do Luar⁸ e a prefeitura municipal da cidade, por meio de um apoio captado via edital de incentivo. Após finalizado, o filme foi exibido e debatido em alguns espaços da cidade de Sobral, oportunidades em que também foram geradas algumas perspectivas analíticas desenvolvidas no presente trabalho.

As conversas com as interlocutoras foram realizadas a partir da perspectiva da *entrevista compreensiva* (KAUFMANN, 2013, p.98-99), um modelo reflexivo e experimental conduzido

⁶ Thiago é participante de quadrilha junina desde a infância, tendo passado a coordenar, junto com outras pessoas, um grupo de quadrilha junina no ano 2004, chamado *Estrela do Luar*. Nesse grupo, teve a oportunidade de exercer várias funções, além da de coordenador, como a de dançarino, desenhista de figurinos e a principal delas: cantor. O grupo parou no ano de 2019, sem previsão de retorno, mas sua inserção nesse universo permanece por outras vias. Além disso, realizou pesquisa sobre o tema durante a graduação e no mestrado, sendo sua monografia e dissertação resultados dessa inserção;

⁷ Para uma melhor compreensão da ideia de Movimento Junino, ver *Neto 2008*: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/438/1/arquivo1018_1.pdf

⁸ Quadrilha junina do município de Sobral/CE, da qual Thiago Silva de Castro participava até 2018.

pelo pesquisador que visa reconstruir a identidade dos indivíduos a partir da fala orientada com base no contexto em que estes se inserem cotidianamente. Esse tipo de entrevista visa minimizar a distância entre o entrevistado e o pesquisador, embora admita o direcionamento deste, entretanto, parte de ideais pautados na experiência produzida nesse encontro de subjetividades, privilegiando a reflexão de si mesmo. A partir do conteúdo desses registros, as diretrizes que embasam este texto foram estabelecidas.

A PRESENÇA DO PÚBLICO LGBTT NA MANIFESTAÇÃO JUNINA

Tal como constatado por outros autores que se dedicaram a analisar os espaços de sociabilidade construídos pelas quadrilhas juninas, dentre os quais podemos aqui citar Eduardo Di Deus (2014, p.83), que realizou pesquisa entre os participantes do movimento junino de Rio Branco – capital do Acre –, também nos foi possível observar no universo junino das quadrilhas competitivas da cidade de Sobral/CE uma intensa presença do público LGBTT no interior dessa manifestação.

Assim como em Rio Branco, o movimento quadrilheiro cearense é composto fortemente pelo chamado *público gay*. É difícil precisar o grau de presença desse grupo identitário dentro do contexto relativo às quadrilhas juninas, não temos como precisar o quão grande seria a presença de tais indivíduos entre os que compõem os grupos quadrilheiros. Entretanto, a partir da inserção nesse meio, é possível observar uma grande expressividade do público LGBTT dentro do contexto simbólico das quadrilhas juninas competitivas, o que permite pensar nesse espaço como uma possibilidade de afirmação para tal grupo, marcado pela estigmatização e pela subjugação dentro do todo social.

Para além do fato da notória presença do público gay, a existência de indivíduos que transitam entre performances masculinas e femininas no processo social que constitui as quadrilhas juninas é um aspecto que se apresenta de modo a ser considerado. Um exemplo a ser citado são chamadas disputas de *Rainhas G*, como são conhecidas. Tais eventos, observados por Hayesca Costa Barroso (2017), são produções em que homens gays que se vestem de dama junina, mulheres travestis e transexuais realizam apresentações artísticas em busca de uma premiação. Esses eventos, que iniciaram localmente entre as próprias quadrilhas, passaram a

ter suas próprias versões de nível estadual, geralmente promovidas pelas federações juninas⁹. Eles têm se mostrado como um interessante espaço de expressão para o público quadrilheiro LGBTT, sendo que cada quadrilha passou a ter sua própria “representante G”. Essas realizações, hoje parte dos calendários das quadrilhas juninas cearenses durante o período que antecede o São João, se tornaram acontecimentos que costumam reunir o público quadrilheiro em torno da valorização e visibilidade da diversidade sexual e de gênero.

É necessário registrar, por outro lado, conforme lembra Barroso, que a presença de homens homossexuais e pessoas transexuais nas quadrilhas juninas não se limita a essas participações nos concursos de *performances* individuais nas cenas da *Rainha G*. Confirmando nossas observações, a autora afirma que esse público está presente majoritariamente na produção técnica da festa junina, desde a idealização/confecção dos figurinos até a montagem de coreografias. “Trata-se, portanto, de uma apropriação que extrapola o âmbito das *performances* cênicas das/nas quadrilhas juninas, mas que também ocupa os bastidores da festa, sua produção e também o seu consumo” (BARROSO, 2017, p.182). A presença dessas pessoas atravessa diversos segmentos dentro de uma quadrilha, desde o grupo de brincantes, passando pelas comissões de coordenadores, até a equipe técnica.

Pode soar precipitado afirmar categoricamente que as quadrilhas juninas dentro do âmbito aqui pesquisado representem um importante espaço para a sociabilidade, expressão e mesmo de “autodescoberta” para indivíduos LGBTT, o que certamente requer um estudo mais aprofundado, mas alguns casos observados ao longo da participação de um dos autores do presente escrito nesse meio apontam nessa direção. A quadrilha junina parece representar um espaço agregador e mesmo *empoderador* para esses indivíduos, onde demonstram sentirem-se mais à vontade para agir conforme desejam, se comparado a outros ambientes em que se inserem: escola, família, trabalho, etc. Consideramos esse um aspecto a ser evidenciado.

Faz-se importante destacar, porém, que essa realidade também desenha suas próprias complexidades, que se manifestam na organização da manifestação junina enquanto elemento cultural. A dimensão da festa junina, que conforme Luciana Chianca (2006) busca performatizar uma antítese da sociedade urbanizada por meio da estereotipação do camponês e seu universo, atua fortemente na construção de uma linguagem comum do período festivo em

⁹ As federações são instituições responsáveis por reger os festejos juninos no estado. Os grupos juninos, em geral, se filiam a essas entidades para terem o direito de participar dos concursos organizados nas diferentes regiões do estado, que por sua vez também devem estar vinculados a elas. No Ceará, a entidade mais antiga e reconhecida é a FEQUAJUCE – Federação das Quadrilhas Juninas do Ceará.

questão, estabelecendo códigos imagéticos e discursivos seguidos pelos participantes dos folguedos típicos dessa época, como a quadrilha, embora sofram transformações com o tempo. De qualquer modo, como aponta Roberto Marques (2012, p.75), “As festas aparecem assim como uma possibilidade de gestão de si em múltiplos ambientes, produzindo não identidade, mas circulação a partir de múltiplos personagens”, o que também se verifica nos agenciamentos dos indivíduos pertencentes às quadrilhas juninas, em especial no contexto dos festivais competitivos. *Essa gestão de si*, no caso das quadrilhas juninas, se dá na performance artística, mas também fora dela, nos bastidores do espetáculo, onde imagens também precisam ser sustentadas.

As complexidades advindas de tais aspectos se verificam principalmente na experiência de mulheres travestis e transexuais nesse meio, cuja participação manifesta particularidades. No contexto dos concursos de quadrilha junina, no qual os grupos moldam a forma como se constituem a partir de um conhecimento regulado e acumulado com base em dispositivos de poder (FOUCAULT, 2014) criados com o intuito de, ao mesmo tempo, formatar e preservar um entendimento considerado tradicional da quadrilha junina (NETO, 2009), as mulheres *trans* reportam seus ideais de pessoa feminina àquilo que os regulamentos, formais e informais, do *movimento junino* determinam como comportamentos intrínsecos às damas. A partir do que narram as mulheres trans participantes de quadrilha junina, é possível falar em um *reconhecimento simbólico* dessas pessoas no âmbito concernente a tal manifestação cultural, uma vez que as quadrilhas são retratadas nas falas de tais pessoas como espaços agregadores das diferenças que trazem consigo.

Levando em conta que “A dimensão simbólica [...] vai muito além daquilo que está expresso em qualquer código de direito, ou mesmo nos princípios formais que balizam os procedimentos e nas leis positivadas” (OLIVEIRA, 2011, p.457), podemos depreender que aquilo que costuma ser negado aos indivíduos considerados desviantes pelas regras normativas da sociedade, embora as leis preconizem direitos iguais a todas as pessoas, podem ser encontrados em espaços específicos. No caso das travestis e mulheres transexuais quadrilheiras, o contexto simbólico e material das quadrilhas juninas parece representar um lugar de aceitação e vivência desses direitos. Entretanto, por se tratar de uma manifestação que ritualiza um padrão social hegemônico, estabelecendo performatividades de gênero binárias definidas para o masculino e o feminino (damas e cavalheiros), e considerando que “[...] travestilidades não podem ser sem um corpo transformado, marcado por um feminino que procura borrar, nesses corpos, o masculino [...]” (PELÚCIO, 2009), as mulheres trans costumam, não raras vezes, ser

colocadas em uma condição de ambiguidade dentro da manifestação junina. É sobre tais aspectos que trataremos a seguir.

FEMINILIDADES *TRANS* NO CONTEXTO JUNINO

As pessoas de experiência *trans* na quadrilha junina cearense, ao que foi possível perceber, possuem uma inserção nesse contexto que se traduz na construção ou consolidação de uma identidade, que por sua vez extrapola os limites da manifestação cultural. O *ser quadrilheiro*, elemento que atua na subjetividade dos participantes estabelecendo um sentimento de pertencimento a partir da inserção e do contato dos indivíduos com aspectos próprios da cultura junina competitiva (CASTRO, 2018) atua sobre as mulheres travestis e transexuais de modo específico, porém, também inscreve em suas experiências elementos subjetivos que atingem a todos os indivíduos que compõem o meio em questão. Tais aspectos podem ser percebidos na fala de Andrink sobre seu processo de inserção nesse meio:

Eu comecei a frequentar o Dom Expedito¹⁰, e lá eu me relacionei com uma pessoa que na época dançava numa quadrilha que era muito famosa: Atiçando fogo¹¹. Então eu comecei a achar muito bonito aquilo. Eu não gosto muito de carnaval porque eu sou muito casa, mas era algo que eu achava muito bonito, muito lindo, então é tanto que eu nunca dancei um São João como homem, sempre foi como mulher. E hoje o São João, pra mim, é uma realidade. Durante o ano todo, a festa mais maravilhosa que existe pra mim é a festa do São João, sabe? Eu me realizo totalmente, é quando eu me sinto realmente a Andrinki, sabe? Quando eu tô dando o meu nome, quando eu tô dançando, quando eu tô me inspirando. Ave Maria! O São João, pra mim, hoje eu não sei nem explicar! Por exemplo, como eu falei, pra mim é o único divertimento que eu tenho o ano todo chama-se “São João”. São seis meses da minha vida que eu me dedico totalmente, tanto que eu me entrego de corpo e alma, procuro ajudar de todas as formas porque é uma festa, pra mim, muito importante, sabe?

O relato de Andrink é importante para se pensar a representatividade do universo simbólico composto pelas quadrilhas juninas competitivas no estado do Ceará. Ele traz elementos próprios do discurso da maioria dos quadrilheiros. Para essas pessoas, fazer parte de uma quadrilha junina é sinônimo de envolvimento e doação, em um misto de sentimentos que envolve paixão, encantamento, competitividade e a busca por um prestígio social cultivado dentro do meio constituído pelas quadrilhas. O que classificamos como “ser quadrilheiro” se

¹⁰ Bairro da cidade de Sobral;

¹¹ Quadrilha junina sobralense muito conhecida entre as décadas de 1990 e 2000, hoje extinta;

refere a uma categoria de “autodefinição” (CASTRO, 2018), que embora possua uma classificação formal, estabelecida pela lei que cria o *dia do quadrilheiro*¹², parece extrapolar tal conceituação nas práticas dos indivíduos, pois estas, como chama atenção Bourdieu (2011) em sua teoria da prática, formam o elemento central da vida social, sendo as ações e usos – mais que qualquer teorização ou definição cristalizadora – produtores de sentido. Por essa via, a subjetividade dos indivíduos praticantes da manifestação no interior de uma rede de relações dentro da qual as pessoas compartilham interesses, pensamentos e afecções é determinante para se pensar na relação construída entre os chamados quadrilheiros e o universo do qual, por meio da mediação das quadrilhas juninas, partilham.

Para além do traço sentimental que nossa interlocutora põe em evidência ao se referir à manifestação junina, ela expõe em sua fala algo que aparece deslocado, mas que parece desnudar uma tensão. Diz que *nunca dançou um São João como homem, apenas como mulher*. Essa fala nos leva a perceber um paradoxo, pois ela traz inclusive um tom de orgulho, o que denota que tal fato se expressa como um privilégio de que nem todas as mulheres trans que dançam quadrilha junina podem usufruir. Esse foi, por exemplo, o caso de Islândia Nara, que dança no mesmo grupo junino desde 2001, mas, segundo disse, só teve a oportunidade de assumir sua identidade de gênero em 2008, decisão essa que não dependeu dela, mas foi facultada a terceiros. Ela conta que já não se sentia à vontade no papel masculino, mas não tinha a permissão para assumir a performance da dama:

Foi desde o dia em que eu botei uma saia, que eu fiz o marca-passo¹³, que eu joguei meu cabelo, eu disse assim: não, não é pra mim dançar de homem mais. Em 2008 eu ensaiei de homem ainda até março, aí foi que contrataram o Paulo Duley¹⁴ lá de Camocim¹⁵, ele me observou dançando de homem, não gostou e mandou eu colocar uma saia, fazer o marca-passo e rodar. Aí ele disse: “Não, não dá pra tu dançar de homem, tu vai dançar é de mulher!” Aí eu peguei e disse: Não, os meninos não vão deixar, porque eu sou magra, não tenho corpo de mulher, não sou afeminada ainda... [...]. Aí quando foi um dia, passou uma semana eu ensaiando de homem. E eu: Cadê? Tu não disse que eu ia dançar de mulher? Os meninos não vão deixar, e ele: “te acalma, que vai dar certo!”. Quando foi numa terça-feira fizeram a formação da quadrilha, aí o Jardel [presidente da quadrilha em que ela dança] conversou com todo mundo, né? Disse que ia ter uma troca. Todo mundo pensava que já era coisa de destaque, só que não era. “O Thomas, a partir de hoje, não é mais Thomas, agora ele é Islândia, ele vai dançar de mulher.”. Fui lá no céu! Joga purpurina pra cima!

¹² <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/03/04/sancionada-lei-que-institui-o-dia-nacional-do-quadrilheiro-junino>

¹³ Passo base da quadrilha junina, que serve de referência para os movimentos coreográficos do grupo;

¹⁴ Coreógrafo que desenvolveu trabalhos em diferentes quadrilhas juninas na cidade de Sobral. Vale ressaltar que, na quadrilha Junina, o coreógrafo, mais do que montar coreografias, é uma espécie de diretor artístico, que cria, desenvolve e dirige um espetáculo de artes integradas;

¹⁵ Cidade do litoral cearense.

Que a minha felicidade era dançar de mulher! Aí eu chorei nesse dia. Aí todo mundo me abraçou e tal...

Para Rafael Noleto (2016), no interior do universo junino, travestis e transexuais, ao lado de outros sujeitos que subvertem as normas de gênero – como homens gays que se vestem de mulher – portam uma *feminilidade indesejada*, cuja presença só é percebida com naturalidade caso possa se tornar praticamente invisível, por meio de uma construção imagética que faça dessas pessoas o mais parecido possível com o modelo da mulher *cis gênero* dentro da dança junina. Esse processo resulta da quadrilha junina encarada como uma técnica (CASTRO, 2018), como um aprendizado através do corpo (MAUSS, 2003), cujo papel também é estabelecer os comportamentos estéticos e sociais referentes a homens e mulheres dentro da dança, pois como lembra Berenice Bento (2006, p.26), o gênero se faz por meio de atos corporais, estéticos e linguísticos.

Essa invisibilidade de que trato aqui se remete a aquisição de traços performáticos condensados na personagem da dama junina, cuja composição exige não somente movimentos que expressem uma delicadeza no bailado e expressões, mas sobretudo na vestimenta. Tais aspectos visam padronizar o que viria a ser uma mulher no jogo de cena que compõe a apresentação de uma quadrilha junina, cujo objetivo seria expressar um ideal de delicadeza, graciosidade e elegância, ao contrário dos cavalheiros, cuja postura deve manifestar garra e virilidade, sempre em uma posição de cortejo à dama, por ele conduzida na maior parte dos passos. Essa composição generificada da dama é bem explanada por Andrink quando discorre sobre suas afecções no processo de composição de tal personagem:

Quando eu tô dentro de quadra eu me sinto a verdadeira mulher. Porque só o prazer de estar vestindo aquele vestido, todo aquele detalhe de vestir a meia, calçar o sapato, fazer penteado, colocar um arranjo, então... São todos os pontos que uma mulher faz, tá entendendo? Não é só ser uma travesti, vestir uma saia, uma blusa e sair na rua... Não! É todo um projeto pra gente ficar realmente uma mulher, entendeu? E quando a gente tá dançando a gente tá lá como personagem, porque lá, por debaixo do vestido, ninguém sabe o que é. A gente tá vestida, a gente é uma mulher. Então por isso que eu lhe digo que eu me sinto muito mais mulher, porque eu sou vista como: “ah, é aquela mulher ali que dança naquela quadrilha”, então eu sou apontada como “a mulher”. As pessoas me apontam como “a mulher”, aquela mulher que dança na ponta, aquela que tá com o vestido tal... Então, isso pra gente é muito prazeroso, porque as pessoas veem e apontam a gente como “a mulher”.

A fala de Andrink se mostra rica para uma reflexão acerca da representação da quadrilha junina para as mulheres trans. Para ela, o ato de dançar quadrilha parece legitimar de algum modo sua feminilidade, o que, pelo que se pode depreender de sua fala, não ocorre em todos os espaços. Padronizar-se, vestir-se e comportar-se como as demais damas da quadrilha junina,

por algum motivo, faz Andrink se sentir *mais mulher*, pois nesse contexto suas singularidades de pessoa trans ficariam, pelo menos de acordo com sua interpretação, menos evidentes.

É interessante notar que nossa interlocutora traz a montagem da dama, em sua fala, como um *projeto*, dando a ideia de que se trata de algo que requer uma dedicação e um certo investimento estético, que no caso de uma travesti representaria um esforço de invisibilizar ao máximo qualquer traço que possa vir a ser interpretado como masculino. Faz-se relevante destacar ainda o seguinte trecho: *porque lá, por debaixo do vestido, ninguém sabe o que é*. Aqui, Andrink parece apontar para a dimensão simbólica da genitália na experiência travesti, indicando que sua identidade de gênero não costuma ser questionada no espaço da quadrilha junina, por estar vestida e maquiada exatamente do mesmo modo que as mulheres cisgênero participantes dessa manifestação, levando-nos a inferir que tal fato não costuma ser recorrente em seu cotidiano. Nesta dimensão, a atmosfera da quadrilha faz de Andrink *não ser só uma travesti*, como a própria narra, mas se sentir como uma mulher cisgênero, encarada como igual a ela.

Apesar dos apontamentos acima, cabe destacar que essa percepção da mulher trans como igual à cisgênero nem sempre se manifesta como uma máxima. Outra entrevistada, Helge Sousa, descreve bem as tensões envolvidas nessa busca por ser percebida como “igual” dentro e fora da manifestação quadrilheira, mesmo ocupando tacitamente o lugar de dama junina. Helge é lembrada em Sobral por ter sido a primeira mulher transexual a ocupar o cargo de rainha em uma quadrilha junina da cidade, no ano de 2005, quando estas questões sequer ainda eram tratadas nesse contexto. A personagem da rainha é emblemática dentro da performance artística de uma quadrilha junina. Considerada um papel de destaque dentro do ritual festivo, ela representaria *a mulher mais bela do arraial* (CASTRO, 2018), e, embora ocupe um lugar de menos passividade em relação às demais damas, por ser dona de uma dança mais independente de seu par em determinados momentos, seus aspectos estéticos também trabalham no sentido de reproduzir um ideal binário de gênero. Helge diz:

Quando foi pra eu ser rainha na Botando Quente¹⁶, antigamente era assim: o dono não chegava na pessoa e dizia “você vai ser minha rainha”. Não. Tinha uma disputa das meninas. Quem queria ser rainha, se fosse cinco, ele dava uma quantidade certa de cartelas de bingo pra gente vender. Quem vendesse mais, ia ser a rainha. Aí em 2004 eu entrei na disputa, né? Só por brincadeira! Não ganhei, mas eu fiquei em segundo lugar. Aí em 2005 era eu e mais duas amigas minhas. Aí não sei o que foi que deu, eu fui e ganhei. Aí eu falei: e aí Lucielane [presidente do grupo], como é que vai ser? Ele disse: “você não

¹⁶ Quadrilha junina sobralense muito conhecida, hoje extinta.

ganhou? Então vai ser você”. E não vai ter problema não? “Não, tem não, eu acho que não”. Aí foi... Na quadrilha, eu fui aceita totalmente, menos uma pessoa.

Mais à frente, após discorrer sobre sua escolha como rainha, a interlocutora lembra que sua ascensão ao cargo causou uma polêmica dentro do contexto quadrilheiro da cidade:

Foi até que teve um debate lá nesse mesmo ano, antes do festival, quando descobriram que eu ia ser rainha. Eles debateram lá numa reunião que teve na Casa da Cultura¹⁷. Aí perguntaram: e se a rainha for uma trans? Aí eles falaram que não tinha nenhum problema, porque na capital já teve essas coisas, já tinha antigamente, aí ficou tudo bem. Teve um rapaz de outra quadrilha, lá do Sinhá Sabóia, que ele não gostou disso aí. Ele ficou debatendo toda vez, aí pronto. Mas também depois daí eu não quis mais não, porque é uma coisa que pesa demais na consciência da gente, e a comunidade aqui também não apoiou.

A ideia de tradicionalidade dentro do contexto das quadrilhas juninas tende a reforçar, dentre outros aspectos, um demarcado binarismo de gênero. Um dos motivos para isso é a presença do casal de noivos, que dentro da tradição junina do estado do Ceará são considerados os personagens mais importantes, são *os donos da festa* (CASTRO, 2018). O noivo representaria um ideal de cavalheiro, viril, valente e protetor da dama, enquanto a noiva seria uma jovem romântica e frágil mulher, com uma agência reduzida em relação ao cavalheiro. A quadrilha seria dançada em homenagem aos noivos, cujo casamento é encenado após uma série de barreiras enfrentadas pelo casal, sendo a principal a proibição por parte da família da moça. Esse casal, em geral, serve de modelo imagético central para a composição performática dos demais pares da quadrilha. Esse modelo ideal, evidentemente, não abre espaço para uma experiência trans em sua composição.

O fato de Helge ter passado por resistências quanto à ocupação do cargo de rainha demonstra fortemente o peso que essa “tradicionalidade” contida no papel de dama e cavalheiro possui no imaginário coletivo. Para alguns, colocar uma mulher transexual em uma posição de tanto destaque não seria algo palatável, afinal, as quadrilhas estariam repletas de mulheres *cis* para ocupar esse lugar – o que, dentro de uma lógica hegemônica, seria o ideal. Se mulheres travestis e transexuais são portadoras, como diria Noleto (2016), de uma *feminilidade indesejada*, que necessitaria ser invisibilizada, o papel de destaque representado pela figura da rainha não seria indicado para essas pessoas, uma vez que tais posições costumam conceder bastante visibilidade àquelas que são postas nessa condição. Embora tenha havido uma aceitação por parte das pessoas de sua própria quadrilha, como afirma Helge, a exposição de sua participação ao crivo de um universo maior de pessoas e as divergências que tal fato causou

¹⁷ Casarão histórico onde funciona a sede da política de Cultura na cidade de Sobral.

nesse âmbito a fizeram repensar seu interesse pelo papel de rainha, levando-a a não mais querer esse lugar de *visibilidade*. Por outro lado, para essas pessoas, o universo simbólico das quadrilhas juninas, mesmo com a presença de limitações, é encarado como uma alternativa diante de uma realidade, na maior parte das vezes, hostil a quem é visto como dissidente. É o que conta Islândia Nara:

Já me tirou de muita coisa, o São João... Me tirou de droga! Porque eu já usei droga, com uns 16 anos... Me tirou de muita coisa! Já pensei em andar em posto pra me vender... Ele me tirava! Os ensaios¹⁸ eram na semana, aí não tinha como eu ir com as amigas pra lá, porque tinha ensaio... Eu preferia está no ensaio do que tá me vendendo. Nunca pensei em me vender. Ia pra seresta com as minhas amigas, elas saíam e eu não ia, porque eu nunca tive essa vontade. Meu negócio era quadrilha. Terminava São João, tinham as bebedeiras, eu preferia ir pra onde eles tavam porque sempre rolava quadrilha. Mesmo quando terminava o São João continuavam sempre as mesmas pessoas. Era só quadrilha, quadrilha, quadrilha!

A experiência socializadora do contexto quadrilheiro é, segundo Islândia Nara, responsável, em muitos aspectos, por direcionar a vida dos indivíduos que nele estão intensamente inseridos, em especial de mulheres travestis e transexuais. Segundo ela, a experiência de *dançar São João* teve muita representatividade em sua vida. Ela acredita que se não fosse por sua inserção nesse meio, hoje *poderia estar nas drogas ou assassinada*. Para exemplificar tal argumento, conta a história de uma amiga que, segundo ela, teve esse destino.

A gente foi criada quase juntas. A gente se tinha como irmãs, eu e ela. Era uma amizade forte, mesmo tendo nossas desavenças, de pequenas até nós grandes. Era uma amiga mesmo de coração que eu tinha, aliás, tenho até hoje, né? [pausa. A entrevistada se emociona] Aí 2012 foi o ano que ela conheceu pessoas que andam no posto¹⁹, onde as meninas fazem programa. Ela: “bicha, esse é meu último ano, eu vou seguir outra vida!” E eu disse: que vida, viado? “Vou começar a fazer programa, ganhar dinheiro, já que eu não tenho estudo, e a senhora já trabalha, tem seu estudo”... E eu: não... eu tenho estudo, mas eu não terminei ainda, eu parei, tu sabe que eu parei. E eu disse: mulher, vai estudar, pra tu ir pra Grendene²⁰. E sempre eu dizia pra ela: bicha, quando estiver trabalhando eu vou alugar uma casa, e vai morar nós duas dentro. Só que a gente começou andar em seresta, começou a andar nessas coisas e ela começou a usar droga. Não vou mentir, usei sim com ela, não vou mentir... Mas eu vi que ali não era meu rumo, não era minha vida usar droga. Minha vida era estudar, trabalhar e ajudar a minha mãe e meus amigos que precisavam. Aí foi que ela começou... Parou de dançar quadrilha, parou de ser, como é que se diz... Uma trans que gosta de andar arrumada, maquiada, essas coisas... Parou totalmente! Só sabia dali, que eu chamo ali não é posto não, ali é um inferno. Aí quando foi 5 horas da manhã, que eu me acordei pra ir

¹⁸ Os ensaios são os momentos de preparação e montagem do trabalho que a quadrilha apresentará durante os meses de junho e julho. Duram, em média, um período de seis meses.

¹⁹ Posto de gasolina situado na saída de Sobral, à beira da rodovia que liga a cidade à capital, Fortaleza.

²⁰ Grande indústria do setor calçadista instalada na cidade de Sobral.

trabalhar, eu escutei as primas dela tudo chorando. E eu: valha! O que foi que aconteceu? Aí a prima dela me mandou uma mensagem: “acabaram de matar a Priscila”. Aí meu mundo caiu!

Esse trecho da entrevista de Islândia joga luz sobre os processos materiais e simbólicos presentes na experiência trans em nossa sociedade. Ao narrar a história da morte de sua amiga Priscila, ela aponta de modo taxativo os espaços geralmente relegados a pessoas com existência semelhante à sua. Segundo Luma Nogueira de Andrade (2012), que pesquisou a vida escolar de travestis no estado do Ceará, há uma imagem hegemônica em torno dessas pessoas, a partir da qual “[...] a travesti é rejeitada pela família, escola ou sociedade, tendo como única saída à prostituição.” (ANDRADE, 2012, p.15). Para a pesquisadora, que é travesti, esse modelo ainda é uma realidade persistente como alternativa de vida para tais pessoas, entretanto, afirma que isso também é parte de um imaginário em torno dessas existências, que certamente atua na conformação dessa exclusão social. Para ela, as jovens travestis já demonstrariam sinais de ruptura com esse estereótipo, cuja ação contribuiria para uma imobilidade social de tais agentes. Conforme escreve, “Mesmo consideradas à margem da sociedade, elas sobrevivem, a exemplo das travestis estudantes, funcionárias públicas, educadoras, etc.” (ANDRADE, 2012, p.15).

Islândia, em certa medida, representaria essa face narrada por Luma, uma vez que, contrariando as expectativas sociais, nas quais uma pessoa trans no Brasil vive em média apenas 35 anos²¹, conseguiria estudar e, posteriormente, trabalhar. Na época em que foi entrevistada, Islândia era funcionária da prefeitura de Sobral, atuando como auxiliar de serviços gerais em um espaço destinado a jovens periféricos da cidade. Embora sua profissão não costume ser vista com prestígio, ela considerava uma vitória ocupar esse lugar que, segundo disse, teria sido negado à Priscila, sua amiga assassinada em uma zona de prostituição. A história de Priscila, por sua vez, encarnaria o exato oposto dessa vivência, representado pela imagem criticada por Luma como conformadora da experiência travesti em nossa sociedade, que, mais do que estigmatizante, contribuiria para a perpetuação da exclusão dessas pessoas. À época do assassinato de Priscila, Islândia era operária em uma famosa fábrica de calçados da cidade, trabalho que conseguiu por ter algum grau de escolaridade, ainda que incompleto. Tal aspecto era percebido pela amiga como um privilégio do qual ela não teve como usufruir e que, segundo nossa interlocutora, teria sido determinante para seu trágico fim. Segundo contou, Islândia

²¹ <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional>

voltou a estudar, tem planos de fazer um curso técnico e ter uma profissão, contrariando os prognósticos.

A quadrilha junina claramente aparece como um fator de reconhecimento simbólico para ela. Mais que isso, a teria – a partir da convivência com outras pessoas interessadas nos mesmos assuntos e práticas que ela – levado a construir uma trajetória diferente da que se desenha para a maior parte das mulheres travestis e transexuais em nossa sociedade. Obviamente, faz-se necessário tomar os devidos cuidados para não construir uma narrativa salvacionista e redentora em relação à manifestação junina, mas as falas aqui destacadas parecem deixar evidente a importância que esse universo tem para as pessoas enfocadas na busca por reconhecimento e construção de uma identidade menos marginal. Cabe lembrar que a própria quadrilha junina ainda representa uma manifestação periférica na cidade de Sobral, protagonizada por uma juventude advinda predominantemente dos bairros mais pobres do município, simbolizando, neste sentido, também um lugar de protagonismo para tais indivíduos, que virariam *estrelas* durante o período do São João. As contradições verificadas no campo da aceitação da identidade de das mulheres trans se manifestam como influências da estrutura ritual da dança junina, cuja divisão fixa entre damas e cavalheiros tende a reafirmar a cisgenderidade como corporalidade dominante, tendendo, em muitos momentos, a naturalizar as transexualidades como inadequadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este escrito teve como objetivo ampliar reflexões incipientes sobre o que virá a ser uma pesquisa maior acerca da presença de pessoas LBTT+ no contexto da manifestação quadrilheira. A partir de uma tentativa de pensar a experiência de mulheres travestis e transexuais nas/das quadrilhas juninas de Sobral/CE, a proposta foi pensar o lugar que essas pessoas ocupam dentro da manifestação e, por extensão, dentro da sociedade em que vivemos.

Esse exercício se mostra, sem qualquer dúvida, bastante desafiador. Como homens cisgênero, de classe média e considerados brancos, podem pensar sobre uma existência da qual não partilham? O cuidado para não exotizar a vida do outro é fundamental, mas problemático à medida em que há uma expressa intenção de *tematizá-lo*. Nesse sentido, buscamos nos inserir nesse processo a partir do que nos aproxima das interlocutoras do trabalho – perspectiva que pretendemos adotar daqui para frente. Nossa condição de gays (pessoas LGBT) e, no caso de

Thiago, a *identidade quadrilheira*, foram capazes de nos colocar em um caminho possível na busca por minimizar as desigualdades que a situação de pesquisa costuma estabelecer entre pesquisador e pesquisado, já que elas sempre existirão. Reconhecer esses privilégios parece fundamental na tentativa de produzir reflexões que, mais do que jogar luz sobre uma problemática, atuem na amenização do distanciamento do ambiente acadêmico em relação ao que é vivenciado pelas pessoas em suas práticas e (re)existências cotidianas.

O que é possível notar até aqui em relação às experiências de mulheres trans participantes de quadrilha junina – ao menos na cidade de Sobral – é que elas ocupam um lugar nesse meio. Por outro lado, as estruturas que compuseram nossa sociedade ainda impõem desafios e limitações à participação de tais indivíduos dentro desse cenário. Considerando a experiência de mulheres travestis e transexuais nesse universo, é necessário pensar nas quadrilhas juninas, enquanto manifestação da cultura popular, não apenas como um espaço que permitiria *inversões*, mas sobretudo *afirmações* de identidades, estando aqui inseridas as de gênero.

Por ora, o que parece chamar atenção é a ambiguidade demonstrada nas falas de minhas interlocutoras, que denotam uma permanente condição de liminaridade (TURNER, 2005) dentro do meio em que se colocam, por encarnarem, na concepção das demais pessoas da realidade social em questão, uma existência desenhada no “entre”, em transição, mais especificamente, entre diferentes representações de gênero cristalizadas no processo social vivido. Essa percepção dos indivíduos em geral a respeito das mulheres trans na quadrilha, explanada indiretamente pelas entrevistadas na narrativa de suas experiências, precisa ainda ser melhor pesquisada e desenvolvida. Tal aspecto certamente será melhor explanado na investigação que aqui se inicia e poderá conceder inúmeras pistas na busca por delinear etnograficamente esse espaço simbólico reservado às mulheres trans na quadrilha junina hoje. No entanto, no que se refere a essas próprias pessoas, não parece haver qualquer dúvida quanto à forma como se enxergam não só contexto junino, mas no mundo.

De todo modo, as reflexões aqui apontadas podem indicar a possibilidade de perceber as manifestações da chamada cultura popular como um espaço ocupado predominantemente pelas diferenças. Tal percepção pode chamar nossa atenção para a identificação de espaços de resistências cotidianas por parte de indivíduos socialmente subjugados. Nesse sentido, se a cultura popular historicamente se manifesta no Brasil como um lugar de resistência política, faz-se necessário observar as resistências existentes dentro da própria resistência, apontando as contradições contidas dentro de tais processos, que não escapam dos sistemas sociais e

simbólicos que constituem a nossa sociedade. Esse exercício, sobretudo nos tempos em que vivemos, pode se mostrar funcional na construção de caminhos que se expressem como linhas de fuga dentro do que se pretende como hegemônico no cotidiano dos dias.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. Fortaleza: Faculdade de Educação/UFC, 2012.

Bourdieu, Pierre. **O senso prático**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BARROSO, Hayeska Costa. O São João é gay!: horizontes interpretativos sobre performances trans na festa junina no Ceará. *Revista Periódicus*, v. 1, p. 179-197, 2017.

CHIANCA, Luciana de Oliveira. **A festa do interior: São João, migração e nostalgia em Natal no século XX**. Natal: EDUFRN - Editora da UFRN, 2006.

CASTRO, Thiago Silva de. **Política das relações quadrilheiras: um estudo a partir da experiência do grupo competitivo Estrela do Luar, em Sobral/CE**. Natal: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/UFRN, 2018.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís R. **A dimensão simbólica dos direitos e a análise de conflitos**. *Revista de Antropologia* volume 53(2) 451-473, 2011.

DI DEUS, Eduardo. Quadrilhas Juninas como um movimento de juventude em Rio Branco, Acre. In: **Soc. e Cult.** Goiânia. V.17, n.1, p.75-85, jan./jun. 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MARQUES, Roberto. Alexandre vai à festa: gênero e criação no forró eletrônico. In: **Etnobiografia: subjetivação e etnografia**. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2012.

NOLETO, Rafael da Silva. **Brilham Estrelas de São João: gênero, raça e sexualidade em performance nas festas juninas de Belém/PA**. São Paulo: USP, 2016.

NETO, Hugo Menezes. **O balancê no Arraial da Capital: Quadrilha e tradição no São João do Recife**. Recife: Ed. do Autor, 2009.

PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de AIDS**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.



TURNER, Victor. **A floresta dos símbolos**. Rio de Janeiro: EDUFF, 2005.

DE CASSANDRA RIOS OU DA CENSURA PELO CÂNONE BRASILEIRO

Sherry Morganda Justino de Almeida ¹

RESUMO

Este trabalho objetiva discutir a condição de marginalidade sempiterna e compulsória da obra literária de Cassandra Rios em relação ao cânone literário brasileiro. Especula-se que, mesmo tendo sido uma das escritoras mais lidas da década de 1970, no Brasil, a literatura de Cassandra sofreu, e sofre até hoje, uma discriminação que advém não somente do fato de ser a homossexualidade feminina a temática privilegiada em sua ficção mas, especialmente, advém da crítica acadêmica que rotulou sua obra como subliteratura. Dessa forma, pretendemos pensar a obra de Cassandra Rios considerando seu imaginário e seu estilo, com intuito de legitimar seu projeto literário. Para tanto, analisaremos a narrativa do romance *As Traças*, originalmente publicado em 1975 em cotejo com o pensamento de autores como Trevisan (2019), Santos (2003), Perrot (2005), Foucault (1984), Miskolci (2011) e Culler (1999).

Palavras-chave: Cassandra Rios, Literatura Brasileira, Canône literário.

INTRODUÇÃO

We are queer, we are here. Get used to it!
("Somos divergentes, somos resistentes.
Melhor irem se acostumando."
João Silvério Trevisan)

*A literatura é o ruído da cultura
assim como sua informação.*
(Jonathan Culler)

A vasta obra literária da escritora Cassandra Rios, pseudônimo da carioca Odete Rios², suscita ainda hoje, quase dezoito anos após sua morte, pelo menos, um grande questionamento sobre a marginalidade permante e compulsória em relação à história da literatura brasileira, em especial, às instituições e aos instrumentos que compõem seu cânone: por que não se pode reconhecer a qualidade artística nem a importância social de uma escritora que foi a mais lida durante a década de 1970? Mais vendida³ e, pode-se dizer, em

¹ Professora do Curso de Licenciatura em Letras (Português/Espanhol) da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, sherryalmeida10@gmail.com;

² Filha de imigrantes espanhóis, nasceu e cresceu em uma família de classe média alta do bairro de Perdizes, na cidade de São Paulo, em 1932. Pelo bairro de nascimento e moradia e pela temática lésbica de sua literatura, recebeu o epíteto de "A Safo de Perdizes". A escritora morreu em 2002, deixando mais de três dezenas de romances publicados e muitos outros ainda à espera de publicação.

³ Tornou-se, em 1970, a primeira escritora brasileira a atingir a marca de um milhão de exemplares vendidos.

consequência, tão lida quanto Jorge Amado, Cassandra Rios ainda figura tão somente como a “escritora mais perseguida pela ditadura militar”. À parte ser verdadeira a informação contida nesse epíteto, é de se questionar por que não se popularizou, também em forma de epíteto, outra verdade: Cassandra a “escritora mais lida da literatura brasileira na década de 1970”.

Alinhavado por esse questionamento preliminar, este texto tem por objetivo especular sobre a obra de Cassandra Rios considerando seu imaginário e seu estilo, com intuito de legitimar sua obra em seu projeto literário. Especularemos que a obra de Cassandra sofreu um duplo silenciamento: o da censura leiga dos militares, pelo preconceito em relação ao tema e o da crítica acadêmica pelo preconceito de tomá-la como subliteratura.

METODOLOGIA

Este artigo é resultante de pesquisa bibliográfica que, inicialmente, efetuou uma breve revisão da fortuna crítica da obra de Cassandra Rios e, posteriormente, colocou em cotejo trechos do romance *As traças* (1975) e estudos sobre o tema – orientando-se pela ideia dos Estudos Culturais na perspectiva de reflexão sobre a literatura de autoria de minorias de voz social. Para tanto, lançaremos mão de estudos sobre a obra de Cassandra Rios como o de Ricky Santos (2003), de estudos sobre literatura e cultura LGBTQ+ como o de João Silvério Trevisan (2019), trabalhos sobre a temática do silenciamento da mulher com Michelle Perrot (2005), o pensamento de Michel Foucault (1984) sobre a sexualidade, textos dos estudos *Queer* com Richard Miskolci, além de considerações sobre conceito de literatura a partir Jonathan Culler (1999).

DA HETERONORMATIVIDADE COMO APARATO DO CÂNONE LITERÁRIO BRASILEIRO E DA HOMOSSEXUALIDADE COMO TRANSGRESSÃO CRIATIVA

Passamos a pensar que as respostas ao questionamento inicial apresentado na introdução deste trabalho estejam, talvez, realmente na perseguição e na censura sofrida por Cassandra Rios – não somente da ditadura militar – mas também das instâncias canônicas da literatura brasileira. Não apenas por ser mulher, mas por ser mulher lésbica, Cassandra Rios e o seu projeto literário não cabiam e – ainda não cabem – no elenco de importância do cânone literário brasileiro. Voltemo-nos ao comentário de João Silvério Trevisan:

Fazendo páreo com o sucesso de Jorge Amado, na década de 1970 Cassandra Rios chegou a vender por ano 300 mil exemplares de seus livros e teve algumas obras adaptadas para o cinema. Dado importante: ela sofreu forte censura sob a ditadura militar de 1964, tendo proibida a quase totalidade dos seus numerosos romances (mais de cinquenta títulos). Motivo alegado: pornografia. Mas o fato mais significativo, e pouco comum na literatura brasileira até então, é que o elemento pornográfico em Cassandra Rios tinha uma nuance particular: a homossexualidade feminina, que caracterizava muitas das suas personagens – inclusive como conotações sadomasoquistas. Foi acusada, à esquerda e à direita, de se *comprazer em descrever cenas amorosas entre lésbicas* (...). (TREVISAN, 2019, p. 255) [grifo nosso]

A acusação é de que a escritora, supostamente, venha a “se comprazer em descrever cenas amorosas entre lésbicas” é ridícula e pouco crítica, por pressupor que a escritora constrói sua obra com a intenção simplória de sentir prazer com a narrativa por ela criada e, ao mesmo tempo, por ignorar que o texto literário, por transfigurar o real pela linguagem estetizada, não tem uma finalidade pragmática... Se autorizarmos o raciocínio de acusatório da literatura de Cassandra, podemos autorizar o mesmo caminho para outros textos: ao descrever uma batalha de guerra, Homero nos revela sua propensão a ser bélico? Ou que a narração de um assassinato de uma personagem, num romance ou conto qualquer, revele instintos assassinos de seu autor?

Ao creditar que as concepções acadêmicas e o cânone brasileiro são construídos a partir de reflexões abalizadas sobre arte, e não por ilações simplórias e ingênuas como as descritas nos raciocínios anteriores, chegamos à possibilidade de especular que o incômodo da crítica literária reside na condição “marginal” da homossexualidade narrada, e para escamotear a “perseguição” se lança mão dos argumentos que apontam para questões estéticas que restringem o literário, exclusivamente, ao trabalho com a forma da linguagem, ignorando que a discussão sobre o conceito de literatura, há muito, aponta para a existência de aspectualidades múltiplas da legitimação do literário.

Em outras palavras, especulamos que, por tematizar figuras marginalizadas da sociedade, em especial, lésbicas, a obra de Cassandra Rios (e a própria escritora) foi relegada a um lugar intocável e sacralizado pelo preconceito e pelo purismo literário: o lugar do esquecimento. Ou mais propriamente, a obra de Cassandra Rios foi, compulsória e sempiternamente, colocada em lugar de silenciamento, o qual, como já é sabido, trata-se do lugar comumente imposto às mulheres ao longo da história.

Esse apagamento da voz da mulher na história em parte é resultante de processo de inculcamento na própria mulher de uma imagem de insignificância que contribui para

silenciar e destruir os registros do que vivemos e do como vimos o que vivemos. Conforme explica a historiadora Michele Perrot (2005), trata-se de uma destruição e autodestruição da memória feminina pela ação da sociedade patriarcal de convencer a própria mulher de que somos insignificantes: “da História, a mulher é diversas vezes excluída. Ela o é, inicialmente, na narrativa, que, passada às efusões românticas, constitui-se como encenação dos acontecimentos políticos” (PERROT, 2005, p. 197). Percebamos que Perrot chama a atenção para o silenciamento das narrativas porque estas são fundantes de identidades. A narrativa individual, confessional, funda um indivíduo assim como as narrativas que dão voz a grupos sociais fundam coletividades – o que, dentre outros, é papel social da literatura.

Nesse sentido, o silenciamento de uma narrativa literária como a de Cassandra Rios, que, além de ser mulher, faz emergir vozes de grupos em situação de minorização de voz, torna-se ação emergencial em governos totalitários como o que se instaurou, no Brasil, com o golpe de 64, bem como nos anos subsequentes ao golpe de 2016. Em ambos os momentos, o silenciamento do diferente acontece sob a anuência de parte da população, pois que o silenciamento se dissimula em nome da suposta “moral e dos bons costumes” da sociedade brasileira. Isso deve ser considerado, principalmente, pelo tom provocativo e ousado usado pela escritora para se posicionar sobre a homossexualidade, conforme atesta, mais uma vez, João Silvério Trevisan:

Apesar de manter sua vida pessoal cuidadosamente envolta em mistério, Cassandra incomodava por suas declarações públicas de que “homossexualismo é uma forma especial de amar”, coisa que nenhum intelectual, por mais progressista que fosse, ousaria afirmar em plena década de 1970. (TREVISAN, 2019, p. 255)

Para entender o quanto a sexualidade interfere nas discursividade e no controle social, recorramos a Michel Foucault (1988): de acordo com ele, o conceito de homossexualidade difundido no contexto social foi engendrado no interior de um dispositivo discursivo que instaurou “um conjunto de regras e de normas, em parte tradicionais e em parte novas, e que se apoiam em instituições religiosas, judiciárias, pedagógicas e médicas” (FOUCAULT, 1988, p. 9).

Foucault não se refere ao sexo do ponto de vista biológico, mas sim do ponto de vista discursivo e explica que esse conjunto instaurado colocou a sexualidade no centro de uma importante petição de saber, o que levou as sociedades ocidentais modernas a conceberem questões concernentes ao indivíduo pela sexualidade. Nesse sentido, podemos dizer que o que nos representa enquanto indivíduos, portanto, foi colocado sob uma lógica do sexo. É

importante, portanto, compreender como uma complexa relação entre sexo e poder se instaurou e passou a influenciar o pensamento e a determinar os modos de vida dos indivíduos. Sobre tal relação, Foucault argumenta que o poder não age sobre o sexo na forma de repressão. Aliás, de acordo com o teórico, “o poder não ‘pode’ nada contra o sexo e os prazeres, salvo dizer-lhes não” (FOUCAULT, 1988, p. 93).

O desenvolvimento e as práticas sexuais são regulados a partir de normas consolidadas através da linguagem. Se a linguagem torna legítima, como a própria expressão da natureza, a sexualidade do casal heterossexual, todas as formas de sexualidade inscritas fora destes limites são consideradas improdutivas, periféricas e, por este motivo, passíveis de serem mantidas sob a vigilância de mecanismos que visam evitar sua disseminação. A classificação das práticas sexuais a partir do seu potencial de produtividade tem no discurso científico a sua origem. Se até o final do século XVIII, as práticas sexuais eram regidas por três códigos, o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil, o século XIX traz a *scientia sexuallis*. (FOUCAULT, 1988). À medicina, então, coube descrever e nomear as sexualidades periféricas à luz da ciência. A sodomia, até então vista como pecado ou crime, passa a ser compreendida como uma perversão.

O homossexual do século XIX torna-se uma personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa. Nada do que ele é, no final das contas, escapa à sua sexualidade (FOUCAULT, 1988, p. 50).

Em síntese, o pensamento ocidental marca o século XIX como o início de uma “descristianização” da sociedade moderna, em que a verdade da identidade está atrelada à expansão e à intensificação das enunciações em torno do desejo sexual, particularmente na revelação de seus segredos. Como observou Michel Foucault (1988), a discursividade do desejo, que antes se concentrava apenas em práticas institucionais nas salas de aula, nos seminários e confessionários, expande-se a outras dimensões do tecido social. E nesse mesmo século, ainda segundo Foucault, teria se dado a “invenção do homossexual”, como uma construção social, a qual permitiria ao poder a capacidade de identificar, vigiar e punir o tal desejo desviante. Por outro lado, porém, uma espécie de “armadilha”: a norma heterossexual se vê definida e obrigada a existir em relação ao seu “oposto”. Ficam, então, “atadas” a norma e a anti-norma; o hétero e o homossexual, como duas faces de uma mesma pulsão sexual.

Nesse contexto, enquanto a heterossexualidade é estimulada por ser considerada a forma saudável de exercício da sexualidade, a homossexualidade é descrita como patologia. Mais do que isso, o homossexual, que já não é um pecador ou um criminoso, mas uma espécie, deve ser destinado a tratamento médico-psiquiátrico. Assim, quando atesta ser a homossexualidade um distúrbio, a ciência está legitimando uma ordem cujo interesse primordial é manter a heterossexualidade como referência, como a norma, no topo de uma cadeia de relações instituída culturalmente.

Nos Estudos Literários, podemos relacionar as ideias de Foucault e compreender como forma de regulação do cânone universal com sanções e com repressões à presença de algumas vozes sociais. Mais, especificamente, no Brasil, percebemos que, historicamente, a heteronormatividade patriarcal funciona como um aparato do cânone literário, excluindo as vozes que apresentam discursos divergentes a essa norma. Dessa forma, é pertinente chamar a atenção à importância dos Estudos Culturais, que têm desvelado as sanções e revelado as transgressões na literatura brasileira. Mais especificamente, pensando a questão da sexualidade na autoria e na representação ficcional, recorramos aos estudos *Queer*, a partir do que nos explica Richard Miskolci:

os teóricos *queer* compreendem a sexualidade como um dispositivo histórico do poder. Um dispositivo é um conjunto heterogêneo de discursos e práticas sociais, uma verdadeira rede que se estabelece entre elementos tão diversos como a literatura, enunciados científicos, instituições e proposições morais. (MISKOLCI, 2009, p. 154)

Enquanto dispositivo histórico do poder, a sexualidade relacionada à questão de gênero, de etnias e de classe para regular o controle de entrada de obras literárias ao cânone literário. As ideias de Foucault e de Miskolci permitem que reflitamos aqui sobre o quanto esse desprezo à obra de Cassandra Rios pela crítica academicista corrobora a ideia de que, historicamente, o discurso hegemônico heterossexual nega aos contra-discursos – os discursos sobre a sexualidade não normativa – o direito a compor os espaços do cânone exatamente porque isso implica a divisão de poder. De outra forma, pode-se dizer que o discurso da heteronormatividade serve de aparato do poder e força normalizadora característica da ordem social com objetivo de “formar todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e “natural” da heterossexualidade” (MISKOLCI, 2009, p.157). Para tanto, os instrumentos acadêmicos criam normatizações que ditam os valores “estéticos” eivados de um único direcionamento

ideológico, os quais figurarão como determinantes para que uma obra seja considerada artística ou não. Some-se a isso, a ideia que se propaga em relação à própria condição minoritária desses grupos excluídos em direito de voz. Como nos elucidam os estudos *Queer*, as minorias nunca poderiam se traduzir como uma inferioridade numérica, mas sim como maiorias silenciosas que, ao se politizar, convertem o gueto em território e o estigma em orgulho.

As “minorias” étnico-raciais, de gênero e sexuais explicitam maneiras tão diversas de vivenciar a diferença que tornam patente o fato de que, ainda que sejam mais ou menos relacionadas, cada diferença denota uma forma particular de opressão. (MISKOLCI, 2009)

Cassandra Rios, como todo artista que constrói um projeto literário, possuía a plena consciência de sua responsabilidade social como escritora. Sabia que sua escrita tinha importância para sociedade brasileira e, mais especificamente, para um grupo minoritário em voz social – mas bastante representativo em quantidade numérica – que era composto por lésbicas, gays e travestis da segunda metade do século XX. Sobre isso, Rick Santos explica que “a ficção de Rios assume um papel significativo que se opõe ao paradigma dominante, subvertendo-o” (SANTOS, 2003, p. 18), de modo que também teve “papel fundamental no processo de dar sociabilidade à existência e resistência homo de uma maneira que desafiasse construções heterocêntricas e eurocêntricas de subjetividades latinas ou, mais especificamente, brasileiras (SANTOS, 2003, p. 30). Por conseguinte, a escolha por tematizar e representar identidades de sujeitos historicamente silenciados legou-lhe uma carreira de perseguição e apagamento de sua obra o que, provavelmente, motivaria muitos a mudar, a abandonar o projeto em busca de reconhecimento acadêmico. Do contrário, Cassandra apresenta em resposta não só a continuidade do seu projeto como também a escrita de um livro chamado *Censura*, em que ela opina sobre a questão:

A responsabilidade do artista é mais séria, perigosa e delicada, pois sua mente é como um pássaro liberto que aspira a amplitude e os píncaros do Infinito. O pássaro sabe que distância o livra das chamas do sol, mas se esquece que alguém está sempre com uma tesoura aberta para cortar-lhe as asas, com uma arapuca armada para levá-lo para uma gaiola, porque entre os outros pássaros, sua plumagem, seu gorjeio, sua exuberância ou sua natureza grotesca o destacaram para a cobiça que traz intrínseca a inveja. (RIOS, 1977, p. 9)

De maneira cirúrgica, Cassandra chama a atenção, metaforicamente, para outro ponto que se alinhava ao questionamento inicial: a inveja. Ao longo desse livro, Cassandra

demonstra estar ciente de que sua obra literária incomodava também, ou especialmente, por ser popular, por haver uma demanda por parte dos leitores e, por conseguinte, uma demanda de consumo de sua literatura. Logicamente, é de se despertar inveja que um livro seja vendido em mais de 300 mil exemplares...

E a resposta que a academia e as instituições que possuem o controle de poder sobre o saber exemplar de nossa cultura pode ser sintetizada na fábula Esopiana da raposa e das uvas: A raposa, não podendo alcançar o galho e pegar a uvas para seu deleite, declara, em tom de desdém, que elas estão verdes! A literatura de Cassandra estava e estará “sempre verde” para o desdém da crítica: não presta; é sublitteratura mesmo que – ou porque – muitos a leiam, ao contrário de outra literatura que por ser “boa”, “adequada”, mesmo não lida, é louvada como artística, ou por ser hermética e escrita em estilo mais inacessível, de *per si*, já recebe o galardão da academia.

DAS POSSIBILIDADES CONCEITUAIS PARA A LITERATURA E DO IMAGINÁRIO FICCIONAL DE CASSANDRA

A recepção da crítica e do cânone brasileiro à literatura da Cassandra Rios deixa clara a existência de um preconceito que denota o quanto o controle discursivo heteronormativo na cultura brasileira influencia as escolhas de escritores e obras a serem valoradas. Isso, porém, vai de encontro às próprias bases conceituais da teoria da literatura quando esta tenta conceituar o fenômeno literário e conclui sobre a inadequação e a insuficiência de todas as definições, principalmente aquelas que o restringe ou lhe é reducionista em suas potencialidades artísticas. Vejamos, pois o que um dos mais estudos mais basilares da teoria da literatura, do inglês Jonathan Culler, diz sobre a literatura:

Por um lado, a “literatura” não é apenas uma moldura na qual colocamos a linguagem: nem toda a setença se tornará literária se registrada na página como um poema. Mas, por outro lado, a literatura não é so um tipo especial de linguagem, pois muitas obras literárias não ostentam sua diferença em relação a outros tipos de linguagem: funcionam de maneiras especiais devido à atenção especial que recebe. (CULLER, 1999, p.34)

Culler nos chama a atenção para impossibilidade de definirmos a literatura considerando um único aspecto pois que às vezes o objeto tem traços que o tornam literário mas às vezes é o contexto literário que nos faz tratá-lo como literatura. Afirma ainda:

linguagem altamente organizada não necessariamente transforma algo em literatura: nada é mais altamente padronizado que a lista telefônica. E não podemos transformar em literatura simplesmente qualquer fragmento de linguagem chamando-o de literatura: não posso pegar meu velho livro de química e lê-lo como romance. (CULLER, 1999, p.36)

Da mesma maneira que não podemos dizer que tudo que foi escrito pela humanidade é literatura, no seu sentido artístico, não podemos restringir a compreensão do literário como apenas um tipo especial de linguagem ou organização estética. Principalmente, porque cada texto literário responde diferente, em forma e conteúdo, à pergunta “o que é literatura?”. Assim, é lógico aceitar que cada escritor desenvolva as aspectualidades estéticas que são condizentes com seu projeto literário.

Considerando a obra de Cassandra, fica nítida a intenção de ser lida por muitas pessoas, de atingir um público de leitores em nome de uma “divulgação” da realidade de um mundo invisibilizado socialmente. É o que acontece, por exemplo, no romance *As traças*. Publicado originalmente em 1975, narra a história da paixão desconcertante entre Andréa, uma adolescente secundarista, e D. Berenice, uma de suas professoras. Tem-se uma adolescente de uma família de classe média da capital paulista dos anos 1970, que ao sentir desejo cada vez mais intenso por uma mulher, acredita que estaria acontecendo algo que “a vida inteira pressentiu” e que, de certa forma, “temia aclarar-se”. “A disposição da natureza. A noção final do que era: lésbica” (RIOS, 2005, p. 48).

Cassandra Rios sabia bem que para ser lida por muitos sua literatura deveria desenvolver um estilo claro e fluído sem ornamentações sintático-semânticas:

Andréa continuou calada. O coração pulsando de uma maneira estranha. Chegava a doer. Berenice viria ali. À sua casa. Teria-a só para si, lecionando só para ela. E como seria? A emoção a cegava; arrebatou-a daquela sala e ela imaginou mil vezes a chegada de Berenice. (RIOS, 2005, p. 74)

Ao passo que a cena é construída com clareza, também se impõe um ritmo narrativo que dá a ver as emoções da personagem, as quais são ditas por meio de um discurso indireto que coloca o leitor em contato com os pensamentos e sentimentos de Andréa em seu processo de descoberta da atração sexual por outra mulher.

Isso não quer dizer que a escritora não ponha a linguagem em primeiro plano ao se valer do impacto intensivo da linguagem figurada. Pelo contrário, percebemos o recurso recorrente a construções metafóricas, principalmente, ao tratar das emoções pulsantes das personagens:



Com isso, Andréa sentiu-se segura e tranquila. Dona Júlia não suspeitava de nada, não via nada estranho em seu rosto, nada diferente. Andréa era a mesma de quando saíra pela manhã. Entretanto, *parecia regrassar de uma longa viagem. O sol do amor a queimara, arrepios estavam grudados em sua pele e mil línguas de águas cristalinas lamberam seu corpo. Uma espada em brasa a penetrara e seu sangue fora sugado pela boca de um vampira; tornara-se escrava dela, hipnotizada, um robô.* [grifos nossos] (RIOS, 2005, p.188)

Vê-se o recurso à figuração linguística como forma de fazer o leitor aproximar-se da dimensão e da intensidade do sentimento e do desejo da personagem... Tal recurso não se dá aleatoriamente e só é possível por meio de seleção vocabular por parte do escritor, ou seja, por meio de trabalho estético com a linguagem. Entretanto, é perceptível que não seja essa literariedade o traço de maior predominância da obra de Cassandra Rios. Parece-nos bem evidente que o projeto literário de Cassandra se alinha bem mais com aquilo que tradicionalmente se chama na teoria especializada de caráter ficcional do texto. Segundo Culler, “a obra literária é um evento linguístico que projeta um mundo ficcional que inclui falantes, atores, acontecimentos e um público implícito (um público que toma forma através das decisões da obra sobre o que deve ser explicado e o que se supõe que o público saiba). (CULLER, 1999, p.36)

Nesse sentido, para compreender o projeto estético de Cassandra, é necessário entender que sua literatura carrega um peso de importância social por acumular no seu imaginário e na sua autoria uma ficção cujos sujeitos protagonistas são mulheres e mulheres que se relacionam sexual e afetivamente com outras mulheres. São mulheres que existem e querem ser vistas em liberdade pela sociedade, mesmo que esta insista em escondê-las e silenciá-las. Nesse contexto, o homem figura como personagem secundário quando não dispensável. Sobre isso, são precisas as palavras de Lúcia Facco, na contracapa do romance *As traças*:

Na época em que Cassandra Rios publicou seus livros, não fazia parte do repertório da sociedade a mulher como ser forte, independente da figura masculina. E, mesmo assim, trabalhando dentro do repertório limitadíssimo de sua sociedade, ela ousou nos trazer personagens como Andréa, em *As traças*. Cassandra Rios iguala homossexuais e heterossexuais como gente. Pessoas com suas particularidades e excentricidades. (FACCO, 2005)

Percebemos que, no romance em questão, essa condição de igualdade entre homossexuais e heterossexuais aparece não de maneira a escamotear a verdade dos conflitos gerados pelo preconceito. Pelo contrário, a desigualdade no tratamento e o desrepeito são explicitamente descritos ao longo da obra. Na verdade, Facco chama a atenção para a

construção efetuada por Cassandra Rios da possibilidade de vermos todas pessoas como gente, portanto, iguais em cidadania, mesmo em suas diferenças. Na verdade, o que se narra na obra de Cassandra vai além da sexualidade – embora esse tema seja norteador e determinante no seu projeto. O que lemos na literatura de Cassandra são os desdobramentos da sexualidade das personagens que interferem na caracterização delas próprias; isto é, não se trata de personagens que se definam somente por sua sexualidade, pois o que é narrado são *histórias de vida*: descobertas e (des)encontros amorosos, afetivos, sensuais e sexuais entre pessoas que requerem ser vistas e ouvidas socialmente. Em outras palavras, tem-se uma sobreposição de vozes minorizadas que se apresentam e se exibem, num mundo ficcional, à revelia de uma sociedade patriarcal, mas a literatura de Cassandra Rios trata de outros temas simultaneamente às questões da homossexualidade:

Durante toda a sua carreira, Rios escreveu mais de 40 romances de grande sucesso que lidam com o tema da homossexualidade. Enquanto adereçava uma variedade de assuntos e problemas sociais, como a inflação, a violência, a brutalidade policial, o sincretismo, a corrupção, etc., se poderia dizer que a descrição da homossexualidade em cenários urbanos é a linha central e recorrente que permeia toda a sua obra (SANTOS, 2003, p. 18).

Essa ficcionalidade criada nos espaços narrativos de Cassandra configura uma revelação para a sociedade de um mundo “desconhecido” porque invisibilizado por dar conta de uma representação do universo das relações homossexuais, o que permite ao leitor refletir sobre construções de identidades lésbicas. Nas palavras de Pereira e Garcia, essa narrativa “permite identificar críticas relacionadas aos constructos discursivos acerca das mulheres lésbicas e aos padrões de vida heterossexistas que regulam as relações entre os sujeitos e a forma de pensar os corpos e os desejos.” (PEREIRA & GARCIA, 2012, p. 2)

Segundo esses pesquisadores, a personagem Andréa lia, inicialmente, textos sobre sexualidade que “estavam muito longe de atenderem às suas expectativas, pois revelavam uma visão da homossexualidade relacionada à patologia e procuravam argumentar sobre as possíveis causas do problema, provocando indignação na protagonista”. Isso significa dizer que a escritora Cassandra Rios comprova o que Foucault analisou, elucidando-nos, sobre o regulação do poder discursivo que tornou a homossexualidade uma doença a ser combatida pela cura que é a heterossexualidade. A escritora apresenta no romance *As traças* uma personagem que, no seu processo de construção identitária não se reconhece com alguém anormal ou doente, com isso questiona o discurso hegemônico existente nos textos que lia sobre a homossexualidade:

Que absurdos supunham e procuravam inculcar para determinar a causa. Seguramente eram todas teorias falhas. Estava ali, com sua inteligência e raciocínio, capaz de provar que não se tratava absolutamente de nenhum distúrbio glandular ou hormonal, psicose, neurose, anomalia proveniente de traumas psicológicos, complexos ou vícios adquiridos na infância. (RIOS, 2005, p. 80)

Sobre esse trecho, é bastante pertinente a leitura proposta por Pereira e Garcia:

Causam estranhamentos na personagem os significados rotulados e é o ponto de partida para por em xeque, durante toda a narrativa, os constructos discursivos acerca da homossexualidade feminina. Por não encontrar o sentido que apresentasse respaldos sobre o desejo homossexual capaz de atender às suas expectativas, Andréa diverge das leituras mais estruturantes do sistema que padroniza a cultura de gênero e das diversidades sexuais, ou seja, ela reflete através dessas leituras paradigmáticas e de cunho normalizadores e as desconstroem, tornando-se uma crítica aos discursivos heterossexistas e da compulsoriedade da cultura hegemônica. (PEREIRA & GARCIA, 2012, p.4)

Cassandra coloca as mulheres lésbicas como sujeitos de um discurso que questiona sua invisibilização, o apagamento de suas identidades, e, simultaneamente, revelando o quão perigoso é ao controle discursivo hegemônico que suas vozes sejam ouvidas pela sociedade:

- Somos duas traças. – disse a professora.
- Traças? Por quê? Eu não quero ser traça, prefiro ser um cogumelo branco do mato, você já viu? É tão lindo, tão branco, parece um pompom de algodão, mas é venenoso...
- Eu sou a traça, pertenço à família dos tineidas e dos tisanuros, talvez do gênero lepisma. Sou aquilo que destrói pouco a pouco, não vê o franjar das minhas asas e as unhas em forma de casco?
- Não são cascos! Prefiro que você seja uma cigarra.
- Traça. Sou traça! Tentando passar despercebida entre os outros, sinto-me como a traça que se esconde entre as costuras dos livros para, no fim, morrer esmagada entre suas páginas (RIOS, 2005, p. 226).

A homossexualidade, nesse fragmento, é metaforicamente apresentada como algo que identifica pessoas as quais a sociedade espera ver morrer como uma traça, “esmagada entre suas páginas”, mas que, em contrapartida, essas mesmas pessoas conseguem roer o sistema por dentro, a traça – figuração cabível às pessoas não-normatizadas – destrói o livro – figuração para os discursos hegemônicos. Uma forma criativa, linguística e cognitivamente sofisticada de ofertar ao leitor a possibilidade de entender o que a realidade social brasileira reserva aos não heteronormativos. Tem-se, portanto, na escrita homossexual uma forma transgressora de divulgar um discurso necessário para a conscientização cidadã sobre

diferenças identitárias e, por conseguinte, sobre as diferenças discursivas que compõem a sociedade.

Nesse ponto, percebe-se o quanto a personagem Berenice, professora e objeto do desejo e do amor de Andréa, faz-se importante na trama. Não só por se nomear como traça que rói por dentro o livro, mas porque durante toda a narrativa ela se nga à normalização. Enquanto Andréa busca, muito em razão de sua condição de adolescente, uma identificação com as outras pessoas e, por conseguinte, tenta regular seu desejo sexual pelo parâmetro do que é ditado como certo e normal; Berenice se recusa a quaisquer enquadramentos normativos do seu comportamento e dos seus desejos sexuais. Sobre isso, elucidam-nos, ainda, Pereira e Garcia:

No auge na sua maturidade emocional e intelectual, Berenice afronta a voz doutrinária de Andréa e o seu desejo de normatização. A professora se coloca no papel daquela que não aceita se deixar modelar por um padrão de comportamento. Durante toda a narrativa, são escassos os acessos à voz de Berenice. Sua imagem é constituída a partir da narrativa das outras personagens, do olhar das outras personagens sobre ela. O leitor tem informações sobre sua vida profissional, sobre seus relacionamentos com alunas, sobre seus casos, mas não tem acesso aos seus pensamentos e concepções de mundo. Nem mesmo o narrador parece dar conta da personagem que permanece uma estranha durante todo o texto. (PEREIRA & GARCIA, 2012, p.8)

Berenice é tomada por Andréa como alguém de personalidade estranha, chegando a dizer que sua amante tinha “uma índole pervertida” (RIOS, 2005, p.44). Poderíamos, com o aparato ideológico e teórico de que dispomos atualmente, dizer que Berenice é *queer*, no sentido de ser inadequada a regulações e divergente a uma necessidade de modelo fixo de comportamento.

Vemos, portanto, no imaginário ficcional de Cassandra a consciência daquilo que Culler apontou como um dos aspectos definidores do que é literatura: “ela promove o questionamento da autoridade e dos arranjos sociais” (CULLER, 1999, p.45). Em explicação mais aprofundada, o teórico inglês, elucida que a literatura pode ser um instrumento de legitimação de discursos hegemônicos, que colocam o leitor na condição de conformidade e não questionamento de sua realidade, por outro lado, há uma literatura que incita as lutas progressistas.

Promovendo identificação através das divisões de classe, gênero, raça, nação e idade, os livros podem promover um “sentimento de camaradagem” que

desencoraja a luta; mas também podem produzir um senso agudo de injustiça que torna possíveis as lutas progressistas (CULLER, 1999, p.46)

A literatura de Cassandra Rios, nesse sentido, promove o processo de identificação do leitor com a condição injusta de invisibilidade dos grupos sociais minorizados em voz, e, mais ainda, faz com que o leitor reconheça a discriminação e se solidarize com a condição de segregação decorrente dessas divisões de sexualidade e de gênero. Isso é perceptível em vários trechos da narrativa de *As traças*, em especial neste em que a personagem Rosana interpela a protagonista Andréa sobre sua vida social e acaba revelando o cotidiano de preconceito da sociedade que gera uma guetização da homossexualidade:

- Você não sai nunca, Andréa?
- Claro que saio.
- Digo assim, à noite, *uma boate, um restaurante onde gente como nós se reúne.*
- Gente como nós?
- É. Entendidos. Você sabe, eu sou homossexual, e você, acho que é entendida. *Pelo mesmo está aqui, comigo, e não está me tratando como se eu fosse uma leprosa.* Tudo bem, parece que entende, então, como sei que não adianta me interromper com perguntas que seriam indiscretas, prefiro achar que você é compreensiva muito bacana mesmo. Jóia!
- E você acha que eu sou o que, na verdade?
- Francamente, não sei. Às vezes tenho certeza de que é uma das nossas, mas você se fecha. [grifos nossos] (RIOS, 2005, 145)

O que mais nos chama a atenção é a ousadia da escritora ao dar voz a essas personagens sem falsrear discursos, “pondo o dedo na ferida” do preconceito durante a década de 70, do século XX. É por essa ousadia e qualidade estética na configuração desse mundo ficcional que denuncia uma realidade injusta porque preconceituosa na sociedade brasileira que precisamos reafirmar o que Rick Santos nos explica: Cassandra teve

visão pioneira e papel ativo na representação de identidades específicas e relações gays e lésbicas brasileiras em sua modalidade complexa [...] Cassandra Rios tornou-se um dos primeiros autores a escrever literatura gay e lésbica no Brasil. [...] intenções de dar visibilidade aos homossexuais como sujeitos e as dificuldades que teve de enfrentar durante sua carreira como uma escritora lésbica, que sempre advogou por uma visão diferente da homossexualidade (SANTOS, 2003, p. 19-20).

Eis, então, mais um argumento para ajudar a curar a miopia da crítica literária brasileira ao julgar como sublitteratura uma obra que consegue ser, como toda obra de arte, um entretenimento e, ao mesmo tempo, é extremamente crítica. Uma obra que, dentre outras

qualidades, pode nos tornar “pessoas melhores”, pois que permitiu aos leitores do momento histórico em que foi escrita conhecer um pouco mais de um mundo socialmente invisibilizado, dando acesso ao discurso sobre a homossexualidade feminina a partir de mulheres em suas próprias vozes. Cabe aqui reportar novamente Culler:

A literatura faz isso – afirma o argumento –, encorajando a consideração de complexidades sem uma corrida ao julgamento, envolvendo a mente em questões éticas, induzindo os leitores a examinar a conduta (inclusive a sua própria) como o faria um forasteiro ou um leitor de romances. Promove o caráter de interessado, ensina a sensibilidade e as discriminações sutis, produz identificações com homens e mulheres de outras condições (...) (CULLER, 1999, p.44)

Se o projeto literário de Cassandra Rios for analisado em todas as suas potencialidades estéticas e ideológicas, chegaremos há muitos pontos teóricos que merecem a atenção por valor criativo. Entretanto, o maior valor da obra de Cassandra, indubitavelmente, está nessa habilidade de narrar histórias que sensibilizam e apontam as discriminações a mulheres e homens que não são heteronormatizados na sociedade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Especulamos aqui, neste breve e inconcluído estudo, possíveis motivos pelos quais a crítica literária e a historiografia literária brasileiras impigiram um lugar de marginalização e silenciamento de uma das mais importantes escritoras do país, considerando basicamente o aparato da teoria da literatura no que concerne ao conceito de literatura; o pensamento Foucaultiano acerca da relação entre discurso poder e sexualidade; os estudos *queer* sobre de minorização de voz social pela condição da sexual não inscrita na hegemonia heteronormativa e as ideias de Perrot sobre o apagamento da voz e da memória da mulher pela história.

O peso da censura aos livros de Cassandra Rios durante pela ditadura militar traz como principal consequência a dificuldade de se encontrar hoje em dia alguns dos mais de 40 títulos publicados pela escritora. Contudo, a censura da academia e das instituições que compoem o canône brasileiro talvez seja ainda mais cruel com a memória de Cassandra, pois lhe nega o direito a ser refeenciada nos manuais de literatura como a mais popular escritora da segunda metade do século XX. Isso se deve as regulações da temática privilegiada em sua obra: a homossexualidade feminina. O ser mulher implica, historicamente, o silenciamento de

voz por parte da sociedade patriarcal e machista. O ser mulher lésbica implica um duplo silenciamento que se vale do aparato discursivo sobre a sexualidade para construir um consenso de irrelevância e imoralidade em torno das demandas desse grupo social. O ser mulher lésbica e escritora gera, por fim, um triplo silenciamento pois aos anteriores se soma o silenciamento artístico: a partir da heteronormatividade patriarcal que caracteriza a construção do cânone literário são engendrados valores e críticas puristas que excluem aqueles cuja literatura não vem, prioritariamente, embelezar a língua, mas sim desviar o olho dos leitores para um mundo invisibilizado por uma sociedade preconceituosa.

Espera-se que, futuramente, sendo revista a ideia de um cânone regulado pelo controle heteronormativo, a literatura de Cassandra Rios possa, finalmente, ser referenciada pela história da literatura brasileira em sua importância literária.

REFERÊNCIAS

CULLER, Jonathan. **Teoria Literária: Uma introdução literária**. São Paulo: Beca Produções Culturais, 1999.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Tradução Maria Thereza C. Albuquerque e J. A. Guilhon. Rio de Janeiro: Graal, 1988. v. 1.

MISKOLCI, Richard. **A Teoria Queer e a Questão das Diferenças: por uma normalização analítica**. Disponível em: http://alb.com.br/arquivomorto/edicoes_antiores/anais16/prog_pdf/prog03_01.pdf, 2009

PEREIRA, A. G.; GARCIA, P.C. Cassandra Rios e as reversões do desejo. In: **XIII Encontro da ABRALIC: Internacionalização do Regional**. UEPB/UFCG, 2012.

RIOS, Cassandra. **Censura: Minha luta meu amor**. São Paulo: Global Editora, 1977.

RIOS, Cassandra. **As traças**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

SANTOS, Rick. Cassandra Rios e o surgimento da literatura gay e lésbica no Brasil. **Revista Gênero – Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG**, v. 4, n. 1, p. 17-31, 1 sem. 2003, Niterói: EDUFF, 2003.

DE QUANDO ATEAR FOGO É ARDER: BREVES NOTAS SOBRE ORGIA E A FICÇÃO CONFSSIONAL

Renata Pimentel¹

Resumo: Trata-se de breve investigação sobre *Orgia* (2011), do argentino Tulio Carella, obra que relata a experiência durante os anos que viveu em Recife, na década de 1960. Sob a denominação de Diários, os eventos relatados tematizam o choque cultural do estrangeiro no nordeste do Brasil, a dificuldade de inserção no meio social, intelectual e artístico e seu refúgio nas aventuras sexuais, sobretudo com homens, negros, pobres e marginais, pela região central da cidade ou pelo cais recifense. Carella foi preso e deportado em circunstâncias políticas aludidas no livro, mas melhor esclarecidas em obras como a de Hermilo BORBA FILHO (1972). Aqui se questiona o enquadramento do texto como gênero confessional, colocando-o sob investigação em paralelo com o conjunto da produção deste autor, desconhecida no Brasil, e revelando o quanto a escrita de Carella denuncia a estrutura colonial, falso moralista e burguesa da cultura recifense e põe em cheque a masculinidade heteronormativa. Como referencial usamos FISCHER (2009), ZAMBRANO (1995), SILVA (2015), ZUMTHOR (2007), TREVISAN (2000) para contribuir com um olhar diverso à fortuna crítica sobre Carella e *Orgia* e revelar uma obra densa, repleta de camadas.

Palavras-chave: Tulio Carella; Orgia; Literatura argentina; Ficção confessional; Homossexualidade

1. INTRODUÇÃO: UM CONTEMPORÂNEO QUE JÁ NASCE ENTRE OS CLÁSSICOS MALDITOS

“De que serve a minha presença no mundo? Só para desencadear a orgia?”

(CARELLA, 2011, p. 299)

Tulio Carella, eis o nome de um premiado desconhecido que, ao mesmo tempo, é inquestionavelmente um escritor *cult*². Homem entre mundos, nascido a 14 de maio de 1912,

¹ Professora Associada do Departamento de Letras da UFRPE- Campus Sede; renatapimentel@gmail.com

² Dramaturgo, crítico de teatro, professor, roteirista para cinema, poeta e ensaísta, Carella nasceu no ano de 1912 em Mercedes, província de Buenos Aires, e chegou a ser considerado um dos escritores mais notáveis dos anos 1940-1950 na Argentina. Produziu fundamentais ensaios sobre a cultura portenha e foi consagrado pela sua obra literária e dramática, além de outras realizações notáveis no decorrer da sua prolífica, porém curta, carreira. Sua morte aconteceu aos sessenta e seis anos, em março de 1979 na Argentina, em consequência de complicações cardíacas.

na Argentina, viveu em Buenos Aires, viajou pela Europa, pelo Brasil (passando pelo eixo sudeste, mas efetivamente vivendo quase dois anos em Recife, cidade que marcou profundamente sua trajetória humana e artística) e retornando a seu país natal, onde faleceu. Ou seja, a experiência da estrangeiridade foi vivida por ele, aspecto a que aludiremos em algumas passagens deste artigo.

Se buscamos, brevemente, traçar uma trajetória de Carella é porque nos parece que a imensa atenção – não sem razões cabíveis – que despertou o seu livro *Orgia* tanto concorreu para o apagamento de sua obra e figura na cultura portenha, quanto ofuscou a importância do conjunto de sua produção para a literatura – sobretudo, óbvio, a latino-americana. E, ainda, consideramos que contextualizar *Orgia* no conjunto do que escreveu Carella pode contribuir para um olhar mais amplo sobre o escritor/ pensador e, também, para que se levantem algumas questões e reflexões sobre ideias repetidas à exaustão pelos que escreveram sobre essa polêmica obra que se autodeclara ‘diarística’ e que, a nosso ver, podem ser melhor analisadas se postas em perspectiva com o percurso artístico-intelectual deste autor e seu projeto de construção de escritura/ obra mais denso e consciente que a simples sucessão de escritos.

Carella começa a publicar poesia em 1937, com o livro *Ceniza Heroica*, seguido de mais cinco títulos, o último deles sendo o *Roteiro recifense*³; no teatro, tem uma produção que se situa entre a comédia e a farsa dramática (são oito peças, algumas delas premiadas; referência ocultada após o retorno do autor a sua terra natal⁴); há ainda colaborações em revistas; dois roteiros cinematográficos; traduções de poemas, de obra italiana sobre história da arte, de peças de teatro; uma antologia de sainetes *criollos* (1957) precedida de um ensaio do autor sobre este gênero teatral de origem espanhola que se adaptou tão fortemente à cultura portenha e, ainda no terreno do ensaio, destacam-se outras duas obras muito importantes para contextualização do olhar do autor sobre o mundo (a partir de sua cultura natal): *El tango, mito y esencia* (publicada um ano antes da antologia, 1956) e *Picaresca Porteña* (1966, após a deportação de Recife). Por fim, os livros de memórias e diários de viagem: *Cuaderno del Delirio* (1959, premiado na Argentina); *Las Puertas de la vida* (1967, memórias da infância entre as cidades

³ Série de poemas em espanhol sobre o Brasil, em especial a cidade de Recife, fruto do período vivido na cidade, e editada pela Imprensa Universitária da UFPE, em 1965.

⁴ Deportado, em consequência das circunstâncias vividas em Recife e que se esclarecem no último volume das memórias de Hermilo Borba Filho (*Deus no pasto: um cavalheiro da segunda decadência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972).

de Mercedes e Buenos Aires); *Las ciencias ocultas* (1967, artigo em antologia de renomados argentinos sobre ocultismo) e o *Orgia* (1968 e depois reeditado em 2011).

De antemão, consideramos Carella escritor de tal refinamento que converte sua escritura de acordo com tema e ambiências do que relata: por exemplo, em *Cuaderno del Delírio* a sintaxe de fluxo febril das palavras e da frase e a sucessão/ o encadeamento aparentemente ilógicos do texto encenam clara e coerentemente o delírio patológico que se impõe como mote e estado de criação da *persona* autor-narrador-personagem confessional/ memorialístico (a fidelidade aqui é à exata franquia a uma lembrança forjada neste estado de alteração mental do alter-ego Carella enfermo, ou seja, não se pode esperar ou exigir lucidez, encadeamento de ideias que não seja pelas sugestões de sensações e evocações febris decorrentes da pneumonia⁵):

Aumenta la fiebre (...) Una lasitud incontrolable vence mi cuerpo. (...) La noche és lúcida, rebelde, deshonesto, ardiente. El desasosiego me aconseja: anotaré todo lo que se me ocurra. Desde ahora, mi único trabajo será copiar, ordenar y pulir la obra del delírio, cuyos arabescos empiezan. (CARELLA, 1959, p.14 – grifos nossos)

E segue refletindo sobre o estado de delírio e como, por meio dele, pode atingir a essência da vida por uma ascese espiritual (relação inequívoca com o projeto de escrita que terá seu desdobramento em *Orgia*: corpo como lugar da experiência mundano-mística), inserindo-se numa história de relatos testemunhais de viagem, literalmente se pondo ao lado de Colombo:

Los hombres enfermos perciben la esencia de la vida en las raíces del espíritu. Pues bien: ¿dónde está el espíritu? ¿dónde están las raíces? ¿No es el universo un gigantesco delírio? (...) También Cristóbal Colón tuvo fiebre por los caminos de Europa, antes de embarcarse para cruzar la Mar Océano. (CARELLA, 1959, p.16)

Em *Picaresca Porteña* dá-se a mesma operação consciente de projeto criativo: aqui encontramos outra escritura que se transmuta para dar forma ao tema do qual emerge. O mestre Carella é o ensaísta e a(u)tor em cena com léxico e trabalho apurado de linguagem para evocar devidamente a matéria do livro: a cultura portenha em formação a partir de suas margens. O gauchesco, o criollo, o lunfardo (léxico originado de variação dialetal dos imigrantes, sobretudo italianos fixados nas classes baixas de Buenos Aires e Montevideú, muito comum nas letras de tangos e chegou a influenciar gírias dos portos brasileiros do Rio de Janeiro e de Santos/SP), os jargões e os argentinismos se espalham para dar conta dos prostíbulos, da linguagem popular, das práticas sexuais na formação da alma portenha⁶.

⁵ Aqui o recurso a um disfarce de gênero confessional estilisticamente trabalhado já aparece.

⁶ Destaque-se que a verticalização do olhar para a subcultura sexual ocorre nesta obra, escrita após o retorno da experiência em Recife e da redação dos cadernos-base de *Orgia* (1960-1962).

A tese aqui é que a prostituição funciona como ordenadora da sociedade colonial e que os efeitos de sua proibição desencadeiam o caos. Invoca já a fundamentação, mais uma vez, em Santo Agostinho: “suprime las meretrices y llenarán de confusión la república” (1966, p.32). A doença se espalha fora das casas de prostituição (alcançando a dimensão de problema de saúde pública e sanitarismo); as meretrizes passam a viver como empregadas domésticas (e sua atividade sexual perde a remuneração, mas segue quase como estupro contumazes dos patrões): “En nombre de la dignidade de la persona humana, la prostitución fue oficialmente suprimida” (1966, p. 32) afirma ironicamente, para depois arrematar: “En esa sociedad falocrática la mujer no tenía medios ni esperanza de ganarse la vida.” (1966, p. 33 – grifo nosso). Também os desviados e paranoicos sexuais, estupradores e exibicionistas proliferam; o sexo pago passa a ocorrer em espaços públicos marginais sem higiene e cuidados; eclodem as escritas sexuais em paredes de mictórios públicos e de bares. O proscrito se insurge para criar nova ordem caótica.

Assim, tem-se um autor versátil, com uma cultura linguística ampla (espanhol, italiano, inglês, francês e o português aprendido na docência e vivência recifense), atento a manifestações culturais populares e de base quanto à formação de um povo a partir de suas porções marginalizadas e da produção de mitos fundacionais. Adicionem-se a este perfil traços que podem soar contraditórios: o humor e a ironia refinados presentes em toda a sua obra, a formação cristã/ católica e humanista de Carella e as recorrentes referências explícitas em seus textos a autores de viés filosófico (sejam místicos como Santo Agostinho - no caso deste, também um precursor do gênero confessional - e Teresa de Ávila, sejam situados na fronteira entre o erotismo e a ficção memorialística/ confessional como Leon Bloy, polemista francês ligado ao ocultismo, à religião católica e que se casou com uma prostituta).

Creemos ter pavimentado terreno suficientemente para adentrar o período de vida recifense de Tulio (1960 a 1962), durante o qual acumulará anotações diárias que elaborará depois do retorno à Argentina e a partir das quais surgirá *Orgia*, cuja primeira edição data de 1968 e surge inserida na coleção Erótica, traduzida por Hermilo Borba Filho, entre clássicos deste gênero proscrito (embora clássico e antiquíssimo), como Pietro Aretino e Louvet de Couvray. E Tulio adentra uma seara na qual se notabiliza, depois de premiado autor dramático em gênero tradicional na cultura argentina, convertendo-se em um sucesso polêmico, escandaloso, um proscrito autor erótico/ pornográfico: um clássico maldito.

2. DO MÉTODO: O ESTRANGEIRO NOS TRÓPICOS, DAS CONFISSÕES AO ENSAIO QUE MIRA O CENTRO DO REAL (O SEXO ESCANDALIZA E É POLÍTICO)

Quando da sua chegada a Recife, em março de 1960, aceitando convite para ser professor de teatro na Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Pernambuco, Carella desembarca, aos 48 anos, em meio a um cenário de ebulição política, movimentos e lideranças alinhados à esquerda (como as ligas camponesas, o Movimento de Cultura Popular da ala progressista da igreja católica e as ideias do educador Paulo Freire – ao qual acaba por confessar admiração a certa altura de *Orgia*) e fermentação ainda prévia da dura resposta dos setores conservadores da elite brasileira: o golpe militar que se concretizaria em 1964. E Carella era conhecedor da presença militar na América Latina, pois que na Argentina as ditaduras e os golpes militares foram vários e cruéis.

Sobre este olhar político do autor, Álvaro Machado destaca no prefácio à segunda edição de *Orgia* (2011, aqui usada): “... alarmado com a multidão de mendigos e deficientes físicos com que tropeçava nas ruas, o argentino combinava às suas aulas (...) discursos que procuravam mobilizar os alunos contra os abismos de desigualdade social visíveis a olho nu.” (2011, p.10) E reforça a consciência de Carella de que o pessoal, o íntimo, o afeto humano é, na vida social, uma questão política, quando transcreve: “Veja: os jovens começam a ter confiança em mim e até me consultam em relação a seus problemas íntimos. Mas a maioria desses problemas é de natureza política.” (2011, p. 10 APUD BORBA FILHO, 1972, p. 132)

Hermilo Borba Filho, que viria a ser amigo de Tulio somente após o retorno deste a Buenos Aires e principalmente por meio de cartas e foi o tradutor de *Orgia*, é responsável pelo convite para a vinda deste como docente ao Recife e, assim, descreve o primeiro encontro com o argentino, no quarto volume de suas memórias, intitulado *Deus no Pasto: um cavalheiro da segunda decadência* (1972), no qual segue o uso dos mesmos pseudônimos presentes no livro de Carella:

(...) falei com Deus e o mundo, ninguém queria deslocar-se para o Recife, o salário não compensava, a cidade para eles era uma selva, nada de afastar-se do seu mundinho, de conversa em conversa soube que, em Buenos Aires, poderia por-se à nossa disposição um dramaturgo-encenador (...), trocaram-se cartas, poucos meses depois, estando eu no [teatro do] Parque, a mostrar *Mandrágora* para uma dúzia de pessoas contra mil e duzentas cadeiras, apresentou-se um gigante de quase dois metros de altura, falando um espanhol ligeiro como o diabo: era Lúcio Ginarte. Parecia uma baleia fora d’água, escolhendo as palavras, tentando romper o muro que se impunha entre nós, nada me dizia mas eu sentia que as coisas para ele, na cidade, ou eram demasiadamente provincianas ou esquisitas. (1972, p. 64)



Lúcio Ginarte é o nome que usa Tulio Carella para se fazer personagem-narrador- autor das memórias/ficções expostas em *Orgia*. Uma espécie de romance *à clef*, no qual personagens existentes aparecem com nomes relativamente disfarçados, mas em geral facilmente identificáveis: Hermilo é Hermindo; Ariano Suassuna é o poeta Adriano; Leda Alves (aluna de Hermilo e posteriormente sua segunda esposa, com a qual o dramaturgo pernambucano se envolve ainda casado) é Leonarda, entre tantos.

Então, para além do encontro real do estrangeiro, branco, culto e de formação intelectual refinada e eurocentrada com um meio acadêmico imerso na cultura periférica do nordeste brasileiro (em suas contradições de elite burguesa oligárquica de discurso avançado e comportamento moralista) e, por outro lado, com a população marginalizada socioeconomicamente, Carella viveu anos ‘sabáticos’: solidão, certo isolamento e repúdio/inveja dos colegas docentes, condição de estrangeiro que observa o pitoresco quando é também visto como exótico à paisagem (por isso, objeto de fetiche e atração) e mergulha em sua curiosidade de investigador reflexivo e com olhar socioantropológico aguçado.

O alijamento dos pares acadêmicos, a estrangeiridade e a necessidade de companhia, o fascínio que exerce sobre transeuntes e homens dispostos ao sexo casual são as alegadas razões para Carella se envolver mais e mais em uma espiral de encontros libidinosos e cópulas com homens (sobretudo negros e mestiços de classe baixa) pelas ruas, pontes, pelos espaços públicos e bares e no pequeno apartamento (quarto e banheiro) que passa a ocupar no centro da cidade. O contexto de elaboração dos Diários alude a uma prática de anotações aparentemente descomprometidas que dariam ensejo apenas a reflexões sobre as experiências vividas, para mitigar a solidão, e, não, como base para uma publicação. Mas Recife se torna uma Sodoma idílica, tropical e delirante na versão que chega às mãos dos leitores, em 1968 (quando o autor já havia retornado a Buenos Aires e se debruça sobre este material para torná-lo obra). E talvez por o tema do sexo e as descrições de práticas sexuais serem tão explícitos e recorrentes no livro, em meio ainda ao senso comum moralista burguês, parecem ter se estigmatizado as leituras dele que se concentram, quase sem exceção, em tratar do homoerotismo⁷. O livro escandalizou e segue polêmico.

No entanto, *Orgia* é destes livros que, de tão complexos e repletos de camadas, se apresenta como um desafio e qualquer abordagem parecerá parcial e incompleta, pois se revela

⁷ João Silvério Trevisan é uma voz que endossa essa visão, ao transcrever longos trechos eróticos de *Orgia* em *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade* (2000).



um universo de múltiplas faces: temas; tratamento formal; disfarces e interfaces entre confessional e o ficcional; elaborações artísticas; elucubrações filosóficas, culturais, linguísticas, que se escamoteiam em todas as dimensões e o autor as entrelaça de modo tão profundo que a obra resiste a uma análise categórica ou redutora. É preciso contextualizar, novamente, alguns aspectos do período que Carella viveu em Recife.

Ao chegar, sua figura provoca surpresa e reações diversas em todas as esferas por onde transita: pela altura, pela beleza intrigante e pelos traços de origem italiana, pela língua espanhola, pela cultura vasta e pelas aulas e didática que arrebatavam os estudantes. Mas, no meio acadêmico, colegas vaidosos e autocentrados não o acolheram devidamente. Ora estavam imersos demais em seus próprios problemas; ora sentiam-se inferiorizados e invejosos. A baixíssima remuneração apenas permitia uma vida modesta e Tulio, casado em Buenos Aires, não tinha condições de fazer vir a esposa e prover uma vida confortável. Passa a morar em pensões simples no centro e, depois, em uma quitinete na mesma área. Percorre as ruas da cidade a pé ou em condução coletiva, quase sempre sozinho, como um *flâneur*: perscruta aquela gente simples e empobrecida e se fascina, sobremaneira, com a beleza negra e mestiça e com a virilidade libidínosa. Nas ruas era sempre olhado com insistência e curiosidade: é um ímã sedutor para homens e mulheres.

O contexto político do país e do estado de Pernambuco, já mencionamos, é de ebulição. Carella percebe essa situação, indigna-se, gostaria de colaborar com o movimento de alfabetização de adultos e jovens (segundo métodos de Paulo Freire), mas o idioma e o isolamento o impedem; além disso há o receio por ser estrangeiro. Em *Deus no Pasto*, Hermilo transcreve imensos trechos de *Orgia* e acaba por fornecer as versões que ficam faltando neste livro quanto aos eventos que envolvem a partida do colega argentino:

Trocávamos livros e falávamos um pouco de tudo: da literatura erótica, das profecias, da astrologia, dos santos do dia, do desconhecimento em que viviam uns dos outros os escritores latino-americanos, dos negros do Recife, das dúvidas e féis cristãs. Eu o adivinhava um solitário e seus olhos de criança grande me transmitiam uma mensagem que eu não conseguia decifrar, sabendo somente que nela estava contida a solidão, mas outra coisa que supunha mais grave não se revelava, ao contrário, procurava ocultar-se atrás de comentários mil. Também ele se preocupava com a agitação política da América Latina e em sendo estrangeiro não transgredir as leis. (1972, p. 129-130 – grifos nossos)

E, de fato, o gigante estrangeiro chama a atenção de policiais e das autoridades que buscam desmontar as resistências populares. Assim é que Tulio se vê sequestrado por oficiais do exército que o tomam por entreposto cubano em Recife para recebimento e entrega de armas às ligas camponesas de Francisco Julião, que intentavam promover a reforma agrária na região.

(83) 3322.3222

Torturado, chega a ficar preso em Fernando de Noronha (a ilha era usada para fins penitenciários), e após seus algozes perceberem o equívoco, é solto. Todavia, seus cadernos de anotações são encontrados no apartamento e a sua demissão e deportação é acompanhada pela chantagem: se revelar o ocorrido e as torturas, o conteúdo considerado escabroso desses escritos seria dado a público.

Reiteramos: a amizade com Hermilo se estreita mais ao final do tempo em Recife e posteriormente à extradição, por correspondência (chegam a se reencontrar em Buenos Aires). Mas já vemos no trecho sublinhado na citação anterior o quanto de afinidades há entre os dois artistas: os interesses em erotismo, filosofia, ocultismo e misticismo, religiosidade, negritude/mestiçagem, cristianismo, arte popular, latinoamericanidade. O livro de Hermilo preenche as lacunas do desfecho de *Orgia* (que se encerra abruptamente) e revela até a convivência do reitor da UFPE com a deportação, indignado com o que considera imoralidade inadmissível: ser Carella tachado como “um pederasta” (1972, p. 174).

Sobre alguns aspectos da estrutura e elaboração do livro, apresenta-se uma elaboração em dois relatos interligados, mas estrategicamente cindidos no texto: em um destaca-se o narrador onisciente em terceira pessoa (parte grafada em *itálico*) que emite reflexões, julgamentos, distancia-se e o ‘outro relato’ compõe-se pelos trechos de suposta transcrição/elaboração do que seria o diário (com tipografia em redondo), parte pretensamente confessional, em que o autor se exporia como protagonista dos eventos para ganhar atenção do leitor-voyeur mas, ao ‘imolar-se’ pondo-se em evidência para a censura, o que realmente faz é desnudar o moralismo hipócrita deste leitor e desta sociedade que esconde às margens seus desejos, seus questionamentos, suas reais práticas e suas estratégias de marginalização social.

Há tantos outros recursos que denotam a refinada arquitetura de *Orgia*. Por exemplo, apenas no início do livro se indicia, pela personagem Camélia, uma vidente (figura oracular elaborada por Carella integrando suas referências clássicas) o evento de que seria vítima o autor-personagem-narrador em sua *via crucis* de estrangeiro/ marginal/ intelectual que se envolve sexual e afetivamente com homens da classe popular e vítima torturada e chantageada/deportada por um governo militarizado com anuência da academia/ sociedade opressores, falso moralistas e violentos.

Partindo do fato de que o livro se afirma como Diário, *Orgia* levaria à invocação do pacto autobiográfico⁸ ou ao universo da literatura confessional já de imediato, e é literalmente

⁸ É importante conferir estudo (e revisão conceitual posterior) de Lejeune (1996) quanto à noção de pacto autobiográfico: quando o autor invoca a cumplicidade e adesão do leitor para que aceite como relato confiável o que é narrado em um testemunho que afirma ter sido experiência vivida.

assim que vem sendo pensado pela maior parte da fortuna crítica (ainda escassa), sem maiores problematizações ou sem a percepção dos disfarces e das camadas de elaboração tecidos nesta obra. Parece-nos que o desconhecimento (até pelo difícil acesso) do conjunto da produção deste autor (como já aludimos) deixa ainda mais obscura a perspectiva de que essas confissões ficcionalizadas compõem com maestria o projeto intelectual, estético, temático e o recorte de visada antropológico-filosófica de Carella. Mais pertinente nos parece ser pensar que Lúcio Ginarte não é apenas um *alter ego*/ disfarce, mas uma personagem, uma *ficcionalização de si*⁹ que Carella urde conscientemente e exagera a tônica para ampliar a força da polêmica e inserir *Orgia* nas múltiplas faces de sua investigação sobre o ser humano (suas confissões e traições): libido, corpo, espírito, erotismo como ascese individual/ coletiva e as fissuras sociais/ políticas implicadas.

María Zambrano, filósofa espanhola, pensa a confissão como uma espécie de “gênero de crise” e propõe esta questão: “como superar a distância, como fazer com que vida e verdade se entendam, deixando a vida espaço para a verdade e entrando a verdade na vida mesma, transformando-a até onde seja preciso sem humilhação?” E lança, em seguida, uma chave de resposta: “O estranho gênero literário chamado Confissão tem-se esforçado por mostrar o caminho em que a vida se aproxima da verdade ‘saindo de si sem ser notada’”. (1995, p. 24 – tradução nossa).

Ou seja, para Zambrano, a Confissão é o gênero que se atreve a preencher um vazio deixado pela filosofia (em sua busca pela verdade) e instaura-se no já terrível abismo aberto pela cisão entre a razão e a vida. A confissão é, pois, um relato fruto da expressão de um ser individualizado a quem se concede história, mas que padece e se arrisca, pode perder-se: “a confissão é a linguagem de alguém que não borrou sua condição de sujeito; é a linguagem do sujeito enquanto tal” (1995, p. 29); quando este sujeito revela a si mesmo, como ser vulnerável, em confusão, mediado e eventualmente cindido. Zambrano remonta a Santo Agostinho (precursor do gênero) e aproxima a confissão da ficção, em especial do romance: o sujeito que confessa está para o personagem de ficção em seus (des)caminhos externos e internos.

Paul Zumthor também auxilia a pensar a questão do confessional encenado em *Orgia*, quando fazemos uma analogia com o destaque que o estudioso fazia da significação particular que o uso do *je* tinha na poesia medieval e a ideia de performatização do autor, que se punha como uma espécie de ator, encenando o texto, ou seja, o corpo enunciado se integra à ordem

⁹ Conferir o conceito de *ficcionalização de si* conforme propusemos em *Copi: transgressão e escrita transformista* (PIMENTEL, 2011).

das coisas; porque para Zumthor a literatura é toda ela teatro (conferir: *Introdução à poesia oral e Performance, recepção, leitura*). Assim, nos parece desmascarada a urdidura do livro na alternância consciente do narrador-ensaísta e onisciente revelando o artifício do Diário como disfarce de exposição do Ginarte (versão ficcionalizada de Carella) cujas experiências surgem exageradas para escandalizar leitores (sobretudo os desavisados), para chocar e desnudar a hipocrisia social em que se viu imerso e seus mecanismos de opressão (inserindo Recife em seu plano de pesquisa da cultura marginal portenha e colonial, tango, língua, bordéis, vida sexual, academias, artes, elite e pobreza...).

Orgia, a certa altura, parece, também, caber num parentesco que pode soar mimetismo esdrúxulo a alguns (mais ainda do que este artigo vem ‘ensaiano’ incitar e está aludido no ‘entre parênteses’ do título), explico: se seguimos o sugerido diapasão afinatório de Luís Augusto Fischer (em trabalho também ousado de tese sobre Nelson Rodrigues), o escrito de Carella se aparentaria com o ensaio. Vejamos a fórmula alquímica de Fischer: “(...) o ensaio funciona como uma espécie de construção que se urde com a matéria-prima do autoconhecimento.” (2009, p. 19) E quem duvidaria de que *Orgia*, ao fim, ao meio e a cabo, se revela um percurso assaz peculiar de relato a partir de um mergulho em si, uma trajetória de confrontação íntima de Carella?

Estrangeiro argentino com raízes e vivências culturais europeias (sobretudo na tradição italiana) em terras brasileiras, mais especificamente recifenses, a experimentar ser uma micro-espécie de Nelson Rodrigues, no contraditório: professor admirado; intelectual e artista reconhecido; homem sedutor e doce; elemento desestabilizador do meio acadêmico; obsceno animal (homo)sexual a viver a marginalia dos coitos e ‘pegações’ com homens populares de uma classe socioeconômica interdita (negros, marinheiros, estivadores, anônimos nos mictórios, bares, parques e pontes), sem deixar de também fornicar com mulheres... e que, antes, parecia ser tão-somente um intelectual e artista-pesquisador portenho, casado e apaziguado em sua vida pequeno-burguesa de classe média em Buenos Aires. Em Recife, depravado, subversivo, contraditório...

E em sua porção ensaio, então, a narrativa de Carella promove a desconstrução da heteronormatividade moralista burguesa (e isso afia ainda mais o seu olhar para o (sub)mundo cultural – o que o leva à escrita posterior a seu retorno deportado a Buenos Aires do *Picaresca Porteña*). Nesse aspecto, corroboramos o que afirma Leandro Silva em “Homossexualidade e nação nos diários de Tulio Carella”, quando percebe a estratégia deste autor ao tocar a prática cultural de um povo que se identifica como sexualmente heteronormativo, porém traz em sua própria prática a deriva permissiva, mas mascarada, da pluralidade de performances sexuais:

(83) 3322.3222

contato@desfazendogenero.com.br
www.desfazendogenero.com.br

Como fonte simbólica, a heterossexualidade é uma estratégia de identificação cultural de um povo questionada pelos estudos *gays* e lésbicos, geralmente, a partir da contraparte narrativa que põe em evidência a experiência homossexual. Mas são relatos como os de Carella que possibilitam um questionamento a partir da própria norma hétero, sem a necessidade de se chamar a identidade *gay* para a arena do contraponto. (SILVA, 2015, p. 120)

Carella, então, expõe carne, nervo, ossos, pele e pelos da normativa hétero, sobretudo masculina patriarcal. Pela via do corpo, da suposta confissão, do sexo e do desejo lança seu dardo político, se converte em ameaça social: é preso ‘por engano’, mas deportado porque sua existência denuncia a sordidez da máscara moral burguesa. Ainda segundo Leandro Silva (embora assumo o livro como essencialmente um Diário, sem enxergar a complexa trama metaliterária), *Orgia* se configura como contradiscurso ao perfil do macho latino/ nordestino e à estereotipia da sensualidade feminina:

Os diários que Tulio Carella escreveu no Recife são a história desse indivíduo muito mais astucioso e muito mais adaptado à dinâmica da norma do que seus compatriotas LGBT. Mas a história desses diários também é a desconstrução da identidade masculina heterossexual, seu desejo, sua performatividade e sua legalidade. O texto dilata a ideia de sexo entre homens como forjado pelas necessidades compulsória e monetária ou pela doença, vício e pecado para o campo do mero prazer. Indica que as repetições ritualizadas que nos informam o que é o macho nordestino e o que ele representa se diluem sob a égide do desejo indiscriminado. Seu texto funciona como contradiscurso de uma sexualidade heterossexual que está no cânone da ideia de nação, e da sensualidade brasileira exclusivamente feminina. (SILVA, 2015, p. 130)

Em trecho do *Orgia* (em itálico, ou seja, o olhar do narrador-ensaísta onisciente), Carella descortina seu objetivo e afirma que “procura penetrar na alma da cidade, e a alma de uma cidade se traduz pela soma das almas de seus habitantes”. (2011, p. 277) Seja esta cidade Recife ou Buenos Aires... E, para além da alma, o invólucro que a conduz – o corpo - é porto fundamental para o exercício de expansão do desejo. O que vemos ao longo do relato é um desfile exaustivo e ininterrupto de corpos em ebulição, como se as ruas de Recife fossem uma verdadeira Sodoma incessante. Se o tédio se insinua a Ginarte, basta por os pés do lado de fora (e pode satisfazer-se nos vãos, bares, pontes, mictórios, ou mesmo retornar a sua quitinete):

O tédio me assalta: uma tarde inteira sem ninguém com quem enchê-la. Espantam-me estas horas de encerramento e solidão. Escapo para a rua e recomeça a estéril busca. (...) mergulho no desfile de sempre: machos jovens, aviadores, marinheiros, soldados, operários, morenos desconfiados, vendedores ambulantes, invertidos, policiais, vendedores de frutas, homens vestidos com roupas esfarrapadas, mendigos, bêbados... (2011, p. 261)

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS: EM MEIO A UM VESPEIRO OU SOBRE UM MANDACARU ESPINHOSO, NÃO HÁ COMO ESCAPAR ILESO

Há ainda tanto a mergulhar na trama desta complexa escritura que é *Orgia*, a qual se inscreve na longa linhagem de relatos de viajantes estrangeiros (lembremos os ecos do historiador holandês Gaspar von Barlaeus, em 1660, após retornar de viagem ao Brasilde: “não há pecado abaixo do Equador”): a questão da mestiçagem e da negritude, do corpo másculo negro e pobre que aparece objetificado e *fetichizado* no relato, corroborando a sexualização mercantilizada, a estereotipia da lascívia hiperbólica em uma sociedade de formação escravocrata (em todo o Brasil, sobretudo nesta porção de um nordeste canavieiro). Salta aos olhos o paralelo com a Argentina, que sempre se pretendeu tão europeizada a ponto de invisibilizar sua porção de povos originários (‘indígenas’) e , com especial afinco, a porção de negritude em sua tessitura populacional. Caminha-se por Buenos Aires e é raro serem vistas pessoas negras. Não espanta, portanto, o fascínio do argentino ao ver o extremo oposto no colorido que se espalha em Recife e, sobretudo, somado à permissividade, liberalidade, compleição física e poder de sedução/ atração de um contingente imenso de parceiros ao alcance a partir até de uma troca de olhares.

A ultramasculinidade do homem negro se plasma em sua forma maior na figura emblemática da personagem King-Kong, amante de Lúcio Ginarte, por meio da qual escancaram-se debates tantos no relato que é impossível não os apontar (mas repetimos que o faremos com o cuidado de ressaltar: não podem ser a questão única, pois sob ela se esconde a ironia política e a investigação socioantropológica de Carella quanto às faces e aos disfarces do ser humano em seus sistemas de relações sexuais, tantas vezes vazios de afeto e denotadores de opressão, submissão, mercancia).

King Kong é o ápice do fascínio de Carella por esta encarnação suprema da libido, da atração que exerce o corpo do homem negro: a virilidade naturalizada como se em sua essência maior; afinal negros foram (segundo a História oficial imperialista, colonial e positivista) ‘animais’ físicos a traduzirem vigor, trabalho braçal e, na outra face da mesma moeda, desejo e interdito juntos. A perversão e a tara sexuais de domínio da branquitude eurocentrada, patriarcal e heteronormativa se vê destituída pela operação de submissão e devoção do intelectual branco argentino (de ascendência italiana) ao ser possuído pelo negro pobre e ignorante. Pelo ânus em êxtase do branco, o corpo sexualmente ativo do negro descoloniza,

inverte uma história de violência, mesmo que pontualmente e sob consentimento desejoso do ente (a)passiv(ado).

Isso é um mistério que algum dia precisa ser esclarecido: o da atração sexual, que não depende do conceito de beleza que se tem através da arte ou da filosofia; algo de mais entranhável começa a funcionar quando dois indivíduos se encontram e, mutuamente, gostam um do outro. Algo que está fora das leis comumente aceitas como naturais. Para a religião, estes atos são perversos e indesculpáveis; para os analistas um mistério ainda indecifrado; a sociedade exerce uma grande pressão sem conseguir eliminá-los; a filosofia oscila entre pareceres diversos. Até agora só se pôde classificar a homossexualidade em alguns tipos – passiva, ativa, ocasional, de indivíduos bissexuais -, mas não solucionar o problema, se é. Muitos conceitos formulados em laboriosa gíria técnica são lugares comuns. A História e a Antropologia encontram civilizações avançadas ou primitivas em que as relações homossexuais são comuns. A moral de certos grupos é que decide para a maioria, o que configura um atropelo indesculpável: é a rocha Tarpéia da atualidade. Ninguém é livre de si mesmo: está amarrado a sistemas convencionais e quem os quebra é qualificado como indivíduo aberrante. Nessa atitude reprovadora há, simplesmente, medo. Nasce nas tribos de escassa população que quer aumentar para não sofrer desastres bélicos, como se a guerra e a matança fossem lícitas e a homossexualidade, que não causa mal a ninguém – ao contrário, dá prazer -, ilícita. (CARELLA, 2011, pp. 269-270 – grifos nossos)

Neste longo excerto, Carella mostra efetivamente o quanto sua odisseia em *Orgia* deve ser compreendida como um projeto de obra investigativa, análise profunda de bases filosóficas, espirituais e socioculturais da humanidade. Sob a superfície da *via crucis* do corpo do estrangeiro em aventura pornográfica entra em questionamento a heteronormatividade (bem antes da discussão nestes termos) e reside um *bildungsroman* (ou romance de formação do ente humano, sexual, filosófica, existencial, cultural e politicamente). Os trechos destacados comprovam: a homossexualidade não é um problema, ela causa problemas ao *status quo* burguês, capitalista baseado na reprodução de herdeiros da elite e de braços negros e mestiços para o trabalho servil-proletariado. A ciência ou a técnica se enredam em lugares do senso

comum, tradutores de moralismo baseado em convenções cuja quebra gera medo, muito medo. Pois que a liberdade do indivíduo ameaça os sistemas de controle. Como esclarece Rick Santos:

De acordo com esse sistema, a formação de identidades e a naturalização da heterossexualidade compulsória ocorre por meio da “proibição” e da “negação”, ou seja, cria-se certo modelo, digamos, “A”, por exemplo, e a partir daí todos/as que não se enquadrarem no modelo “A” passam, necessária e arbitrariamente, a serem designados não-A, isto é, *Outro* em relação a “A”. (...) O heteromascuino desdobra-se em categorias ditas como “universais” ou “naturais”, a partir das quais todas(os) as(os) *Outra(os)* têm de se explicar, tornando-se dependentes da condição heteromascuina para adquirir inteligibilidade. (2014, p. 69)

Cinco décadas depois de publicado, *Orgia*, nos termos de seu tempo de elaboração, planta a semente de uma dúvida epistemológica invocando a legitimidade do prazer (que está na base da homossexualidade, a qual não causa mal a ninguém, e sim bem a quem a exerce, conforme trecho grifado na citação transcrita). Portanto, afirma-se como uma escritura que transgredir os mecanismos de controle estabelecidos e os denuncia/ desmascara, pelo mergulho profundo na psiquê e nos desejos humanos, além de nas estruturas sociopolíticas e culturais. Objeto estranho que desestabiliza as narrativas, que empena as engrenagens do cânone. Ainda nas palavras de Rick Santos:

Assim sendo, por se estabelecer fora dos limites e proibições do sistema heteronormativo/ falocrático, a literatura queer torna-se um veículo de contestação e transgressão a esse mesmo sistema. (...) a literatura queer inventa e oferece *Outras* possibilidades de significar, ser e viver que estão além daquelas ofertadas pelo sistema opressivo e essencialista da heteronormatividade e do heterossexualismo compulsório. (2014, p. 78)

Situa-se, pois, esta obra de Carella numa espécie de proto-queerização da literatura. Não seria de se esperar menos: o autor pagou com o próprio corpo o fato de empenhar este mesmo corpo a serviço de sua (empírica e orgânica) investigação. Não havia como Tulio Carella escapar ileso de um destino que traçou esmeradamente por sua dedicação de intelectual orgânico, que fundiu corpo, mente e produção: sua trajetória o leva de autor/ artista premiado a ameaça pública, inimigo social, estrangeiro deportado, pornógrafo que se rebela ao publicar os escritos pelos quais é ameaçado e preso. Não teme a verdade, a persegue e a incorpora. Assim, vira fantasma em sua própria pátria, mas também escritor cultuado. E fechamos com mais

provas de o quanto Carella se sabe ensaísta e desvelador de mentes/ corpos/ almas de seres humanos e sociais, para muito além de puras notas confessionais, pois que seu narrador onisciente (outro alter ego do autor) entrega os disfarces de sua faceta personagem diarista:

Este sou eu? É o outro? O outro que sentiu nascer nos trópicos. Ou é um terceiro, um quarto eu, que se mantiveram ocultos durante todos estes anos, aguardando o momento de se tornarem evidentes? Como todo ser humano, Lúcio mente a si mesmo, por mais que em seu diário se jacte de uma sinceridade, sinceridade puramente exterior, de fatos que não quer interpretar. A mentira é subconsciente. (2011, p. 277)

4. REFERÊNCIAS

BORBA FILHO, Hermilo. *Deus no pasto: um cavalheiro da segunda decadência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

CARELLA, Tulio. *Cuaderno del delírio*. Buenos Aires: Goyanarte, 1959.

CARELLA, Tulio. *Orgia: os diários de Tulio Carella, Recife, 1960*. São Paulo: Opera Prima, 2011.

CARELLA, Tulio. *Picaresca porteña*. Buenos Aires: Sieglo Veinte, 1966.

FISCHER, Luís Augusto. *Inteligência com dor: Nelson Rodrigues ensaísta*. Porto Alegre: Arquipélago, 2009.

LEJEUNE, Philippe. *Le pacte autobiographique*. Paris: Seuil, 1996.

MACHADO, Alvaro. A trajetória de uma confissão. In: CARELLA, Tulio. *Orgia: os diários de Tulio Carella, Recife, 1960*. São Paulo: Opera Prima, 2011.

PIMENTEL, Renata. *Copi: transgressão e escrita transformista*. Rio de Janeiro: Confraria do Vento, 2011.

SANTOS, Rick. *Poética da diferença: um olhar queer*. São Paulo: Factash Editora, 2014.

SILVA, Leandro Soares. Homossexualidade e nação nos diários de Tulio Carella. In: MITIDIARI, AL., and CAMARGO, FP., orgs. *Literatura, homoerotismo e expressões homoculturais* [online]. Ilhéus, BA: Editus, 2015, pp. 117-138. ISBN 978-85-7455-442-6. Available from Scielo Books <<http://books.scielo.org>>.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.



ZAMBRANO, María. *Confesión: género literário*. Madrid: Ediciones Siruela, 1995.

ZUMTHOR, Paul. *Introdução à poesia oral*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

ZUMTHOR, Paul. *Performance, recepção, leitura*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

DISPOSITIVOS DE PRODUÇÃO DO GÊNERO NO PROCESSO PENAL: UM ESTUDO DE CASO¹

Emerson Erivan de Araújo Ramos²

RESUMO

Entre 2010 e 2011, houve na cidade de Patos/PB uma série de assassinatos de travestis praticada pelo mesmo autor: um policial militar bastante conhecido na região. Apenas uma das cinco vítimas conseguiu sobreviver, de modo que só após quatro mortes registradas e uma tentativa de homicídio é que o réu foi preso e processado. Até hoje, porém, o autor foi condenado unicamente pelo episódio da tentativa de homicídio. Tomando por base o estudo desse caso, este texto procura investigar as funções não declaradas do processo penal enquanto exercício do gênero, funções observadas no tratamento reservado à vítima sobrevivente e às testemunhas travestis pelos agentes do Estado. A negação da identidade de gênero das personagens e o enquadramento delas como “homossexuais” (em vez de travestis ou mulheres trans) marcam todo o trâmite processual. Do ponto de vista teórico, para compreender tal fenômeno, utilizo a categoria de dispositivo de poder tal como elaborada por Michel Foucault, a fim de lançar luz sobre as formas que o Estado (através do processo penal) regulam e produzem o gênero.

Palavras-chave: dispositivo de poder, gênero, processo penal.

INTRODUÇÃO

No dia 04 de janeiro de 2012, uma travesti é detida em meio a um grupo de pessoas envolvidas em uso e tráfico de drogas e é levada à delegacia de Patos/PB. A partir desse episódio, o que parecia ser uma detenção regular em virtude do cometimento de pequenos delitos acabou se tornando a peça-chave para a solução de um dos casos mais intrigantes de assassinato em série no estado da Paraíba. Os traços da tentativa de execução registrados no próprio corpo da travesti detida foi o sinal necessário para a descoberta da autoria de ao menos outros quatro homicídios consumados envolvendo três travestis e uma mulher cisgênera³, praticados entre agosto de 2010 e dezembro de 2011 por um policial militar.

Esse caso é objeto de análise em uma pesquisa sobre transfeminicídios realizada por mim em sede de doutoramento no âmbito do Programa de Pós-graduação em Sociologia da

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

² Mestre em Direito pela Universidade Federal da Paraíba (PPGCJ/UFPB) e doutorando em Sociologia pela mesma instituição (PPGS/UFPB), autorprincipal@email.com;

³ Isto é, que se encontra em conformidade com o gênero designado ao nascer.

Universidade Federal da Paraíba (PPGS/UFPB) (ainda em conclusão), de modo que aproveite-me de reflexões extraídas da tese para discutir aqui a função do processo penal no caso sob análise. Acredito também que essa função latente a que me refiro possa ser estendível para outros casos, uma vez que o Estado é uma das esferas que são atravessadas pelos dispositivos de poder reguladores e produtores do gênero – ele mesmo é o resultado de uma confluência de forças.

Dessa maneira, utilizo-me do estudo de caso em apreço para discorrer sobre como os corpos e as subjetividades travestis são manipuladas pelo Estado através do processo penal, mesmo que elas não sejam réis, mas vítimas de condutas delituosas. Para interpretação desse fenômeno, mobilizo conceito de dispositivo de poder como elaborado por Michel Foucault, categoria útil por privilegiar os efeitos produtivos do poder e relacioná-lo à regulação e constituição das subjetividades.

METODOLOGIA

Os transfeminicídios de Patos permanecem no imaginário local como um dos mais evidentes casos de crime de ódio no Estado. Para a descrição desses episódios, serão utilizados cinco⁴ processos judiciais em que o assassino é réu, os quais versam sobre os homicídios (tentado e consumados) e o ato de improbidade administrativa em decorrência da prática dos crimes anteriores. Através desse vasto material, trato de realizar um estudo de caso para averiguar a produção do gênero através do processo penal, como parte de um grande dispositivo de poder.

Um estudo de caso dedica-se a investigar um fenômeno “dentro de seu contexto da vida real” (YIN, 2001, p. 32) e “assume um papel importante na testagem de uma teoria ou hipótese” (GRAY, 2012, p. 208). É o método ideal quando se objetiva responder “como” e “por que razão” ocorre tal fato (GRAY, 2012, p. 21; YIN, 2001, p. 24) – intenção deste escrito.

O caso apresentado torna-se um paradigma analítico para compreender o que está em jogo quando da relação entre Estado e pessoas cisdissidentes⁵ (aqui, com o recorte do

⁴ O policial militar aqui mencionado é suspeito do homicídio consumado de cinco pessoas (quatro travestis e uma mulher cisgênera) e pela tentativa de homicídio de mais uma (travesti). Contudo, em virtude do fato de o *modus operandi* do assassinato de uma delas ter sido diferente (em vez de um tiro na nuca, o tiro acertou o peito da vítima), o delegado de polícia utilizou como tática o não indiciamento do autor por este delito em específico. É por isso que o estudo de caso baseia-se na análise de cinco processos por crime de homicídio (tentado ou consumado) – e não seis.

⁵ Isto é, pessoas não cisgêneras.

processo penal). A metodologia de estudo de caso é propícia exatamente para observar a atuação e a circularidade do poder, compreendendo-o como uma rede que tenta, insistentemente, capturar esses corpos e assujeitar essas subjetividades.

Por que as vítimas dos crimes acima narrados sempre são apresentadas no masculino e sob a identificação de homossexuais – seja pela mídia, seja pelo aparelho de Estado que investiga e pune as condutas? Por que a vítima sobrevivente e as testemunhas travestis apresentam-se sempre como homossexuais perante os sujeitos que compõem a cena processual? Este tópico traz em seu cerne a tentativa de responder essas perguntas inquietantes. Para isso, serve-se de uma teoria do poder de fundo foucaultiano, que toma por base a categoria “dispositivo de gênero”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os casos

Cláudia⁶ tinha 23 anos de idade e era garota de programa, mas trabalhava como cabeleireira em um conhecido salão de beleza da cidade durante o dia. No depoimento que prestou na delegacia, seu companheiro narra que ela ia todos os dias à noite ao mercado público da cidade, local que tinha como ponto de prostituição. Normalmente, ficava lá até meia noite e depois voltava para casa. Não há testemunhas para o homicídio.

O companheiro da vítima informa que estiveram juntos até as 20h, quando ela saiu para conseguir programa na esquina do mercado. Não há registros nos autos processuais, contudo, do que aconteceu antes ou durante sua morte, exceto por um depoimento o qual

⁶ Todos os sujeitos da pesquisa possuem nomes fictícios os quais procuram manter equivalência com a nomeação das vítimas realizada pelas testemunhas, uma vez que o aparato judiciário-policial apenas reconhece o nome jurídico-civil das sujeitas. Dar novos nomes às travestis, contudo, foi uma das atividades mais complexas da pesquisa. Isso porque a substantivação das pessoas cisgêneras no registro civil de nascimento costuma basear-se em uma forte distinção entre o feminino e o masculino, enquanto que nem sempre isso acontece nas subjetividades travestis. Inobstante o nome civil das vítimas seja sempre lembrado pelos aparelhos de Estado na investigação e no julgamento do caso, as testemunhas referem-se umas às outras pelos nomes sociais. Isso é bastante evidenciado quando uma das testemunhas é inquirida em audiência pelo Ministério Público sobre com quem ela estava no dia que foi levada à delegacia para ser interrogada pelo delegado de polícia – pois ela afirmava ter sido coagida para depor. E a testemunha responde com os nomes femininos de outras travestis, porque: “se eu falar nome de homem, eu não sei. Eu só sei o meu”. Além disso, as sujeitas deste processo algumas vezes são conhecidas por mais de um nome. É o caso de Cláudia. Na investigação, apenas duas testemunhas referem-se a ela pelo nome marcadamente feminino – dentre as quais, um homem que afirmou relacionar-se com ela. Todas as demais testemunhas afirmam conhecê-la por um outro nome, o qual remete à marca de um conhecido chiclete (um nome que poderia ser considerado uma alcunha). Por isso, eleger o nome por que as travestis são denominadas neste trabalho é uma grande arbitrariedade, mas uma arbitrariedade que tenta preservar a intimidade, a memória e a identidade social das vítimas.

informou que havia rastros de pneu de moto próximo ao cadáver de Cláudia. Esses rastros sinalizavam que o autor havia partido em direção ao 3º Batalhão de Polícia Militar (BPM).

Fora esse dado, agrega à investigação uma matéria jornalística noticiando o delito, publicada em um jornal eletrônico local às 07:00 da manhã do dia do homicídio. A matéria tem por manchete “Homossexual é assassinado na madrugada de hoje em Patos”. E descreve que: “Por volta das 00h15min desta quinta-feira, dia 08, o homossexual [nome civil da vítima], de 23 anos, foi assassinado a tiros em Patos” (HOMOSSEXUAL, 2011).

Essa mesma notícia acrescenta que Cláudia foi assassinada com dois tiros que atingiram a base de trás do crânio e os disparos conseguiram ser ouvidos do 3º BPM, situado a cerca de 500 m de distância em linha reta do local da morte. Nesse momento, foi enviada uma guarnição em diligência para identificar o ocorrido. É quando o corpo da vítima é encontrado, porém não havia qualquer sinal do autor do crime. Ao lado do cadáver, a notícia afirma ter sido encontrado um preservativo e dois projéteis de revólver, sem sequer indicar se o preservativo havia sido ou não utilizado ou se continha ou não sémen (importante material genético).

Os registros fotográficos da perícia do local do crime e o laudo de exame cadavérico mostram um corpo com evidente passabilidade⁷ feminina. Cabelos longos com implantes descoloridos, vestia uma blusa curta de malha que deixava visível parte da barriga e short jeans também bastante curto. Estava maquiada no dia do crime e o lenço que usava em volta do pescoço acabou por tampar-lhe a boca no momento que caiu no chão. Segundo o laudo de exame cadavérico, tratava-se de um “cadáver do sexo masculino, cor parda, medindo 165 cm de estatura”.

Um elemento importante sobre a repercussão social do delito é que, em uma pesquisa no buscador Google pelo nome civil da vítima, identifiquei onze sites que noticiaram a morte de Cláudia entre os dias 8 e 9 de dezembro de 2011. Dez deles apontaram a vítima como “homossexual”⁸. Apenas um apontou-a como “cabeleireiro”, porém indicou a “homofobia” como motivação, posto que “a vítima também fazia programas sexuais na cidade de Patos” (RANGEL, 2011). Essa forma de tratamento é completamente destoante da maneira como a vítima apresentava-se. Alguns portais de notícia chegaram a divulgar as fotos do que parece ser uma equipe de peritos analisando o corpo.

⁷ Por passabilidade entende-se a capacidade da pessoa trans de “passar-se por” pessoa cis. Isto é, a capacidade de uma mulher trans, em um lance de olhar, ser reconhecida como se mulher cis fosse. E de um homem trans ser reconhecido como se um homem cis fosse. Sobre o conceito de passabilidade, ver: Cristiane da Silva e Júlia Pontes (2018)

⁸ As notícias variaram entre “homossexual é assassinado”, “morte de homossexual” e “jovem homossexual é cruelmente assassinado”.

E ainda segundo o portal Blog do Rangel (RANGEL, 2011): “De acordo com testemunhas, ele teria saído com um cliente por volta das 22h de quarta e aproximadamente duas horas depois o corpo foi encontrado no terreno baldio”. Assim, esse dado confirma que a vítima foi assassinada no exercício da profissão por um cliente que havia contratado um programa. Este, provavelmente conduziu-a de moto até o Campo da Buraqueira, lugar ermo onde supostamente praticariam o ato sexual. Ocorre que, antes ou depois do programa, o cliente decidiu executá-la.

O caso de Cláudia foi o último de uma série de outros quatro assassinatos consumados e uma tentativa de assassinato praticados pelo mesmo agente: um policial militar da cidade de Patos. Todos possuíram *modos operandi* semelhante e, à exceção do caso da vítima sobrevivente, ocorreram no mesmo local.

Para fins de uma observação cronológica dos crimes, segue abaixo uma tabela com a data e a hora que cada vítima foi executada.

Vítima	Data	Hora
Alain	Entre 14 e 15 de agosto de 2010	Vista pela última vez entre as 22:00 e 22:30 do dia 14
Tita	4 de outubro de 2010	00:20
Helenita	21 de julho de 2011	23:30
Lidson	1º de setembro de 2011	22:00
Cris	16 de outubro de 2011	22:40
Cláudia	8 de dezembro de 2011	00:20

Tabela 1 – Data e hora dos homicídios

Como se pode observar acima, todos os crimes ocorreram no interregno de agosto de 2010 e dezembro de 2011, no período noturno. Os horários de ocorrência dos crimes não são, evidentemente, meras coincidências. Os delitos ocorrem à noite por dois motivos. O primeiro deles porque os locais onde se deram as execuções só se encontram desertos nesse horário. O segundo dos motivos (e que se relaciona com o primeiro) é que o período de exercício da prostituição de rua é à noite. Esse é também o tempo de existência das travestis, o instante de suas aparições públicas. É na escuridão que elas podem transitar.

A única sobrevivente dessa série de assassinatos foi Lidson. Era por volta das 22:00 de um domingo quando a vítima já voltava para casa (depois de uma noite de programas) e

encontrou o homicida em uma rua próxima ao mercado público de Patos. Foi nesse instante que surgiu um homem que descreveu como “baixo, de cor morena, braços e pernas peludas, calvo, barrigudo”. Além disso, notou que era “casado, pois usava aliança”. Lidson conta ainda que ele pilotava “uma moto grande, de cor escura”, tal como já havia sido visto no caso Helenita.

Ao abordar a vítima, o criminoso perguntou o valor do programa. Custava R\$ 20,00. Lidson já havia subido na moto quando o executor ofereceu R\$ 30,00 para que transassem no Campo da Buraqueira. Disse o assassino: “Eu dou os R\$ 30,00. Bora lá pro Moinho!⁹”. Ela negou a oferta de pronto. Conhecedora dos homicídios que vinham ocorrendo no local, afirmou: “Pro Moinho eu não vou, não. Se embalar com sua moto, eu pulo da moto!”.

O executor tentou acalmá-la e perguntou onde haveria um lugar ermo, “um canto bom que não passe ninguém”. É aí que Lidson sugere o Beco da Corda (também conhecido como Beco do Cabaré) e eles encaminharam-se para lá. Ao chegar, o policial tirou o capacete e a vítima ficou de costas para o autor. Tirou a roupa e a chamou para o sexo. Foi nesse momento que ele efetuou três disparos contra Lidson, sendo que apenas um a atingiu – na região da cabeça. O projétil transfixou seu crânio e a sobrevivente só restou viva porque fingiu-se de morta. Caída ao chão e sangrando, ela ainda ouviu quando o assassino disse: “agora que eu acabei com você e com os outros quatro, vou acabar com o restante das raparigas, das sapatonas e dos veados”. Após isso, o algoz fugiu, acreditando que Lidson estivesse morta.

A vítima, contudo, decidiu não notificar o caso à polícia, de modo que os assassinatos só foram investigados porque Lidson foi detida por estar com certa quantidade de drogas. Foi apenas com a detenção fortuita da sobrevivente que o caso começou a ser solucionado.

Dispositivo de gênero e função latente do processo penal

A produção intelectual de Michel Foucault constitui-se de uma crítica incansável à antropologia filosófica e à teoria política liberais, que entendem o sujeito como um indivíduo livre e o poder como um bem derivado do contrato originário entre os homens¹⁰. Neste último aspecto, o poder é fruto de um consenso entre as partes que estabelecem um contrato (ficção jurídica fundante do liberalismo), de modo que todo exercício de poder que ultrapasse os termos contratuais significa opressão (FOUCAULT, 1999, p. 24). Em oposição a essa ideia, o

⁹ Trata-se do “Moinho Patoense”, estabelecimento comercial ao lado do Campo da Buraqueira.

¹⁰ Ênfase “entre os homens” pelo caráter eminentemente masculino que a ficção do contrato social assume. Sobre isso, ver: Carole Pateman (1989, 1993) e Joan Scott (1996).

autor francês elabora uma teoria em que o “poder não é mais associado a atores livres, mas a novas ideias sobre estruturas, linguagem e tempo” (WILLIAMS, 2013, p. 154). Para fazer emergir novos sentidos para o indivíduo e o poder, o autor, antes, põe em novos termos a relação entre saber e poder.

Não é difícil perceber que a produção intelectual foucaultiana opõe-se à semiologia estruturalista e ao materialismo dialético marxista em efervescência na década de 1960. Mais do que uma relação entre infraestrutura e superestrutura, o autor estava preocupado em revelar as tramas do poder, o qual não se encontra preso aos condicionamentos econômicos (como se a economia fosse um princípio gerador de todo o poder), todavia está espreado na sociedade em suas inúmeras instâncias: nos discursos¹¹, nos saberes, nas instituições, nos microssistemas sociais, etc.

É nesse ponto que o intelectual francês propõe uma nova antropologia filosófica que se distancia da elaborada pelo liberalismo. Para Michel Foucault, o indivíduo não é um átomo isolado e racional como pretende a tradição liberal-iluminista, mas sim um efeito do poder e só existe em uma correlação de forças que possibilita sua existência.

Não se deve, acho eu, conceber o indivíduo como uma espécie de núcleo elementar, átomo primitivo, matéria múltipla e muda na qual viria aplicar-se, contra a qual viria bater o poder, que submeteria os indivíduos ou os quebrantaria. Na realidade, o que faz que um corpo, gestos, discursos, desejos sejam identificados e constituídos como indivíduos, é precisamente isso um dos efeitos primeiros do poder. Quer dizer, o indivíduo não é o *vis-à-vis* do poder; é, acho eu, um de seus efeitos primeiros. O indivíduo é um efeito do poder e é, ao mesmo tempo, na mesma medida em que é um efeito seu, seu intermediário: o poder transita pelo indivíduo que ele constitui. (FOUCAULT, 1999, p. 35)

Essa passagem é extremamente reveladora quando se observa a maneira que as instituições modernas *criam* os sujeitos. O que são a mídia, a escola, o exército, o hospitais senão locais de exercício de poder e correlação de forças? O que são essas mesmas instituições senão espaços de criação do sujeito moderno? Assim, não é difícil perceber que “O indivíduo é um efeito do poder”. Mas, o que é o poder na teoria foucaultiana?

Neste ponto, Foucault o trata a partir da sua correlação com a guerra, o conflito de forças. Afirma: “a política é a guerra continuada por outros meios”¹² (FOUCAULT, 1999, p. 22). Nessa argumentação, o poder deixa escapar sua natureza conflituosa e não pode ser outra

¹¹ “(...) o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar.” (FOUCAULT, 1996, p. 10)

¹² Trata-se da alusão e uma inversão do teorema de Carl von Clausewitz, em que este afirma “A guerra não é mais que a continuação da política por outros meios”, ela “não é somente um ato político, mas um verdadeiro instrumento da política, seu prosseguimento por outros meios” (*apud* FOUCAULT, 1999, p. 22).

coisa senão o resultado de uma guerra. Isso é exatamente o oposto do que prega a tese liberal de que o poder deriva do consenso oriundo do contrato originário¹³.

Como produto de uma guerra, o poder deve ser analisado em suas relações práticas, em seu exercício. Nunca como algo isolado, um ente próprio fora do contexto em que é aplicado. Ele é polímorfo e sua forma só pode ser enxergada no interior das relações concretas, na arquitetura da guerra. Gilles Deleuze (2005, p. 78) esclarece:

O que é o poder? A definição de Foucault parece bem simples: o poder é uma relação de forças, ou melhor, toda relação de forças é uma “relação de poder”. Compreendamos primeiramente que o poder não é uma forma, por exemplo, a forma-Estado; e que a relação de poder não se estabelece entre duas formas, como o saber. Em segundo lugar, a força não está nunca no singular, ela tem como característica essencial estar em relação com outras forças, de forma que toda força já é a relação, isto é, poder: a força não tem objeto nem sujeito a não ser a força.

Como bem articula Deleuze ao interpretar Foucault, o poder só pode ser concebido em sua relação imanente com o mundo, como uma correlação de forças sociais. O poder é um exercício e, por isso, só pode ser conhecido a partir de seus efeitos. E esses efeitos são inúmeros: controlar, dificultar, facilitar, incitar, permitir, proibir, separar, unir, etc.

Michel Foucault não está apenas interessado na capacidade que o poder possui de regular, isto é, de dizer o que se pode ou não se pode fazer. O poder controla, interdita, separa. Porém, as teorias políticas tradicionais, historicamente preocupadas com a esfera negativa do poder, não se debruçaram sobre uma de suas principais funções: a produção. Deveras, seu caráter produtivo é peculiar à análise foucaultiana dos sistemas sociais.

É por essa razão que escreve obras como *Vigiar e Punir* (2013 [1975]) e *História da sexualidade: a vontade de saber* (2014 [1976]). Estas obras visam mais do que revelar uma possível história das punições e da sexualidade – o que já seria um projeto grandioso e necessário. São livros que se preocuparam em pôr à prova a tese do caráter positivo do poder, através da análise de dois âmbitos fundantes da sociedade moderna: a pena e o prazer sexual. A maneira como o autor encarou esses temas acabou por confirmar sua ideia de que o poder possui caráter produtivo, em oposição à imagem do poder como essencialmente repressivo. Aprender o poder como um correlação produtiva das coisas e dos sujeitos leva-o a elaborar um novo arsenal teórico, que envolve a criação de categorias como a de *dispositivo de poder*.

¹³ A natureza belicosa do poder não é exclusividade das teorias foucaultianas. Já bem antes, outras correntes teóricas reivindicavam uma noção de poder não fundada em um contrato, entretanto como o resultado de uma luta. É esse o sentido da “luta de classes” em Karl Marx, que é necessariamente uma luta política.

Este é um conceito central na constelação teórica deste escrito para compreensão do caso estudado.

Foucault utiliza sistematicamente a categoria (tornando-a, de fato, um instrumental metodológico) em *História da sexualidade: a vontade de saber* (2014 [1976]). Na obra, a intenção do autor não é apenas analisar a maneira como a sexualidade desenvolve-se na sociedade moderna – contrapondo-se à hipótese repressiva freudiana. Neste ensejo, ele avança com relação à hipótese de repressão à cata de demonstrar que a sexualidade não é uma pulsão natural, mas um constructo elaborado por um dispositivo específico de poder¹⁴. A sexualidade, assim, é um *efeito* de um dispositivo, que coordenada um conjunto de saberes e relações de poder. Novas formas de poder e saber sobre a sexualidade interagem a partir do século XVIII, incitando novos discursos.

Ainda enfrentando a hipótese repressiva, argumenta ele que não existe um silenciamento sobre o objeto, mas, ao contrário, um excesso de discurso. E apesar da expressão “dispositivo de sexualidade” constituir uma parte significativa do livro, ainda aí ele não esclarece o que vem a ser a categoria. A definição só aparece um ano depois do lançamento dessa obra (em 1977), em uma entrevista que se intitulou *Le jeu de Michel Foucault* – traduzida para o livro *Microfísica do poder* com o título *Sobre a história da sexualidade*. Nesse momento, Foucault (1998, p. 244) descreve o dispositivo como:

(...) um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.

A definição apresentada pelo autor, ao primeiro lance de olhar, mais confunde do que esclarece, sendo uma noção aparentemente geral que, de tão “heterogênea”, pode englobar qualquer coisa. Compreender o que o intelectual francês quis dizer precisamente com o termo dispositivo, o lugar dessa categoria em sua obra e as principais contribuições desse conceito para a análise das formações sociais, tem sido um esforço de diversos autores¹⁵.

¹⁴ “Não se deve concebê-la [a sexualidade] como uma espécie de dado da natureza que o poder é tentado a pôr em xeque, ou como um domínio obscuro que o saber tentaria, pouco a pouco, desvelar. A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder” (FOUCAULT, 2014, p. 115).

¹⁵ Basta lembrar que Gilles Deleuze, Giorgio Agamben (2005) e Jeffrey Bussolini (2010) escreveram (os três) artigos intitulados “O que é dispositivo?”. Todos na tentativa de aumentar a carga teórico-conceitual dessa categoria. Contraponho-me, entretanto, à definição agambeniana de dispositivo por considerar que ela distancia-

Mas, por que é tão relevante falar em dispositivo? Qual a contribuição desta categoria para a análise das formações sociais? O que está por trás do interesse dos diversos autores que procuram definir aquilo que havia sido tratado com imprecisão por Foucault? Sustento que isso se deve ao fato de que esse é um instrumento de análise que integra as três categorias centrais da teoria foucaultiana: o saber, o poder e a subjetividade. De modo que, por essa razão, a categoria tem sido considerada como “um dos mais poderosos instrumentos conceituais introduzidos por Foucault” (RABINOW; ROSE, 2003, p. xv).

Em um primeiro momento, a ideia de dispositivo de poder é utilizada pelo autor para explicar o surgimento e o funcionamento das instituições disciplinares que emergiram no século XVIII. Não só os asilos psiquiátricos, mas também os hospitais, as prisões, etc. É por isso que sua produção nessa época (entre os anos de 1973 e 1976) gira em torno de compreender a atuação do poder nos aparatos disciplinares¹⁶. Apenas posteriormente considera que o conceito de dispositivo é extensível a outras formações sociais, como a sexualidade e a segurança.

A história da loucura, a história das prisões, a história da sexualidade constituem, em Foucault, mais do que um projeto historiográfico. O que o autor pretende ao escrever sobre esses temas é narrar como a reestruturação do poder, em dado momento histórico, ensejou a criação de instituições como os manicômios, as prisões, os hospitais, etc. E, ainda mais que isso, a produção da subjetividade dos loucos, dos delinquentes e dos sexualmente perversos. Trata-se de averiguar como essas instituições estão vinculadas a (e são formadas por) práticas discursivas, constituindo linhas de forças que se realizam na produção das subjetividades.

Para compreender melhor essa correlação, é preciso retornar ao conceito de dispositivo. Como se pode perceber, a ideia desse conceito põe em um mesmo âmbito de análise as práticas discursivas e não discursivas, isto é, os discursos e o afora do discurso (comportamentos, sentimentos, etc.). Essa forma de compreender a questão significa um rompimento com uma longa tradição filosófica que opõe dicotomicamente prática e teoria, ação e discurso. Distanciando-se desta tradição, Foucault propõe que tanto a ação quanto o discurso realizam-se no mundo, são formas de construção e intervenção. No fim, tudo é prática (discursiva ou não discursiva); porque tanto esta quanto a teoria possuem capacidade de produzir efeitos sobre algo.

se demasiadamente do que pretendia asseverar Foucault, de modo que o conceito de dispositivo de poder utilizado neste escrito aproxima-se muito mais de como Deleuze e Bussolini também o compreendem.

¹⁶ Aqueles que produzem corpos “politicamente dóceis e economicamente rentáveis” (CASTRO, 2014, p. 86).

Um dispositivo apresenta sempre dois elementos (o dito e o não dito) e surge da interação entre ambos, formando um conjunto de linhas de força que atua numa mesma direção, possibilitando que se construam formações sociais como a disciplina, a sexualidade e a segurança. Dessa maneira, engloba em uma mesma esfera de análise os discursos e os comportamentos, enxergando-os não a partir de uma ontologia que os distancia, mas de uma teleologia que os aproxima: ambos são formas de produção. Por isso o autor utiliza o termo *dispositif* como categoria de análise, denotando um aparato¹⁷, um maquinário. Ou seja, um conjunto de instrumentos que possui uma finalidade em comum.

Partindo do postulado de que o poder não é algo que está apto a adquirir como um bem, mas que se trata de um conjunto de linhas de forças (o produto de uma guerra), os dispositivos convergem para exercer uma função social específica, controlando, interditando e produzindo algo. E esse algo é o próprio sujeito. Assim, a função estratégica de dominação tem como efeito primeiro o controle, a interdição e a produção do sujeito, tornando-se uma eficiente tática de subjetivação.

É a partir desse contexto teórico que falo em dispositivo de gênero, designando o conjunto heterogêneo de práticas discursivas (saberes médicos, pedagógicos, jurídicos...) e não discursivas (objetos, instituições, comportamentos) que tem por função criar o gênero. Utilizo o conceito de dispositivo em virtude de sua dupla utilidade: 1) denuncia a absoluta artificialidade das categorias sociais naturalizadas¹⁸; e 2) revela a ação articulada do saber-poder na *criação* dessas categorias. O mesmo exercício teórico realizado por Foucault para compreender o dispositivo da sexualidade.

O dispositivo de gênero, assim, é a espécie de dispositivo de poder que cria o masculino e o feminino, dividindo a humanidade em homens e mulheres. A origem de toda a força desse dispositivo está no binarismo de gênero e no essencialismo biológico: nasce-se homem e nasce-se mulher. A biologização dos corpos, dos comportamentos, das práticas sexuais e de todos os elementos ligados ao masculino e ao feminino é o objetivo dos dispositivos de gênero.

¹⁷ O sentido do termo dispositivo pode ser averiguado nas várias traduções que o termo possui em língua inglesa. Enquanto que a tradução em línguas portuguesa e espanhola prezaram pela tradução literal da palavra como “dispositivo”, nas traduções em língua inglesa os termos mais frequentemente utilizados são *apparatus* (aparato) ou *deployment* (posicionamento estratégico). Poucos são os autores que utilizam a tradução literal *dispositive* (GUDMAND-HØYER; RAFFNØE; THANING, 2016).

¹⁸ A artificialidade do corpo e da subjetividade humana (o que inclui o gênero) ganhou uma maior radicalidade com o desenvolvimento do pós-humanismo, teoricamente inspirado pelos estudos foucaultianos. Um exemplo disso está na metáfora que Donna Haraway utiliza para elaborar sua antropologia filosófica: não somos seres humanos, somos *ciborgues*. Acerca da natureza híbrida do ser humano, a autoria afirma: “o ciborgue é nossa ontologia” (HARAWAY, 2000, p. 41). No ciborgue, tudo é artificial, mas existe como se natural fosse.



É exatamente nesse sentido que pensa Judith Butler. A autora ganhou expressividade por inserir criativamente a teoria do poder de Michel Foucault nos estudos de gênero. No mesmo sentido do que proponho acima, ela compreende que:

Gênero não é exatamente o que alguém “é”, nem é precisamente o que alguém “tem”. Gênero é o dispositivo¹⁹ pelo qual a produção e a normalização do masculino e do feminino toma lugar através das formas intersticiais do hormonal, cromossômico, psíquico e performativo que o gênero assume. (BUTLER, 2004, p. 42)

O dispositivo de gênero, como uma rede de saber-poder, cria e dá sentido aos corpos, tornando-os legíveis e inteligíveis para o outro em virtude de sua coerência com o eixo sexo-gênero-desejo. Dessa maneira, afirma Butler (2003, p. 38) que: “Gêneros ‘inteligíveis’ são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo”.

Apesar do dispositivo de gênero ser baseado na conformidade (nos direcionamentos ordenados pelas linhas de força), todo dispositivo deixa escapar aquilo que pretende combater, posto que “lá onde há poder há resistência” (FOUCAULT, 2014, p. 104). Se os dispositivos de gênero agem estrategicamente na dominação do sujeito, há sempre sujeitos que escapam a essa dominação. São corpos e subjetividades rebeldes que não correspondem aos saberes produzidos, não são eficientemente capturadas pelas instituições. Esse é o caso dos corpos cisdissidentes, que enfrentem uma determinada rede de poder. As travestis e transexuais existem nas linhas de fuga não conquistadas pelos dispositivos de gênero.

O caso aqui em análise é uma rica fonte para observar os feitos práticos do dispositivo de poder. Dentre os inúmeros elementos que compõem o caso, acredito que dois deles são muito reveladores sobre as engrenagens que fazem funcionar os dispositivos de gênero: a forma como o caso é narrado pelos portais de notícia e pelo inquérito policial e o tratamento reservado pelo aparelho punitivo do Estado quando as vítimas ou testemunhas são travestis. No caso que aqui se analisa, os dispositivos de gênero estão presentes desde a materialização da morte física até a forma como a mídia e o Estado produzem as narrativas sobre os episódios, atribuindo verdades sobre os acontecimentos. Neste momento, contudo, desejo apenas mostrar como o plano de fundo do essencialismo biológico narra os delitos como crimes homofóbicos e o poder judiciário, através do processo penal, captura os corpos da vítima sobrevivente e das travestis que testemunharam no processo para reinscrevê-los na mesma rede de poder que não conseguiu alcançá-los pelo homicídio.

¹⁹ No original, “apparatus”.



As matérias jornalísticas sempre narram as mortes das vítimas como assassinatos de homossexuais. Trouxe na apresentação do caso a maneira como o portal de notícias *Patos Online* noticia a morte de Cláudia: “Homossexual é assassinado na madrugada de hoje em Patos”. O corpo do texto traz: “Por volta das 00h15min desta quinta-feira, dia 08, o homossexual [nome civil da vítima], de 23 anos, foi assassinado a tiros em Patos” (HOMOSSEXUAL, 2011).

Porém, esse não foi o único caso. Foram narrados de igual maneira os homicídios de Cris, Alain e Tita. E mesmo que as matéria de jornal trouxessem fotos do corpo morto com traços que claramente poderiam ser lidos como femininos, todas elas foram designadas pelos portais de notícia como homossexuais.

A forma como a texto é elaborado contrasta diretamente com o corpo feminino estendido no chão, sempre exposto nos sites para atestar a veracidade do caso e atrair a atenção de olhares curiosos. O sentido das matérias de jornal nesses casos é o de esclarecer que aquele corpo aparentemente feminino estendido no chão é, na *verdade*, de um homem. O texto atrelado à imagem exposta de um corpo que mesmo desfigurado seria lido como feminino atribui uma verdade sobre aquelas sujeitas que já estão sem vida para resistir.

Os traços finos, os cabelos longos de implante, as saias, as bolsas, a maquiagem nitidamente visível até mesmo nas fotografias tiradas à distância... Tudo isso poderia “enganar” o leitor se não fosse advertido desde a manchete. Aquele corpo, por mais que pareça feminino, é *instituído* pelos jornais como sendo um corpo de homem. Entender o discurso jornalístico como uma instituição (o ato de estabelecer algo) é fundamental para enxergar a fisiologia do poder na produção narrativa dessas mortes.

Os portais de notícia não estão apenas descrevendo as vítimas como homossexuais. Antes, estão produzindo uma verdade sobre um episódio e atribuindo um sentido para aqueles corpos. O que os jornais dizem é: um homem gay foi morto de tal maneira, em tal local. E esse discurso articulado em torno da morte dessas vítimas é menos uma descrição de um evento do que um aparato que produz verdades sobre um corpo. As notícias direcionam o olhar do leitor sobre um acontecimento, produzindo significantes que o faz enxergar os assassinatos de travestis como assassinatos de homens gays.

As narrativas jornalísticas, por consequência, fazem parte de um dispositivo de poder específico que se articula estrategicamente para a produção do gênero. Não apenas discursivamente, mas materialmente. É por isso que Foucault interpreta os discursos como práticas. Afastando-se da linguística estruturalista de cunho saussuriano, que compreende o

discurso simplesmente como uma articulação de signos. A linguagem, na perspectiva foucaultiana, está na ordem do fazer, não apenas do representar.

Olhar para o discurso como parte de um dispositivo (de um maquinário produtor das formações sociais e das subjetividades) permite enxergar o sentido produtivo do textos que narram os assassinatos em questão. Ao noticiarem as mortes, os portais de notícia capturam os corpos das vítimas e os reconstroem ao seu modo. Criam o gênero, criam a sexualidade, estabelecem sentidos. E afirmam: “o destino do pênis é o homem”.

Esse dispositivo é fundado no essencialismo biológico e faz do pênis a fundação do corpo masculino e sua respectiva subjetividade. Isso também pode ser observado na nomeação das sujeitas tanto nas matérias jornalísticas quanto ao longo da investigação e do processo penal. Um exemplo disso é que o inquérito policial que investiga a tentativa de homicídio da vítima sobrevivente está escrito nos seguintes termos: “[nome civil da vítima], *vulgo* LIDSON, do sexo masculino, solteiro, travesti, com 20 anos de idade, nascido em 17/08/1991, natural de Patos/PB, filho de [nome do pai] e de [nome da mãe]”.

Ao longo da investigação e da fase processual, as depoentes são tratadas ora por travestis, ora por homossexuais. Independentemente de uma ou outra designação, contudo, a regra é o tratamento no masculino. Esse episódio repete-se em todos os depoimentos prestados por travestis, inclusive na fase de processo penal²⁰, quando são inquiridas pelo juiz, pelo promotor e pelo advogado do réu. Os agentes do Estado jamais atribuíram às travestis o mesmo lugar que poderia ser atribuído às mulheres, fixando-as sempre na condição de homens gays.

Isso também é possível de ser observado quando se analisa a interpretação que se dá aos nomes sociais das travestis. Estes são sempre vistos como se apelidos fossem. Sempre diminuídos à condição de um falseamento. Toda vez que o nome social de uma travesti é citado, aparece juntamente seu nome civil masculino. Apenas ao nome juridicamente reconhecido pelo Estado (o nome masculino) é atribuído legitimidade. Através do direito, o Estado é a instituição que atribui a verdade sobre quem são as vítimas de acordo com o nome por que são juridicamente reconhecidas. Mesmo quando estas já estão mortas, o ritual intitulado de “processo” lembra quem elas *realmente* são através da invocação do nome civil masculino.

O tempo inteiro o aparelho de Estado nega a identidade das travestis (sejam vítimas, sejam testemunhas) e reafirmam a norma que fixa o gênero no sexo. A mídia e o processo

²⁰ Do ponto de vista jurídico, a inquérito policial constitui uma fase pré-processual onde se procura investigar a autoria do crime, bem como se o delito ocorreu mesmo ou não.

penal fazem parte de um mesmo dispositivo de poder, constituindo uma parcela do conjunto heterogêneo de práticas discursivas e não discursivas que possuem a função estratégica de controle e produção do gênero.

O dispositivo de gênero, assim, confere um lugar ao sujeito. No caso em análise, esse lugar é produzido através de três eventos: a prática dos homicídios, o discurso midiático sobre as mortes e a atuação do aparelho de Estado na condução da investigação e do julgamento do réu. A articulação desses três eventos constitui uma forte rede bionecropolítica (BENTO, 2018) de produção do gênero, que reforça os dispositivos de poder que conferem inteligibilidade a determinados corpos e remetem outros tantos para a condição de anormalidade.

Ao(à) leitor(a), eu convido a imaginar os efeitos sociais da notoriedade desse caso em uma cidade de 100 mil habitantes – e também, mas de maneira menor, para todo o estado. A prisão do “*serial killer* de homossexuais” chamou a atenção de toda a mídia local e boa parte da mídia estadual. A repercussão do caso acabou por oferecer maior potência à rede de poder que o sustenta, de modo que os efeitos do dispositivo de gênero passaram a ser a produção de subjetividades dentro e fora da configuração processual que os delitos instauraram. Ao público, esse dispositivo reforça o essencialismo biológico e o binarismo de gênero. À travesti que sobreviveu à tentativa de homicídio e às travestis que testemunharam, há um intenso efeito sobre os corpos e as subjetividades, que ora resistem e ora se conformam. É por isso que Lidson afirma-se primeiro como travesti durante a investigação policial e, ao longo do processo, passa a apresentar-se como homossexual – reafirmando o lugar que lhe é atribuído pela violência homicida e pelo aparelho punitivo de Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Utilizo a categoria de dispositivo para distanciar-me de uma vertente teórica dentro do campo científico dos estudos de gênero²¹ que compreende o sexo como um ente que está na ordem da natureza (um outro âmbito de análise). Falar em dispositivo é denunciar os instrumentos de saber-poder que fazem o gênero tornar-se biológico e fundado pelo sexo, fixando-o na ordem da natureza. O conceito de dispositivo, assim, é tanto um instrumento

²¹ Este conceito distingue-se das teses ontológicas de que o gênero é um constructo cultural fundado no sexo (biológico) (RUBIN, 1993) ou de que se trata de uma construção social baseada na relação masculino-feminino (SCOTT, 1995).

heurístico como uma estratégia de resistência política contra os mandos do essencialismo biológico.

Por esse norte, os dispositivos de gênero possuem também a função de garantirem a inteligibilidade dos corpos. Trata-se, desse modo, de um conjunto de práticas, instituições e saberes que criam o corpo de acordo com certa lógica, fixando-o com relação ao pênis ou à vagina. A norma do “tenho um pênis, logo sou um homem” ou “tenho uma vagina, logo sou mulher” é a lei dos dispositivos de gênero. E essa é a razão por que todo rompimento com essa lógica, toda desconformidade, é tomada como uma anomalia, uma violação das leis da natureza.

Apresento esse fenômeno para sustentar que o processo judicial não se reduziu ao julgamento do réu, mas se consolidou também como um momento estratégico para tentar reenquadrar os corpos e as subjetividades travestis que participaram do rito processual. Por vezes, o sentimento que tive ao assistir as gravações das audiências era o de que quem estava sendo julgada era a própria testemunha (ou a vítima). Sobretudo, pelo evidente temor que apresentavam em falar sobre o caso. Além de assombradas pelo medo da violência nas ruas, com as mortes constantes de companheiras com quem conviviam, as testemunhas e a sobrevivente mostram-se ainda mais intimidadas pelo sistema de justiça.

O processo penal, desta sorte, não se constituiu como um procedimento que se destina à averiguação da autoria, a identificar se o réu é ou não o autor dos crimes. Se é verdade que o assassino foi condenado até agora quanto à tentativa de homicídio e à improbidade administrativa, as travestis que participaram do processo estavam todo o tempo submetidas à violência da negação de suas identidades pelo sistema judiciário e alhures. O aparelho punitivo do Estado, dessa forma, mostrou-se uma potente tecnologia de gestão do gênero dessas sujeitas.

Por isso se pode inferir do caso aqui analisado que o processo judicial apresenta funções latentes ligadas aos dispositivos de gênero e produção dos sujeitos que participam da cena processual. De modo que o processo termina por tornar-se uma grande narrativa sobre o lugar das travestis no mundo. A questão do lugar é o plano de fundo de todo o processo aqui analisado.

Em nenhum momento algum agente do Estado perguntou às travestis se prefeririam que se referissem a elas pelo nome civil masculino ou pelo nome social feminino. Todas são levadas a referir-se a si mesmas como homens gays. Além disso, iniciar a audiência pelo nome civil da vítima e das testemunhas é o marco inaugural que reforça o lugar das travestis no processo.

Por derradeiro, é importante afirmar que invocar as travestis por seus nomes jurídico-civis nada tem a ver com a falta de domínio da linguagem política dos movimentos por parte das autoridades. Mais que isso, é o reforço da teia de poder que cria os gêneros e estabelece a inteligibilidade dos corpos. Os dispositivos de gênero tendem a capturar os sujeitos para constituir uma diferença estrutural entre homem e mulher, duas matérias que se pretendem facilmente identificáveis e contrapostas. Porém, essa captura é falha e apresenta linhas de fuga, de modo que as relações sociais concretas permitem que os corpos escapem do processo de repetição que a cisgeneridade exige.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? **Outra Travessia**, Florianópolis, n. 5, p. 9-16, 2005.

BERENICE, Bento. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? **Cadernos Pagu**, n. 53, 2018.

BUSSOLINI, Jeffrey. What is a dispositive?. **Foucault studies**, n. 10, p. 85-107, nov. 2010.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Undoing gender**. Nova York: Routledge, 2004.

CASTRO, Edgardo. **Introdução a Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1996

_____. **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____. **Microfísica do poder**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

_____. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 2013.

GRAY, David. **Pesquisa no mundo real**. Porto Alegre: Penso, 2012.

GUDMAND-HØYER, Marius; RAFFNØE, Sverre; THANING, Morten. **Michel Foucault: a research companion**. Palgrave e Macmillan: Basingstoke, Nova York, 2016.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 37-129.

HOMOSSEXUAL é assassinado na madrugada de hoje em Patos. **Patos Online**, 8 dez. 2011. Disponível em: <<https://www.patosonline.com/noticia/policial/23629/homossexual-e-assassinado-na-madrugada-de-hoje-em-patos>>. Acessado em 27 mar. 2019.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

_____. **The disorder of women**. California: Stanford University Press, 1989.

PONTES, Júlia; SILVA, Cristiane. Cisnormatividade e passabilidade: deslocamentos e diferenças nas narrativas de pessoas trans. **Revista Periódicus**, n. 8, v. I, nov. 2017 - abr. 2018, p. 396-417. Acessado em 1º abr. 2019.

RABINOW, Paul; ROSE, Nikolas. Foucault today (Introduction). In: **The essential Foucault**: selections from the essential works of Foucault, 1954-1984. Nova York: New Press, 2003.

RANGEL, Márcio. Cabeleireiro é assassinado com 2 tiros na cabeça na cidade de Patos/PB. **Blog do Márcio Rangel**, 8 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.blogdomarciorangel.com.br/2011/12/video-cabelereiro-e-assassinado-com-2.html>>. Acessado em 28 mar. 2019.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo**. Recife: Editora SOS Corpo, 1993.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, nº 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

_____. **Only paradoxes to offer**: french feminists and the rights of man. Cambridge: Harvard University Press, 1996.

WILLIAMS, James. **Pós-estruturalismo**. Petrópolis: Vozes, 2013.

YIN, Robert. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

EDUCAÇÃO FÍSICA PARA TODOS E TODAS?

Mariana de Oliveira Duarte¹

Orientador: Prof. Dr. Glauberto da Silva Quirino²

RESUMO

Este estudo objetivou analisar a visão de acadêmicos do curso de Licenciatura Plena em Educação Física a respeito da igualdade de gênero nas aulas de Educação Física escolar e discutir como as relações entre meninos e meninas ocorriam dentro desse cenário. Realizou-se um estudo descritivo de análise qualitativa, com 90 estudantes da Universidade Regional do Cariri. Utilizou-se um questionário contendo dez questões fechadas, e uma aberta que deveria ser respondida apenas por participantes do gênero feminino. Os resultados evidenciaram que havia uma disparidade entre os conteúdos ofertados para as meninas e para os meninos, onde os últimos, na maioria das vezes, ocupavam espaços e materiais privilegiados dentro das aulas. Sobre a participação, percebeu-se que os meninos participavam das aulas de maneira mais efetiva do que as meninas, sendo também a evasão nas aulas muito maior por parte delas. As participantes relataram diferentes situações nas quais sofreram exclusão ou práticas de machismo durante as aulas de Educação Física, citando inclusive, que muitos desses casos ainda ocorriam dentro do ambiente acadêmico. Por fim, fica clara a necessidade da inclusão de discussões sobre igualdade de gênero dentro dos cursos de formação de professores de Educação Física, visando formar profissionais mais esclarecidos, e possivelmente, diminuir ocorrências sexistas como essas.

Palavras-chave: Gênero, Igualdade, Educação Física Escolar.

INTRODUÇÃO

A Educação Física trata-se de um componente curricular obrigatório em todos os níveis de ensino, que ao passar dos anos, sofreu diversas modificações em seus conteúdos e metodologias. Até a década de 1990, a separação de meninos e meninas nas aulas de Educação Física escolar era amparada por leis e decretos que previam aulas sexistas, em turnos ou horários diferentes. Somente a partir desse recente período as aulas passaram a ocorrer de maneira mista. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional recomenda que as aulas ocorram de maneira heterogênea, proporcionando igualdade de participação para todos os alunos. Entretanto, conforme analisado por Dornelles e Fraga (2009), o fato de inexistir uma lei no Brasil que assegure a separação de meninos e meninas não significa que essa prática tenha sido completamente abolida nas escolas.

Atualmente, o que se observa é que as aulas de Educação Física ocorrem na maioria das vezes de forma mista, porém, ainda com uma distinção dos conteúdos ministrados para meninos

¹ Mestranda no programa de Mestrado Profissional em Educação – MPEDU da Universidade Regional do Cariri - URCA, marianaduarte.edf@hotmail.com;

² Professor do Curso de Mestrado Profissional em Educação – MPEDU da Universidade Regional do Cariri - URCA, glauberto.quirino@urca.br

e meninas, onde muitas vezes a atenção do professor ou da professora está voltada efetivamente para os meninos, ou para os alunos mais habilidosos. Essa diferenciação de conteúdos, materiais e até mesmo espaço físico dentro das aulas, pode trazer vários prejuízos para as meninas, que ficam à parte das atividades práticas da disciplina.

Este modelo de aula separatista se baseia em uma visão biologista do sexo, onde o corpo feminino historicamente carrega um estigma de mais fraco, menos capaz, e nesse contexto de evidencição das diferenças corporais entre meninos e meninas, a Educação Física pode se colocar como uma ferramenta de hierarquização. Knijnik e Zuzzi (2010, p. 110) nos alertam que “a escola pode ter uma boa parcela de responsabilidade por oferecer uma educação impregnada desses padrões sexuais culturalmente definidos, ajudando, assim, a reproduzir as desigualdades que existem entre os sexos”. Essas situações nas aulas de Educação Física, acabam por também fortalecer determinados estigmas e preconceitos de gênero, que comumente ocorrem neste cenário, como: “meninas não sabem/podem jogar futebol”, “meninos não podem fazer aula de dança”, “os meninos são mais fortes que as meninas”, dentre vários outros.

Por se tratar de um dos contextos escolares que mais permite a relação social entre meninos e meninas “a disciplina de Educação Física e seus conteúdos são constantemente incitados a problematizar os conhecimentos sobre estética corporal, bem como as adequações sexo-gênero dentro do contexto das atividades corporais” (GOELLNER, FIGUEIRA e JAEGER, 2008, p. 403). De fato, é difícil identificar outro momento mais propício para o trabalho de igualdade de gênero do que em uma aula da referida disciplina. Esta se torna também uma situação importante para o professor colocar em prática ações de minimização dos conflitos entre meninos e meninas.

A Educação Física traz em seus conteúdos diversos elementos da cultura corporal do movimento que são essenciais para a formação global do aluno. Estes elementos trabalham aspectos físicos, motores, sociais e cognitivos. Portanto, um professor ou professora de Educação Física que reforce a existência de atividades específicas para meninos e para meninas, estará contribuindo não só para exclusão por gênero de determinada atividade e gerando prejuízos a esse grupo, mas também, estará perpetuando as performatividades³ de gênero como algo natural, que deve ser introduzido até dentro da escola. Esta discriminação provocará

³ Judith Butler, em seu livro *Problemas de Gênero* (1992) traz o conceito de gênero como algo que se dá através da repetição de atos que reforçam a construção dos corpos masculinos e femininos, tratando-se, portanto, de uma questão de performatividade.

atrasos que irão além da sala de aula, pois estes estereótipos serão reproduzidos nas demais esferas da sociedade.

Thornie (1993) citada por Louro (1997, p.76) reconhece que “a escola muitas vezes favorece o agrupamento das crianças por gênero, mais do que ocorre nas amizades de vizinhança, onde grupos mistos são frequentes”. Ou seja, a escola é de fato um elemento separador dos sujeitos e é definitivamente nesse local que a discussão e ação sobre a igualdade deve ser iniciada e apropriada, em benefício das crianças e da futura sociedade que estas formarão.

Porém, trabalhar a igualdade de gênero na Educação Física Escolar requer progressos na formação inicial dos futuros docentes, a fim de que superem em suas aulas, argumentos sexistas de caráter biológico que se encontram embutidos em uma cultura machista e preconceituosa, na qual a superioridade masculina é tida como padrão referência (ALTMANN, 1998). Este é um dos motivos de vermos hoje, aulas com possibilidades desiguais para as meninas, e uma supervalorização da masculinidade.

Nas matrizes curriculares dos cursos de graduação em Educação Física não existem disciplinas que trabalhem as temáticas de gênero ou diversidade, ficando a responsabilidade de abordar esses assuntos a cargo de algum professor ou professora que deseje levantar essa discussão nas aulas de alguma outra disciplina. Em contraponto, as aulas de Educação Física nas escolas se tratam do momento em que mais ocorre a distinção entre a participação efetiva de meninos e meninas, sendo, portanto, necessário investigar como estas compreensões se dão dentro dos cursos de graduação em Educação Física.

Pelo citado, este estudo buscou responder às seguintes questões: Qual a visão dos alunos do curso de Licenciatura Plena em Educação Física a respeito da igualdade de gênero nas aulas de Educação Física Escolar? As meninas já se sentiram excluídas ou hostilizadas durante essas aulas em algum momento da vida? Segundo estes acadêmicos, a discussão acerca da igualdade de gênero é importante e necessária dentro dos cursos de licenciatura?

Verificar questões relacionadas a gênero permite que uma possível situação de desigualdade de oportunidades seja corrigida, beneficiando não só os envolvidos, mas a comunidade como um todo. Temáticas sobre gênero são importantes e necessárias para o trabalho dentro das escolas, em especial na Educação Física, pois, essa disciplina pode ser um importante espaço para auxiliar na desconstrução de estereótipos ou práticas que favorecem a segregação de meninos e meninas, ocasionando desigualdades (ALTMANN e UCHOGA, 2012).

O estudo teve como objetivos: analisar a visão de acadêmicos do curso de licenciatura plena em Educação Física acerca da igualdade de gênero nas aulas de Educação Física escolar, discutir como as relações entre meninos e meninas ocorrem dentro desse cenário.

MÉTODOS

Esta pesquisa buscou descrever os fatos através dos resultados obtidos e analisados, tratando-se, portanto, de um estudo descritivo. Nesse tipo de pesquisa, não há interação ou envolvimento do pesquisador no assunto analisado. Quanto à abordagem do estudo, temos uma análise qualitativa, que Gerhardt e Silveira (2009, p.31) definem como um método que:

“Não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização. Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados se valem de diferentes abordagens.”

O campo de coleta de dados do estudo foi a Universidade Regional do Cariri, na cidade do Crato, Ceará, mais precisamente no *campus* Pimenta, onde funciona o curso de Licenciatura plena em Educação Física, que foi fundado no ano de 2003. O Curso conta atualmente com 238 alunos matriculados, 17 professores e uma carga horária de 3650 horas/aulas, distribuídas em oito semestres letivos.

Participaram do estudo 90 acadêmicos do curso de Educação Física. Como critérios de inclusão os acadêmicos teriam que: estar devidamente matriculados no curso de Educação Física; estar cursando a partir do 5º período e disponibilizarem de tempo para participação neste estudo. Os critérios para exclusão na pesquisa foram: os alunos que não preenchessem corretamente ou completamente o questionário de pesquisa, ou não assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A aplicação dos questionários ocorreu entre os alunos que estavam presentes nos dias e locais da coleta, que aconteceu no ginásio Poliesportivo da Universidade. A pesquisa foi feita com 96 estudantes, dos quais seis foram excluídos durante a análise dos questionários por não atenderem aos critérios acima descritos. O questionário foi escolhido por ser um instrumento de fácil e rápida aplicação, visto que os alunos em sua maioria estavam em horário de aula.

Para contemplar os aspectos éticos, foi aplicado aos participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido antes da realização da coleta de dados, garantindo aos alunos total liberdade para participar ou não da pesquisa, podendo desistir a qualquer momento,

sem que isso lhes ocasionasse prejuízo de qualquer natureza. Foi garantido também o total sigilo da identidade dos participantes, bem como o esclarecimento do caráter científico dos resultados.

Para a exposição e análise dos resultados coletados foram elaboradas categorias, sendo as seguintes: “**Separação por gênero**”, “**Evasão nas aulas**”, “**Oportunidade de participação**”, e na última categoria, nomeada por “**Práticas de machismo ou exclusão feminina das aulas**” constará os recortes das respostas das participantes à questão referente às situações de machismo ou sexismo sofridas por elas, durante as aulas de Educação Física nas escolas e na graduação. Nomes fictícios foram utilizados nos relatos para preservar as identidades das participantes.

Foi realizada dessa maneira, uma análise temática dos dados coletados, agrupando os resultados nas categorias citadas, para facilitar a apresentação e atender ao objetivo de verificar como as relações de gênero se dão dentro deste cenário.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dando início à exposição dos dados, apresentaremos aqui os resultados obtidos e sua contextualização, em comum acordo com a literatura pertinente. A tabela abaixo mostra o percentual de distribuição por gênero, de acordo com a autodeclaração de cada participante.

Tabela 1: Distribuição dos participantes por gênero. Crato-CE, 2019.

Gênero	N	%
Feminino	51	56,7
Masculino	38	42,2
Outro	1	1,1
Total	90	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Os dados do Censo da Educação Superior do ano de 2017 permitem visualizar o percentual de alunos e a distribuição por gênero de acordo com os cursos e áreas. Nele podemos constatar que no panorama geral do país, as mulheres representam apenas 38% do total de alunos nas graduações em Educação Física, enquanto os homens ocupam 62% das vagas. A Educação Física é colocada nesse cenário como um curso predominantemente masculino, ao lado de outras graduações como engenharia de produção, ciências da computação, matemática e economia (CENSO, 2017). A população estudada foge a este padrão nacional das graduações em Educação Física, contendo uma maior participação feminina em todos os semestres do

curso. Apenas um/uma participante declarou o seu gênero como “outro”, não tendo, entretanto, especificado sua declaração.

Quanto às idades dos acadêmicos, estas variaram entre 18 a 54 anos de idade, porém, mais de 70% dos estudantes que participaram da pesquisa possuíam faixa etária entre 19 e 22 anos. Isso indica um perfil etário jovem.

Separação por gênero

A primeira pergunta do questionário referia-se às aulas de Educação Física que os alunos participavam durante o ensino básico, se estas ocorriam com separação ou não por gênero. As respostas evidenciam que apenas 07 participantes (8%) afirmaram realizar aulas sempre mistas, enquanto 56% dos estudantes citaram aulas “sempre” ou “na maioria das vezes” separadas por gênero.

Sabe-se que essa ainda é uma prática comum nas escolas, onde muitas vezes as aulas acontecem até mesmo em turnos diferentes. Aulas separadas, onde meninos e meninas realizam as práticas em momentos ou situações distintas, embora pareçam promover maior oportunidade de participação para as meninas, uma vez que estas não terão que “disputar” com os meninos, não promovem a real oportunidade de trabalhar a igualdade de gênero. Esse na verdade, será apenas mais um momento que estará reforçando o agrupamento de meninos e meninas, incentivando que determinadas atividades não podem ser realizadas por ambos os gêneros ao mesmo tempo. Como os Parâmetros Curriculares Nacionais afirmam:

“as aulas mistas de Educação Física podem dar oportunidades para que meninos e meninas convivam, observem-se, descubram-se e possam aprender a ser tolerantes, a não discriminar e a compreender as diferenças, de forma a não reproduzir, de forma estereotipada, relações sociais autoritárias” (BRASIL, 1998, p.42).

Ou seja, a igualdade de gênero só conseguirá ser trabalhada na medida em que meninos e meninas possam ter oportunidades de se relacionar e entender como podem realizar diversas atividades juntos e como elas podem ser prazerosas para ambos.

A segunda pergunta do questionário dizia respeito aos conteúdos que eram ofertados nas aulas de Educação Física escolar, se estes eram os mesmos para as meninas e para os meninos. Foi possível perceber que a maior parte da amostra (67%) afirmou serem “sempre” ou “na maioria das vezes” os mesmos conteúdos, em detrimento de 33% que citou conteúdos ofertados nas aulas para os meninos “sempre” ou “na maioria das vezes” diferentes dos ministrados para as meninas.

Os assuntos abordados nas aulas de Educação Física escolar no Brasil estiveram nos últimos anos pautados em uma delimitação proposta pelo livro *Metodologia do Ensino da Educação Física*, mais conhecido como Coletivo de Autores lançado no ano de 1992, que tem uma divisão organizada em blocos que tratam de jogos, danças, esportes, ginásticas e lutas, tendo cada um deles sua importância e contribuição para a formação global do aluno em desenvolvimento. Pesquisas que relacionam o esporte à aspectos sociais já demonstraram que as atividades físicas esportivas podem ser elementos de empoderamento para as mulheres nas diversas faixas etárias da vida (ALTMANN e UCHOGA, 2012)

Portanto, a prática de exercícios físicos e esportivos por meninos e meninas é essencial não só para o aspecto físico ou motor, mas principalmente para fatores sociais. Sendo o esporte um fenômeno social na atualidade, a participação feminina nas diferentes práticas esportivas é indispensável para a constituição de uma sociedade cada vez mais igualitária.

Ao analisarmos o resultado, percebemos que um terço dos participantes afirmou ter aulas onde os conteúdos eram diferentes para meninos e meninas, mostrando que a disparidade entre os conteúdos ofertados ainda é uma realidade recorrente e uma prática comum em algumas escolas.

A terceira pergunta do questionário verificava os espaços físicos ocupados pelos meninos e pelas meninas durante as aulas. Identificamos que 72% dos participantes afirmou que meninos e meninas ocupavam “sempre” ou, “na maioria das vezes” os mesmos espaços, enquanto 28% citou que os espaços ocupados eram diferentes.

Helena Altmann em sua dissertação de mestrado no ano de 1998, objetivou analisar o espaço escolar ocupado por meninos e por meninas, e afirmou que, efetivamente, tanto durante as aulas de Educação Física, quanto no recreio escolar, os meninos ocupavam espaços maiores e melhores que as meninas. A autora traz também outras pesquisas que corroboram com esse dado, citando o estudo de Thorne (1993) que pesquisou o pátio de escolas fundamentais norte-americanas e constatou que meninos ocupavam dez vezes mais espaço do que meninas nos recreios da escola e, enquanto eles controlavam espaços maiores e principalmente destinados a esportes coletivos, elas permaneciam em espaços menores e mais próximos ao prédio, obtendo assim a proteção dos adultos. Além de ocuparem mais espaço, meninos invadiam e interrompiam os jogos femininos mais frequentemente do que elas (ALTMANN, 1998).

Este é um fato alarmante, pois faz com que a Educação Física seja a única disciplina escolar a ministrar seus conteúdos para meninos e meninas em espaços diferenciados, com materiais muitas vezes também diferentes. O fato de a maior parte da amostra ter afirmado que as aulas na maioria das vezes acontecem nos mesmos locais, não anula a realidade de ainda

ocorrerem aulas separatistas, com espaços e oportunidades de participação desiguais, mas, fornece a informação de que essa situação pode estar sendo minimamente modificada com o passar dos anos.

Evasão nas Aulas

Pelo fato das aulas de Educação Física ocorrerem em espaços fora da sala de aula, é comum que nelas ocorra a evasão de alunos e que parte deles acabe não participando das atividades práticas. A quinta questão da pesquisa averiguava a evasão nas aulas de Educação Física, se esta ocorria e se era maior entre os meninos ou entre as meninas.

Temos o dado mais alarmante desta pesquisa, quando identificamos que 86% dos alunos afirmaram que as meninas evadiam das aulas mais do que os meninos. O fato apontado pela população estudada é algo muito comum. Quando analisamos uma aula de Educação Física escolar, é possível observar que os meninos se encontram em sua maioria na quadra ou pátio, enquanto parte das meninas ficam sentadas, afastadas, realizando qualquer outra atividade que não seja algum conteúdo da aula.

Esse dado se torna um prejuízo quando analisamos os fatos já citados, onde percebemos a importância dos conteúdos da Educação Física para a formação do aluno e que, neste contexto das meninas estarem ausentes, elas não se beneficiam dessas práticas. Isso também colabora para que a Educação Física seja uma disciplina que exclui parte da turma de seus conteúdos, e o professor ou professora, quando condizentes com essa realidade, autorizam que as meninas não realizem práticas que deveriam ser obrigatórias.

No citado trabalho de Altmann (1998) ela pôde observar que, durante as aulas de Educação Física as meninas comumente se evadiam durante as práticas, por sentirem um sentimento de incompetência ou incapacidade na realização de determinados gestos técnicos esportivos, o que nos leva a refletir se a esportivização⁴ das aulas não pode ser um dos motivos que leva a frequente ausência das meninas.

Oportunidade de participação nas aulas

Havia no questionário uma pergunta que investigava a oportunidade de participação nas atividades práticas das aulas de Educação Física, e como os participantes do estudo consideravam essa igualdade de participação para os meninos e para as meninas.

⁴ Entre as décadas de 1960 e 1970 houve uma tendência de esportivização nas aulas de Educação Física, onde apenas o conteúdo de esporte era desenvolvido nas escolas, de maneira tecnicista, atendendo a interesses políticos do governo ditatorial que visava se beneficiar desta condição (BRACHT e ALMEIDA, 2003).

Identificamos que apenas 18% da amostra afirmou que as aulas ocorriam “sempre” com igualdade de participação para meninos e meninas, em detrimento de 56% que citou aulas “sempre”, ou “na maioria das vezes” com menor oportunidade de participação feminina. Saraiva (2005) aponta para a necessidade de superação das condições estereotipadas relacionadas às diferenças entre os gêneros nas aulas mistas de Educação Física, que fazem com que, por vezes, aos meninos seja dedicado um maior inventivo para as práticas esportivas.

A autora reflete sobre o fato de ser comum que durante as aulas os meninos acabem desfrutando além de espaços e materiais privilegiados, uma maior atenção dos professores em relação a motivação dada às meninas, reforçando o porquê de identificarmos a existência da desigualdade de oportunidade de participação para elas.

Práticas de machismo ou exclusão feminina nas aulas

Na questão sobre as práticas de machismo ou exclusão das meninas durante as aulas, 51% da amostra afirmou que essas situações ocorriam “às vezes” e/ou “com frequência”.

Um dado muito interessante sobre essa constatação é que, ao analisar a parcela que afirmou não haver situação de machismo (10%) essa é composta totalmente por homens, e a parcela que afirmou não se recordar de nenhuma situação (34%) é composta por apenas seis mulheres. Ou seja, praticamente toda a representação feminina da amostra afirmou haver situação de machismo nas aulas, e apenas os homens afirmaram não haver ou não se recordar.

Louro (1997, p.17) analisa que “a desconstrução da invisibilidade social da mulher foi o grande objetivo das estudiosas feministas dos primeiros tempos”. O que percebemos ao analisar os dados é que a Educação Física, que por anos excluiu as meninas de suas práticas, carrega até hoje vestígios desse fato histórico e continua a invisibilizar a participação feminina. Isso fica claro quando praticamente todas as meninas pesquisadas atestam que a prática esportiva feminina na atualidade é ainda regada a exclusões e práticas de machismo.

A pergunta aberta do questionário (que deveria ser respondida apenas pelas participantes do gênero feminino) averiguava se as participantes haviam sofrido alguma situação de machismo, sexismo ou exclusão durante as aulas de Educação Física, na escola ou na graduação. Um total de 34 meninas, que representa 66% da amostra feminina, afirmou ter sofrido algum tipo de situação e descreveram como esta ou estas se desenvolviam.

A maioria das queixas relatadas dizem respeito a exclusão ou proibição por parte do professor/professora à realização dos esportes coletivos com bola, principalmente o futsal, como podemos ver abaixo nos recortes das respostas.

“Sim. O professor dava a bola para os meninos, enquanto as meninas tinham que ficar na arquibancada esperando a aula acabar.” (Joana)

“(…) nas aulas práticas, as meninas eram sempre excluídas, os meninos jogavam futsal e as meninas não podiam jogar com eles, tinham que ficar na quadra somente eles. As meninas tinham que jogar queimada ou outra atividade.” (Maria)

“Várias situações, como exemplo, os momentos em que tínhamos que ficar na arquibancada ‘torcendo’ enquanto os meninos jogavam futsal. E também por não poder jogar nos jogos escolares por não ter modalidades femininas.” (Luzia)

“(…) o professor levava a gente pro campo, e só os meninos jogavam, enquanto as meninas tinham que ficar só na torcida, em pleno sol.” (Mônica)

“(…) as meninas eram proibidas de participar das aulas com bola, enquanto os meninos sempre jogavam futsal ou handebol, as meninas ficavam sentadas ou brincando de algo que elas mesmo inventavam, já que os professores não davam nenhuma função para elas.” (Luna)

Nesses primeiros relatos é possível perceber não só a hegemonia do conteúdo de futsal/futebol nas aulas, como também, a frequente exclusão feminina dessa prática. A todo instante é reforçado que o motivo da proibição em realizar o esporte é o fato delas serem mulheres, muitas vezes associando isso a incapacidade que elas teriam em realizar a prática esportiva.

Nestas próximas falas, podemos identificar também um controle masculino nas atividades das aulas de Educação Física, que leva a constatar que em vários momentos os professores deixavam a autoridade da aula à cargo dos meninos.

“Os meninos não aceitavam a minha participação e das minhas amigas, diziam pra gente fazer outra coisa, ou até mesmo procurar uma lavagem de roupa.” (Maria)

“(…) lembro no ensino fundamental, o professor dava a bola aos meninos e eles não deixavam a gente jogar.” (Fabiana)

“Eu queria jogar com os meninos, falando que queria aprender, mas mesmo assim eles não deixavam.” (Camila)

“(…) nas aulas, os meninos não queriam as meninas na mesma equipe, por dizerem que não sabiam jogar e que iria atrapalhar.” (Eliane)

“Os meninos não deixavam as meninas sequer pegar na bola.” (Sílvia)

“(…) ao final do aula os meninos continuavam jogando, porém não deixavam as meninas jogarem” (Paula)

É nítido que em diversas situações era necessária uma autorização por parte dos meninos, para que as meninas realizassem as atividades da aula. Essa atitude por parte do professor só reforça a noção de uma supremacia masculina e inferioridade feminina, que reproduzida pelos alunos durante as aulas, se perpetua para outros setores da vida. As crianças crescem com a falsa ideia de que as atividades esportivas da aula de Educação Física são masculinas, que os meninos estão no comando e as meninas podem e devem ser excluídas, perpetuando o machismo dentro do ambiente escolar.

Bourdieu (1995, p 145) afirma que “a dominação masculina na sociedade está suficientemente assegurada”. Esse é um fato que já está consumado, os professores não precisam e não devem reforçar isso ainda mais durante as aulas. Agora é, na verdade, o momento de tentarmos reverter minimamente a desvalorização e desestimulação feminina para essas práticas.

Corroborando com esse pensamento, percebemos também em alguns relatos a presença constante de comparações corporais entre os meninos e as meninas, bem como, exclusões em função do gênero, ou de um padrão de corpo ideal, que deve existir para que o sujeito seja aceito dentro das aulas:

“(...) por ser gorda, sempre escutar que não posso praticar determinado esporte. Ou simplesmente escutar que não posso dar aula de futebol por ser mulher.” (Rosa)

“(...) principalmente comentários que comparam o desempenho masculino como superior ao feminino.” (Rejane)

“Sim, por ser uma pessoa com sobrepeso.” (Helen)

“(...) simplesmente escutar diariamente que não posso jogar futebol por ser uma mulher.” (Beatriz)

“Sim, já ouvi que por ser mulher iria atrapalhar o jogo.” (Lúcia)

Mais uma vez é possível perceber que a inferioridade feminina é reforçada, no intuito de justificar a exclusão das meninas nas práticas esportivas. Ao analisar todas as respostas, percebemos que as principais queixas são dentro deste contexto: a proibição de realizar alguma prática da aula por ser mulher.

Matos e colaboradores (2016) analisaram que por conta de maiores oportunidades de experiências motoras realizadas na infância, e um maior estímulo para as práticas esportivas pelos pais, os meninos acabam se tornando mais habilidosos que as meninas e por esse motivo, sentem dominar o espaço esportivo das aulas de Educação Física, levando inclusive essas aulas

para um contexto mais competitivo. Corroborando com essa ideia, Cruz e Palmeira (2009) também apontaram que a Educação Física pode contribuir (quando realizada de maneira equivocada) para uma possível superioridade dos meninos em relação as meninas, por levar em consideração a maior desenvoltura em atividades físicas que podem ter origem em maiores quantidades de experiências vividas por eles.

Nos próximos relatos, podemos constatar a informação de que as situações de machismo, sexismo ou exclusão são comuns e frequentes também no ambiente acadêmico, dentro da graduação em Educação Física:

“(...) exclusão por parte dos colegas de faculdade, por não ter uma prática de qualidade.” (Alane)

“No ambiente escolar não me recordo, enquanto no acadêmico já escutei comentários machistas onde incluía todas nós.” (Júlia)

“(...) na vida academica, nao sou habilidaosa, então, acabam excluindo não só eu, mas outras meninas não habilidosas.” (Lia)

“Sim, dentro da graduação, piadas machistas.” (Kelly)

“(...) até na faculdade os colegas falam que as meninas que jogam bola parecem machos.” (Patrícia)

“Na Universidade aconteceu diversas vezes. Os meninos da minha turma acabam sempre levando a atividade para o lado agressivo e competitivo, além de zombar das meninas por não realizarem o gesto esportivo correto, não aceitavam que nenhuma de nós ganhasse o jogo (...) se alguém reivindicasse, já era motivo para xingamento ou até mesmo agressão física com a bola. Boa parte das meninas da turma preferia nem participar das aulas”. (Juliane)

Quando identificamos que as práticas de machismo ocorriam até mesmo dentro do ambiente acadêmico, podemos constatar que parte dos meninos corre o risco de concluir a sua graduação com uma ideia de inferioridade feminina e/ou com o costume de realizar cotidianamente práticas de machismo. Esses mesmos meninos podem levar essa doutrina para o seu campo de trabalho e assim, fica possível compreender o porquê dessas situações ocorrerem dentro da escola. É necessário e urgente reverter essa ideia de Educação Física separatista, onde as meninas possuem menor valor até mesmo dentro de um curso de licenciatura.

Silva (2018) em seu recente estudo sobre a espaço das meninas na Educação Física escolar, afirma que a solução para as situações de machismo e exclusão feminina está nas mãos dos professores e professoras, e que estes/estas devem organizar seus conteúdos de maneira que

as aulas estejam centradas em um trabalho de resgate das alunas frequentemente excluídas da disciplina.

O autor nos provoca a atentar para os conteúdos que estão sendo ofertados, e averiguar se estes de fato oferecem igualdade de participação para as meninas e para os meninos, no momento em que traz a seguinte reflexão: se as aulas de Educação Física ofertarem conteúdos como dança e ginástica, será que os meninos ainda estariam no comando? Os professores devem sempre se questionar durante seus planejamentos, objetivando ofertar uma aula que tenha como produto final a participação efetiva de todos e todas.

Por fim, a décima pergunta do questionário examinava se, segundo a opinião dos participantes, as discussões sobre gênero e igualdade eram importantes e deveriam estar presentes nas aulas dos cursos de graduação em Educação Física, visando diminuir possíveis situações de machismo e sexismo. Uma parcela de 94% da amostra afirmou ser necessário esse tipo de discussão, enquanto apenas cinco estudantes (6%), quatro homens e uma mulher, afirmaram não haver necessidade de discutir essas temáticas nas aulas.

Essa se trata de uma feliz constatação, pois nos informa que, embora o machismo e o sexismo ainda estejam presentes, os alunos possuem a consciência de que é necessário discutir e conhecer um pouco mais sobre a igualdade de gênero, para que possivelmente essas situações possam ser minimizadas ou efetivamente eliminadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados expostos evidenciaram que a Educação Física precisa de grandes avanços para se tornar de fato uma disciplina para todos e todas. Foi identificado através da pesquisa que nas aulas práticas da disciplina, é comum que as meninas estejam realizando atividades diferenciadas e desfrutando de uma menor oportunidade de participação.

Através das falas das alunas pesquisadas, constatou-se que nas aulas escolares, por vezes, é dada uma autoridade e controle aos meninos, onde esses escolhem quais atividades serão executadas e quem delas pode participar. Esse fato nos faz refletir se essa dominação masculina não pode ter direta relação com os conteúdos frequentemente ofertados nas aulas de Educação Física, uma vez que identificamos na pesquisa uma hegemonia do conteúdo esportivo. A cobrança por gestos técnicos esportivos corretos por parte dos professores e dos meninos pode também justificar o fato da evasão feminina ocorrer com frequência.

A constatação de que as situações de machismo e exclusão chegam até o ambiente acadêmico (algumas meninas informam, inclusive, que só sofreram machismo dentro da

(83) 3322.3222

contato@desfazendogenero.com.br
www.desfazendogenero.com.br

Universidade) reforça a importância da necessidade de inserção da temática de gênero dentro dos cursos de licenciatura em Educação Física, pois só será possível modificar a realidade encontrada dentro das escolas, na medida em que a formação de professores perpassa por essa consciência da importância de uma aula que promova a equidade.

Deve ser um dever de professores e professoras de Educação Física trazer uma maior visibilidade às meninas, propiciando que elas possuam as mesmas oportunidades de participação nas aulas, diminuindo as identificadas situações de desigualdade e evasão.

Uma excelente estratégia que pode ser utilizada pelos professores é levantar discussões acerca dos aspectos de gênero, igualdade e sua importância na nossa sociedade, dando espaço para que os alunos falem sobre suas experiências, seus anseios, suas vontades, suas dificuldades. Seria uma oportunidade não só de trabalhar os conceitos de gênero com os graduandos, mas, também, despertar neles a iniciativa de superação das desigualdades com a ajuda do professor.

São necessários mais estudos que investiguem dados para além desta pesquisa, e possam buscar as representações sociais por trás dos dados aqui apontados. Sugere-se, nesse sentido, pesquisas também com os professores e professoras de Educação Física das escolas, para entender a realidade pelo olhar desses outros sujeitos.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, H. **Rompendo as fronteiras de gênero: Marias e homens na Educação Física**. Belo Horizonte: Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, 1998.

ALTMANN, H.; UCHOGA, L. A. R. Educação física escolar e relações de gênero: diferentes modos de participar e arriscar-se nos conteúdos de aula. **Revista Brasileira Ciências do Esporte**. 2016, p. 163-170.

BRACHT, V.; ALMEIDA, F. Q. A política de esporte escolar no Brasil: a pseudovalorização da educação física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Campinas, v.24, n.3, p.87- 101, maio, 2003.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação física**. Brasília: MEC. P. 42, 1998.

BRASIL, **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP**. Censo Escolar, 2017.

BOURDIEU, P. A dominação masculina. **Educação e Realidade**. v. 20 n. 2, p.145. Porto Alegre, 1995.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. São Paulo: editora Cortez, 1992.

CRUZ, M.; PALMEIRA, F.C. Construção de identidade de gênero na educação física escolar. **Motriz Revista de Educação Física**. v. 15, n. 1, p. 116 – 131, 2009.

DORNELLES, P., FRAGA A. B. Aula mista versus aula separada? Uma questão de gênero recorrente na educação física escolar. **Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física**. 2009; 01:141-56.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOELLNER, S. V.; FIQUEIRA, M. L. M.; JAEGER, A. A. **A educação dos corpos, das sexualidades e dos gêneros no espaço da Educação Física escolar**. In: RIBEIRO, P. R. C.;

KNIJNIK, J. D. ZUZZI, R. P. **Meninas e meninos na educação física: gênero e corporeidade no século XXI**. 1º Ed. Jundiaí, SP: Fontoura, 2010.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**, Petrópolis RJ: Vozes, 1997.

MATOS, N. R.; BRASILEIRO, G. S.; ROCHA, R. C. e NETO, J. L. C. Discussão de gênero nas aulas de educação física: uma revisão sistemática. **Motrivivência – revista de educação física, esporte e lazer**. v. 28, n. 47, p. 261 – 277, 2016.

SARAIVA, M. C. **Coeducação física e esportes: quando a diferença é mito**. 2. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

SILVA, J.C.C. Meninas na **Educação Física** escolar: para elas não ficarem de fora. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 04, Ed. 01, Vol. 03, pp. 87-96 dezembro de 2018. ISSN:2448-0959

THORNE, B. **Gender play, Girls and boys in school**. New Brunswick e New Jersey: Rutgers University Press, 1993.



EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E JOVENS MULHERES VULNERÁVEIS: DISCRIMINAÇÃO OU SUPERAÇÃO?

Glória Cristina Pereira Gomides Gomes ¹
Raquel Quirino ²

RESUMO

Este artigo contribui com as discussões acerca do debate de “Corpos dissidentes, corpos resistentes: do caos à lama”, tema do Simpósio Temático do IV Seminário Internacional Desfazendo Gênero e apresenta um levantamento bibliográfico de alguns resultados das pesquisas empíricas de trabalhos acadêmicos no que tange a Educação Profissional e Tecnológica e a Divisão Sexual do Trabalho com enfoque na categoria sociológica juventudes. Os relatos de jovens discentes do sexo feminino evidenciam uma discriminação de gênero na academia, no que se refere em: vencer o preconceito por optarem por Cursos das “Ciências Duras” considerado um reduto masculino; pela naturalização de que as mulheres não são capazes de realizarem cálculos matemáticos; reproduzindo as falácias de que existem cursos de homens e cursos de mulheres, dentre outras formas. Destarte, ressalta-se que além das jovens alunas serem oriundas da classe trabalhadora, nas quais as oportunidades de materialização dos projetos de vida e da condição juvenil são mais escassas, não raras vezes, ao ingressarem em cursos hegemonicamente masculinos precisam “transgredir” o *status quo* ou se “autoviolar” para permanecerem estudando. Este trabalho apresenta uma pesquisa analítica dos principais relatos de jovens mulheres que contrariam e resistem barreiras de discriminação e preconceito, à luz da teoria da Sociologia do Trabalho Francesa, com base marxista e, de autores e documentos que dialogam com as juventudes. Assim, espera-se que as discussões sobre a prática de reprodução de discriminação de gênero na formação profissional e tecnológica possam proporcionar maior visibilidade e maior resistência no enfrentamento por parte das vítimas.

Palavras-chave: Jovens, Discriminação, Educação Profissional, Educação Tecnológica.

INTRODUÇÃO

Apesar das mulheres ocuparem cada vez mais espaços na sociedade ao longo da história, o campo das Ciências e Tecnologia ainda é um reduto majoritariamente masculino, marcado por segregação e discriminações de gênero. Segundo Beauvoir (2016) os dois sexos nunca partilharam os mesmos direitos e a subordinação da mulher em relação ao homem é reiterada nas relações de poder.

Nesse sentido, este artigo apresenta uma análise crítica à luz da teoria marxista, a partir da interseção das discussões e principais relatos de jovens estudantes do Centro Federal de

¹ Mestranda pelo Curso de Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - MG, gcgomes25@yahoo.com.br;

² Doutora pelo Curso de Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais - MG, quirinoraquel@hotmail.com.





Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET – MG) constantes nas pesquisas empíricas realizadas por Gonçalves (2019), Lopes (2016) e Rezende (2018).

Os trabalhos corroboram com a afirmativa de que as jovens discentes evidenciam a existência de uma discriminação de gênero na academia, tanto por parte dos jovens colegas quanto dos professores do sexo masculino e precisam criar mecanismos de resistência para enfrentamento desses preconceitos. Para continuar estudando num ambiente hegemonicamente masculino, precisam “transgredir” o *status quo* ou se “autoviolentar”, conforme conclusões de Gonçalves (2019). Desse modo, é importante “compreender os lugares diferenciados e desiguais que as mulheres ocupam em diversas áreas da vida social” (PISCITELLI, 2009, p. 122), sobretudo na Educação Profissional e Tecnológica, e trazer à tona as práticas sociais que se (re)produzem para perpetuação da invisibilidade e exclusão feminina nas ciências.

METODOLOGIA

A partir de uma abordagem qualitativa, a metodologia utilizada baseia-se numa pesquisa exploratória e descritiva acerca do levantamento bibliográfico das autoras Gonçalves (2019), Lopes (2016) e Rezende (2018), evidenciando-se os trechos de narrativas das entrevistas semiestruturadas das pesquisas empíricas realizadas com jovens alunas do CEFET-MG acerca das influências da Divisão Sexual do Trabalho na Educação Profissional e Tecnológica.

Por meio de análise crítica dialética, correlaciona-se os principais relatos com a teoria marxista embasada na Sociologia do Trabalho Francesa, enfatizando-se as interseções das categorias discriminatórias gênero, classe e geração, que segundo a analogia de Crenshaw (2002), criam desigualdades básicas e geram opressão.

Assim, este artigo é desenvolvido apresentando-se, num primeiro momento, o perfil das jovens discentes e algumas introduções acerca das juventudes e da divisão sexual do trabalho. Posteriormente, apresenta-se as narrativas destas, tecendo-se com as análises de discurso, decorrentes das práticas sociais que constituem os sujeitos. Por fim, as considerações finais são abordadas a partir das principais discussões enunciadas no presente trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao traçar o perfil das participantes das pesquisas, infere-se que: (i) a maioria das jovens mulheres são mantidas econômica e financeiramente pelos seus genitores ou responsáveis; (ii)





a família na qual pertencem são de classes sociais menos abastadas e (iii) projetam seus futuros na tentativa de romper com o estereótipo de gênero.

As 11 participantes da pesquisa de Lopes (2016) têm idade compreendida entre 16 e 18 anos, sendo 07 estudantes do Curso Técnico de Hospedagem e 04 do Curso Técnico de Mecânica do CEFET-MG, nas quais 09 alunas são oriundas de escola pública e 02 de escola particular. Desse total, 08 delas residem com os pais e 03 com um dos genitores (pai ou mãe). Segundo Lopes (2016), os genitores ou responsáveis pelas jovens, em sua maioria, são assalariados e têm escolaridade de nível médio.

As 05 jovens participantes da pesquisa de Gonçalves (2019) têm idade entre 20 e 23 anos e são estudantes do Curso de Engenharia Mecânica do CEFET-MG Campus Belo Horizonte. Todas residem com a família e apenas 02 delas têm parente com formação em engenharia.

Rezende (2018) entrevistou 05 jovens alunas cujas idades concentravam-se entre 20 e 22 anos, estudantes do Curso Engenharia de Computação no CEFET-MG. Destas, a maioria não faz estágio nem trabalha, exceto 01 delas que estagia e trabalha na área de desenvolvimento de *software*.

Nessa perspectiva, a construção e a materialidade das relações sociais de cada jovem perpassam pela questão de classe e pelas subjetividades juvenis nas quais pertencem: estudo, trabalho e as práticas, segundo Jeloás, Paulilo e Capelo (2013). As categorias raça, gênero e classe compõem as múltiplas diversidades juvenis evidenciando o enfrentamento de diferenças e desigualdades.

Nas relações sociais permeiam as concepções de naturalização de atribuições de homens e mulheres como “papel feminino” e “papel masculino” (PISCITELLI, 2009, p. 128), na qual a divisão social do trabalho é enfatizada sob uma perspectiva da divisão sexual do trabalho. Há uma disputa antagônica nestas relações sociais acerca da divisão do trabalho e uma relação de poder entre os sexos: “existem trabalhos de homens outros de mulheres” e “um trabalho de homem “vale” mais do que um de mulher” (KERGOAT, 2009, p. 67).

As narrativas das jovens são marcadas por um discurso que evidencia que a Ciência e Tecnologia é um reduto masculino com um número ainda pouco expressivo de mulheres, nas quais são julgadas como incompetentes pelos colegas ou pelos professores do sexo masculino para certos cursos ou matérias (neste caso também se inclui a Educação Profissional), simplesmente pelo fato de ser mulher. O campo científico é um lugar onde Bourdieu (1983, p. 136) define como “lugar de uma luta, mais ou menos desigual, entre agentes desigualmente





dotados de capital específico e, portanto, desigualmente capazes de se apropriarem do produto do trabalho científico”. As narrativas de LSPA citada por Rezende (2018), Anna Hospedagem citada por Lopes (2016) e E1 e C1 citadas por Gonçalves evidenciam a presença de um sexismo e de comentários de professores retratando tratamentos diferenciados entre jovens alunas e alunos.

Assim, com professor não tive problema. Assim, eu já notei que eu tive um professor no semestre passado que eu era a única menina da sala, mas ele...Eu notava que ele tratava de um jeito diferente, mas não assim do jeito que elas estão falando. Pelo menos no meu ponto de vista, eu acho que ele dava atenção especial pra questão de entender a matéria. Eu não sei se isso é bom ou se é ruim, mas eu notava isso dele só pra mim. E também tinha uma vez...Ele fazia pra todo mundo, mas comigo eu sentia que era mais, sabe? Dava maior do que pros outros. E também tinha uma matéria que a gente fazia em dupla, semestre passado e eu era a única menina também da sala e eu acabei fazendo com um menino. No início assim achava muito difícil fazer com ele, é a questão dele confiar em mim. E como ser uma boa dupla, sabe? Tanto é que quando tinha dúvida, ele tinha dúvida, eu tentava explicar, ele não me ouvia, ele ia em outra dupla pra ver se era isso mesmo sabe? Então isso me deixava bastante chateada (LSPA) (REZENDE, 2018, p. 92).

Muito sexismo, a gente tem muito isso. Esse ano aconteceu várias vezes de professores desvalorizarem o curso, que é curso de mulher, que se você é mulher, tem que fazer hospedagem, tem gente que fala que hospedagem não deveria existir porque é curso de mulher. Que o CEFET é lugar para homem, não é escola para mulher, então tem bastante ainda. (Anna Hospedagem) (LOPES, 2016, p. 73).

Tinha um professor semestre passado que era muito...de térmica que eu peguei especial...ele era muito chato com organização. Mas ele nunca falou: nossa, mulheres são mais organizadas. Ele nunca falou assim não, teve uma prova que ele falou: ah, a prova dessa menina foi um exemplo. Mas não foi por ela ser mulher, foi porque a prova dela tá muito boa [...] (Fala da estudante E1) (GONÇALVES, 2019, p. 83).

(repetindo comentário de professor) “ah, a prova dessa menina daqui é mais organizada, mas menina é assim mesmo, vocês deviam fazer igual”. Mas assim, sabe, mas acho que é um negócio bem geral assim. Mas não tem nada “homem tem mais facilidade com essa matéria aqui” (Fala da estudante C1) (GONÇALVES, 2019, p. 83).

Em uma pesquisa realizada com professoras de Ensino Fundamental e Ensino Médio em 2013, Tortato (2015, p. 63) inferiu que normalmente professores e professoras valem-se de “concepções de masculino e feminino” nas relações sociais, influenciadas pelos “binarismos” e pela “biologia dos corpos”. Hirata (2003) corrobora com as narrativas de Anna Hospedagem citada por Lopes (2016) e de E1 e C1 citadas por Gonçalves (2019) enfatizando:

[...] à questão da tecnologia, da formação profissional e do trabalho [...] ainda hoje o paradigma dominante é assexuado, que pretende ser universal mas, na realidade,

(83) 3322.3222

contato@desfazendogenero.com.br
www.desfazendogenero.com.br



traduz um ponto de vista fundamentalmente masculino. Tecnologia, trabalho e formação profissional devem ser vistos de forma a diferenciar masculino e feminino, ou seja, de forma a diferenciar o gênero, construído socialmente (HIRATA, 2003, p. 144).

Nesta perspectiva, as jovens discentes LSPA e LCNB citadas por Rezende (2018), também relatam insegurança em relação ao futuro no mercado de trabalho, consoante as relações de poder androcêntricas vivenciadas na atualidade na academia e que mantém as mulheres subsumidas nas relações produtivas.

Exatamente. Na minha matéria é igual ela, era teórica e prática. Na prática, a gente fazia junto ele custou a me ouvir, ele não queria me ouvir, aí ele custou me ouvir, custou a confiar em mim tipo eu falar as coisas e então ele falar então vamos fazer assim mesmo. Custou! Igual aconteceu com ela, eu passei na teórica e ele tomou pau. Então foi assim... muito sei lá! E me deixa insegura também em relação a mercado. Fico pensando: nossa, será que no mercado vai ser a mesma coisa? Tipo assim, vou ter que fazer a pessoa confiar em mim? Será que ela vai demorar igual o... (LSPA) (REZENDE, 2018, p. 93).

Primeiro do que ela tava eu acho que assim... fico pensando assim... por exemplo se eu tiver um colega meu de curso e a gente tiver mesma formação. Às vezes, a gente faz uma prova, faz igual a prova. Aí eu fico pensando na empresa. Ela vai escolher eu ou vai escolher ele? Então eu penso assim por questão, pode até ser que eu tenha saído melhor um pouco, aí fico pensando só porque ele é homem aí provavelmente eles vão escolher ele. Principalmente nessa área. (LCNB) (REZENDE, 2018, p. 94).

Souza-Lobo (2011) ressalta que as relações de trabalho estão imbricadas nas relações de gênero e é presente a ideia nas sociedades da naturalização da divisão sexual dos papéis. Nas narrativas das alunas E1 e MKCP, citadas por Gonçalves (2019) e Rezende (2018), respectivamente, o senso comum associa características físicas ou pessoais de homens e mulheres com papéis sociais nas relações de trabalho.

Eu acho que algumas coisas não têm como mulher trabalhar, exemplo, sei lá, descarregar carro, mudança. Mulher não vai ter força pra isso. É biológico, entendeu? É... se existir uma mulher forte pra isso, que bom, eu fico muito feliz porque eu queria ter essa força rs mas assim, eu acho que é biológico, que algumas coisas não dá... quem dera que um dia possa, mas eu não vejo isso hoje (Fala da estudante E1) (GONÇALVES, 2019, p. 88).

Foi com uma amiga minha no técnico, aí ela foi tentar uma vaga numa empresa aqui perto não vou falar não (risos). Mas... eles na hora da entrevista perguntaram pra ela que ela tinha uma voz fina, mais fina que a minha ainda. Perguntaram pra ela se, tipo, com essa voz, como que ela ia lidar com essa tanto de homem. Comandar esse tanto de homem. Como se, tipo assim, a voz dela fosse influenciar a competência dela, entendeu? ... Não, ela preferiu ficar calada. Não vou trabalhar aqui. Foi embora (MKCP) (REZENDE, 2018, p. 94).

Ainda nesta mesma perspectiva, Piscitelli (2009) ressalta que a atribuição de qualidades e características diferenciadas a homens e mulheres é uma forma de discriminação utilizada nas relações sociais como delimitação de papéis e de poder. Há uma reprodução de concepções equivocadas de que tais qualidades são inatas e determinantes para diferenciar tarefas femininas ou masculinas nas esferas produtivas e reprodutivas.

Consoante os relatos de E1 citada por Gonçalves (2019) as características de delicadeza são consideradas pelos docentes masculinos como algo inato as mulheres, ao mesmo tempo que utiliza tal qualidade como um tipo de “brincadeira”. Contudo, A1 citada por Gonçalves (2019) associa o trabalho de engenharia com características masculinas “fortes” como se as atribuições de um engenheiro não pudessem ser exercidas por mulheres que não tem a devida força física. Virgínia – Mecânica citada por Lopes (2016) se questiona se as outras jovens “delicadas” fisicamente também vão dar conta de se manter num curso que utiliza máquinas pesadas e se os jovens colegas teriam “paciência” ou estariam dispostos a ajudá-las.

Semestre passado, quando a gente tava fazendo eletrotécnica, tem que segurar os fiozinhos pra medir corrente, tensão, essas coisas, aí tem que segurar o fio e aí no resistor, quando você vai mudar a resistência, tem uma parte que ele chega no 99.5 e aí tem que dar 100 e aí tem que ser delicado. Aí o professor falava: vamos trocar, mais delicada e tal. É que igual, fazia eu e esse menino, né, aí ele falava: troca vocês dois e tal, vamos ver se com ela dá certo, umas brincadeiras assim. Na verdade ele brincava mais com o oposto, de chamar o menino de delicado em vez de, tipo assim, me colocar como delicada [...] Mas esse professor também era muito brincalhão, não me incomodava porque desde o primeiro dia de aula ele brincava muito com a gente. (Fala da estudante E1) (GONÇALVES, 2019, p. 84).

Eu sou muito de me impor, mas tem meninas que não. Então você vê que sofre uma discriminação. Eu penso: “será que ela vai dar conta do curso?” Eu mesma já me peguei pensando nisso. Tem uma menina na sala, ela é muito fofinha, delicada, não é só a aparência dela, ela fisicamente é, eu já me peguei pensando “será que ela vai conseguir?”, tem partes que são pesadas, eu tive problema, quando fui mexer numa máquina e não consegui, por causa de força, tive que pedir alguém pra me ajudar e fico pensando nela “será que vai conseguir?” “será, que vão ter a paciência que ela precisa?” “será que vão ensinar?” porque tem, ela vai precisar. A gente vai precisar de uns macetes, as máquinas não são leves (Virgínia - Mecânica) (LOPES, 2016, p. 83).

em questão de contratação, provavelmente nessa área da engenharia mecânica em que meu pai mexe, seria um pouco assim, de dificuldade de mulher exatamente por questão de esforço físico. É uma coisa que exige muito para o engenheiro porque construção, igual meu pai, de maquinaria igual obra lá na Bahia, no paraná, é uma área que você constrói a sua indústria, você leva as peças pra lá e pra cá, guindaste passa daqui, vai pra lá, ajuda a descarregar um monte de material. Precisa carregar peso e se der problema, por mais que tenha um monte de peão, se você é o chefe da sua obra, você que tem que ir lá e fazer. Se você não vai, você é um mal engenheiro (Fala da entrevistada A1) (GONÇALVES, 2019, p. 69).

A rotulação de jovens mulheres segundo critérios de beleza ou a preocupação com a aparência física são formas de discriminação evidenciadas por Casagrande e Souza (2015), apenas pelo fato de jovens mulheres estudantes terem escolhido determinados cursos.

Entretanto, Hirata (2003) discorda da naturalização desses papéis associados a uma incompetência feminina construída socialmente e enfatiza que “se o gênero pode ser definido como uma construção social, cultural e histórica do masculino e do feminino [...] também a incompetência técnica das mulheres é o resultado de uma construção social” (HIRATA, 2003, p. 148).

Destarte, infere-se nas narrativas de Helena – Curso de Hospedagem citada por Lopes (2016), que as jovens alunas da Educação Profissional consideram que há um certo preconceito no que se refere as (in)competências ou capacidades femininas para realizar cursos, ou cálculos matemáticos considerados como de habilidades masculinas, ou que tem cursos mais fáceis que outros. LCNB citada por Rezende (2018) discorre apreensivamente sobre suas expectativas quanto a ocorrência desse tipo de preconceito no mercado de trabalho. Quanto a opinião de E1 citada por Gonçalves (2019), o preconceito em relação ao gênero feminino tem diminuído na sociedade, no entanto, ressalta que em algumas profissões ainda ocorrem. Gonçalves (2019, p. 73) completa que E1 afirma que “não tem problema ser mulher “se tiver o potencial que os homens têm””.

A ciência não é só laboratório, não é colocar uma coisa dentro da outra. Existem ciências humanas, que é um tipo de ciência. E tem um preconceito das ciências humanas, e aí nosso curso está dentro disso. Dizem que as ciências humanas são mais fáceis. Mais fácil nada! Achar que é mais fácil porque está dentro do cotidiano, que é lidar com pessoas e é uma coisa mais próxima da realidade, mas na real, vocês não sabem não, tem que ter técnica dentro dos procedimentos, tem muita coisa. Ah, falam que hospedagem é você receber a pessoa, dar a chave pra ela no hotel e pronto. E não, tem um monte de processos, não é só dar a chave. Tem todo um tipo de preocupação que as pessoas não têm noção, sabe? E pode não ter cálculo, mas o cálculo 1 que você faz hoje é o mesmo cálculo que o fulaninho vai estudar daqui a pouco. Pra gente complica, é o tempo todo, não tem rotina, muda o tempo todo. E as pessoas não valorizam isso porque acham que é muito fácil. Desde sempre essa é uma tendência de ridicularizar as coisas que são de humanas, porque faz as pessoas pensarem, faz as pessoas se darem bem e isso não é o que a galera quer, né? Querem gente produzindo, produzindo, produzindo. Ainda mais dentro da instituição, já que é o único curso que faz umas coisas assim, dá pra perceber como que quebra. (Helena – Curso de Hospedagem) (LOPES, 2016, p. 71).

Primeiro do que ela tava eu acho que assim... fico pensando assim... por exemplo se eu tiver um colega meu de curso e a gente tiver mesma formação. Às vezes, a gente faz uma prova, faz igual a prova. Ai eu fico pensando na empresa. Ela vai escolher eu ou vai escolher ele? Então eu penso assim por questão, pode até ser que eu tenha saído

melhor um pouco, aí fico pensando só porque ele é homem aí provavelmente eles vão escolher ele. Principalmente nessa área. (LCNB) (REZENDE, 2018, p. 94).

Então eu acho assim, que não deveria existir (área distinta por sexo) e eu acho que tá mudando cada vez mais, **cada vez mais tá se igualando, principalmente nesses cargos mais altos**, eu acho assim, né. Tipo assim, Engenheiro...eu acho que hoje em dia já não tem tanto preconceito de Engenheira mulher, mas igual assim... agora assim, igual, sei lá, caminhoneira...você não vê caminhoneira mulher, eu acho que isso seja um preconceito, sim, talvez seja por facilidade ou não quero, não sei, mas por que, sabe? Não tem um motivo... então eu acho que depende (Fala da entrevistada E1) (GONÇALVES, 2019, p.73).

Nesse contexto, Dayrell (2007) dispõe que a escola não reconhece a juventude com suas especificidades existentes no aluno e não compreende a diversidade de gênero. Entretanto, a Ciência e Tecnologia também não se adaptou ou ainda não se conscientizou para aceitar as singularidades dos indivíduos. A academia é reprodutora de desigualdades de gênero e perpetua as relações de poder.

Assim, nos relatos das jovens alunas, há uma forte presença de assédio, constrangimento e violência simbólica. Por meio da fala de Livia – Mecânica, Lopes (2016) enfatiza a presença de sexismo por parte dos professores que insinuam inadequação das mulheres para realizar o curso. B1 citada por Gonçalves (2019, p. 97) relata um episódio em que esta autora enfatiza a atitude do docente como “violenta simbolicamente” por restringir a jovem de uma “oportunidade profissional”. A fala de ALS citada por Rezende (2018) declara que professores fazem piadinhas, característica da violência simbólica de gênero, que ocorre de forma quase imperceptível e sutil que Bourdieu (2012) denomina como violência simbólica e que se materializa na forma de falar ou agir do/a dominador/a.

A gente estava na aula e o professor deu exemplo “Ah, desde o tempo de Adão”, alguma coisa assim, e a gente questionou “porque não Eva?” e ele falou, “Porque o mundo é machista” e a gente falou “Só porque o mundo é machista todo mundo tem que ser machista?” e aí ele começou a falar, falar e falar. Num outro evento, que foi semana passada, ele disse tipo “Porque o feminismo prejudicou muito mais as mulheres do que ajudou” e a gente ficou assim (expressão de espanto) “Porque hoje as mulheres, elas tem que dividir a conta, hoje as mulheres têm que abrir a própria porta.” Aí a gente falou assim: “eu prefiro abrir a minha própria porta e ter uma visibilidade do que o contrário, porque por mais que o mundo ainda seja machista, anos atrás eu era queimada por fazer uma reunião com mulheres e se hoje eu tenho que abrir a minha porta, eu prefiro abrir a porta do que ser queimada.” E não foi só isso, sabe? Foram outros eventos de machismo também e esses professores são antigos no CEFET. Então eu fico pensando, quantas vezes eles disseram isso? E tem aquela velha história, se você dá aula numa sala de homens, que só tem homens, é uma coisa, quando você dá aula pra meninas, o tratamento é diferente, então eu fico pensando, se a

gente estava lá, e eles disseram isso, imagina se a gente não estivesse, é realmente um circo de horrores, eu acho. (Lívia - Mecânica) (LOPES, 2016, p. 72).

[...] teve uma época que tava tendo bolsa de intercâmbio aqui no CEFET, e aí precisava de fazer uma carta de recomendação. Aí tinha uma lista que era tipo assim: estabilidade emocional, tinha que dar uma nota de 0 a 5. E como ele era coordenador do projeto e eu já convivia com ele há um tempo, pensei “ah, vou pedir ele pra fazer”. Aí foi eu e um amigo meu preencher esse mesmo papel com ele, aí ele virou e falou assim: ahh, preencheu o do menino lá. Estabilidade emocional: 5, por exemplo. Eu lembro desse quesito porque foi marcante. Aí no meu ele falou assim: **estabilidade emocional...ah não, tem que ser uns 3 né, mulher não tem estabilidade emocional.** Foi lá e colocou 3. Eu fiquei estabilizada, uns 5 minutos sem acreditar naquilo que eu tava vendo. Aí eu falei: meu Deus, não é possível, né. Esse foi um dos poucos momentos que eu vi assim realmente, né. Mas eu falei: **graças a Deus ele tem pouquíssima influência dentro do projeto,** né, porque se ele tivesse, nó, isso é péssimo, né. (Fala da estudante B1) (GONÇALVES, 2019, p. 97).

Ainda tem vários exemplos, tem professores até que eu gosto que já fizeram piadinha assim tipo. Tem o HUB que é um dispositivo de rede que ele manda quando alguém manda alguma coisa pra ele, ele manda pra todo mundo da rede. Ele falou é igual mulher, fala demais ... (ALS) (REZENDE, 2018, p. 92).

Destarte, cabe ressaltar a observação de Casagrande e Souza (2015) sobre a importância em se identificar e combater a violência simbólica no meio acadêmico para que esta deixe de ser sutil e aceita pelos/as dominados/as.

Lopes (2016, p. 73) evidencia a partir das falas das jovens dos cursos técnicos que há uma “manutenção do sexismo” por parte das jovens onde estas se veem obrigadas a externalizar as “características que socialmente são atribuídas ao gênero hegemônico”, o que para Gonçalves (2019, p. 89) é considerado como uma auto violência e que afeta “diretamente sua subjetividade e feminilidade”.

[...] violência que é sutil, discreta e invisível às próprias vítimas, que se configura como uma violência que a mulher infringe a si mesma na medida em que são naturalizadas ou negadas situações de incômodo ou de tratamento diferenciado por parte dos professores, e mudança de comportamento delas para se adaptarem a um curso majoritariamente masculino (GONÇALVES, 2019, p. 89).

As narrativas de Alice – Hospedagem e por Lívia – Mecânica citadas por Lopes (2016) retratam exatamente um tipo de auto violência conceituado por Gonçalves (2019). A fala da entrevistada A1 citada por Gonçalves (2019) também corrobora:

Na verdade tem muito isso, na cabeça deles, as meninas que fazem mecânica são meninas masculinizadas e as meninas que fazem hospedagem são meninas muito femininas, muito mesmo, tanto que no primeiro ano acharam que eu fazia mecânica, não que eu fazia hospedagem. Tipo assim, por mais que eu saiba lidar com pessoas, por mais que eu saiba lidar com eventos, eu não sou uma mulher que usa

saíinha e fica andando pelo CEFET, e eu sempre fui super grossa, e eles têm a ideia de que as meninas de hospedagem são sempre abertas a todas as pessoas e eu não sou aberta a qualquer idiota que vai me falar, olha aqui, querida, você não pode fazer isso. Tem muito isso, eles têm essa visão de que meninas de mecânica são homens (Alice - Hospedagem) (LOPES, 2016, p. 73–74).

O aluno do CEFET ele entra aqui, principalmente mecânica, eu vi muito isso, até em mim. A gente entra entra (**sic**) querendo seguir um estereótipo e eu acho que talvez a gente tente se encaixar nesse estereótipo. E no caso das meninas, espera-se que meninas de mecânica sejam mais masculinas, mais brutas, que elas tenham uma orientação sexual diferente das demais, que elas obrigatoriamente serão lésbicas, e daí que elas serão, sabe? (Lívia - Mecânica) (LOPES, 2016, p. 74).

No tratar de conversar, no tratar de tirar dúvidas, sim, mas em correção, não. Se uma pessoa me trata grossamente, eu fico muito puta, e todo mundo já me conhece, a visão que eu passo é de ser **curta e grossa**. Então quando eu pergunto alguma coisa, os professores me respondem numa boa. Mas se for uma menina muito tímida, que não sei o que, quando eu falo que trata diferente é que se fosse um menino ele falaria “ah, então tá”, mas se é uma menina ele fala “não, pode falar, eu sei que você tá com vergonha. (Fala da entrevistada A1) (GONÇALVES, 2019, p. 90).

Entretanto, Gonçalves (2019) infere que apesar das externalizações com estereótipos masculinos e de se auto violentar, as alunas não agem de forma ingênua, mas como forma de resistir e continuar estudando. Lopes (2016) também evidencia nas falas das alunas que estas escolheram seus cursos de forma consciente da existência das discriminações nos cursos e que discordam dessa divisão desigual de papéis.

Nesse sentido, infere-se que para Gonçalves (2019) essas atitudes das jovens discentes se referem a transgressão do *status quo* e para Lopes (2016) seria uma atitude de se rebelar, Resende (2019, p. 71), no entanto, considera como um “movimento de transgressão e empoderamento crítico quanto ao seu lugar de fala e espaço na sociedade [...]. O ato de transgredir o que está posto e determinado pelas construções sociais”.

Portanto pelas falas de Virgínia – Mecânica citada por Lopes (2016), de A1 citada por Gonçalves (2019) e por LCNB citada por Rezende (2018), as jovens alunas buscam alternativas de resistir ao que se está posto, transgredindo e empoderando-se.

Os professores eu falei que são muito bons, acho que tem um respeito muito grande, pelo menos no segundo ano. Com os meus colegas eu nunca tive problema nenhum, nunca tive problema com o fato de eu ser mulher no Curso Técnico em Mecânica, porque eu sempre me impus muito, tipo “olha, eu estou aqui, não tem como vocês me ignorarem”, daí nunca tive problema com isso, tanto que esse grupo de amigos estão comigo desde os primeiros dias de aula e eles entenderam que eu não seria 'a menininha'. Então a minha relação com professores e colegas nunca teve problema não. (Virgínia - Mecânica) (LOPES, 2016, p. 23).

Não, na Fórmula por exemplo, os meninos me tratam super bem e com equivalência. Nos cursos eu também sou tratada com equivalência e **muitos até sabem que eu sou melhor do que eles. É ruim a gente falar isso, mas a gente sabe quando a gente tem um nível de dedicação mais elevado que o outro.** [...] até os professores sabem que a gente é mais esforçada, que a gente tá **lá persistindo** e a gente sempre foi tratada até com mais respeito que os meninos. (Fala da entrevistada A1) (GONÇALVES, 2019, p. 75).

E a segunda que aconteceu bem chato, às vezes você tem que aguentar professor com piadinha, assim é muito difícil de acontecer, mas este semestre teve, professor com piadinha. Até porque eu tenho que aguentar. Até porque... por exemplo. Um exemplo tipo esse professor eu vou ter que aguentar ele um ano. Como é que eu vou estressar, vou brigar com ele, aí ele vai ficar sem clima total, vai ficar muito se eu estressar com ele. E as vezes os meninos não concordam. Porque é piadinha de cunho sexual. Entende? E professor acha que é bonitinho para os meninos. E os homens, eles não ligam pra isso. Eu não sei se elas também concordam mas eu não gosto deste tipo de coisa. Isso é uma dificuldade... eu... Até hoje aqui, aqui no CEFET, eu tive problema só com esse professor. Os outros foram super respeitosos assim... os que eu tive aula (LCNB) (REZENDE, 2018, p. 91-92).

Nesse mesmo entendimento, Bourdieu (1983b, p. 138) corrobora com as narrativas das jovens ao afirmar que no campo científico “os novatos que recusam as carreiras traçadas só poderão “vencer os dominantes em seu próprio jogo” se empenharem um suplemento de investimentos propriamente científicos [...] posto que eles tem contra si toda a lógica do sistema”.

Por fim, cabe ressaltar a importante influência da família tanto nas escolhas dos cursos das alunas quanto na cobrança da realização de tarefas domésticas, conforme evidencia Lopes (2016, p.78) que “as famílias das alunas não desejam ter as filhas em curso inferior ou socialmente malvisto” ou em profissões masculinizadas. “A mulher verdadeira é a dona-de-casa e a boa mãe, isto é, aquela que não compete com o homem, a que não se masculiniza” (MURARO, 2002, p. 172).

Lopes (2016) ainda enfatiza que apesar das jovens negarem influência das famílias nas escolhas, percebe-se uma “estratégia de resistência e a tentativa de reafirmação de sua identidade própria”. Infere-se, assim, pela fala de E1 citada por Gonçalves (2019), como a opinião de um ente familiar é importante para as escolhas nos projetos de futuro das jovens mulheres.

É...foi até assim uma coisa que eu fiquei muito chateada quando eu resolvi fazer engenharia mecânica, minha mãe falou assim comigo: não faz porque é curso de homem. Hoje ela já mudou a opinião dela porque ela viu o tanto que eu tô me dando bem, mas no começo ela mesmo teve um preconceito assim... não faça, você não vai conseguir emprego. Eu falei: mãe, não é assim. Ela: não faz, não faz. Aí ela mesmo foi procurar reportagem de mulher engenheira e tal e aí ela aceitou. Aceitou assim, ela não ia me impedir de fazer, né, só que o melhor pra ela pra mim, que na época ela

achava que era era (sic) não fazer esse curso (Fala da entrevistada E1) (GONÇALVES, 2019, p. 68).

Assim, pelos relatos das entrevistadas Carolina – Hospedagem, Virgínia – Mecânica e Lívia – Mecânica, ambas citadas por Lopes (2016), identificou-se que a família cobra a participação das jovens nos afazeres domésticos, o que as obriga a manter dupla jornada e como o cuidado é naturalizado à mulher.

Tenho que fazer, tenho que conciliar, é uma loucura, ainda mais que tenho uma irmã pequena. Faço as coisas que posso na minha casa no tempinho que tenho vago e daí tenho que vir pro CEFET. Só fazemos as tarefas de casa eu e minha avó. (Carolina - Hospedagem) (LOPES, 2016, p. 81).

O meu primo que mora com a gente não ajuda em nada e não é falta de pedir, pode pedir que ele não faz. Aí, pra evitar estresse mesmo, a gente só ignora. Porque se for ficar falando tudo que ele não faz, seria o dia todo falando. Mas aí, por exemplo, em dia de semana, pra ficar mais fácil, se eu sujei, eu lavo e deixo lá, aí se outra pessoa: Minha mãe ou minha prima usam, elas lavam o que elas sujaram pra ficar mais fácil, mas é a gente que limpa o que ele suja e arruma a bagunça dele (Virgínia - Mecânica)) (LOPES, 2016, p. 81).

Na minha casa eu chego tarde e daí, às vezes, eu fico triste porque teve um dia que eu tinha muita coisa mesmo para fazer, não ia dar tempo e eu ia ter que ficar a noite estudando e a minha avó virou e falou assim “filha vamos ver novela comigo?” e eu fiquei nervosa, falei: “Vó, eu não posso fazer isso, eu tenho que me concentrar aqui”, eu fiquei bem triste porque a minha avó tem 85 anos e daí eu não pude assistir novela com ela. É uma coisa pequena e eu fiquei nervosa, eu não pude fazer a vontade da minha avó. (Lívia - Mecânica) (LOPES, 2016, p. 82).

As desigualdades e discriminações de gênero, segundo Abramo e Valenzuela (2016, p.113) são reproduzidas pelas formas construídas socialmente de divisão entre o trabalho produtivo e reprodutivo. A entrada da mulher no mercado de trabalho foi uma grande conquista, no entanto, o tempo disponível para cuidado com a família ficou mais comprometido. “O envelhecimento da população e o aumento dos domicílios nos quais as mulheres são a pessoa de referência colocam novas pressões sobre as necessidades do cuidado.” Tais afirmativas corroboram com as perspectivas de Hirata (2003):

[...] incompetência técnica construída desde a infância na socialização familiar, diferenciando papéis masculinos e femininos, no exercício cotidiano que se dá a técnica para o menino, como por exemplo, consertar o carro, consertar pequenas máquinas, quando o pai vai chamar o menino para fazer estas coisas e o aprendizado da relação de serviço para as meninas: cuidar da boneca, cuidar do irmão menor, ajudar a por a mesa. As funções e cargos atribuídos às mulheres são sempre caracterizados por esta relação de serviço (HIRATA, 2003, p. 148).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Infere-se a partir dos resultados das referidas pesquisas, que o meio acadêmico é um lugar de tensões entre pares e que há uma presença da divisão sexual do trabalho onde permeiam o sexismo por parte tanto dos colegas quanto dos professores do sexo masculino, tornando as jovens alunas do sexo feminino vulneráveis as formas de preconceito e discriminação de gênero. A disputa de poder por parte do sexo hegemônico é reforçada pelo número superior de estudantes do sexo masculino nas áreas da Ciência e Tecnologia, especificamente nas Engenharias e por violências simbólicas caracterizadas por “brincadeiras”, piadas e falácias depreciativas do sexo feminino.

A desvalorização do trabalho e da competência da mulher para realizar determinados cursos ou tarefas, conforme narrativas das alunas, ocorre de forma reiterada tanto nos cursos da Educação Profissional quanto na Ciência e Tecnologia. Evidencia-se, portanto, que a academia e o senso comum tendem a naturalizar e a depreciar determinadas características ou qualidades femininas como algo inerente ou inato à mulher. Assim, os atores masculinos determinam papéis tanto para homens quanto para mulheres de acordo com suas características físicas ou subjetivas como se fosse um diferenciador biológico.

Evidencia-se também, uma presença arraigada da divisão sexual do trabalho nas relações familiares, haja vista várias jovens discentes relatarem não considerar a opinião destes nas escolhas dos cursos, mas para maioria refletiu certa influência mesmo por ter alguém que trabalha na área. Várias narrativas enfatizaram a existência de uma dupla jornada tendo que conciliar estudos e afazeres domésticos, pressionados tantos pelos familiares quanto pelas condições de classe a que estão submetidas.

Embora os relatos evidenciem uma auto violência das jovens discentes vulneráveis para se manter e resistir as formas de segregação nos cursos, infere-se também, que as formas de transgressão e de superação ao que se está posto socialmente é uma maneira de combate e desvelamento das práticas reiteradas de preconceito de gênero e de luta pela cidadania no meio acadêmico e para além dos muros, na sociedade.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Lais; VALENZUELA, Maria Elena. Tempo de trabalho remunerado e não remunerado na America Latina. Uma repartição desigual. *In*: ABREU, Alice Rangel de Paiva;

(83) 3322.3222

contato@desfazendogenero.com.br
www.desfazendogenero.com.br



HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (org.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 113–123.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Tradução Sérgio Milliet. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. Tradução de Paula Montero e Alicia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983. Coleção Grandes Cientistas Sociais, p. 46–81. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3001954/mod_resource/content/0/Renato%20Ortiz%20%28org.%29.-A%20sociologia%20de%20Pierre%20Bourdieu.pdf. Acesso em: 30 jul. 2019.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. Tradução de Paula Montero e Alicia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983b. Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 39, p. 122-155. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3001954/mod_resource/content/0/Renato%20Ortiz%20%28org.%29.-A%20sociologia%20de%20Pierre%20Bourdieu.pdf. Acesso em: 30 jul. 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kuhner. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CASAGRANDE, Lindamir Salete; SOUZA, Ângela Maria Freire de Lima e. Violência simbólica de gênero em duas universidades brasileiras. In: WANZINACK, Clóvis. SIGNORELLI, Marcos Claudio (org.). **Violência, gênero e diversidade: desafios para a educação e o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2015. p. 79–108. Disponível em: http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/10/livro_violencia_genero_e_diversidade.pdf. Acesso em: 19 ago. 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, ano 10, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 27 maio 2019.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2228100>. Acesso em: 02 abr. 2018.

GONÇALVES, Bruna de Oliveira. **Violência simbólica de gênero na engenharia: estudo de caso no CEFET-MG**. 2019. 114 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Educação Tecnológica, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: https://sig.cefetmg.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt_BR&id=302. Acesso em: 24 jul. 2019.

HIRATA, Helena. Tecnologia, formação profissional e relações de gênero no trabalho. **Educação & Tecnologia**, Curitiba, n.6, p.144-156, 2003. Disponível em:



<http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/revedutec-ct/article/view/1081/684>. Acesso em: 22 jun. 2019.

JEOLÁS, Leila Sollberger; PAULILO, Maria Ângela Silveira; CAPELO, Maria Regina Clivati (org.). **Juventudes, desigualdades e diversidades**: estudos e pesquisas. Livro eletrônico. Londrina: Eduel, 2013. Disponível em:
http://www.uel.br/pos/ppgsoc/portal/pages/arquivos/juventude%20e%20desigualdade_digital.pdf. Acesso em: 28 maio 2019.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In*: HIRATA, Helena *et al.* (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4098403/mod_resource/content/1/Kergoat%20p.67-75%20in%20Dicionario_critico_do_feminismo%202009.pdf. Acesso em: 29 set. 2018.

LOPES, Sabrina Fernandes Pereira. **Relações de gênero e sexismo na educação profissional e tecnológica**: as escolhas das alunas dos cursos técnicos do CEFET-MG. 2016. 100 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Educação Tecnológica, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, 2016. Disponível em:
https://sig.cefetmg.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt_BR&id=302. Acesso em: 24 jul. 2019.

MURARO, Rose Marie. **A mulher no terceiro milênio**: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro. 8 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2002.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. *In*: ALMEIDA, Heloísa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo (org.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis e Vertecchia, 2009, p. 116–149. Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4275208/mod_resource/content/1/PISCITELLI%20Adriana.%20G%C3%AAnero%20a%20hist%C3%B3ria%20de%20um%20conceito..PDF. Acesso em: 31 jul. 2019.

RESENDE, Kelly de Souza. **Transgressão na divisão sexual do trabalho com mulheres em profissões tradicionalmente masculinas**: estudo de caso com frentistas de postos de combustíveis. 2019. 85 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Educação Tecnológica, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

REZENDE, Daniela Teixeira. **Mulheres na TI**: visões de alunas do curso de engenharia de computação sobre a área. 2018. 109 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Educação Tecnológica, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em:
https://sig.cefetmg.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt_BR&id=302. Acesso em: 24 jul. 2019.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. 2 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.



TORTATO, Cintia. Preconceito na escola: negação, descoberta, repetição. *In:* WANZINACK, Clóvis. SIGNORELLI, Marcos Claudio (org.). **Violência, gênero e diversidade**: desafios para a educação e o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2015. p. 59–78. Disponível em: http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/10/livro_violenca_genero_e_diversidade.pdf. Acesso em: 19 ago. 2019.



Ensaio para uma escuta não cisnormativa na psicanálise

José Stona¹

Resumo: O presente ensaio teórico, que parte da escuta clínica psicanalítica de pessoas trans, tem por objetivo refletir sobre estratégias locais de conhecimento encontradas, nesta experiência, para uma escuta não cisnormativa com a psicanálise. A metodologia utilizada para compor este trabalho foi em forma de um relato de experiência que visa a mostrar os acontecimentos de um percurso singular de formação independente em psicanálise, diante dos confrontos com a teoria, a clínica, a supervisão e a escuta. Constatamos, então, nesse breve ensaio, que a sustentação de uma escuta não cisnormativa necessita, primeiro, de um desmonte da escuta, ou seja, não um abandono completo da teoria, mas um desencaixe, um deslocamento, uma subversão a cada vez que preceitos cisnormativos se instalem, no intuito de não produzir condições prévias de inteligibilidade e diagnósticos precipitados diante das questões de gênero.

Palavras-chaves: Escuta psicanalítica; cisnormatividade; dispositivos clínicos.

Introdução

As novas cartografias entre sexualidade, gênero e identidade produzidas por diversos movimentos, como a ascensão de mulheridades ao poder, o abandono da monogamia e o reconhecimento do poliamor, a crise da idealização da família nuclear, a visibilidade e representatividade produzidas pelos movimentos LGBTTTQIAP+², a reprodução *in vitro* e o aumento das biotecnologias, produzem reorganizações nas maneiras de compreender o sujeito, os processos de subjetivação e a lei simbólica³. Assim, a cada novo momento, em meio a um intenso desenvolvimento tecnológico, novos questionamentos se colocam, exigindo diálogos entre teorias, e, como consequência, instauram uma tensão no debate entre muitos psicanalistas contemporâneos.

¹ Psicólogo, Especialista (Lydia Coriat), Mestre (UFRGS) e Doutorando (UFS) em Psicanálise e Cultura Contemporânea, stona_mm@hotmail.com, Rua Vila Cristina, 161, sala 1001, Aracaju, SE – 49100-000.

² Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, travestis, *queer*, questionando, intersexo, assexuais e pansexuais (Masterson, 2015).

³ Se compreendermos a lei como uma estrutura anterior e transcendente às manifestações sociais, políticas e necessariamente históricas, o simbólico será apresentado como uma força que não poderá ser modificada e subvertida sem a ameaça da psicose. No entanto, se compreendermos a lei como algo que é vivido e constantemente reiterado de forma imanente às relações de poder, as possibilidades de modificação e subversão inclusive do simbólico, não necessariamente significarão uma ameaça à cultura e à civilização (Arán, 2006, p. 58).



De um lado, temos psicanalistas em sofrimento nostálgico, temendo que a psicanálise possa desaparecer, na medida em que as estruturas organizadas pela função social da imago paterna estariam em declínio, provocando uma perversão generalizada, como apontam os autores Mauas (2012), Miller (2012) e Melman (2016). Do outro, percebemos, por sua produção, que há psicanalistas que adotam uma postura que não toma a teoria como onipotente e hábil a servir como panaceia hábil a explicar qualquer questão sobre o sujeito. Muito pelo contrário, percebem que a sobrevivência da psicanálise, conforme coloca Lacan (2009a, 2009b), exige daquele que a exerce um permanente movimento de análise, em que seu próprio “ser psicanalista” se dissolve em um “estar psicanalista”, capaz de suportar aquilo que do contemporâneo o interpela, levando em conta os limites da sua própria teoria e, ainda, uma herança ética de Freud, no reconhecimento de que a psicanálise,

raramente é capaz de resolver um problema por si só; mas parece destinada a contribuir de modo relevante a diversos campos de saber. [...] Posso então dizer, voltando o olhar para o trabalho de minha vida até o momento, que iniciei muitas coisas e lancei muitas sugestões, de que algo deve resultar no futuro. Mas eu mesmo não saberia dizer se será muito ou pouco. Posso apenas manifestar a esperança de haver aberto o caminho para um importante progresso em nosso conhecimento (Freud, 1925/2011, p. 162).

Todavia, segundo refere Arán (2009), esses fenômenos provocaram deslocamentos importantes nas referências simbólicas organizadoras da sociedade moderna, principalmente a partir do deslocamento das fronteiras entre homem (público) e mulher (privado), configurando um novo território para pensar gênero e psicanálise. Assim, pensar o gênero, para os teóricos de gênero, é pensar em um movimento político. Pensar o gênero em psicanálise diz respeito, também, a pensar os processos de subjetivação, de forma que, nesta escrita, iremos trabalhar com o conceito de gênero de Judith Butler⁴ e com a psicanálise freudo-lacaniana.

É desses entrelaçamentos entre psicanálise e gênero, ou seja, da possibilidade da troca entre esses campos de saber – não como duas disciplinas estranhas entre si, mas como duas problemáticas que têm uma afinidade histórica, prosperando juntas ao longo do tempo – que este artigo teórico surge, em um recorte específico, qual seja, a experiência clínica de escuta com pessoas trans em lugares distintos. Como menciona Caon (1997), a escuta “equiflutuante” dessas experiências foi revelando diversas inquietações frente a pontos teóricos da psicanálise em relação às temáticas de gênero.

⁴ Judith Butler é filósofa, pós-estruturalista estadunidense, uma das principais teóricas da questão contemporânea do feminismo, teoria *queer*, filosofia política e ética.

Propomos, portanto, neste artigo, tencionarmos a psicanálise como integrante de um dispositivo biopolítico⁵ dentro de regimes de verdades, disputando a criação de novas verdades sobre os processos de subjetivação. Temos como intenção o foco no tema da experiência de escuta – aquela que nossa prática com a psicanálise nos permitiu adquirir na clínica –, a partir da escuta de pessoas trans como plano de fundo de uma questão maior: quais as condições de uma escuta não cisnormativa? Contudo, antes que possamos apresentar ao leitor essas preocupações, faz-se necessário mostrarmos quais são esses lugares de escuta e suas implicações discursivas.

Do encontro com as escutas ao reconhecimento da cisnorma

O primeiro encontro clínico aconteceu em um voluntariado no Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero (NUPSEX)⁶ da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), programa do qual participam estudantes de diferentes áreas, como serviço social, psicologia, direito, educação física, etc., e que são atravessados por diferentes marcadores sociais⁷ da diferença (Brah, 1996), como raça, classe, gênero, identidade e orientação sexual – negros, brancos, transexuais, cisgêneros, *gays*, lésbicas e pansexuais. É, enfim, um espaço repleto de pluralidades.

O voluntariado foi realizado em um dos eixos de extensão do NUPSEX, o Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH)⁸, composto por diferentes grupos de trabalho, dentre os quais o de acolhimento, que tem por objetivo acolher pessoas vítimas de violência relacionada a gênero, diversidade, sexualidade e relações raciais. Os acolhimentos são compostos por conversas individuais que visam a pensar estratégias de enfrentamento das possíveis situações de vulnerabilidade em que essas pessoas se encontram. No CRDH, vivenciei experiências de campo, fiz amizades, laços transferenciais de trabalho e fui escutando experiências de vida que, até então, não me eram próximas e que não atravessavam

⁵ Conforme aponta Foucault (1999), são dispositivos disciplinadores e normatizadores de poder e domínio sobre vida e morte das pessoas que têm como consequência o controle sobre os modos de como o tecido social e as relações serão estabelecidas por meio da administração do corpo, da sexualidade e de quem pode morrer e quem deve viver. Uma gestão calculada da vida e do campo social.

⁶ Projeto de extensão que visa à produção de conhecimento no campo da sexualidade, relações raciais e gênero. Privilegia pesquisas voltadas à compreensão das formas de relações de gênero e a sexualidade, que se acoplam a distintos modos de ser a partir de uma preocupação ética e política (NUPSEX, 2019).

⁷ Um termo político que procura evidenciar como o sujeito é social e culturalmente constituído em amarras discursivas, nas quais gênero, raça, religião, nacionalidade, sexualidade e geração não são variáveis independentes, mas se entrelaçam e não podem ser analisadas isoladamente.

⁸ O programa CRDH/NUPSEX visa à promoção dos direitos humanos, sobretudo em relação ao racismo e à violência contra mulheres cissexuais e transexuais, *gays*, lésbicas, travestis, transexuais e transgêneros (NUPSEX, 2019).

o meu corpo, a minha identidade, a minha sexualidade e a minha raça, ou seja, me eram estranhas e distantes em algum momento. Esses estranhamentos começaram a trazer questionamentos sobre a minha própria experiência subjetiva e a denunciar ausências teóricas do meu processo de formação, assunto que será abordado a seguir.

Ao começar os primeiros acolhimentos no CRDH, em decorrência de qualquer questão relacionada aos marcadores sociais supracitados, encontro as primeiras histórias de pessoas trans. Essas histórias continham múltiplas demandas e pedidos de ajuda, mas denunciavam uma violência estrutural de desamparo familiar, social, educacional, de saúde, de habitação, de alimentação, ou seja, de cuidados essenciais à vida. Eram, sim, pessoas contando histórias sobre como a rejeição se fez presente, em múltiplos espaços, a partir do momento em que elas colocaram em cena o desejo de legitimar, de alguma forma, a sua identidade de gênero.

No grupo de pesquisa, nós, alunos, passamos a perceber uma limitação institucional (UFRGS) para permitir uma possibilidade de escuta clínica para tais sujeitos, pois, após a acolhida, surgiram demandas para atendimento individual e não havia espaços de acolhimento clínico. Ao percebermos a importância dessas demandas, começamos a mapear os espaços de psicologia em Porto Alegre, e concluímos que não havia, na época, nenhum que estivesse atualizado a respeito das discussões de gênero e que pudesse, ainda, oferecer uma escuta sensível para atravessamentos LGBTTQQIAP+ na experiência do sujeito. O problema principal constatado, a partir dos relatos das pessoas que chegavam ao acolhimento, é que a escuta oferecida nesses espaços era muito crua, e as instituições não se colocavam dispostas a entender esses atravessamentos. O fato de tais lugares serem inapropriados por não estarem atualizados não significa que os próprios lugares não se acreditem aptos. A posição que acabamos assumindo não é a de pensarmos que “nós decidimos o que é adequado para o atendimento clínico de pessoas trans”, mas de pensarmos quais espaços estavam dispostos a repensar as suas práticas e a oferecer uma escuta sensível.

Nesse contexto, em meu percurso, por estar mais ligado à psicanálise, fiz o mesmo movimento de mapeamento e descobri, tanto pela inserção nos espaços quanto pelos relatos de colegas em formação, que os espaços de clínica-escola e os espaços particulares, além de rodeados por discursos LGBTTQQIAP+ fóbicos, também estavam distantes das discussões atualizadas sobre gênero. Não bastasse isso, o valor cobrado por psicanalistas era inviável para que tais sujeitos pudessem pagar.

A partir dessas constatações, comecei a me questionar sobre o que seria esse despreparo profissional (ou na formação), essa escuta não sensibilizada, essa desqualificação para o atendimento, mas, principalmente, por que os estudos de gênero eram importantes à clínica com pessoas trans. Tudo isso, então, despertou em mim o desejo de pesquisar sobre o assunto, e foi assim que descobri que as publicações em psicanálise sobre as transexualidades estavam sendo realizadas, majoritariamente, por psicanalistas que tinham por base a compreensão etiológica e diagnóstica dessas experiências como alocadas no campo da psicose ou da perversão, a exemplo de Lacan, J. (1971/2009), Czermak, M. (1986), Millot, C. (1992), Frignet, H. (2000) e Ceccarelli, P. R. (2008). Essa colagem estrutural de diagnóstico se estabelece, na maioria das vezes, devido à incompreensão cisnormativa dos autores, ou seja, eles não percebem como a forma de interpretar a epistemologia que usam pode levar ao entendimento colonial de que a cisgeneridade é o modelo natural e normal para compreender os processos de subjetivação, nos termos de Vergueiro (2015), Jesus (2015) e Dumaresq (2016). Aqueles autores, diferentemente destes, além de tornarem as pessoas trans objeto, colocam as experiências não-cisgêneras dentro de um campo psicopatológico e tentam organizar tratamentos e intervenções pensando a passagem à cisgeneridade como proposta de cura, sem levar em conta a singularidade de cada sujeito.

Ainda, sobre o tema, Bulamah e Kupermann (2016) referem que, na psicanálise, entre 1979 até 2014, há uma divisão conceitual. Primeiramente, até a década de 70, verifica-se uma hegemônica forma de interpretação pautada na obra de Robert Stoler⁹. Posteriormente, ocorre um segundo momento, onde uma publicação de uma paciente já transicionada abre espaço para uma clínica não generalizada sobre as transexualidades, fazendo com que a dicotomia entre cirurgia e terapia hormonal deixe de ser colocada como “*a priori* de *acting-outs*” (Bulamah & Kupermann, 2016, p. 81), ou seja, um retorno no real sob a forma de reinvidicação cirúrgica.

Nesses aproximadamente 40 anos, os relatos são cristalizados no clássico “pai fraco” e “mãe simbiótica”¹⁰, não havendo informações sobre a melhora no bem-estar dos pacientes, o manejo clínico, a transferência ou outros fatos clínicos. No entanto, é difundida a ideia de que os analistas compreendem as transexualidades como algo estritamente psicopatológico,

⁹ Psiquiatra e psicanalista americano da década de 60, fundador do conceito de identidade de gênero e um dos mais importantes pesquisadores da área.

¹⁰ Pai fraco entendido como aquele que não exerce a função de castração frente à relação mãe-bebê. Mãe simbiótica seria aquela função que não abriria espaço para instauração da falta no seu bebê, ficando presa em uma relação de excesso com o filho.

alocadas no campo da psicose e da perversão, em uma preocupação excessiva com sua etiologia e “a pressuposição da cisgenderidade enquanto norma do desenvolvimento e uma obturação da própria potência da psicanálise” (Bulamah & Kupermann, 2016, p. 79).

Sabemos que é imprescindível o entendimento do momento cultural dessas primeiras produções psicanalíticas; porém, mesmo contemporaneamente, a maioria dos analistas segue na mesma condição: manter engessado o legado dogmático de conceitos específicos, em nome de Freud e Lacan, como segurança psicanalítica, utilizando uma teoria de cento e treze anos atrás como algo universalizável, atemporal e imutável. Tais fatos evidenciam o que Ayouch (2016) aponta sobre o profundo maltrato e não reconhecimento – clínico (resposta louca), teórico (cis-hetero-normatividade) e ético (massiva contra-transferência) em relação às transexualidades. Entretanto, é estranho pensar que, por mais que a psicanálise tente, em sua gênese, romper com a instrumentalização da ciência clássica, ela, por vezes, infelizmente, corrobora a manutenção dessas instâncias normativas e patologizantes. A consequência disso é uma escuta ligada diretamente à patologização e à desqualificação das experiências trans por meio da cironormatividade.

Portanto, em razão de tais descobertas, iniciei um espaço clínico próprio onde pude oferecer a minha escuta levando em conta a singularidade de cada caso. Atento às possibilidades de pagamento de cada analisante, mantive constante discussão com o grupo de pesquisa, munido das propostas dos estudos de gênero, e, por fim, mas não menos importante, escolhi como posicionamento político a tentativa de construir um trabalho a favor da despatologização e pautado na hipersingularidade de cada caso, assim como proposto pela psicanálise.

O segundo lugar de escuta frente às questões de gênero aconteceu quando fui selecionado pela Fundação da Assistência Social (FASC), entidade vinculada à Prefeitura Municipal de Porto Alegre, para trabalhar como técnico social psicólogo no Serviço Especializado em Abordagem Social de Crianças, Adolescentes e Adultos em situação de rua (Ação Rua)¹¹ do Município. Tal projeto tem por premissa o acompanhamento da população

¹¹ Projeto da Assistência Social de Porto Alegre, criado em 2007 para o atendimento a crianças, adolescentes e adultos em situação de rua. O Ação Rua está dividido em todas as microrregiões de Porto Alegre. A organização do trabalho é realizada por equipes interdisciplinares que têm por base a seguinte composição: psicólogos, assistentes sociais e educadores (podendo variar a formação dos profissionais). O trabalho é realizado na circulação do território de abrangência, na proposição de localizar as áreas onde as pessoas em situação de rua organizam seu espaço e, por meio de um trabalho de observação e qualificação, iniciar uma conversa para

em situação de rua, visando a garantir seus direitos e a promover uma visibilidade do poder público para sujeitos inseridos em um outro regime de visibilidade além de apoio para a retomada de um projeto de vida; e, também, a oferecer recursos assistenciais para a superação do estado de vulnerabilidade – tudo isso alçado na política da assistência social (SUAS).

No início das atividades no Ação Rua, conheci o chamado Complexo Cultural Sambódromo, onde acontece o carnaval de Porto Alegre. Ocorre que, em outras épocas, quando a região não está em festa, acaba sendo conhecida popularmente como “faixinha”, ponto de prostituição da zona norte da cidade. No local, encontrei várias composições do feminino, entre as quais pessoas cisgêneras, transexuais e travestis, que utilizam o espaço para trabalho, tornando-se esse um novo encontro com outras vivências trans.

Por fim, para sustentar a escuta obtida por meio dessas experiências (da clínica, da universidade e da rua), deparo-me com outro ponto de conflito. Ao entender que o campo da psicanálise exige um investimento pautado na contínua formação do psicanalista¹², busquei ajuda em quatro alicerces que servem de base a nossa prática, ou seja, análise pessoal, estudos teóricos, supervisão e compartilhamento entre pares.

Ocorre que, quando vou em busca de supervisores, para minha surpresa, encontro, novamente, discursos explicitamente transfóbicos, calcados na repetição ecológica da psiquiatria sobre as transidentidades estarem sempre relacionadas ao campo da psicose e da perversão; e, assim, começo a perceber as contradições discursivas, teóricas e epistemológicas, por parte dos psicanalistas, ao utilizarem a psicanálise em nome próprio como segurança diagnóstica, reproduzindo tais violências.

Não bastando as experiências de escuta supracitadas, convém lembrar que, atualmente, segundo a ONG *Internacional Transgender Europe* (TGEU, 2018), por meio do seu projeto *The Trans Murder Monitoring* (TMM)¹³, projeto de pesquisa que monitora a situação dos direitos humanos de pessoas trans em diferentes partes do mundo, o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo. Em novembro de 2018, o projeto divulgou os novos dados estatísticos mundiais, que apontam que o Brasil se mantém na primeira posição. Entre setembro de 2017 e outubro de 2018 foram contabilizados 167 assassinatos. O relatório destaca que o número de assassinatos em 2017 é o maior registrado nos últimos 10 anos,

estabelecimento de vínculo na perspectiva de compor um atendimento integral, conforme as demandas de cada indivíduo.

¹² Interloquções contínuas entre análise pessoal, experiência clínica e discussão teórica.

¹³ O monitoramento de mortes de pessoas trans (tradução nossa).

havendo um aumento, do ano de 2016 para 2017, de 15% de casos notificados. Segundo o relatório, essas pessoas atuam principalmente como profissionais do sexo; o local das mortes é o espaço público da rua; e as mortes são causadas, em sua grande maioria, por alvejamento. Segundo o relatório, ainda, a própria condição de segregação e desinformação da população trans leva à prostituição, muitas vezes gerando o contexto de vulnerabilidade, estado que justifica esses números.

Alvim (2017), por sua vez, ampliando o debate, refere que a homofobia e a transfobia matam uma pessoa a cada 16 horas. Esses, por si só, já são fatores essenciais a serem problematizados em todas as esferas políticas, justificando a pertinência desta pesquisa.

Hoje, assustadoramente, não existe nenhum órgão público que faça o mapeamento dessas mortes no Brasil, pois, como explica Bento (2014), essas mortes, no âmbito conceitual, são classificadas como homofobia, conceito que não dá conta das particularidades das violências frente às pessoas trans – por isso preferimos o conceito de transfobia. Atualmente, o mapeamento é feito por ONGs de ativistas e militantes do movimento trans, em matérias de jornais e informações da *internet*, a exemplo da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e do Grupo *Gay* da Bahia (GGB).

Assim, foi por meio da escuta da população trans que percebi a cisheteronormatividade operando, quase despercebida, em um âmbito marcado pela ausência de discussões atualizadas entre gênero e psicanálise. Relembrei, então, como, na minha formação (em universidade particular, diretamente ligada à teoria psicanalítica freudo-lacaniana), nunca me foi referenciada uma discussão atualizada sobre gênero. O que me foi transmitido estava pautado em uma normatividade que é organizada na matriz epistemológica cisheteronormativa como modelo estrutural à compreensão de normalidade dos processos de subjetivação.

Além disso, nessa retomada da minha formação, percebi como os marcadores sociais da diferença dos professores da universidade de que fiz parte estavam ocupados por psicanalistas, exclusivamente brancos, cisgêneros, heterossexuais e sem deficiência, em uma sala de aula com cinquenta alunos, sem nenhuma pessoa declaradamente trans, nenhuma pessoa negra e três pessoas declaradamente LGB. E, mesmo após a graduação, mantendo o interesse em um processo formativo na psicanálise, ao ir em busca de uma especialização e de grupos teóricos em instituições de Porto Alegre, percebi que, nestes espaços, há uma repetição da omissão de críticas sobre o conceito de sexualidade na psicanálise e uma inexistência de

discussões atualizadas sobre gênero, em conjunto com uma certa manutenção de marcadores sociais nos psicanalistas à frente desses dispositivos de formação (brancos, heterossexuais, cisgêneros, elitistas, sem deficiência e com uma diferença geracional bastante significativa).

Tal “desaparecimento”, agora, me faz perceber a sintomática que ocorre, em cursos de nível superior e instituições de formação psicanalítica, sobre a ausência de representatividade (trans, travesti, negra, lésbica, etc.) na produção teórica, fato que se soma ao distanciamento, por parte dos psicanalistas, das discussões sobre gênero, levando ao entendimento de que a psicanálise tem a resposta, sobre todos os fenômenos manifestos na cultura, dentro da sua própria teoria. Quando passei a colocar o gênero em questão¹⁴ em todos os espaços psicanalíticos, recebi respostas violentas, patologizantes, estigmatizantes e insatisfatórias frente à clínica que se apresenta, hoje, a minha escuta.

Na época em que estava na graduação, esse cenário passava completamente despercebido. Tais elementos só começaram a se mostrar e a produzir desconfortos a partir das vivências supracitadas e da necessidade de aproximação dos movimentos políticos como suporte para a escuta (sejam eles movimentos feministas, raciais, LBBTTQIA+, etc.), o que acabou por trazer as seguintes perguntas – que permanecerão em aberto: quem constrói a psicanálise? Para quem? E o que se produz, enquanto teoria, mantendo essa forma exclusiva e com ausência de representatividade de marcadores sociais? Quais são os efeitos desses marcadores sociais na formação, na escuta e na intervenção dos psicanalistas frente às questões de gênero?

Neste caminho em construção há aproximadamente seis anos, tive a oportunidade de me inserir em diversos contextos, como a universidade, a clínica particular e a rua, em espaços que me apresentaram a importância dos efeitos da interseccionalidade¹⁵ na constituição da subjetividade. Possibilitando-me escutar diversas vivências de gênero

¹⁴ A exemplo dos absurdos “a condição da feminilidade é renunciar ser puta”, “um dos motivos do grande índice de autismo na atualidade é culpa do feminismo”, “agora as mães estão entregando os filhos para os pais e indo do salão de beleza” e “você tem que escutar essas experiências de intervenção no real do órgão como diretamente do campo da psicose”.

¹⁵ O termo surge em 1989, designado como o estudo da articulação de identidades sociais e sistemas relacionados de opressão, dominação ou discriminação. A teoria sugere e procura examinar como diferentes categorias biológicas, sociais e culturais, tais como gênero, raça, classe, capacidade, orientação sexual, religião, casta, idade e outros eixos de identidade interagem em níveis múltiplos e muitas vezes simultâneos. Este quadro pode ser usado para entender como a injustiça e a desigualdade social sistêmica ocorrem em uma base multidimensional (Crenshaw, 1989).

dissidentes¹⁶ e me fazendo perceber o vasto feixe de possibilidades performativas do gênero no processo de constituição psíquica, esses cenários evidenciaram, de igual forma, o quanto há psicanalistas que ainda seguem apegados à literalidade de conceitos de uma psicanálise vitoriana.

Na indignação e insatisfação com escritos teóricos, instituições de formação psicanalítica e supervisores, ou seja, a própria formação clássica de um analista, e pautado pela minha escuta das experiências trans como plano de fundo, me vi diante da necessidade de propor esse trabalho, tendo como norteador inicial o argumento de Freud (1930/2010, p. 153), segundo o qual “a psicanálise faz em seu favor a reivindicação de que, em sua execução, tratamento e investigação coincidam”.

As consequências dos fatos narrados me fizeram perceber a perpetuação de uma forma de trabalho psicanalítico que remonta à época freudiana em sua literalidade teórico-cultural. Essa forma de trabalho psicanalítico leva em conta uma psicanálise que, segundo destaca Alberti (2000), tem uma mensagem tecnicista, obsessiva e burocrática, com guetos institucionais e profissionalistas, produzindo uma clínica elitista, racista e LGBTTTQIAP+fóbica.

Diante disso, é necessário problematizar o lugar da escuta no qual nos colocam determinadas apreensões da teoria psicanalítica, retomando “a essência vazia do desejo, que supõe que o psicanalista não deve impor ao analistante qualquer ideal de civilizabilidade, de curabilidade ou mesmo de normalidade subjetiva” (Castro & Ferrari, 2013, p. 55).

Possíveis estratégias clínicas para uma escuta não cisnormativa

Quando pensamos sobre a possibilidade de uma escuta não cisnormativa, gostaríamos, inicialmente, de partir de dois documentos: o “Standards of Care for the Health of Transsexual, Transgender, and Gender Nonconforming People” (2012), cuja missão é promover a assistência baseada em evidências, a educação, a pesquisa, a promoção e defesa, as políticas públicas e o respeito à saúde da população trans; e o “Guidelines for Psychological Practice With Transgender and Gender Nonconforming People”, produzido pela APA (2015), que tem por intenção apresentar dezesseis diretrizes para ajudar profissionais da psicologia em práticas psicológicas com pessoas trans, em não conformidade de gênero e suas famílias. Acreditamos que tanto as normas de atenção quanto as diretrizes,

¹⁶ Experiências e vivência de gênero, sexualidade e orientação sexual que não estariam representadas por normativas cisgêneras e heterossexuais.

com suas limitações e problemáticas, trazem elementos importantes a serem levados em conta para a escuta clínica psicanalítica, mesmo que normativas e diretrizes sejam estranhas à conduta ética da psicanálise.

São elas:

Entender que o gênero é um construto não-binário que permite uma variedade de identidades de gênero e que a identidade de gênero de uma pessoa pode não se alinhar com o sexo designado ao nascimento; Entender que a identidade de gênero e a orientação sexual são construtos distintos, mas relacionados; Entender como a identidade de gênero é interseccionada com outras identidades culturais de pessoas; Perceber como atitudes e conhecimentos sobre identidade e expressão de gênero podem afetar a qualidade do cuidado fornecido às pessoas trans e suas famílias; Reconhecer como o estigma, preconceito, discriminação e violência afetam a saúde e bem-estar de pessoas trans; Reconhecer a influência de barreiras institucionais nas vidas de pessoas trans e ajudar a desenvolver ambientes afirmativos; Entender a necessidade de promover mudanças sociais que reduzam os efeitos negativos do estigma na saúde e bem-estar de pessoas trans; Entender que existem diferenças na forma como as crianças e adolescentes desenvolvem-se em relação à identidade e comportamento de gênero e que nem todas as crianças persistem se identificando como uma pessoa trans quando adultas; Entender os desafios particulares que pessoas trans da terceira idade vivenciam e a resiliência que podem desenvolver; Entender que a saúde mental pode ou não estar relacionada com a identidade de gênero de uma pessoa trans e os efeitos psicológicos do estresse de minoria; Reconhecer que as pessoas trans vivem melhor quando recebem apoio social e cuidado afirmativo; Entender os efeitos que as mudanças na identidade de gênero e expressão de gênero têm sobre os relacionamentos românticos e sexuais de pessoas trans; Entender como a parentalidade e a formação de famílias entre as pessoas trans ocorre de formas variadas; Reconhecer os benefícios potenciais de uma abordagem interdisciplinar no cuidado com pessoas trans e trabalhar de forma colaborativa com outros profissionais; Respeitar o bem-estar e os direitos de participantes trans em pesquisas e analisar os resultados com acurácia, evitando o mau uso ou representação inadequada dos achados; Preparar futuros profissionais de psicologia para trabalhar de forma competente com pessoas trans. (APA, 2015, p. 834-851)

Embora haja elementos importantes a serem levados em consideração para a clínica, os quais demandam um estudo aprofundado, na ótica dos estudos de gênero, o interesse, neste artigo, é problematizarmos tais questões a partir da psicanálise, com autores como Cunha (2013), quando enuncia a necessidade de leituras não identitárias das experiências subjetivas do sujeito, frente aos limites da psicanálise ao se deparar com a ruptura na norma de divisão binária de gêneros enquanto fundamento necessário do laço social; Ayouch (2015), sobre uma psicanálise da pós-transidentidade, devido à necessidade de o psicanalista desfazer-se da própria noção de transexualidade inventada pela psiquiatria, e lastreada na primazia,

supostamente a-histórica, de uma diferença binária dos sexos; Quinet (2017, p. 32), quando nos faz refletir: “se Judith Butler criticou a psicanálise de heteronormativa e dominada pela ideologia machista, foi certamente porque os analistas não o fizeram”; Gherovici (2017), quando nos convida a analisar as dissidências de gênero e não a patologizá-las; Porchat (2018), sobre como os barulhos de gênero têm confrontado a psicanálise, mostrando a necessidade de sermos feministas, a possibilidade, inclusive, de uma psicanálise feminista e, ainda, mostrando a possibilidade de que tudo não esteja, desde sempre, em Freud ou Lacan; e Dunker (2018, p. 15), quando diz “a clínica psicanalítica precisa da crítica feminista, caso contrário ainda estaríamos recomendando ou vetando cirurgias a partir do pré-diagnóstico de psicose”.

Irei, agora, apresentar caminhos possíveis que foram localmente¹⁷ encontrados para possíveis saídas não cisnormativas diante da escuta, percebendo que o que está em jogo é uma posição ética frente ao outro, e não uma teoria a ser aplicada. Entendo, nesse sentido, que é essencial:

Perceber a cisgeneridade como um fenômeno historicamente situado e construído por dispositivos biopolíticos, em que a psicanálise é membro ativo de sua produção, pois é um dispositivo de linguagem que também produz aquilo que teoriza e circunscreve como masculino e feminino (Rodrigues, 2016); criando, assim, realidades inteligíveis de gênero. Ao criá-las, produz também aquelas e aqueles que estarão à margem de suas teorizações (Porchat, 2014).

Levar em conta a pulsão, descentralizando a ideia de que só as transidentidades são fluídas, instáveis e mutáveis, mas lembrarmos, inclusive, de como a cisgeneridade também passa por constantes movimentos e transições ao longo da vida, colocando em xeque não diretamente uma identidade, mas “as tantas variações possíveis que tocam a relação entre corpo e significante, entre pulsão e discurso” (Poli, 2008, p. 293).

Abrir nossos ouvidos para a pluralidade significativa, que possibilita ao sujeito encontrar o seu lugar de querer ser dito, da sua forma, em seu desejo. Para isso, é necessário entendermos o quanto os discursos científicos legitimam a naturalização cultural sobre as categorias de sexo e gênero (em prol de outros interesses políticos e sociais), como uma

¹⁷ É importante lembrar ao leitor que, longe de propor diretrizes e normatividades, esses caminhos podem ou não funcionar como estratégias de enfrentamento à cisnormatividades, tendo em vista que eles foram encontrados por meio de dispositivos locais de conhecimento situado, conforme apontado por Haraway (1996).

continuidade radical e imutável, tendo em vista que há crenças de analistas pautadas na compreensão unificada de conceitos que continuam a legitimar a naturalização da cisheteronormativa pela via da psicanálise.

Entender que “um corpo com uma determinada morfologia não implica ter que cumprir com determinadas expectativas sociais ligadas a esse corpo (Zambrano, 2018, p. 24). Podemos, a partir disso, pensar a radicalidade da singularidade não somente quando o analisante for cisgênero, abandonando pressupostos que imponham qualquer binaridade ao corpo e ao sujeito, e “lembrando que o corpo é expansão, não limite, onde o tempo é a demora de cada um” (Prado, 2018, p. 49). É importante percebermos, também, a possibilidade de estarmos diante de novas modalidades de gozo que talvez não possam ser apreendidos “pelos mapas anatômicos contemporâneos” (Prates, 2018, p. 56).

Lembrar de como a inscrição da linguagem no corpo responde a coordenadas muito mais complexas do que aquelas elencadas pelo discurso da ciência, e de como a psicanálise começa “quando uma mulher manda seu médico calar-se para que a escuta” (Iaconelli, 2018, p. 45), ou seja, a partir de um questionamento, um giro de discurso.

Relembrar a ética da psicanálise como um instrumento que possibilite ao sujeito falar de si, recontar a sua história e suas ideias, e dizer das opressões que o atingem, em um lugar seguro, acolhedor, mas que, principalmente, não tome qualquer experiência *a priori* a partir de um lugar patologizado e preso a uma escuta de predicados, mas a uma escuta de um sujeito, em um espaço que leve em conta a valorização da auto enunciação e autodeterminação.

Estar situado no nosso lugar de privilégios quando formos abordar qualquer questão teórico-clínica, trabalhando com um dispositivo de escuta interseccional que reconhece os vários atravessamentos geracionais, capacitistas, de raça, classe, gênero e orientação sexual, como elementos importantes à clínica em uma sensibilidade sócio histórica.

Reconhecer o nosso lugar de fala e o lugar de agência do texto que estamos produzindo, na medida em que a construção e o uso da teoria dependem do contexto sociocultural e histórico, “além de ser contaminado pelo olhar do pesquisador/observador, suas convicções, seus valores e suas ferramentas de análise” (Zambrano, 2018, p. 25).

Compreender que a história do corpo (Laqueur, 2001) e da sexualidade (Foucault, 2014) nos ajudam a perceber como, na maioria das vezes, essas construções estão ligadas a

interesses políticos e de controle social. Assim, podemos abrir mão da ideia de um corpo pré-discursivo, nunca questionado, uma verdade materializada e apartada da história, situação que estabelece, por si só, categorias de adequação e normalidade, impedindo a compreensão não binária do sexo/gênero, segundo Zambrano (2018).

Estar aberto aos rompimentos com a teoria, sempre que a clínica nos demandar essa conduta, sem condições prévias de inteligibilidade diante da escuta de qualquer experiência, reconhecendo todas as experiências subjetivas como possíveis e legítimas, mesmo quando elas não fizeram parte da vida pessoal do analista.

Questionar as especificidades na clínica com pessoas trans, tendo em vista que, em certas discussões, os psicanalistas dizem que, na clínica, não escutamos cis ou trans, mas escutamos sujeitos, o que nos parece ser uma resposta inapropriada. Ora, obviamente escutamos sujeitos. O questionamento é se devemos negar qualquer especificidade identitária para conseguirmos sustentar essa escuta do “sujeito do inconsciente” ou devemos levar em conta as consequências biopolíticas e socioculturais dos prefixos para pensarmos em práticas menos violentas. Negar tal especificidade não seria uma forma de violência? Diante dessa pergunta, encontramos dois elementos de uma possível especificidade: a vulnerabilidade e a dissidência. Entretanto, acredito, agora, a partir da experiência, que existe, sim, uma especificidade, mas ela não é, *a priori*, generalizada ou algo do aparelho psíquico intersubjetivo. Por isso, nomear a vulnerabilidade como uma especificidade seria reatualizar essa vulnerabilidade como condição de subjetivação, como se toda pessoa trans fosse vulnerável, o que não nos parece verdade. Essa discussão lembra Butler (2003), quando refere que, ao anteciparmos um sofrimento para o sujeito, dizendo que ele sofre, também o estamos patologizando. Porém, não negamos que a maior parte das pessoas trans se encontra em contextos vulneráveis em razão de um contrato social pautado na cis-hetero-norma como matriz de inteligibilidade, que produz, por meio de um simbólico normativo, a sua linearidade entre sexo-gênero-desejo-prática sexual. O que acreditamos que possa ser a especificidade é justamente a dissidência, ou seja, esse polimorfismo entre corpo, letra e pulsão, que compõe as múltiplas possibilidades do gênero, onde “há em cada expressão “trans” uma trajetória singular de subjetivação passível de ser elaborada em tratamento” (Rodrigues, 2016, p. 180).

Por último, mas não menos importante, “é preciso então um reposicionamento metodológico, que vise colocar as pessoas trans em posição de *expertise* em suas vivências, e fazê-las participar diretamente da reconfiguração da teoria pela qual são pensadas” (Ayouch, 2015, p. 31).

Constato, então, nesse breve percurso clínico, que a sustentação de uma escuta não cisnormativa necessita, primeiro, de um desmonte da escuta, ou seja, não um abandono completo da teoria, mas um desencaixe, um deslocamento, uma subversão de pressupostos da teoria que possa, minimamente, levar em conta cisgeneridade como normalidade, no intuito de não produzir condições prévias de diagnósticos estruturais de psicose ou perversão para as experiências não-cisgêneras.

Para conseguirmos esse movimento, nos parece ser importante levar em conta os estudos de gênero como arejadores teóricos, principalmente no entendimento do gênero como performativo, no qual

há um certo tipo de decreto; a aparência de gênero é frequentemente tomada de maneira errônea como um sinal de sua verdade interna ou inerente; o gênero é incitado por normas obrigatórias que demandam que nos tornemos um gênero ou outro, comumente dentro de um molde estritamente binário; a reprodução do gênero é, assim, sempre uma negociação com o poder; e finalmente, não há gênero sem essa reprodução de normas que pode provocar o desfazimento ou refazimento dessas normas de maneiras inesperadas, abrindo a possibilidade para uma reconstrução da realidade generificada em outros termos (Butler, 2016, p. 32).

Assim, ao levarmos em conta a performatividade na clínica, podemos perceber como a escuta e a intervenção do analista podem participar ativamente de um processo de legitimação e de construção de novas realidades que tornam a vida do sujeito mais possível e mais vivível – tanto para corpos inconformes quanto para os conformados bem demais à norma. Quando percebemos que o discurso hegemônico regula os campos por meio dos quais certas masculinidades e feminilidades são possíveis ou, até mesmo, que vidas contam como humanas, podemos ativamente subverter tais pressupostos, valorizando, apoiando, criando conexões seguras e confiáveis, mas, principalmente, legitimando o percurso do sujeito na sua própria construção de masculinidades, feminilidades, ambos ou nenhum, a partir de uma escuta que registre aquela experiência como inteligível, no encontro de um modo próprio de o sujeito lidar com determinadas normas que nunca escolhe e, inclusive, possibilitando e criando novas vivências de gênero (acerca das quais ainda não dispomos de vocabulário).

Além disso, podemos pensar, também, em uma atualização epistemológica conforme a clínica nos demanda, na medida em que, em nossa compreensão, ainda não temos uma teoria que dê conta da multiplicidade de questões que as transidentidades colocam à psicanálise. Podemos, também, levar em conta uma ética de coaprendizado, ou seja, uma atitude clínica que corresponde à escuta de um sujeito por outro,

destinada a ajudá-lo a se subjetivar, se desalienar, e se situar no próprio desejo: ela visa oferecer um acompanhamento para o sujeito pensar seu percurso individual além do determinismo das repetições subjetivas e das prescrições sociais. Para respeitar a hipersingularidade não generalizável de todo sujeito, é preciso sair de qualquer modelo etiológico ou nosográfico da “transexualidade”, que atrapalha e impossibilita a abordagem analítica (Ayouch, 2015, p. 30).

A proposta é que, na transferência, possamos ir, em conjunto, construindo costuras e amarras, já que a transição altera as relações do sujeito, e nós não sabemos do que ele vai ter que abrir mão no caminho. O que sabemos é que podemos possibilitar uma ruptura dos conceitos historicamente situados, como diferença sexual, complexo de Édipo e sexuação, além de tantos outros, para que possamos escutar diversas situações que não atravessam o nosso corpo, a nossa teoria e os nossos pares.

Acredito, portanto, que, a partir disso, poderemos caminhar para um futuro (que, embora lento, me parece promissor), no qual poderemos rasgar discursos instituídos que reproduzem argumentos teóricos para a escuta de um sujeito apenas em “masculino” ou “feminino”. Contudo, será que estamos prontos para a escuta dos movimentos da cultura que já estão nos colocando diante de masculinidades femininas e feminilidades masculinas? Se Freud (1905) alertou que o traço característico originário da subjetividade, de todos os seres falantes, são mesclas de masculinidade e feminilidades, não poderíamos pensar que esses traços o acompanham pelo resto da vida, pois, como aponta Butler (2003, p. 139):

Se a subversão for possível, será uma subversão a partir de dentro dos termos da lei, por meio das possibilidades que surgem quando ela se vira contra si mesma e gera metamorfoses inesperadas. O corpo culturalmente construído será então libertado, não para seu passado “natural”, nem para seus prazeres originais, mas para um futuro aberto de possibilidades culturais.

Considerações Finais

Diante das reflexões propostas, percebo o quanto é necessário estarmos atentos às normatividades na clínica, em nossa discussão, pensando a cisnormatividade, muitas vezes, como um assujeitamento que causa sofrimento naqueles que se veem presos em compulsoriedades normativas e nas consequências da naturalização da cisgeneridade como modelo de inteligibilidade e, inclusive, como modelo de escuta para alguns psicanalistas. De

outro lado, estarmos atentos a possíveis normatividades da escuta nos serve para mostrar como a vida é certamente mais vivível quando não confinamos o outro a categorias que não funcionam para ele (Butler, 2016). A recusa, hoje, por parte de analistas sobre as temáticas de gênero perpetua terapias corretivas e violências clínicas, lembrando um passado, não tão distante, onde as homossexualidades já estiveram, também, nos manuais diagnósticos e na mesma posição via psicanálise.

Acredito, por meio das descobertas apresentadas neste escrito, que não é necessário ao analista saber sobre gênero apenas para escutar quem o “subverte”. Gênero é necessário à clínica psicanalítica para um abandono de posicionamentos normativos, supostamente naturais, genéricos e universais, e, também, devido a estar, desde o princípio, posto para todos os sujeitos e na própria construção da psicanálise. Por fim, temos que estar sempre críticos em relação à racionalidade diagnóstica e às possíveis violências que ela exerce a partir de uma base teórica cisnormativa, que, como vimos, oferece de prato cheio – a partir de certos autores –, ao psicanalista descuidado, elementos para a transposição da teoria cisnormativa a intervenções transfóbicas na clínica. Conforme menciona Prates (2018), pouco nos importa, enquanto analistas, o sujeito estar de acordo ou não com seu sexo anatômico ou identidade civil. Do ponto de vista ético, sempre caberá ao analista, enfim, pedir ao sujeito que preste contas de sua identificação, de suas escolhas objetais e seu modo de gozo.

Desta maneira, neste ensaio, há questões que permanecem em aberto para trabalhos futuros: seria novidade à psicanálise pensar uma clínica da indeterminação que não se deixa capturar do todo por qualquer discurso científico? Não seriam esses os pressupostos da teoria do desejo e do real? Estaríamos agora caminhando para um momento de abandono de diagnósticos estruturais baseados em categorias patológicas datadas em uma desconstituição da aparência de naturalidade de tais patologias, como refere Safatle (2018)? Como as dissidências de gênero podem se fazer ouvir em um ambiente majoritariamente cisgênero na psicanálise e incapaz de ouvi-las para além do diagnóstico estrutural? Será que conseguimos, hoje, bancar uma psicanálise sem diagnóstico estrutural, sem medo de nos comprometermos em assumir uma posição antinormativa e antidiagnóstica à clínica? E, ainda, será que a verdadeira condição para uma escuta não cisnormativa seria um estranhamento do analista em menor ou maior grau à norma?

Referências

Alberti, S. (2000). *Psicanálise: A Última Flor da Medicina. Clínica e Pesquisa em Psicanálise*. Rio de Janeiro: Marca d'Água

Alvim, M. (2017). *Homofobia mata uma pessoa a cada 25 horas: Norte tem maior índice*. O Globo, Sociedade. Recuperado em 25 jul. 2019, de <https://oglobo.globo.com/sociedade/homofobia-mata-uma-pessoa-cada-25-horas-norte-tem-maior-indice-20819002>. Data de acesso: 01 ago. 2019.

American Psychological Association (APA). (2015). Guidelines for psychological practice with transgender and gender nonconforming people. *American Psychologist*, 70(9), 832-864.

Arán, M. (2006). A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 9(1), 49-63.

Arán, M. (2009). A psicanálise e o dispositivo diferença sexual. *Estudos Feministas*, 17(3), 653-673.

Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Recuperado em 25 nov. 2018, de <https://antrabrasil.org>.

Ayouch, T. (2015). Da transexualidade às transidentidades: psicanálise e gênero plurais.

Ayouch, T. (2016). Quem tem medo dos saberes T.? Psicanálise, estudos transgêneros, saberes situados. *Periódicus*, 5(1), 3-7.

Bento, B. (2014). *Brasil: o país do transfeminicídio*. Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos. Recuperado em 25 jul. 2019, de http://www.clam.org.br/uploads/arquivo/Transfeminicidio_Berenice_Bento.pdf.

Brah, A. (1996). Difference, Diversity, Differentiation. in *Cartographies of Diaspora: Contesting Identities*. Longon/New York, Routledge.

Bulamah, L. C. & Kupermann, D. (2016). A psicanálise e a clínica de pacientes transexuais. *Periódicus* 5(1), 73-87.

Butler, J. (2003). *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. (3. ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Butler, J. (2016). *Corpos que ainda importa*. In: Colling, L. *Dissidências Sexuais e de gênero*. Salvador, EDUFBA.

Caon, J. L. (1997). Serendipidade e situação psicanalítica de pesquisa no contexto da apresentação psicanalítica de pacientes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 10(1), 105-123.

Castro, J. E., & Ferrari, I. F. (2013). O desejo do psicanalista e sua implicação na transferência segundo o ensino de Lacan. *Psicologia Clínica*, 25(2), 53-72.

Ceccarelli, P. R. (2008). *Transexualismo*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: a Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *The University of Chicago Legal Forum*, 140, 139-167.

Cunha, E. L. (2013). Sexualidade e perversão entre o homossexual e o transgênero: notas sobre psicanálise e teoria Queer. *Revista EPOS*, 4(2). Recuperado em 25 jul. 2019, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X201300020000

- Czermak, M. (1986). *Passions de l'objet: études psychanalytiques des psychoses*. Paris: Clims Denöel.
- Dumaresq, L. (2016). Ensaio travesti sobre a escuta cisgêneras. *Periódicus*, 5(1), p. 121-131.
- Dunker, C. (2018). *Patologias do Social: arqueologias do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Foucault, M. (1999). *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (2014). *História da sexualidade: a vontade de saber*. (12. ed.). Rio de Janeiro: Graal.
- Freud, S. (1930/2010). O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos. In: *Obras Completas*. (V. 18). São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (1925/2011). Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos. In: *Obras completas*. (V. 16). São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (2016). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: *Obras completas*. (V. 6). São Paulo: Companhia das Letras.
- Frignet, H. (2000). *O transexualismo*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Gherovici, P. (2017). *Transgender Psychoanalysis: A Lacanian Perspective on Sexual Difference*. New York: Routledge.
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5, 7-41.
- Iaconelli, V. (2018). *Mulher falada, psicanálise e gênero*. In: Patricia Porchat; Patrícia Corsetto; Carla França. (Org.). *Psicanálise e Gênero: Narrativas feministas e queer no Brasil e na Argentina*. 1. ed. Curitiba: Calligraphie.
- Jesus, J. G. (2015). *Transfeminismo: Teorias e Práticas*. (2. ed.). Rio de Janeiro: Metanoia.
- Lacan, J. (1971/2009a). *O seminário* (Livro 18): de um discurso que não fosse semblante. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Lacan, J. (2009a). *O seminário* (Livro 18): de um discurso que não fosse semblante. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Lacan, J. (2009b). *O seminário* (Livro 19): ...ou pior. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Laqueur, T. (2001). *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Masterson, P. (2015). *LGBTQQIAAP...* Shepherd Express. Recuperado em 1 jul. 2019, de <https://shepherdexpress.com/lgbtq/hear-me-out/lgbtqqiaap.../>.
- Mauas, L. (2012). Un desorden creciente de la sexuación. Congreso de la Asociación Mundial de Psicoanálisis, 9, Buenos Aires.
- Melman, C. (2016). *O homem sem gravidade: gozar a qualquer preço*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.

- Miller, J. (2012). Hay gran desorden en lo real, en el siglo XXI. Congreso de la Asociación Mundial de Psicoanálisis, 9, Buenos Aires.
- Millot, C. (1992). *Extrasexo: ensaio sobre o transexualismo*. São Paulo: Escuta. *Percurso*, 54(28), 23-32.
- Poli, M. C. (2008). Escrevendo a psicanálise em uma prática de pesquisa. *Estilos Clínicos*, São Paulo, 13(25).
- Porchat, P. (2014). *Psicanálise e transexualismo: desconstruindo gêneros e patologias com Judith Butler*. Curitiba: Juruá.
- Porchat, P. (2018). Barulhos de gênero. In: *Psicanálise e gênero: narrativas feministas e queer no Brasil e na Argentina*. Curitiba: Calligraphie.
- Prates, A. P. (2018). Gozar de boneca: mapas anatômicos e genéticos não localizam o gozo feminino. In: Patricia Porchat; Patrizia Corsetto; Carla França. (Org.). *Psicanálise e Gênero: Narrativas feministas e queer no Brasil e na Argentina*. 1. ed. Curitiba: Calligraphie.
- Quinet, A. (2017). Homofobias psicanalíticas. In: *A diferença sexual: gênero e psicanálise*. (pp. 29-41). São Paulo: Aller.
- Rodrigues, G. V. (2016). Escutando transidentidades na psicanálise: potencialidades subversivas. *Periódicus*, 5(1), 171-184.
- Vergueiro, V. (2015). *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil.
- Zambrano, E. (2018). *Diálogos de uma psicanalista com a antropolgia: um relato pessoal*. In: Patricia Porchat; Patrizia Corsetto; Carla França. (Org.). *Psicanálise e Gênero: Narrativas feministas e queer no Brasil e na Argentina*. 1. ed. Curitiba: Calligraphie.

Erika Suyanne Sousa Silva ¹

Evandro Nogueira de Oliveira ²

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Ariza Maria Rocha ³

RESUMO

A Educação Sexual assume importante espaço dentro dos debates pautados na reflexão sobre as sexualidades. Nesse contexto, a escola pode ser compreendida como um espaço que possibilita o contato com as diversidades além de ser potencializadora nas relações construídas socialmente. O objetivo desse estudo é analisar os contextos sobre como são realizadas as práticas discursivas e não-discursivas que regem o debate público na sociedade brasileira sobre a inclusão dos conteúdos relativos ao gênero e à sexualidade na escola. Trata-se de uma discussão teórica a partir de uma revisão integrativa da literatura. Para o levantamento dos artigos, realizou-se uma busca na base de dados Periódico Capes, considerando três descritores, a saber, “Conhecimento”, “Gênero e Educação Sexual” e “Escola”. Os critérios de inclusão definidos para a seleção dos artigos foram: últimos 05 anos, artigos originais, em língua portuguesa e que se aproximem da temática após leitura dos títulos e resumos. No cotidiano escolar o processo de naturalização de temas como raça, gênero e orientação sexual, reforçam, em inúmeras vezes, os preconceitos existentes. A Escola como um todo precisa ser capaz de nortear a desnaturalização das discriminações, tendo em vista que se constitui como espaço privilegiado para o tratamento pedagógico dessas questões.

Palavras-chave: Gênero, Educação Sexual, Práticas Educativas, Professores.

INTRODUÇÃO

Os diálogos, em espaços formativos, acerca das temáticas gênero e sexualidade são emergentes e não devem se isentarem de fazer parte do processo formativo dos diversos agentes educacionais, isto porquê, devemos considerar sua relevante importância, sem, contudo, desconhecer ou desconsiderar, objetivamente, as dificuldades na abordagem, especialmente, no âmbito escolar, ora causadas pelo movimento conservador que avança no Brasil (SEVERO, 2013).

Deste modo, pensar o cotidiano educacional, requer, acima de tudo, entender a escola como uma instituição que possibilita o movimento de ideias, conhecimentos, vivências e aprendizados e possibilitam aos professores e professoras repensarem sua atividade docente no movimento da realidade. Com isso, é necessário considerar que a Educação Sexual deve

¹ Mestranda no Programa de Mestrado Profissional em Educação - MPEDU da Universidade Regional do Cariri - URCA, educadoraerika@gmail.com;

² Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - UERN, evandronogueira@fvs.edu.br;

³ Professora do Curso de Mestrado Profissional em Educação - MPEDU da Universidade Regional do Cariri - URCA, ariza.rocha@urca.br;

assumir importante espaço dentro dos debates pautados na reflexão sobre os gêneros e as sexualidades.

Entendemos, aqui, o ambiente escolar como um espaço que possibilita a interação com uma diversidade de indivíduos, nessa perspectiva, Pessoa (2012) remete que a educação de alunos e alunas sobre gênero e sexualidade é importante para a formação de uma sociedade com igualdade de gênero e livre de preconceitos quanto à diversidade sexual. A escola é uma das esferas sociais por onde transitam conceitos, valores e crenças permitindo que os indivíduos estabeleçam relações sociais entre seus pares. Desta forma, esta instituição social compõe um campo que, dialeticamente, constituem a subjetividade dos sujeitos, isto é, os modos de pensar, sentir e agir mediados pela realidade objetiva.

Assim, pode-se refletir que a dificuldade em trabalhar a educação sexual está relacionada com a própria constituição histórica da sexualidade. As práticas higienistas, repressão da liberdade e, especialmente, a expressão sexual alinhada às crenças religiosas, caracterizaram o início da educação sexual no Brasil, valorizando as relações heterossexuais, o patriarcado e a visão da sexualidade como um tabu (FIGUEIRÓ, 2010; LOURO, 2008).

Na mesma perspectiva, acreditamos que o ambiente familiar (e suas inúmeras configurações), a seguir a escola, norteia os indivíduos a aprender a reconhecer sexualidade (FERREIRA, AGUIAR; 2018). Assim sendo, compreendemos o papel da instituição familiar – mesmo considerando suas limitações teóricas, sociais, formativas no campo do gênero e sexualidade – como basilares no que se refere ao processo de educação sexual para a diversidade.

Com isso, avançar no que se refere ao estudo de questões relacionadas à temática gênero e sexualidade representam um desafio, ao mesmo instante que provocam para o aprofundamento teórico, especialmente, no que se refere ao meio escolar, social e familiar. Embora, diversos campos de conhecimento e áreas de atuação, principalmente no cenário educacional, tenham se dedicado a estudar e dar espaço a essa temática, o movimento conservador que se instaura no Brasil, à exemplo do Escola Sem Partido, têm nos feito retroceder como nos mostra Severo, Gonçalves, Estrada (2019) “traz um discurso conservador, apresentando a pauta de valores tradicionais que se expressa através da delimitação de um antagonista, como, por exemplo, o debate sobre gênero, o que é ressignificado de forma a distorcer o objetivo da proposta do debate” (p.16)

Assim, compreendemos que as questões de gênero e sexualidade ainda integram desafios educacionais. Deste modo, as práticas discursivas são atravessadas por práticas não-discursivas, ou seja, relações de poder e saber que exercem controle sobre o que pode ou não

ser dito. Historicamente, a circulação de discursos em torno da sexualidade que escapa ao padrão heteronormativo é interdita em nome da preservação das instituições e de valores morais. Não se pode dizer qualquer coisa em qualquer lugar (FOUCAULT, 1996).

Posições binárias e relações heteronormativas são reforçadas pelos discursos neoconservadores e pelas práticas não-discursivas constituídas por relações de poder e saber. Essa cultura influencia até hoje a dificuldade de diálogo sobre sexualidade na escola, permitindo que apenas as informações sobre práticas preventivas sejam realizadas, especialmente nas séries finais do ensino fundamental e no ensino médio. Parece existir um temor, de modo geral, de que o diálogo sobre gênero e sexualidade fomenta uma antecipação dos comportamentos sexuais, além do receio de provocar conflitos com as famílias.

Estudos apontam que mesmo existindo documentos oficiais abordando questões sobre gênero e sexualidade, os professores, principais responsáveis pela educação sexual na escola, não têm acessado esses documentos, nem recebido outros meios de capacitação (NARDI; QUARTIERO, 2012; GESSER; OLTRAMARI; PANISSON, 2015). O que, de forma mais ampla, impede, objetivamente do professor pensar e refletir acerca do seu papel frente à educação para a emancipação.

Com isso, o foco central, deste estudo, situa-se em analisar os contextos sobre como são realizadas as práticas discursivas e não-discursivas que regem o debate público na sociedade brasileira sobre a inclusão dos conteúdos relativos ao gênero e à sexualidade na escola.

METODOLOGIA

Trata-se de uma discussão teórica, a partir de uma revisão integrativa da literatura, esta modalidade de estudo ~~que~~ sumariza intervenções já realizadas sobre um determinado tópico e apresenta as conclusões obtidas, de modo a oferecer evidências científicas para a prática profissional e a favorecer o desenvolvimento de pesquisas futuras (Beyea e Nicoll, 1998).

A presente revisão compreendeu as seguintes etapas: (i) levantamento das bibliografias em base de dados, através de descritores preestabelecidos; (ii) leitura dos títulos e dos resumos, com posterior seleção dos estudos diretamente relacionados ao objetivo ora proposto; (iii) recuperação e exame dos artigos selecionados, na íntegra; (iv) categorização do conteúdo das produções.

A compilação de informações em meios eletrônicos, segundo Brevidelli (2008) é um grande avanço para os pesquisadores, democratizando o acesso e proporcionando atualização

frequente. O propósito geral de uma revisão de literatura de pesquisa é reunir conhecimentos sobre um tópico, ajudando nas fundações de um estudo significativo.

Para o levantamento dos artigos na literatura, realizou-se uma busca na base de dados Periódico Capes, considerando versões em língua portuguesa e de três descritores, a saber, “Conhecimento” e “Gênero e Educação Sexual” e “Escola”.

Este levantamento foi realizado no período de Setembro de 2019. Para a realização da busca com descritores, foi feita pesquisa para validação dos mesmos em: <http://decs.bvs.br/>. Os critérios de inclusão definidos para a seleção dos artigos foram: últimos 05 anos, artigos originais, em língua portuguesa e que se aproximem da temática após leitura dos títulos e resumos. Foram excluídos da pesquisa aqueles que se distanciaram da temática após leitura na íntegra, não gratuitos e duplicados. Por meio desse processo, obteve-se 08 artigos para discussão.

Após o processo de seleção e identificação dos artigos que obedeceram aos critérios de inclusão e exclusão estabelecidos, foi realizada leitura na íntegra de todos os artigos. Após a releitura de cada um dos artigos, preencheu-se um quadro com as seguintes informações: identificação, ano, título e questão problema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para melhor contextualizar os achados da pesquisa, aqui será mostrado um quadro esquematizado chamado de *Síntese dos estudos*, para uma discussão mais precisa e objetiva.

Quadro 01 – *Quadro Síntese dos estudos*.

ID	ANO	AUTORES	TÍTULO	QUESTÃO PROBLEMA
A1	2018	Milene Fontana Furlanetto; Franciele Lauermann; Cristofer Batista Da Costa; Angela Helena Marin.	Educação Sexual em Escolas Brasileiras: Revisão Sistemática da Literatura.	Como a educação sexual é vista em escolas brasileiras, a fim de identificar suas principais características, temas abordados e profissionais responsáveis pelas ações?
A2	2018	Elaine Reis Brandão; Rebecca Faray Ferreira Lopes	Não é competência do professor ser sexólogo. O debate público sobre gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação.	De que forma são discutidas as premissas que regem o debate público na sociedade brasileira sobre a inclusão dos conteúdos relativos ao gênero e à sexualidade no PNE?



A3	2017	Priscila Mugnai Vieira; Thelma Simões Matsukura.	Modelos de educação sexual na escola: concepções e práticas de professores do ensino fundamental da rede pública.	Como são realizadas as práticas de educação sexual com adolescentes desenvolvidas nas escolas da rede pública? Qual a concepção dos professores envolvidos a respeito do tema?
A4	2017	Helena Maria Campos; Cláudia Gersen Alvarenga Paiva; Isabella Campos de Araújo Mourthé; Yago Freire Ferreira; Maria do Carmo Fonseca.	Direitos humanos, cidadania sexual e promoção de saúde: diálogos de saberes entre pesquisadores e adolescentes.	Experientiar diálogos de saberes sobre direitos humanos, saúde e cidadania sexual entre pesquisadores e um grupo de adolescentes.
A5	2017	Vanessa dos Reis Queiroz; Janie Maria de Almeida.	Sexualidade na adolescência: potencialidades e dificuldades dos professores de ensino médio de uma escola estadual de Sorocaba.	Investigar o conhecimento dos professores sobre a temática sexualidade.
A6	2016	Amanda Nogara Marcon; Luísa Evangelista Vieira Prudêncio; Marivete Gesser.	Políticas públicas relacionadas à diversidade sexual na escola.	Como é explanada a produção de conhecimento em diversidade sexual na escola desde a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, focando-se na relação entre os documentos oficiais e em como é produzido o conhecimento, no conceito de gênero utilizado neste processo?
A7	2016	Márah Andréa da Cruz Rodrigues; Kemle Senhorinha Rocha Tuma Viana.	A educação sexual na escola e as causas que interferem o seu desenvolvimento.	Investigar quais são as causas que interferem no desenvolvimento do ensino da Educação Sexual, de forma transversal, nas disciplinas das séries finais do Ensino Fundamental?
A8	2016	Rebeca Nunes Guedes de Oliveira; Rafaela Gessner; Vânia de Souza; Rosa Maria Godoy Serpa da Fonseca.	Limites e possibilidades de um jogo online para a construção de conhecimento de adolescentes sobre a sexualidade.	Como o jogo online influencia para a construção de conhecimento em saúde dos adolescentes no campo afetivo-sexual e reprodutivo?

A sexualidade pode ser compreendida de acordo com Louro (2008) como um processo construído ao longo do desenvolvimento dos sujeitos, influenciado por aprendizagens e experiências sociais e culturais, que remetem ao prazer e à qualidade de vida. Inicialmente o



A7, remete que o processo de educação sexual ocorre, informalmente, a partir das relações com o ambiente, tendo a família como referência, e, formalmente, como prática pedagógica, nas escolas e instituições sociais (Figueiró, 2010; Furlani, 2011a).

Concordando com o pensamento anterior sobre sexualidade, Brêtas et al. (2011) diz que a sexualidade faz parte da identidade humana, desenvolvendo-se no decorrer da vida e sendo entendida como um fator que motiva as diferentes formas de busca e vivência do prazer. Isto é, fica claro no A5 que a sexualidade é um processo que se constitui historicamente e está intimamente relacionado ao modo como os sujeitos a vivenciam social e culturalmente.

Em consonância ao exposto sobre a contextualização da sexualidade, é necessário o entendimento da mesma dentro do cenário educacional. O A6 remete que a luz das leis e teorias que norteiam a Educação Brasileira, em 1996, foi aprovada como a terceira e mais recente Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), entendida, até hoje, como um avanço no que se refere à democratização da Educação. A LDBEN criou normativas para educação em âmbito nacional e, especialmente, legitimou o texto constitucional abrangendo a escola como um espaço amplo, plural e democrático. Além disso, o texto menciona que a escola deve ser eficaz na garantia do direito ao acesso e a permanência dos alunos.

De modo parecido, em 1998, é publicada a primeira versão dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), cujo principal objetivo era orientar as escolas na reformulação de propostas pedagógicas, visando a melhoria das práticas e à coerência dos investimentos no sistema educacional brasileiro. Nesse aparato, o A6 vê-se os parâmetros curriculares nacionais, como uma forma de orientar os professores a desenvolver uma prática pedagógica que abrange diversos conteúdos, o que se chamam de “temas transversais” trabalhando assim temas para uma boa convivência em sociedade, dentre eles estão: Ética, Orientação Sexual, Meio Ambiente, Saúde, Pluralidade Cultural e Trabalho e Consumo (BRASIL, 1998).

Segundo os PCNS, a orientação sexual (termo cunhado pelo próprio livro para se referir ao processo de Educação Sexual na escola) é entendida como atividade transversal, perpassando todos os níveis de ensino e disciplinas ou atividades escolares, já que se trata de uma questão inerente ao ser humano, construída coletiva e socialmente ao longo do seu desenvolvimento e moldada nas suas relações. Sendo assim, o documento orienta que a sexualidade deve ser trabalhada de duas formas: dentro da programação pedagógica, por meio de conteúdos já transversalizados nas diferentes áreas do currículo, e em extraprogramação, sempre que surgirem questões relacionadas ao tema (BRASIL, 1998; PALMA et al., 2015).

Atualmente, a Educação Brasileira têm disponível para uso a Base Comum Curricular (BNCC), documento criado em uma perspectiva horizontal e em colaboração com os entes

federativos de todo o país. De modo geral, o A2 enuncia que o referencial serve para mapear os conhecimentos aplicados prática pedagógica do professor. No que se refere ao trabalho com a questão de gênero e sexualidade, os escritos da BNCC não produzem material, tão pouco mencionam o tema de forma transversal ou geradora.

Claramente, esta invisibilidade ao tema é provocada por setores conservadores que, em sua maioria, apontam que conteúdos, relacionados à educação sexual, provocariam uma crise de identidade e um processo de assujeitamento, que afetaria a família (nos moldes tradicionais) e a integridade moral e intelectual dos jovens. Afirma-se no A2 também que a hipótese de que o gênero é socialmente construído não se sustenta, pois carece de premissas verdadeiras para embasar-se. Outra linha de argumentativa aponta que seriam temas já vencidos no PNE e, sendo a Base uma determinação do Plano, adicioná-los contrariaria o já determinado pelo Congresso Nacional. Entretanto, sabe-se que, pelos inúmeros desafios e desalinhamento das questões, é primordial trabalhar sistematicamente sobre, para que assim haja um combate às discriminações no interior do processo educacional e conseqüentemente renovando o imaginário social acerca de tais questões.

A atividade educativa pautada na diversidade gera respeito aos direitos humanos e contribui na construção de uma sociedade mais justa e menos desigual, superando os desafios para a garantia do direito à educação, especialmente da população LGBTQIA+, que historicamente têm sido excluída e evadido dos ambientes educacionais.

Acredita-se que a dificuldade em trabalhar tanto o gênero quanto a educação sexual no A5 está relacionada com a própria constituição histórica da sexualidade. As práticas higienistas e a repressão da liberdade de expressão sexual, alinhadas a algumas crenças religiosas, caracterizaram o início da educação sexual no Brasil, valorizando as relações heterossexuais, o patriarcado e a visão da sexualidade como um tabu (FIGUEIRÓ, 2010; LOURO, 2008).

Esse embate, como qualquer outro embate cultural, de acordo com Louro (2004) é complexo exatamente porque está em contínua transformação. No terreno dos gêneros e da sexualidade, o grande desafio, hoje, parece não ser apenas aceitar que as posições se tenham multiplicado, então, que é impossível lidar com elas a partir de esquemas binários (masculino/feminino, heterossexual/homossexual).

Essa cultura influencia, até hoje, na dificuldade de diálogo sobre sexualidade na escola, permitindo que apenas as informações sobre práticas preventivas sejam realizadas, especialmente nas séries finais do ensino fundamental e no ensino médio. Parece existir, de acordo com o A7 um temor, de modo geral, de que o diálogo sobre gênero e sexualidade fomenta uma antecipação dos comportamentos sexuais, além do receio de provocar conflitos

com as famílias. (GAVA; VILLELA, 2016; GESSER; OLTRAMARI; PANISSON, 2015; NOTHAFT et al., 2014; SILVA; GUERRA, 2013; VILELAS-JANEIRO, 2008).

Nos últimos vinte anos, com as discussões referentes aos direitos humanos, mais especificamente relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos de adolescentes, e com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), as abordagens pedagógicas críticas têm ganhado espaço, especialmente no campo acadêmico. Essa modalidade, de acordo com A4 considera o adolescente protagonista, possuidor de autonomia para tomada de decisões e de direito de acesso aos serviços de saúde e informação (MORAES; VITALLE, 2015; TAQUETTE, 2013).

Segundo Borges (2004), a adolescência é uma etapa do desenvolvimento humano significativamente importante, marcada não pela idade cronológica, mas constituída pelas transformações biológicas, psicológicas, sociais e culturais. Já Soares (2007), aponta no A3 que a compreensão desse fenômeno expressa-se de diferentes formas, que variam de acordo com os conceitos e as respectivas ideologias dominantes em diferentes contextos e culturas.

Baptista, Baptista e Dias (2001), remete que nessa etapa do desenvolvimento as experiências e vínculos que se estabelecem em contextos sociais e grupos de referência, tais como a família e a escola, mostram-se significativamente importantes, uma vez que oferecem possibilidades para que os sujeitos se aprimorem intelectualmente, bem como desenvolvam habilidades de interação social a partir da relação com o outro e da percepção sobre si mesmo.

Outra característica importante observada no A1 sobre território escolar está assinalada por Delors (1994), quando afirma que os temas trazidos para estudo na escola devem estar em sintonia com os quatro pilares básicos da educação para o século XXI: aprender a ser, aprender a conhecer, aprender a conviver juntos e aprender a fazer. A escola, historicamente, tem reforçado seu papel tradicional e de alfabetização científica, entretanto, com esses novos prismas – críticos – ela tem se reiventado em direção as novas competências em conexão com a vida em sociedade e com a política como construção do bem comum.

As questões de gênero e sexualidade há alguns anos variam entre propostas explícitas de abordagem escolar, como foi o caso do tema transversal Orientação Sexual no interior dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), já previstos no Plano Decenal de Educação 1993-2003 (FARIA et al., 1999), e sua negação, como foi a polêmica sob o rótulo de “ideologia de gênero”, quando muitos municípios e estados retiraram de seus planos de educação a menção ao aprendizado de questões de gênero e sexualidade. Há claramente exposto no A2 uma disputa política no âmago da sociedade brasileira entre grupos que não desejam sua

abordagem pela escola (ROSADO-NUNES, 2015) e outros que defendem com ardor que esses temas sejam ensinados de modo explícito (BENTO, 2015).

Acerca do reconhecimento da potencialidade da escola enquanto grupo de referência e espaço de significativa importância no processo de construção do ser humano, Saito (2008) destaca sobre a necessidade de que sejam trabalhadas com os adolescentes questões como gênero e sexualidade, drogas, projetos de vida, entre outras, valendo-se do respeito à autonomia e reconhecimento das capacidades dos adolescentes.

Seffner (2016), ressalta que a escola é lugar de questionamentos e que todos eles merecem ser respondidos. A escola vista no A5 oferta conhecimentos que tem como objetivos incentivar o interesse dos alunos através de suas diversidades de estratégias pedagógicas, assim configurando o que se chamam de cultura escolar, e por essa cultura entendesse as formas de avaliações e como são realizadas as atividades que permitem reconhecer as funções sociais e conhecer os limites e a possibilidades. Esta instituição, “concebida inicialmente para acolher alguns – mas não todos – ela foi, lentamente, sendo requisitada por aqueles/as aos/às quais havia sido negada” (LOURO, 1997, p.57) e desta forma trouxe uma diversidade para dentro dela fazendo que seja repensada sobre esse olhar.

Estudos realizados no ambiente escolar com docentes ou estudantes (Gesser, Oltramari, Panisson, 2015; Longaray e Ribeiro, 2015; Mariano e Altmann, 2016) ou sobre materiais didáticos (Oliveira e Diniz, 2014) apontam limitações nas abordagens dos temas de sexualidade e gênero, subordinando-os a uma visão essencialista, normativa e determinista, sendo possível perceber um discurso muito resistente em relação às diferenças de gênero, se limitando muitas vezes a dicotomia do masculino/feminino.

Em análise sobre a incorporação dos temas da diversidade sexual e do gênero nas políticas públicas de educação, Vianna (2015) ressalta no A3 que docentes dos níveis fundamental II e médio da rede pública estadual de ensino da cidade de São Paulo, por ela entrevistado/as, não conseguiram alterar suas práticas pedagógicas após terem passado por formação específica sobre tais temas. A autora explora as tensões entre desigualdades sociais e de gênero na relação entre estado e movimentos sociais (LGBT), apontando dificuldades estruturais para transformação das práticas educativas: “as ações do Estado parecem querer valorizar a diversidade sexual sem considerar as relações de poder que a heteronormatividade chancela” (Vianna, 2015, p. 802).

Carrara et al. (2009) observam que na abordagem da sexualidade na escola, as crianças não são reconhecidas como sujeitos de direitos. Essa interpretação leva pessoas adultas a condenarem a temática na escola por ser assunto a ser tratado na intimidade da família. Como

ressaltam “é preciso questionar esta visão, e refletir sobre como o silêncio em relação a situações de discriminação por preconceito e violência de gênero contribuem para a reprodução de uma ordem desigual e injusta” (Carrara et al., 2009, p. 141).

Com relação a essa necessidade de capacitação profissional verificada nos resultados do A4, Costa (2004) destaca sobre as mudanças na realidade contemporânea e nas políticas vinculadas à educação, que atualmente reforçam sobre o papel da escola para a construção da cidadania e exigem dos profissionais novos modos de agir no cotidiano das práticas educativas. Sobre essa questão, o autor ressalta a necessidade de se repensar a formação inicial dos professores e atenta para a importância de um cuidado especial com um olhar crítico e criativo nas formações continuadas voltada aos profissionais.

No entanto em um dos estudos, Claudia Vianna e Sandra Unbehaum (2002) consideram que, de modo geral, a escola e profissionais da educação estão pouco preparados/as para lidar com a diversidade de gênero. Assim, no A5 gestores/as e formuladores/as de políticas têm apresentado sensibilidade e compromisso com questões de gênero. Apesar de toda a complexidade, as políticas públicas educacionais não costumam dar a devida atenção às questões relativas a gênero e diversidade sexual em suas proposições para os sistemas de ensino e para a prática educacional cotidiana das relações escolares.

Além da falta de formações continuadas para professores sobre a temática, Souza (2011) diz que as limitações da abordagem da sexualidade na escola e na família foi ressaltada em outros estudos, A1 e A3 apontam esses espaços sociais como instituições com discursos mais centrados em métodos preventivos tradicionais, às vezes cerceadores, com enfoque ainda limitado no que concerne à promoção da saúde e da cidadania.

Isto faz com que, de modo mais centrado, inicie-se um processo de elaboração, planejamento e efetivação de práticas que tenham por base a proximidade com as vivências dos adolescentes, que estimulem a troca de experiências, o raciocínio crítico-reflexivo e o protagonismo deles no campo afetivo-sexual e reprodutivo. Nesse sentido têm sido propostas novas abordagens da sexualidade na adolescência por meio de tecnologias ativas que favoreçam a interação e a produção de novos modos de subjetivação.

O processo de construção dos sujeitos é muito sutil. É nas práticas cotidianas, nos pequenos gestos e palavras banalizadas no dia-a-dia da escola, onde se encontra o alvo de atenção, pesquisa e ação, por parte dos/das educadores/as que intencionam mudar esta realidade. “Temos de estar atentas/os, sobretudo, para nossa linguagem, procurando perceber o sexismo, o racismo e o etnocentrismo que ela frequentemente carrega e institui” (LOURO, 1997, p. 64).

Quando não se tem possibilidades de resistência, também limita o sujeito à passividade, ao constrangimento, como uma prática que “marcam” os sujeitos, carregando-os de estigmas, sofrimentos, com efeitos duradouros em suas ações. Pensando a questão de gênero e sexualidade como relações de poder, onde não é um algo “dado”, mas sim construído entre as tramas dessas relações, penso que são “naturalizadas” certas formas de sexualidade; toda vez que se manifestam comportamentos diversos aos padrões “naturalizados”, surgem estranhamentos que podem gerar relações de violência. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais. Elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade (LOURO, 2000 p.3), elas comportam tanto a positividade criadora de novas experimentações da sexualidade, quanto à negatividade das interdições, sujeições, estigmas e sofrimentos que os preconceitos institucionalizados promovem.

Scott (1995, p. 86) afirma que “[...] o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”. Daí se conclui no A3 que, quando professores e professoras planejam abordagens de gênero e sexualidade na escola, não devem limitar-se a identificar o que são códigos do feminino e do masculino ou mesmo a descrever apenas as diferentes orientações sexuais que existem. De modo muito mais profundo, essas questões estão inseridas no campo dos direitos humanos, ou seja, elas dizem respeito à vida política no espaço público e à distribuição de poder e de oportunidades entre pessoas.

Pires et al. (2013) apontam no A8 a perspectiva dos jogos no processo educativo de gênero e sexualidade para a formação de profissionais como reflexões que questionam se é possível o ambiente normativo da educação não coibir o caráter espontâneo, livre, desinteressado e libertário dos jogos. Tal reflexão objetiva uma profícua relação entre pedagogias libertadoras e críticas com os atributos emancipatórios do lúdico, buscando uma interface entre conceitos que norteiam a dinâmica lúdica e a atividade educativa que, sem necessariamente subordinar uma a outra, potencializem a criação dos sujeitos pelo exercício da liberdade. Assim, pare esses autores a busca de um caminho para a educação que contemple ao máximo as características emancipatórias do lúdico precisa cultivar, até onde for possível, uma vinculação desinteressada entre o jogo e a educação sexual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola como ambiente multideterminado pela realidade deve respeitar a diversidade humana, acolhe-la e trata-la de maneira pedagogicamente adequada no interior do processo educacional. Deste modo, sabendo que a educação não é um ato neutro, e que professores e

(83) 3322.3222

contato@desfazendogenero.com.br

www.desfazendogenero.com.br

alunos compartilham – através do Currículo Oculto - vivências, pensamentos e modos de pensar, sentir e agir, devemos entender a escola como instituição potencializadora e eficaz no trato de temas relacionados ao gênero e sexualidade.

Este estudo apontou, dentre muitos achados, que questões de gênero e sexualidade são vinculadas ao conhecimento científico, ou seja, o saber sobre gênero e sexualidade, continua centralizado ainda no ponto de vista biológico, os quais negam os fatores históricos e culturais da constituição do sujeito. Tratar pedagogicamente de temas relacionados a gênero e sexualidade nas escolas, mais do que inserir temas ou disciplinas, representa avanço no que se diz respeito aos direitos humanos, e especialmente, na garantia de acesso e permanência.

Guiar-se por esses aspectos podem nos auxiliar também a saber viver em sociedade e no âmbito do espaço público, negociando as diferenças de gênero e sexualidade. Vale lembrar no A3 que o espaço público é ser lugar de intensa negociação das diferenças e de aprendizado político daí decorrente, cuidando para evitar que a diferença oportunize a criação de situações de desigualdade ou injustiça, como ocorre em ambientes de racismo institucionalizado, machismo predominante, heterossexualidade compulsória, privilégios apenas para aqueles que são de certa etnia ou classe social.

O espaço público, especificamente a escola, não é uma extensão do ambiente privado da casa, e não se pode imaginar que ele seja regido por uma lógica doméstica. No ambiente domiciliar, podemos escolher companhias e definir modos de proceder, dentro, é claro, dos limites da lei. No espaço público, vamos cruzar com indivíduos que diferem de nós, e nós deles, em muitos atributos e a este aspectos recorreremos a necessidade da criação de leis que efetivamente promovam a equidade e igualdade.

No cotidiano das escolas é possível perceber a naturalização que existe com os preconceitos de raça, gênero e orientação sexual. Não é possível inferir com precisão as motivações dessas práticas, mas podemos elencar algumas delas, tais como: a) o preconceito institucionalizado; b) falta de diretrizes específicas à formação de professores; c) insuficiência de políticas afirmativas para a implantação de temas relacionados à Educação Sexual.

Assim sendo, entendemos que é preciso que haja reflexão acerca da urgência para que seja contemplada na matriz curricular dos cursos de Formação de Professores, componentes curriculares que versem sobre o tema Gênero e Sexualidade, o que pressupõe que as/os futuras/os professoras/es obtenham em sua formação acadêmica, de modo condizente, referenciais teóricos, históricos, antropológicos e educacionais, para desenvolver sua atividade docente contextualizada e comprometida com a causa. Assim, acreditamos que o processo de desnaturalização sobre os gênero e sexualidades é uma condição necessária à educação do

futuro, tendo em vista que a escola se constitui como espaço privilegiado para o tratamento pedagógico dessas questões.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, M. N.; Baptista, A. S.; Dias, R. R. Estrutura e suporte familiar como fatores de risco na depressão de adolescentes. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília: CFP, v. 21, n. 2, p. 52-61, 2001.

BENTO, Berenice. **Disputas de Gênero**. Correio Braziliense, Brasília, 30 jun. 2015. Opinião, p. 11.

BORGES, A. L.V.; Trindade, R. F. C. Gravidez na adolescência. In: ; Fujimori, E. **Enfermagem e a saúde do adolescente na atenção básica**. Barueri: Manole, 2009. p. 334-347. . Adolescência e vida sexual: análise do início da vida sexual de adolescentes residentes na Zona Leste do município de São Paulo. 2004. 185f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos de ensino fundamental**. Secretaria de Educação Fundamental, Brasília, DF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro102.pdf>>. Acesso em: out. 2019.

BRASIL. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: orientação sexual**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental, 1997

BRÊTAS JR, Ohara CV, Jardim DP, Aguiar Junior W, Oliveira JR. Aspectos da sexualidade na adolescência. **Ciências Saúde Coletiva**. 2011;16(7):3221-8.

CARRARA, Sergio; HEILBORN; Maria Luiza (orgs.). **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnicoraciais**. Rio de Janeiro: Cepesc; Brasília: SPM, 2009.

COSTA, N. M. L. A formação contínua de professores: novas tendências e novos caminhos. **Holos**, Natal: IFRN, ano 20, p. 63-75, dez. 2004. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/48/52>>. Acesso em: set. 2019.

DELORS, Jacques. **La Educación encierra un Tesoro: informe de la UNESCO de la comisión internacional para la educación para el siglo XXI**. Madrid: Santillana/Ediciones UNESCO, 1994.

FARIA, Nalu et al. (Org.). Caderno Educação e Gênero. São Paulo: **Sempre Viva** Organização Feminista, 1999.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação sexual: retomando uma proposta, um desafio.** 3. ed. Londrina: Eduel, 2010.

FURLANI, Jimena. Educação sexual: possibilidades didáticas. In: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação.** Rio de Janeiro: Vozes, 2011a. p. 66-81.

GAVA, Thais; VILLELA, Wilza Vieira. Educação em dexualidade: desafios políticos e práticos para a escola. **Sexualidad, Salud y Sociedad**-Revista Latinoamericana, Rio de Janeiro, n. 24, p. 157-171, 2016.

GESSER, Marivete; OLTRAMARI, Leandro Castro; PANISSON, Gelson. Docência e concepções de sexualidade na educação básica. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p. 558-568, 2015.

LONGARAY, Deise Azevedo; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Espaços educativos e produção das subjetividades gays, travestis e transexuais. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 62, p. 723-747, 2015.

LOURO, Guacira Lopes (org.). **O Corpo Educado: Pedagogia da Sexualidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **A construção escolar das diferenças.** Petrópolis: Vozes, 1997

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas.** Proposições, Campinas, v. 19, n. 2, p. 17-23, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MARIANO, Marina; ALTMANN, Helena. **Educação física na educação infantil: educando crianças ou meninos e meninas?** Cadernos Pagu, n. 46, p. 411-438, 2016

MORAES, Silvia Piedade de; VITALLE, Maria Sylvia de Souza. Direitos sexuais e reprodutivos na adolescência: interações ONU-Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 8, p. 2523-2531, 2015.

NARDI, Henrique Caetano; QUARTIERO, Eliana. Educando para a diversidade: desafiando a moral sexual e construindo estratégias de combate à discriminação no cotidiano escolar. **Sexualidad, Salud y Sociedad**-Revista Latinoamericana, Rio de Janeiro, n. 11, p. 59-87, 2012.

NOTHAFT, Simone Cristine dos Santos; ZANATTA, Elisangela Argenta; BRUMM, Maria Luiza Bevilaqua; GALLI, Kiciosan da Silva Bernardi; ERDTMANN, Bernadette Kreuz; BUSS, Eliana; SILVAN, Pamela Roberta Rocha. Sexualidade do adolescente no discurso de educadores: possibilidades para práticas educativas. **Revista Mineira de Enfermagem**, Belo Horizonte, v. 18, n. 2, p. 284-294, 2014.

OLIVEIRA, Rosana Medeiros; DINIZ, Débora. Materiais didáticos escolares e injustiça epistêmica: sobre o marco heteronormativo. **Educação & Realidade**, v. 39, n. 1, p. 241-256, 2014.

PALMA, Yáskara Arrial; PIASON, Aline da Silva; MANSO, Almudena Garcia; STREY, Marlene Neves. **Parâmetros curriculares nacionais: um estudo sobre orientação sexual, gênero e escola no Brasil.** Temas em Psicologia, Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, p. 727-738, 2015.



PIRES MRG, Guilhem D, Göttems LBD. **Jogo (IN)dicaSUS: estratégia lúdica na aprendizagem sobre o sistema único de saúde.** Texto Contexto Enferm 2013; 22 (2):379-388.

ROSADO-NUNES, Maria José Fontelas. A “**Ideologia de Gênero**” na **Discussão do PNE: a intervenção da hierarquia católica.** Horizonte, Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, v. 13, n. 39, p. 1237-1260, set. 2019.

SAITO, M. I. Adolescência, cultura, vulnerabilidade e risco. A prevenção em questão. In: .; Silva, L. E.; Leal, M. M. (Eds.). **Adolescência, prevenção e risco.** 2. ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2008. p. 41-46.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade**, v.20, n.º 2, julho/dezembro de 1995, pp. 71-99

SEFFNER, Fernando. **Escola Pública e Professor como Adulto de Referência: indispensáveis em qualquer projeto de nação.** Educação Unisinos, São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos; São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2016. No prelo.

SEVERO, Rafael Adriano de Oliveira. **Gênero e sexualidade no cotidiano da escola: a morte social causada pelo bullying homofóbico.** In: TEIXEIRA, Adla Betsaida Martins; FREITAS, Marcel de Almeida (Org.) Outros plurais: mulheres e homens na educação. Curitiba: CRV, 2013. p. 29 – 39

SILVA, Denise Quaresma; GUERRA, Oscar Ulloa. Educación Sexual: estudio comparativo entre escuelas en Brasil y en Cuba. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 148, p. 280-301, 2013.

SOARES, C. B. **Consumo contemporâneo de drogas e juventude: a construção do objeto na perspectiva da Saúde Coletiva.** 2007. 195p. Tese (Livre-Docência) – Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SOUZA V. Adolescentes em cena: uma proposta educativa no campo da saúde sexual e reprodutiva. **Rev Esc Enferm USP** 2011; 45(n.esp2):1716-1721.

TAQUETTE, Stella R. Direitos sexuais e reprodutivos na adolescência. **Adolescência e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 72-77, 2013.

VIANNA, Cláudia Pereira. O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios. **Educação e Pesquisa**, v. 41, n. 3, p. 791-806, 2015.

VILELAS-JANEIRO, José Manuel da Silva. Educar sexualmente os adolescentes: uma finalidade da família e da escola? **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 29, n. 3, p. 382-390, 2008.

SILVA, Luan Layzon Souza; LEITE JUNIOR, Francisco Francinete. Homofobia na Escola: Problematizando Gênero e Sexualidade entre estudantes do Ensino Médio. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, [s.l.], v. 2, n. 2, p.30-37, 19 fev. 2016. Universidade Federal da Bahia.

VIANNA, Cláudia Pereira. P. & UNBEHAUM, Sandra. **O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v.34, n.121, p.77-104,





Jan./Abr. 2004. Inserido em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n121/a05n121.pdf> Acesso em: 25 out. 2012.



GÊNERO EM SOCIEDADES DO SUL GLOBAL: UMA BREVE REVISÃO TEÓRICA

Priscilla Braga Beltrame¹
Maria Luiza Paschoal²
Mayza Toledo³
Poliana Goulart da Silva Gonzaga⁴

RESUMO

O artigo apresenta uma reflexão teórica a respeito de algumas das abordagens pós-coloniais propostas nas Ciências Humanas para o estudo de sociedades do Sul global, especialmente no que diz respeito ao estudo das relações de gênero. A base teórica desse exercício é um diálogo entre as contribuições de Talal Asad, Achile Mbembe, Sérgio Costa, Larissa Pelúcio e Rita Laura Segato. No decorrer do trabalho defendemos a importância na pesquisa científica da atenção às especificidades das sociedades pós-coloniais – caracterizadas por acentuada desigualdade social, seja em questões de gênero, classe ou raça/etnia - no sentido da escolha de teorias e conceitos analíticos adequados ao estudo dessas sociedades.

Palavras-chave: Teorias Pós-Coloniais, Gênero, Feminismo.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é realizar uma breve reflexão a respeito das contribuições de algumas das teorias pós-coloniais para analisar e compreender sociedades do sul global, caracterizadas por terem sido ex-colônias de países europeus. A principal discussão do trabalho está em volta da contribuição teórica pós-colonial feminista de Rita Laura Segato (1998; 2012; 2016). Segato colaborou para a análise das universalidades nos diferentes sistemas de gênero mantendo em vista a particularidade desses sistemas em contextos de sociedades do Sul.

Defendemos uma perspectiva de Ciência não hegemônica, insubmissa, transgressora, contra-colonial e desobediente aos padrões científicos hegemônicos eurocêtricos. Nesse sentido, se busca construir saberes científicos contribuindo tanto para a compreensão das

1 Priscilla Braga Beltrame é bacharel em Ciências Sociais, mestra e doutoranda em Antropologia, todos pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: <priscilla.beltrame.ufpe@gmail.com.>

2 Maria Luiza Paschoal é bacharel em Comunicação Social, pela Faculdades Integradas AESO Barros Melo (FIBAM). E-mail: <m.luizapaschoal@gmail.com>

3 Mayza Toledo é graduada em Pedagogia pela UFPE e professora de Saúde da Mulher. E-mail: <mayzadiasmelo@gmail.com>

4 Poliana Goulart da Silva Gonzaga é graduanda em Psicologia pela UniFBV. E-mail: <polianagoulart@hotmail.com>



desigualdades sociais, características próprias de sociedades ex-coloniais, quanto para o estabelecimento de estratégias de enfrentamento das mesmas.

O texto é organizado em alguns tópicos de discussão. Inicialmente trazemos autores(as) pós-coloniais, situamo-os no dado contexto teórico, a fim de caracterizar esse conjunto teórico para as Ciências Humanas. Posteriormente, dialogamos teorias de gênero construídas no Norte global – de Gayle Rubin(1979) e de Joan Scott (1986) – com a proposta de Segato (1998; 2012; 2016). E então apresentamos um diálogo entre teorias de Norte e do Sul para construir ferramentas analíticas melhor adaptadas com o intuito de compreender gênero em contextos pós-coloniais. Por fim, propomos um breve exercício de leitura de dados de algumas poucas fontes a respeito da violência contra a mulher e os pensamos dentro da perspectiva proposta por Segato (1998).

A guia teórica para essa reflexão foi inspirada no questionamento de Mbembe (2001) a respeito da necessidade de construir ou adaptar ferramentas teóricas e analíticas nas Ciências Humanas para compreender contextos sociais pós-coloniais. A questão distintiva desse ensaio se refere a forma a qual as teorias pós-coloniais podem contribuir para pensar gênero como uma categoria de análise estratégica em sociedades como as da América do Sul.

METODOLOGIA

A reflexão do artigo foi elaborado com base em levantamento bibliográfico a respeito das contribuições das teorias pós-coloniais para as Ciências Humanas, essencialmente para compreender as especificidades dos sistemas de relações de gênero. A proposta aqui não é fazer um apanhado detalhado da bibliografia da área, mas sim de apresentar com base nas referências adotadas, a proposta teórico metodológica desenvolvida para a análise de sociedades situadas na periferia do sistema global.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As teorias pós-coloniais nascem da crítica feita às Ciências Humanas a respeito da possibilidade de algumas das ferramentas teórico-metodológicas construídas por pensadores(as) do Norte global não serem adequadas para pensar contextos específicos, como

os pós-coloniais. Nesse sentido é defendida a necessidade de novos conceitos e teorias, assim como a adaptação de outros, para a análise de determinados contextos sociais.

De forma geral as teorias decoloniais analisam os efeitos políticos, sociais, artísticos e literários relacionados a um contexto de colonialismo, isso tanto para os países colonizados, quanto para os países colonizadores. Sendo que, em grande medida, se referem mais à países ex-colônias europeias e nas quais os(as) autores(as) “nativos” refletem a respeito da construção do conhecimento. Autores de diversas correntes teóricas e áreas de conhecimento integram esse corpus teórico, neste ensaio citados: Talal Asad⁵ (1975), Achile Mbembe⁶ (2001), Sérgio Costa (2006), Larissa Pelúcio⁷ (2012) e Rita Laura Segato⁸ (1998; 2012; 2016).

O antropólogo Talal Asad (1975) analisou o surgimento das teorias pós-coloniais na Antropologia. Ele relembra no período de formação e consolidação das bases da disciplina (e aqui o autor foca especialmente na Escola Britânica de Antropologia Clássica), nas

5 Talal Asad é antropólogo. Ele nasceu no ano de 1932 em Medina, na Arábia Saudita. Atualmente é professor no Centro de Graduação da Cidade de Nova York. O autor fez contribuições significativas para os estudos pós-coloniais sobre religião, especialmente no estudo do islamismo e do mundo muçulmano, também discute noções eurocêntricas de humanidade e civilização e as implicações da influência dessas ideias na construção de categorias teóricas e analíticas para a antropologia. As principais obras de Asad, são: “*Anthropology & the Colonial Encounter*”(1975), “*The Idea of an Anthropology of Islam. Center for Contemporary Arab Studies*”(1986) e “*Genealogies of Religion: Discipline and Reasons of Power in Christianity and Islam*”(1993). A obra citada neste ensaio do autor fala da antropologia feita do encontro colonial pois dialoga com a questão central a ser trabalhada.

6 Achile Mbembe é um autor fundamental para se compreender as teorias pós-coloniais. Ele é Filósofo, Historiador e Cientista Político. Nasceu em 1957 em Camarões. Atualmente é professor nas Universidades de Duke (Virgínia, Estados Unidos) e de Witswatersrand (Joanesburgo, África do Sul). Ele é considerado um dos maiores teóricos do pós-colonialismo, pensador das questões de história e política africana. Tem livros bastante conhecidos, como por exemplo, “A crítica da razão negra” (2014), no qual ele desenvolve o conceito de negro em um texto profundamente teórico e permeado por filosofia política. O trabalho mais recente do autor é o artigo “A era do humanismo está acabando” (2016), no qual ele aborda a relação de tensão atual na economia e política entre a democracia liberal – e os direitos a ela associados – e o capitalismo neoliberal – enquanto uma das formas mais acirradas do capital. No livro “*On the postcolony*” (2001) ele faz a organização contribui com autoria de dois dos artigos. O livro é uma coleção de ensaios críticos que exploram questões de poder e subjetividade na África pós-colonial, mas também podem ser ampliadas para pensar em outras sociedades pós-coloniais. Este último trabalho de Mbembe é adotado nesta reflexão.

7 Larissa Pelúcio é uma professora e pesquisadora brasileira que trabalha com o que chamamos de teoria pós-colonial, tendo contribuições significativas para o desenvolvimento do campo nas Ciências Sociais no país. A autora possui diversas publicações, como por exemplo: “Na noite nem todos os gatos são pardos” (2005), “Despatologização do gênero: a politização de identidades objetas” (2012), e o trabalho adotado para integrar esta reflexão: “Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer” (2012).

8 Rita Laura Segato, antropóloga feminista argentina que trabalha especialmente com gênero nas sociedades da América Latina, com foco nas investigações sobre questões de gênero em povos indígenas. Tem como proposta uma teoria decolonial neste sentido. Ela possui diversas publicações, por exemplo, o livro “La guerra contra las mujeres” (2016), e os artigos “Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial” (2012) e “Os percursos do gênero na antropologia e para além dela” (1998).

recomendações de Malinowski e de Radcliffe-Brown, onde podemos perceber que o objeto de estudo, predominante nas pesquisas antropológicas do período, eram povos considerados “primitivos”, seriam estes povos os diferentes dos ocidentais, e, em boa parte das vezes, residentes nas colônias de países europeus, no caso povos como Nós “subalternos” (Pelúcio; 2012), éramos o objeto de estudo da disciplina.

Segundo Asad (1975) apenas a partir da década de 1970 é que se inicia a construção de uma crítica a essa forma “tradicional” de se fazer antropologia, buscando construir novas possibilidades teórico-metodológicas para a disciplina. Durante este período temos três modificações importantes na Antropologia: (1) a ampliação do escopo da disciplina para novos campos de estudos, como por exemplo as sociedades complexas, antes nas Ciências Sociais estudadas prioritariamente por sociólogos(as) e cientistas políticos(as); (2) a ampliação dos possíveis tipos de dados coletados nos trabalhos de campo, com uso de técnicas estatísticas, arquivos históricos, fontes literárias, histórias de vida, facilitando assim a possibilidade de triangulação de dados para melhor composição do argumento etnográfico dos estudos; (3) e uma proposta de reestruturação da disciplina a qual afeta o objeto, a produção do conhecimento antropológico, o suporte ideológico e a própria base organizacional diretamente relacionada à países que passaram por processos de colonização e de conquista da independência política⁹. Este último ponto denota-se como mais relevante para a reflexão proposta neste artigo.

De acordo com Pelúcio (2012) as chamadas teorias pós-coloniais, podem ser entendidas enquanto teorias feitas pelos “Outros”, pelos subalternos, os não brancos, e/ou não europeus, e/ou não homens, que construímos ferramentas teórico-analíticas para compreender as nossas sociedades, como também, as sociedades do Norte por nossa perspectiva. Nas palavras de Pelúcio:

Falar de saberes subalternos não é, portanto, apenas dar voz àquelas e àqueles que foram privados de voz. Mais do que isso, é participar do esforço para prover outra gramática, outra epistemologia, outras referências que não aquelas que aprendemos a ver como as “verdadeiras” e, até mesmo, as únicas dignas de serem aprendidas e respeitadas. (PELÚCIO; 2012, p.402)

⁹ Quanto a isso o autor se refere especificamente aos países africanos que conquistaram independência após a década de 1950, mas podemos ampliar essa reflexão aqui para outros países que, cada um com sua especificidade, passaram por processos de colonização, como os países da América do Sul. Podemos ampliar esta questão também para as outras áreas das ciências humanas, como vamos descrever no decorrer do texto.

Podemos assim dizer que os estudos pós-coloniais são um amplo e diversificado conjunto de trabalhos voltados para o esforço de desconstruir essencialismos ocidentais, assim como marcadores sociais relevantes em determinado contexto, e articular as análises que levam em conta o colonialismo, de acordo com Costa:

[...] trata-se de uma operação de reconfiguração do campo discursivo, no qual as relações hierárquicas ganham significado (Hall, 1997a). Colonial, por sua vez, vai além do colonialismo e alude a situações de opressão diversas, definidas a partir de fronteiras de gênero, étnicas ou raciais. (COSTA; 2006, p.118)

Mbembe, por sua vez, fala que a reflexão acadêmica clássica referente aos povos do continente africano possuem duas características primordiais: (1) como ser humano incompleto em relação ao homem, branco e europeu em uma visão profundamente etnocêntrica; (2) como algo embora estranho, por ser pensado enquanto incompleto ou inferior, pode ser “domesticado”. Desta forma os povos do continente africano passaram a ser considerados enquanto o Outro por excelência, o outro mais absoluto.

Uma colaboração importante de Mbembe é a sugestão de que as sociedades Outras poderem ser melhor entendidas, sem a comparação hierárquica entre elas e as sociedades ocidentais. O autor sugere olhar para dentro dessas sociedades, potencialmente por pesquisadores nativos, mas ao mesmo tempo, com mesma importância para a análise, levando em consideração que a grande maioria dos povos existentes vivem, de uma forma ou de outra, integrados no mundo capitalista globalizado e esse ponto é fundamental para a compreensão de determinado contexto. Portanto é interessante pensar analiticamente nessas sociedades periféricas articulando teorias do Norte e do Sul global, utilizando-se das ferramentas da ciência ocidental de forma crítica, reflexiva e em diálogo com pensadores nativos.

O questionamento central de Mbembe (2001) denota como utilizar uma ciência social nascida em conjunto com a dominação européia nos locais hoje ex-colônias. Pensando no panorama acadêmico brasileiro podemos trazer respostas muito construtivas, e no caso específico deste ensaio acerca às questões de gênero, usando-se das reflexões de autoras como Larissa Pelúcio (2012) e Rita Laura Segato (1998; 2012; 2016).

O artigo de Pelúcio (2012) é pertinente para trazermos as reflexões de Mbembe (2001) à realidade brasileira. A autora argumenta que embora uma boa parte da população brasileira

se considere branca não somos considerados enquanto brancos em uma perspectiva euro-norte-americana, devido à miscigenação ocorrida ao longo da história do país. Essa forma de miscigenação é característica de países do Sul global, como consequência do processo de colonização europeu. Pelúcio adota o conceito de Anibal Quijano de “cores do colonialismo” para pensar nesses povos, dos quais Pelúcio, Quijano, Mbembe e Nós fazemos parte.

Pensar em determinado povo representado como o Outro nos faz refletir em uma possível articulação com as ideias feministas de Simone de Beauvoir (1949), que, em uma abordagem clássica, defende que o problema da desigualdade de gênero consiste em ser a mulher vista como o Outro, como alguém que não é sujeito de seus próprios projetos e objetivos, um ser imanente. Podemos aqui citar um dos trechos do livro “O segundo sexo: fatos e mitos”, no qual ela diz:

A humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo. [...] Ela não é senão o que o homem decide que seja; daí dizer-se o ‘sexo’ para dizer que ela se apresenta diante do macho com um ser sexuado: para ele, a fêmea é sexo, logo ela o é absolutamente. A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o absoluto; ela é o Outro. (BEAUVOIR; 1949, p.10)

Deste modo percebemos como a categoria Outro é importante para pensar as relações sociais, seja aparecendo na forma do Outro por excelência de Mbembe (2001), seja no subalterno de Pelúcio (2012), seja no Outro de Beauvoir (1949). Isto posto podemos pensar também numa sobreposição desses Outros na construção do Nós subalternos, em uma análise articulada desses marcadores sociais ressaltados por esse(as) autore(as), respectivamente, raça/etnia, classe e gênero. É importante pontuarmos a importância da contribuição dos trabalhos de Segato (1998; 2012; 2016) para esta análise.

DAS TEORIAS CLÁSSICAS DE GÊNERO DE GAYLE RUBIN E JOAN SCOTT À PROPOSTA TEÓRICA DE RITA LAURA SEGATO

Levando em consideração a proposição de Costa (2006) – a qual os estudos pós-coloniais não seriam uma crítica destrutiva a epistemologia das Ciências Sociais, mas justamente, uma proposta de contribuição às teorias já escritas por autores do Norte global, sobretudo no diálogo com as problematizações feitas pelas teorias pós-coloniais – propomos

essa reflexão baseada em uma pesquisa bibliográfica. Portanto essa sessão organizou-se de forma que primeiro são abordadas as teorias de gênero construídas no Norte global, de Rubin e Scott¹⁰ e, na segunda parte, são trazidas algumas das contribuições teóricas de Segato.

Historicamente a primeira definição de “gênero”, como concebido atualmente nas ciências humanas como os “estudos de gênero”, foi elaborada por Gayle Rubin ainda na década de 1970, no seu artigo: “O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo”(1975). O sistema de relações de gênero é pensado, nesta linha de raciocínio, enquanto um sistema econômico e político que organiza a relação entre homens e mulheres de diferentes culturas, tendo em todas elas em comum o parentesco e a socialização como elementos centrais na reprodução ou transformação do sistema. Nas palavras de Rubin(1979; p.13), o sistema de sexo-gênero é “[...] um conjunto de arranjos através dos quais a matéria-prima biológica do sexo e da procriação humana é moldada pela intervenção humana e social e satisfeita de forma convencional”. Tal menção denota aproximação à primeira definição de gênero para Scott(1986), a autora compreende que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos”. Assim podemos dizer que ambas as autoras constroem os seus conceitos de gênero com base no dimorfismo sexual¹¹.

O trabalho citado de Rubin (1979) exerce grande influência nos estudos a respeito das relações entre os sexos Brasil, podendo ser observado recorrentemente tanto nas ementas de disciplinas de gênero e feminismo, quanto na constante referência ao estudo citado em

10 Nas ciências humanas há um grande debate a respeito de como construir categorias analíticas para compreender a relação social entre pessoas do sexo masculino e do feminino. Inicialmente pode-se pensar em duas tradições que, em grande medida, exercem grande influência nos estudos e pesquisas: a tradição norte-americana e a tradição francesa. Na tradição francesa temos pesquisas que costumam adotar com mais frequência o conceito de “relações sociais de sexo”, noção construída com influência teórica marxista e com significado semelhante ao de “relações sociais de produção”, sendo a diferença que enquanto a primeira se refere às relações de acordo com o sexo, as segundas se referem às relações de acordo com a classe social. E o conceito de gênero foi em grande medida construído por pesquisadoras atreladas à tradição norte-americana das ciências humanas (Hirata et al; 2009). No Brasil ambas as tradições exercem grande influência nos estudos sobre mulheres, mas levando em consideração o uso predominante da categoria de gênero, penso ser essa proposta analítica mais adotada pela antropologia local e retrabalhada e adaptada para as especificidades locais. A categoria de gênero é fundamental no marco teórico desta pesquisa por ser seu objetivo geral a compreensão do Estado como elemento central na reprodução/transformação do sistema de gênero em determinada cultura por meio da regulamentação conferida ao aborto.

11 Essa forma de pensar gênero, enquanto construído sobre a base biológica da diferença entre o macho e a fêmea – dimorfismo sexual -, nas últimas décadas começa a ser problematizado de algumas formas. O trabalho da filósofa Judith Butler(2003) se destaca um dos exemplos teóricos que dissocia o gênero da base biológica binária macho-fêmea de forma. Outras problematizações do gênero têm sido feitas por antropólogas como Henrieta Moore(1997) a respeito da distinção entre sexo (biológico), Sexo (o que é culturalmente construído sobre o biológico) e gênero; e Marilyn Strathern(2012) a respeito do que temos de “nosso”, de ocidental dentro do conceito de gênero as consequências disto para pensar o gênero enquanto categoria de análise intercultural.

pesquisas da área. Aproximadamente uma década após a publicação de Rubin (1979), Scott (1986) publicou o artigo “Gênero: uma categoria útil para a análise histórica”, o qual também passou a exercer influência teórica significativa no país, e pode ser considerado como uma abordagem complementar e mais aprofundada do conceito desenvolvido pela primeira.

No artigo citado a autora se refere aos conceitos de “gênero” já cunhados, como o de Rubin (1979), como bastante úteis para descrever sistemas de gênero, mas não enquanto uma categoria analítica, operacionalizada de forma clara e sistemática, como é a proposta feita por ela. Scott (1986) argumenta que embora o parentesco seja de fundamental importância para compreender o funcionamento dos sistemas de gênero interculturalmente, há sociedades mais complexas em que outros aspectos da organização social também exercem considerável influência nos sistemas de relações de gênero, e não apenas isso, o gênero seria a primeira forma de significar as relações de poder em todas as esferas da sociedade. A autora defende que os conceitos de gênero cunhados antes da proposta feita por ela no artigo citado não seria adequado para o uso em pesquisas sociais porque:

Essa interpretação limita o conceito de gênero à esfera da família e à experiência doméstica, e para o(a) historiador(a) ela não deixa meios de ligar esse conceito (nem o indivíduo) com outros sistemas sociais, econômicos, políticos ou de poder. Sem dúvida está implícito que as disposições sociais que exigem que os pais trabalhem e as mães cuidem da maioria das tarefas de criação dos filhos, estruturam a organização da família. Mas a origem dessas disposições sociais não está clara, nem o porquê delas serem articuladas em termos da divisão sexual do trabalho. Não se encontra também nenhuma interrogação sobre o problema da desigualdade em oposição àquele da simetria. (SCOTT; 1986, p.13)

A proposta de “gênero” de Scott (1986) é então alternativa e/ou complementar à visão de Rubin (1975). Gênero como uma categoria de análise foi então subdividido em duas proposições, dissociáveis apenas para fins analíticos, mas sem perder a dimensão articulada da totalidade da realidade social, são essas: [1] “gênero é um dos elementos constitutivos das relações sociais, baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” (Scott; 1986, p.20) e, gênero “é uma forma primeira de significar relações de poder” (Scott; 1986, p.20).

Na primeira proposição de Scott (colocada no parágrafo acima) existem quatro elementos. O primeiro define o gênero como símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas e frequentemente contraditórias, eles são:

[...] culturalmente disponíveis e evocam representações múltiplas (frequentemente contraditórias) – Eva e Maria, como símbolo da mulher, por exemplo, na tradição

cristão do Ocidente, mas também mitos da luz e da escuridão, da purificação e da poluição, da inocência e da corrupção. Para os(as) historiadores(as), as questões interessantes são: quais as representações simbólicas evocadas, quais suas modalidades, em que contextos? (SCOTT; 1986, p 21)

O segundo coloca o gênero como também composto pelos conceitos normativos, sendo hegemônicos em determinado período histórico e caracterizados como ideias que contribuem para o esforço de legitimação e manutenção das relações de poder desiguais.

Esses conceitos são expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tipicamente tomam a forma de uma oposição binária que afirma de forma categórica e sem equívoco o sentido do masculino e do feminino. De fato essas afirmações normativas dependem da rejeição ou da repressão de outras possibilidades alternativas e às vezes têm confrontações abertas ao seu respeito quando e em que circunstâncias, é isto que deveria preocupar os(as) historiadores(as). A posição que emerge como dominante é, apesar de tudo, declarada a única possível. (SCOTT; 1986, p.21)

Somando-se aos dois elementos anteriores, componentes da primeira proposição do conceito para Scott (1986), gênero também é composto pelas subjetividades construídas nestes contextos, ou ainda, as feminilidades e masculinidades. Nas palavras da autora: “[...]a identidade subjetiva. Conferências estabelecem distribuições de poder (um controle ou um acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos, o gênero torna-se implicado na concepção e na construção do poder em si” (1986: p.22). E por fim, referente ao gênero no sentido de ser composto por relações sociais, o gênero também faz parte da própria constituição do Estado. O último elemento da primeira proposição de Scott(1986) que integra os sistemas de gênero, são as instituições, sendo uma das instituições mais importantes nas sociedades ocidentais ou com forte influência desta, o Estado. Nas palavras de Scott levar as instituições em conta nas análises das relações de gênero é importante caso:

O objetivo da nova pesquisa histórica é explodir a noção de fixidade, descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva a aparência de uma permanência eterna na representação binária dos gêneros. Esse tipo de análise tem que incluir uma noção do político, tanto quanto uma referência às instituições e organizações sociais. (SCOT; 1986, p.22)

A segunda proposição integrante do construto analítico é que gênero é uma das principais formas de significar as relações de poder em todas as dimensões da sociedade, é: “uma dimensão decisiva da organização, da igualdade e desigualdade. As estruturas

hierárquicas baseiam-se em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre o masculino e o feminino”(Scott, 1986, p.26). Scott defende que:

Frequentemente, a ênfase colocada sobre o gênero não é explícita, mas constitui, no entanto, uma dimensão decisiva da organização, da igualdade e desigualdade. As estruturas hierárquicas baseiam-se em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre o masculino e o feminino. (SCOTT; 1986, p. 26)

As teorias de gênero de Rubin (1979) e de Scott (1986) são contribuições muito importantes e adotadas recorrentemente nas pesquisas brasileiras. Retomando as reflexões realizadas no início do artigo, problematizamos aqui as especificidades dos sistemas de gênero nos países do Sul global. Assim sendo trazemos algumas das contribuições de Segato (1998; 2016; 2012), que apesar de ter formação na antropologia podemos ampliar suas reflexões para outras áreas do conhecimento.

Segato (1998) traz duas vertentes de pensamento – a relativista e a universalista – para a visão antropológica clássica das relações de gênero. A perspectiva relativista teria sido inaugurada com a abordagem de Margareth Mead e “tem seu ponto de partida na constatação inicial de que ‘mulher’ e ‘homem’ são entidades diferentes, preenchidas com conteúdos variáveis, através das sociedades” (SEGATO; 1998, p.5). Este tipo de abordagem científica das relações de gênero coloca ênfase nas especificidades culturais de determinada questão, aqui especificamente temos uma abordagem com raízes no particularismo histórico proposto pelo antropólogo Franz Boas, que tem como característica a atenção aos processos e elementos históricos específicos de cada contexto cultural (ERIKSEN; NIELSEN, 2019). Podemos perceber claramente a ênfase relativista da autora, por exemplo, no livro “Sexo e Temperamento”, publicado pela primeira vez na década de 1950, onde na introdução ela afirma:

Este estudo não se ocupa da existência ou não de diferenças reais e universais entre os sexos, sejam qualitativas ou quantitativas. [...] É, muito simplesmente, um relato de como três sociedades primitivas agruparam suas atitudes sociais em relação ao temperamento em torno de fatos realmente evidentes das diferenças sexuais. (MEAD; 2003, p.22)

No final do livro citado podemos perceber ainda com mais clareza a atenção da autora para as particularidades dos sistemas de gênero observados no estudo dela a respeito dos povos tradicionais Arapesh, Mundugumor e Tchambuli, organizando seu encadeamento

argumentativo de forma a evidenciar o que existia de específico nessas sociedades que ela pesquisou. Abaixo citamos um trecho no qual a autora constrói uma síntese de sua proposta:

Consideramos até agora, em pormenor, as personalidades aprovadas de cada sexo, entre os três grupos primitivos. Vimos que os Arapesh – homens e mulheres – exibiam uma personalidade, fora de nossas preocupações historicamente limitadas. [...] Em acentuado contraste com tais atitudes, verificamos, em meio aos Mundugumor, que homens e mulheres se desenvolviam como indivíduos implacáveis, agressivos e positivamente sexuados, com um mínimo de aspectos carinhosos e maternais em sua personalidade. [...] Nem os Arapesh nem os Mundugumor tiram proveito de um contraste entre os sexos. [...] Na terceira tribo, os Tchambuli, deparamos verdadeira inversão das atitudes sexuais de nossa própria cultura.” (MEAD; 2003, 267-268)

Por outro lado, a perspectiva universalista enfatiza aspectos gerais e interculturais da desigualdade nas relações de gênero e propõe ferramentas analíticas para compreender gênero ancoradas nesse pressuposto. Segato (1998) percebe essas duas correntes de pensamento como complementares, no sentido da importância de ambas as preocupações para compreender relações de gênero, tanto em suas características mais gerais, quanto em em suas características mais específicas. Nas palavras de Segato:

A contrapartida daquela primeira contribuição, daquele primeiro viés, eminentemente antropológico e relativista, veio a ser, a partir dos anos 70, a ênfase colocada por um conjunto de autoras na questão da universalidade da hierarquia de gênero, seguida por uma tentativa de gerar modelos para dar conta desta tendência universal da subordinação da mulher na dimensão ideológica das representações culturais. Esta constatação, naturalmente, não negou as estratégias singulares das mulheres para participar do poder ou situar-se em posições de autoridade, mas disse respeito à estrutura que rege a ideologia de gênero nas mais diversas sociedades, que, embora apresentando diferenças, tendem a representar o lugar da mulher como um lugar subordinado. (SEGATO; 1998, p.6)

Podemos aqui citar trabalhos clássicos dessa corrente universalista dos estudos de gênero. Os trabalhos de Sherry Ortner, Nancy Chodorow e Michelle Rosaldo publicados no livro clássico “A Mulher, a Cultura e a Sociedade” (1979) são exemplos dessa perspectiva que questiona aspectos da provável universalidade do domínio masculino. Na introdução do livro Rosaldo e Lamphere definem o objetivo do esforço:

A fim de explicar a aparente universalidade do domínio masculino [...] pode-se questionar quais características de organização, de todas as sociedades conhecidas, permitiram a produção e a reprodução de uma ordem sexual desigual. (Rosaldo et al; 1979, p.21)

E mais adiante Rosaldo e Lamphere apresentam os três primeiros artigos do livro, que são três propostas de ferramentas analíticas para estudar as relações de gênero de forma intercultural e atenta a possíveis características universais:

Essa é a questão subjacente nos três primeiros artigos deste livro. Cada um é iniciado com a observação de que em toda a parte a mulher amamenta e dá a luz aos filhos e por isso é provável que seja associada com a alimentação dos filhos e as responsabilidades do lar. [...] O importante, esses artigos afirmam, é que enquanto a mulher for definida universalmente em termos de um papel amplamente maternal e doméstico, seremos responsáveis por sua subordinação universal. (Rosaldo et al; 1979, p.24)

Segato (1998) afirma que algumas décadas depois com o aumento de estudos em ambas as vertentes chega-se à conclusão a qual a tensão relativismo e universalismo deve ser mantida, para assim se possa perceber tanto as questões específicas de determinado contexto cultural quanto a universalidade da subordinação das mulheres. E que a atenção na pesquisa social na tensão universalismo *versus* relativismo das relações de gênero é fundamental para analisar, compreender e explicar os diferentes sistemas de gênero. Nas palavras de Segato (1998):

Constata-se, a partir de essa geração de estudos hoje clássicos, o primeiro grande dilema ou contradição que os estudos de gênero enfrentam na Antropologia. Por um lado, o relativismo das construções: mulher e homem são categorias preenchidas com conteúdos diferentes em tradições diferentes e até em épocas diferentes da mesma história ocidental. Por outro lado, a descoberta, através e apesar das diferenças culturais, de uma tendência à universalidade da hierarquia de gênero, ou seja, da universalidade do gênero como uma estrutura de subordinação, deu origem a uma série de trabalhos hoje clássicos. (Segato; 1998, p.8)

Voltando agora um pouco para o foco do artigo que foi uma inspiração da proposta de Costa (2006) de complementaridade entre teorias do Norte e do Sul global de forma crítica e criativa, podemos ressaltar algumas aproximações e possíveis complementaridades entre as teorias de gênero de Scott (1986) e de Segato (1998; 2012; 2016). Esta aproximação está fundamentalmente associada às questões universais das relações de gênero, entendidas enquanto uma das formas primordiais de significar o poder – termos estes mais próximos das palavras de Scott (1986) –. Segato, por sua vez, discorre sobre as questões universais das relações de gênero usando termos semelhantes, menciona o gênero como “protótipo para se compreender o fenômeno do poder”, sobre este ponto a autora reflexiona que:

Apesar de ter sido deixada tradicionalmente nas mãos das mulheres, a reflexão sobre gênero, na verdade, trata de uma estrutura de relações e, portanto, diz respeito a

todos, esclarecendo-nos sobre os meandros das estruturas de poder e os enigmas da subordinação voluntária em geral, além de originar um discurso elucidador sobre a implantação de outros arranjos hierárquicos na sociedade, ao nos permitir falar sobre outras formas de sujeição, sejam elas étnicas, raciais, regionais ou as que se instalam entre os impérios e as nações periféricas. (SEGATO; 1998, p.2)

Apesar de Scott (1986) e Segato (1998; 2016) pensarem de forma semelhante em relação aos aspectos universais da desigualdade de gênero, Segato (2016) nos propõe uma reflexão diferente a respeito das especificidades dos sistemas de gênero em contextos pós-coloniais. De acordo com Segato (2016) o gênero é uma categoria primordial de posições hierárquicas de prestígio e poder porque se manifesta na família original, e é por meio do patriarcado familiar aprendemos tanto as hierarquias nas relações de gênero, como também em outras relações como de raça e classe. Nas palavras da autora:

es en los «géneros» que se traviste una estructura subliminal, en sombras, de relación entre posiciones marcadas por un diferencial de prestigio y de poder. Ese cristal jerárquico y explosivo se transpone y manifiesta en la primera escena de nuestra vida bajo las formas hoy maleables del patriarcado familiar, y luego se transpone a otras relaciones que organiza a imagen y semejanza: las raciales, las coloniales, las de las metrópolis con sus periferias, entre otras. (SEGATO; 2016, p.92)

Segato (2016) argumenta a existência de um patriarcado pré-intervenção colonial, para defesa desta tese utiliza como evidência os mitos de origem de uma grande quantidade de povos – inclusive dos ocidentais cristãos – nos quais “se narra a derrota e o disciplinamento da primeira mulher e do primeiro grupo de mulheres”. A este patriarcado inicial é somado um patriarcado colonizador assim substituindo uma relação antes apenas hierárquica, onde os diferentes gêneros ocupavam lugares distintos mas tinham sua plenitude, por uma relação de gênero binária, onde o homem é o Sujeito Universal e a mulher é o Outro, onde os homens não apenas teriam mais poder e prestígio em relação às mulheres, por uma lógica de pensamento de tentar anular a posição da mulher como portadora poder e prestígio. Essas duas tradições de organização de gênero, a pré-colonização e a ocidental colonizadora se articulam dando origem às várias nuances encontradas nos países pós-coloniais, como é o caso do Brasil. Por isso nos países pós-coloniais da América do Sul são vistas especificidades em suas relações de gênero, as quais a teoria pós-colonial de Segato (1998; 2012; 2016) pode contribuir para o entendimento.



ADOTANDO AS LENTES TEÓRICAS PROPOSTAS: ESBOÇANDO UM BREVE PANORAMA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Neste último tópico do artigo esboçamos uma leitura de alguns dados estatísticos referentes as relações de gênero, nesse caso aqui, a respeito da violência contra as mulheres, tema já levantado por Segato (1998) como muito relevante na análise da situação das mulheres em determinado contexto social. A proposta é atentar para a questão da violência contra a mulher focando nos aspectos gerais e específicos do Brasil. O objetivo aqui não é de uma análise aprofundada dos dados, levando-se em consideração que esse artigo é uma revisão bibliográfica, mas apenas um breve exercício de leitura de alguns dados de violência contra a mulher.

A violência contra as mulheres é definida pelas Nações Unidas enquanto qualquer ato de violência de gênero que possa ter como consequência quaisquer tipo de danos, sejam eles físicos, sexuais ou mentais para as mulheres. Esse tipo de violência é um dos indicadores que podem ser adotados para se compreender as relações de gênero em determinado contexto e é sabido que, sendo a desigualdade de gênero universal, com nuances diferentes, mulheres de muitos contextos sociais sofrem com a violência contra as mulheres. Então podemos dizer que a violência contra as mulheres é uma característica geral das relações de gênero desiguais, conforme sugestão de olhar para a universalidade dos problemas de gênero feito por Segato (1998). Olhando para dados podemos trazer aqui dados da OMS em investigação realizada em conjunto com a *London School of Hygiene and Tropical Medicine*, baseada em dados de 80 países a respeito da violência contra a mulher, concluiu que, quase um terço de todas as mulheres que estiveram em um relacionamento sofreram algum tipo de violência física ou sexual por parte do parceiro. Podemos aqui perceber que o problema da violência contra as mulheres é uma questão a ser analisada e combatida tanto nos países do Norte, quanto nos países do Sul global, mas Segato (1998) defende que existem diferentes nuances dessa violência a depender desses contextos culturais¹².

Segato (1998) defende que na América Latina os registros da violência contra a mulher, especialmente por meio do feminicídio, são significativamente superiores aos dos

12 “Folha informativa: violência contra a mulher”. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5669:folha-informativa-violencia-contra-as-mulheres&Itemid=820>



países do Norte global. Podemos perceber esse fenômeno segundo dados da ONU Mulheres, com base nos quais a América Latina foi considerada como o local mais perigoso do mundo para as mulheres, estima-se que nove mulheres são assassinadas por dia, vítimas de violência de gênero na região. No ano de 2017 2.559 mulheres foram assassinadas na região e, quase metade desse número, 1.133 mulheres, foram vítimas de feminicídio no Brasil¹³. E ainda de acordo com dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), o Brasil ocupa o quinto lugar no ranking dos países nos quais mais se mata as mulheres no mundo, perdendo apenas para El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia¹⁴.

Podemos aqui ressaltar que percebemos uma maior incidência de feminicídios na região da América Latina porque nessa região o patriarcado é caracterizado por algumas particularidades, relacionadas aos processos de colonização sofridos por essas populações. Segato (2016) denomina esses sistemas de gênero advindos da articulação entre os sistemas de gênero pré-coloniais e os sistemas e gênero trazidos pela colonização de “patriarcado colonial-moderno de alta intensidade”. Para a autora o patriarcado nos países ex-colônias trariam como característica o acirramento da opressão de gênero por se somar a opressão sofrida anteriormente nos processos de colonização e nas raízes que estes processos deixaram nas sociedades como no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluindo a reflexão aqui proposta, podemos voltar aos apontamentos de Mbembe (2001), trazidos no início do texto, de que podemos adotar na construção de nossos referenciais de pesquisa tanto teorias construídas no Norte global, escolhendo o que se parece adequado para a nossa análise, atentando a questões de níveis analíticos mais globais, mas igualmente importante é atentar para os aspectos locais e específicos de sociedades do Sul global, para questões trazidas por pesquisadores(as) nativos(as). É uma possibilidade de construção de pesquisas mais satisfatórias a fim de perceber o cenário local, e como ele é permeado – em vários níveis – pelo contexto global.

13 “América Latina é a região mais letal para as mulheres”. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/24/actualidad/1543075049_751281.html >

14 “Brasil é o 5 país que mais mata mulheres”. Disponível em: <https://www.unifesp.br/educacao-atual-entreteses/item/2589-brasil-e-o-5-pais-que-mais-mata-mulheres> >

A proposta foi de apresentar um diálogo em busca de uma coalizão política e epistêmica dentro de uma perspectiva de Ciência Engajada, a qual em a contato com sociedade civil e com movimentos sociais possa somar forças no combate às diferentes formas de opressão, tão fortes e marcantes nos países do Sul global.



REFERÊNCIAS

- ASAD, Talal. **Anthropology and the colonial encounter**. Ithaca, 1975.
- ASAD, Talal. The idea of an anthropology of Islam. **Qui Parle**, v. 17, n. 2, p. 1-30, 2009.
- ASAD, Talal. **Genealogies of religion: Discipline and reasons of power in Christianity and Islam**. JHU Press, 2009.
- BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Estudos feministas**, p. 569-581, 2012.
- ERIKSEN, T. H., & NIELSEN, F. S. (2019). **História da antropologia**. Editora Vozes Limitada.
- MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do pacífico ocidental. **São Paulo: Abril Cultural**, v. 2, 1978.
- MEAD, M. **Sexo y temperamento en tres sociedades primitivas**. Barcelona: Paidós.
- MBEMBE, Achille. **On the postcolony**. Univ of California Press, 2001.
- Ortner, S.. **A mulher, a cultura, a sociedade**, 2012.
- PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Revista Semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar**, v. 2, n. 2, p. 395, 2012.
- PELÚCIO, Larissa. Na noite nem todos os gatos são pardos. **Cadernos pagu**, v. 25, p. 217-248, 2005.
- RUBIN, Gayle. **Pensando Sexo: Notas para uma teoria radical da política da sexualidade**.
- RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald. **Structure and Function**. London: **Cohen and West**, 1952.
- SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. 2012.
- SEGATO, Rita Laura. **Os percursos do gênero na antropologia e para além dela**. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 1998.
- SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos ces**, n. 18, 2012.
- SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. Traficantes de Sueños, 2016.



GÊNERO, DIVERSIDADE E TECNOLOGIAS: EDUCAÇÃO PARA OS CORPOS NAS E PELAS MÍDIAS

Fabiane Freire França¹

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo investigar as tecnologias da informação e comunicação (TIC) como difusoras das pedagogias de gênero e diversidade com a finalidade de compreender a produção de corpos nas e pelas mídias. Nessa pesquisa compreendemos as TIC como campo de pesquisa da educação para as mídias que podem produzir e operar linguagens e ações sensibilizadoras para a formação dos sujeitos sociais frente aos desafios da sociedade contemporânea, bem como a liberdade de expressar e viver corpos *queers*, desconformes e dissidentes dos padrões hegemônicos. Nesse sentido, problematizamos: como as novas tecnologias podem contribuir para a compreensão da produção de corpos nas e pelas mídias que contemplem as discussões de gênero e diversidade? A metodologia da pesquisa está ancorada em uma intervenção dialógica, em rede, que propõe articular a produção de dispositivos tecnológicos, tais como, *websites*, redes sociais, documentários, filmes, publicidades, desenhos, etc, voltados à disseminação dos conteúdos que se referem às temáticas em pauta. Os resultados da pesquisa são oriundos das ações realizadas junto ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Diversidade e Cultura (GEPEDIC/CNPq). Consideramos que a produção e a utilização dessas tecnologias, nos variados meios, podem abrir espaços para a pluralidade das pedagogias de gênero, diversidade e corpos *queers*.

Palavras-chave: Educação, Tecnologias da Informação e Comunicação, Corpos, Gênero, Diversidade.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo investigar as tecnologias da informação e comunicação (TIC) como difusoras das pedagogias de gênero e diversidade com a finalidade de compreender a produção de corpos nas e pelas mídias. A pesquisa se ancora em uma intervenção dialógica em rede, que propõe articular a produção de dispositivos tecnológicos, tais como, *websites*, redes sociais, documentários, filmes, publicidades, desenhos, etc. Em vista disso, nos indagamos: como as novas tecnologias podem contribuir para a compreensão da produção de corpos nas e pelas mídias que contemplem as discussões de gênero e diversidade?

A metodologia utilizada para a realização da atividade foi organizada em encontros caracterizados como círculos dialógicos (FRANÇA, 2014) com participantes do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Diversidade e Cultura (GEPEDIC/CNPq). Os encontros

¹ Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá. Professora do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Desenvolvimento e do Colegiado de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná – Campus de Campo Mourão fabiane.freire@unespar.edu.br.

ocorrem mensalmente desde o primeiro semestre de 2017, em sala reservada pelas líderes do grupo na Universidade Estadual do Paraná – Campus de Campo Mourão (Unespar) e tem duração de uma hora e meia. Os encontros são divulgados pelas redes sociais e é aberto à comunidade acadêmica e externa. Nos encontros são exibidas pesquisas de mestrado, doutorado, iniciação científica, projetos de extensão, dentre outras atividades vinculadas às temáticas Educação, Diversidade e Cultura.

Desse modo, os resultados da pesquisa estão organizados nos seguintes eixos de discussões: 1) Corpos desconformes no desenho animado *Steven Universe*; 2) Felipe Neto e as marcas produzidas nos corpos infanto-juvenis por meio das redes sociais; 3) *WebQuest* com ênfase em Corpo, Gênero e Diversidade. Cada eixo equivale a um recorte de pesquisa exibida pelo Gepedic e vinculada a pesquisa em rede da presente pesquisadora, autora deste texto. A seleção por estes três eixos refere-se a amplitude do objeto em dialogar com diferentes propostas midiáticas e tecnológicas que estão em destaque.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS: ALGUNS DOS CAMINHOS

Os cursos de formação docente carecem de uma reestruturação que contemple o uso das tecnologias na educação, bem como práticas educativas voltadas às tecnologias digitais. As autoras Kenski (2012), França, Costa e Santos (2019) consideram fundamental a formação de profissionais conscientes e críticos que saibam utilizar as novas tecnologias nos mais variados segmentos.

Em vista disso, os encaminhamentos metodológicos desta pesquisa pressupõem um caráter qualitativo no que tange a discussão da teoria de gênero com o uso das novas tecnologias e as mídias. E como articular as TICS e as mídias aos estudos de gênero e sexualidade? Com a intenção de problematizar essas temáticas propomos um projeto de extensão organizado em grupos de estudos (caracterizados como círculos dialógicos) com estudantes de Pedagogia, docentes da Educação Básica, alunas de Iniciação Científica e comunidade externa.

A condição de dialogicidade foi usada como prática coletiva que possibilita a dinâmica e a coexistência de saberes. Este conceito dialógico está ancorado na Teoria das Representações Sociais (TRS) e converge com o diálogo proposto por Paulo Freire em seus círculos de cultura.

A atitude dialógica implica intercâmbios baseados no mútuo reconhecimento entre interlocutores/as diferentes em que os parceiros lutam para estabelecer comunicação e para lidar com os muitos obstáculos frequentemente associados a este processo. A atitude dialógica na pesquisa foi baseada tanto

no ato de ouvir o outro e permitir a expressão máxima possível do campo quanto na constante avaliação de como a realidade do campo abala e redefine a hipótese de trabalho, a teoria e os pressupostos do/a pesquisador/a (FRANÇA, CALSA, 2015, p.154).

Desse modo, as análises foram organizadas nos seguintes eixos de discussões: 1) Corpos desconformes no desenho animado *Steven Universe*; 2) Felipe Neto e as marcas produzidas nos corpos infanto-juvenis por meio das redes sociais; 3) *WebQuest* com ênfase em Corpo, Gênero e Diversidade.

Corpos desconformes no desenho animado *Steven Universe*² apresenta resultados, oriundos de uma pesquisa de Iniciação Científica. Compreende representações e os discursos presentes na segunda temporada da série de animação “*Steven Universe*”, exibida pelo canal de TV por assinatura *Cartoon Network*, com a finalidade de identificar como essa mídia pode ressignificar experiências e sentidos de gênero e sexualidade com crianças e jovens. Foram problematizadas questões ligadas às masculinidades e feminilidades, seus estereótipos e outras formas de expressão e identidade de gênero.

Como metodologia de pesquisa utilizamos a Etnografia de Tela, que segundo Carmen Silva Rial (2004) possibilita que o/a pesquisador/a imerja em um mundo cinematográfico, no enredo e narrativas da história, nos elementos que compõem e dão significados, nos símbolos, na interação entre espectador e a produção. Ou seja, a metodologia coloca o trabalho etnográfico da antropologia nas telas, o que significa que as mensagens transmitidas são entendidas enquanto construções e a interação com os espectadores geram significações, por meio das experiências subjetivas e coletivas. Ao optarmos por essa metodologia, organizamos fichas de análises para recolher os dados, para mapearmos questões como: títulos, tempo dos episódios, temas abordados dos episódios, direção e roteiro, resumo dos episódios e características das personagens (Cor, gênero aparente, idade aparente, protagonismo no episódio).

Em direção similar optamos por investigar as potencialidades das redes sociais para o trabalho com gênero e diversidade, como é o caso do eixo **2) Felipe Neto e as marcas produzidas nos corpos infanto-juvenis por meio das redes sociais**³. Esta pesquisa é também fruto de um projeto de iniciação científica que tem como objetivo discutir como as novas tecnologias têm ocupado cada vez mais espaço no cotidiano das crianças e jovens e como isso

² Parte destas análises foram divulgadas como resumo expandido no VI Simpósio Internacional em Educação Sexual (VI SIES) da Universidade Estadual de Maringá, com a autoria de Vanessa Bocardi Sabino, sob minha orientação no período de agosto de 2018 a agosto de 2019.

³ Parte destas análises foram divulgadas como resumo expandido no VI Simpósio Internacional em Educação Sexual (VI SIES) da Universidade Estadual de Maringá, com a autoria de Fabiana Simiguem Barboza, sob minha orientação no período de agosto de 2018 a agosto de 2019.

tem afetado e refletido em suas vidas, afinal, com o advento da globalização houve um grande avanço das tecnologias e desse modo o acesso às redes tornou-se cada vez mais facilitado.

É possível dialogar e contemplar estas questões - influenciadores digitais como Neto e suas redes sociais, desenhos animados que contemplam corpos desconformes como Steven Universe - por meio do que conhecemos como **3) WebQuest com ênfase em Corpo, Gênero e Diversidade⁴**.

Nos últimos anos, algumas pesquisas têm mostrado a existência de consideráveis percalços e lacunas na formação de professoras/es para um trabalho efetivo acerca das questões de gênero em sala de aula. Tal fato está calcado em parte, no fato de que os/as docentes não estão embasados/as por uma formação sólida, encontram-se em grande parte, alicerçados/as em “pedagogias” religiosas, higienistas, heteronormativas e experiências pessoais adquiridas ao longo de suas vidas (FRANÇA, 2014; LOURO, 1997; MARTELLI, 2011).

É nesse contexto que, percebemos na metodologia WebQuest (WQ), uma oportunidade para que docentes e demais sujeitos possam ter acesso de uma maneira alternativa às questões de gênero, sendo este um recurso por meio da *Web*, que orientam o sujeito ao cumprimento de uma tarefa/objetivo específico. É neste sentido que elaboramos a WQ intitulada “Gênero e Diversidade na Escola” e, posteriormente a apresentamos em uma semana de Formação Continuada de uma rede municipal de ensino, como veremos adiante, no decorrer deste texto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Corpos desconformes no desenho animado Steven Universe apresenta as análises de alguns dos episódios da segunda temporada da série animada Steven Universe. Constatamos que o personagem principal, Steven, desafia e problematiza os padrões de gênero e sexualidade impostos pela sociedade. Nesta série as personagens não são definidas somente pelas características do sexo que aparentam, elas têm a personalidade construída ao longo da história, sendo resultado de suas ações e dos acontecimentos que favorecem o amadurecimento das mesmas. Desse modo, o desenho pode ser caracterizado como “uma mídia de comunicação inovadora por lidar, em sua construção de narrativa, com gêneros, etnias e sexualidades em suas

⁴ Pesquisa vinculada ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em aprendizagem e desenvolvimento nos anos iniciais da Educação Básica na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) durante o ano de 2018. Parte destas análises foram divulgadas como resumo expandido no VI Simpósio Internacional em Educação Sexual (VI SIES) da Universidade Estadual de Maringá, com a autoria de Jean Pablo Guimarães Rossi, sob minha co-orientação. A WebQuest, oriunda desta pesquisa, está disponível no seguinte endereço: <https://sites.google.com/view/gnero-e-formao-docente/p%C3%A1gina-inicial?authuser=0>.

diversas formas de representação” (GOMES, SOUZA, PEREIRA, 2018, p.4), tornando-se assim uma ferramenta destinada ao público infanto-juvenil que se utiliza de metáforas e ludicidade para facilitar o entendimento desse público a respeito de assuntos sobre gênero e diversidade.

Segundo Belloni (2007) a mídia é uma das instâncias responsáveis por disseminar e enraizar pensamentos e ideais hegemônicos. Porém, o desenho animado Steven Universe desafia os padrões de masculinidade e feminilidade e apresenta uma constituição não convencional de família. Essas características estão presentes nos episódios da série e podem ser problematizadas e utilizadas como ponto de partida para promover discussões com crianças e jovens no ambiente escolar.

Por exemplo, Garnet é uma das personagens da série que apresenta ao público a diversidade de corpo, gênero e sexualidade, pois é resultado da fusão (junção de duas ou mais personagens para a criação de um ser maior e mais forte) de duas outras Gems⁵, Ruby e Sapphire, seres com cristais de núcleos diferentes, fazendo com que sua fusão seja considerada um grande tabu na sociedade das Gems.

As mídias destinadas ao público infanto-juvenil, como o desenho animado Steven Universe, adquiriram um papel relevante no processo de socialização do indivíduo, pelo fato de que até mesmo a escola, tem encarado “[...] dificuldades de enfrentar e/ou integrar as imagens e os valores difundidos pelas mídias e os modos de socialização entre pares que caracterizam muitos jovens de hoje (turmas, clubes, etc.)” (BELLONI, 2007, p. 60).

Com as análises dos episódios entendemos que a série animada, Steven Universe, pode ser utilizada como fonte para proporcionar o diálogo sobre as formas plurais de pensar os corpos desconformes, as masculinidades e feminilidades. A animação tem como alvo o público com faixa etária dos 12 a 16 anos. É necessário ressaltar que se trata de uma série animada que é transmitida e comercializada por um canal de TV por assinatura, o que implica em acesso restrito a determinados grupos. Todavia, com a expansão do acesso à *internet* é possível assistir as temporadas disponíveis em alguns *sites*⁶, o que torna o desenho mais acessível.

Porém, em pesquisa anterior (PETERSEN; FRANÇA, 2018), realizada em uma escola pública de Campo Mourão, com estudantes do 9º ano, dentre os 60 participantes investigados apenas 12 conheciam a série. Em resposta ao questionário, estes possuíam renda familiar superior a três salários mínimos. A concentração de renda também pode significar, em

⁵ Gems são as personagens consideradas alienígenas, originárias do Planeta Natal da série Steven Universe. Seus corpos são oriundos de minerais que variam conforme cada espécie de Gem.

⁶ <https://stevenuniverseportugues.wordpress.com/2a-temporada/>

determinadas realidades, domínio dos meios de comunicação e produção culturais, por isso a relevância da escola apresentar outros materiais e recursos audiovisuais, literários e artísticos para os espaços das salas de aulas.

Desse modo compreendemos os conceitos de masculinidades e feminilidades como relacionais na perspectiva dos Estudos de Gênero, são construções sociais e culturais que regulam nossas formas de ser homens e mulheres. Consideramos a mídia um dos meios de comunicação que pode reverberar ou refutar determinados padrões sociais e a série animada Steven Universe promove um enredo que contempla a diversidade e a diferença. Afinal, “se um grupo é estereotipado ou invisível para a mídia, ele acaba por ser estereotipado e invisível também para o grande público” (WASCHBURGER, 2018, p.6).

Além disso, a série apresenta representatividade para pessoas que não se encaixam nos padrões de gênero impostos pela sociedade, como o próprio personagem Steven, que por vezes rompe com a polarização do feminino e masculino, do bem e do mal, do sagrado e do profano.

De acordo com Almeida (2017) é necessário analisar a sociedade globalizada onde estamos inseridos, entender essa nova era digital, e atentar-se aos papéis dos meios de comunicação e a criação do chamado espaço cibernético, sendo a informação ilimitada sem divisões espaciais ou físicas. É nessa conjuntura que apresentamos os resultados do segundo eixo de análise: **Felipe Neto e as marcas produzidas nos corpos infanto-juvenis por meio das redes sociais.**

O objeto de análise da pesquisa foi o canal do *youtuber* Felipe Neto, que chama a atenção pelo número de usuários inscritos, e pela proporção de interação que seus vídeos alcançam. Almeida (2017) aponta que a “era digital” tem formado “comunidades virtuais” que possibilita uma interação virtual que se expande em redes globais, e também lança uma tendência à inovação, em que usuários de redes criam novas fontes de informação, entretenimento e novos negócios.

O canal do *youtuber* Felipe Neto atualmente conta com um total de 31 milhões de inscritos, sendo seu público alvo crianças e jovens. Em vista disso, é relevante analisar como esse fenômeno virtual é capaz de influenciar o modo de agir, pensar e consumir deste público, e até mesmo a formação e o desenvolvimento de suas subjetividades.

Nos vídeos de Neto foi possível notar que o *youtuber* seleciona vídeos de outros canais para analisar, como vídeos de coisas sendo destruídas por prensas, trituradores e outras sendo cortadas ao meio. Dessa forma, Neto cria novos conteúdos para seu canal, que atraem a curiosidade de seu público e de certa forma provoca um alto desejo de consumo.

Em alguns vídeos de Neto foi possível identificar discursos que reproduzem estereótipos de gênero, atribuindo papéis exclusivos ao campo feminino e masculino. Para Louro (1997) meninas e meninos estão continuamente se construindo e se transformando por meio de suas relações sociais atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas. Assim, os sujeitos constroem suas subjetividades, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas formas de ser e de estar no mundo.

Ao analisar os comentários dos vídeos, percebemos uma grande interação por parte dos/as telespectadores, muitos demonstram admiração por Neto, outros/as mostram a vontade de ser como ele, e outros/as sugerem temas para novos vídeos. De acordo com Alves (2011), esta interação entre os usuários por meio de comentários eleva o ego do *youtuber*, influencia também suas publicações e a busca por um público alvo passa a ser impactada pelos comentários postados. O autor destaca que os comentários podem servir de dica para um novo vídeo com conteúdos sugeridos pelos/as usuários/as, desse modo “o *youtuber* se alimenta de suas visualizações” e o público passa a fazer parte da dinâmica de suas produções.

Os discursos de Neto evidenciam a reprodução de padrões de gênero quando o *youtuber* diferencia algumas atitudes e comportamentos como “papéis” exclusivos de meninas ou meninos. Em seu vídeo “10 coisas incríveis destruídas no triturador” publicado em 18 de julho de 2018⁷, Neto diz, “Se tem uma coisa que todo mundo gosta de ver são coisas sendo destruídas, eu não sei se mulher também tem, eu acho que é uma coisa meio masculina essa fixação por coisas sendo destruídas”. Em contrapartida, o vídeo recebeu comentários como: “Sou menina e eu adoro ver coisas sendo destruídas”; “Não é só homem não Felipe”, outra seguidora disse “Sou mulher e sinto muita satisfação também, queria ter um lugar para destruir”. Dessa forma, observamos que por mais que os/as telespectadores/as reajam de forma positiva aos conteúdos apresentados por Neto, há também interações discordantes, fazendo com que o *youtuber* repense alguns discursos e práticas presentes em seus vídeos.

Convocadas a integrar a prática performática em curso nos vídeos e montada de maneira semelhante em todos eles, as audiências coparticipam do processo, expressando suas opiniões por meio de comentários em texto e/ou em vídeos. O grupo de falantes também legitima o performer ao divulgarem sua produção audiovisual, gostando ou não dos vídeos e aderindo aos canais de Neto no YouTube (SALGADO, 2013, p. 177).

Outro vídeo postado por Neto na rede social *Instagram*, aborda a educação sexual no âmbito escolar. O vídeo é curto e Felipe diz que “a educação sexual é o que salva nossas

⁷ Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=gZ_AG7mkcU&t=246s

crianças”, e também afirma que pode fazer com que a criança saiba que está sendo abusada em casa, pode contribuir para evitar doenças sexualmente transmissíveis, gravidez e o início precoce de atividades sexuais. Notamos que Neto desliza em alguns aspectos ao direcionar falas a meninos e a meninas, no entanto aborda assuntos instigantes e que por muitas vezes são negados em nossa sociedade.

Os vídeos de Neto, desse modo, integram um conjunto de imagens que nos é apresentado cotidianamente, em alta velocidade, saturando o volume de informações que recebemos. Ficamos sem tempo, meio sem jeito de assimilar tudo que escorre nesse fluxo imagético que parece não secar (SALGADO, 2013, p. 178).

Neto é um fenômeno na internet, e a cada dia que passa consegue mais usuários inscritos em seu canal, desse modo é relevante analisarmos as interlocuções de seus discursos com a escola e a família. Orofino (2005) aponta que o silêncio não é o caminho, a família e a escola precisam abrir para o diálogo sobre o que se passa nesses momentos de entretenimento. Sendo assim “as mediações precisam ser potencializadas, desenvolvidas, trabalhadas” (OROFINO, 2005, p.51).

Com a intenção de potencializar estas mediações, sugeridas pela autora supracitada, que apresentamos o eixo três: **WebQuest com ênfase em Corpo, Gênero e Diversidade**. A metodologia WQ foi idealizada e criada no ano de 1995 pelo professor Bernie Dodge na Universidade Estadual de San, nos Estados Unidos. O intuito de Dodge ao criar esta ferramenta - que traduzida para a língua portuguesa significa “busca na Web” - foi apresentar a proposta de uma atividade de investigação orientada para uma pesquisa por meio de recursos e informações, oriundos da internet, fornecendo aos/as docentes, auxílio no desenvolvimento de suas atividades, de forma que os/as alunos/as se envolvessem em tarefas estimulantes na busca do conhecimento (PEREIRA, 2008; ROCHA, 2007).

Uma WQ é basicamente constituída de uma página na *Web*, que tem seu diferencial nos processos que a definem, bem como na tarefa que é proposta a ser cumprida. Sendo utilizada comumente com a intenção de “aproximar o assunto da realidade do aluno [...] tendo como intenção conduzir o aluno ao processo de construção do conhecimento” (ROCHA, 2007, p. 60). Uma das vantagens possíveis com a WQ é a grande variedade de assuntos, idades, níveis e áreas de conhecimento e situações de aprendizagem, para os quais pode ser adaptada (PEREIRA, 2008).

Tendo em vista a flexibilidade deste recurso, é que pudemos perceber a WQ como uma estratégia válida na formação de professores/as para as questões de gênero, haja visto o déficit

na formação docente para a abordagem desta temática em sala de aula, que, por vezes, acaba por cair em concepções hegemônicas, podendo, inclusive, corroborar com movimentos que têm se apresentado atualmente como o “Escola sem Partido” ou a suposta “ideologia de gênero”, que visam a retirada desta abordagem dos conteúdos escolares e da prática docente.

É pensando neste cenário que se apresenta na atualidade, bem como na importância da formação docente para a temática de gênero, que construímos um material por meio da metodologia WQ, com o propósito de contribuir para a formação de educadores/as a fim de uma abordagem mais efetiva sob esta temática na escola.

Uma WebQuest possui basicamente seis itens: Introdução, Tarefa, Processos, Recursos, Avaliação e Conclusão, podendo passar por algumas reestruturações, de acordo com as intenções de quem está construindo. Na seção de “Introdução” da WQ, apresentamos as/aos docentes um histórico das discussões de gênero, atreladas aos movimentos feministas caracterizados como: “Primeira, Segunda e Terceira Onda” (LOURO, 1997). Em seguida também apresentamos as diferenciações entre gênero e sexualidade, bem como algumas das ideias equivocadas que têm cerceado o tema atualmente. A ideia neste ponto é introduzir e ao mesmo tempo oferecer um respaldo ao/a educador/ra iniciante acerca dos conceitos e conteúdos de gênero e diversidade.

Logo em seguida, na Seção acerca da “Tarefa”, explanamos os passos a serem seguidos na utilização da WQ e cumprimento da atividade que propusemos. Em suma, a atividade constitui-se em um primeiro momento na exploração dos materiais disponibilizados em três outras seções do material, sendo eles: “Sugestões de vídeos e filmes”; “Sugestões didáticas” e “Livros, histórias e bibliografia para *download*”. Propomos que escolhessem um dos recursos apresentados em uma destas três seções (vídeo, história, dinâmica ou filme) e, em seguida, aplicassem com suas respectivas turmas. Ao fim, pedimos para que compartilhassem com outros colegas de profissão as suas experiências, como dúvidas, receios, aspectos positivos e negativos que surgissem durante a atividade

Ao final, foram criadas também outras duas seções intituladas “Processos” e “Considerações Finais” com a intenção de verificar se o/a educador/ra cumpriu os passos propostos para a tarefa e posteriormente, passamos para a conclusão e agradecimentos àqueles/as que se propuseram a explorar o material.

Destacamos que para a exposição da WQ desenvolvida durante a semana de Formação Continuada no município de Iretama-PR, apresentamos primeiramente aos/as docentes presentes - atuantes dos anos iniciais da educação infantil e ensino fundamental – uma palestra intitulada “Mulheres na escola: uma metodologia para o trabalho de gênero”; no qual

(83) 3322.3222

abordamos a história do movimento feminista, os conceitos de gênero e sexualidade e grandes figuras femininas na história. Logo em seguida, sugerimos a utilização da WQ, explicando de forma detalhada o manuseamento do recurso, almejando a compreensão destes/as docentes para um trabalho de gênero com seus alunos e alunas.

Os resultados dos três eixos de análise apontam para a relevância em se pensar novas tecnologias nas práticas educativas, haja visto a ineficácia de métodos tradicionais e conservadores. No que diz respeito a WQ, percebemos que nos campos em relação a formação docente e, principalmente no que concerne as questões de gênero, este recurso é ainda mais uma novidade. A literatura científica ainda não apresenta estudos entre a metodologia WQ e as relações de gênero para formação de educadoras/es, o que se mostra ainda mais como um campo desafiador e instigante para pesquisadores/as que hoje começam a procurar por novos caminhos para a formação docente acerca desta temática.

Nesta direção, Orofino (2005) considera o conceito de tecnologia para além dos termos técnicos e instrumentais, pois é necessário compreender a produção do conjunto de (novas) técnicas em suas dimensões históricas, sociais, culturais, políticas, econômicas, dentre outras como é o caso do trabalho realizado por nós com a WQ.

De forma semelhante, Belloni (2007) considera que a mídia e a tecnologia da informação e comunicação (TIC) provocaram mudanças significativas nas instâncias sociais, afinal família e Igreja se renderam ao uso dessas mídias, e a escola precisa se atentar a uma formação crítica e consciente da utilização dessas produções.

O grande desafio inicial, em termos de realidade brasileira, é a formação de professores/as capazes de lidar com estudantes e situações extremas: dos/as alunos/as que já possuem conhecimentos tecnologicamente avançados e acesso pleno ao universo de informações disponíveis nos múltiplos espaços virtuais aos que se encontram em plena exclusão tecnológica, sem oportunidade para vivenciar e aprender nesta nova realidade; das instituições de ensino equipadas com as mais modernas tecnologias digitais aos espaços educacionais precários e com recursos mínimos para se trabalhar (KENSKI, 2001).

Nos deparamos com dois caminhos – Estudos de Gênero e Novas Tecnologias – que precisam ser considerados e revistos pelas estruturas educacionais em nível básico e superior, em seus currículos, formação e ação, bem como na articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Nessa conjuntura, um dos desafios da escola contemporânea é responder como contribuir para a formação crítica de crianças e jovens no que tange a formação de suas identidades, e, como reitera Belloni (2007), apresentar estratégias para que se tornem pessoas criativas e conscientes no uso das ferramentas midiáticas, e não meras consumidoras de

representações padrões e clichês, sobretudo em um momento tão crucial como este em que a disseminação de notícias falsas tem sido alavanca ao ataque tanto a escola pública brasileira, universidades, quanto aos Estudos de Gênero.

E por que analisar o impacto das mídias e novas tecnologias nos corpos? Ficher (1997, p. 61) considera que há um “estatuto pedagógico da mídia” que não apenas veicula, mas constrói discursos e produz significados e sujeitos”, nessa direção considera a sistematização do “estatuto da mídia não só como veiculadora, mas também, como produtora de saberes e formas especializadas de comunicar e de produzir sujeitos, assumindo nesse sentido uma função nitidamente pedagógica” (FISCHER, 1997, p. 63).

É notório que a educação vem passando por transformações com a influência das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). A inovação e a chegada de outras ferramentas tecnológicas têm requerido que a escola repense suas práticas e se (re)organize diante do quadro das tecnologias.

A educação no contexto contemporâneo globalizado abarca o uso de novas tecnologias como um componente que já se faz indispensável na dinâmica educacional, servindo de suporte e de material ao professor para a aprendizagem em diversas áreas do conhecimento, com vistas a superar a perspectiva meramente instrumentalizadora do recurso tecnológico (FETTERMANN; CAETANO, 2016, p. 25).

Todavia, é preciso que as instituições educacionais e os órgãos de fomentos contribuam nesse processo. Afinal,

O discurso em prol da inovação no processo de ensino e aprendizagem está presente em documentos oficiais do Ministério da Educação, em publicações científicas e no cotidiano de nossas escolas e universidades. A educação busca acompanhar o ritmo do desenvolvimento tecnológico, que se mostra tão presente na Sociedade da Informação e do Conhecimento. Assim, as informações podem ser consideradas a base do conhecimento, mas o conhecimento apenas se consolida quando as informações se relacionam em redes de sentidos, significações e análises críticas (FRANÇA, COSTA, SANTOS, 2019, p. 654).

Por isso optamos por atrelar as discussões tecnológicas e midiáticas - produções de séries animadas, como Steven Universo, redes sociais como a expansão e crescimento de determinados *youtubers* como Felipe Neto e a possibilidade de sistematização destes conteúdos e tantos outros como documentários, vídeos, filmes acerca de gênero e diversidade por meio da WebQuest - em websites que possam sistematizar e organizar o conteúdo a ser dialogado e dinamizado com os sujeitos que buscam por conhecimentos em fontes confiáveis. Tais

iniciativas têm como intenção contribuir no processo de formação docente e discente, em todos os níveis de ensino bem como problematizar e desconstruir discursos fundamentalistas e conservadores.

Louro (1997; 2004) assinala que tanto na escola quanto em cursos de formação docente, gênero e diversidade são temas pouco abordados. E mesmo quando são contemplados, as discussões se limitam a uma concepção biologizante ou moralista, ora tratam das precauções contra as doenças sexualmente transmissíveis apresentando o sexo como perigo, ora tratam da formação binária de homens e mulheres como sujeitos marcados somente pelas diferenças biológicas: homem forte *versus* mulher sensível.

Tais representações são explanadas também pela mídia e circulam nas escolas, sejam por meio das imagens que alunos/as e professores/as exploram e produzem, ou pelas discussões acerca de determinada novela ou filme, ou as músicas cantadas que reproduzem e reverberam identidades sexuais e de gênero.

Como expresso por Louro (2004) e Sabat (2001) os Estudos de Gênero em conexão com os Estudos Culturais nos permitem discussões em torno da produção de representações docentes, da infância, dos jovens, bem como dos discursos que têm sido veiculados e por várias instâncias sociais, dentre elas a escola a mídia (televisiva e impressa). Diferente de pesquisas que apresentam as novas tecnologias e as mídias somente como reprodutoras das identidades de homens e mulheres, optamos por abordá-las como um campo de pesquisa que possa contribuir à formação docente (inicial e continuada) e dos sujeitos interessados, por meio de diálogos que contemplem gênero e diversidade em suas conexões com classe social, raça, etnia, inclusão, geração, religião, entre outras.

Sendo assim, a implementação da educação para as mídias e das novas tecnologias para as discussões de temas contemporâneos como gênero e diversidade é um dos caminhos para assegurar uma formação crítica e criativa voltada aos direitos humanos e a cidadania. E o grupo de estudo, aberto também à comunidade externa, foi um recurso utilizado para este fim.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando nos propusemos, neste texto, investigar as tecnologias da informação e comunicação (TIC) como difusoras das pedagogias de gênero e diversidade com a finalidade de compreender a produção de corpos nas e pelas mídias, intencionamos apresentar as potencialidades de algumas das mídias para o processo de dialogicidade sobre gênero, diversidade e os corpos que escapam das normas, os *queers*, os sujeitos que se sentem exóticos,

(83) 3322.3222

contato@desfazendogenero.com.br
www.desfazendogenero.com.br

fora de ótica ou excêntricos, fora de centro. Um dos exemplos é o personagem Steven Universe que apresenta em sua identidade características de feminilidade e masculinidades, destoa da percepção normativa dos sexos como opostos e conseqüentemente possibilita representatividade de crianças e jovens que se identificam com corpos dissidentes.

Situação semelhante ocorre quando constatamos que um dos maiores influenciadores digitais, Felipe Neto, tem recebido de seus/suas seguidores/as sugestões de como direcionar seus discursos a esta nova geração que tem apresentado um protagonismo diferente da aceitação em massa do que as mídias oferecem. Felipe Neto se destaca por apresentar ao seu público um corpo que ora escapa aos padrões, ora atende às normas sociais e mercadológicas, mas seus/suas seguidores/as parecem estar atentos para questioná-lo e colocar seus discursos em suspenso sempre que necessário.

E com a metodologia WQ entendemos ser possível sistematizar as pesquisas para mediar e divulgar os conhecimentos tanto em espaços escolares quanto não escolares. O grupo de pesquisa foi um canal para esta divulgação, mas com a internet, por meio da produção destas websites educativas, podemos expandir a outros grupos e comunidades.

As pesquisas apresentadas, em forma de rede no grupo de estudo, nos possibilitaram compreender como a mídia tem ocupado parte da vida dos indivíduos, uma vez que o papel de ensinar deixa de ser atribuído apenas às escolas, afinal, as mídias também exercem o estatuto pedagógico, pois passaram a constituir parte da vida dos sujeitos, sobretudo crianças e jovens. Desse modo, tanto a família quanto a escola precisam desempenhar meios de problematizar com este público os conteúdos dos vídeos, das redes sociais, dentre outros que são expostos. Sendo assim, precisamos criar espaços de diálogos com as crianças e jovens que potencializem sua capacidade crítica e reflexiva.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. H. **Empreendedores digitais:** Uma análise de caso dos *youtubers* Felipe Neto e Kéfera Buchmann. Rio de Janeiro, 2017.

ALVES, N. G. **Minha vida é uma tela aberta:** diários de jovens no youtube. Niterói, 2011.

BELLONI, M. L. **Infância, mídias e educação:** revisitando o conceito de socialização. Perspectiva. Florianópolis, v. 25, n.1, p. 57-82, 2007.

FETTERMANN, J. V.; CAETANO, J. M. P. **Ensino de línguas e novas tecnologias:** diálogos interdisciplinares. Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2016.

FISCHER, R. M. B. O estatuto pedagógico da mídia: questões de análise. **Educação & Realidade**, v. 22, n. 2, p. 59-80, jul./dez. 1997.

FRANÇA, F. F. CALSA, G. C. A contribuição da dialogicidade de Paulo Freire aos Estudos de Gênero e à Teoria das Representações Sociais: um relato de experiência. . In: MILITÃO, S. C. N.; DI GIORGI, C. A. C.; MILITÃO, A. N.; FRANCISCO, M. V.; LIMA, M. R. C.. (Orgs.). **A atualidade de Paulo Freire frente aos desafios dos século XXI**. Curitiba: CRV, 2015. p. 153-163.

FRANÇA, F. F. COSTA, M. L. F. SANTOS, R. O. As novas tecnologias de informação e comunicação no contexto educacional das políticas públicas. **ETD - Educação Temática Digital**, 21(3), 2019, p. 645-661. <https://doi.org/10.20396/etd.v21i3.8654687>

FRANÇA, F. F. **Os estudos de gênero na Educação Básica: intervenção pedagógica na formação docente**. 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2016.

FRANÇA, F. F. **Representações Sociais de gênero na escola: diálogo com educadoras**. 2014. 186 f. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2014.

GOMES, L. S.; SOUZA, J. N.; PEREIRA, R. M. Laços de Amor: a família não nuclear em Steven Universo. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - **XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste** – Belo Horizonte, MG – 7 a 9/6/2018.

KENSKI, V. M. **Educação e novas tecnologias: o novo ritmo da informação**. 8. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

KENSKI, V. M. **Em direção a uma ação docente mediada pelas tecnologias digitais**. In: BARRETO, Raquel Goulart. **Tecnologias educacionais e educação a distância: avaliando políticas e práticas**. Rio de Janeiro: Quartet, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

LOURO, Guacira. Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria queer como políticas de conhecimento. In LOPES, Denilson e outros (orgs.). **Imagem e Diversidade Sexual. Estudos de Homocultura**. São Paulo, Nojosa edições, 2004, p. 23-28.

MARTELLI, Andréa Cristina. Práticas Docentes e Imaginários da Sexualidade. In: DESIDÉRIO, Ricardo; CAMARGO, Hertz Wendel de (Orgs.). **Mídia, Educação e Sexualidade**. Londrina: Syntagma, 2011. p. 23-42.

OROFINO, M. I. **Mídias e mediação escolar: pedagogia dos meios, participação e visibilidade**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2005.

PEREIRA, Rosimary Wagner. **Webquest: Ferramenta Pedagógica para o Professor**. Portal Dia-a-dia Educação, Paraná, Programa de desenvolvimento educacional (PDE), p. 1-52, 2008.

PETERSEN, Pedro Augusto. FRANÇA, Fabiane Freire. “Steven Universe”: Masculinidades e suas representações. In: **III Colóquio Nacional de Estudos de Gênero e História** – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Resumo. 2018.

RIAL, Carmen. Antropologia e mídia: breve panorama das teorias de comunicação. Florianópolis: **Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. UFSC**, 2004. Disponível em: <<http://apm.ufsc.br/files/2015/05/74.-carmen-midia.doc>>. Acesso 31 jul 2019.

ROCHA, Luciano Roberto. **A concepção de pesquisa no cotidiano escolar**: possibilidades de utilização da metodologia WebQuest na educação pela pesquisa. 2007. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

SALGADO, Tiago B. Pereira. **Experimenta-te a ti mesmo**: Felipe Neto em performance no YouTube. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2013. 191 f.

STEVEN UNIVERSO: libertador. Criação: Rebecca Sugar. Direção: Elle Michalka, Nick DeMaio e Ian Jones Quartey. Produção: **Cartoon Network Studios**. 2013.

WASCHBURGER, Carina Schröder. Assunto para Criança: como o desenho animado Steven Universe subverte normas sociais de gênero e identidade sexual. In: **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Joinville, SC – 2 a 8/09/2018.



IDENTIDADES TRANSGRESSORAS: RELAÇÕES ÉTNICAS ENTRE JOVENS HOMOSSEXUAIS E FAMÍLIAS CRISTÃS

Evanilda Teles dos Santos Pedrosa ¹
Maria de Fátima Araújo Di Gregório ²

RESUMO

O presente artigo visa apresentar uma breve análise sobre as relações étnicas entre filhos homossexuais e famílias cristãs, e como estas por sua vez, contribuem para a construção da identidade destes jovens. Uma vez que as questões das identidades estão em ampla discussão no cenário atual, visamos discorrer um estudo a partir dos embasamentos teóricos sobre a construção das identidades dos sujeitos e suas relações com o outro. No contexto das relações de grupos vivencia-se confrontos em defesa da igualdade de direitos e liberdade sexual. A modernidade não comporta a categorização de uma identidade marcadamente fixa, pronta e acabada, uma vez que as identidades se tornam essência, se tornam problemas. A família contemporânea passa por mudanças em sua organização e estruturação, em especial na construção das subjetividades dos seus membros, sendo estes sujeitos dotados de afetos e intimidades, buscam gozar de seus direitos em prol da liberdade sexual e domínio de seus corpos. Nesta permissão pretendemos discutir como os jovens homossexuais constroem suas identidades étnicas no contexto da família cristã. Por outro lado, averiguar a construção da identidade étnica dos filhos homossexuais sob o interdito das famílias cristãs. Uma vez que a questão da identidade está sendo extremamente discutida na teoria social.

Palavras-chave: Família. Homossexualidade. Identidade. Relações Étnicas.

INTRODUÇÃO

As transformações sociais impulsionam as relações interpessoais, reformulando conceitos, avançando em tecnologias e novas expressões. Os conceitos de famílias e de casamento, conseqüentemente passaram por mudanças nas últimas décadas, isso porque jovens homossexuais manifestam seu desejo e reivindicam novos relacionamentos, impulsionando discussões sobre o postulamento de novas ordens sociais. Nos últimos 30 anos, grupos que eram contestados, exclusivos, declarados amaldiçoados, passam a ter um espaço bem mais discutido e de luta. Hoje em dia, esses grupos, de acordo com a ordem moral e conduta social que a sociedade impõe, passa a lidar com a liberdade sexual demonstrando

¹ Mestrando em Relações Étnicas e Contemporaneidade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia PPGERC/UESB - BA; vanynh4@hotmail.com

² Doutora em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica do Salvador, professora permanente da linha 2 do Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade PPGREC/UESB - BA; f.digregorio@hotmail.com



uma maior aceitação, afastando a ideia de que ser homossexual é ter uma patologia, como grupos radicais afirmam.

Atualmente, as identidades culturais não são rígidas nem, muito menos, imutáveis e de acordo com Hall (1998), as implicações sempre transitórias e prófugas de processos de identificação, tornando mais consistentes, como a de mulher, homem, que estão em constante processo de transformação, responsáveis em última instância pela sucessão de configurações sexuais que de uma época para outra, tem dado corpo e vida às identidades, que são, pois, identificações em curso – sucessivas (re)construções entre contexto e texto dos mais diversos.

Uma vez que a questão da identidade está sendo extremamente discutida na teoria social, o argumento vale-se da ideia que as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e o indivíduo moderno está em invisibilidade e conflito. Assim a “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança e movimento que está deslocando as estruturas e processos centrais são deslocadas, abalando os quadros de referência que até então dão aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (HALL, 1998, p. 7).

Essas mudanças estruturais para Hall (1998) estão em transformação na sociedade atual que está se fragmentando com as novas construções culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade. Tais transformações estão também mudando as identidades pessoais, abalando a ideia que temos de que os próprios sujeitos são integrados gerando a perda de um “sentido de si” estável, é chamada algumas vezes de deslocamento ou descentração do sujeito, pois no passado, eram fornecidas sólidas localizações, hoje não mais.

Em análise aos processos atributivos e designativos da identidade, Poutignat e Streiff-Fenart (1998), mencionam que a mesma consiste em “examinar as modalidades segundo as quais uma visão de mundo ‘étnica’ é tornada pertinente para os atores”. Sendo assim, a identidade étnica está fundamentada numa concepção de si dentro fruto de uma circunstancial e a ideia pensada por Hall (1998, p. 13), postulando seu conceito de identidade marcadamente não fixa, unificada, e estáveis ao dizer que o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, já que as mesmas são unificadas ao redor de um “eu” coerente, porém em movimento. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas.

Este mesmo autor observa que tais concepções remetem ao fato de que não existe uma identidade prévia, inata, mas processos de identificação que vão se construindo ao longo da existência. Tais processos são influenciados pelos diversos atravessamentos que constituem

os sujeitos - classe social, raça, etnia, religião, gênero, etc. e estes estarem sempre em formação, a identidade caracteriza-se pela incompletude.

Assim, a estrutura do comportamento se mostra uma relação entre a consciência e o mundo, e jamais cortada por pontos finais. Sendo um traço de união entre o que foi e o que será, é antes de tudo memória (BOSI, 2004, p. 52). Neste propósito, busca-se compreender o funcionamento das famílias contemporâneas a uma nova concepção dos indivíduos em relação a outros grupos de pertencimento e, particularmente, em relação à família e à identidade de gênero e seus conflitos entrelaçados à igreja. Há de se perceber que mesmo em meio a tantas mudanças sociais, o dogmatismo religioso predomina nas famílias tradicionais, sendo estas educadas e moldadas nos princípios religiosos judaico-cristãos, nos quais o modelo de família religiosa é predominante. Em contraponto a estes princípios, as famílias perpassam por sucessivas mudanças quanto à orientação sexual dos filhos, uma vez que no seio desta instituição nuclear, surge a homossexualidade.

Na evolução dos modelos de família, preservar a família tradicional formada pelo casamento sexista e a postulação de novos costumes e valores com respeito ao ser humano e suas opiniões, tem sido visto como direito inerentes à personalidade humana, impondo o reconhecimento de novas modalidades de família, respeitando as intrínsecas diferenças que compõem os seres humanos. Eis o desafio das práticas docentes e de vida.

Para Roudinesco (2003) não basta, portanto, definir a família de um simples ponto de vista antropológico; sendo preciso saber qual a sua história e como se deram as mudanças que caracterizam a desordem de que parece atingida na atualidade. [...] Num sentido amplo, a família sempre foi definida como um conjunto de pessoas ligadas entre si pelo casamento entre homem e mulher com a filiação, ou ainda pela sucessão dos indivíduos descendendo uns dos outros: um *genos*, uma linhagem, uma raça, uma dinastia, uma casa etc.

Na perspectiva de Donati (2004), a família mediava as relações externas no sentido de conferir não apenas uma identidade marcante, não modificável ou modificável apenas em parte e com fadiga, mas, sobretudo, aos indivíduos um número muito restrito de possibilidade de alcançar certas posições sociais externas. Nos sistemas sociais modernizados, porém, a mediação social da família deixa de ser rígida e obrigatória e essa tem outra dinâmica.

Para Roudinesco (2003) a família ultrapassa os limites da casa, envolvendo a rede de parentesco mais ampla, sobretudo quando se frustram as expectativas de se ter uma casa e realizar papéis masculinos e femininos. Nesse sentido, sem ordem paterna, sem lei simbólica, a família mutilada das sociedades pós-industriais seria, dizem, pervertida em sua própria

função de célula de base da sociedade. A vida familiar apresenta-se em muitas sociedades, como hábitos sexuais e educativos muito distantes dos nossos (ROUDINESCO, 2003, p. 8-9).

Nos relatos, as concepções sobre a homossexualidade dos filhos advindos de famílias cristãs, nas explanações de “vergonha”, “decepção”, “medo” e “preconceito” dos pais, dos amigos e da sociedade, sendo muitas vezes intitulado como “doentes”, pela orientação sexual. Jovens sendo tratados como se estivessem com uma patologia a ser medicada, ou seja, a ser moldada, reformulada ou reinventada. Por outro lado, hoje, a educação familiar se transformou, depreciando a obediência e valorizando a iniciativa, a autonomia e a satisfação pessoal. Na verdade, desde os anos sessenta, o debate sobre as identidades e as práticas sexuais e de gênero vem se tornando cada vez mais acalorado, especialmente provocado pelo movimento feminista, pelos movimentos de gays e de lésbicas e sustentado, também, por todos aqueles e aquelas que se sentem ameaçados por essas manifestações. Novas identidades sociais tornaram-se visíveis, provocando, em seu processo de afirmação e diferenciação, novas divisões sociais e o nascimento do que passou a ser conhecido como *"política de identidades"* (STUART HALL, 1997 *apud* LOURO, 2000, p.4).

Por outro lado, jovens experimentam, mais cedo, a maternidade e a paternidade; uniões afetivas e sexuais estáveis entre sujeitos do mesmo sexo se tornam crescentemente visíveis e rotineiras; arranjos familiares se multiplicam e se modificam [...] Na verdade, tais transformações constituem novas formas de existência para todos, mesmo para aqueles que, aparentemente, não as experimentam de modo direto.

Partindo da temática gênero, Modesto (2011) enfoca que o conceito de homossexualidade que se adota insere no contexto da diversidade sexual humana. Os jovens confusos, com depressão ou autoestima muito baixa, falam em suicídio, e muitos internalizam a noção de que deveriam sentir-se atraídos pelo gênero contrário ao deles, e isso não acontece. Embora se façam, no mundo inteiro, tantas pesquisas a seu respeito, a sexualidade humana continua sendo um mistério. Até hoje, os pesquisadores não têm dados seguros que comprovem o motivo pelo qual a maioria das pessoas é heterossexual, mas há pessoas que são homossexuais. Já foi confirmado, contudo, por instituições internacionais e nacionais, que a homossexualidade não é uma doença.

Freud (1995) um dos pioneiros nos estudos da sexualidade humana nos seus aspectos psicológicos, em sua obra “Três Ensaio Sobre a Teoria da Sexualidade”, escrita em 1905, mostra que a sexualidade ocorre nas crianças quase desde o seu nascimento, e que a prática sexual entre os adultos pode ser bem mais livre do que supunham os teóricos moralistas do começo do século. O autor traz ao mundo ocidental uma teoria de cunho psicanalista com

(83) 3322.3222

contato@desfazendogenero.com.br
www.desfazendogenero.com.br

aspectos antropológicos da família e da sociedade fundada em dois elementos importantes: a culpa e a lei moral. Podemos deduzir daí a ideia, se quiserem freudiana, segundo a qual as condições da liberdade subjetiva e o exercício do desejo supõem sempre um conflito entre o um e o múltiplo, entre a autoridade e a contestação da autoridade, entre o universal e a diferença, mas que nunca se com o gozo pulsional ilimitado tal como o vemos em prática, por exemplo, no crime, na crueldade, ou na negação sistemática de todas as formas do *logos* separador ou da ordem simbólica (ROUDINESCO, 1944, p. 41).

Nesse contexto de discussão sobre gênero e sexualidade, surge a figura do filho que sobre o interdito da família cristã, suporta com muita dor a depressão e fala assim: “Só não tive coragem de morrer... Um sentimento de fracasso e derrota me frustra diariamente, por não poder me abrir com meus colegas, meus familiares... Eu me sinto só, apesar de ter ouvido que Jesus é o melhor de todos os meus amigos e que poderia me ajudar...”. Seguidamente outra fala na igreja: “Não vivo, me acho diferente dos outros e sou, mas se fosse apenas isso... É que me sinto incapaz de ser feliz. Não saí da igreja, mas mesmo quando estava protegido pelas paredes do templo, sentia um vazio e uma vergonha indescritíveis, porque pensava nunca poder ser amado por Deus, apesar de ter ouvido que ele era um Deus de amor, o próprio Amor”.

Sendo assim, o funcionamento interno das famílias se transformou, abrindo espaços para a expressão pessoal e para a autonomia de cada um de seus membros. Um novo quadro de vida familiar foi progressivamente sendo reelaborado.

METODOLOGIA: COMPREENDENDO O FENÔMENO DA “CURA GAY” NO LAR CRISTÃO

Percorrer um trajeto em busca de respostas para alguns questionamentos no âmbito da pesquisa acadêmica muitas vezes parece ser uma tarefa simples, porém a escolha do método nos levará a compreender o universo de pesquisa e os sujeitos que permeiam neste espaço. Dado o exposto, a presente artigo visa analisar através da revisão de literatura de que maneira as famílias cristãs tem interferido na construção da identidade étnica dos filhos homossexuais, buscando compreender essa dinâmica, tendo como viés metodológico a Fenomenologia, uma vez que ela procura compreender o fenômeno, aquilo que se manifesta por si mesmo, de modo que não o parcializa ou o explica a partir de conceitos prévios, de crenças ou de afirmações sobre o mesmo, enfim, um referencial teórico. A intenção da

fenomenologia é abordar o fenômeno diretamente, interrogando-o, tentando descrevê-lo e procurando captar sua essência. (MARTINS; BICUDO, 1983, p.10).

O crescente movimento ocorrido no campo das Ciências Social elucida o desejo em compreender os espaços e os sujeitos inseridos neste contexto. Nesta perspectiva, valida-se o viés em que tal olhar para estes corpos, não apenas enquanto corpo biológico, mais corpo marcado por fatores sociais e produtores culturais. Assim, no campo das ciências humanas discorre sobre o campo das mudanças de paradigma científicos positivistas para o olhar sobre o paradigma das subjetividades. O campo científico, apesar de sua normatividade, é permeado por conflitos e contradições (MINAYO, 2002, p. 10), assim, tendo em vista o desenvolvimento desta pesquisa, que é de ordem social e de natureza qualitativa, com uma abordagem fenomenológica, pois, visa compreender o fenômeno da homossexualidade no contexto das famílias protestantes e as dinâmicas estabelecidas nas relações de grupos, e uma vez que o objeto das Ciências Sociais é essencialmente qualitativo, e é desse caráter a metodologia para reconstruir teoricamente seu significado e as suas representações.

HOMOSSEXUALIDADE E RELIGIÃO: IDENTIDADES EM CURSO

Com o desenvolvimento da sociedade civil, o século XXI foi marcado pelo acalorado discurso jurídico e religioso, ampliando os debates acerca da liberdade sexual e a garantia dos direitos civis de homossexuais e lésbicas.

Esta característica muito peculiar da contemporaneidade nos remete as confissões sobre o ativismo religioso e um amplo conflito sobre a importância dos direitos humanos, uma vez que a preocupação da esfera religiosa sobre os direitos humanos, concentra-se no cenário político e econômico, nos interesses do Estado. Tais aspectos nos faz refletir sobre as encruzilhadas eruditas sobre as questões de gênero e a religião, de certo que as tensões existentes entre as esferas públicas e privadas acalorou a modernização dos costumes, perpassando pelas instituições religiosas de modo cada vez mais dogmático.

O embate entre a religião e os direitos humanos sempre foram apontados pelos movimentos feministas, denunciando o papel das instituições religiosas como reguladoras das normas, estereótipos e legitimadoras das desigualdades entre homens, mulheres, gays e lésbicas.

Se as instituições em geral violam os direitos, como elas permanecem exercendo seu poder normativo até os dias atuais? Somos sujeitos regulados pelo viés ideológico (econômico) de um agente social, uma vez que como reguladora das ações do Estado, ela

(83) 3322.3222

tenta exercer sobre os corpos o poder neutralizador, aprisionando-o em seus dogmas. Trata-se de discutir o inconsciente histórico nas relações sociais, nas relações de poder, interferindo na construção das identidades dos sujeitos.

Os estudos sobre a identidade étnica tem sido um tema importante nas ciências sociais, pois trata especificamente da relação indivíduo/sociedade. No entanto, o pensamento social sobre as questões étnicas e raciais compartilhou uma perspectiva eurocêntrica resultado de um “evolucionismo social” onde a história é concebida a partir de uma linearidade sem levar em consideração os diversos contextos políticos e condições sociais na relação que se estabelece entre indivíduo e sociedade (ATHIAS, 2007, p. 16).

Entre todas as identidades que o indivíduo pode ter, a identidade étnica é a que responde de modo mais completo a essas necessidades, porque o grupo étnico representa por excelência o “refúgio” de onde não podemos ser rejeitados e onde jamais estamos sós. Esta propriedade de etnicidade é realçada por uma utilização abundante de metáforas, como as de “lar” (*house, home, mansion*), do arco, do templo, da matriz, que reforçam os *priori* do autor mais do que trazem qualquer demonstração de sua tese (POUTIGNAT E STREIFF-FENART, 1998, p. 90).

Santos (1993) explana que as identificações, além de plurais, são dominadas pela obsessão da diferença e pela hierarquia das distinções. Quem pergunta pela sua identidade questiona as referências hegemônicas mas, ao fazê-lo, coloca-se na posição de outro e, simultaneamente, numa situação de carência e por isso de subordinação,

A preocupação com a identidade não é, obviamente, nova. Podemos dizer até que a modernidade nasce dela e com ela. O primeiro nome moderno da identidade é a subjetividade. O colapso da cosmovisão teocrática medieval trouxe consigo a questão da autoria do mundo e o indivíduo constituiu a primeira resposta.

Este processo histórico de contextualização e de recontextualização de identidades culturais vem sendo interrompido violentamente por um ato de pilhagem política e religiosa que impõe uma ordem que, por se arrogar o monopólio regulador das consciências e das práticas, dispensa a intervenção transformadora dos contextos, da negociação e do diálogo. Assim se instaura uma nova era de fanatismo, de racismo e de centrocentrismo.

O vínculo religioso foi progressivamente marginalizado por várias vias, pela repressão violenta (nas proibições de culto e confisco dos bens da Igreja), pela substituição de funções (nas diferentes formas de secularização protagonizadas pelo Estado, dos ritos funerários à educação), e pela acomodação em posição de subordinação (nas leis de separação da Igreja e do Estado). A secularização das práticas sociais foi particularmente intensa. [...] O verdadeiro

debate sobre as prerrogativas rivais da religião e do Estado sobre o controle da educação dos cidadãos, um debate que foi impedido pela Igreja.

Quanto ao vínculo étnico, a sua descaracterização teve um lugar através da anátema lançado sobre todas as formas de “primordialismo” que não correspondessem à base étnica do racismo dominante e da sua absorção no conceito de nação, um conceito inventado ora para legitimar a dominação de uma etnia sobre as demais, ora para criar um dominador sociocultural comum suficientemente homogêneo para poder funcionar como base social adequada à obrigação política geral e universal exigida pelo Estado, autodesignado assim como Estado-nação. Este processo de homogeneização foi tanto necessário quanto mais complexa era a base étnica do Estado (SMELSER, 1991 *apud* SANTOS, 1994, p.37).

Hall (1990) a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente. Uma vez que:

A identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Ela tornou-se politizada. Esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma mudança de uma política de identidade (de classe) para uma política de diferença (HALL, 1998, p. 21).

As pessoas que sustentam que as identidades modernas estão sendo fragmentadas argumentam que o que aconteceu à concepção do sujeito moderno, na modernidade tardia, não foi simplesmente sua desagregação, mas seu deslocamento. Elas descrevem esse deslocamento através de uma série de rupturas nos discursos do conhecimento moderno.

O complexo mundo moderno não mais comporta a possibilidade de uma identidade cabal, com base na qual se possa falar de uma vida “acabada”, “plena”, como a do patriarca Abraão – e, por extensão, de um conjunto social harmonioso (COHN, 2018, p.34). Portanto, neste contexto paradigmático, requer pensar nas subjetividades que implicam na construção das identidades, uma vez que elas são construídas e reconstruídas a partir de outras dimensões sociais e afetivas.

A leitura que pensadores psicanalíticos, como Lacan, fazem de Freud é que a imagem do eu como inteiro e unificado é algo que a criança aprende apenas gradualmente, parcialmente, e com grande dificuldade. Ela não se desenvolve naturalmente a partir do interior do núcleo do ser da criança, mas é formada em relação com os outros; especialmente

(83) 3322.3222

nas complexas negociações psíquicas inconscientes, na primeira infância, entre a criança e as poderosas fantasias que ela tem de suas figuras maternas e paternas. Naquilo que Lacan chama de “fase do espelho”, a criança que não está ainda coordenada e não possui qualquer autoimagem como uma pessoa “inteira”, se vê ou se “imagina” a si própria refletida – seja literalmente, no espelho, seja figurativamente, no “espelho” do olhar do outro – como uma “pessoa inteira” (LACAN, 1988 apud HALL, 1997, p.37).

A formação do eu no “olhar” do Outro, de acordo com Lacan, inicia a relação da criança com seus sistemas simbólicos fora dela mesma e é assim, o momento da sua estrada a vários sistemas de representação simbólica – incluindo a língua, a cultura e a diferença sexual. Os sentimentos contraditórios não-resolvidos que acompanham essa difícil entrada (o sentimento dividido entre o amor e o ódio pelo pai, o conflito entre o desejo de agradar e o impulso de rejeitar a mãe, a divisão do eu entre suas partes “boa” e “má”, a negação de sua parte masculina ou feminina, e assim por diante), que são aspectos-chave da “formação inconsciente do sujeito” e que deixa o sujeito “dividido” permanecem na pessoa por toda a vida.

A discussão acerca da homossexualidade dentro do contexto cristão protestante não é algo fácil, pois os discursos dos sujeitos que permeiam neste espaço são doutrinários, sobrecarregado de dogmatismos religiosos. Compreender o contexto familiar cristão nos requer uma longa jornada sobre estudos hermenêuticos bíblicos e da história das religiões. A igreja cristã protestante a qual nos debouçaremos neste estudo, surge em meados do século XVI com a Reforma Protestante, esta que por sua vez, se deu devido ao inconformismo do padre Martin Lutero sobre as práticas adotadas pela igreja católica. Sim, mas se o fundamento do protestantismo está em não aceitar as velhas práticas de exclusão e condenação dos adeptos, como este mesmo contexto religioso condena, exclui, amaldiçoa os filhos de seus pelas suas práticas?

Conforme Mott (2001) a homofobia judaico-cristã tornou-se ainda mais violenta nos nossos em nosso país, devido ao escravismo colonial, na medida em que os “efeminados” eram vistos e tratados como perigosa ameaça à hegemonia do macho branco e a continuidade do projeto do colonizador do Novo Mundo. Uma revolução positiva se faz necessário, pensar sobre as práticas discriminatórias e de exclusão que permeiam em nossa sociedade, repensar o projeto civilizatório, a fim de reduzir as taxas de violência, tragédias e mortes da população LGBTIQ+.

Para Hall (2006) o homem moderno permaneceu atrelado aos ativismos culturais mais tribais. Embora se perpetue a ideia de um projeto civilizatório heteronormativo, as relações de gênero e a homossexualidade buscam veementemente lutar contra toda forma de tanta violência, morte e tragédia, ainda que sem sucesso numéricos, só resta a resistência. Pois no contexto atual nos quais estamos inseridos necessitamos refletir sobre as relações familiares, sociais e educacionais, pensar neste sujeito subjetivo que luta em busca de reconhecimento pelos seus méritos, sentimentos e ações, não pela sua orientação sexual. Ser homossexual em um lar cristão é em sua essência condena-se a morte: emocional, social/familiar e até mesmo física.

Assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes e, não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo” do eu masculino, por exemplo, que são negadas, permanecem com eles e encontram expressão inconsciente em muitas formas não reconhecidas, na vida adulta. Assim, ao invés de falar de identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude de identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é “preenchida” a partir de nosso exterior, pelas formas, através das quais nós imaginamos ser vistos por outros (HALL, 1998, p.38-39).

Tudo parece ter começado a mudar nos últimos anos e as revisões profundas pelas quais estão passando os discursos e as práticas identitárias deixam no ar a dúvida sobre a concepção hegemônica da modernidade que se equivocou na identificação das tendências dos processos sociais, ou se tais tendências se inverteram totalmente em tempos recentes, ou ainda sobre se está perante uma inversão de tendências ou, antes, perante cruzamentos múltiplos de tendências opostas sem que seja possível identificar os vetores mais potentes.

Tendo em vista a análise dos interditos das famílias em seu processo de construção identitárias Roudinesco (2003) aponta que os últimos levantamentos e laudos contemporâneos sobre a família ou sobre a situação das famílias têm como corolário novos estudos sexológicos sobre os casais e acasalamentos mais requintões. Ela se entregaria ao hedonismo, à ideologia do “sem tabu”. Monoparental, homoparental, recomposta, desconstruída, clonada, gerada artificialmente, atacada do interior por pretensos negadores da diferença entre os sexos, a família não seria mais capaz de transmitir seus próprios valores. Como consequência,

o Ocidente judaico-cristão e, pior ainda, a democracia republicana estariam ameaçados de decomposição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Transgredir a heteronormatividade é arrisca-se a beira do precipício. Vivemos em uma sociedade marcada pelo medo, pela subordinação e silenciamento de vozes que querem dominar os seus corpos, suas vidas em prol dos seus direitos e liberdade sexual. Assim, ponderamos esta discussão sobre a construção das identidades étnicas de jovens homossexuais advindos de famílias cristãs.

Deste modo, compreendemos que a construção da identidade dos sujeitos não é algo pronto, definido, moldado a partir da vivência com outros sujeitos em sua rede de relações interpessoais. Está por sua vez, é uma produção social. Para Hall (1998) pensar em uma identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Uma vez que ela muda de acordo como o sujeito é interpelado ou representado.

Abranger as discussões sobre a família é um desafio para as Ciências Sociais, pois o modelo de família representado pelo Estado, é uma análise do patriarcado, indo de encontro com as novas configurações e modelos familiares da pós-modernidade. Ela encontra-se em constantes transformações a partir das relações sociais.

A família cristã, constituída para amar, zelar e educar seus filhos dentro dos ensinamentos judaico-cristãos, assumem uma nova postura quando suas estruturas são abaladas pela presença de elementos que não constituem seu dogmatismo. Em meio a turbulências sociais e culturais ela se reorganiza para adapta-se a realidade que a permeia. Uma vez que este modelo familiar tradicional se depara em confronto com seus ensinamentos e modelos educacionais, surge as crises em seu cotidiano.

Ser homossexual em um lar cristão é reinventar-se o tempo todo. Estigmatizados pela orientação sexual estes jovens enfrentam a solidão, a rejeição e o isolamento familiar. Tal situação gera crise no sistema organizacional familiar, que se desestabiliza devido a situações que fogem do seu controle normatividade.

Estes jovens passam a serem rotulados, endemoniados, aprisionados por seus familiares e pelos próprios medos, condenados a carregar a culpa pelos seus desejos, pela orientação sexual, pelo “descontrole” de seus corpos. Corpos marcados pelas suas subjetividades, pelas identidades em construção, pela formação do ser, do sou.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ATHIAS, Renato. **A Noção de Identidade Étnica Na Antropologia Brasileira**: de Roquette Pinto a Roberto Cardoso de Oliveira / Renato Athias; apresentação Edvânia Torres. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.
- BOM MEIHY, José Carlos Sebe. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- BOSI, Ecléa. **O Tempo Vivo da Memória: Ensaio de Psicologia Social**. – 3ª. Ed. – São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.
- CRESWELL, John W. **Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. 3ª ed. – Porto Alegre: Penso, 2014.
- DONATI, Pierpaolo. **Família do Século XXI: abordagem relacional**. – São Paulo: Paulinas, 2008.
- FREUD, Sigmund e Ludwig Binswanger. **Correspondance 1908-1938**. Paris, Calmann-Lévy, 1995.
- GRAHAM, R. Gibbs. **Análise de Dados Qualitativos**. Porto Alegre – RS: Artmed Editora, 2009.
- HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 11ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.
- HALL, Stuart. **Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 10ª Edição. DP & A editora, 1998.
- LACAN, J. **O Seminário: Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- LOURO, Guacira Lopes. **O Corpo Educado: Pedagogias da sexualidade**. 2ª Edição. Autêntica, Belo Horizonte 2000.
- MARTINS, J.; BICUDO, M.A.V. **Estudos sobre existencialismo, fenomenologia e educação**. São Paulo: Moraes, 1983.
- MODESTO, Edith. **Religiosidade e Homossexualidade: como conciliar?** Vida Pastoral • ano 55 • nº-297, 2011.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 21ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002
- SMELSER, Neil. **Social paralysis and social change: british workingclass education in the nineteenth century**. Berkeley, University of California Press, 1991.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Modernidade, identidade e a cultura de fronteira**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 5(1-2): 31-52, 1993 (editado em nov. 1994).
- POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989.



POUTIGNAT, Philippe. **Teorias das Etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth** / Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenart; tradução de Elcio Fernandes. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A Família Em Desordem**. Tradução André Telles. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LÍNGUA E SOCIEDADE: ESTUDOS DAS RELAÇÕES ENTRE PERCEPÇÃO E PRODUÇÃO DA FALA E ORIENTAÇÃO SEXUAL

EDUARDO BARBUIO

EMANUELLE CAMILA MORAES DE MELO ALBUQUERQUE

PALOMA PEREIRA BORBA PEDROZA

RESUMO: A presente pesquisa parte do pressuposto que é impossível dissociar a língua do seu aspecto social. Nesse sentido, interessa-nos observar como se dá a relação entre a percepção e produção de fala e a sua produção, considerando a orientação sexual do grupo investigado, a partir de estudos desenvolvidos com sujeitos falantes de língua inglesa. Percebemos que com a exposição do estado da arte dos estudos sociolinguísticos e sociofonéticos apresentados nessa pesquisa é possível desenvolvermos novos horizontes de análises no que diz respeito a alguns sons específicos, produzidos por informantes gays e heterossexuais, tanto no aspecto da produção quanto no da percepção.

PALAVRAS-CHAVE: Variação linguística. Percepção linguística. Fala gay.

LANGUAGE AND SOCIETY: STUDIES OF RELATIONSHIPS BETWEEN PERCEPTION AND PRODUCTION OF SPEECH AND SEXUAL ORIENTATION

ABSTRACT: The present research starts from the assumption that it is impossible to dissociate the language from its social aspect. In this sense, we are interested in observing how the relationship between perception and speech production and its production occurs, considering the sexual orientation of the investigated group, based on studies developed with English-speaking subjects. We have noticed that with the state of the art exposition of the sociolinguistic and sociophonological studies presented in this research it is possible to develop new horizons of analysis with regard to some specific sounds produced by gay and heterosexual informants, both in terms of production and perception.

KEYWORDS: Linguistic variation. Linguistic perception. Gay speech.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O estudo da relação entre língua e orientação sexual tornou-se foco de interesse entre os estudos sociolinguísticos ao longo das últimas duas décadas. Alguns estudiosos da área têm se interessado pela possibilidade de se detectar a orientação sexual de pessoas, por meio de características acústicas presentes na voz de falantes.

A maioria desses estudos tem sido desenvolvida entre falantes homens, e consideram os aspectos de percepção e produção da fala (GAUDIO, 1994; LINVILLE, 1998; PODESVA, ROBERTS e CAMPBELL-KIBLER, 2001; SMYTH, JACOBS e ROGERS, 2003; PIERREHUMBERT et al., 2004; MUNSON et al., 2006; MUNSON, 2007; LEVON, 2006; PODESVA, 2007; ZIMMAN, 2013; TRACY, BAINTER e SANTARIANO, 2015).

Enquanto a principal pergunta a ser respondida nesses trabalhos tem buscado descobrir se os falantes gays e heterossexuais poderiam ter suas orientações sexuais percebidas por ouvintes, por meio da audição de pequenos trechos de suas falas, a maior parte desses pesquisadores visava também compreender quais características acústicas estariam relacionadas com a orientação sexual de homens gays, ao que alguns autores se referem por “fala gay”.

O maior interesse pelas características acústicas das vozes de homens gays pode ser explicado pelo fato de, ao longo dos anos, os estudos da Sociolinguística terem focado as diferenças entre falantes homens e mulheres, divididos pela tradicional orientação de sexo, na perspectiva exclusivamente biológica. As investigações sobre a chamada “fala gay” incluem questões de gênero, identidade e significado social. Essas investigações foram desenvolvidas, principalmente, a partir dos estudos de Eckert (1989, 1997, 2000).

Ainda sobre a “fala gay”, Jacobs (1996) destaca que a opressão sofrida pelos gays, ao longo de muitos anos— quando houve muita discriminação, e ser gay não era algo bem tolerado por muitos na sociedade — fez com que inúmeros homens homossexuais escondessem sua orientação sexual. Para se proteger uns aos outros, muitos gays passaram a se organizar em comunidades de fala mais fechadas, buscando mais liberdade, pois, assim, poderiam se identificar como homossexuais com mais segurança. Nessas comunidades, várias características, anteriormente reprimidas, como certos tipos de vestimentas, comportamentos, vocabulários e pronúncias passaram a ser expostas, e livremente praticadas entre os membros.

No que tange às discussões em torno da linguagem gay, Jacobs (1996, p. 53) afirma que, por conta dessa forte repressão sexual, a chamada “fala gay” acabou se tornando bastante peculiar. Para o referido autor:

“As a result, members of gay and lesbian community have developed their own vocabulary or redefined some existing words or their pronunciation to make it possible and safer to express their unique experiences in society”

Ainda segundo o pesquisador, essa repressão sexual e social teve importante papel para o desenvolvimento das características da “fala gay”, ao longo do tempo. Como resultado, mesmo nos dias atuais, em que a homossexualidade já goza de uma melhor aceitação social, a fala utilizada por muitos homossexuais, quando interagem em comunidades, ainda pode ser considerada como uma linguagem bastante peculiar.

Atualmente há uma crescente preocupação da sociedade em compreender melhor a problemática inerente às questões identitárias, a partir das relações das identidades de sexo/gênero. Há também um crescente consenso, entre estudiosos da área da fonologia laboratorial, psicologia e da sociolinguística, de que os indivíduos evocam expectativas sociais e criam estereótipos por meio do processamento da linguagem.

Desse modo, torna-se relevante catalogar a diversidade das variantes socialmente construídas, que possivelmente afetam o processamento da linguagem. Além disso, alguns estudos também evidenciam que a “fala gay” se constitui como uma fala socialmente aprendida e culturalmente convencionada, sendo essencialmente realizada em comunidades de fala.

Diante desse cenário, faremos uma revisão de alguns estudos sobre percepção e produção da fala de homens autodeclarados gays e de homens heterossexuais, verificando certos aspectos e analisando, com mais atenção, as metodologias e técnicas utilizadas juntamente com as principais descobertas apontadas por esses estudos.

REVISÃO DE ESTUDOS SOBRE PERCEPÇÃO E PRODUÇÃO DA FALA DE HOMENS GAYS E HOMENS HETEROSSEXUAIS, FALANTES DE LÍNGUA INGLESA

A grande maioria dos estudos linguísticos, cuja ênfase recai nas discussões acerca da orientação sexual e sua relação com a percepção e produção oral da fala, tem sido desenvolvida entre falantes inseridos em comunidades de fala, nas quais a língua inglesa

era utilizada. Por se tratarem de trabalhos precursores, com relação às metodologias e técnicas, serão esses os utilizados em nossa revisão.

Esses trabalhos, em sua quase totalidade, têm investigado, entre outros aspectos, a percepção e produção da fala, a partir dos parâmetros de frequência fundamental (F0), (média e variabilidade), vogais (duração, F1 e F2) e a fricativa /s/ (duração e aspectos como frequência e pico espectral). De forma resumida, as investigações buscam compreender se esses aspectos se inter-relacionam, e, em caso positivo, como se associam à questão da orientação sexual dos falantes, comparando-se, em geral, a fala de homens gays e heterossexuais.

Segundo Munson et al (2006), a fala, mesmo separada de suas funções pragmáticas e semânticas, carrega consigo informações que permitem que o ouvinte, por meio de certos aspectos acústicos, possa identificar determinadas características dos falantes. Traços da voz também podem refletir muitas características sociais, e ainda permitir que o ouvinte levante hipóteses sobre os possíveis grupos e comunidades dos quais o indivíduo participa.

Ainda para Munson et al (2006), a fala, além de carregar essas “mensagens” sobre as características sociais das pessoas, pode também oferecer “dicas” a respeito da orientação sexual dos falantes. Ou seja, para esse autor, essas pistas poderiam auxiliar o ouvinte a reconhecer a fala dos homens heterossexuais e a chamada fala dos gays.

A noção do que pode ser compreendido por “fala gay” tem sido bastante debatida por pesquisadores. Alguns argumentam que a fala dos homens gays se faz peculiar, não apenas por aspectos de produção acústica, mas por também apresentar diferenças lexicais e em nível sociodiscursivo (GAUDIO, 1994; SMYTH, JACOBS e ROGERS, 2003).

Contudo, Kublick (2000) defende não ser viável uma excessiva simplificação dessas discussões, uma vez que não seria possível agrupar algumas peculiaridades encontradas na fala de um determinado número de falantes, e atribuir a essas características o rótulo de “fala gay”. Para esse autor, não seria razoável pressupor que todos os gays do mundo falassem daquela mesma maneira.

“The fact that a homosexual do X, certainly does not make X a homosexual, thus under no circumstances spoken characteristics found in a certain group of speakers should be considered or claimed as a all gay or lesbian language” (KUBLICK, 2000, p.247)

Ainda segundo o referido pesquisador, quando algumas características são

encontradas na fala de certos homens gays, estas não devem jamais ser consideradas como características peculiares à “fala gay”, como entendem alguns estudiosos. Assim, dado que existe uma enorme diversidade de fala nas sociedades, como, por exemplo, diversidade regional, variação entre faixas etárias ou classes sociais, não seria diferente entre as comunidades de fala formadas por homens gays. Portanto, quando algumas características linguísticas são encontradas, ao se examinar um dado grupo de falantes ou uma comunidade de fala específica, deve-se considerar que tais peculiaridades são específicas e, portanto, pertinentes à fala dos indivíduos, envolvidos naquela determinada comunidade de fala.

Kublick (2000) ratifica suas ideias, com o argumento de que só será possível afirmar com certeza que existe uma chamada “fala gay”, quando um pesquisador provar que todos os indivíduos homossexuais do mundo fazem uso de certas características em comum em suas falas.

Os estudos mais recentes da sociofonética, relacionados à questão da percepção da orientação sexual de pessoas através da audição de vozes, estão diretamente relacionados a uma pesquisa precursora, realizada por Gaudio (1994). Esse trabalho foi o primeiro a buscar compreender a questão da orientação sexual a partir da percepção de ouvintes. O pesquisador desenvolveu uma metodologia e algumas técnicas, que posteriormente serviram de parâmetro e orientação para várias pesquisas subsequentes, como os estudos posteriores de Smyth, Jacobs e Rogers (2003); Munson et al. (2006); Munson (2007); Levon (2006); Tracy, Bainter e Santariano (2015).

O objetivo de Gaudio era investigar se a fala de homens gays se assemelhava em alguns aspectos à fala de mulheres. Tal propósito surgiu a partir da especulação, oriunda de algumas discussões, relativas à linguagem e gênero da época. Essas especulações estavam presentes em trabalhos desenvolvidos nas décadas anteriores, (LAKOFF, 1975; MCCONNELL-GINET, 1988). Nessas pesquisas sugere-se que a entonação da voz de homens gays seria mais dinâmica, e mais semelhante à entonação feminina do que a de homens heterossexuais. Por esse motivo, o trabalho de Gaudio teve por foco a análise do *pitch*, pois essa característica da voz representa para os ouvintes o correlato acústico responsável pela percepção da melodia e da altura da fala (KENT e READ, 1992).

Gaudio (1994) examinou a precisão de ouvintes ao identificarem falantes como sendo gays ou heterossexuais e comparou as propriedades de produção do *pitch* das vozes dos informantes. Falantes e ouvintes estavam conscientes dos propósitos do estudo do qual estavam participando e foram informados disso antes da leitura dos textos.

Para a gravação das vozes, quatro homens (autodeclarados gays) e outros quatro, que se afirmaram como heterossexuais, participaram como falantes do trabalho e tiveram suas vozes gravadas em laboratório. Cada um dos oito informantes leu dois pequenos textos distintos, com duração de aproximadamente 15 segundos cada. O primeiro texto era uma notícia de jornal que tratava de finanças. Foi pedido a todos que lessem, como se estivessem diante de uma sala de aula, isto é, que se imaginassem lendo para os alunos. O segundo texto era um pequeno trecho de monólogo de um personagem homossexual, que teria sido lido em uma apresentação teatral.

Com relação aos ouvintes, 13 alunos, de diferentes cursos de graduação e diferentes sexos biológicos, participaram como voluntários da pesquisa. Foi pedido a eles que ouvissem trechos das vozes dos 8 informantes. Essas vozes foram apresentadas aos ouvintes de maneira anônima e aleatória. Cada ouvinte deveria atribuir valores que representassem o grau de orientação sexual de cada falante. Assim, em uma escala de 8 atributos, os ouvintes teriam que rotular os seguintes às vozes ouvidas: heterossexual, reservado, afeminado, afetado, gay, masculino, emotivo e comum. A escala continha valores de 1 a 7, em que (1) significava ser heterossexual, (7) extremamente gay e (4) neutro.

A habilidade dos ouvintes em determinar a orientação sexual dos falantes chegou a quase 100% de acerto, com relação aos dois textos lidos. No entanto, a hipótese de Gaudio de que, após a verificação do *pitch*, os resultados obtidos apresentariam diferenças entre os falantes gays e heterossexuais, não se confirmou. A pesquisa concluiu que a média do *pitch* e sua variabilidade, por si só, não justificam a percepção da orientação sexual de homens gays e de homens heterossexuais. A única diferença, um pouco mais significativa, estava relacionada à variabilidade do *pitch* da voz de homens gays, que foi de quase 10% superior à média dos homens heterossexuais. Entretanto, esse resultado não foi considerado pelo autor como sendo realmente significativo.

A medição da frequência fundamental (F0) - o correlato acústico do *pitch* - é um dos parâmetros mais frequentemente utilizados nos estudos da percepção e produção da fala e suas relações com a orientação sexual. Na maioria das pesquisas, essa característica é analisada, comparando-se a voz de gays e a de heterossexuais, a partir de trechos de textos lidos (GAUDIO 1994; LINVILLE 1998; SMYTH, JACOBS e ROGERS, 2003; TRACY, BAINTE e SANTARIANO, 2015).

Enquanto a média da frequência fundamental (F0) de um homem varia em torno de 100 a 120 Hz, e a de mulheres se apresenta em torno de 200 a 220 Hz, pesquisas

interessadas na relação da fala e da orientação sexual, ao analisarem a média de F0 de homens gays e heterossexuais, não encontraram diferenças significativas, se comparadas à média de homens e mulheres. (GAUDIO, 1994; LINVILLE, 1998; SMYTH, JACOBS e ROGERS, 2003; MUNSON et al, 2006; MUNSON, 2007).

Entre essas pesquisas, o único resultado, que as difere dos demais estudos, foi obtido por Munson et al. (2006). Este autor, assim como Gaudio (1994), encontrou uma média de variabilidade de *pitch* um pouco superior (em torno de 7%) ao da média geral dos falantes gays. Essa diferença, contudo, também não foi considerada pelo pesquisador como relevante.

Embora a média geral do *pitch* não tenha sido relevante, um dado verificado por Munson et al. (2006), e que poderia ser considerado peculiar, foi o fato de alguns falantes gays apresentarem médias extremas de F0, depressões mais baixas e picos mais altos que falantes heterossexuais. Ainda assim, o pesquisador considerou que o número de participantes envolvidos em sua pesquisa teria sido muito pequeno, e que essa característica foi observada somente na fala de 3 informantes.

A presença de médias baixas e picos elevados, perceptíveis na fala, é chamada por Kublick (2000) de “*rollercoaster intonation*”, e seria característico de mulheres, cujas vozes são percebidas como mais agudas.

Porém, em um estudo subsequente, realizado pouco tempo depois, com um número maior de informantes, os resultados encontrados em Munson (2007) não confirmaram essa suposta peculiaridade da “fala gay”. A chamada “*rollercoaster intonation*” já havia sido anteriormente estudada por Smyth, Jacobs e Rogers (2003). Todavia, a hipótese de que alguns falantes gays poderiam ter suas falas semelhantes à de mulheres, com vozes consideradas agudas, não se confirmou.

Ainda envolvendo a questão da análise do *pitch*, vale mencionar o estudo de Podesva (2007), que teve por propósito analisar a fala de um médico norte-americano de orientação sexual gay, em três ambientes diferentes. Trata-se de um exemplo de trabalho realizado sob uma perspectiva mais qualitativa, que contou tão somente com um indivíduo, como único participante informante. A variável analisada foi a média do *pitch*, e, partir dela, pretendeu-se verificar a presença e frequência do uso do falsete, (compreendido na pesquisa de Podesva como registros vocais mais agudos que a voz natural do falante), em cada uma das três ocasiões: no trabalho, em um churrasco com seus amigos também gays e numa conversa com o pai. Os resultados mostraram que o falsete foi bastante empregado na conversa com os amigos, porém esteve menos presente

nas conversas com pacientes em sua clínica. Tal fato poderia sugerir que uma voz mais aguda, e o conseqüente *pitch* elevado, estaria marcada como uma “fala gay”. Por outro lado, detectou-se uma menor frequência de falsetes em ambientes mais formais.

Com base nas pesquisas mencionadas, pode-se afirmar que a média e a variabilidade da frequência fundamental, por si só, não contribuem para a percepção da orientação sexual de homens gays e heterossexuais. Diferenças de produção realmente significativas, entre homens das duas orientações sexuais, também não foram encontradas.

Apesar desses resultados, consideraremos em nossa pesquisa a medição da média e a variabilidade de F0. Justifica-se nossa opção pelo fato de tais medidas nunca terem sido realizadas antes entre falantes da língua portuguesa, quando o objetivo central era o de verificar a orientação sexual dos falantes.

As características acústicas das vogais também têm sido objeto de estudos frequentes em pesquisas relacionadas à percepção e sexualidade de homens gays e heterossexuais. Entre os estudos de língua inglesa, os principais aspectos analisados, com relação às vogais, foram as médias dos formantes, F1 e F2 e a duração.

Formantes são concentrações de energia dados por frequência em determinados locais do espectro sonoro. Embora uma infinidade de números de ressonâncias, teoricamente descreva a configuração do trato vocal, F1 e F2 são os formantes determinantes das diferenças dos sons das vogais. Ou seja, a localização da frequência de F1 e F2, produz uma melhor percepção, possibilitando que o ouvinte responda, realizando julgamentos sobre qual vogal ouviu.

O primeiro formante (F1) está relacionado ao grau de abertura de uma vogal, isto é, o abaixamento da mandíbula e o conseqüente deslocamento da língua no plano vertical, que é tão mais agudo quanto maior for a abertura de boca e o grau de anteriorização da língua. Já o segundo formante (F2), se relaciona ao quanto a faringe está livre ou não, pelo deslocamento da língua ao plano horizontal, sendo tão mais alto quanto maior for o espaço faríngeo (BEHLAU et al., 2004).

Em todas as línguas, mulheres geralmente produzem vogais com uma frequência de formantes mais alta que os homens. Contudo, estudos sobre percepção e produção da fala e relações com orientação sexual não costumam ligar a produção de formantes mais elevadas a homens gays (LINVILLE, 1998; JACOBS et al., 2000; PIERREHUMBERT et al. 2004).

Apesar disso, dois trabalhos bastante relevantes nesse sentido, revelaram que as

médias de produção dos formantes F1 e F2 dos homens gays foram consideravelmente mais elevadas que entre os heterossexuais.

Pierrehumbert et al. (2004) investigou um grupo com um grande número de sujeitos participantes (homens e mulheres) que se declararam de diferentes orientações sexuais, num total de 103 informantes. Entre todos, 55 se declaram como sendo exclusivamente gays ou heterossexuais. Cinco vogais foram medidas: /i/, /e/, /æ/, /a/ e /u/. Entre outras variáveis verificadas, as médias de F1 e F2 dessas cinco vogais foram medidas. As médias de F1 e F2 encontradas entre falantes gays foram maiores, não apenas do que a dos falantes heterossexuais, como também teve valor superior à média apresentada por indivíduos de todas as orientações sexuais, presentes no estudo.

Munson et al. (2007) examinou a percepção da fala e a produção de 44 indivíduos de diferentes sexos biológicos e orientações sexuais, sendo homem heterossexual, homem gay, lésbicas, mulher bissexual, homem bissexual e mulher heterossexual. No que diz respeito à comparação entre a produção de informantes homens exclusivamente gays e homens apenas de orientação heterossexual, o F1 produzido por homens gays das vogais /a/, /æ/, e /ε/ foram de médias significativamente mais altas.

Nos dois trabalhos também foram aplicados testes de percepção de fala, com trechos das vozes dos falantes controlados e gravados em laboratório. Nas aplicações dos dois testes, os ouvintes tiveram mais sucesso com a percepção das vozes de falantes gays do que com a dos demais informantes, de outras orientações sexuais. Portanto, pode-se considerar que as médias encontradas em F1 e F2, na produção das vogais dos falantes gays, possam eventualmente ter relação com a percepção da orientação sexual.

A questão da duração também tem sido vastamente utilizada em análises das vogais, sendo suas medidas sempre apresentadas por meio de milissegundos (ms). No estudo de Smyth et al. (2003), os homens gays produziram vogais mais duradouras que os homens heterossexuais. As vogais produzidas por falantes gays também foram verificadas como mais duradouras nas pesquisas de Pierrehumbert et al. (2004) e Munson et al. (2006). Também mais longas foram as vogais observadas entre gays falantes do inglês canadense. (RENDELL, VASEY, e MCKENZIE, 2008).

Em um estudo mais recente, desenvolvido por Tracy, Bainter e Santariano, (2015), os gays produziram vogais mais duradouras do que os heterossexuais, quando analisadas as vogais produzidas isoladamente, e também entre as vogais produzidas em meio a outras palavras. O mesmo resultado foi conferido quando envolvia as vogais produzidas em contextos maiores de leitura de textos.

Em todas essas pesquisas, as vogais da língua inglesa produzidas de maneira mais duradoura foram /æ/, /ɑ/, /i/, /i:/, /ʌ/, /oʊ/, /u:/, /ə/ e /ɛ/. Entre todos os trabalhos mencionados, envolvendo análise de vogais, ouvintes tiveram sucesso ao identificar falantes gays, quando realizarem os testes de percepção. Diante disso, pode-se afirmar ser bastante plausível que vogais produzidas de forma mais alongada, estejam relacionadas à percepção que os juízes tiveram, ao ouvirem trechos da fala de homens gays.

De modo geral, nas pesquisas envolvendo análise de produção e testes de percepção e orientação sexual, a duração mais longa das vogais produzidas por falantes da língua inglesa quase sempre é atribuída a falantes gays. Com efeito, a duração das vogais produzidas por homens gays e heterossexuais se apresentam, no mínimo, com durações próximas. A única exceção a essa tendência, que encontramos na literatura, foi verificada no trabalho de Munsol (2006), em que as médias de um grupo formado apenas por homens heterossexuais apresentaram algumas vogais com duração um pouco mais longas que o grupo composto por informantes gays.

Um último trabalho, de perspectiva mais qualitativa, desenvolvido com apenas um único informante, foi a pesquisa de Podesva (2001), em que se observou a produção sonora de algumas vogais de um falante do estado da Califórnia, nos Estados Unidos. Foi averiguada a possível conexão entre as características sonoras da produção de vogais e como isso poderia identificar o informante com o estereótipo de um homem gay californiano. Podesva observou que o indivíduo examinado, nos momentos em que conversava descontraidamente com outros amigos gays, fazia uso de certas características prosódicas. Dentre elas, o informante revelou o aumento de F0, sons mais longos e uso de falsete, ao produzir determinadas vogais. Essas características eram tidas, na cultura popular de sua região, como típicas da fala de homossexuais. Esse comportamento se deu com maior frequência, quando o informante interagiu com amigos, do que nas ocasiões em que dialogava com estranhos ou em outras situações de formalidade.

Para Podesva, esse fato seria indicador de uma estratégia de estilo em que o indivíduo faria uso de determinadas peculiaridades de vogais comuns à fala de gays, tidas como estereotipadas em sua região geográfica, para apresentar uma fala que o identificasse como gay, quando interagisse com seu grupo de amigos também gays. Em situações outras, nas quais se exigisse mais formalidade, o mesmo indivíduo não faria uso de características desse estilo, dado que estaria em ambientes onde sua orientação sexual não fosse necessária ou desejada.

Ainda segundo Podesva, em certas ocasiões, o falante pode optar por

determinadas características regionalizadas da fala para indexar identidades, incluindo sua identidade sexual. E sugere que, assim como há um número vasto de variantes da fala regionalizada, o mesmo pode ocorrer com a fala de gays.

Não encontramos pesquisas realizadas entre falantes de língua portuguesa, que busquem verificar as médias dos primeiros dois formantes das vogais e tampouco a duração, ou que as relacione a aspectos da produção e percepção e orientação gay ou heterossexual de homens.

Diante disso, em nossa pesquisa, verificaremos F1, F2 e a duração das sete vogais orais tônicas do português falado no Brasil, sendo /a/ (par), /ɛ/, (mel), /e/ (você), /i/ (giz), /ɔ/, (sol), /o/ (pôs) e /u/ (luz).

Resumidamente, pretendemos verificar F1, F2 e a duração das vogais, pois nos trabalhos desenvolvidos entre homens gays e heterossexuais (falantes de língua inglesa), essas são as peculiaridades que parecem estar relacionadas à percepção da orientação sexual dos falantes. Partimos do pressuposto que também possa haver alguma relação entre produção e percepção desses aspectos de produção entre falantes da língua portuguesa.

Outro som que tem sido bastante analisado em pesquisas envolvendo questão de sexualidade e marcador de gênero é a fricativa /s/. Esse aspecto tem apresentado características acústicas consistentes e significantes nas correlações entre percepção e orientação sexual, e os resultados encontrados não se distanciaram muito entre si. Os principais aspectos observados, quanto à fricativa /s/, têm sido mais comumente relacionados à frequência de energia na produção do pico acústico e sua duração.

A principal diferença documentada a respeito do /s/ na fala de homens e mulheres reside no fato de que as mulheres produzem o /s/ com concentrações de energia em frequências maiores do que a dos homens (HEFFERNAM, 2004). Tal peculiaridade também foi observada por Flipsenet al. (1999), ao analisar as características do /s/ na voz de indivíduos homens e mulheres no período da adolescência. Segundo esse estudo, as primeiras diferenças da produção do /s/ surgem ainda na infância, sendo produzidos de maneira diferentes entre jovens meninos e meninas. Portanto, para Flipsen e al. (1999) muitas das características da voz de pessoas de diferentes gêneros são socialmente aprendidas, sendo a produção da fricativa /s/ um forte marcador identitário de características de gênero.

Buscando compreender melhor se diferenças da produção do /s/ encontradas na fala de homens e mulheres acontecem por razões de características biológicas ou refletem

fatores sociofonéticos, Fuchs e Toda (2010) desenvolveram um estudo em que o trato vocal de homens e mulheres foi anatomicamente examinado. Os pesquisadores concluíram que tais diferenças de produção oral advinham de hábitos articulatórios aprendidos desde cedo nas interações sociais. Características anatômicas relevantes que provocassem diferenças de produção vocal não foram encontradas. Essa descoberta também sugere que a fricativa /s/ seria um som de forte marcação estilística.

Com relação à análise da voz de falantes homens, a pesquisa desenvolvida por Avery e Liz (1996) estudou diferenças acústicas da fala de homens, identificados como indivíduos com vozes mais ou menos masculinas. No referido trabalho, a orientação sexual não era o foco principal. Ainda assim, foram encontradas diferenças significativas entre as medidas espectrais da produção da fricativa /s/ entre os homens com os dois tipos de vozes, sendo que os que tinham a fala considerada menos masculina apresentaram picos de energia de frequência maiores.

Resultados semelhantes foram encontrados por Munson et al. (2006), em um trabalho no qual, entre outros aspectos, observou-se a produção da fricativa /s/ entre homens de orientação sexual gay e heterossexual. Nesses casos, detectaram-se produções de picos com maior concentração de energia entre falantes gays.

Embora a noção das características do que seja uma concentração de alta energia possa ser mensurada de diferentes maneiras, os pesquisadores em cujos estudos analisa-se o /s/ produzidos por homens gays e heterossexuais, geralmente observam a frequência média da produção desse som fricativo, ao que muitos se referem como *centerofgravity*, e principalmente por meio *de* medidas dos valores do pico espectral. Diferenças de produção acústica, encontradas no centro de gravidade e, sobretudo, do pico espectral das produções de /s/ de falas de homens gays e heterossexuais, e tal relação com a orientação sexual, foram encontradas nos estudos de Munson (2006 e 2007) e Campbell-Kibler (2011). Ambos os estudos foram desenvolvidos com sons fricativos /s/, extraídos de trechos de fala gravados a partir de textos lidos.

Outro aspecto bastante observado por pesquisadores, ao analisarem a fricativa /s/, e que apresenta a peculiaridade acústica mais significativa para diferenciar a fala de homens gays da produção oral dos homens heterossexuais é questão da duração.

Um dos primeiros estudos a verificar essa diferença foi o trabalho desenvolvido por Crist (1997), que ao medir a duração de /s/ na fala de três homens gays, pôde atestar que a duração das produções de dois deles era significativamente maior do que a dos outros homens heterossexuais, participantes da pesquisa. No ano seguinte, Linville

(1998) gravou textos lidos por cinco homens autodeclarados gays e quatro heterossexuais. Ao ouvirem trechos das gravações em um teste de percepção, mais de 80% dos ouvintes leigos acertaram a orientação sexual dos falantes. Nesse trabalho, foi observada maior duração do /s/ produzidos pelos gays. Entre outros aspectos, o autor acredita que a eficiência dos ouvintes para descobrirem a orientação sexual dos falantes, possivelmente estaria relacionada à duração do /s/, pois, entre outros aspectos observados, esse foi o que apresentou maior diferença.

Na década seguinte, o trabalho de Smyth, Jacobs e Rogers (2003) revelou um estudo mais amplo e com um número maior de participantes. A mesma peculiaridade foi encontrada; a média da duração de /s/ dos homens gays foi consideravelmente mais longa do que a dos informantes heterossexuais.

Outros dois estudos que também observaram tal peculiaridade da fala dos homens gays, foram desenvolvidos por Levon (2006) e Zimman (2013). Todas as pesquisas mencionadas que buscaram analisar as possíveis diferenças de produção do /s/, entre homens de orientação sexual gay e homens heterossexuais, foram desenvolvidas a partir de trechos de leitura ou palavras gravadas.

Considerações finais

Descobertas bastante interessantes, a respeito das peculiaridades da linguagem utilizada por pessoas de diferentes orientações sexuais, têm sido realizadas por pesquisas linguísticas nos últimos anos (LEVON, 2006; PODESVA, 2007; MUNSON, 2007; CAMPBELL-KIBLER, 2011; ZIMMAN, 2013; TRACY, BAINTE e SANTARIANO, 2015).

A grande maioria desses estudos foi realizada, principalmente entre sujeitos falantes de língua inglesa, e muito pouco tem sido estudado entre falantes de outros idiomas. No Brasil, isso não é diferente, uma vez que ainda existe um número também muito pequeno de trabalhos relacionados tanto à questão da linguagem, como aos aspectos envolvendo a sexualidade. Com efeito, não foi encontrado nenhum estudo, focando na percepção de orientação sexual, que estivesse relacionado com as características fonéticas dos indivíduos.

Vale salientar que foi esse fato, em particular, o maior motivador de nossa pesquisa apresentada nesse momento, ou seja, fazer um levantamento dos estudos existentes (considerando suas viabilidades de análise) para se compreender o lugar dos estudos sociolinguísticos nas análises sociofonética, relacionados à questão da percepção da

orientação sexual de pessoas através da audição de vozes. Conforme já explicitado, essa, por sua vez, teve, como objetivo principal, investigar se juízes leigos seriam capazes de perceber a orientação sexual dos informantes, por meio da audição de gravações de trechos lidos de fala, realizadas por homens gays e por homens heterossexuais.

É fato, portanto, que a variação linguística é algo inerente à linguagem humana e decorre dos mais variados fatores intervenientes na forma linguística escolhida. A produção de certas variáveis evidencia muito as variáveis sociais do falante. A língua falada carrega consigo fortes características identificadoras de membros de um grupo social ou de uma comunidade de fala.

Segundo Munson (2006), a fala, mesmo separada de suas funções pragmáticas e semânticas, carrega consigo informações que permitem que o ouvinte, por meio de certos aspectos acústicos, possa identificar determinadas características dos falantes. Traços da voz também podem refletir muitas características sociais e podem permitir que o ouvinte realize algumas especulações sobre quais os possíveis grupos e comunidades de fala dos quais o indivíduo participa.

Essa foi a primeira ideia de nossa pesquisa. Porém, devido ao fato de termos enfrentado dificuldades para conseguir informantes que aceitassem ter suas vozes gravadas nessas situações, e por termos ainda nos deparado com uma série de problemas técnicos de captação da voz em nosso estudo piloto, optamos por gravar os informantes em laboratório. No entanto, se tais dificuldades puderem, eventualmente, ser contornadas, as gravações de vozes, realizadas em contextos de comunidades reais de fala, deverão ser bem mais promissoras e fidedignas. Isso porque a seleção de um ou outro variante linguístico, por parte do falante, leva à construção de uma identidade que tem por objetivo apresentar posições assumidas pelo sujeito nas comunidades em que participam.

Consideramos, também, que trabalhos futuros possam ser realizados com de testes de percepção de sexualidade, por meio de trechos de fala, desenvolvidos a partir de certos sons específicos, produzidos por falantes (homens gays e heterossexuais), com o intuito de compreender melhor quais sons se mostram mais eficientes numa tarefa de percepção.

Nossa apresentação do estado da arte sinaliza para a possibilidade de que pesquisas futuras venham a dedicar mais atenção para as investigações que foquem sobre alguns sons específicos, produzidos por informantes gays e heterossexuais, tanto no aspecto da produção quanto no da percepção. Esse parece ser, efetivamente, um campo promissor, para os estudiosos da área, na constante busca por uma melhor compreensão acerca da relação entre a fala e a percepção da orientação sexual de pessoas.

Referências

- EVERY, Jack D.;Liss, Julie M. (1996). **Acoustic characteristics of less-masculine-sounding male speech**. *Journal of the Acoustical Society of America* 99, 3738-3748.
- BRAID, Antônio Cesar Morant. **Fonética Forense: tratado de perícias criminalísticas**. Campinas: Millenium, 2003.
- BEHLAU, M. et al. Avaliação de voz. In: Behlau M. **Voz – o livro do especialista**.Rio de Janeiro: Revinter; 2004,p. 156-60.
- CAMPBELL-KIBLER, Kathryn.**Intersecting variables and perceived sexual orientation in men**.*American Speech*.86(1): 52-68, 2011.
- CRIST, S. **Duration of onset consonants in gay male stereotyped speech**. U. Penn WorkingPapers in Linguistics, Volume 4. 3. 1997.
- ECKERT, Penelope. **The Whole Woman: Sex and gender differences in variation**. *Language Variation and change* 1, 245-268, 1989.
- ECKERT, Penelope. **Age as a sociolinguistic variable**. In: COULMAS, Florian. *The handbook of sociolinguistics*. Oxford: Blackwell, 1997, p. 151-16.
- ECKERT, Penelope. *Linguistic Variation as Social Practice*.Blackwell Publishers, 2000.
- FLIPSEN, Peter. et al.**Acoustic Characteristics of /s/ in adolescents**. *Journal of Speech, Language, and Hearing Research* 42:663-677, 1999.
- FUCHS, Susanne &TODA, Martine.**Do differences in male versus female /s/ reflect**

biological or sociophonetic factors?In *Na interdisciplinary Guide to Turbulent Sounds*, Susanne Fuchs, Martine Toda & Marzena Zygis (eds), 281-302. Berlin: Mouton de Gruyter, 2010.

GAUDIO, R. P. **Sounding gay: Pitch properties in the speech of gay and straight men.** *American Speech*, 69(1), 30–57, 1994.

HEFFERNAN, K. “**Evidence from HNR that /s/ is a social marker of gender.**” *Toronto Working Papers in Linguistics* 23.2: pp. 71-84, 2004.

JACOBS, Greg. **Lesbian and Gay Male Language Use: A Critical Review of the Literature.** *American Speech* 71:49-71, 1996.

KENT, Ray D. & READ, Charles. **The Acoustic Analysis of Speech.** San Diego: Singular Publishing Group, 1992.

KUBLIC, D. 2000. “**Gay and Lesbian Language.**” *Annual Review of Anthropology* 29: 243-285.

Lakoff, R. (1975). **Language and woman's place.** New York: Harper Colophon Books.

LINVILLE, S.E. **Acoustic correlates of perceived versus actual sexual orientation in men's speech.** *Folia Phoniatrica et Logopaedica*, 50, 25-48, 1998.

LEVON, E. **Hearing gay: Prosody, interpretation and the affective judgments of men's speech,** *American Speech* 81 (1): 56-78, 2006.

McConnell-Ginet, Sally (1988). **Language and gender.** In Frederick J. Newmeyer (ed.), *Linguistics: The Cambridge Survey*, IV:75–99. Cambridge & New York: Cambridge University Press.

MUNSON, B. et al. **The influence of perceived sexual orientation on fricative perception.** *Journal of the Acoustic Society of America*. 119, 2427 – 2437, 2006.

MUNSON, Benjamin et al. **The acoustic and perceptual bases of judgments of women and men's sexual orientation from read speech.** *Journal of Phonetics* 34(2): 202-240, 2006.

MUNSON, Benjamin. “**The acoustic correlates of perceived masculinity, perceived femininity, and perceived sexual orientations**” *Language and Speech* 50(1): 125-142, 2007.

PIERREHUMBERT, Janet B, et al. “**The influence of sexual orientation on vowel production.**” *Journal of the Acoustical Society of America* 116(4): 1905-1018, 2004.

PODESVA, Robert J., et al. **The California vowel Shift and gay identity.** *American Speech* 86(1): 32-68, 2001.

PODESVA, Robert J. **Phonation type as a stylistic variable: the use of falsetto in constructing a persona.** *Journal of Sociolinguistic*, Hoboken, vol. 11(4), 478–504, 2007.

Rendall D, Vasey PL, McKenzie J. **The Queen's English: An alternative, biosocial hypothesis for the distinctive features of "gay speech"** Archives of Sexual Behavior. 2008;37:188–204.

SMYTH, R., JACOBS, G. and Rogers, H. **Male voices and perceived sexual orientation: an experiment and theoretical approach.** *Language in Society* 32, pp. 329 – 350. Cambridge University Press. 2003.

TRACY, Erick C., BAINTEK, Sierra A., SANTARIANO, Nicholas P. **"Judgments of self-identified gay and heterosexual male speakers: Which phonemes are most salient in determining sexual orientation?"** *Journal of Phonetics* 52 (2015): 13-25.

ZIMMAN, Lal. **Hegemonic masculinity and the variability of gay-sounding speech.** *The Perceived Sexuality of Transgender Men.* Journal of Language and Sexuality John Benjamins Publishing Company, 2013.



METASSÍNTESE DO CONCEITO DE ASSEXUALIDADE

Alana Madeiro de Melo Barboza¹

Maria Laura Barros da Rocha²

Camila dos Anjos Falcão³

Adélia Augusta Souto de Oliveira⁴

RESUMO

A partir de pressupostos teóricos da Psicologia Sócio-histórica, este trabalho objetiva investigar o conceito de assexualidade por meio de uma Metassíntese de publicações indexadas no *Google Acadêmico*. Na consulta, através do descritor “assexual”, sem recorte temporal, foram indicados 3.370 resultados, dos quais 36 traziam uma definição breve da assexualidade e apenas nove produções apresentaram como foco a discussão da assexualidade, relacionando-se de maneira mais completa com os objetivos propostos no estudo. Percebe-se que as discussões mais aprofundadas datam da década atual, com o sudeste do Brasil como a região de maior número de produções. Os trabalhos apontam a diferença entre assexualidade e celibato, considerando a assexualidade heterogênea, indicada como formas variadas de vivências e discutida como identidade, sexualidade, negação da sexualidade, orientação sexual ou vista como forma de singularidade do sujeito. Identificam-se críticas às visões biomédicas que enquadram a assexualidade como patologia ou disfunção sexual, as quais podem fortalecer a disseminação e reforço de formas de preconceito e segregação. Destaca-se a importância de mais estudos para dar visibilidade às vivências de sujeitos assexuais, para discussão da temática e reflexão acerca dos preconceitos e estigmas sociais. Conclui-se, ainda, que a utilização do termo plural “assexualidades” pode abarcar de uma forma mais abrangente a diversidade das suas formas de expressão.

Palavras-chave: Assexualidade, Diversidade sexual, Metassíntese.

INTRODUÇÃO

O britânico Alfred Kinsey, juntamente com outros colegas pesquisadores, publicou dois estudos sobre o comportamento sexual humano *Sexual Behavior in the Human Male*, em 1948, e *Sexual Behavior in the Human Female*, em 1953. O pesquisador ficou famoso por uma escala de 0 a 6 que apresentava a sexualidade em um contínuo variando de exclusivamente heterossexual à exclusivamente homossexual (LEHMILLER, 2013). Nas pesquisas realizadas, Kinsey se deparou com pessoas cujo depoimento demonstrava a ausência de interesse em comportamentos sexuais, e, portanto, não podiam ser encaixadas no contínuo (LEHMILLER, 2013). Dessa forma, ele criou uma categoria própria para esses

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, madeiro.alana@gmail.com;

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Bolsista CAPES, laurabarrosrocha@gmail.com;

³ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, camila.danjos@gmail.com;

⁴ Professora Orientadora. Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Professora Associada da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, adeliasouto@ip.ufal.br.



indivíduos identificada com X e que significava “sem contatos ou reações sócio-sexuais”⁵ (KINSEY INSTITUTE, 2018).

Embora no seu estudo inicial Kinsey não falasse de assexualidade, utilizando na escala o termo Categoria X, ele apontou a presença de um grupo de pessoas que não se encaixavam nas categorias homossexual, heterossexual ou bissexual, e que ao longo do tempo passou a ser compreendida como referente à assexualidade. Entretanto, Lehmiller (2013) contrapõe que essa comparação não é necessariamente bem sucedida uma vez que a escala enfatizava a falta de comportamento sexual, não de atração sexual.

Ainda assim, os estudos de Kinsey são geralmente apontados como um marco importante para a tentativa de definição – ou ao menos de categorização – de uma população que não se encaixava nos parâmetros de sexualidades vigentes na época. Desde então, foram realizadas outras pesquisas – em diversas áreas do conhecimento – para entender o fenômeno da assexualidade, além da organização de comunidades virtuais de pessoas que se identificam como assexuais.

Desse modo, faz-se necessário situar a *Asexual Visibility and Education Network* (AVEN), que, em tradução livre, significa Rede de Visibilidade e Educação Assexual:

A AVEN é considerada uma iniciativa pioneira na promoção da questão da assexualidade, constituindo-se como uma espécie de marco zero da rede e mantendo-se como seu principal núcleo. Ela ocupa um lugar destacado no universo dos assexuais. Iniciou-se formalmente em 2001 e tem a internet como sua principal base de interlocução e ação política. Seu surgimento remonta a um blog criado anos antes por David Jay, um dos membros mais visíveis da rede, na época um estudante secundarista da cidade de San Francisco. A proposta, elaborada nos Estados Unidos, expandiu-se em poucos anos para além das fronteiras desse país (BRIGEIRO, 2007, p. 260-261).

Como a maior comunidade internacional formada por pessoas assexuais, a AVEN apresenta uma visão heterogênea da assexualidade e as define como pessoas que não experienciam atração sexual, sendo não uma escolha, mas algo intrínseco do sujeito (AVEN, 2019). O site aponta ainda a grande diversidade dentro da própria comunidade assexual, considerando as singularidades e diferentes vivências de cada um referentes a relacionamentos, atração e excitação.

Por conta de estudos desenvolvidos e através do ativismo político da AVEN, a assexualidade passou a ser reconhecida como orientação sexual e foi adicionada no acrônimo

⁵ “No socio-sexual contacts or reactions” no idioma original.

LGBTQIAP⁶. Essa inclusão foi aceita em grande parte dos círculos, entretanto ainda há conflito interno entre alguns membros da comunidade LGBTQIAP+, que não consideram a assexualidade como orientação sexual ou não percebem preconceito, desconforto ou estigma social relacionado a ela (MOSBERGEN, 2013).

Diante da quantidade limitada de produções que estudam a assexualidade, principalmente no cenário acadêmico brasileiro, o mapeamento das produções acerca do tema tem grande relevância para expor as definições e abordagens utilizadas pelos/as pesquisadores/as, assim como apontar as lacunas na produção científica. Além disso, considera-se que estudos como este auxiliam na visibilidade social e acadêmica da temática.

Para tanto, utiliza-se como referencial teórico a Psicologia Social, mais especificamente a Psicologia Sócio-histórica de Vigotski a partir da compreensão de que os conceitos são categorias construídas social, cultural e historicamente a partir de um processo dinâmico e mutável (VIGOSTKI, 2008) e que investigar um conceito historicamente significa estudá-lo no seu processo de movimento e mudança (VIGOTSKI, 2007). Para o autor bielorrusso, o “conceito expresso por uma palavra representa um ato de generalização. Mas os significados das palavras evoluem” (VIGOSTKI, 2008, p. 104). Nesse sentido, estudar as rupturas e continuidades nas definições de um conceito, é observar os embates no campo científico e os processos de transformações históricos.

Com isso em mente, tem-se como objetivo geral investigar o conceito de assexualidade a partir de uma Metassíntese de publicações indexadas na base de dados *Google Acadêmico* e da discussão das continuidades e rupturas da forma como pesquisadores e pesquisadoras estão trabalhando a temática. Além disso, objetiva-se descrever os aspectos teóricos e metodológicos da produção acerca da temática assexualidade, bem como descrever sua distribuição histórica, geográfica e institucional.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a busca, tratamento e análise dos dados foi a Metassíntese, um método qualitativo de revisão de literatura que vem sendo aperfeiçoado através de pesquisas de participantes do Grupo de Pesquisa “Epistemologia e Ciência Psicológica” (BASTOS, 2014; LIMA, 2014; OLIVEIRA; LIMA; MORAIS, 2016; OLIVEIRA; BASTOS, 2017; OLIVEIRA et al., 2017). Este método tem sido comprovado

⁶ Os significados das letras presentes nas siglas são: **L**ésbicas, **G**ays, **B**issexuais, **T**ransgênero, **T**ranssexuais, **T**ravestis, **Q**ueer, **I**nterssex, **A**ssexuais, **P**anssexuais e o +, com a possibilidade de abarcar as mais diversas possibilidades de orientações sexuais e identidades de gênero.

como alternativa viável para a investigação da produção de conceitos em áreas específicas ou na interlocução entre várias do conhecimento (OLIVEIRA et al., 2017).

A metassíntese ocorre através de etapas definidas: exploração, refinamento, cruzamento, descrição e interpretação. As três primeiras fases da pesquisa referem-se aos movimentos de busca e tratamento dos dados, enquanto as duas últimas são de análise do material resultante das etapas anteriores.

Durante a etapa de exploração são realizados os movimentos de construção da amostra, a partir da sondagem e levantamento inicial do material e bancos de dados disponíveis. Nesse momento, são feitas as primeiras definições que vão guiar todo o processo de pesquisa: construção dos objetivos, definição do banco de dados e descritor(es), bem como a verificação inicial da relação entre o material e os objetivos da pesquisa, através de leitura flutuante (OLIVEIRA et al., 2017).

Definiu-se como local de busca o *Google Acadêmico* por ser um banco de dados com um amplo acervo de trabalhos acadêmicos variados, com um repositório de artigos, teses, dissertações, monografias, livros, resumos e trabalhos completos de anais de congressos científicos. Por assexualidade tratar-se de um tema ainda pouco pesquisado, a escolha desse banco deu-se uma vez que a ampla variedade de tipos de documentos disponíveis nele corrobora para uma maior chance de encontrar material para a discussão do conceito.

A busca foi realizada através do descritor “*assexual*”, elegido por considerar que ele é uma palavra que também está contida no termo assexualidade, mas que por ser menor captura mais material. Como opções de filtragem foram desmarcados os itens “incluir citações” e “incluir patentes” e não foi realizado nenhum recorte temporal.

Os documentos indicados pelo banco passaram por um processo de refinamento, no qual foram identificados, a partir de leitura flutuante, aqueles que tratavam de assexualidade humana, considerando que o termo assexual é muito utilizado em outros contextos que não referentes ao objetivo do estudo, como reprodução assexual de bactérias ou plantas, por exemplo. Em seguida, realizou-se o cruzamento dos dados para a exclusão de possíveis repetições de material.

A etapa de descrição tem como objetivo “conhecer aspectos relevantes da produção acadêmica e científica a partir da quantificação e descrição de suas informações” (OLIVEIRA et al., 2017, p. 81). Nessa fase há uma síntese descritiva das informações a partir de categorias analíticas como: tipo de documento, série histórica (frequência anual), distribuição geográfica, procedência institucional dos autores, área de conhecimento, entre outros. Para a facilitação

da descrição do material, ele foi armazenado em *drive virtual* de acesso compartilhado e as informações dos documentos foram sistematizadas em planilha do *Excel*.

A última etapa refere-se ao momento de efetivação da Metassíntese propriamente dita (OLIVEIRA et al. 2017). Na fase de interpretação há a utilização de procedimentos analíticos visando o alcance de uma síntese interpretativa, ou seja, buscando “alcançar uma compreensão a partir do entrecruzamentos de todas as informações até então produzidas” (OLIVEIRA et al., 2017, p. 83). Nesse momento, o/a pesquisador/a “articula as informações, estabelece conexões, confronta dados apresentados” (OLIVEIRA et al., 2015, p.150), desse modo, ultrapassa a compreensão do conteúdo presente em cada documento de forma individual e passa a ter a perceber aquilo que está entre eles.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A coleta de dados inicial no Google Acadêmico através do descritor “assexual” indicou 3370 resultados. Durante o processo de tratamento dos dados esse número caiu drasticamente, uma vez que o processo de leitura das informações para a determinação do contexto em que era utilizado o termo “assexual” – referente à biologia ou à sexualidade humana – demonstrou que apenas 115 documentos não estavam relacionados à reprodução assexuada de plantas, bactérias ou fungos.

Durante o processo mais específico de refinamento os documentos foram abertos e realizou-se, através da ferramenta de busca no texto (Ctrl + F), a busca com termo “*assex*” para determinar qual o contexto em que a palavra aparecia. Nesse momento foram excluídos do quantitativo 68 trabalhos que não possuíam relação com os objetivos do estudo: 10 trabalhos falavam sobre o mito da assexualidade na velhice, em sua maioria utilizando o termo não como sexualidade, mas para significar a percepção errônea do senso comum de uma ausência de atos sexuais durante a terceira idade; esse “mito da assexualidade” apareceu também referente à deficientes físicos (1) e a doentes mentais (1); 56 documentos apenas citam o termo ao definirem o que as letras em LGBTQIA+ significam, mas não há discussão acerca da definição do termo.

Durante o cruzamento foi detectada duas duplicações de material, de modo que o *corpus* da pesquisa foi de 45 documentos, dos quais 29 definem o termo assexualidade ao falar das possibilidades de sexualidades na comunidade LGBTQIA+ sem que esse seja o foco da pesquisa, sete trabalhos trazem um pouco mais do que a simples definição, e apenas nove têm como foco uma discussão mais aprofundada da assexualidade. A escolha por manter no

primeiro momento de discussão os 36 documentos que não tinham como foco principal o estudo da assexualidade se deu pela compreensão que a partir da definição que eles utilizam, também participam na construção e disseminação de um conceito sobre a assexualidade.

Entretanto, a discussão e descrição histórica, geográfica e institucional deste estudo vai se aprofundar na caracterização apenas dos 9 documentos que têm como foco a temática assexualidade (LE MOS, 2011; OLIVEIRA, 2012; 2013; BRIGUEIRO, 2013; BEZERRA, 2017; ROZENTHAL, 2018; SANTIAGO, 2018; SOBRINHO et al., 2018; HERGESEL, 2018), uma vez que estes são os trabalhos que realmente respondem aos objetivos traçados de forma mais satisfatória.

Como é definida a Assexualidade nas produções cujo foco não é a temática?

De uma maneira geral, a assexualidade aparece nos 36 documentos como a ausência de atração ou desejo sexual por pessoas de qualquer gênero. Por serem trabalhos cuja temática de foco não é a assexualidade, as discussões acerca do tema aparecem de forma breve. Com exceção de 5 documentos (DAWSON, 2015; ALMEIDA, 2016; LAGES, 2016; SOCODOLSKI, 2016; GUIMARÃES, 2018), todas as definições sobre o tema não passam de um parágrafo. Entretanto, ainda que falem pouco sobre o tema, percebe-se que é necessária também a reflexão acerca do que estão sendo produzidos nesses textos, uma vez que eles participam na construção do conceito. Além disso, por aparecem em um número três vezes maior do que àqueles cujo foco é a assexualidade, abstrai-se que eles possam ser mais disseminados, assim como a sua definição do termo.

O *ebook Orientações sobre Identidade de Gênero* de Jaqueline Gomes de Jesus aparece no quantitativo e referenciado em outros três trabalhos, definindo o assexual como “pessoa que não sente atração sexual por pessoas de qualquer gênero” (JESUS, 2012, p. 26). Variações dessa definição como ausência de atração sexual ou atração por nenhum gênero também aparecem no quantitativo.

Desse modo, podemos pensar que há um relativo consenso em 28 documentos, em que a assexualidade é apontada como uma ausência de atração sexual independente do gênero. Entretanto, sete documentos não utilizam a terminologia “atração sexual”, referindo-se a uma ausência de “desejo sexual” (COSTA-VAL; GUERRA, 2019; SILVA; FERNANDES, 2016; SOUZA et al, 2018; MOREIRA, 2014) ou “interesse sexual” (CHIAMOLERA; BAGATINI, 2017; COSTA-VAL; GUERRA, 2019).

Destaca-se que a assexualidade aparece classificada junto com outras orientações sexuais, como a homossexualidade, bissexualidade, panssexualidade e heterossexualidade, mas não há um consenso, como aponta Machado (2018, p. 11), “alguns especialistas reconhecem a assexualidade como orientação sexual, outros discordam”. Essa discussão baseia-se principalmente em dois pilares: os/as pesquisadores/as que compreendem que a orientação sexual é determinada por um direcionamento da atração sexual, e como há a ausência de atração na assexualidade esta teria que ser considerada em uma categoria própria ou como a ausência de uma orientação sexual; ou através da consideração da assexualidade como patologia.

Na dissertação de mestrado em sociologia *Corpo e espírito: representações da homossexualidade no espiritismo* (GUIMARÃES, 2018) o autor analisa a forma como a doutrina espírita explica a diversidade sexual através de obras de médiuns e intelectuais espíritas. Em uma das obras analisadas na dissertação, Moreira (apud GUIMARÃES, 2018) aponta a assexualidade como condição patológica equiparando-a ao transtorno de desejo sexual hipoativo, listado no Código Internacional de Doenças (CID 10) e no Manual Diagnóstico e Estatístico de Desordens Mentais (DSM IV). Em contraponto, Divaldo Franco (2016 apud GUIMARÃES, 2018, p.68) discorda de que se trata de um distúrbio psicológico, afirmando a assexualidade como circunstância na qual “o indivíduo possui a estrutura anatomofisiológica saudável, sem nenhuma disfunção, mas a sua estrutura psicológica faz com que ele não experimente a presença ostensiva da libido”.

Ressalta-se que na quinta edição DSM, que é a mais recente do manual, os diagnósticos de Transtorno do Interesse/Excitação Sexual Feminino e Transtorno do Desejo Sexual Masculino Hipoativo não devem ser realizados caso a falta de desejo sexual ao longo da vida for melhor explicada pela identificação da pessoa como “assexual” (APA, 2014). Sendo assim, a assexualidade não mais corresponde a uma categoria patológica no manual.

Destacam-se os documentos que fazem distinção entre atração sexual e romântica e/ou que apontam a possibilidade de relação afetiva ou romântica ainda que o indivíduo se identifique como assexual (DAWSON, 2015; SOCODOLSKI, 2016; JESUS, 2016; CARVALHO, 2018). Essas produções trazem a importante distinção entre orientação sexual e orientação romântica, e auxiliam na desconstrução do imaginário de que só porque alguém não experimenta atração sexual, não quer dizer que ela não possa ou queira ter um relacionamento com outra pessoa.

Aspectos histórico-geográficos e metodológicos da produção acerca da Assexualidade

Inicialmente, com o intuito de analisar os trabalhos que discutem a assexualidade de forma mais aprofundada, foi realizado o mapeamento das produções de forma a observar onde e quando os trabalhos foram produzidos. Para isso, observaram-se dados como: ano de publicação, distribuição geográfica, instituições, tipo da pesquisa, área do conhecimento e tipos dos documentos.

Gráfico 1: Distribuição anual

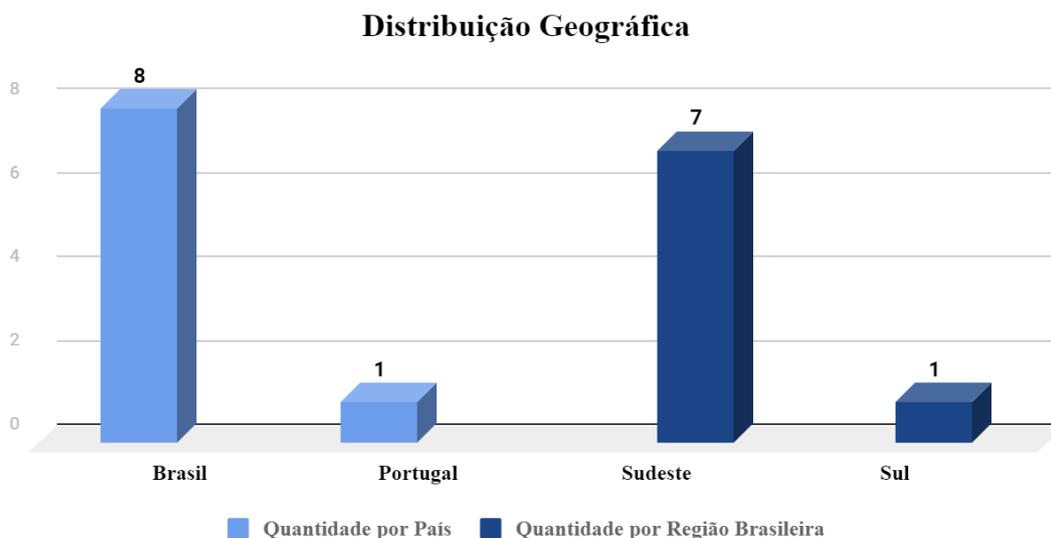


Fonte: Autoras, 2019.

Considerando apenas as nove produções finais, percebeu-se que os registros de publicações datam desde 2011 até 2018, sendo este o ano com o maior quantitativo de publicações, equivalente a quatro trabalhos, como mostrado no gráfico abaixo. Neste levantamento, não foi realizado recorte temporal, e apesar da escala Kinsey abranger estudos de orientações sexuais desde 1948 e de a AVEN ter sido formada em 2001, percebe-se que as discussões mais aprofundadas datam apenas da década atual, sendo a dissertação intitulada *Assexualidade: factores de vulnerabilidade psicológica*, com autoria de Diana Lemos, o trabalho mais antigo, datado de 2011.

Em relação à distribuição geográfica, percebe-se a potencialidade da Região Sudeste do Brasil no desenvolvimento de pesquisas relacionadas à assexualidade, visto que sete dos nove trabalhos foram desenvolvidos nessa região. A Região Sul aparece com apenas uma publicação, sendo a segunda e última região brasileira a aparecer no quantitativo. Além disso, também foi encontrado um trabalho desenvolvido em Portugal (como indicado no Gráfico 2).

Gráfico 2: Distribuição geográfica



Fonte: Autoras, 2019.

Ademais, foram analisadas quais instituições publicaram os trabalhos que discutem o tema de forma mais aprofundada e, percebeu-se que a Universidade de São Paulo (USP) apresentou o maior quantitativo, equivalente a duas produções. As instituições restantes apresentam um trabalho cada, como detalhado na tabela abaixo.

Tabela 1: Distribuição por instituição

INSTITUIÇÃO	QUANTITATIVO
Universidade de São Paulo	2
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	1
Universidade Estadual de Campinas	1
Universidade de Aveiro	1
Universidade Santa Úrsula	1
Universidade Estadual de Londrina	1
Institutos Superiores de Ensino do CENSA	1
Faculdade de Tecnologia de Bauru	1
TOTAL	9

Fonte: Autoras, 2019.

Em relação às áreas do conhecimento foram encontrados três trabalhos na área da Psicologia, dois na Educação, um na Psicanálise, um na Pedagogia, um na Antropologia Social e um na área de Tecnologia, contabilizando nove trabalhos. Sendo três trabalhos práticos e seis teóricos.

A pesquisadora Elisabete Regina Baptista de Oliveira, doutora em Educação pela Universidade de São Paulo, desenvolveu os 2 estudos da área da Educação (OLIVEIRA, 2012; 2013) presentes no *corpus*, sendo um deles é o segundo mais antigo do *corpus*. Ambos são trabalhos em anais de congresso que fazem discussões teóricas e se apoiam na AVEN para discutir acerca da assexualidade.

É importante também analisar os tipos de documentos que foram encontrados, pois a partir dessa análise pode-se pensar na abrangência ou não desses estudos. No total foram localizados três artigos publicados em revistas (*Revista Latinoamericana Sexualidad, Salud y Sociedad*, *Cadernos Psicanalíticos* e a *Revista Humanidades, Tecnologia e Cultura*), uma dissertação, uma resenha referente ao livro “*asexualities*”, um trabalho completo em anais de congressos, um capítulo de livro, um resumo expandido e um resumo simples em anais de congressos.

Assexualidades em foco: definições do conceito

A assexualidade em primeiro momento é definida a partir de uma distinção com o celibato, que é considerado como uma escolha (OLIVEIRA, 2012; BRIGUEIRO, 2013; HERGESEL, 2018). Brigueiro (2013, p. 258) retrata o estudo da assexualidade como um “campo de produção de conhecimento sobre sexualidade que é atravessado por e atravessa tais processos de disputa acerca do desinteresse pelo sexo”. Nesse sentido, a assexualidade seria vista como a quarta orientação sexual, devendo possuir a mesma validade e aceitação do que a heterossexualidade, a homossexualidade, a bissexualidade.

Quando se estuda as formas de expressão da sexualidade, percebe-se que há uma invisibilidade para as configurações de fogem da heterossexualidade, sendo consideradas, como marginalizadas. Segundo Wanderley (2004, p.17), “existem valores e representações do mundo que acabam por excluir as pessoas”, e é a própria sociedade quem constrói e reafirma os padrões de normalidade e as conjunturas de fixação de estereótipos que decorrem da sociedade heteronormativa. Coloca-se assim, o “diferente” em ciclos de exclusão permanentes.

Segundo Brigueiro (2013), é importante observar que os discursos construídos sobre assexualidade nos sites, como exemplo da AVEN, dificilmente aponta argumentos ou

(83) 3322.3222

conceitos científicos, ou faz referência a algum estudo ou cientista. Entretanto, a maioria dos conceitos são elaborados na construção em grupo dos participantes. Em sua pesquisa, alguns conceitos foram debatidos como o de atração, sexualidade e excitação, como forma de introduzir a conversa sobre a assexualidade.

A busca por visibilidade e consequente legitimação do que é a assexualidade são sustentadas por estas participações virtuais, mas também vem encontrando respaldo no campo acadêmico. A definição da AVEN para a assexualidade é “pessoa que não experimenta atração sexual” (BRIGEIRO, 2013, p. 263), colocando-a também como uma orientação sexual, e como uma característica intrínseca dos indivíduos.

Ao se discutir sobre assexualidade, Bezerra (2017) afirma ser um tema emergente e polêmico por não existir consenso. Contudo, será que é mesmo necessário que haja apenas uma definição de assexualidade?

Contrapondo a ideia da necessidade de existir um consenso, Oliveira (2012) se apoia na afirmação da AVEN que discorre sobre os assexuais constituírem uma categoria **heterogênea** cuja única característica comum a todos é não sentirem atração sexual direcionada a outras pessoas. A partir disso, faz-se necessário discutir sobre as possíveis definições de assexualidade que são apresentadas nos trabalhos encontrados.

Ainda em consonância com as ideias apresentadas pela comunidade AVEN, em seu trabalho, Brigeiro (2013) se apoia na ideia da dessa comunidade virtual que apresenta a definição da assexualidade de forma breve, sendo “pessoa que não experimenta atração sexual”, como uma orientação sexual, entendendo tratar-se de “uma condição intrínseca das pessoas” (p. 263), que é distinta do celibato, o qual se enquadraria como uma escolha (BRIGEIRO, 2013; OLIVEIRA, 2012; HERGESEL, 2018). É importante ressaltar, também, a diferença entre os termos assexual e assexuado, pois o sufixo -al conota a ideia de orientações sexuais, com heterossexual, homossexual, entre outros (OLIVEIRA, 2012), já o sufixo -ado, denota a uma visão biológica de reprodução celular.

A partir da leitura e interpretação dos nove documentos finais foram encontradas sete formas de visualizar a assexualidade, sendo esta considerada como uma identidade (BEZERRA, 2017; ROZENTHAL, 2018) e, posteriormente, como sexualidade (OLIVEIRA, 2013), ou negação da sexualidade (HERGESEL, 2018), como uma orientação sexual (LEMONS, 2011; OLIVEIRA, 2012; BRIGUEIRO, 2013) ou vista como uma forma de singularidade do sujeito (ROZENTHAL, 2018).

Segundo Roger Raupp Rios (2001, p.90-91),

Na construção da individualidade de uma pessoa, a sexualidade consubstancia uma dimensão fundamental da constituição da subjetividade, alicerce indispensável para a possibilidade do livre desenvolvimento da personalidade. Fica claro, portanto, que as questões relativas à orientação sexual relacionam-se de modo íntimo com a proteção da dignidade da pessoa humana.

Os trabalhos apresentam críticas à definição da assexualidade como uma patologia (OLIVEIRA, 2012) ou disfunção sexual, como dispositivo de dominação social (SANTIAGO, 2018) ou apontada como uma naturalização do dispositivo de sexualidade (BEZERRA, 2017). Nesse sentido, alguns discursos médicos se tornam problemáticos por apresentar uma concepção biologizante e universalizante da sexualidade (OLIVEIRA, 2012). Pensando nessa crítica ao universalizante, também é problemático o conceito de sexualidade apresentado por Sobrinho e colaboradores (2018) a partir da definição da Organização Mundial de Saúde (OMS) que “define como uma energia motivacional que nos impulsiona a procurar o amor, contato, intimidade, que se funde em como nos sentimos, movemos, tocamos e somos tocados” (OMS apud SOBRINHO et al., 2018, p. 1).

Desenvolvendo uma crítica sobre a visão das ciências médicas e a ideia da medicalização para a assexualidade, Oliveira utiliza Conrad (1992 apud OLIVEIRA 2012, p.3) para afirmar que a medicalização descreve “o processo através do qual problemas não médicos são definidos em termos médicos, utilizando-se linguagem médica para sua descrição, os conhecimentos médicos para sua compreensão e a intervenção médica para seu tratamento”. No entanto, essa abordagem acaba por fortalecer a ideia de sexo como natural e pré-existente à vida social, reafirmando a ideia errônea de sexualidade como algo imutável, associal e ahistórico (OLIVEIRA, 2012).

Na tentativa de desconstruir essa ideia inata, Rozenthal (2018) apoia-se nos pressupostos psicanalíticos para afirmar que, a partir do pensamento de Lacan (1972-1973/1986 apud ROZENTHAL, 2018) não existe “A mulher”, mas sim “mulheres”. Nessa ótica, cada sujeito tem sua história e singularidade para além da biologia e do físico, estando em jogo as diferenças e não uma “identidade genética”. Extrapolando esse raciocínio é possível refletir também sobre a questão da assexualidade, visto que a singularidade e história de vida de cada sujeito é o que o constitui.

Nesse sentido, Lemos (2011), utiliza o estudo de Boagaert (2004 apud LEMOS, 2011) para defender a ideia do não diagnóstico, uma vez que os assexuais, na sua maioria, não se consideram negativamente afetados pela sua assexualidade. O trabalho de Rozenthal (2018) pode complementar essa afirmação, pois o autor defende que os sujeitos sofrem, não por

serem assexuais, mas por conta da dissonância cognitiva entre como o sujeito se reconhece e o que a sociedade impõe e impele o sujeito a ser. Isso pode significar que o sofrimento não ocorre pelo fato de se identificar assexual ou não possuir atração sexual, mas pela discriminação, segregação e possível exclusão social, situações que são potencializadas pela visão hegemônica das ciências médicas.

Outra situação discutida nos trabalhos é a escassez de representatividade na mídia e discussões sobre a temática (HERGESEL, 2018; SOBRINHO et al., 2018). Essa escassez ocasiona sofrimento, principalmente em adolescentes assexuais no processo de descoberta, por não se enquadrarem em orientações sexuais amplamente popularizadas (HERGESEL, 2018), dificultando na identificação e em se assumir enquanto assexual (SOBRINHO et al., 2018). Contudo, apesar da mídia ter um papel importante na disseminação de discussões sobre a assexualidade, Oliveira (2012) ressalta que, ao mesmo tempo em que pode possibilitar um lugar para discutir acerca da assexualidade, profissionais com discursos biologicistas e patologizantes também ganham espaço e reforçam o preconceito e a segregação.

Em seu trabalho *Assexualidade e medicalização na mídia televisiva norte-americana*, Oliveira (2012), verificou imposições e descrenças por parte dos terapeutas sexuais que discutiam sobre assexualidade nos programas analisados, assim como a reafirmação de tratar-se de um distúrbio fisiológico ou psicológico. A autora percebeu também preconceito por parte dos profissionais, ao afirmarem o risco que a AVEN pode trazer, como afirmado por uma terapeuta, “o problema é que as pessoas podem chegar à sua comunidade e pensar que encontraram seu lugar [...] [As pessoas] precisam de informação de especialistas [...]” (OLIVEIRA, 2012, p. 12). Nesse sentido, a terapeuta entrevistada apresenta a ideia da assexualidade como um transtorno que requer tratamento e cura.

Assim, a AVEN possui grande importância por fortalecer um movimento que ocasiona uma produção social de identidade sexual que confere pressupostos identitários e organiza os indivíduos que se identificam enquanto “grupamento de gênero” (ROZENTHAL, 2018), além de possibilitar espaço de fala e questionamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudos de revisão de literatura, em especial de Metassíntese, são importantes para a sistematização e avanço do conhecimento por permitir apontar rupturas, lacunas e continuidades na produção científica (OLIVEIRA et al., 2017). A partir das aproximações e afastamentos na maneira como um tema está sendo abordado academicamente é possível vislumbrar, através de um movimento de tese e antítese, uma síntese interpretativa.

A assexualidade ainda é relativamente pouco abordada no âmbito acadêmico brasileiro, algo que foi verificado quando dentre 3370 resultados indicados pelo *Google Acadêmico*, apenas nove documentos tinham como foco a discussão da temática. Várias razões podem ser atribuídas a essa invisibilidade dentro do meio acadêmico, como por exemplo, a dificuldade de encontrar pessoas que se identificam como assexuais e que queiram participar de pesquisas, uma vez que ainda há um grande estigma social de inexistência e/ou patologização dessa orientação sexual.

Entretanto, os pesquisadores e as pesquisadoras dos documentos analisados parecem encontrar soluções criativas para contornar essas dificuldades de contato para pesquisas de campo, ao transformar a *internet* em seu campo de pesquisa, através da análise da AVEN (BRIGUEIRO, 2013; OLIVEIRA, 2013), cujo conteúdo é criado por assexuais e tem como foco a educação de pessoas acerca do tema, do contato para participação da pesquisa por meio de comunidades virtuais (LE MOS, 2011) ou a discussão de entrevistas na mídia norte-americana (OLIVEIRA, 2012). Essas estratégias potencializam a visibilidade da discussão do tema, ao mesmo tempo em que não são travancadas pelas condições espaciais ou dificuldade de contato.

De um modo geral, há um relativo consenso nos documentos da assexualidade descrita como ausência de atração sexual e seu pertencimento como orientação sexual, assim como heteressexualidade, homossexualidade e bissexualidade. Ainda assim há uma pluralidade nas formas de abordar e vivenciar a assexualidade, levando em consideração que esse é um termo guarda-chuva que engloba várias identidades, como demisssexual ou assexual cinza. Diante disso, percebe-se que talvez esse termo deva ser utilizado no plural – assexualidades – para que possa abarcar as diversas formas de expressão.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**, Quinta Edição (DSM-V). Traduzido por Maria Inês Corrêa Nascimento et al. Revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli et al. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ALMEIDA, L. C. S. **Orientação sexual**: o discurso jurídico entre igualdade e diferença na política nacional de sangue e hemoderivados. 2016. TCC (Curso em Direito) - Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

AVEN. Asexuality, 2019. About asexuality. Disponível em: <<https://www.asexuality.org/?q=overview.html>>. Acesso em: 30, jul, 2019.

BASTOS, J. A. **Saúde mental e trabalho: metassíntese da produção acadêmica no contexto da Pós-graduação brasileira.** 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió.

BEZERRA, P. V. Assexualidades: perspectivas queer e feminista. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 70, n. 1, p. 305-310, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000100021&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 29 jul. 2019.

BRIGEIRO, M. A emergência da assexualidade: notas sobre política sexual, ethos científico e o desinteresse pelo sexo. **Sex., Salud Soc. (Rio J.)**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 253-283, Aug. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872013000200012&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 27 Jul 2019.

CARVALHO, A. C. A. **Sistema penitenciário e alas específicas para transexuais: segregação ou proteção?**. 2018. TCC (Curso de Direito) - Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA). Disponível em: <http://repositorio.cesupa.br:8080/jspui/bitstream/prefix/59/1/Ana%20Clara%20Alves%20de%20Carvalho.pdf>. Acesso em: 25 jul 2019.

CHIMOLEIRA, G. D; BAGATINI, J. Possibilidade de alteração do gênero do transexual no registro civil de pessoas naturais sem a realização da cirurgia de transgenitalização: um olhar para a inclusão. **Revista Interativa**, Nº 3 / Ano 2017. Disponível em: <http://revista.faifaculdades.edu.br/index.php/interativa/article/view/365/209>. Acesso em: 20 jul 2019.

COSTA-VAL, A; GUERRA, A. Corpos trans: um ensaio sobre normas, singularidades e acontecimento político. **Saúde e Sociedade [online]**, v. 28, n. 1, p. 121-134, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902019170251>> Acesso em: 28 jul. 2019.

DAWSON, J. **Este livro é gay: e hetero, e bi, e trans...** Martins Fontes, 2015.

GOMES DE JESUS, J. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos.** 2ª edição – revista e ampliada. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.diversidadesesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em 28 jul 2019.

GOMES DE JESUS, J. Operadores do direito no atendimento às pessoas trans. **Revista Direito e Práxis**, vol. 7, núm. 15, 2016, pp. 537-556. Universidade do Estado do Rio de Janeiro Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3509/350947688017.pdf>. Acesso em: 25 jul 2019.

KINSEY INSTITUTE, Kinsey institute: Indiana University, 2018. The Kinsey Scale. Disponível em: <<https://kinseyinstitute.org/research/publications/kinsey-scale.php>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

GUIMARÃES, F. A. S. **Corpo e espírito: representações da homossexualidade no espiritismo.** 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo.

HERGESEL, J. P. Adolescentes Assexuais: quem são? o que sentem? como vivem?. **REHUTEC: Revista de Humanidades, Tecnologia e Cultura**, vol. 8, n. 1, dez/2018.

Disponível em: <http://www.fatecbauru.edu.br/ojs/index.php/rehute/article/viewFile/312/279>. Acesso em 10 jul 2019.

LAGES, V. N. **Violência LGBTfóbica: uma análise do caso Levy Fidélix e de decisões cíveis dos Tribunais de Justiça do Brasil**. 2016. TCC (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília.

LEHMILLER, J. J. **The Psychology of Human Sexuality**. 2013. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=ytk5DwAAQBAJ&pg=PT250&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 30 jul. 2019.

LEMOS, D. S. C. M. **ASSEXUALIDADE: factores de vulnerabilidade psicológica**. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia Forense) - Departamento de Educação, Universidade de Aveiro, Aveiro.

LIMA, C. T. **Adjetivações da obra de Vigotski na produção científica da psicologia brasileira**. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió.

MOSBERGEN, D. **LGBT, Asexual Communities Clash Over Ace Inclusion**. HUFFPOST, 2013. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/2013/06/21/lgbt-asexual_n_3385530.html> Acesso em 30, jul, 2019.

MACHADO, G. E. **Imaginário social e formação continuada: o olhar para as discussões de gênero, etnia e diversidade sexual**, 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

MOREIRA, A. M. F. **O papel do Direito Penal no combate à discriminação: reflexões sobre a última versão do PLC 122**. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Alexandre_Magno_Moreira/publication/269630836_O_papel_do_Direito_Penal_no_combate_a_discriminacao_reflexoes_sobre_a_ultima_versao_do_PLC_122/links/549036dc0cf2d1800d864d34/O-papel-do-Direito-Penal-no-combate-a-discriminacao-reflexoes-sobre-a-ultima-versao-do-PLC-122. Acesso em: 29 jul 2019.

OLIVEIRA, A. A. S.; LIMA, C. S. L.; MORAIS, K. K. C. Bibliometria e metassíntese de estudos sobre trabalho publicados na revista Psicologia & Sociedade. **Psicologia & Sociedade**, v. 28, n. 3, p. 572-581, 2016.

OLIVEIRA, A. A. S.; BASTOS, J. A. Pressupostos epistemológicos da saúde mental e trabalho em teses brasileiras. **Revista Saúde Mental**, v. 11, n. 20, p. 152-175, 2017.

OLIVEIRA, A. A. S. et al. A produção de conceitos e de métodos na pesquisa psicológica: contribuição da metassíntese ao conhecimento científico. In: OLIVEIRA, A. A. S. (org.). **Psicologia sócio-histórica e o contexto de desigualdade psicossocial: teoria, método e pesquisas**. Maceió: EDUFAL, 2017. 334p.

OLIVEIRA, A. A. S. Metassíntese: apontamentos para sistematização de revisões amplas e crítica interna à produção científica. **Atas CIAIQ 2015**, v.1, n.1, p. 147-152, 2015. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/36> Acesso em: 15 jul 2019.

OLIVEIRA, E. R. B. Assexualidade e medicalização na mídia televisiva norte-americana. In: VIEIRA, T. R. (org) **Minorias Sexuais: direitos e preconceitos**. 1 ed. Brasília: Editora Consultex, 2012.

OLIVEIRA, E. R. B. Saindo do armário: a assexualidade na perspectiva da AVEN – asexual visibility and education network. **Anais do Seminário internacional fazendo gênero 10**. Florianópolis, 2013. Disponível em: http://acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2015/11/2013_Saindo-do-Armario_Asexualidade_Aven_ElisabeteReginaBaptistadeOliveira.pdf. Acesso em 20 jul 2019.

RIOS, R. R. **A homossexualidade no Direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

ROZENTHAL, E. Assexualidade: um olhar psicanalítico para o futuro. **Cad. psicanal.**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 38, p. 111-124, jun. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-62952018000100007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 jul. 2019.

SANTIAGO, W. S. As narrativas dos mecanismos de controle da assexualidade de jovens da educação superior. **Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade**. Organizadoras: Paula Regina Costa Ribeiro... [et al.] – Rio Grande : Ed. da FURG, 2018. Disponível em: <https://7seminario.furg.br/images/arquivo/109.pdf>. Acesso em: 23 jul 2019.

SILVA, M. A. A; FERNANDES, H. L.. Leitura semiótica de gênero e sexualidade. In: **Anais do simpósio de estudos de gênero e diversidade sexual**. Vol. 1, 2016, ISSN 2446-4805. Memórias, Culturas E Resistências. 1, 2 e 3 de Junho de 2016 UFSCar- Sorocaba.

SOCODOLSKI, C. **Novas mídias: a produção de um canal no youtube sobre minorias sexuais e de gênero**. 2016. TCC (Curso de Jornalismo). Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/43429>. Acesso em: 26 jul 2019.

SOBRINHO, A. G. O. et al. A manifestação da sexualidade do indivíduo assexual. **Perspectivas Online: Humanas e Sociais Aplicadas**, v. 8, n. 22, 2018. Disponível em: https://www.seer.perspectivasonline.com.br/index.php/humanas_sociais_e_aplicadas/article/view/1535. Acesso em: 20 jul 2019.

SOUZA, P. A. S. et al. Percepção de estudantes dos Ensinos Médio e Superior de Recife-PE, acerca da influência do Ambiente Escolar nos seus comportamentos Sexuais e de Gênero. **Anais V CONEDU**, v. 1, n.1, 2018. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV117_MD1_SA7_ID9550_10092018112157.pdf. Acesso em: 28 jul. 2019.

VIGOTSKI, L.S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

VIGOTSKI, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WANDERLEY, M. B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, B. (org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 5º ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

SAINDO DO ARMÁRIO, MAS NÃO SAINDO DA NORMA

Emerson Granja de Araújo Lacerda¹

RESUMO

A metáfora da saída do armário ainda é comumente utilizada quando se quer fazer referência de um indivíduo que rompe com a heterossexualidade, ou melhor, quando esse indivíduo assume uma identidade sexual distinta da heterossexual. Entretanto, a saída do armário ou a identificação com um modo de vida distinto do, já dito, heterossexual pode implicar em novos “armários” identitários que possivelmente reafirmariam, ou melhor, chancelariam a reiteração da norma. Deste modo, o presente escrito procura problematizar, a partir dos estudos *queer*, a saída do armário e a reinserção do indivíduo em novos - ou os mesmos - enquadramentos normativos heterossexuais. Provoca, por fim, o leitor a pensar uma perspectiva pós identitária, a partir dos teóricos *queer*, para uma possível ação política e, conseqüentemente, o estabelecimento de outros modos de ser.

Palavras-chave: estudos *queer*, enquadramento normativo, norma, política pós identitária.

Estudos *queer* entram em cena

Durante e após a década de 1960, período que ficou denominado de “revolução sexual”, uma onda contestatória se instalou nos circuitos acadêmicos, políticos e no ativismo social. Conhecido como movimento de contracultura, almejava-se problematizar o discurso hegemônico até então presente. Essa onda contestatória veio a galope nos, então, novos movimentos sociais. Miskolci (2015) salienta três desses “novos” (as aspas são do autor) movimentos sociais: movimento pelos direitos civis da população negra no sul dos Estados Unidos, segunda onda do feminismo e movimento homossexual. É bem verdade que esses movimentos tinham anseios distintos e baseavam seus ideais na particularidade de suas pautas, porém importa considerar que, apesar das distinções, ora ou outra os interesses se aproximavam ou se distanciavam, havendo, assim, cruzadas acadêmicas e políticas em seus discursos. Afetos ou não, os estudos *queer* surgem dessa tensão e, por essa razão, serão destacados aqui os elementos que auxiliaram na formação dessa teoria. Teoria essa que está bastante presente no atual cenário político e acadêmico em boa parte dos países ocidentais.

Essa onda contestatória colocou em questão elementos, discursos, saberes e autoridades até então não problematizados. A partir de Foucault - através de sua genealogia da

¹ Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco. Especialista em Direito Penal e Criminologia. Professor vinculado à Uninabuco-Paulista-PE. Analista Judiciário do Tribunal de Justiça de Pernambuco. E-mail: emerson.granja@hotmail.com

confissão, da constatação de que a sexualidade é um constructo histórico e que tem em seu bojo um caráter regulatório, além da formação de campos de saberes fincados em “jogos de verdade” - foi colocada em marcha uma reviravolta no curso da ação política, da cultura e nos modos de vida. Com gancho nessas análises foucaultianas – além de uma outra gama de estudos e teorias ofertados pelos estudos feministas, gays, lésbicos, filosóficos, políticos, o pós-estruturalismo, a psicanálise, bem como outros campos de conhecimento – uma constatação se impôs: a existência de um regime de normalização dos modos de vida e de se relacionar está em voga há bastante tempo na sociedade ocidental.

Na contramão da normalização, os “novos” movimentos sociais começaram suas investidas na tentativa de pôr por terra o sistema estabelecido. “De forma geral, esses movimentos afirmavam que o privado era político e que a desigualdade ia além do econômico” (MISKOLCI, 2015, p. 22). Nesse contexto, os estudos *queer*, então, tem suas origens em diversos países, conforme Miskolci (2015, p. 22) destaca:

Intelectualmente, esse impulso crítico inicial originou obras acadêmicas dispersas em vários países, como o Brasil, a França e os Estados Unidos. Dentre os precursores da Teoria Queer, é importante citar Guy Hocquenghem, pensador francês que, no início dos anos 1970, publicou *Le désir homossexuel* (O desejo homossexual), um livro sobre o papel do medo da homossexualidade na definição da ordem político-social do presente e alguns artigos da antropóloga feminista Gayle Rubin, em especial seu ensaio *Thinking Sex* (Pensando sobre o sexo, 1984).

Mas é só na metade dos anos 1980 que essa teoria ganha mais força, principalmente com o aparecimento da epidemia da aids que colocou essa doença não só como questão de saúde pública como, também, denotou uma construção social daí decorrente, à época. O movimento homossexual e os *queer* se posicionaram, cada qual, de forma específica e, o que ficou caracterizado nos meios acadêmicos e do ativismo homossexual americano, é que eram pautas que se chocavam. Assim, foram recepcionados e colocados como antagônicos.

Enquanto o movimento homossexual procurou demonstrar que os homossexuais eram pessoas normais e respeitáveis, havendo, pois, uma certa moralização nesse apelo, além de um pedido de assimilacionismo ao regime posto, já que a agenda era toda fincada no modelo heterossexual construído, a pauta *queer* se alicerçou naqueles(as) que não seriam, ou melhor, não são contemplados(as) por essas demandas do movimento homossexual. “Alguém atento percebe como a problemática *queer* não é exatamente a da homossexualidade, mas a da abjeção” (MISKOLCI, 2015, p. 24). Ainda para Miskolci (2015, p. 24) “a abjeção, em termo

sociais, constitui a experiência de ser temido e recusado com repugnância, pois sua própria existência ameaça uma visão homogênea e estável do que é a comunidade”. Logo, o alvo da teoria *queer* é ir além de apenas traçar uma linha demarcatória em que há de um lado a heterossexualidade e do outro a homossexualidade, discurso esse que pede reconhecimento e grita pela existências de identidades (importa destacar que o “ir além” não quer desqualificar ou diminuir o ativismo LGBT que tanto já avançou e tantas brigas já travou, mas sim tentar mostrar que é possível alargar mais as fronteiras e problematizar o debate binário do “sou ou não sou”). Esse binarismo não dá conta da pluralidade que as sexualidades e as identidades humanas perpassam. Há uma fluidez e uma contingência que coloca em xeque o regime de normalização das subjetividades².

De posse dessa breve explanação sobre os estudos *queer*, é elementar discutir de que forma essa teoria trabalha a temática da sexualidade e o enquadramento normativo, utilizando, para tanto, a metáfora da saída do armário a partir, também, do viés teórico trabalhado por Sedgwick (2007): epistemologia do armário. Aponta-se, neste caso, o possível equívoco que pode ocorrer no ato de reconhecimento ou de “se assumir” vinculado a uma identidade sexual (a saída do armário) e a repetição do padrão normativo dentro dessa nova identidade (reinserção na norma). No último momento, apresenta-se uma perspectiva pós-identitária a fim de se abordar as possíveis saídas que os teóricos e teóricas *queer* dão para uma sociedade que lidaria com uma educação da diferença e não normalizadora, conforme Miskolci (2015), e lidaria com *multidões* de diferentes e não minorias sedentas pelo reconhecimento de suas identidades.

2 A saída do armário e a reinserção na norma

Leandro Colling (2015, p. 30), em sua obra intitulada *Que os outros sejam o normal*, suscita alguns questionamentos:

Por que desejamos esse ideal de vida? Por que queremos uma vida a mais parecida possível com a dos heterossexuais? Por que a união civil proposta é exatamente a baseada na família nuclear burguesa, justamente uma das

² Miskolci (2015, p. 25) apresenta uma síntese dos discursos do movimento homossexual e da teoria *queer*: “Em resumo, o antigo movimento homossexual denunciava a heterossexualidade como sendo compulsória, o que podia ser também compreendido como uma defesa da homossexualidade. O novo movimento *queer* voltava sua crítica à emergente heteronormatividade, dentro do qual até gays e lésbicas normalizados são aceitos, enquanto a linha vermelha da rejeição social é pressionada contra outr@s, aquelas e aqueles considerados anormais ou estranhos por deslocarem o gênero ou não enquadrarem suas vidas amorosas e sexuais no modelo heterorreprodutivo. O *queer*, portanto, não é uma defesa da homossexualidade, é a recusa dos valores morais violentos que instituem e fazem valer a linha da abjeção, essa fronteira rígida entre os que são socialmente aceitos e os que são relegados à humilhação e ao desprezo coletivo”.

instituições que tanto colaborou e ainda colabora para a subalternização daqueles que não são heterossexuais?

Ao lançar tais questões, inclusive na primeira pessoa do plural, o teórico coloca um grupo ou pessoas que se reconheçam a partir dessa problematização em um lugar à margem de um suposto local objetivado, ou melhor, referenciado. A existência desse *lócus* está denunciada nesse escrito enquanto regime de normalização das subjetividades ou pode receber outra denominação, como, por exemplo, quadro de referência heterossexual, regime de verdade, compulsoriedade da heterossexualidade. Deixando de lado a denominação desse efeito, o que importa trazer à tona é que há uma linha demarcatória das sexualidades em que – desde a especificação da homossexualidade no final do século XIX denunciada por Foucault (1988) – acredita-se que as sexualidades carregam um caráter binário onde se é heterossexual ou não se é. Na tentativa de pôr por terra esse discurso, os estudos *queer* entram em cena com uma das obras mais elementares para tais estudos: *A epistemologia do armário*, de Eve Sedgwick (2007).

É bem possível que as mesmas indagações feitas por Colling (2015) conduziram Sedgwick (2007) na feitura daquela obra. Para tanto, ela parte da polêmica decisão proferida no caso *Bowers contra Hardwick*³, além de outros exemplos de narrativas literárias, biográficas e imaginárias para demonstrar a tensão entre o público e o privado, bem como entre o segredo e a revelação existentes na cultura americana na segunda metade do século XX. Sedgwick (2007, p. 26) argumenta que:

Grande parte da energia de atenção e demarcação que girou em torno de questões relativas à homossexualidade desde o final do século XIX, na Europa e nos EUA, foi impulsionada pela relação distintivamente indicativa entre homossexualidade e mapeamentos mais amplos do segredo e da

³ “No condado de Montgomery, Maryland, em 1973, um professor de ciências da terra da oitava série chamado Acanfora foi transferido para uma posição sem funções de ensino pelo Conselho de Educação quando ficaram sabendo que ele era gay. Quando Acanfora falou sobre sua situação para telejornais, como 60 Minutes e Public Broadcasting System, teve negada a renovação de seu contrato. Acanfora entrou com um processo. A corte distrital federal que primeiro ouviu seu caso deu apoio à ação e ao argumento do Conselho de Educação, afirmando que o recurso de Acanfora à mídia atrairia atenção indevida sobre ele e sobre sua sexualidade, num grau que seria danoso ao processo educacional. A Quarta Corte de Apelação discordou. Consideraram que a exposição pública de Acanfora era discurso protegido pela Primeira Emenda. Embora tivesse derrubado o argumento da instância inferior, a Corte de Apelação confirmou, porém, a decisão de não permitir que Acanfora retornasse ao ensino. De fato, negou a Acanfora o direito de entrar com o processo, com base em que ele deixara de registrar, em as primeira candidatura ao emprego, que, na universidade, fora dirigente de uma organização homófila estudantil – registro este que teria impedido que ele fosse contratado, conforme admitiram à Corte alguns dirigentes da escola. O argumento para manter Acanfora fora da sala de Aula, assim, não era mais que ele revelara demais sobre sua homossexualidade, mas o oposto, que ele não revelara o suficiente. A Suprema Corte recusou o recurso” (SEDGWICK, 2007, p. 24).

revelação, do público e do privado, que eram e são criticamente problemáticos para estruturas econômicas, sexuais e de gênero da cultura heterossexista como um todo. (...) O “armário” e “a saída do armário”, ou “assumir-se”, agora expressões quase comuns para o potente cruzamento e recruzamento de quase todas as linhas de representação politicamente carregadas, têm sido as mais magnéticas e ameaçadoras dessas figuras.

O segredo e a revelação, assim, são componentes das subjetividades do(a) sujeito(a) ocidental. Tal argumento torna-se irrefutável, tendo em vista que a técnica da confissão e o relato de si mesmo(a) dão cadência e mantêm vigoroso o ato de revelar uma verdade buscada, almejada, especificada, discriminada durante boa parte da história ocidental. Desse modo e no contexto da sexualidade, o “armário” protagoniza um papel crucial na condução dos modos de vida, da cultura, da política e na formação de saberes durante todo século XX. “O armário é a estrutura definidora da opressão gay no século XX” (SEDGWICK, 2007, p. 26) e não por acaso esse mesmo armário carrega uma epistemologia em seu cerne, já que “sexo e conhecimento se tornaram conceitualmente inseparáveis”, conforme destaca Sedgwick (2007, p. 29) lendo *A vontade de saber* de Foucault (1988).

A “saída do armário”, assim, tem um potencial transformador. Não que isso tenha efeitos tão somente benéficos, é necessário, pois, problematizar para onde aponta o(a) indivíduo(a) que “se assume” e em que contexto esse “assumir-se” está inserido. “A autora mostra como o armário é um regime de conhecimento marcado por um falso dilema entre estar dentro ou fora, pois de uma maneira ou de outra se mantém enredado em certas relações de poder” (MISKOLCI, 2011, p. 54). Problemático ou não, Sedgwick (2007, p. 35) revela que a saída do armário “pode trazer a revelação de um desconhecimento poderoso como um ato de desconhecer, não como um vácuo ou o vazio que ele finge ser, mas como um espaço epistemológico pesado, ocupado e consequente”. Em outras palavras, o(a) indivíduo(a) não revelado(a) ou não confessado(a), ou melhor, o(a) não “assumido(a)” não está ocupando um espaço acrítico ou reduzido ao vazio cultural, social e político. Esse local é carregado de uma presunção em que todos(as) se coadunam ao regime de normalização ou à imposição da norma heterossexual. Por conseguinte, a violência é refletida ao se traçar uma linha demarcatória entre os(as) “assumidos(as)” e os(as) não assumidos(as).

Sedgwick (2007) detalha, ainda, a formação da categoria nominativa homossexual após a metade do século XX em que “a saída do armário” articulou o movimento social e inseriu os homossexuais em uma experiência comum de identidade e de sexualidade. A figura

de uma identidade gay, em que se tem “orgulho” de ser gay, surgiu apresentando enormes custos políticos, sociais e culturais para as gerações vindouras.

Questionar a auto-evidência natural dessa oposição entre gays e héteros como tipos distintos de pessoas não é, porém, desmanchá-la. Talvez ninguém devesse querer fazê-lo. Grupos substanciais de mulheres e homens nesse regime de representação descobriram que a categoria nominativa “homossexual”, ou seus quase-sinônimos mais recentes, tem um poder real de organizar e descrever sua experiência de sua própria sexualidade e identidade, de modo suficiente para fazer com que sua auto-aplicação dela (mesmo que apenas tácita) seja, pelo menos, digna dos enormes custos que a acompanham (SEDGWICK, 2007, p. 43).

Um dos efeitos imediatos da formação do movimento “ontologizante” foi a de um possível binarismo, em que acreditava-se/acredita-se que existia/existe uma maioria “heterossexual” e uma minoria “homossexual”. Esse movimento de liberação gay se deu no pós-Stonewall e reverberou em toda cultura e países do ocidente. Uma intensa valorização da “saída do armário” foi colocada em voga, bem como “uma valorização mais alta da identidade gay e da comunidade gay” (SEDGWICK, 2007, p. 46). A consequência, conforme denúncia feita pela teórica, foi colocar o grupo homossexual em local de minoria, reiterando, assim, o discurso universalizante que daí decorre:

Tem a visão minoritarista de que há uma população diferenciada de pessoas que “são realmente” gays. Ao mesmo tempo, mantém as visões universalizantes de que o desejo sexual é um solvente poderoso e imprevisível de identidades estáveis; de que pessoas e escolhas de objetos aparentemente heterossexuais são fortemente marcadas por influências e desejos em relação ao mesmo sexo, e vice-versa; e de que pelo menos a identidade heterossexual masculina e a cultura masculinista moderna podem requerer, para sua manutenção, a cristalização, como bode expiatório, de um desejo masculino pelo mesmo sexo que é disseminado e, primordialmente, interno (SEDGWICK, 2007, p. 47).

Essa articulação do movimento homossexual à época na tentativa de demonstrar uma possível identidade homossexual não se deu por acaso. “Tais ideais tinham apelo para uma juventude de classe-média ou alta, branca e universitária que colhia – primeiro e melhor – os resultados da despatologização e descriminação da homossexualidade nos países centrais” (MISKOLCI, 2011, p. 47). Esse movimento homossexual apoiou-se no discurso da especificação da homossexualidade construído pelos saberes médico-psi - analítica feita por Foucault (1988), conforme visto -, já que a homossexualidade tinha se tornado uma espécie, o ativismo se utilizou dessa estratégia para, então, fortalecer uma possível identidade

(83) 3322.3222

contato@desfazendogenero.com.br
www.desfazendogenero.com.br

homossexual/lésbica. Esse movimento ficou marcado pela possível ação política que as identidades sexuais assumiam: as estratégias das identidades sexuais. Porém, outra vertente crítica ficou atenta às possíveis falhas que daí pudessem decorrer. Todos esses acontecimentos se deram na década de 1970, após a revolução sexual.

Com a epidemia da aids/HIV nos anos 1980, uma reviravolta política, cultural e social eclodiu. A denominada “peste gay” não se limitou às análises da área médica e passou a traçar outros caminhos para os modos de vida e a “estética da existência gay”. O governo conservador de Ronald Reagan nos Estados Unidos e sua recusa em tratar o assunto como de ordem pública fomentaram ainda mais o processo de divisão entre o ativismo gay e lésbico e os *queer* – que só futuramente se denominariam assim. Dito de outro modo, “é a partir da aids que a política queer emerge como contraponto crítico em desacordo com o movimento gay e lésbico estabelecido em seu esforço de se adequar a padrões normativos” (MISKOLCI, 2011, p. 49).

Nessa senda, a epidemia da aids/HIV provocou uma nova repatologização da homossexualidade, causando efeitos normalizadores e impondo mais um regime de diretriz e tratamento da questão, não se limitando a área da saúde, mas refletindo no cultural, político e social⁴. Para Miskolci (2011, p. 50):

O dispositivo histórico da sexualidade passou por uma inflexão que reforçou a imposição da heteronormatividade, um conjunto de instituições, estruturas de compreensão e orientação prática que se apoiam na heterossexualidade mantendo sua hegemonia por meio da subalternização de outras sexualidades, às quais impõe seu modelo.

É nesse cenário que surge a radicalidade da política *queer*⁵, já que a reestruturação do regime de normalização teve, a partir da epidemia da aids/HIV, novos contornos e o ativismo homossexual e lésbico traça uma pauta na tentativa de romper com o ideal “repressor”. Entretanto importa problematizar a ideia de “repressão”, já que estaria de encontro com a ótica foucaultiana. Com sua analítica de poder, Foucault (1988) observa que o poder não está localizado em uma esfera, é possuído por um ente, dominado por um determinado grupo ou

⁴ Para melhor explanação, ver *O que é Aids*, de Nestor Perlongher (1987).

⁵ “Em paralelo com as manifestações políticas queer, emergia uma vertente teórica que se distanciou criticamente dos movimentos gay e feministas tradicionais e foi “batizada” por Tereza de Lauretis como Teoria Queer, em 1991, durante um evento na Universidade da Califórnia em Santa Cruz. Segundo o sociólogo Steven Seidman, a linha queer buscou mudar o foco dos estudos sobre homossexualidade ou sobre homossexuais para questões suscitadas pelo binarismo hétero/homo, sublinhando sua centralidade como princípio que organiza a sociedade contemporânea. Além disso, a Teoria Queer propôs uma atenção mais crítica a uma política do conhecimento e da diferença” (MISKOLCI, 2011, p. 52).

Estado, ou melhor, o poder não é algo que se possui. “Trata-se, portanto, de um poder que não se exerce sobre um território, mas sobre uma multiplicidade de indivíduos, velando sobre cada um deles em particular” - é o que Roberto Machado, na introdução da obra *Microfísica do poder* de Foucault (2012, p. 31), apresenta. O poder, nesse sentido, é relacional, histórico e culturalmente variável, logo, a ideia de combater um poder heterossexual cai por terra. A tendência liberacionista, em que o feminismo e o movimento homossexual das décadas de 1960 e 1970 se estruturou, nesse aspecto, não dão conta de abarcar a ação política e os rumos em que o corpo social se inscrevia. Miskolci (2015, p. 28), então, diz que “a nova política de gênero começa a modificar essa forma de conceber a luta política e apontar como é a cultura e suas normas que nos criam como sujeitos”.

Essa analítica do poder deu maior subsídio para os estudos *queer* rebaterem a possível “repressão” que a heterossexualidade causaria. A heterossexualidade, enquanto regime de verdade, é compreendida não como um poder a ser destruído e destituído, mas sim enquanto regime de normalização que disciplina os modos de vida, vida esta que se insere nas teias microfísica do poder relacional, cultural e contingente.

Essa nova onda dos movimentos sociais problematiza a cultura e a imposição social de normas e convenções culturais que, de forma astuciosa e frequentemente invisível, nos formam como sujeitos, ou melhor, nos assujeitam (MISKOLCI, 2015, p. 29)

Os estudos *queer* demonstram que a política assimilacionista da identidade gay e lésbica só reforça o regime normalizador e reinscreve mais uma vez uma ação possível de violência e discriminação. A violência homofóbica, neste caso, será mais sentida e dirigida àqueles(as) que não conseguem, não querem ou não podem ser assimilados pelo regime de verdade posto. Logo, a política *queer* olhará mais atentamente ao problema da vergonha, da abjeção, do estigma e da discriminação.

O *queer* busca tornar visíveis as injustiças e violências implicadas na disseminação e na demanda do cumprimento das normas e das convenções culturais, violências e injustiças envolvidas tanto na criação dos “normais” quanto dos “anormais”. Quer alguém seja completamente ajustado e reconhecido socialmente, quer seja alguém marcado, humilhado, as normas e convenções operaram sobre os dois e ambos são capazes de reconhecê-los. Claro que os humilhados e ofendidos, os relegados à vergonha e à abjeção, sofrem mais e são os que denominamos esquisitos, mas não é tão raro, em nossos dias, encontrar pessoas que mesmo dentro dos modelos socialmente impostos reconheçam seu caráter compulsório, violento e injusto (MISKOLCI, 2015, p. 26-27).



Por essa razão os estudos *queer* dirigem suas críticas ao regime normalizador denominado de heteronormatividade. A heteronormatividade é entendida enquanto regime de visibilidade, “modelo social regulador das formas como as pessoas se relacionam” (MISKOLCI, 2015, p. 44). Esse regime está fundado em uma política de humilhação, do rechaço social, da abjeção àqueles(as) que performatizam, vivenciam, experienciam práticas, identidades, desejos e sexualidades distintas das já dadas anteriormente pelo regime de normalização das subjetividades. Logo, a possível binarização dessa ação política resvala diretamente em novas investidas violentas, hostis, ou melhor, LGBTfóbicas, já que existirá pessoas à margem dessa linha demarcatória e assimilacionista. O assimilacionismo é a estratégia utilizada pelos movimentos sociais e pela academia para que determinadas demandas sociais sejam aceitas e regulamentadas pelo Estado, como por exemplo o casamento ou reconhecimento da união estável de pessoas do mesmo sexo, adoção por casais homossexuais ou lésbicos, além de outras demandas. O assimilacionismo é uma resposta da sociedade em que já se permite a existência ou o reconhecimento de pessoas que se relacionam com outras do mesmo sexo, entretanto, sempre dentro do disposto, ordenado pelo regime de normalização. Para os estudos *queer*, esse regime é denominado de regime normativo da heterossexualidade e não dá conta de uma possível transformação social, já que, ter alguns assimilados socialmente, relegaria outras pessoas ao campo da abjeção.

A binarização fez surgir de um lado, como já dito, uma suposta maioria heterossexual e do outro uma minoria homossexual. O discurso minorizante, daí decorrente, ainda muito influenciado pelo discurso liberacionista, colocou em marcha o que se denominou de “essencialismo estratégico”, termo cunhado por Gaytri Spivak. Seria necessário uma “ontologização” de identidades a fim de unificar demandas e fortalecer a ação política. Trata-se da “adoção de uma prática política fíncada na ficção naturalizante das identidades apenas com meio para obtenção de direitos” (MISKOLCI, 2011, p. 66). Essa estratégia, que remonta a década de 1980, direcionou/direciona ainda a academia, o ativismo social e as políticas públicas apresentadas pelo Estado, já que é uma forma de mitigar a marginalidade das *sexualidades dissidentes* e promover o assimilacionismo destas pelo regime de normalização dos modos de subjetivação. Porém, como já visto, os estudos *queer* compreendem como escorregadia essa estratégia e direcionam críticas a essa política de assimilação ou de reconhecimento.



Para Berenice Bento (2015, p. 16) o “essencialismo estratégico não serve, não aponta para transformações nas estratificações de classe, raciais, sexuais e de gênero”. Uma possível unificação da agenda política para os grupos vulnerabilizados, minorizantes ou relegados não daria conta de uma possível reestruturação social, política e cultural. Ainda para ela, a formação de uma agenda política unificada significa:

(...) silenciar vozes, negar existências, em nome de uma suposta identidade coletiva. Talvez esqueçam que a tática discursiva (essencialismo estratégico) age em mão dupla: para libertar uma população oprimida é preciso produzir o outro como um portador de uma identidade essencial. Ou seja, se luta para mudar exclusivamente as posições dos termos da opressão (BENTO, 2015, p. 17).

Também no mesmo direcionamento crítico e na contramão do discurso “minorizante”, Preciado (2011) trabalha a ideia de uma multiplicidade de *anormais*, afastando por completo o ideal de um grupo identitário em que a unificação de demandas resulte em uma transformação social. Para Preciado (2011, p. 16) não há uma minoria sedenta por reconhecimento de direitos ou reconhecimento social e sim multidões *queer*, em que há “uma multiplicidade de corpos que se levantam contra os regimes que os constroem como ‘normais’ ou ‘anormais’”. Essa crítica dirigida ao liberalismo defendido pela maioria dos movimentos sociais é fulcral na tese de Preciado:

Quantos aos movimentos de liberação gays e lésbicos, uma vez que seu objetivo é a obtenção da igualdade de direitos e que se utilizam, para isso, de concepções fixas de identidade sexual, contribuem para a normalização e a integração dos gays e das lésbicas na cultura heterossexual dominante, favorecendo políticas familiares, tais como a reivindicação do direito ao casamento, à adoção e à transmissão do patrimônio. É contra esse essencialismo e essa normalização da identidade homossexual que as minorias gays, lésbicas, transexuais e transgêneros têm reagido (PRECIADO, 2011, p. 18).

Desta forma e demonstrada as críticas feitas pela teoria *queer* ao regime de normalização das subjetividades, fica patente que a grande tese de Sedgwick (2007) demonstra que a saída do armário não dá conta de uma suposta liberação ou emancipação do regime regulatório, até porque a analítica foucaultiana deixa evidente que o poder é relacional, histórico e microfísico, não existindo um poder específico, local ou investido em uma só estrutura. Ao “assumir-se” o(a) sujeito(a) está se inserindo em mais uma rearticulação do que Foucault (1984) chamaria de “jogos de verdade”. “Ser gay nesse sistema é ficar sob as tutelas

radicalmente sobrepostas do discurso universalizante dos atos e do discurso minoritarizante das pessoas” (SEDGWICK, 2007, p. 47). O “sair do armário” está implicado diretamente com novos armários que o regime heterossexista tão bem articula. Serão necessárias novas estratégias para desmoronar os armários existentes. Logo, há de se concluir que não é possível sair do armário e, por oportuno, sair da norma e amanhecer em uma sociedade libertária e emancipada:

Mesmo num nível individual, até entre as pessoas mais assumidamente gays há pouquíssimas que estejam no armário com alguém que seja pessoal, econômica ou institucionalmente importante para elas. Além disso, a elasticidade mortífera da presunção heterossexista significa que, como *Wendy* em *Peter Pan*, as pessoas encontram novos muros que surgem à volta delas até quando cochilam (SEDGWICK, 2007, p. 22).

Mas esse direcionamento crítico não finda apenas na crítica. Os(as) teóricos(as) *queer* lançam luzes e apontam estratégias e ações políticas para transformação social. Os estudos *queer*, então, entram em cena na tentativa de problematizar o contexto da revelação, do assumir as sexualidades e/ou as identidades e passam a apontar para estilos de vida, modos de se relacionar e uma nova política em que haveria uma ação fincada na diferença: uma política pós-identitária, em que se apostaria não na “ontologização” das categorias sexuais e de gênero, mas em seres contingentes, fluídos, instáveis e cambiáveis.

3 Por uma política pós-identitária

Uma agenda política de demandas é direcionada ao Estado, principalmente nos países em que há uma expressiva atuação dos movimentos sociais LGBT e do ativismo *queer*, segundo Colling (2015). Ainda para Bento (2015), “os debates de maior visibilidade estão em torno do 1) casamento entre pessoas do mesmo sexo, 2) adoção, 3) a lei de identidade de gênero, 4) leis antidiscriminação”. Esse direcionamento de demandas ao Estado, na tentativa de deixar somente este com a incumbência de dar as diretrizes, gerenciar a ação política e promover direitos e garantias, pode se apresentar enquanto uma política escorregadia. Os trabalhos magistrais de Colling (2015), de Louro (2014; 2015) e Preciado (2011) sinalizam e apontam para uma política diversa da que se coloca por tanto tempo nessa luta de forças em que aparenta ter de um lado uma norma inquestionável e do outro uma legião de pessoas apelando assimilação a esta norma. É nessa direção crítica que a política pós-identitária se centra.

O dismantelamento do regime de verdade heterossexual proposto pela teoria *queer* encontra uma de suas grandes dificuldades ao tentar apostar em uma agenda assimilacionista, já que estaria fortalecendo o caráter positivo e normativo desse regime. Ao pleitear e direcionar ao Estado demandas de regulação, reconhecimento e leis antidiscriminação, uma legião de pessoas ficaria à margem, como Bento (2015) evidenciou. Pessoas que não se reconhecem ou não se identificam com tais pedidos. O “ficar à margem” não pode ser compreendido de modo que as pessoas vivenciem como uma escolha, em que os institutos legais demandados e/ou já oferecidos pelo Estado ou pelas legislações, ficam à disposição e as pessoas optem por colocar em prática ou não. Dito de outro modo, os(as) indivíduos(as) que optarem por não vivenciar esse regime de normalização não ficam à margem apenas por não escolher, mas sim são orquestrados(as) em local de vulnerabilidade, humilhação, abjeção e de violência. A violência homofóbica vai variar, então, conforme o nível de inserção no regime de normalização das subjetividades e de visibilidade. Ao se pleitear uma agenda de dispositivos legais e políticas públicas, como que um desdobramento lógico, os(as) sujeitos(as) devem se coadunar a esta agenda. A “não escolha”, então, surge como uma opção que não é segura e, inclusive, torna-se desaconselhável.

Socializar-se, portanto, costuma ser um processo marcado por formas muito violentas de recusa, em si mesmo, do que a sociedade quer evitar como “contaminante”, seja uma identidade de gênero diferente das mais conhecidas ou formas de desejo fora do modelo em voga (MISKOLCI, 2015, p. 43).

Acontece que essa crítica não pode ser - e não tem como ser - feita desconsiderando as estratégias que o regime de normalização encontra para controlar o caráter subversivo que os estudos *queer* apresentam. Spargo (2017, p. 46) alerta para essa problemática: “As críticas queer à normatividade não podem negligenciar a capacidade de os discursos e saberes dominantes se apropriarem da subversão e de contê-la”. Em outras palavras, o discurso hegemônico encontra formas ou, nas palavras de Foucault (1984), “estratégias” para normalizar até os(as) que não se encaixam dentro do tido como normal.

Louro (2014, p. 55) aponta, então, para o caráter de “centralidade” pelo qual as identidades sexuais são permeadas:

Entender dessa forma os efeitos dos vários “marcadores” sociais obriga-nos a rever uma das ideias mais assentadas nas teorias sociais críticas, isto é, a de que há uma categoria central, fundamental – consagradamente a classe social

(83) 3322.3222

contato@desfazendogenero.com.br
www.desfazendogenero.com.br

– que seria base para a compreensão de todas as contradições sociais. Se aceitarmos que os sujeitos se constituem em múltiplas identidades, ou se afirmamos que as identidades são sempre parciais, não unitárias, teremos dificuldade de apontar uma identidade explicativa universal. Diferentes situações mobilizam os sujeitos e os grupos de distintos modos provocam alianças e conflitos que nem sempre são passíveis de ser compreendidos a partir de um único móvel central, como antagonismo de classe.

Os estudos *queer*, assim, se lançam na tentativa de apontar novas perspectivas para transformação social e cultural a partir desta crítica. Por essa razão, essa teoria toma a denúncia realizada por Foucault (1988) da existência da sexualidade enquanto dispositivo histórico de poder - seu trabalho inacabado. Alicerça, para tanto, ao método desconstrutivista de Jacques Derrida em que este oferece estratégias desconstrutivistas do binarismo que rege a lógica ocidental, tendo em vista que para ele é necessário a existência de um(a) sujeito(a) referente que só passa a existir se houver outro(a) considerado oposto(a), ou melhor, inferior.

Conforme Derrida, a lógica ocidental opera, tradicionalmente, através de binarismos: esse é um pensamento que elege e fixa uma ideia, uma entidade ou um sujeito como fundante ou como central, determinando, a partir desse lugar, a posição do “outro”, o seu oposto subordinado. O termo inicial é compreendido sempre como superior, enquanto que o outro é o seu derivado, inferior. Derrida afirma que essa lógica poderia ser abalada através de um processo desconstrutivo que estrategicamente revertesse, desestabilizasse e desordenasse esses pares. Desconstruir um discurso implicaria minar, escavar, perturbar e subverter os termos que afirma e sobre os quais o próprio discurso se afirma (LOURO, 2015, p. 43).

A desconstrução, então, é escolhida como método pelos(as) teóricos(as) *queer* a fim de desorganizar, desestabilizar o regime de normalização vigente que, no caso, é chamado por muitos de regime de heteronormatividade, conforme já dito. Esse método também ganhou mais eloquência com as indicações psicanalíticas feitas por Freud e por Lacan. O primeiro foi responsável por colocar em questão o(a) sujeito(a) racional, coerente e unificado(a), já que haveria o inconsciente e a vida psíquica (LOURO, 2015). O segundo, posteriormente, enxerga o(a) humano(a) como sujeito(a) contingente. “Longe de ser estável e coeso, esse é um sujeito dividido, que vive, constantemente, a inútil busca da completude” (LOURO, 2015, p. 41). Esse(a) mesmo(a) sujeito(a) é dado(a) a partir da linguagem oferecida e anterior a ele(a) e não como autônomo(a), vivendo independente da linguagem.

O que comum ou casualmente concebemos como “eu” é, na verdade, visto como uma ficção (ainda que séria) construída socialmente, como um produto da linguagem e de discursos específicos associados a divisões do saber. Eu

(83) 3322.3222



posso acreditar que sou, de certo modo, essencial e singularmente eu mesma e que estou empenhada em um processo contínuo, e muitas vezes frustrante, de tentar expressar para os outros, por meio da linguagem, tanto a mim quanto a minhas intenções. Mas essa crença, esse senso de individualidade e autonomia é, em si, um construto social, e não um reconhecimento de um fato natural (SPARGO, 2017, p. 40).

É a partir desse esteio teórico que a teoria queer, bem como os Estudos Pós-Coloniais – outra vertente crítica –, se arquitetam para colocar em xeque os discursos hegemônicos. A teoria *queer* vai apostar na ação contestatária e subversiva que o diferente coloca diante do regime de normalização. E é por essa razão que parece problemática a ideia de diversidade cultural ou diversidade sexual. Uma política pós-identitária trabalha com o diferente. A ideia de diversidade sempre terá o outro como alguém a ser tolerado e respeitado. O quadro de referência – no caso aqui a heterossexualidade – não seria objeto de questionamentos, já que seria a partir desse ponto que se olharia o outro. Nesse aspecto, o diferente assume uma postura diversa da diversidade. Na visão de Miskolci (2015, p. 50), “tolerar é muito diferente de reconhecer o Outro, de valorizá-lo em sua especificidade, e conviver com a diversidade também não quer dizer aceita-la”.

A tolerância advinda da diversidade é tida como uma suavidade na violência. A violência homofóbica é mitigada por ações políticas que trabalham com esse ideário, já que não se estaria abalando ou problematizando o ponto central que é o regime de normalização das subjetividades que organiza as sexualidades. Em outras palavras, o regime de verdade colocado em voga não seria alvo de desestabilização, tendo em vista que, ao olhar a sociedade como plural, multicultural ou diversa, se estaria olhando sempre a partir de um ponto de referência.

A diversidade trabalha com uma ideia de poder horizontal, por isso eu gosto do mote popular que define o multiculturalismo como “cada um no seu quadrado”, porque ele traduz, ironicamente, como isso visa a manter as relações de poder intocadas. Ao contrário, na perspectiva da diferença, reside a proposta de mudar as relações de poder (MISKOLCI, 2015, p. 51).

Por essa razão os estudos *queer* utilizam a analítica de poder foucaultiana na elaboração de suas críticas, considerando, principalmente, que o poder centralizado, alocado, objeto de domínio comum de uma esfera ou de um grupo não daria conta das problematizações que essa teoria propõe e, por conseguinte, não estaria objetivando transformações sociais. Ao tomar como objeto de problematização um poder centrado e

localizado – como a heterossexualidade, tão somente, e não as relações de poder e suas interseccionalidades – se estaria realocando os jogos de verdade e é bem possível que outras violências daí surgissem. Assim, a política pós-identitária vai apelar para a crítica diversa das pautas comumente defendidas pelo ativismo LGBT, pelas feministas essencialistas, pelo marxismo tradicional, além de outras agendas. Em síntese, Miskolci (2015, p. 52) apresenta como os estudos *queer* e outras linhas de pensamento comungam a ideia de um poder descentralizado e apostam em uma “reviravolta epistemológica”:

Na visão das correntes teóricas e políticas inspiradas pelas diferenças, é necessário compreender o processo de subalternização pra mudar a ordem hegemônica. Em outras palavras, elas releem e reatualizam o marxismo na vertente culturalizada do pensador italiano Antonio Gramsci. De forma geral, segundo Gramsci, a cultura hegemônica não é resultado de uma dominação coercitiva direta, mas, antes, o resultado de um contexto em que os próprios subalternizados apoiam os dominantes. A hegemonia é resultado da cumplicidade dos dominados com os valores que os subalternizam. Na perspectiva dos saberes subalternos – aqui compreendidos como o feminismo, a Teoria Queer e os Estudos Pós-coloniais –, devemos colocar em xeque a forma de criação do conhecimento atual, a epistemologia vigente, de forma a mostrar como seu poder e autoridade derivam não de sua neutralidade científica, mas sim de seu comprometimento com o poder.

Preciado (2011) também comunga desse pensamento ao mostrar escorregadio o movimento de liberação gay e lésbico atrelado a uma suposta identidade. Para Preciado (2011, p. 17) a ação política não merece necessariamente estar vinculada a identidades, já que “a concepção fixa de identidade sexual, contribuem para a normalização e a integração dos gays e das lésbicas na cultura heterossexual dominante”. Conforme já visto e com esteio no pensamento de Sedgwick (2007), a liberação por uma via de identidade essencializada gay e lésbica estaria fortemente influenciada por demandas centradas pelo regime de normalização das sexualidades, apoiada pelo ideal que tem a família como parâmetro, utilizando-se, assim, seus dispositivos, como o “casamento, adoção e a transmissão de patrimônio” (PRECIADO, 2011, p. 17).

É contra esse essencialismo e essa normalização da identidade homossexual que as minorias gays, lésbicas, transexuais e transgêneros têm reagido. Algumas vozes se levantam para questionar a validade da noção de identidade sexual como único fundamento da ação política e para opor uma proliferação de diferenças (de raça, de classe, de idade, de práticas sexuais não normativas, de deficientes) (PRECIADO, 2011, p. 18).

E é com base nessa visão que os(as) teóricos(as) *queer* – Louro (2014; 2015), Spargo (2017) e Miskolci (2015) - propõem uma política diversa de uma política que tenha a formação identitária como saída. O apelo por uma formação identitária fixa e talvez até essencializada, reinscreveria novos(as) indivíduos(as) em situações e locais de violência. “A afirmação da identidade implica sempre demarcação e a negação do seu oposto, que é constituído como sua diferença” (LOURO, 2015, p. 47).

É por essa razão que Preciado (2011, p. 18) propõe - diversamente do discurso minorizante - que há uma legião de pessoas estranhas ao regime de normalização: multidões *queer*.

A política das multidões *queer* emerge de uma posição crítica a respeito dos efeitos normalizantes e disciplinares de toda formação identitária, de uma desontologização do sujeito da política das identidades: não há uma base natural (“mulher”, “gay” etc.) que possa legitimar a ação política (PRECIADO, 2011, p. 18).

A formação de uma subjetividade, atrelada à sexualidade e construindo uma identidade estática e essencializada é alvo de críticas. Assim, até mesmo uma identidade supostamente gay ou lésbica em paralelo à identidade heterossexual resvalando em um binômio não conseguiria dar conta das metas objetivadas pelos(as) *queer*. Dito de outro modo, o binômio hétero(a)/homossexual não abarcaria a poliforma e a pluralidade em que as práticas sociais estão envolvidas.

Ao alertar para o fato de que uma política de identidade pode tornar cúmplice do sistema contra o qual ela pretende se insurgir, os teóricos e as teóricas *queer* sugerem uma teoria e uma política pós-identitárias. O alvo dessa política e dessa teoria não seriam propriamente as vidas ou os destinos de homens e mulheres homossexuais, mas sim a crítica à oposição heterossexual/homossexual, compreendida como a categoria central que organiza as práticas sociais, o conhecimento e as relações entre os sujeitos (LOURO, 2015, p. 47).

Uma das estratégias propostas pela política pós-identitária é apostar em uma pedagogia *queer* ou um “aprendizado pelas diferenças”. Acredita-se que a educação é uma porta de entrada da política normalizadora em que as práticas sociais, os modos de se relacionar, a postura diante do outro, as sexualidades e as identidades são gerenciadas. Essa prática normalizadora é provavelmente uma das responsáveis pela reiteração das desigualdades e das violências. Por pensar que “o processo educativo e a reprodução social

estão intrinsecamente ligados” (MISKOLCI, 2015, p. 56), Miskolci propõe uma educação não normalizadora enquanto uma possível prática da ação pós-identitária. O autor deixa evidenciado como historicamente a educação foi utilizada para colocar em marcha o processo de normalização das subjetividades e das sexualidades, tomando as práticas humilhantes, violentas e abjetas como referência. A idealização de uma sociedade branca, jovem, heterossexual e masculina acompanhou o modelo europeu, e “esses interesses foram marcados por um ideal de nossas elites políticas, intelectuais e econômicas de criar uma ‘civilização nos trópicos’, uma nação à semelhança dos modelos europeus ou norte-americanos” (MISKOLCI, 2015, p. 58).

É nesse sentido que Miskolci (2015), nas linhas de raciocínio de Bento (2011), aposta que a educação pela diferença deve ser feita através da problematização da matéria dada. Não deve, pois, ser passado o conteúdo apenas com objetivo de reproduzir e assimilar, aos moldes de uma educação bancária, como Paulo Freire denunciou, e sim na percepção dos(as) educandos(as) em seus *locus*, modos de vida e de socialização. Por essa razão os estudos *queer* assumem uma perspectiva interdisciplinar, já que neste exemplo tem-se a junção de duas áreas de conhecimento: sociologia e educação. Logo,

(...) caberia um exercício de desenhar a mais próxima de cada um dos estudantes em todas as suas particularidades no que toca a diferenças socioeconômicas, números de pessoas sob o mesmo teto, raça, religião, identidade de gênero, configurações amorosas (MISKOLCI, 2015, p. 57).

A aposta em um aprendizado pelas diferenças se centra na crítica dos modelos já tão bem delineados e testados pelos(as) teóricos(as) da educação, da sociologia, além de outras áreas de conhecimento. Uma produção de saberes arquitetada a partir da problematização, ou melhor, uma mudança na elaboração desses saberes, em que o(a) outro(a) seja reconhecido em sua total diferença é o que a lógica pós-identitária também procura centrar.

O grande desafio na educação talvez permaneça o mesmo: o de repensar o que é educar, como educar e para que educar. Em uma perspectiva não normalizadora, educar seria uma atividade dialógica em que as experiências até hoje invisibilizadas, não reconhecidas ou, mais comumente, violentadas, passassem a ser incorporadas no cotidiano escolar, modificando a hierarquia entre quem educa e quem é educado e buscando estabelecer mais simetria entre eles de forma a se passar da educação para um aprendizado relacional e transformador (MISKOLCI, 2015, p. 55).

Por fim, a ação política proposta por Preciado (2011), que tem as multidões *queer* como base, é edificada na contramão da produção dos saberes e das ciências. Colocar em questão o regime de normalização é também provocar uma reviravolta epistemológica. A crítica, então, é dirigida também para essa produção do conhecimento. As sexualidades há muito tempo deixaram de ser somente práticas sexuais e começaram a gerir vidas, denotando relações de poder, como já visto. A política pós-identitária se afirma no discurso das multidões de diferentes.

Não existe diferença sexual, mas uma multidão de diferenças, uma transversalidade de relações de poder, uma diversidade de potências de vida. Essas diferenças não são “representáveis” porque são “monstruosas” e colocam em questão, por esse motivo, os regimes de representação política, mas também os sistemas de produção de saberes científicos dos “normais”. Nesse sentido, as políticas das multidões *queer* se opõem não somente às instituições políticas tradicionais, que se querem soberanas e universalmente representativas, mas também às epistemologias sexopolíticas *straight*, que dominam ainda a produção da ciência (PRECIADO, 2011, p. 18).

Em suma, a política pós-identitária centra seus esforços na tentativa de: a) propor um aprendizado pelas diferenças, em que sua ação política não se firme em outras identidades e sim em multidões de diferentes – já que ao defender identidades essencializadas estaria paralelamente retroalimentando a violência homofóbica, que tomaria novos contornos; b) deixar evidenciado que as sexualidades são geridas por relações de poder e, por conseguinte, geradoras de violência; c) romper com a lógica binária e desconstruir o regime de normalização, conforme Louro (2015, p. 46-47) afirma:

É necessário empreender uma mudança epistemológica que efetivamente rompa com a lógica binária e com seus efeitos: a hierarquia, a classificação, a dominação e a exclusão. Uma abordagem desconstrutivista permitiria compreender a heterossexualidade e a homossexualidade como interdependentes, como mutuamente necessárias e como integrantes de um mesmo quadro de referências. A afirmação da identidade implica sempre demarcação e a negação do seu oposto, que é constituído como sua diferença.

Conforme Bento (2015, p. 14) já anunciou “o giro decolonial transviado está em pleno curso” e é neste sentido que o presente artigo vai: seja na contramão dos discursos normalizadores e de normatização - tendo em vista que esses são elaborados a partir da ideia do normal; seja na colocação em voga de um projeto futuro, assumindo os riscos das problematizações e do desconhecido. A perspectiva pós-identitária, ou os estudos *queer*, estão

aí para tentar emergir e desconstruir esse imenso bloco de gelo identitário e essencialista que há tanto tempo comanda a política, a cultura, a economia, ou melhor, a forma de vida e de viver.

Por fim, a hostilidade e a violência já foi bem mais desconhecida e seus elementos formadores transitaram/transitam por diversas ideologias, saberes e discursos. Entretanto hoje já se consegue identificar essas investidas com mais clareza. Afinal, as vozes silenciadas, os corpos abjetos, os desejos reprimidos, os afetos violentados, as identidades subversivas, as multidões *queer* existem e contestam a todo tempo.

REFERÊNCIAS

BENTO, Berenice. Apresentação. In: COLLING, Leandro. **Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer** / Leandro Colling. - Salvador : EDUFBA, 2015.

COLLING, Leandro. **Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer** / Leandro Colling. - Salvador : EDUFBA, 2015. 268 p.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

_____. 1926 – 1984. **Microfísica do poder** / Michel Foucault; organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. – 25º. Ed. – São Paulo: Graal, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista** / Guacira Lopes Louro. 16. Ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2014.

_____. **Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria queer**/Guacira Lopes Louro – 2. Ed.- Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

MISKOLCI, Richard. Não ao sexo rei: da estética da existência foucaultiana à política queer In SOUZA, L. A. F.; SABATINE, T. T.; MAGALHÃES, B. R. (Orgs.). **Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

_____. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças** / Richard Miskolci – 2. ed. rev. e ampl., Belo Horizonte: Autêntica Editora: UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2015.

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. Tradução Cleiton Zóia Munchow e Viviane Teixeira Silveira. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 19(1):312, janeiro-abril/2011.



SEDGWICK, Eve Kosofsky. A Epistemologia do Armário. In **Cadernos Pagu**. Dossiê: Quereres, (28), janeiro-junho de 2007.

SPARGO, Tamsin. **Foucault e a teoria queer: seguido de Ágape e êxtase: orientações pós-seculares**; tradução Heci Regina Candiani; posfácio Richard Miskolci. 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.



SAÚDE MENTAL DE PESSOAS TRANSEXUAIS ACOMPANHADAS NO AMBULATÓRIO TT NO ESTADO DA PARAÍBA

Ivoneide Lucena Pereira¹
Rayane Emilly Neves Viana²
Monara Tomaz Leite³
Sandra Aparecida de Almeida⁴

RESUMO

Introdução: Diante das experiências da transexualidade, destaca-se a relevância de refletir sobre a quebra de padrões normativos que prejudiquem a saúde mental de pessoas transexuais, bem como, de contribuir para o fortalecimento da integralização da saúde desse grupo. **Objetivo:** Analisar a saúde mental de pessoas transexuais acompanhadas em ambulatório de referência. **Metodologia:** Estudo descritivo de abordagem qualitativa, realizada no Ambulatório para Travestis e Transexuais do Complexo Hospitalar Clementino Fraga na Paraíba. A amostra resultou em 11 transexuais. O Instrumento de coleta de dados foi um roteiro de entrevista semiestruturado e utilizou-se a Técnica de análise categorial descrita por Bardin para a análise dos dados. **Resultados:** Verificou-se que os (as) participantes encontram-se na faixa etária entre 20 e 40 anos, a maioria se identificam com o gênero masculino, 82% são heterossexuais, 64% trabalham de forma autônoma e possuem um tempo entre 2 meses e 6 anos no processo transexualizador. A análise dos dados possibilitou a identificação de quatro principais categorias, sendo elas: consequências da transexualização, o que se busca com o processo de transição, sistema de apoio, saúde mental de pessoas transexuais e mensagem dos transexuais para a sociedade. **Conclusão:** A saúde mental neste caso tem sido abundantemente afetada em todos os aspectos. Assim, é necessário que comecemos a dar voz e lugar a essas pessoas, que por suas diferenças tem suas particularidades desrespeitadas, mas que com resistência tem conquistado visibilidade e acesso aos serviços de saúde.

Palavras-chave: Saúde Mental, Transexualidade, Disforia de Gênero.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal da Paraíba – PPGENF/UFPB, ivoneidelucenapereira@yahoo.com.br;

² Graduanda do Curso de Enfermagem da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, rayane_emilly@hotmail.com;

³ Graduanda do Curso de Enfermagem da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. monara.tomaz@hotmail.com;

⁴ Docente do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal da Paraíba – PPGENF/UFPB, sandraalmeida124@hotmail.com





INTRODUÇÃO

De forma geral, entende-se que o sexo é algo definido naturalmente ao nascimento, fundamentado em questões orgânicas, biológicas e genéticas. E que gênero é algo adquirido histórica, social e culturalmente a partir de vivências e experiências com o próprio corpo e com as relações desempenhadas dentro da comunidade (ÁRAN, 2006).

Todos que se identifiquem de fato com o seu gênero imposto ao nascer são chamados de cisgêneros. Os que por outro lado estão em desacordo com o gênero de nascimento são chamados de transgêneros ou transexuais. Neste âmbito, a transexualidade é caracterizada por uma aflição persistente em relação ao sexo designado ao nascimento, como um sentimento de não pertencimento, que costuma ter início na infância e confirmação durante a adolescência e é acompanhado por uma conduta permanente relacionada ao sexo desejado (SOARES et al, 2011; JESUS, 2016).

No Brasil, o processo transexualizador tem sido objetivo de políticas públicas nos últimos anos, sobretudo no âmbito da saúde. Considerado como um fenômeno complexo implica-se em múltiplas dimensões. Uma delas é de como as consequências do processo transexualizador interfere na saúde mental dos transexuais e como essa percepção pode influenciar na qualidade da atenção integral a saúde desse grupo (SANTOS; SHIMIZU; MERCHAN-HAMANN, 2014).

Todas essas experiências da transexualidade podem ocasionar disfunções relacionadas à vida psíquica. Esse sofrimento pode acarretar depressão, ansiedade, transtorno alimentar, do sono e de pânico, uso de drogas e álcool e tentativas de suicídio. Por isso, não podemos nos desapoderar de que todo o contexto no qual esse adoecimento surge está completamente conectado a uma patologização de um problema social. Vale enfatizar que há uma escassez de estudos que expressem e comprovem o quanto essas disfunções estão correlacionadas as questões vivenciadas pelos transexuais (ÁRAN, 2006).

Ainda há uma relação equivocada entre sexo, gênero e orientação sexual, que na compreensão social deve estar pré-definida e de acordo com normas pré-estabelecidas. É dessa compreensão que surgem os meios mais duros de segregação e adoecimento para aqueles que se propõem a estabelecer as suas próprias definições e vontades. (COSTA-VAL; GUERRA, 2019).



Partindo-se do pressuposto de que a saúde mental das pessoas transexuais é prejudicada, sobretudo, em função da não aceitação pela sociedade e com base nas atuais mudanças da sociedade, no crescimento da visibilidade das questões ligadas à transexualidade, destaca-se a importância desse estudo no âmbito da problematização e sensibilização de como a saúde mental dessa população é atingida dentro do ciclo de preconceito e marginalização ao qual estão inseridos, apenas pelo fato de serem transexuais.

Para tanto, elaborou-se o seguinte objetivo: analisar como está a saúde mental dos transexuais acompanhadas em ambulatório de referência para atendimento das pessoas transexuais.

Nesse sentido, justifica-se essa pesquisa com a relevância de refletir sobre a quebra de padrões normativos que prejudiquem a saúde mental de cidadãos, que resultam na criação e inserção involuntária desses indivíduos em grupos de vulnerabilidade, bem como, de contribuir para o fortalecimento da integralização da saúde dessa população abrangendo aspectos atuais de adoecimento relacionado à saúde mental e suas consequências psicossomáticas.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo de abordagem qualitativa. A pesquisa foi realizada no Ambulatório para Travesti e Transexuais (TT) no Complexo Hospitalar Clementino Fraga em João Pessoa, no estado da Paraíba, onde possui 545 usuários cadastrados segundo levantamento do próprio ambulatório, ofertando atendimento de segunda a sexta-feira em período integral. A amostra resultou em 11 transexuais.

A população deste estudo foram usuários do Ambulatório de Transexuais e Travestis que estavam inseridos nos atendimentos protocolados para o seguimento transexualizador. Os critérios de inclusão foram usuários (as) com idade igual ou superior a 18 anos e que estivessem em acompanhamento no referido ambulatório.

Foi utilizada uma entrevista semiestruturada, com vistas a responder os objetivos. A coleta de dados foi realizada de forma individual, aproveitando o período pré e pós consulta no ambulatório durante os meses de junho a agosto de 2019. As entrevistas que foram guiadas pelo roteiro semiestruturado, gravadas e transcritas posteriormente. A transcrição foi realizada de forma com que fosse resguardado o anonimato dos (as) entrevistados (as) e foram finalizadas após atingir material suficiente para obtenção dos resultados pela técnica de saturação de dados.

Os dados adquiridos a partir das gravações foram organizados no *Software Microsoft Word* e em seguida analisados por meio da Técnica de Análise de Conteúdo Modalidade Temática de Bardin que se caracteriza pelo conjunto de técnicas de análise das comunicações, para obter indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens respeitando as fases de pré – análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação (BARDIN, 2011).

Vale salientar que este estudo atende os preceitos éticos da Resolução n.º466/12 do CNS, que trata das Normas de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, assegurando os direitos e deveres que dizem respeito aos participantes da pesquisa, à comunidade científica e ao Estado (BRASIL, 2012).

O projeto de pesquisa teve aprovação do CEP do Centro de Ciências da Saúde da UFPB, sob o parecer n.º2.782.263.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os sujeitos foram nomeados de E1 a E11, de forma que suas identidades fossem mantidas em sigilo. Caracterizando os participantes da pesquisa, verificou-se que a faixa etária varia entre 20 e 40 anos, com uma média de idade de 29 anos, a maioria é do sexo feminino e se identificam com o gênero masculino, 82% são heterossexuais e 18% são pansexuais, 64% trabalham de forma autônoma e 36% trabalham em empregos formais, possuem um tempo entre 2 meses e 6 anos no processo transexualizador.

Para análise dos dados, foram definidas quatro categorias *a priori*, de acordo com as questões norteadoras da entrevista e das falas dos participantes, que foram organizadas da seguinte maneira: “As consequências da transexualização”; “O que se busca com o processo de transição”; “Sistema de apoio”; “Saúde mental de pessoas transexuais”.

Categoria 1. As consequências da transexualização.

Os (as) entrevistados (as) caracterizam o processo como algo muito complexo e árduo, enquanto uma luta que acarreta sentimentos conflituosos no cotidiano. Nota-se nestes fragmentos de falas, o quanto são transformados pelo processo transexualizador, o grande impacto do apoio familiar e social. E ainda que, suportando angústias e dificuldades, continuam firmes no compromisso consigo.

“(…) vai da personalidade de cada um. Uns são mais fortes e outros mais fracos, mas todos precisam de ajuda” (E1).

“(…) já tentei desistir várias vezes. É muito ruim a gente se sentir vazia e sem saber o que fazer” (E2).

“(…) é complicado, confuso, frustrante, irritante, deprimente. Não é um processo fácil para entender, ainda mais para os outros que não passam por isso” (E9).

“(…) tudo é enxergado de outra forma. Então afeta na sexualidade, convivência com a família, escola, emprego. Pessoas fracas não conseguem passar” (E10).

“(…) é complicado porque é uma questão de aceitação. Você enfrenta várias coisas, família, sociedade, por isso se torna tão difícil” (E11).

Miskolci (2009, p. 162) traz a ideia de que há na sociedade um “processo normalizador que cria sujeitos menos humanos, em suma abjetos”. Ou seja, mesmo como o passar dos tempos, a sociedade ainda compreende a identidade de gênero e a orientação sexual de forma ultrapassada e ainda exige que todos os sujeitos tenham um comportamento conservador condizente ao que se considera normal.

Devido à marginalização que o sistema impõe, muitos dos transexuais não tem acesso a educação e ao mercado de trabalho, vivenciando assim a falta de direitos que deveriam ser garantidos por lei. Além disso, a maioria não possui apoio familiar e não conseguem construir relações duradouras por conta do preconceito e da não aceitação da sua identidade de gênero. Mesmo sem dados oficiais e que por vezes são subestimados, várias organizações tem se dispostos em verificar a incidência da violência contra os transexuais. Os dados mais atuais mostram que o Brasil possui a mais alta taxa de incidência de assassinatos de transexuais (NOGUEIRA; AQUINO; CABRAL, 2017; COSTA-VAL; GUERRA, 2019).

As pessoas classificadas no grupo de Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Travestis e Transgêneros (LGBT) possuem uma expectativa média de vida que não passa dos 35 anos de idade, muitas vezes por motivos de assassinatos ou violências em função de sua identidade de gênero, além de serem vítimas do uso indiscriminado de hormônios e silicone industrial (NOGUEIRA; AQUINO; CABRAL, 2017).

Mesmo cientes do longo período de transexualização, essa situação de espera constante se destaca como um dos fatores desfavoráveis para a continuidade do processo, o que gera sofrimento mental e outras consequências negativas no decorrer desse período.

“(...) queremos tudo muito rápido e às vezes as expectativas não correspondem e isso frustra. É um processo lento, digamos que chato, mas você tem que aprender a esperar” (E1).

“(...) não é fácil ver seu corpo mudar em passos tão lentos” (E2).

“(...) eu nunca me conformo com esse corpo. Esse peito não cresce nunca! Ser mulher é muito difícil” (E3).

“(...) se não tiver paciência acaba estragando tudo. Aprendi a respeitar o meu tempo e o tempo dos outros e eu sei que é demorado, sei que não é uma coisa que eu aplico hoje e amanhã já está tudo mudado” (E4).

“(...) é difícil, porque no começo você fica esperando que tudo aconteça logo, o quanto mais rápido possível. Depois que começa a entender que não é assim. Que existe um longo caminho e até lá as coisas mudam aos poucos” (E5).

A busca imediata pelos resultados satisfatórios para a autoimagem tem como consequência a procura por métodos não oficiais ou o abandono repetitivo do processo transexualizador. Essa carga de se adequar a todo custo aos padrões sociais interfere diretamente na saúde integral dos transexuais, já que se expõem a riscos com métodos ilegais e tem a sua saúde mental prejudicada devido a não aceitação das fases e do tempo que dura a transição. Em função das expectativas pelos resultados, procedimentos cirúrgicos como a mastectomia, ansiedade por mudanças como o crescimento de pelos ou dos cabelos, esse processo de transição pode ser considerado mais um estressor que pode contribuir para o surgimento de transtornos depressivos e do humor (FERREIRA, 2018).

Em relação ao trabalho, mostra-se a decepção vivida na busca por empregos formais. Há uma vinculação dos dados apresentados a partir do perfil dos participantes e das suas entrevistas que apontam a dificuldade de encontrar e de se estabelecer em empregos por conta do preconceito, da curiosidade e da confusão que as pessoas fazem ao interagirem com pessoas as quais não estão aparentemente dentro dos padrões. 64% dos participantes desta pesquisa trabalham de forma autônoma para que possam alguma maneira de se sustentarem e viverem dignamente.

“(...) queria que tivesse mais oportunidade de trabalho para as trans. Estão na rua por quê? Porque não tem opção” (E2).

“(...) lá na empresa eles não me chamam pelo nome social, acaba sendo uma situação constrangedora” (E4).

“(...) é complicado para nós a questão de emprego perante a sociedade. Por mais que você seja feminina, não resolve nada porque eles sempre vão te ver como homem ” (E6).

“(…) depois de ter conseguido respeito no meu ambiente de trabalho, me sinto acolhido e isso tem sido um lado positivo para mim porque são as pessoas mais presentes no meu dia a dia” (E8).

Na questão trabalhista, enquanto os transexuais possuem os corpos marcados pela sua condição, são desprezados pelo mercado por não estarem ajustados as matrizes culturais que os distinguem como desviantes vinculados às drogas e prostituição. Diante disso não são vistos como homens e mulheres verdadeiros e são invisibilizados pela falta de conhecimento sobre a transgeneridade (CARRIERI; SOUZA; AGUIAR, 2014; ALMEIDA; VASCONCELLOS, 2018).

Andrade (2012) reflete um aspecto pontual de mulheres transexuais para inserção das mesmas no mercado de trabalho, problematizando a obrigatoriedade da carteira de reservista para pessoas do sexo masculino, para conseguir um emprego formal. Alguns transexuais que ainda não são reconhecidas oficialmente como mulheres, não obtêm a carteira e por consequência perdem o direito de conquistar empregos de carteira assinada.

Sobre a inserção dos transexuais no trabalho, Vergueiro (2015) afirma que o deveria haver uma preparação no mercado de trabalho, com vistas à inclusão das diversidades, além é claro, das questões que envolvem a inserção dessas pessoas nos processos de formação.

No contexto familiar, existe o sentimento de culpa pela decisão de passar pelo processo, da conseqüente transformação que acaba gerando conflitos familiares, falta reconhecimento e de apoio da nova identidade. A mãe é quase sempre citada como a integrante familiar mais compreensiva e ao mesmo tempo a que mais afeta os entrevistados emocionalmente pela sensação da decepção materna.

“(…) a minha família não aceita. Meus irmãos não falam comigo e já me bateram, isso me prejudica e mexe muito com meu emocional” (E2).

“(…) vivi 20 anos para os meus pais, fazendo o que eles queriam, na minha casa todo mundo é evangélico então tem esse agravante. A minha mãe falou que não sabe se vai conseguir me chamar pelo meu nome social, mas vejo que ela tem buscado. Já meu pai não aceita de forma alguma, às vezes me pergunto onde eu errei, o que eu tenho que fazer, se devo voltar ao que eu era antes para conseguir um abraço e o respeito do meu pai” (E4).

“(…) existem coisas que não me incomodam mais, como minha mãe, ela não vai me chamar de filha nunca. Ela não consegue e disse que não quer conseguir. Ela teve um menino e eu entendo que seja muito difícil” (E3).

“(…) na minha família tem muitos conflitos por conta disso. Meu pai é militar aposentado, ele não aceita de maneira alguma, a minha mãe é um pouco mais compreensiva, mesmo assim ela não aceita. Eles dizem que nunca vão usar concordância masculina. Dizem que não conseguem. A minha irmã simpatiza, mas não faz esforço nenhum para me apoiar” (E9).

“(…) quando minha mãe começou a me aceitar porque ela foi vendo que isso me fazia bem, eu fiquei muito mais tranquilo. Sempre ficava pensando em estar decepcionando meus pais, em ser um filho ruim. Mas nessa questão foi até bem rápido, meu pai sempre foi muito ignorante, mas ele não falou nada, hoje ele até brinca comigo” (E10).

“(…) eu me sinto muito culpado principalmente com a minha mãe. Me afeta bastante porque eu sei que ela não fica bem” (E11).

Bonassi (2015) relata que na maioria das vezes, a exclusão começa no ambiente domiciliar, que ao invés de ser uma fonte de proteção, são punidos por sua identidade de gênero com violência, falta de respeito ao nome social, humilhação, expulsando de casa ou desprezando como se não precisassem de amparo familiar, desconsiderando que é por meio do afeto e da educação que se dá a formação dos sujeitos.

Ferreira (2018), apresenta que o sofrimento mental causado dentro do âmbito familiar, pela rejeição e violência, vem desde a infância, onde muitos transexuais buscam estratégias de minimizar represálias e punições e aponta também que existe uma melhora significativa da saúde mental dos transexuais com a presença do apoio familiar.

Em um estudo de Silva e Cerqueira-Santos (2018), o apoio familiar confere um aumento na autoestima, taxas mais baixas de depressão e uso de substâncias. Demonstra que esse apoio prevê uma melhor adequação as situações particulares e um melhor ajuste as suas relações e vivências no cotidiano, ajudando no fortalecimento da saúde mental dos transexuais.

Categoria 2: O que se busca com o processo de transição.

Constata-se que o objetivo do processo é estético, na busca de um corpo com o qual possam se identificar. O principal incômodo está na frustração de não atender a expectativa de identidade que gostariam de pertencer. Por isso, passam a idealizar um corpo feminino ou masculino que não foi lhes dado ao nascimento, e que a partir disso, precisam se tornar

aceitáveis para serem respeitados, como uma forma de se inserir no grupo da normatividade construída social e historicamente.

“(...) a forma mais feminina que eu pudesse alcançar. Meu sonho era ter seios enormes. Às vezes é uma fantasia, porque você tem que ir de acordo com a sua genética” (E1).

“(...) meu objetivo é ficar como eu sou, feminina! Passei muitos anos sem me sentir bem com meu corpo e ver isso mudar já é uma vitória” (E2).

“(...) poder me olhar no espelho me ver como na minha cabeça é. Uma coisa que eu quero muito é fazer a mastectomia, tirar uma coisa que não me pertence” (E4).

“(...) quero ser mais feminina o possível. Ter seios e traços femininos no meu rosto. Se pudesse faria cirurgia do pomo de Adão” (E6).

“(...) A aceitação dos outros e perante o espelho me trouxe conforto. Eu busquei paz de espírito, porque eu não conseguia fazer nada na minha vida. Busquei ser eu, tanto faria cirurgias, como gostaria de evoluir o suficiente para não precisar delas. Me sinto refém do que eu construí na minha cabeça do que é ser homem” (E10).

Produzindo padrões, o modelo binário de gênero faz com que os transexuais busquem corpos que sejam considerados parte do modelo natural. Esses ajustes de corpos e o fato de se sentir aprisionado em um corpo que não os pertence acarreta conflitos severos a saúde mental. Estes, relativos às tensões do indivíduo consigo mesmo, com os outros e com as instituições sociais e familiares. Conflitos que podem ocasionar transtornos mentais, autocastração e até mesmo o suicídio (SOARES et al, 2011; VENTURA; SCHARAMM, 2008).

A mudança da imagem corporal que eles desejam e esperam é a de um homem ou mulher em harmonia do corpo com a mente. Harmonia entre aparência e o gênero ao qual se identificam. Mesmo não sendo o desejo de todos os transexuais, o resultado é de uma adequação ao grupo binário, onde eles poderiam ser finalmente inclusos no grupo normativo, adquirindo tolerância e visibilidade social. Construir um novo corpo inclui os gestos, as ações, os documentos oficiais de identificação pessoal. As modificações incluem detalhes mais simples como as roupas que escolhem e a sua postura até as dimensões mais complexas como a escolha de se submeter ou não aos procedimentos cirúrgicos de troca de sexo (VERGUEIRO, 2015; COSTA-VAL; GUERRA, 2019; ANDRADE, 2012).

Vale a pena citar, que nenhum dos (as) entrevistados (as) confere a cirurgia de troca de sexo como prioridade ou como planejamento. O que pode apresentar-se como uma questão secundária dentro dos objetivos a serem conquistados. Há outras questões proeminentes,

como a promoção de saúde e prevenção de doenças, inclusão social e exercício da cidadania. Fica explícita, portanto, a definição de saúde integral e a necessidade dessa definição tornar-se presente no cotidiano a partir da equidade, realização do processo com competência pelos profissionais de saúde e a correlação saúde e direitos sociais.

“(...) busco ficar bonita e saudável. Unir os dois. É uma questão de estética, psicológica e de saúde” (E3).

“(...) com o tratamento quero ser masculino o máximo que eu puder, mas além do tratamento com a hormonização, tenho me cuidado e minha saúde física melhorou em tudo” (E5).

“(...) além de conseguir exercer minha cidadania enquanto cidadão, eu buscava os meus objetivos em relação às formas físicas do corpo” (E7).

“(...) o mais importante é o meu bem-estar como transexual e acompanhamento médico que nos oriente, com a medicação correta e com os hormônios corretos pra nossa segurança” (E8).

“(...) além de querer fazer a hormonização, quero trocar meu marcador de gênero da identidade” (E9).

O processo não pode se constituir como um conjunto de estratégia de atenção a saúde que se refere apenas a transformação de corpos em que os transexuais passam em um determinado período de suas vidas, mas compreender de forma integral desde os primeiros passos dentro dessa passagem para outro gênero até a sua inserção nas vivências sociais (LIONÇO, 2009).

Outro ponto a ser discutido é a precariedade do acesso à saúde no SUS. Além da falta de serviços específicos para o processo transexualizador, ainda há dificuldade em cuidar de suas demandas mais comuns nos serviços que deveriam atender a todos, sem distinção, como por exemplo, a atenção básica à saúde nos programas de saúde da família que não oferecem um acolhimento adequado aos transexuais (ARÁN; MURTA; LIONÇO, 2009; COSTA-VAL; GUERRA, 2019).

Categoria 3: Sistema de apoio

Os participantes destacam a importância do apoio afetivo tanto familiar quanto de amigos e parceiros no enfrentamento do percurso da transição. Além da avaliação positiva e

motivadora do acolhimento dos profissionais da saúde, da troca de experiências com outros transexuais e de todos os recursos destinados à realização do processo.

“(…) amigos, alguns parentes, minha mãe e meus irmãos, os profissionais daqui [ambulatório]. O apoio começa no acolhimento no SUS. Amigos que também participaram e participam desse ambulatório” (E1).

“(…) estou fazendo tudo sozinha. Não tenho amigos. São colegas. Amigos são aquelas pessoas que vem com você e que te apoiam, é difícil” (E2).

“(…) minha chefe, meus amigos. Minha mãe também, mesmo com todas as diferenças. Dá uma satisfação, uma alegria, quando a pessoa se interessa e nos dá espaço para conversar sobre o processo. A gente sente vontade de ter alguém para se relacionar, só que homem não quer saber disso com a gente” (E3).

“(…) a maioria das pessoas que vivem comigo me apoiam. A minha namorada me conheceu como mulher. Quando eu comecei a falar sobre a hormonização ela ficou um pouco estranha, não sabia o que era. Hoje ela é o meu maior apoio” (E5).

“(…) não tenho apoio de ninguém. Todo mundo só dá um não. A única que incentivava era minha amiga que também é transexual. Apoio é não caminhar sozinha, quando isso acontece fica tudo mais complicado” (E6).

“(…) no começo eu não tive apoio de absolutamente ninguém. Nem dos meus amigos. Depois de alguns meses começaram a ter mais empatia por mim. Por eu ser ativista tive muito apoio de pessoas desconhecidas, a partir da minha exposição nas redes sociais e nos eventos, começaram a me dar um *feedback* e me ajudaram muito” (E10).

A rede de apoio é um fator importante para o desenvolvimento da identidade e do gerenciamento de situações como problemas físicos, psicológicos e comportamentais construindo relações de confiança e assistência que pode advir da família, colegas do trabalho ou da escola, comunidade, serviços de saúde e políticas públicas. Essa rede pode influenciar negativamente se ausentes ou positivamente se presentes, trazendo respostas de suporte social de forma individual e ambiental. Dessa forma, esse sistema de apoio se apresenta como fator de intervenção e preventivo dos efeitos do estresse, do sofrimento mental e do isolamento social, aumentando a autoestima, a equidade e a liberdade (SILVA; CERQUEIRA-SANTOS, 2014).

O isolamento e a exclusão é um dos problemas vivenciados pelos transexuais. Em virtude da falta do apoio familiar e social, da ausência de amigos e a dificuldade de encontrar parceiros que compreendam toda sua luta e em alguns casos, o impasse de construir relações

pelo medo do momento da descoberta da sua condição de transexual, muitos enfrentam o processo transexualizador e seguem sua vida solitários e sem meios de proteção e auxílio (TAGLIAMENTO, 2016; SANTOS, 2016).

Categoria 4: Saúde mental de pessoas transexuais.

Em relação à saúde mental, majoritariamente relata-se que os transexuais são acometidos por transtornos mentais comuns e que já pensaram ou perderam pessoas próximas por conta do suicídio. Acreditam que são afetados desde criança pela família e pela sociedade, perdendo o controle da ansiedade e se aprisionando em sentimento de tristeza e insegurança devido aos múltiplos fatores decorrentes da falta de conhecimento e aceitação do processo transexualizador.

“(…) eu acho que não traz nenhum transtorno não, pode trazer ansiedade. Eu já perdi muitas pessoas conhecidas, pessoas queridas, através do suicídio, pela falta da não aceitação de si própria. A saúde mental está ligada a qualidade de vida. Então eu acho que o processo não interfere na nossa saúde mental se você fizer tudo como o médico assim mandar” (E1).

“(…) o processo é como se fosse uma preparação psicológica para a gente enfrentar o mundo. Todos os dias eu preciso me impor. Depois do processo a gente fica mais firme, mas a gente ainda sente medo” (E3).

“(…) às vezes penso em desistir, penso em cortar meu cabelo e voltar a ser menino de novo. Tem momento que me pergunto para que eu estou tomando esses hormônios, mudei meu nome, fiz uma cirurgia e as pessoas continuam me desrespeitando. Eu fico bem triste mesmo. As pessoas não medem as palavras e isso magoa muito, tem casos de transexuais que se matam, as vezes até por decepção amorosa” (E6).

“(…) o índice de depressão em indivíduos transgêneros é bem alto. Eu tive até pensamentos suicidas, quando eu comecei a ter esses questionamentos” (E9).

“(…) eu tentei me matar duas vezes quando eu tinha 7 anos de idade. Porque eu achava que deus tinha feito meu corpo errado” (E10).

A invisibilização causa danos irreparáveis a saúde mental dos transexuais. Uma vez que, não são legitimamente reconhecidos e respeitados, dificulta-se o caminho para o olhar mais específico e atento, bem como elaboração de políticas públicas e criação de estratégias que

atendam as suas demandas. Através do entendimento desses fatores, visualiza-se que a saúde mental dos transexuais tem uma forte interferência da sociedade como um todo e das relações sociais que definem as vivências dessa população (PARDINI; OLIVEIRA, 2017).

Estima-se que 42% da população transexual já tentou suicídio, A ONG Internacional National Gay and Lesbian Task Force aponta que 41% dos transexuais já tentaram suicídio nos EUA em algum momento, contra 1,2% da população cisgêneros. Uma pesquisa do Instituto Williams de Los Angeles publicada em 2014 estimou que 40% dos transexuais já tentaram cometer suicídio. Já uma pesquisa da Universidade de Columbia informa que o índice de suicídio é 5 vezes mais frequente entre LGBT (ALVES, 2018).

No Brasil, em 2016 foram referidos 12 casos de suicídios entre essa população, seguido de 2017 com 7 e 2018 com 8 casos (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2018). O relatório "Transexualidades e Saúde Pública no Brasil" do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT e do Departamento de Antropologia e Arqueologia, na sua amostra de 28 participantes, 24 (85,7%) dos homens transexuais já pensaram em suicídio ou tentaram cometer o ato e apenas 3 (11%) jamais consideraram essa opção. Não sendo o suicídio algo inerente a ser transexual, mas diretamente relacionado em como a pessoa e a sociedade se relacionam com a transgeneridade.

A partir dos resultados apresentados, pode-se compreender que a saúde mental é estruturada a partir da integralidade da saúde abarcando pontos da vida social, que neste caso tem sido abundantemente afetada em todos os aspectos e que consideravelmente, as consequências e mudanças do processo transexualizador são condicionante da invisibilidade e de todo esse sofrimento mental gerado pela inadaptação ao sexo biológico.

Ressalta-se que a compreensão de subjetividades não seja restringida a determinados conceitos e dificulte a possibilidade de entendimento do quanto é vasto as linhas que se entrelaçam quando se trata da sexualidade humana. Deve-se então, valorizar a história, o modo de descobrir o mundo e o direito a sexualidade, sustentando a tese de que não seria o órgão sexual o fator determinante para a formação da identidade e a maneira que a sua vida deve ser vivenciada (ÁRAN, 2006; ALVES; MOREIRA, 2015).

A continuidade de classificação da transexualidade como uma disforia, comprova o quão longo é o caminho de desconstrução e compreensão das identidades transexuais. Fica clara a lógica do sexo como um dado biológico, onde a normalidade se dá a partir do elo entre o sexo e o gênero. Essa normatividade presente é a que exclui, marginaliza e torna patológica essa condição, onde os indivíduos não conseguem se sentir parte de um padrão legitimado pela sociedade. Todas as críticas ao processo patologizante tem como base fortificar

diferenças e subverter discursos hegemônicos e transfóbicos (LATTANZIO; RIBEIRO, 2017; MISKOLCI, 2009).

Considerando que cada ser humano é um ser genuíno que deveria ser visto e estudado como único e ímpar diante da sua especificidade, devemos transcender os preconceitos socialmente mantidos em relação à diversidade de formas dos indivíduos viverem sua sexualidade, ampliando o apoio das redes que são extremamente significativas na formação da identidade dessas pessoas e reduzindo essa condição de exclusão e sofrimento (SOARES et al, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa proporcionou a análise do estado da saúde mental dos transexuais. Os resultados encontrados através dessa pesquisa demonstram a vulnerabilidade que essas pessoas têm vivenciado em todas essas situações apresentadas em suas falas. A busca pela aceitação de si mesmo, as mudanças do corpo, o acesso à saúde, emprego e moradia, falta de apoio familiar e social, são fatores que corroboram para a instabilidade e fragilidade desse grupo. Alguns direitos que fundamentalmente deveriam ser assegurados enquanto cidadãos são tratados por eles como privilégios, caracterizando essa situação de exclusão social.

Proponho pesquisas futuras com a população transexual, seja ela na área da enfermagem como em outras áreas específicas, de forma que enfatize a seriedade das consequências que traz as ações de toda uma sociedade que prefere excluir a torna-se preparada para as diversidades que já existem há muito tempo, construindo evidências no âmbito da saúde mental da população transexual para a transformação de ideias preconcebidas que mantêm essas desigualdades, visando uma maior compreensão dessa questão e construindo uma demanda de melhoria da qualidade de vida desses indivíduos.

Para finalizar, reitero que esta é uma realidade que exige transformações, considerando o sofrimento e os sentimentos da população transexual, respeitando sua expressividade e suas experiências, de forma que se tornem sujeitos ativos da sua própria história e possam vivenciar a si mesmo sem necessitar se enquadrar em rótulos impostos pela sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA C. B.; VASCONCELLOS V. A. Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo? **Revista Direito GV**. v.14, n.2. São Paulo, 2018. ALVES, T.

ANDRADE, L. N. de. **Travestis na escola : assujeitamento e resistência à ordem normativa**. Tese (Doutorado) — Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2012.

ÁRAN, M. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**. v.9 n.1. Rio de Janeiro. 2006.

ARÁN M.; MURTA D.; LIONÇO T. Transexualidade e saúde pública no Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**. vol.14, n.4. Rio de Janeiro, 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: edições 70, 2011, 229p.

BENEVIDES B. G.; NOGUEIRA S. N. B. **Dossiê dos Assassinatos e da violência contra Travesti e Transexuais no Brasil em 2018**. Associação nacional de travestis e transexuais do Brasil. p.36. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012** que aprova as seguintes diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, 2012.

CARRIERI A. P.; SOUZA E. M.; AGUIAR A. R. C. Trabalho, Violência e Sexualidade: Estudo de Lésbicas, Travestis e Transexuais. **RAC**. v. 18 n. 1 p. 78-95. Rio de Janeiro, 2014.

COSTA-VAL A.; GUERRA A. Corpos trans: um ensaio sobre normas, singularidades e acontecimento político. **Saúde Soc**. v.28, n.1, p.121-134. São Paulo, 2019.

FERREIRA S. C. C. O Processo Transexualizador no SUS e a Saúde Mental de Travestis e Transexuais. 2018. 71 f. [**Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação**]. Universidade do Estado do Pará. Belém, 2018.

JESUS J. E. LGBTcídio no Brasil: direitos humanos e população Lésbica, Gay, Bissexual, Travesti, Transexual (LGBT). **Coisas do Gênero: Revista de Estudos Feministas em Teologia e Religião**. v.2. n.1. São Leopoldo. 2016.

LATTANZIO F. F.; RIBEIRO P. C. Transexualidade, psicose e feminilidade originária: entre psicanálise e teoria feminista. **Psicologia USP**. v.28 n.1. São Paulo. 2017.

LIONÇO T. Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios. **Physis**. v. 19, n. 1, p. 43-63, Rio de Janeiro, 2009.

MISKOLCI R. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**. n. 21 p. 150-182. Porto Alegre, 2009.

NOGUEIRA, S. N. B.; AQUINO, T. A.; CABRAL, E. A. **Dossiê: a geografia dos corpos das pessoas trans**. Aracaju: Rede Trans Brasil, 2017.

PARDINI B. A.; OLIVEIRA V. H. Vivenciando a transexualidade: o impacto da violência psicológica na vida das pessoas transexuais. **Psicologia - Saberes & Práticas**. n.1, v.1, p. 110-118. São Paulo, 2017.

SANTOS A. B.; SHIMIZU H. E.; MERCHAN-HAMANN E. Processo de formação das representações sociais sobre transexualidade dos profissionais de saúde: possíveis caminhos para superação do preconceito. **Ciência e Saúde coletiva**. v. 19 n.11. Brasília. 2014.

SANTOS, Chopelly Glaudystton Pereira dos. Saúde?! Completo bem-estar psicossocial de um indivíduo: tudo que uma pessoa trans não possui. In: BRASIL. **Ministério da Saúde**. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Transexualidade e travestilidade na saúde. 1. ed., 1. reimpr.– Brasília:Ministério da Saúde, 2016

SILVA B. B.; CERQUEIRA-SANTOS E. Apoio e suporte social na identidade social de travestis, transexuais e transgêneros. **Rev. SPAGESP**. v.15, n.2. São Paulo, 2014.

SILVA B. B.; CERQUEIRA-SANTOS E. Apoio social na autoestima e identidade social de pessoas trans brasileiras. **Psico**. v.49, n.4, p. 422-432. Porto Alegre, 2018.

SOUZA E. R. Relatório descritivo: Projeto Transexualidades e Saúde Pública no Brasil: entre a invisibilidade e a demanda por políticas públicas para homens trans. **Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NUH-UFMG) e Departamento de Antropologia e Arqueologia (DAA-UFMG)**. p.57. Minas Gerais, 2015.

SOARES M.; FEIJÓ M. R.; VALÉRIO N. I.; SIQUIERI C. L. S. M.; PINTO M. J. C. O. Apoio da rede social a transexuais femininas. **Paidéia**. v. 21 n.48. Ribeirão Preto. 2011.

TAGLIAMENTO, Grazielle. Direitos Humanos e a saúde: a efetivação de políticas públicas voltadas à saúde integral da população trans. In: BRASIL. **Ministério da Saúde**. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Transexualidade e travestilidade na saúde. 1. ed., 1. reimpr.– Brasília:Ministério da Saúde, 2016.

VERGUEIRO, V. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. 2015. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.



SER MULHER E PROFESSORA: ENTRE REGULAÇÕES E NEGOCIAÇÕES

Eva Fonseca Silva Spínola ¹
Marcos Lopes de Souza ²

RESUMO: Neste artigo problematizo a influência da identidade docente na vivência da sexualidade da mulher com base em narrativas de três professoras que atuam na educação básica no interior do Estado da Bahia. Utilizo os estudos de Guacira Lopes Louro (1997, 2000, 2018), Eliane Marta Teixeira Lopes (1991), Lusia Ribeiro Pereira (1994), dentre outros/as para analisar a produção do gênero no magistério e Simone de Beauvoir (2009) e Judith Butler (2003) para refletir sobre a crítica ao sistema corpo/sexo/gênero. Inicio o metatexto refletindo sobre os constructos em torno de um ideal da feminilidade e o seu uso para a produção da mulher professora. Em seguida, apresento um recorte do material empírico da pesquisa, demonstrando as estratégias usadas pelas professoras para conciliarem algumas das principais identidades que as constituem, dentre elas: a de gênero, a docente, a sexual e a étnica. Concluo o texto evidenciando que os desejos e expectativas das sujeitas de pesquisa nem sempre condizem com as normas impostas a sexualidade da mulher professora, exigindo delas várias negociações.

Palavras-chave: Gênero, Sexualidade, Etnicidade, Identidade docente.

INTRODUÇÃO

Neste artigo busco refletir sobre como a identidade docente influencia na vivência de determinada sexualidade por parte da mulher professora. Este texto faz parte de uma pesquisa maior que teve como objetivo investigar quais as possibilidades de transgressão das normatizações da sexualidade pensadas para as mulheres professoras, sob a dinâmica das relações étnicas. Evidencia, também, alguns dos conflitos que as professoras enfrentam quando borram com os discursos hegemônicos sobre o feminino e a feminilidade.

O interesse pela temática provém, sobretudo, da minha própria vivência. Na condição de mulher, negra e professora alimento o desejo de dar visibilidade a essas profissionais cujo o conhecimento da matéria pode não ser suficiente para o exercício da docência. Outrossim, espero contribuir para desconstrução de estereótipos e generalizações simplistas em torno da figura da mulher, da sua estética e do seu prazer. A meu ver isso exige uma maior abertura do sexo e da sexualidade, vistos menos como comportamentos individuais, do que como

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, *campus* de Jequié-BA, evafonsecasilva@yahoo.com.br.

² Professor Titular do Departamento de Ciências Biológicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, *campus* de Jequié-BA., Docentes do PPGREC e do PPGECFP da UESB, markuslopesouza@gmail.com.



categorias sociais e políticas que se cruzam com marcadores de classe, etnia/raça, gênero, profissão etc., todos igualmente atravessados por relações de poder.

Com a intenção de saber como andam as produções acadêmicas envolvendo o entrecruzamento de “raça/etnia, gênero/sexualidade e identidade docente” no país, foi realizada uma investigação na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) onde por meio dos descritores professoras e sexualidade, no período de 2009 a 2019, foram localizados vários trabalhos, sendo que a maioria deles trata da sexualidade das professoras de forma dissociada da docência ou da forma como as professoras trabalham o tema sexualidade na escola. Quando a tentativa foi realizar uma pesquisa que relacionasse a sexualidade de professoras com as relações étnicas nenhum título foi disponibilizado.

Embora os trabalhos encontrados sejam importantes no campo dos estudos sobre gênero e docência, não se relacionam as categorias raça/etnia. De uma forma geral, existe uma lacuna no que tange às pesquisas que interseccionam as categorias supraditas às relações étnicas, o que torna esta pesquisa relevante tanto do ponto de vista social quanto do ponto de vista acadêmico. Primeiro, porque, como explicitara Foucault, as identidades sociais são fruto da forma como o conhecimento é produzido e organizado. Então, sejamos nós mulheres-professoras nossas próprias enunciadoras, nos expondo e nos encontrando em discursos mais atentos a nossa pluralidade. Depois, apesar de pouco utilizado pela sociedade mais ampla, a etnicidade se revela como um conceito teórico e político extremamente importante para se pensar a diferença. Daí a minha opção em fazer dessa categoria norte para se buscar compreender a sexualidade da mulher-professora em meio a diversos processos de atribuição e identificação étnicas.

É importante salientar que no metatexto, gênero/sexualidade e raça/etnia se apresentam tanto como categorias complementares quanto como relacionais. Uma vez que, malgrado as identidades docente, de raça/etnia e de gênero/sexualidade sejam diferentes, não podemos perder de vista que é a partir de uma formação étnica-cultural específica, a saber, a cultura ocidental, que a maioria das pessoas formulam a sua concepção do feminino e da docência, do que é ser mulher-professora na nossa sociedade, do que é ou não permitido a essas mulheres no interior da mesma, incluindo a forma de viver sua sexualidade.

Com base nesse pressuposto, a presente investigação se deu com base nas narrativas de três mulheres professoras, Fátima, Oyá e Apoema, pseudônimos escolhidos pelas docentes para a preservação das suas identidades. A fim de apresentar-lhes farei uma breve exposição da história de cada uma delas. Fátima tem 31 anos e foi criada em Ipiaú, mesma cidade onde hoje atua profissionalmente e mora com a sua companheira. Ela e as duas irmãs foram criadas

pelo tio (a quem chama de pai) e a avó, ambos parentes do lado materno. O seu pai era padre e sua avó católica fervorosa, o que fez com que a nossa entrevistada crescesse entre terços e rosários, tendo o compromisso de ir à missa todo domingo, segundo ela, muitas vezes, a contragosto, pois preferia ficar em casa assistindo Xena, série de televisão neozelandesa exibida originalmente entre 1995 e 2001. Para Fátima, a imagem da guerreira forte, de cavalo e espada, se contrapunha a ideia da mulher como um ser frágil e indefeso, despertando a sua admiração.

Ela nem sempre teve uma percepção clara dos seus desejos, ouvia tanto que o correto é gostar de menino, que levou um tempo para perceber que não gostava. Lembrou que, na adolescência, por conta das insinuações da sua tia de que o seu desinteresse pelos rapazes não era algo normal, ela arranjou um namorado para justificar que não era lésbica. Mas, a essa altura já tinha se apaixonado por uma colega, ficado excitada por outra e estava tentando entender os seus sentimentos.

Mas foi longe de casa, morando fora enquanto cursava o ensino superior na Universidade Estadual da Bahia – UNEB na cidade de Guanambi que começou a ter uma noção maior do seu corpo e do que lhe dava prazer, se permitindo viver com maior liberdade os seus desejos. Foi nesse contexto em que conheceu a atual companheira, que entre namoro e casamento estão juntas há cerca de dez anos. Todos/as na comunidade escolar sabem da identidade sexual de Fátima. Ela percebe a sua presença e a exposição da sua atribuição na escola e também nessa pesquisa como uma forma de se desnaturalizar e subverter a ideia de normalidade.

Oyá tem 38 anos, 1,58 m, cabelos curtos num corte meio irregular onde parte da cabeça está raspada, algumas tatuagens pelo corpo. Leciona desde os 17 anos, se casou quatro vezes, sendo que de duas dessas uniões nasceram duas filhas, sua família. Proveniente de família evangélica, Oyá teve uma educação altamente disciplinar e conservadora, foi missionária e dedicou um bom tempo da sua vida a evangelização. Casou-se pela primeira vez aos dezesseis anos. Era virgem e contou se sentir frustrada nessa relação desde a noite de núpcia, momento onde o ato sexual não provocou nenhum sangramento, levando o marido sete anos mais velho a questionar sua “pureza”, deixando-a, naquela ocasião, decepcionada. Foram dois anos e dez meses num relacionamento marcado pela dor, onde disse sofrer muito, principalmente, sexualmente, mas que se obrigava a permanecer por conta da religião. Até que um dia chegou ao seu limite e foi morar na casa de uma tia em Salvador. Oyá nasceu em Jequié, onde residiu até o dito casamento quando se mudou para a capital baiana. Aos 22 anos

ingressou na Universidade Federal da Bahia, cursando Letras Vernáculas com Língua Estrangeira Moderna- Espanhol.

Durante a graduação Oyá conheceu o segundo esposo, mantendo com ele um casamento de aparência. Ele ficou dois anos sem tocá-la, não demonstrando ter por ela qualquer interesse sexual, se comportava como um protetor, a mimava e alimentava os seus caprichos. Por outro lado, era ciumento se incomodando ao vê-la saindo sozinha. Ela não compreendia o que estava acontecendo, achava que havia algo de errado consigo e numa única conversa, ele justificou, dizendo, provavelmente, ter algum problema de saúde. Aos 26 anos, Oyá teve um princípio de câncer de colón de útero e interpretou que a vida estava lhe dando uma segunda chance, decidindo por um fim ao que ela classificou como uma farsa. Ponderou que precisava ter orgulho de si, montou um apartamento com o necessário e se mudou. Passou a lecionar em várias instituições e vivia uma fase nova e de descobertas. Conheceu e casou com o pai da sua primeira filha, ele era cinco anos mais novo motivo pelo qual a família dele a rejeitava, por essas e outras questões não deu certo. Mais uma vez, a professora deixou tudo para trás e voltou com a sua filha de um ano para Jequié. Sua mãe havia falecido e deixado a casa e, materialmente, era tudo que tinha.

Oyá passou no concurso do governo do estado para professora em primeiro lugar, mas não viu que havia sido chamada e acabou não assumindo. Trabalhava por meio de contratos temporários. Em pouco tempo, já estava atuando em uma escola privada muito conhecida na cidade. Disse ser hostilizada por algumas colegas no início, o que foi bastante difícil. As professoras da referida escola pareciam não aceitar o fato de alguém com uma aparência simples chegar e ocupar espaços que profissionais da casa a anos não haviam ocupado. Essa fase passou, ela ficou um ano indo e voltando a pé para escola a fim de mobiliar sua casa. O pai da sua filha apesar de presente nunca ajudou muito financeiramente. Mesmo com todos esses percalços ela conseguiu se estruturar economicamente.

Neste ínterim, a nossa sujeita de pesquisa morava com a filha e uma tia idosa que caiu e quebrou o fêmur, foi quando ela conheceu o genitor da sua segunda filha, e ele se apresentou como um grande companheiro, mas sentia um ciúmes doentio o que a assustou levando a romper o relacionamento. Depois de seis meses, descobriu que estava grávida de uma menina. Comunicou ao pai da criança, eles reataram, mas concluíram que o término era melhor. Hoje em dia, a professora mora com as filhas, mantém vínculo empregatício com duas escolas privadas em Jequié e com uma instituição de ensino na cidade de Ipiaú. Tem um curso de português em casa e corrige trabalhos acadêmicos, algo que ela vem fazendo desde

que morava em Salvador. Oyá passou por uma travessia espiritual e procura conhecer o que é tratado no Axé, se dizendo consciente de que Iansã e Oxum andam com ela.

Nascida e criada na cidade de Jequié, mesma cidade onde cursou Letras Vernáculas na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, Apoema tem 45 anos de idade e contou que sempre namorou bastante, não se apegando aos limites sociais postos socialmente para o gênero e a sexualidade da mulher. A docente foi criada por seus pais até os oito anos de idade, quando esses se separaram, permanecendo ao lado da mãe. Essa última, depois de se envolver em outras duas relações heterossexuais, casou-se com uma mulher vivendo com ela durante dezoito anos.

Contou-me que quando a mãe a comunicou desse casamento seu mundo desabou, ela não sabia do namoro, ou melhor, desconfiava, mas não tinha certeza. Em sua cabeça a partir de então, as pessoas da cidade iam passar a vê-la somente como a filha da sapatão. Na época, estava aconselhando um amigo a aceitar a união homoafetiva da sua irmã. Mas, diante daquele fato se percebeu confusa e contraditória. Ela apontava o amigo como quadrado, de repente estava vivendo a mesma situação em família. Segundo Apoema esse fato foi um divisor de águas em sua forma de dizer, ouvir e ver. Espiritualizada, já professou o catolicismo e o protestantismo e diz hoje não se conciliar com o Deus punitivo dos cristãos. No início desta investigação, Apoema estava professora e vice-diretora, passando a ocupar somente o cargo.

Faz-se mister destacar, que a literatura concernente a representação da sexualidade da professora formulada no século XIX cujos aspectos persistentes buscaremos identificar, diz respeito a um grupo de mulheres específico, a branca e da classe dominante. Soares e Ratts (2012) nos informam que nesse período, a mulher do povo e a mulher negra conviviam com a falta de instrução e a para a segunda só restavam trabalhos de nível inferior. As ferramentas teóricas elencadas para sustentar essa pesquisa encontram suporte nos estudos culturais, que tem como característica examinar práticas socioculturais do ponto de vista de seu envolvimento com, e no interior de, relações de poder, abordados numa perspectiva pós-estruturalista.

METODOLOGIA

A produção do material empírico se deu, principalmente, por meio da associação das técnicas de observação participante e entrevistas. De acordo com Minayo (2001) a observação tem como principal característica o estabelecimento do contato direto entre a pesquisadora e o

(83) 3322.3222

contato@desfazendogenero.com.br
www.desfazendogenero.com.br

seu campo de análise, dando-lhe condições de capturar situações e fenômenos dificilmente apreendidos por intermédio de perguntas, “uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real” (MINAYO, 2001, p. 61).

As observações das aulas de Fátima, Oyá e Apoema tiveram início em novembro de 2018 e ocorreram em turmas do ensino médio onde as nossas sujeitas de pesquisa lecionavam, normalmente no período da manhã. Seus alunos tinham idade entre 14 e 20 anos. Visitei duas escolas públicas do Estado, uma no município de Jequié e outra em Ipiaú, ambas escolas de grande porte, e uma instituição de ensino privada, de médio porte, também em Ipiaú. Além das salas de aulas, estive presente em espaços como a coordenação, vice-direção, auditório e sala dos professores, locais onde pude obter informações singulares acerca das vivências das profissionais. Nesta conjuntura, pude perceber a forma como as professoras se veem, e como elas são vistas pelos/as alunos/as e colegas de trabalho, no tocante a sua produção como mulher e professora no interior de um contexto marcado por várias relações, incluindo as étnicas.

Tais informações foram cruzadas com as entrevistas, definidas por Flick (2009) como um meio de produção onde os pontos de vistas dos sujeitos/as são expressos, de forma a facilitar a obtenção das informações nas pesquisas qualitativas. Para tanto, elaboramos um roteiro organizado de modo básico e com perguntas gerais para nortear o diálogo com as entrevistadas. As questões direcionadas às docentes se referiam, sobretudo, a aspectos relacionados a produção da sua sexualidade e a relação desta com a docência e a sua identidade étnica. De acordo com Eduardo José Manzini (1991), que classifica esse tipo de entrevista como semiestruturada, a simplicidade das questões acaba dando mais liberdade ao entrevistado, permitindo que ele seja mais espontâneo.

No decorrer das entrevistas as participantes ficaram à vontade para narrar fatos que elas julgavam importantes. Por coadunar com o pressuposto foucaultiano, de que o/a sujeito/a é produto da linguagem, mesmo nas situações em que as entrevistadas discorriam sobre fatos diversos, se estendendo em relação a vida pessoal ou a fatos relacionados ao seu ambiente de trabalho não as interrompi, deixando fluir as narrativas. De modo que, os discursos delas pudessem fazer emergir o máximo de elementos possíveis acerca da sua produção.

Esse texto está dividido em duas seções. Na primeira, problematizo os constructos em torno de um ideal da feminilidade e o seu uso para a produção da mulher professora. Na segunda seção, apresento um recorte do material empírico da pesquisa supradita, demonstrando as estratégias usadas pelas professoras para conciliarem algumas das principais

identidades que as constituem, dentre elas: a de gênero, a docente, a sexual e a étnica. Concluo este artigo evidenciando que os desejos e expectativas das sujeitas de pesquisa nem sempre condizem com as normas impostas a sexualidade da mulher professora, exigindo delas negociações.

QUAL A FEMINILIDADE EXIGIDA PARA A MULHER PROFESSORA?

Falar baixo, sentar de pernas fechadas, usar saltos, vestidos, aceitar interrupções, manter os cabelos longos, usar maquiagem, manter-se bela e apresentável, casar, ser maternal, gostar de meninos, obedecer, cozinhar, lavar, arrumar, ser carinhosa, amorosa, calma, paciente, emotiva e ter passividade sexual, seriam a princípio características, funções e peças de vestuário como femininas, algumas pessoas diriam “coisas de mulher”. A feminilidade, contudo, não pode ser vista como um conceito universal, havendo pontos de fricção entre os estudiosos de gênero e sexualidade quanto as perspectivas e abordagens adotadas.

O debate gira em torno de algumas questões, como: Toda mulher possui tais qualidades, gostos e desejos? Existe uma ligação inata entre ser mulher e ser feminina? É preciso ter vulva para desenvolver os atributos supraditos? Algumas vertentes do feminismo diriam que a feminilidade é um conjunto de características socialmente constituídas e biologicamente dadas, estabelecendo uma clara divisão entre ser mulher, sujeito/a, e o ideário de feminilidade, estabelecido por determinadas sociedades histórico-sociais. O Segundo Sexo, de Simone de Beauvoir, publicado pela primeira vez em 1949, apresenta-se como a grande referência nessa linha teórica.

Tal pensamento que revolucionou o movimento feminista na segunda metade do século XX, denunciando as relações de poder entre homens e mulheres e a opressão social, econômica, política e sexual dessas últimas. Bem, isso foi alvo de críticas em Problemas de Gênero, de Judith Butler (2003). Nesta obra, a autora expõe ambos, sexo e gênero, como construtos sociais. Para a filósofa estadunidense (2003, p. 25) “a rigor, talvez o sexo tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero se revela absolutamente nenhuma”. A seu ver, trata-se de desfazer a relação que o sexo estaria para a natureza como o gênero para a cultura: o sexo seria o gênero desde o início.

Butler problematiza o próprio conceito de mulher, que na sua opinião, mesmo em intersecção com raça/etnia, classe etc. ainda se constitui uma espécie de normatização. Em sua concepção, ser mulher é um ato performativo e a instituição de uma identidade fixa situada num corpo “a priori” restringe a sua representatividade. Atravessadas por

(83) 3322.3222

contato@desfazendogenero.com.br
www.desfazendogenero.com.br

convergências e divergências, as duas teses concordam com a influência da cultura na constituição do feminino. A partir desse pressuposto, interessa-me questionar: Qual a feminilidade exigida para a mulher-professora? Quais os desafios enfrentados por mulheres-professoras que desobedecem às suas prescrições?

É sabido, que durante o período novecentista, as qualidades “femininas” foram utilizadas para justificar a entrada das mulheres nos programas de formação de professores/as, fato que ocorreu em meio a intensos e calorosos debates. Segundo Louro (2018, p. 449), aos olhos de alguns setores da população parecia uma irresponsabilidade entregar a instrução das crianças às mulheres, criaturas “usualmente despreparadas, portadoras de cérebros “pouco desenvolvidos” pelo seu desuso (...)”. Enquanto outros defendiam que as mulheres seriam mais preparadas para lidar com as crianças, “naturalmente” afáveis, doces, ternas e contidas. Elas possuíam o biotipo ideal para assumir a função.

Nesse contexto, o magistério despontará como uma excelente oportunidade de trabalho remunerado para as mulheres brancas e da classe média saírem do ambiente privado para um lugar diferente da Igreja. Apontado como um ofício mais digno que o realizado no comércio e na indústria, o trabalho na escola ocupava um só turno deixando-as livres para a realização das tarefas domésticas no outro período. Nesses moldes, a docência além de não ameaçar a função social da mulher, ser mãe e dona de casa, contribuía para a ratificação da sua feminilidade, protegida e tutelada por esta profissão que começa a ser pensada para absorver essas trabalhadoras.

Uma série de rituais e símbolos, doutrinas e normas foram mobilizados para a produção dessas mulheres professoras. Encimadas por crucifixos, mesmo as salas de aula das escolas laicas lembravam as mulheres que elas estavam sendo vigiadas. Além de disciplinas específicas ao público “feminino” como os trabalhos com agulhas e prendas, a psicologia, a puericultura e a higiene escolar ensinavam a todos e todas como tratar as crianças. É preciso entender o surgimento desses novos conceitos e campos de saber como novos mecanismos para conhecer e disciplinar essa população.

No momento em que as sociedades se tornavam cada vez mais numerosas e complexas era preciso lançar mão de técnicas aprimoradas de governo e autogoverno, multiplicadas pelos próprios cidadãos. A infância passa a ser o foco dos discursos científicos e as práticas educacionais junto com a psicologia infantil tornam-se um espaço para discipliná-las desde a tenra idade, num trabalho que de uma única vez disciplinava estudantes e mestres.

Louro (2018) ainda destaca, que o afeto passa a ser visto como um requisito fundamental nos processos de aprendizagem. E os ensinamentos sobre economia doméstica

revestidos de uma roupagem didática também vislumbravam a preparação para o casamento e a maternidade. Estando diretoras essas mulheres, leigas e religiosas, eram vistas como verdadeiros exemplos a serem seguidos, tornando-se uma grande “mãe” para essas meninas, com o diferencial de que naquele espaço ela era uma mulher constituída de mais poder, despertando admiração nas jovens. Faz-se mister salientar que, as posições de mando eram exercidas, majoritariamente por homens, exatamente por atribuir a mulher excesso de tolerância, de sentimentos e fraqueza na tomada de decisões, reproduzia-se na escola a hierarquia doméstica, o que fazia com que as exceções fossem ainda mais admiradas.

Os regimentos escolares versavam sobre as relações entre professores/as e alunos/as e professores/as e dirigentes de forma a controlá-los/as. Alguns documentos proibiam claramente que as professoras tratassem em aula de temas exteriores à matéria, vetavam o diálogo entre discentes e docentes no intervalo das aulas. A disciplina alcançava com severidade a falta de decoro entre os sexos e os/as professores/as, caso infringissem as normas ou fossem considerados como prejudiciais ao ensino.

Os exames públicos, as premiações e as notas de aplicação contribuía para reforçar a obediência e a observância tanto dos regulamentos escolares quanto da feminilidade. As exigências quanto à discrição nas roupas, modos e vida pessoal sedimentavam uma estética e uma ética, estendidas à maneira de falar, olhar, caminhar, sentar e argumentar. Com esses e outros dispositivos, ia-se criando uma maneira de ser professora. “A escola era, então, de muitos modos incorporada ou corporificada pelas meninas e mulheres” (LOURO, 2018, p. 461).

O tempo passou, as representações acerca das docentes e da docência se transformaram, as exigências em relação à mulher professora talvez tenham se modificado. Todavia, generificado e escolarizado, o corpo docente carrega marcas que pressupõem funções e responsabilidades. Como as nossas sujeitas de pesquisas encaram tal realidade? Podemos descrever a docência hoje como lócus da normatividade ou falar de um feminino no singular no campo docente?

Ao estabelecer uma relação entre o campo do feminino e o da educação, Lusia Ribeiro Pereira (1994) afirma que o processo de feminização do magistério vai muito além do aumento do número de mulheres em sala de aula, alcançando a implementação de um fazer feminino por meio da prática educativa escolar. A seu ver, os cursos normais tiveram um papel de destaque na constituição das relações sociais de gênero instituídas na sociedade brasileira, implementando uma pedagogia do feminino, de certa forma, ainda presente no imaginário social. A partir de um álbum de fotografias, a autora supradita nos apresenta o

cenário de uma formatura de professoras dos anos de 1960. Na ocasião, as formandas aparecem com uniformes de gala e, a exemplo de noivas, trazem uma mantilha branca na cabeça para lembrar a pureza das normalistas que simbolicamente se casariam com a profissão e teriam nos alunos e nas alunas, seus filhos e filhas.

De acordo com Pereira (1994), toda essa troca de símbolos entre o casamento e a formatura de professoras decorre do fato do Magistério ser a expressão de um projeto social de educação pensando para a mulher. Assim sendo, o recato, a dedicação, a fidelidade, a paciência, esperados da esposa em relação ao matrimônio deveriam ser transferidos para o magistério, atividade com a qual as futuras docentes deveriam aprender a desenvolver uma “relação de amor”. Faziam parte do currículo disciplinas relacionadas a administração do lar, psicologia, puericultura, haviam regras em relação ao vestir, falar, olhar, etc. tudo para ensinar-lhes a serem esposas, mães e professoras, lição que elas direta e indiretamente também passariam as suas alunas.

ENTRE MUITAS IDENTIDADES, A DOCENTE.

Ciente da influência da educação escolar na conduta das pessoas, Jean Claude Passerom (1992) destaca, que dentre uma série de ações de influência, a propaganda, a exortação, o mandamento, etc. a ação pedagógica é a que produz um resultado mais duradouro e eficaz sobre a personalidade cultural dos/as indivíduos/as. Visto que, ela consegue fazer com que os seus/suas interlocutores/as assimilem esquemas de percepção, pensamentos e ações, que mesmo quando os ensinamentos transmitidos são esquecidos continuam sendo reproduzidos no comportamento dos/as sujeitos/as. Isso parece estar presente nas narrativas de Apoema e Oyá:

(...) Logo quando eu assumi a efetiva regência nos primeiros seis meses eu ficava assim muito preocupada: “como eu devo me portar?” “Como eu devo sentar?”. Não se falava em sororidade, o que se pregava era a competição feminina e algumas colegas falavam assim: “Apoema você tem um corpo muito bonito como é que você está usando essa roupa para dar aula? Você não acha que o menino na hora não vai ter uma ereção? Você vai fazer o quê?” Isso me preocupava muito, eu pensava assim: “como eu posso estar, meu Deus, estar, me portar de outra maneira que não venha chamar muito a atenção do menino e que eu possa ser eu mesma?” Isso era um conflito, foram seis meses, depois eu falei assim: “olha, quer saber do mais? Eu vou usar minha sedução para atrair os meus meninos. Eu vou mostrar a eles que eles têm uma professora gostosa, mas que eles não podem comer e nem podem estar excitados”. (Apoema 1ª/2018)³

³ Duas professoras, Apoema e Fátima, foram entrevistadas duas vezes. Os códigos 1ª e 2ª/ 2018 se referem à entrevista de onde os excertos foram retirados.

“Eu percebo que tenho certo cuidado assim, com a roupa que eu uso, os meus vestidos são todos no joelho, maiores, e eu particularmente, gosto de roupa curta, mas (...) as meninas, por exemplo adoram os meus vestidos, adoram a presença sempre dos all-stars ou da bota, adoram e acho que elas gostam desse híbrido mesmo né, do cabelo extremamente curto, bastante acessórios, as tatuagens, mas eu acho que elas olham, também um pouco como mãe, muito, mas me parece que tem um lance (Oyá 1ª / 2018)

Certamente, as nossas sujeitas de pesquisas graduadas entre 2000 e 2011 não tiveram a mesma formação que as normalistas na década de sessenta. Porém, observa-se que a preocupação com as vestimentas e os valores morais são ainda uma realidade diária no cotidiano dessas mulheres. Quando Apoema, pensa: “como eu devo me portar?” “Como eu devo sentar?”, ela nos indica que existe um processo de regulação diretamente relacionado a sua profissão. A professora inclusive inicia a frase associando a sua inquietação à regência. Oyá, outrossim, demarca “Eu percebo que tenho certo cuidado assim, com a roupa que eu uso, os meus vestidos são todos no joelho, maiores, e eu particularmente, gosto de roupa curta, mas (...)”. Ou seja, mesmo gostando de roupas curtas, o peso do exemplo acaba sendo maior, fazendo com que Oyá venha a aderir o protótipo marcado como o esperado para ela.

Segundo Bourdieu (2012), a roupa foi um dos primeiros produtos a enquadrar o corpo da mulher a uma estética de feminilidade, definida por ele como a “arte de se fazer pequena”, isso porque as peças do vestuário feminino obrigam as mulheres a fazerem gestos curtos e delicados devido ao desconforto que elas costumam causar. Este autor vê as saias, bolsas e saltos como uma espécie de “confinamento simbólico” que restringe os movimentos da mulher e a aprisiona discretamente, sem que seja necessário sequer o uso da palavra. Nessa perspectiva, as roupas e os acessórios funcionam para a professora tanto como controle sobre o seu corpo e as suas atitudes quanto como símbolos identitários, informando a comunidade escolar qual o lugar ocupado por aquela mulher na escola e na sociedade. Kathryn Woodward (2009), por exemplo, advoga que existe uma forte relação entre a identidade da pessoa e as coisas que ela usa. A partir desse pressuposto, podemos supor que a identidade docente exige das professoras uma formalidade maior no vestir.

No caso de Oyá, especificamente, apesar do tênis *all star* que a aproxima dos/as discentes, e das tatuagens, passíveis de interpretações variadas por parte dos seus interlocutores, Oyá não é uma aluna ou uma funcionária administrativa, pelo contrário, na escola ela ocupa uma posição de autoridade do saber. Assim sendo, o vestido no joelho associado a uma “boa” postura serve como importante significante para marcar a diferença dessa sujeita dentro e fora do espaço escolar. Woodward (2009, p. 40) observa que as

identidades são fabricadas e essa fabricação encontra-se relacionada à marcação da diferença, que também se dá por meio de sistemas simbólicos de representação. “Essas formas de diferença – a simbólica e a social – são estabelecidas, ao mesmo tempo, por meio de sistemas classificatórios”, sendo a roupa um deles.

Ao analisar a sexualidade do operariado no Brasil da Primeira República, Margareth Rago (1997) cita que no momento em que a mulher da cidade sai de casa, ela deve esconder sua feminilidade. A professora será pioneira nessa aventura que também é uma incursão pedagógica e uma vasta empresa de moralização. Para tanto, o corpo, signo da impureza e do vício, deveria estar quase que completamente coberto. Até porque, malgrado a docente seja cercada de muitos limites e regulações, por trabalhar fora de casa e ter maior contato com estranhos, a professora transgride com a imagem da mulher do lar, reservada, circunscrita à esfera doméstica e protegida das armadilhas do universo público (LOURO, 2008). Daí a necessidade de cobri-la, resguardando os seus membros dos olhares e dos toques da comunidade escolar. Passados anos, na tentativa de romper com essa imposição, volta e meia Apoema é chamada a atenção pela direção da escola e Oyá, recorda um episódio “fora” do local de trabalho, mas envolvendo um discente e sua responsável:

(...) Na feira de ciências falaram foi liberado o short eu entendi que foi liberado para a gente também, aí eu vim de short né. Não foi um short curto, sabe aquele meio termo?! Aí me disseram: “Ah não Apoema, você não pode estar de short”. Perguntei: Por que eu não posso? “Ah... não pode estar de short não” Aí eu falei, então tá bom! Fui em casa e troquei, coloquei logo calça né, fui logo assim bem. As pessoas ainda acreditam que o corpo da mulher é o que motiva o homem a ter a ereção e a praticar a agressão. Aqui na Escola mesmo não pode utilizar a calça rasgada e assim eu não vejo problema nenhum em se usar uma calça rasgada. Falam: “Ah mas é muito sensual”. Pergunto, mas é tão sensual que tira a atenção do outro? Eu não percebo uma calça rasgada, tanto que quando falam: “Apoema você não viu que a professora entrou com a calça rasgada?” Penso, vixe eu nem percebi. Então eu não percebo se você está com a calça rasgada ou não, para mim é normal. E a calça rasgada ainda segundo as colegas chama muito atenção é muito sensual né, eu nunca nem tinha visto, percebido a sensualidade da calça rasgada (APOEMA 1ª/2018).

Na primeira escola onde trabalhei a diretora me convidou para conversar... “Ah Apoema, essas roupas não são adequadas para dar aula, você não acha melhor usar uma calça, essas blusas sem manga ajuda o menino a ter um libido muito fora do normal”. Professora eu não percebo isso, na minha aula não. Assim, a senhora passe a observar, dê uma passeada nos corredores e observe para ver se na minha aula eu tenho esse tipo de problema. Eu não tenho problema nenhum quanto a isso. Ela: “Ah, mas as colegas estão comentando”. Eu falei: é justo as colegas comentarem né. Cada um tem uma maneira de pensar, mas observe, veja se isso tá

prejudicando. E aí né... constantemente ela me chamava para conversar (APOEMA 1ª/2018).

Bom, assim, já aconteceu de eu tá com short, uma roupa, um short mais curto, uma camiseta, short e bota, eu estava no Banco do Brasil, e aí um aluno saiu correndo né, e veio falar comigo “Pró”, aluno do ensino médio, todo feliz, “Pró”, e a mãe me esquadrinhou de norte a sul, de leste a oeste, aí eu vi, muito claramente, um olhar de interdição tipo: “Aquilo não é uma roupa para uma professora”, então usar um short, que pra ela, é short né. Então, eu sou muito pequena tenho 1,58m, então assim, eu não uso muitas bermudas, eu gosto de shorts, mas depois desse momento, eu deixei de usá-los dentro de Jequié. Então ainda que eu vá na feira, vou de bermudinha porque eu me vi assim interdita mesmo. O olhar daquela mãe foi um olhar bem grosseiro. É como se ela tivesse me desautorizando enquanto mulher porque eu sou professora (OYÁ 1ª/2018).

Para as diretoras de Apoema, o vestuário aparece como atestado de seriedade e bom exemplo. Poderíamos nós, então afirmar que nesse aspecto o discurso pedagógico não sofreu grandes alterações em comparação ao final do século XIX e início do século XX? A pouco tempo visitando o site da revista Nova Escola me deparei com a seguinte matéria do dia 01/08/2011. Existe roupa certa para dar aula? Em resposta ao questionamento de uma leitora, a professora de Psicologia Educacional, Telma Vinha, recomendava: “O ideal é optar por roupas que combinem com seu estilo e sejam adequadas a seu ambiente de trabalho (...). Fuja de peças com apelo sexual (...). Lembre-se de que somos modelos para os alunos”. Com base no conteúdo da matéria é possível dizer que a mídia reforça o controle estético e moral da professora?

Em artigo intitulado Representações de gênero, sexualidade e corpo na mídia, Jane Felipe (2006) demonstra a força e o poder da mídia sobre a opinião pública. Ao transmitir saberes sobre o mundo, a sociedade e as pessoas, o discurso midiático constitui subjetividades e instaura gostos, preferências, desejos e opiniões em relação ao gênero e a sexualidade. Muito além de nos entreter, a mídia, em geral, e a televisão, em particular, apresenta-se como um poderoso espaço educativo e porque não dizer, disciplinador. Louro (2018), por sua vez, confirma a tese de Felipe, afirmando, que par a par, com os tradicionais espaços sociais, que nos ensinam diariamente a ser mulher, estão as pedagogias contemporâneas veiculadas por meio das novelas, da publicidade, das revistas, dos sites de relacionamento, etc. Em consonância com as autoras supraditas, Fischer explica:

(...) quando analisamos nos produtos televisivos as regularidades, as frequências, a distribuição dos diferentes elementos das enunciações, a respeito dos vários grupos de mulheres, estamos entendendo que naquele lugar específico há, mais do que indivíduos concretos a falarem, sujeitos

sendo constituídos e constituindo-se, uma vez que, como escreve Foucault, o sujeito dos enunciados é um “lugar determinado e vazio”, que pode ser ocupado efetivamente por indivíduos diferentes. Esse “algo a mais” diz respeito justamente ao “ça parle”, ao “diz-se” foucaultiano, ao que há de “murmúrio” na contemporaneidade, no caso, sobre o universo feminino e os modos de constituir a mulher. Através dessas figuras (atrizes, personagens, jornalistas mulheres, apresentadoras, entrevistadas), das cenas enunciativas em que mulheres falam e são faladas na mídia, pode-se descrever um pouco dos discursos que nos produzem e que produzimos sobre gênero na sociedade brasileira (FISCHER, 2001, p. 596).

Para Louro (2018, p.18), esses suportes de comunicação também chamados de artefatos sociais instauram formas de ser, “vivemos mergulhados em seus conselhos e ordens, somos controlados por seus mecanismos, sofremos suas censuras”. Isso posto, não poderia deixar de abordar o trabalho de Eliane Marta Teixeira Lopes (1991), *De Helenas e de professoras*, no qual a autora faz uma análise do modelo de mestra que frequenta o imaginário social representado na figura da professora Helena, protagonista da novela *Carrossel* uma produção mexicana que foi exibida no Brasil pelo canal SBT na década de 1990 e fez muito sucesso entre os/as brasileiros/as. A autora chama atenção para o sexismo que caracteriza o enredo da trama e nos convida a imaginar um homem no lugar da professora, na época a atriz Gabriela Rivero, qualificando a situação posta no masculino como impensável.

Na história, a professora excessivamente boazinha destaca-se não por ensinar bem, aliás ela sequer dá aula, passa a maior parte do tempo ocupada com os problemas da escola e das famílias das crianças. Lopes (1991, p. 173) assevera que, sendo homem os comentários provavelmente seriam: “ele ensina bem... mas nem liga para os alunos...”. E completa, “não se trata aqui de proselitismo feminista, é a lógica mesmo da intrincada (e ainda não destrinchada) combinação homem/mulher/pedagogia”. As considerações desta pedagoga me fizeram refletir. Será que a professora Helena, com suas saias mídis na nova versão da telenovela exibida pelo mesmo canal, entre maio de 2012 e julho de 2013, estaria passando mais do que mensagens morais para o seu público, alimentando certa divisão sexual do trabalho? Os tradicionais símbolos da feminilidade implicariam de forma negativa na profissionalização e reconhecimento da mulher professora integrante da educação básica? Quais as relações entre feminilidades, sexismo, docência e as mídias atuais?

Em uma conversa informal com Oyá sobre a sua participação em alguns eventos realizados especificamente para o ensino médio, ela me perguntou: Por que essas aulas shows que antecedem os processos seletivos do país patrocinadas pelos cursos pré-vestibulares são realizadas principalmente por professores homens? Estudiosos das relações entre gênero e trabalho, Pascale Molinier e Daniel Welzer-Lang (2009, p. 103) defendem que

“masculinidade e feminilidade designam a identidade sexual: a capacidade de “habitar” e amar seu próprio corpo e de desfrutar dele nas relações eróticas”. Enquanto, virilidade e mulheridade tratam da aceitação das condutas sexuadas exigidas pela divisão social e sexual do trabalho.

Na visão desses autores, a incorporação dos critérios da virilidade pelos homens nada mais são que uma defesa contra o medo e a pressão impostas no ambiente de trabalho. As manifestações do sofrimento (medo, dúvida, conflito moral, compaixão etc.) são imputadas às mulheres como a marca da sua inferioridade “natural”. “Uma parte da identidade sexual dos homens se constitui, portanto, no campo social, em detrimento das mulheres” (MOLINIER; WELZER-LANG, 2009, p. 103). Baseando-se nesse pressuposto, a virilidade funciona como um sistema de defesa, garantindo aos homens maiores oportunidades de obterem sucesso social e profissional. As mulheres, ao contrário, são afetadas pelas contradições entre os construtos em torno da feminilidade e a integração no mundo do trabalho, precisando, não raras vezes, abrir mão do seu sexo/gênero e aderir uma postura viril para serem reconhecidas profissionalmente. Essa situação é vivida por Apoema quando decide assumir a direção de uma escola:

(...) Aí quando eu cheguei lá, ouvi: “ah você com esse cabelão todo”, eu tinha um cabelo bem comprido né, “acha que vai mandar aqui? Aqui é terra de macho”, aí eu falei: ah então também sou macho! (risos) (Apoema 1ª /2018).

Conforme Molinier e Welzer-Lang (2009, p. 103), “diferentemente dos homens, as mulheres não construiriam suas competências, mas disporiam de um fundo natural de dons e qualidades femininas (destreza, minúcia, paciência, empatia etc.)”. Deste modo, a inteligência e capacidade criativa das mulheres deixam de ser reconhecidas e as qualidades e os serviços “femininos” são prestados como naturais. A mulheridade não é, portanto, equivalente à virilidade. “Enquanto esta pode servir de identidade de empréstimo naquilo que é promessa de valorização, a mulheridade remete apenas à depreciação e à negação de si” (MOLINIER; WELZER-LANG, 2009, p. 103). Neste sentido, perceberemos que os atributos tidos como femininos serão valorizados, sobretudo na educação infantil e nas séries iniciais da educação básica, daí as professoras serem maioria nessas etapas do ensino. Em contraposição ao que acontece no ensino profissionalizante e no ensino superior ocupados majoritariamente por professores homens. Segundo dados do Ministério da Educação e Cultura (MEC) de 2007, os/as profissionais destas áreas também recebem maiores salários e têm maior prestígio social que os/as professores/as da educação básica. De acordo com Claudia Pereira Vianna (2001, p.

93) a feminização da docência nesse nível de ensino e a sua desvalorização monetária fazem parte de um mesmo processo, fenômeno que está diretamente ligado “as relações de poder que definem a divisão sexual do trabalho e a inserção das mulheres em profissões ligadas a funções consideradas femininas e socialmente desvalorizadas”.

Uma outra questão é: Por que Oyá se sentiu interdita pelo olhar da mãe do seu aluno? “É como se ela tivesse me desautorizando enquanto mulher, porque eu sou professora”. É possível separar a identidade de gênero da identidade docente, a vida pessoal da vida profissional? Com base em Stuart Hall (2006), nós diríamos que não. Para esse autor, os sujeitos se constituem de múltiplas identidades, de modo que o pertencimento a diferentes grupos: étnicos, sexuais, de gênero, profissionais, etc., podem causar a sensação de que os indivíduos estão sendo “empurrados em diferentes direções”. Outrossim, identificar-se com um ou mais de um desses grupos nem sempre traduz uma adesão literal às suas marcas e princípios ou a sua negação. “Essas distintas posições podem se mostrar conflitantes até mesmo para os próprios sujeitos, fazendo-os oscilar, deslizar entre elas – perceber-se de distintos modos” (LOURO, 2003, p. 51)

Neste quadro, o ser mulher-professora-sexuada se dá em meio a diferentes formas de (des)subjetivação em que o gênero, a docência, a orientação sexual, a etnia, etc., produzem as identidades das sujeitas de pesquisas, porém, não sem fragmentações e conflitos, posto que trazem à lume suas vivências e questionam certezas, posturas e lugares. Articuladas a diferentes pontos nodais as identidades geram diferentes “posições de sujeito”, que são acionadas conforme o contexto vivido por cada um de nós, obedecendo ao que Stuart Hall (2016) denomina de o “jogo de identidades”. Assim sendo, por mais que exista uma pressão para o apagamento de determinadas identidades no ambiente escolar, nenhuma professora deixa a sua identidade de gênero, sexual, étnica, racial, de classe em casa e vai para a escola. A contrapartida também é verdadeira. Ou seja, a identidade docente a acompanha.

Não dá para separar a professora da mulher, bem como da forma como nos constituímos enquanto pessoa, do grupo étnico com o qual nos identificamos e das suas axiologias. Em outras palavras, querendo ou não precisamos concordar que as identidades de gênero e docente caminham juntas. Até porque, como dito por Deborah Britzman (1996, p. 73), não vivemos nossas “identidades como hierarquias, como estereótipo ou a prestações”. Somos muitas a um só tempo.

A fim de se proteger de quem ouse tentar interferir na sua vida pessoal, Apoema se “arma”:

(...) você pode mostrar para eles que nós devemos transgredir em tudo e sem com isso perder a autoridade... Sabe, perder o reconhecimento do outro, perder a valorização do outro porque eu era mãe solteira, na época, só morávamos eu e minha filha não é, eu namorava na minha casa, eu não tinha um namorado fixo, eu tinha um fazer, um ficante, era na minha casa, primeiro que eu nunca gostei de motel, motel não é minha praia, então é na minha casa e eu tinha que ter isso, a minha vida sexual ativa e a vida de professora profissional sem uma atrapalhar a outra. Que as pessoas misturam muito as coisas então eu acho que também é por isso essa postura de professora autoritária como as meninas falam para mim: “- Oh Pró mas senhora é autoritária, mandona!” Eu acho que é uma, sempre foi uma precaução, você pode saber de tudo da minha vida mas isso não vai interferir na minha figura enquanto professora, enquanto aquela que vai mediar o seu saber e ainda dizer se você o seu saber é bom ou não. (Apoema 2ª/2018).

Fátima se reserva:

Os alunos me perguntam porque eu falo o que eu sou, na sala de aula, de maneira natural, entende? Então eu fui aprendendo a lidar com isso, na medida que eu fui aprendendo a lidar com a minha sexualidade, no meu ambiente de trabalho e na minha família as coisas ficaram mais naturais. Meus alunos sabiam antes porque, por exemplo, tinha uma aluna que morava na rua que sabia que eu era casada, então comentou né? “Que a professora era sapatão” quando eu cheguei aqui. Mas até então ninguém me perguntava...eu sempre fui uma pessoa muito reservada eu e minha companheira sempre fomos pessoas muito reservadas, então ninguém sabia muito da minha vida (Fátima 1ª/2018).

Pelos seus discursos, nós podemos observar que Apoema, Oyá e Fátima não interiorizam o gênero e à docência mecanicamente, seus desejos e expectativas nem sempre condizem com as normas impostas à sexualidade da mulher professora, exigindo delas negociações, avanços, recuos, revoltas e alianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseada em Foucault, Louro (1997) recusa a ideia de que numa relação um polo tenha o poder, estável, e outro, não. Na sua concepção, é necessário pensarmos o poder como um exercício que se pratica diversa e cotidianamente por meio de manobras, técnicas, disposições, que são resistidas, contestadas, respondidas, aceitas ou transformadas. A autora nos lembra que, na analítica foucaultiana, o exercício do poder sempre se dá entre pessoas livres e capazes de resistir, caso contrário temos uma relação de violência.

Por meio dos enunciados de Fátima, Oyá e Apoema, verificamos que, se por um lado, elas se protegem e seguem o estabelecido pela escola no que diz respeito às roupas mais adequadas as mulheres-professoras, ao distanciamento necessário entre docentes e discentes

etc., por outro lado, essas docentes quebram o protocolo e subvertem padrões de gênero nas suas vidas pessoais e profissionais, demonstrando que apesar de duplamente reguladas elas não se anulam como sujeitas.

REFERÊNCIAS

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FELIPE, Jane. Representações de gênero, sexualidade e corpo na mídia. Revista Tecnologia e Saúde, Curitiba, n. 3, p. 251-263, 2006. *Feministas*. Florianópolis, 14(1): 43-59, janeiro-abril/2006

FISCHER, R. M. B. Foucault e a análise de discurso em educação. *Cadernos de Pesquisa*, n. 114, novembro, 2001, p. 1997 – 223

FLICK, U. *Desenho na pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Bookman/ Artmed, 2009.

HALL, S. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11. Ed. - Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. De Helenas e de professoras. *Teoria & Educação*. Dossiê: Interpretando o Trabalho Docente. Porto Alegre: Pannonica Editora. n. 4, p. 172-175, 1991a.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 443-481.

MANZINI, E. J.. A entrevista na pesquisa social. *Didática* (Marília), São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1991.

MINAYO, M. C. S; DESLANDES, S. F; GOMES, R. *Pesquisa social: teoria método e criatividade*. 29. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.

MOLINIER, Pascale; WELZER-LANG, Daniel. Feminilidade, masculinidade, virilidade. In: Hirata, Hélène et al. (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora Unesp. p.101-106. 2009.

PEREIRA, Lusia Pereira. O Fazer Feminino do Magistério. *Projeto História*. São Paulo. (11) nov. 1994.

RAGO, Margareth (1997). *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. 3^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SOUZA, Lorena Francisco de; RATTTS, Alecsandro José Prudêncio. Gênero, Raça, Educação E Ascensão Social: As Professoras Negras E Suas Trajetórias Socioespaciais. *Anais do I Seminário Nacional de Trabalho e Gênero*, 2012, p. 2-10

SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de (2000). *A escola e a memória*. Bragança Paulista: Ed. da USF.

VIANNA, Cláudia Pereira. O sexo e o gênero da docência. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 17/18, p. 81 – 103, 2001/02.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SILENCIAMENTOS: A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, A VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA MENINAS E O CONTEXTO BRASILEIRO

Joice da Silva Brum¹
Nivia Valença Barros²

RESUMO

O presente trabalho discorre sobre a violência contra meninas. Discuti a invisibilidade em torno da temática e como esta segue diluída e obscurecida, seja pela focalização em outras violências (não menos importantes), seja pela adultização de meninas e sua incorporação as violências sofridas pelas mulheres adultas. Apesar de nas últimas décadas a questão da infância e a adolescência estar paulatinamente ganhando espaço, esta séria questão social ainda é expressiva no Brasil e no mundo. Para aprofundarmos melhor esta discussão, realizamos uma pesquisa documental sobre o tema e nos utilizamos de dados de núcleos de pesquisa e entidades representativas na área. Pudemos concluir que mesmo o Brasil apresentando uma das mais avançadas legislações mundiais em relação ao trato de crianças e adolescentes, que propicia um sistema de proteção social integral aos sujeitos alvos de sua ação, muitas são as barreiras para que os princípios já instaurados sejam efetivados em sua plenitude. A caminhada para uma real efetivação dos elementos de combate a violência infanto-juvenil ainda segue lentamente, enquanto os registros de mortes e violações de direitos sobe a cada ano.

Palavras-chave: Violência, Criança, Adolescente, Meninas, Gênero.

INTRODUÇÃO

Este artigo deriva-se dos estudos e pesquisas que nós temos desenvolvido de forma contínua nos últimos anos sobre a temática.

Nossa aproximação com estudos voltados à violência, em especial a violência contra a mulher e o público infanto-juvenil, nos coloca em uma posição capaz de afirmar que a violência contra meninas e contra mulheres tem exigido ações mais efetivas, uma vez que os investimentos feitos nas últimas décadas sobre a temática, tem feito estas questões saírem cada vez mais do restrito espaço privado e ganhado à esfera pública.

¹ Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Especialista em Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP/FIOCRUZ), Mestre em Política Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), e Doutoranda em Política Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista CAPES – RJ, joicebrum@id.uff.br;

² Professora orientadora: Professora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), Graduada em Serviço Social, Mestra em Educação, Doutora em Psicologia e Pós-Doutora em Ciências Sociais. Bolsista Produtividade CNPq – RJ, barros.nivia@gmail.com.

Não iremos negar que nas últimas décadas obtivemos ganhos relevantes para área da infância e da adolescência em todo o mundo, no entanto, ainda possuímos um déficit em elencar meninas como sujeitos e objeto de estudo. Enquanto registros pertinentes a violência contra a mulher aumentam e passam a reunir ações importantes a seu enfrentamento, nos afastamos de buscar apreender as especificidades pertinentes a violência contra as mais jovens. Assim, a invisibilidade que historicamente envolve a trajetória de vida nossas meninas, não parece estar recebendo a atenção que merece.

Algo preocupante, uma vez que, as violências contra o público feminino no geral, se apresentam como as violações de direitos mais frequente em todo o mundo. Dados produzidos por agências nacionais e internacionais como a UNFPA (United Nations Population Fund)³, UNICEF (UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND)⁴ e afins, comprovam esta afirmação. Com isso, se faz necessário mais estudos e ações concretas de enfrentamento a violência contra essa considerável parcela populacional juvenil.

Neste sentido, buscamos brevemente neste trabalho apresentar as principais expressões da violência que acometem crianças e adolescentes, destacando a violência de gênero engendrada em nossa sociedade para discutir a violência contra meninas, e para terminar, apresentar rapidamente o panorama brasileiro sobre esta questão.

METODOLOGIA

Para a confecção do presente trabalho, realizamos uma pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos, dissertações de mestrado, teses de doutorado e demais publicações de relevância sobre a temática central (foram utilizadas fontes confiáveis academicamente). Para além disso, pudemos contar com nossa participação em núcleos de pesquisa, rodas de conversas, congressos e interlocução com entidades representativas na área.

Para fins de esclarecimento, consideramos pesquisa bibliográfica como sendo aquela que:

[...] é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. [...] A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante

³ Em português “Fundo de População das Nações Unidas”.

⁴ Em português “Fundo das Nações Unidas para a Infância”.

quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço.
(GIL, 2008. p.50)

Acreditamos que nossa participação em núcleos de pesquisa possui um papel crucial no desenvolvimento deste trabalho, dado que, através de nossos estudos, promoção e participação de eventos científicos, nos coloca em contato com serviços e profissionais altamente comprometidos com a questão central deste trabalho.

O material levantado foi tratado através de um contorno qualitativo. Para Minayo (2004. p.21-22), pesquisas de contornos qualitativos tratam de questões muito particulares. Dentro das ciências sociais ela irá vislumbrar um nível de realidade que não pode ser expresso em números. “Ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

Complementando Minayo (2004), Gerhardt e Silveira (2009) dizem ainda que:

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas. [...] A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009. p.32)

É válido destacar que os dados que buscamos não foram focados apenas em elementos voltados à área infanto-juvenil, uma vez que esta área costuma se diluir em meio ao mundo feminino adulto. Logo, estendemos a pesquisa de modo que a mesma pudesse abarcar público feminino de modo geral, contemplando qualquer idade. E dentro destas informações, quando possível, buscamos levantar as peculiaridades do caso infanto-juvenil feminino.

Neste sentido, acreditamos que o contorno qualitativo possibilita a sistematização e aprofundamento que desejamos propiciar com o nosso trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As Modalidades das Violências

A violência constitui-se em um processo histórico presente nos diversos percursos que as sociedades humanas construíram ao longo do tempo, consolidando-se de múltiplas formas. Isto é, a violência não é um fenômeno contemporâneo, segue uma trajetória que acompanha

toda a história da humanidade, a incluir suas transformações. Suas motivações são inúmeras, não sendo restrita a nenhuma cor, raça/etnia, religião, cultura, idade ou gênero. Podendo atingir a qualquer pessoa da face da terra, com intensidade e formas de expressão diferenciadas. Sendo altamente capazes de produzir mortes e/ou danos físicos, econômicos e mentais catastróficos na vida dessas pessoas. Isto significa dizer que a violência é um problema social, histórico e multifacetado.

A violência é um fenômeno disseminado por seres humanos em suas relações. Como afirma Minayo (2009, p.23), não há evidências da existência de sociedades humanas onde o uso da força e dos danos provocados por ela, não tenham sido empregadas como formas de assegurar poder e os privilégios adquiridos com a dominação e submissão do outro. O que há, são sociedades por vezes mais, por vezes menos violentas que se estruturam dessa forma devido a uma gama de elementos particulares a sua forma de organização, sendo a cultura, uma delas.

Ao afirmarmos que a violência é histórica não apenas queremos dizer que ela segue articulada com a sociedades humanas, no sentido que pressupõe a sua existência sempre presente, mas também, que o fenômeno é sensível a novas leituras sobre o mesmo, que irá se alterar de território a território, e de tempos em tempos.

As concepções de violência sofrem alterações, A noção de violência que temos hoje no Brasil, certamente não é a mesma de cinquenta anos atrás, e não será a mesma daqui a alguns anos, ou décadas a frente. Assim, a tratamos no plural “violências”, admitindo suas diversas formas de expressão, diferentes funções, inúmeras motivações e diferentes finalidades. A violência pode ser definida como:

[...] uso intencional da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG et al., 2002, p. 5).

Este conceito desenvolvido em 2002 pela Organização Mundial de Saúde (OMS), buscou se alinhar a grande movimentação internacional que o fenômeno passou a mobilizar a seu redor nas duas décadas anteriores.

Em 1996, a Quadragésima Nona Assembléia Mundial de Saúde adotou a Resolução WHA49.25, declarando a violência como um problema importante, e crescente, de saúde pública no mundo (Consultar o quadro no final desta introdução contendo o texto completo). Na resolução, a Assembléia chamou a atenção para as sérias consequências da violência – no curto e no longo prazo

– para indivíduos, famílias, comunidades e países, e destacou os efeitos prejudiciais que ela gera no setor de serviços de saúde. A Assembléia pediu aos Estados Membros que considerassem urgentemente o problema da violência dentro de suas fronteiras e solicitou ao Diretor Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS) que organizasse campanhas de saúde pública para lidar com o problema. Assim, o primeiro *Relatório mundial sobre violência e saúde* é uma parte importante da resposta da OMS quanto à Resolução WHA49.25. Ele atende principalmente aos pesquisadores e aos profissionais da área da saúde, assistentes sociais e todos os envolvidos em desenvolvimento e implementação de programas e serviços de prevenção, educadores e policiais. Também está disponível um resumo do relatório. (KRUG et al., 2002)

As violências têm sido consideradas, nas últimas décadas, como uma questão de saúde pública e conseqüentemente um fenômeno social que se encontra em permanente construção. O que exige permanentes estudos sobre si e seus efeitos. Não podendo ser tratadas de forma imediatista. Enquanto forma de relação social, a violência:

[...] está inexoravelmente atada ao modo pelo qual os homens produzem e reproduzem suas condições sociais de existência. Sob esta ótica, a violência expressa padrões de sociabilidade, modos de vida, modelos atualizados de comportamento vigentes em uma sociedade em um momento determinado de seu processo histórico. A compreensão de sua fenomenologia não pode prescindir, por conseguinte, da referência às estruturas sociais; igualmente não pode prescindir da referência aos sujeitos que a fomentam enquanto experiência social. Ao mesmo tempo em que ela expressa relações entre classes sociais, expressa também relações interpessoais (...) está presente nas relações intersubjetivas entre homens e mulheres, entre adultos e crianças, entre profissionais de categorias distintas. Seu resultado mais visível é a conversão de sujeitos em objeto, sua coisificação (ADORNO 1988 apud GUERRA, 2001, p. 31)

Limitar a violência a atos tidos como “naturais” é um erro muito corriqueiro, e preocupante.

A questão da naturalidade é um fator muito problemático quando tratamos de violência. Conceber algo como natural, invisibiliza atos violentos. A naturalidade que envolve o fenômeno é um dos principais fatores para manutenção de práticas violentas que persistem em acometer certas parcelas populacionais ao longo do tempo, dificultando que as transformações societárias possam provocar a superação das mesmas. Como é o caso da violência contra mulheres e meninas.

É claro que não se pode calcular o custo humano em sofrimento e dor. Na realidade, muito deste custo é invisível. Ao mesmo tempo em que a tecnologia dos satélites tem tornado certos tipos de violência – terrorismo, guerras,

rebeliões e tumultos civis – diariamente visíveis ao público, há muito mais violência ocorrendo de forma invisível nos lares, locais de trabalho e, até mesmo, em instituições médicas e sociais criadas para cuidar das pessoas. Muitas das vítimas são demasiadamente jovens, fracas ou doentes para se protegerem. Outras são forçadas por convenções ou pressões sociais a manterem silêncio sobre suas experiências. Assim como ocorre com seus impactos, algumas causas da violência podem ser facilmente percebidas. Outras estão profundamente enraizadas no arcabouço cultural e econômico da vida humana. (KRUG et al, 2002, p. 3)

Segundo KRUG et al. (2002, p.6), o fenômeno da violência pode ser classificado em três categorias, partindo do (s) ator (es) do (s) ato (s) violento (s), a saber: violência autoinfligida; violência interpessoal; e violência coletiva. As três classificações receberam subdivisões afim de promover reflexões mais aprofundadas sobre cada uma delas:

A violência autoinfligida é aquela que é dirigida ao próprio (a) perpetrador (a), possui duas subdivisões, o comportamento suicida e o auto-abuso.

A violência coletiva sugere a existência de motivação para a sua manifestação, é subdivida em três tipos: violência social, política e econômica. A violência social reuni atos terroristas, atos violentos contra multidões e crimes ódio ocasionados por grupos organizados; A violência política é expressa através de “guerras e conflitos de violência pertinentes, violência do Estado e atos semelhantes realizados por grupos maiores”. (KRUG et al, 2002. p.6).

A violência interpessoal é dividida em violência comunitária e violência intrafamiliar. A violência comunitária é praticada por sujeitos sem laços de parentesco e, violência intrafamiliar “ocorre em grande parte entre os membros da família e parceiros íntimos, normalmente, mas não exclusivamente, dentro de casa” (KRUG et al, 2002. p.6).

À classificação construída pela OMS acrescentamos a violência estrutural em meio a violência coletiva. Esta face da violência engloba diferentes “processos sociais, políticos e econômicos que reproduzem e ‘cronificam’ a fome, a miséria e as desigualdades sociais, de gênero, de etnia e mantêm o domínio adultocêntrico sobre crianças e adolescentes”.

A naturalização da violência estrutural dificulta seu registro, mas embora a falta de consciência sobre a mesma interfira na sua quantificação, ela é a base de onde se estruturam várias outras expressões da violência, incluindo parte das citadas pela OMS.

Violência Contra Crianças e Adolescentes e a Violência de Gênero

Os conceitos que utilizamos hoje em escala mundial para definir crianças e adolescentes é relativamente novo, por décadas nem chegou a existir, o que havia eram versões menores e menos preparadas de adultos.

Por muito tempo, não se reconheceu a existência da infância e adolescência como momentos delicados do desenvolvimento humano, pois logo que adquiriam alguma autonomia física, as crianças passavam a ser vistas e tratadas como pequenos adultos, aprendendo com eles – não necessariamente com os familiares – o que deveriam saber para garantir a sua sobrevivência. Foi só no final do séc. XVII, segundo Ariès (1981), com a mudança trazida pela escolarização, que teve início o reconhecimento e a preocupação com essas etapas da vida, passando a ser a família o grupo referência, a quem competia cuidar e acompanharas crianças e adolescentes, zelando pelo seu bem-estar. Assim, a família e a escola passaram a ser, culturalmente, o lugar da socialização e da disciplina. (SILVA, 2002, p.25)

A ascensão contemporânea ao patamar de sujeitos portadores de direitos em todo o mundo é considerada um avanço considerável na área infanto-juvenil.

Hoje no Brasil, segundo o artigo 2º do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), são consideradas crianças todo sujeito com até doze anos de idade incompletos, e adolescente todo sujeito com idade entre dozes e dezoito anos de idade (BRASIL, 1990).

Ao se tratar de violência contra crianças e adolescentes, esta pode ser definida conforme Minayo (2001) como: “[...] atos ou omissões dos pais, parentes, responsáveis, instituições e, em última instância, da sociedade em geral, que redundem em dano físico, emocional, sexual e moral às vítimas, seres em formação”.

Assim como o próprio fenômeno da violência, a violência contra crianças e adolescentes segue sendo uma parte “intrínseca da vida social e resultante das relações, da comunicação e dos conflitos de poder. Nunca existiu uma sociedade sem violência, mas sempre existiram sociedades mais violentas que outras, cada uma com sua história. (MINAYO, p.15)

Enquanto fenômeno social e problema de saúde pública, que permanece em construção, a violência contra crianças e adolescentes constitui-se como uma violação dos Direitos Humanos que não escolhe religião, raça/etnia, idade, classe social ou sexo dos sujeitos que acomete. Sua manifestação também não seguirá regras, serão inúmeras as causas, as formas e o ambientes em que poderá se expressar. Corriqueiramente irá exprimir-se dentro do âmbito familiar, nas instituições e nas relações interpessoais externas instituídas pelos sujeitos.

Historicamente meninas e mulheres são submetidas a uma cultura machista, na qual, dentro das relações de poder estabelecidas nas sociedades, ocupam um papel de submissão,

onde lhe é atribuído pouco poder. As características de gênero são construídas sob a hierarquia e a desigualdade de lugares sexuados. A violência de gênero representa “um tipo de dominação, de opressão e de crueldade estruturalmente construído nas relações entre homens e mulheres, reproduzido na cotidianidade e subjetivamente assumido, atravessando classes sociais, raças, etnias e faixas etárias”. Esta violência alia-se diretamente a outras variáveis, tais como classes sociais, raças, etnias e faixas etárias, dentre outras.

Apesar da violência de gênero abranger os dois sexos, masculino e feminino, compromete com mais frequência o público feminino. As violências cometidas contra mulheres e meninas correspondem a violação de Direitos Humanos mais prevalente em todo o mundo. O UNFPA estima ainda que, em âmbito mundial, mais de uma terça das mulheres já tenham sofrido violência física e sexual em algum estágio de suas vidas. Os principais perpetradores das violências proferidas contra o público feminino costumam possuir laços conjugais ou parentais com as vítimas, não se abstraindo o fato de que o Estado e pessoas estranhas também podem ser agressores. Sendo que a natureza dos atos violentos que acometem meninas em todo o mundo, são diversas.

A natureza dos atos violentos, – as formas como poderão se dar as violências – conforme KRUG et al. (2002, p.6), pode ser expressa em quatro categorias: física; sexual; psicológica; e envolvendo privação ou negligência.

A *Violência Física* ocorre através do uso da força física, algum instrumento ou arma com a finalidade (ou a possibilidade) de produzir lesões físicas, internas ou externas a outra pessoa.

A *Violência Sexual* ocorre quando uma pessoa é submetida através da força física, chantagem, ameaças ou qualquer outra influência psicológica (sedução, aliciamento) à realização de práticas sexuais não consensuais. A alteração da consciência pode ser fruto: (a) do uso (escolha pessoal, induzida ou forçada) de drogas, bebidas alcoólicas e/ou qualquer outra substância psicoativa; (b) Desmaios; e/ou (c) outra condição que impossibilite as vítimas de gerir seu próprio corpo.

A *Violência Psicológica* ocorre quando uma pessoa se utiliza de agressões verbais e/ou gestuais para atingir outro sujeito. Sua atitude visa a humilhação, a rejeição, a desqualificação pessoal, o amedrontamento, o isolamento do convívio social, e a produção de sofrimento mental no geral. Ferindo diretamente a autoestima e a identidade da vítima.

A *Violência Envolvendo Privação ou Negligência* ocorre quando o responsável legal por um sujeito se abstrai de suas responsabilidades perante a pessoa a qual deveria fornecer cuidados e zelar por seu bem-estar.

Às naturezas dos atos violentos desenvolvidos pela OMS (2002), acrescentaremos ainda, outras quatro formas pelas quais a violência pode se manifestar contra crianças e adolescentes segundo a UNICEF (2019): Violência Financeira, Violência Institucional, Tráfico, e Trabalho Infantil.

A *Violência Financeira*, é aquela onde a documentação, bens e valores das vítimas são destruídos ou retidos pelo agressor. “Consiste na exploração imprópria ou ilegal, ou no uso não consentido de recursos financeiros e patrimoniais de meninos e meninas” (UNICEF, 2019, p.12).

A violência *Institucional*, é aquela promovida pelo Estado e/ou por instituições públicas e privadas durante os atendimentos que prestam.

O *Tráfico* consiste em recrutar, transportar, transferir e/ou alojar crianças e adolescentes se utilizando de ameaças e violências para força-las a seguir os planos arquitetados previamente pelo (s) agressor (es).

O *Trabalho Infantil* consiste em “toda atividade econômica e/ou de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro e remuneração, executada por crianças e adolescentes menores de 16 anos - o que é proibido”. No Brasil, a acima dos 14 anos de idade, os adolescentes podem ser contratados em condição de aprendiz. Desde que seja seguida legislação própria para regular as atividades, e que as funções não ofereçam risco a educação, saúde, segurança e integridades física e mental do adolescente.

É no ambiente doméstico que são praticados a grande parte dos atos violentos contra o público infanto-juvenil, principalmente contra as meninas. O ambiente doméstico se constitui como um local favorável a ocorrência de maltrato e abusos a crianças e adolescentes por ser o local onde passam a maior parte de seu tempo.

A violência doméstica/intrafamiliar age sendo uma relação desigual que cerceia vontades e destrói identidades, podendo para além da família, também ser proferida por outras instituições de poder, muitas delas, voltadas a zelar pelo desenvolvimento de crianças e adolescentes, tais como as escolas, hospitais, a polícia, dentre outros. Todos os membros de uma família podem sofrer com os efeitos desta violência, entretanto, para Mascarenhas (2010), as crianças por serem os membros mais indefesos da estrutura familiar (em especial meninas),

“são as principais vítimas desse tipo de violência, remetendo cada vez mais um olhar de gênero sobre essa realidade”.

Faces da violência brasileira

Através de nossas pesquisas, podemos seguramente apontar que a violência contra o público feminino brasileiro é marcante e ativamente presente durante toda a nossa história.

A construção da cultura brasileira desde seus primórdios segue implica por atos violentos, somados a uma forte influência da igreja, importando de seus colonizadores, um modelo patriarcal que orientava a sociedade.

Desde seu descobrimento, em 1500, até 1822, o Brasil foi uma colônia de Portugal, dependendo econômica, política e administrativamente do poder instalado em Lisboa. As leis e as ordens para as crianças também vinham de Portugal e eram aplicadas através da burocracia, dos representantes da corte e da Igreja Católica. A Igreja e o Estado andavam juntos, unindo a conquista armada e a religião. (FALEIROS E FALEIROS, 2008, p.19)

A hierarquia masculina e a submissão imposta a mulher ao longo da história, viabilizaram por um longo período, inclusive com a autorização legal, castigos e mesmo assassinatos contra mulheres que não se submetiam as regras e a obediência ao homem.

O sistema de escravidão que perdurou em nosso país durante anos, já impõe a conotação de violência. Mulheres e meninas vivenciaram na pele as mais diversas expressões do fenômeno.

A trajetória feminina no Brasil é marcada por uma vivência em uma sociedade patriarcal onde a submissão ao homem e a inferioridade feminina eram naturalizadas (e reproduzida como ideal de normalidade), bem como atos violentos e suas resolutividades, a serem restritos ao âmbito privado. Ao longo dos anos temos conquistado voz e direitos, mas o Brasil ainda se mostra como um território perigoso ao público feminino, indiferente da idade.

A Organização Mundial de Saúde aponta que a cada sete minutos, uma criança ou adolescente com idade entre 10 e 19 anos é morta em algum lugar do mundo vítima de violências. Para a UNICEF (2019, p.9), se esta tendência continuar, até 2030, quase dois milhões destes sujeitos serão mortos em consequência de atos violentos.

Milhões de meninas e meninos em todo o mundo são acometidos pelos mais diversos tipos de violências, o mais comumente perpetrado contra crianças, são as agressões físicas e

verbais. “Aproximadamente 300 milhões de crianças de 2 a 4 anos em todo o mundo - três em cada quatro - sofrem, regularmente, disciplina violenta por parte de seus cuidadores e 250 milhões - cerca de seis em cada dez - são punidas com castigos físicos”. Sendo que as crianças mais jovens são mais suscetíveis a sofrerem violência. “Com base em dados de 30 países, seis em cada dez crianças entre 12 e 23 meses de idade estão submetidas a ela”.

Para o IPEA (2018, p.15), o Brasil, lamentavelmente, sempre consta na lista das nações mais violentas do planeta. Segundo a UNICEF (2019, p.3), o Brasil é o primeiro país, em número absoluto, de assassinatos de adolescentes no mundo.

A violência de gênero no Brasil é expressiva. Apesar de apresentar uma gama de leis, e em menor escala de políticas públicas, para enfrentar o problema, aparentemente estas ações ainda são insuficientes. A caminhada para uma real efetivação destes elementos de combate ainda segue lentamente enquanto os registros de mortes e violações de direitos sobe a cada ano. Em 2016, segundo o IPEA (2008, p.44), 4.645 mulheres foram assassinadas no país. Isso “representa uma taxa de 4,5 homicídios para cada 100 mil brasileiras”. Em 10 anos ocorreu um aumento de 6,4% nas taxas de homicídio de mulheres no país.

Apesar de no Brasil, em termos de homicídios, os meninos negros provenientes de famílias de baixa renda serem os principais alvos⁵, em relação as meninas, são elas que ilustram os principais registros sobre violência doméstica no Brasil e no mundo. A UNICEF (2017) estima que a violência sexual acomete cerca de 15 milhões de meninas adolescentes de 15 a 19 anos em todo o mundo. No Brasil, 70% dos registros de estupro dizem respeito a crianças e adolescentes. Representando a expressão da violência mais atendida nas unidades de saúde na faixa de 0 a 13 anos. Sendo que em 70% dos casos, os perpetradores da violência sexual são próximos a vítima: amigos, conhecidos e familiares tais como pais, padrastos e irmãos.

Segundo o Mapa da Violência Contra a Mulher (MARQUES, 2018, p.25), “entre os meses de janeiro e novembro de 2018, a imprensa brasileira noticiou 14.796 casos de violência doméstica em todas as unidades federativas”. Sendo que os maiores agressores do público feminino continuam sendo seus companheiros (namorados, ex, esposos), o que corresponde a 58% dos casos de agressão. Seguindo de outros membros do círculo afetivo das vítimas, pais, avôs, tios e padrastos. Estes últimos, são os responsáveis pelos outros 42% de agressões às mulheres. A maioria das vítimas registradas na pesquisa em questão, possuem entre 18 e 59 anos (83,7%), com destaque para a margem entre 24 e 36 anos de idade. “Cerca de 1,4% das

⁵ “Para cada indivíduo não negro que sofreu homicídio em 2017, aproximadamente 2,6 negros foram mortos - de baixa renda e que habitam as periferias urbanas” (UNICEF, 2019,p.10).

vítimas tinham menos de 18 anos na época da agressão. Já aquelas com mais de 60 anos de idade correspondem a 15% das vítimas de violência doméstica”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cada novo dia, nossas meninas são vítimas das mais bárbaras violações de direitos, muitas morrem sem ao menos conhecer seus direitos. A diluição da violência contra meninas no mundo adulto feminino pode até representar um suporte para casos onde não há órgãos especializados para tratar do público infanto-juvenil, mas não podemos deixar de ressaltar que meninas se encontram em uma fase peculiar de desenvolvimento e que necessitam de profissionais e equipamentos públicos preparados para entender as peculiaridades pertinentes a essa fase da vida humana, e atende-las de forma adequada e eficaz. Para com isso, fornece-las a possibilidade de superar as adversidades sofridas, impedir a revitimização e garantir minimamente que as mesmas possam gozar de uma vida saudável.

Nas últimas décadas, o Brasil realizou avanços consideráveis ao se tratar do tema do enfrentamento e proteção à infância e a adolescência. A rede de atenção integral às vítimas de violência foram estabelecidas, porém, ainda não foram consolidadas a um ponto de promover respostas condizentes com a demanda que lhes são apresentadas a cada dia. E o caminho a ser traçado a partir de 2019 com a ascensão de um governo que adota um modelo político mais conservador, pode deixar a trajetória de crianças e adolescentes – sobretudo as pobres – um pouco mais conturbada a partir de então. Dado que a desconstrução do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) – considerada por vários autores uma das mais legislações mais avançadas no mundo não âmbito infanto-juvenil –, por exemplo, é uma pauta que se apresenta em debate neste momento.

Não iremos negar que a infância e a adolescência vêm lentamente ganhando espaço, porém, ainda lhe falta um certo reconhecimento enquanto problema de gravidade elevada. A violência sofrida neste período de desenvolvimento humanos pode gerar agravos de saúde, na educação e em diversos outros aspectos da vida destes sujeitos, sendo que as consequências geradas por atos violentos podem acompanhá-los por toda a vida. Se abstrai que os números da violência em adultos, talvez pudessem ser reduzidos com investimentos na área da infância e da adolescência. Apresentar e desmistificar o fenômeno da violência para os jovens, pode prepara-los para identificar atos violentos e cenários em que estes podem escolher não gozarem em seu futuro. Dar voz e visibilidade a crianças e adolescentes e eleva-los a um patamar de

prioridade talvez seja um dos principais desafios que o Brasil ainda precisa superar ao se tratar de enfrentamento a violência.

REFERÊNCIAS

ADORNO, S. **Conflitualidade e violência: reflexões sobre a anomia na contemporaneidade**. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP. São Paulo, 10(1), 1998, p. 19-47.

BARROS, N. V. **Violência contra Criança e Adolescente. Trajetória histórica, Política e Prática de Proteção Social**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Departamento de Psicologia, PUC-Rio, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Lei Federal 8.069/90, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

BRUM, J. S. **Práticas de proteção social e o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes em Niterói na atualidade**. Dissertação de Mestrado. Escola de Serviço Social. Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social – UFF, 2014.

DESLANDES, S. F.; ASSIS, S. G.; SANTOS, N. C. **Violência envolvendo crianças no Brasil: um plural estruturado e estruturante**. In: Impacto da violência na saúde dos brasileiros. Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

FALEIROS, V. de P.; FALEIROS, E. S. **Escola que protege: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escqprote_eletronico.pdf>. Acessado em 11/08/2019.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Metodos de Pesquisa**. 1.ed. UAB/UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Método e Técnicas de Pesquisa Social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IPEA (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA). **Atlas da Violência**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018.

RIZZINI, I. **Criança no Brasil hoje**. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1993.

KRUG, E. et al. (Eds.). **Relatório Mundial sobre violência e saúde**. World Report on Violence and Health. Organização Mundial de Saúde. Genebra, 2002.

MARQUES, J. J. **Mapa da violência contra a mulher – 2018**. Brasília/DF, 2018. Disponível em: <https://pt.org.br/wp-content/uploads/2019/02/mapa-da-violencia_pagina-cmulhercompactado.pdf>. Acessado em: 09/08/2019.

MINAYO, M. C. S. **A violência na adolescência: um problema de saúde pública**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, Sept. 1990. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X19900003000005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26/07/2019.

_____. **Ciência, técnica e arte: O desafio da Pesquisa Social**. In: MINAYO, M.C.S. Pesquisa social: Teoria, método e criatividade. 14.a. Ed. Petrópolis, Vozes, 1994. p.09-29.

_____. **Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde individual e coletiva**. Em: NJAINE, K. et al (org.). *Impactos da violência na saúde*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. p. 21-42.

_____. **Contextualização do Debate sobre Violência contra Crianças e Adolescentes**. In: ARAÚJO, C. L. (Coord.) et al. *Violência faz mal à saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec/ Rio de Janeiro: Abrasco, 5ª edição, 1998.

_____. **Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde**. Rev. Bras. Saude Mater. Infant. Recife, v. 1, n. 2, p. 91-102, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-38292001000200002&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 12/08/2019

_____. **Violência: um problema para a saúde dos brasileiros**. In: SOUZA, E. R.; MINAYO, M. C. S. (Org.). *Impacto da violência na saúde dos brasileiros*. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. p. 09-33.

SILVA, L. M. P. da. **Violência doméstica contra a crianças e adolescentes**. Recife: EDUPE, 2002.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). **A Familiar Face: Violence in the lives of children and adolescents**, 2017.



_____. **A educação que protege contra a violência.** Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/4091/file/Educa%C3%A7%C3%A3o%20que%20protege%20contra%20a%20viol%C3%Aancia.pdf>>. Acessado em: 10/08/2019.

SOBRE A DIVERSIDADE DE GÊNERO NA UNIVERSIDADE: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA PARA UMA FORMAÇÃO DE PROFESSORES MAIS INCLUSIVA

Ludmila Mota de Figueiredo Porto¹
Mônielly Silva de Medeiros²

RESUMO

Este trabalho busca apresentar e discutir sobre as perspectivas que os alunos de Letras da UEPB (*campus I*) possuem sobre o conceito de gênero de que maneira essa compreensão pode influenciar na sua formação enquanto futuros professores do ensino básico. Para isso, foi feito um levantamento de dados para mapearmos as diversas orientações de gênero entre os estudantes e, em seguida, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com um número significativo de estudantes de Letras/Português, Letras/Espanhol e Letras/Inglês, a fim de coletar dados para a análise dialógica de seus discursos acerca da temática. A análise qualitativa de dados tomou por base a Teoria/Análise Dialógica do Discurso para a elucidação dos enunciados concretos desses estudantes em relação dialógica com a palavra do outro, sempre constitutiva da palavra do eu, resultando em uma compreensão ativa e responsiva dos sentidos que emergiram sobre a diversidade de gênero e sua relação intrínseca com a sexualidade. Desta forma, tornou-se possível refletir sobre como o ambiente universitário, especificamente no curso de Letras da UEPB, configura-se como um terreno fértil para a discussão sobre uma formação de professores mais inclusiva, não obstante ainda careça de maior preparação com respeito à diversidade.

Palavras-chave: Diversidade de gênero, Universidade, Reflexão, Formação de professores. Inclusão.

INTRODUÇÃO

O meio universitário público brasileiro é palco da variedade social e cultural: estudantes, professores, funcionários e a comunidade externa que frequenta a universidade convivem com grande diversidade de pensamentos, pontos de vista, princípios, histórias de vida, identidades. No contexto da universidade, portanto, idealmente, as pessoas possuem a liberdade de manifestar suas opiniões democraticamente, de se expressar conforme seus valores, de ser o que quiserem, de vivenciar identidades múltiplas. Todavia, nem sempre a livre expressão das pessoas tem encontrado ambientes pacíficos e plurais no cenário da universidade, de forma que conflitos de caráter ideológico, político, racial e de gênero parecem refletir uma tensão que já configura a sociedade brasileira contemporânea.

Sabe-se que os cursos de licenciatura possuem o objetivo final de formar professores. Muitos desses futuros professores, que serão egressos dos cursos de licenciatura do

¹ Doutora em Linguística (UFPE), Professora de Língua Portuguesa e Linguística e Chefe Adjunta do Departamento de Letras e Artes, UEPB, campus I, ludmila_porto@yahoo.com.br

² Graduanda do Curso de Letras – Língua Portuguesa da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, campus I, monielly.medeiros021@gmail.com;

Departamento de Letras e Artes da UEPB, isto é, os cursos de Letras/Português, Letras/Inglês e Letras/Espanhol, atuarão diretamente no ensino básico, lecionando língua e literatura, mas, também, defrontando-se com crianças e adolescentes que também carregam a diversidade em suas histórias de vida, em seus pensamentos, seus valores, suas crenças, seus posicionamentos ideológicos etc. Nesse contexto, os professores egressos dos cursos de letras precisam estar aptos a lidar com várias questões sociais que podem aflorar entre os seus alunos; entre elas, a diversidade de gênero.

Nesse sentido, defendemos que uma formação mais inclusiva quanto à diversidade de gênero deve se configurar como uma pauta fundamental nos cursos de licenciatura em letras, não obstante parece haver ainda pouco espaço para discussão sobre a temática nos referidos cursos da UEPB. É daí que urge ampliar a discussão sobre gênero no contexto universitário, extrapolando as ricas discussões que já permeiam os cursos de ciências sociais, para dar lugar à observação da realidade dos alunos da graduação em letras e, a partir dela, refletir sobre como a teoria pode auxiliar na construção de um ensino mais inclusivo tanto na universidade quanto na escola.

Como principal objetivo deste trabalho³, buscamos, através da Teoria/Análise Dialógica do Discurso, refletir sobre como a diversidade de gênero é compreendida por estudantes dos cursos de licenciatura em letras (língua espanhola e língua inglesa) da UEPB – futuros professores do ensino básico. Para tanto, realizamos as seguintes etapas: levantamento quantitativo, através da aplicação de questionários, sobre as identidades de gênero emergentes entre os estudantes de letras do *campus* I da UEPB; seleção de estudantes com identidades de gênero diversas, para realização de entrevistas; análise qualitativa do *corpus* discursivo, através da Análise Dialógica do Discurso, tentando estabelecer as relações dialógicas pertinentes entre os sentidos que aparecem e circulam sobre gênero nos discursos dos estudantes dos dois cursos; por fim, compreensão de como os discursos sobre gênero podem (re)orientar o tratamento da temática nos cursos de letras em línguas estrangeiras, para uma formação de professores mais inclusiva quanto à diversidade de gênero.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, utilizamo-nos do aporte teórico dos estudos sobre gênero, a partir de Beauvoir (2019), Butler (2016) e Connell e Pearse (2015), com desdobramentos para a educação, em Louro (2014). Além dessas referências, apoiamo-nos na

³ A presente pesquisa é um recorte do Projeto de Iniciação Científica 2018/2019, intitulado “Ainda sobre Gênero: uma abordagem quantitativa para se pensar a formação de professores no curso de Licenciatura em Letras”, realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil, sob a coordenação da Prof^a Dr^a Ludmila Mota de F. Porto, com a colaboração da aluna bolsista Mônica Silva de Medeiros.

Teoria/Análise Dialógica do Discurso (BRAIT, 2008; PORTO, 2015) para o desenvolvimento da metodologia e da análise, considerando sobretudo as seguintes categorias: dialogismo, compreensão ativa e responsiva, significação, tema e ideologia do cotidiano (VOLÓCHINOV, 2017).

Assim, este artigo pretende apresentar os enunciados concretos dos alunos de letras (línguas estrangeiras) da UEPB sobre o conceito de gênero, para compreender os sentidos emergentes desses discursos em diálogo com o discurso alheio. Para tanto, nos tópicos seguintes detalharemos o percurso metodológico que guiou a pesquisa, bem como a fundamentação teórica do trabalho, os quais serviram de base para a análise que permitiu melhor conhecer a realidade dos alunos de letras da UEPB com relação aos estudos sobre a temática e à necessidade de uma formação mais inclusiva quanto à diversidade de gênero.

METODOLOGIA

Nos primeiros passos do desenvolvimento deste trabalho, realizamos uma pesquisa bibliográfica sobre a temática, com o objetivo de nos atualizarmos sobre o objeto de estudo. Em seguida, o percurso metodológico deste trabalho se caracterizou por uma coleta de dados realizada através de dois instrumentos: um questionário e uma entrevista semiestruturada. O questionário serviu de base para a criação de gráficos e tabelas que visavam à construção do perfil dos alunos de letras quanto à identidade de gênero, em relação também à sua sexualidade⁴. Já as entrevistas semiestruturadas permitiram uma aproximação por parte das pesquisadoras junto aos estudantes entrevistados com respeito à compreensão dos sentidos que circulam sobre gênero no âmbito acadêmico de letras da UEPB. Especificamente neste artigo, utilizaremos apenas um recorte desses dados, com ênfase em sua abordagem qualitativa⁵.

Ambos os instrumentos de coleta de dados foram revisados, a fim de realizar os ajustes necessários, os quais surgiram após a experiência com esses instrumentos em projeto anterior⁶ (PORTO; SILVA NETO, 2018). A partir dessa revisão, decidimos utilizar um questionário

⁴ Lançamos a hipótese secundária de que a relação entre gênero e sexualidade poderia elucidar a discussão sobre gênero a partir da análise dialógico-discursiva dos enunciados dos estudantes entrevistados.

⁵ Para maior conhecimento sobre a abordagem quantitativa dos dados, que serviu de impulso para a abordagem qualitativa aqui exposta, consultar o relatório final do PIBIC 2018/2019 (PORTO; MEDEIROS, 2019).

⁶ O projeto “Compreender gênero no curso de licenciatura em letras: uma questão necessária à formação de professores” (PORTO; SILVA NETO, 2018) foi desenvolvido sob a coordenação da Prof^a Dr^a Ludmila Mota de F. Porto no PIBIC 2017/2018, na UEPB, com a colaboração do aluno bolsista CNPq João Matias da Silva Neto. Esse projeto recebeu o prêmio de menção honrosa no XXVI ENIC/UEPB.

online, feito no aplicativo *Google Forms*, substituindo o impresso, com o objetivo de facilitar a visualização dos dados e reduzir custos com impressão. O número de alunos entrevistados foi também readaptado de acordo com a quantidade de questionários respondidos e a proporção entre o curso de letras/português, estudado na pesquisa anterior, e os cursos de letras/espanhol e letras/inglês, estudados nesta pesquisa. Em seguida, o projeto foi submetido à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa da UEPB, tendo sido aprovado sob o número: CAAE 09378519.5.0000.5187.

Assim que obtivemos a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, recolhemos os e-mails dos alunos dos cursos de espanhol e inglês, nos períodos diurno e noturno, para que pudéssemos enviar o questionário online a ser preenchido. Posteriormente ao envio dos questionários, verificamos que o número de respostas foi menor que o estimado, de forma que foi necessário retornar às salas de aula, entregando questionários impressos aos alunos que não conseguiram responder online. Somando os questionários online aos impressos, obtivemos o número de 93 respondidos, sendo 55 dos alunos de inglês e 38 dos alunos de espanhol.

Para selecionar os alunos a serem entrevistados, utilizamos os seguintes critérios: selecionamos alunos dos dois turnos, os quais declararam identidades de gênero e sexualidades heterogêneas, com o objetivo de obter um panorama representativo dos estudantes de letras do campus I da UEPB. As entrevistas semiestruturadas ocorreram na UEPB – *campus I*, com os estudantes dos cursos de letras/espanhol e letras/inglês, e objetivaram adquirir informações dos alunos em seu ambiente de formação, por meio de questões dialogadas. Severino (2007, p. 123) afirma que: “Na *pesquisa de campo*, o objetivo/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta dos dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador”.

As entrevistas foram, enfim, realizadas com o auxílio de um gravador de voz em horários disponibilizados pelos alunos⁷ e, em seguida, foram transcritas para análise à luz do método dialógico-discursivo de análise de dados, que utiliza o levantamento, a descrição e a interpretação de dados para explorar qualitativamente a subjetividade dos sujeitos falantes (SAMPAIO *et al.*, 2006). O conhecimento da natureza de sujeitos históricos, através da linguagem, tem-se mostrado bastante pertinente nos últimos anos (PORTO, 2010; 2015), tendo em vista que permite a compreensão do contexto sociocultural mais amplo, onde são produzidos e circulam esses discursos.

⁷ Os nomes dos alunos são fictícios.

A Teoria/Análise Dialógica do Discurso

A linguagem é um dos assuntos mais discutidos pela humanidade desde tempos remotos: foi do interesse dos filósofos gregos, como Platão e Aristóteles; dos gramáticos e tradutores da Idade Média, dos iluministas do século XVIII, dos filólogos e comparatistas do século XIX. No início do século XX, a língua foi eleita o objeto de estudo da Linguística, com Saussure, no *Curso de Linguística Geral*. Fundava-se uma nova ciência, a ciência da língua, aos moldes do paradigma estruturalista, que predominou até meados do século XX, quando Noam Chomsky propôs sua teoria gerativista (BAGNO, 2014).

Paralelamente, na primeira metade do século XX, surgia na União Soviética um grupo de estudiosos, encabeçado sobretudo por Mikhail Bakhtin, Valentin Volóchinov e Pavel Medvedev, que se dedicaram conjuntamente à Literatura, à Filosofia da Linguagem, dentre outros temas, tornando-se conhecidos como Círculo de Bakhtin, responsável por muitas produções entre as décadas de 20 e 30, período marcado por conflitos sociais e políticos no país, motivo pelo qual a autoria de determinadas obras é questionada até hoje, a exemplo do livro “Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem”, que, em sua primeira publicação, no ano de 1929, tinha como autor V. Volóchinov, mas que em algumas edições pode aparecer com autoria atribuída a Bakhtin.

Apesar de as principais produções do Círculo terem sido escritas nas décadas de 1920 e 1930, e as de Bakhtin, principalmente, estiveram concentradas entre 1930 e o início da década de 1950. Boris Schaiderman, na palestra inaugural do colóquio “Dialogismo: Cem Anos de Bakhtin”, relata que, até os anos de 1960, o acesso aos textos do Círculo era muito difícil e, com o golpe militar em 1964, essa dificuldade se intensificou, mudando de perspectiva a partir dos anos 1970, quando as obras do Círculo passaram a ser traduzidas mundialmente, inclusive no Brasil (FARACO, 2009). Na década de 1990, com base nos estudos do grupo russo, surge a Análise Dialógica do Discurso, proposta por Beth Brait (2008), a qual se pauta em conceitos da teoria bakhtiniana, entre eles o dialogismo, utilizado em nossa pesquisa, para compreender os enunciados concretos a partir do trabalho com a opacidade dos discursos e dos textos.

Segundo Volóchinov, o dialogismo é a característica dialógica e bilateral do discurso, que se apresenta não como resultado de uma única fonte, mas como construção entre os falantes ao decorrer da história. Para o autor:

A importância da orientação da palavra para o interlocutor é extremamente grande. Em sua essência, *a palavra é um ato bilateral*. Ela é determinada tanto por aquele de



quem ela procede quanto por aquele para quem se dirige. Enquanto palavra, ela é justamente o *produto das inter-relações do falante com o ouvinte*. (VOLÓCHINOV, 2017, p. 205).

Dessa forma, o dialogismo vai além de um simples diálogo, apresentando-se como caráter constitutivo de uma construção interativa, criada e criadora dos sujeitos do discurso. Nesse meio, tem importância não apenas os sujeitos, mas também seus contextos históricos, sociais e ideológicos, já que interferem nos enunciados. Ainda sobre o dialogismo, Beth Brait afirma que:

O dialogismo diz respeito ao permanente diálogo, nem sempre simétrico e harmonioso, existente entre os diferentes discursos que configuram uma comunidade, uma cultura, uma sociedade. É nesse sentido que podemos interpretar o dialogismo como o elemento que instaura a constitutiva natureza interdiscursiva da linguagem. (BRAIT, 1997, p. 98).

Reafirma-se assim, a natureza não mais monológica da linguagem, mas uma natureza dialógica que envolve textos e sujeitos, sendo que ambos são trespassados pelo discurso, que continuamente muda, evolui, retorna e cria novos sentidos. Através das interações sociais, em contextos históricos e ideológicos, ocorre a formação do falante. Assim, de acordo com Volóchinov (2017), os enunciados têm uma formação externa que resulta da interação entre seres socialmente organizados, que se constroem mutuamente através da linguagem. Tal construção ocorre de maneira dialógica e ativa, através dos diversos discursos com os quais o sujeito têm contato durante a sua vida. Deste modo, compreender um discurso é se instaurar no diálogo, participar dele ativamente.

Ainda de acordo com o autor: “A teoria da compreensão passiva não abre a possibilidade de uma aproximação às especificidades mais fundamentais e essenciais da significação linguística” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 227), ideia que reafirma ser o discurso um meio de interação e ambiente em que as especificidades humanas afloram e encontram significações, ressignificações e se inovam a cada fala. Portanto, para a Análise Dialógica do Discurso, a compreensão de um enunciado concreto é necessariamente ativa e dialógica.

Não apenas o diálogo entre os falantes é fundamental para o processo de comunicação, mas também a presença das múltiplas vozes nos discursos, sejam eles cotidianos ou institucionalizados. Os enunciados resultam, então, de um conjunto infinito de outros enunciados já ditos e revistos no decorrer da história, cuja renovação se dá através de novas situações, afinal, ainda que determinada palavra contenha a mesma significação dicionarizada

no decorrer dos tempos, a situação de fala, os interlocutores, os assuntos discutidos serão outros e, por isso mesmo, cada enunciado se torna único, mas não original (BRAIT, 2008).

A construção da cadeia discursiva encontra seu lugar tanto nos campos cotidianos quanto institucionais. Em seus estudos, Volóchinov (2017, p. 213) afirma que: “A ideologia do cotidiano insere a obra em uma dada situação social. A obra passa a ser ligada a todo o conteúdo da consciência e é percebida apenas no contexto dessa consciência atual”. Isso nos faz compreender de que forma as ideologias que circulam no cotidiano são abarcadas por contextos sociais mais amplos, através da reflexão e da refração de discursos que extrapolam a vida cotidiana e interpenetram os âmbitos institucionais onde a grande ideologia constituída prevalece.

Na vida cotidiana, é recorrente o surgimento de discussões sobre assuntos que muito dizem sobre o contexto em que são proferidos. É possível compreendê-las por meio da significação e do tema. Enquanto a primeira se refere à parte fixa do discurso, aquela que tem em si o conjunto fechado de sentido, podendo ser transferida para diferentes épocas e falas, o segundo depende do contexto extralinguístico, pois reflete o sentido entre discurso e realidade social. De acordo com o autor:

O tema é um complexo sistema dinâmico de signos que tenta se adequar ao momento concreto da formação. O tema é uma reação da consciência em constituição para a formação da existência. A significação é um artefato técnico de realização do tema. (VOLÓCHINOV, 2017, p. 229).

Como consequência dessa afirmação, é interessante perceber de que maneira a significação e principalmente o tema são importantes para o estudo engajado com a realidade da época em questão, afinal a linguagem é reflexiva e refratária a todo momento e nos mostra a realidade vivida pelos sujeitos. As noções de reflexão e refração são analisadas por Volóchinov em relação ao movimento dos discursos, que refletem e refratam a realidade e, conseqüentemente, resultam em uma gama de enunciados que concordam ou refutam os discursos que os originaram: “O signo não é somente uma parte da realidade, mas também reflete e refrata uma outra realidade, sendo por isso mesmo capaz de distorcê-la, ser-lhe fiel, percebê-la de um ponto de vista específico e assim por diante.” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 93).

A partir desta breve recuperação de conceitos-chave da teoria bakhtiniana, observa-se a importância que o diálogo exerce na construção de novos enunciados. A possibilidade de usar de outras vozes, de outros discursos para enriquecer, embasar e reafirmar a sua fala é não só uma forma estratégica de reforçar o seu comentário, mas um mecanismo recorrente ao ser

humano, que necessita da retomada de assuntos, diálogos e ideais já postos para dar continuidade ao seu enunciado. Dessa forma, propomo-nos a compreender como se estabelecem algumas relações dialógicas entre os discursos de estudantes de letras sobre gênero e o discurso do outro, a fim elucidar de que maneira a discussão sobre a diversidade de gênero tem penetrado esses sujeitos sociais no ambiente universitário, tão importante para a disseminação de ideias e estudos que se mostram relevantes para a sociedade.

Antes disso, no entanto, é preciso fazer uma breve contextualização teórica sobre os estudos de gênero, conforme o tópico a seguir.

Os estudos de gênero

Os estudos de gênero estão intimamente ligados ao movimento feminista e às lutas enfrentadas por determinado grupo de mulheres para mudar a estrutura de subalternidade que a sociedade lhes impunha. No final do século XIX e início do século XX, as mulheres passaram a reivindicar o direito ao voto através do sufrágio, momento histórico que ficou conhecido como a “primeira onda” do feminismo.

Uma das primeiras pensadoras a estudar as questões de gênero foi Simone de Beauvoir (2019), mundialmente conhecida pela obra *O segundo sexo*, publicada em 1949, na qual apresenta o desenvolvimento de uma sociedade machista e que vê no homem a representação da humanidade, enquanto a mulher assumiria o papel de um ser secundário, subjugada a um sistema de opressão masculina. Esse cenário, construído e estabelecido a partir da naturalização de um padrão de supremacia masculina, com seu caráter ativo, viril, objetivo e provedor, relegou às mulheres o seu caráter passivo, compreensivo, amável e dócil na sociedade. Nesse sentido, Beauvoir (2019) defende que a luta pela igualdade de gênero entre homens e mulheres, o que conseqüentemente levará à libertação das mulheres desse padrão subalterno, começa pela conquista do trabalho e que apenas através da luta, e não da resignação, é que as mulheres alcançarão sua liberdade.

Na “segunda onda” do feminismo, que ganha força a partir do final da década de 1960, o movimento passa a abarcar, além dos interesses sócio-políticos, também uma reflexão teórica acerca do próprio conceito de gênero, que passa a ser pensado em importantes países ocidentais, a exemplo de Estados Unidos, França, Inglaterra e Alemanha (LOURO, 2014). Protestos, manifestações públicas e publicação de livros, jornais e revistas sobre a temática impulsionaram

as discussões na época, em busca de igualdade de direitos. Segundo Louro, a partir dessa década:

Intelectuais, estudantes, negros, mulheres, jovens, enfim, diferentes grupos que, de muitos modos, expressam sua inconformidade e desencanto em relação aos tradicionais arranjos sociais e políticos, às grandes teorias universais, ao vazio formalismo acadêmico, à discriminação, à segregação e ao silenciamento. (LOURO, 2014, p. 20).

Conforme se observa, ações isoladas e coletivas, no decorrer da história ocidental do século XX, marcaram o interesse das mulheres em se libertar de uma conjuntura que impunha um padrão de beleza, de vestimenta, de comportamento, de subordinação aos homens. No Brasil, não foi diferente: a partir da década de 1970, o movimento feminista se associou a outros levantes populares da época: a luta pela moradia digna; pela educação, através da criação de creches que atendessem filhos de professores e operários de fábricas; por melhores condições de vida, como o acesso à água encanada, energia elétrica e ao transporte público. De igual maneira, tal movimento estabeleceu forte relação com movimentos políticos do momento, a exemplo da busca pela anistia dos presos políticos da ditadura militar, o combate ao racismo, a briga pela garantia da terra aos indígenas e o movimento dos homossexuais (CORRÊA, 2001).

No mundo acadêmico, as pesquisas sobre gênero despertaram o interesse de juristas, sociólogos, antropólogos, educadores, linguistas e críticos literários, para citar apenas algumas áreas que se interessam pela compreensão de como a nossa sociedade é marcada pela desigualdade de gênero. Ademais, discutir gênero é também estar atento às questões de poder, violência e ao lugar onde se manifestam as desigualdades, tanto no território físico (país, região, cidade...) quanto no contexto social.

A partir de tais discussões, surge, através das feministas anglo-saxãs, a distinção entre os termos *gender* e *sex*, e, como consequência, a discussão acerca da associação do gênero das pessoas à sua condição biológica, que será a base para os estudos de gênero. No Brasil, o termo gênero, nesse sentido, passa a ser usado apenas no fim dos anos 1980, já próximo ao que se denominaria de “terceira onda” do feminismo.

Acerca do gênero, Louro (2014) o defende como sendo uma construção social constituinte da identidade dos sujeitos, sempre inacabadas. Em suas palavras, as relações sociais estabelecidas pelos sujeitos são:

Atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, os sujeitos vão se construindo como masculinos ou femininos, arranjando e desarranjando seus

lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo. (LOURO, 2014, p. 32).

Dessa maneira, a ideia sobre o sexo, existente até então, recebe uma nova perspectiva, que leva em conta os contextos social, histórico, político e o caráter não estável do gênero. Segundo Connell e Pearse (2015, p. 38): “Ser um homem ou ser uma mulher, então, não é um estado predeterminado. É um tornar-se; é uma condição ativamente em construção.”. As autoras dialogam claramente com o conceito de Simone de Beauvoir acerca da natureza feminina, exposta em *O segundo sexo*, através de sua célebre afirmação: “Não se nasce mulher; torna-se mulher”, que nos leva a pensar acerca de uma natureza não biológica, mas construída do gênero.

Dialogando com tais ideias, Butler afirma que: “se tornou impossível separar a noção de ‘gênero’ das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida.” (BUTLER, 2016, p. 21). Assim, torna-se mais fácil compreender a existência de diversas construções de gênero existentes em culturas diferentes, assim como a possibilidade de determinada ação receber diferentes reações em lugares e culturas diversas.

Também passa a ser discutido o caráter não-binário existente no gênero dos sujeitos, afinal, segundo Louro (2014), o caráter feminino não precisa necessariamente excluir todas características consideradas masculinas e vice-versa: o feminino e o masculino não são obrigatoriamente polos opostos, mas construções que estabelecem relações diversas em cada sujeito. Essa imagem dicotômica traz consigo também problemáticas das relações de poder, que configuram o masculino como forte, viril, capaz, e o feminino como fraco, subserviente e passivo. Em oposição, Louro demonstra que há uma complexidade muito maior em tais relações, afirmando que:

Os sujeitos que constituem a dicotomia não são, de fato, apenas homens e mulheres, mas homens e mulheres de várias classes, raças, religiões, idades, etc. e suas solidariedades e antagonismos podem provocar os arranjos mais diversos, perturbando a noção simplista e reduzida de ‘homem dominante’ versus ‘mulher dominada’. (LOURO, 2014, p. 37).

A desconstrução da oposição binária, além da possibilidade de uma flexibilidade entre o que seria masculino e o que seria feminino, visa a demonstrar que a recusa de um gênero fixo ou de um enquadramento em determinado gênero é possível. Assim, os estudos de gênero não buscam afirmar que as pessoas são iguais, pois elas não são: existe uma gama de particulares entre gêneros, sexualidades, etnias, posição social, política etc., mas que elas devem ser equivalentes e ter direitos iguais. Tais direitos são exigidos em relação a vários contextos, entre

eles está o educacional, que se destaca por ser um direito fundamental em um ambiente de grande pluralidade.

De acordo com Louro (2014), o ambiente escolar é tanto propício para a convivência com a diversidade de gênero quanto para a afirmação de que tais diferenças são consideradas desvios do padrão. Segundo a autora: “A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui.” (LOURO, 2014, p. 62). Assim, é notável de que forma a escola tem o poder de desconstruir ou reafirmar padrões e paradigmas da sociedade, podendo ainda ser responsável pela “fabricação de sujeitos” no sentido de legitimar, ou não determinadas situações.

Nesse ambiente, a linguagem, principal veículo de construção de conhecimentos, tem grande importância, visto que é através dela que grande parte das discussões e até mesmo discriminações motivadas por preconceitos de gênero são proferidas. Sobre esse aspecto, a autora afirma que:

Dentre os múltiplos espaços e as muitas instâncias onde se pode observar a instituição das distinções e das desigualdades, a linguagem é, seguramente, o campo mais eficaz e persistente — tanto porque ela atravessa e constitui a maioria de nossas práticas, como porque ela nos parece, quase sempre, muito ‘natural’. (LOURO, 2014, p. 69).

É possível notar que, mesmo com a evolução dos estudos de gênero e a desconstrução de muitos preconceitos existentes nos vários âmbitos da sociedade, o preconceito e a intolerância com a diversidade ainda são muito fortes em alguns ambientes, a exemplo da escola e da universidade. No entanto, os professores não devem se acomodar; devem, sim, questionar e levar os alunos a se questionarem também. Com respeito ao ambiente escolar:

É indispensável questionar não apenas o que ensinamos, mas o modo como ensinamos e que sentidos nossos/as alunos/as dão ao que aprendem. Atrevidamente é preciso, também, problematizar as teorias que orientam nosso trabalho (incluindo, aqui, até mesmo aquelas teorias consideradas ‘críticas’). (LOURO, 2014, p. 68).

Dessa forma, é fundamental pensar não apenas nas questões que envolvem gênero, mas como elas interferem no ambiente acadêmico, que engloba não só o âmbito científico, mas reflete a sociedade, afinal o ambiente universitário é repleto de multiplicidades culturais, geográficas, linguísticas e ideológicas que influenciarão o futuro profissional dos alunos. Entre todas essas variantes, ressaltamos a importância das discussões acerca do gênero na formação dos alunos de língua, futuros professores do ensino básico.

Cabe acrescentar, ainda, a importante distinção, no seio da discussão sobre gênero, entre os termos “gênero” e “sexo”. Segundo Louro (2014), a distinção entre gênero e sexo passou a ser usada inicialmente por feministas anglo-saxãs e buscava dissociar o comportamento social e sexual das pessoas de suas condições biológicas. Ainda segundo a autora, o gênero estaria associado aos corpos, à forma como as pessoas assumem a sua feminilidade ou masculinidade, não necessariamente de uma forma binária, mas de maneira constituinte da identidade dos sujeitos.

Já as identidades sexuais se caracterizam pelas relações estabelecidas entre os indivíduos, como afirma Louro (2014, p. 30): “Suas identidades sexuais se constituiriam, pois, através das formas como vivem sua sexualidade, com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as”. Assim, fica claro que a sexualidade das pessoas está associada ao vivenciamento de suas identidades sexuais sem ou com outras pessoas, enquanto o gênero se caracteriza como constitutivo da identidade do sujeito e pode ser relacionado à maneira como as pessoas se identificam enquanto corpos, com “as múltiplas formas que podem assumir as masculinidades e as feminilidades” (LOURO, 2014, p. 28). Assim, ainda que boa parte dos discursos sobre gênero envolvam também a sexualidade, um conceito não pode ser tomado pelo outro.

A necessidade de fomentar discussões sobre gênero é realçada ao percebermos que grande parte dos alunos ainda carecem de informações sobre as complexas discussões que envolvem o gênero na contemporaneidade e que, para construirmos uma dinâmica escolar que respeite a diversidade de gênero dos alunos e esteja aberta a discussões, é necessário que os professores em formação compreendam inicialmente a sua realidade social. Dessa maneira, esses profissionais terão a possibilidade de não apenas refletir, mas também de refratar um discurso hegemônico sobre gênero, atuando profissionalmente de maneira mais inclusiva e penetrando discursivamente, a partir do cotidiano, na grande ideologia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos dados coletados durante a etapa de pesquisa de campo, do estudo da Teoria/Análise Dialógica do Discurso e também dos estudos sobre gênero e sexualidade, buscaremos agora demonstrar e analisar dialógicamente os discursos de alunos dos cursos de letras/espanhol e letras/inglês da UEPB.

Entre os entrevistados, 8 são do sexo feminino e 7 do sexo masculino, sendo que um se declara como homem transgênero; em relação à sexualidade, 6 pessoas se declaram como heterossexuais, 4 como homossexuais, 4 como bissexuais e 1 como pansexual; dentre esses alunos, 8 estudam no turno da manhã e 7 no turno da noite. Como se observa, já pelo perfil dos alunos selecionados para a entrevista, os dados demonstram a diversidade de gênero e sexualidade nos referidos cursos, em ambos os turnos.

Durante as entrevistas realizadas com alunos e alunas dos dois cursos de letras em língua estrangeira da UEPB, tivemos a oportunidade de entrar em contato com as concepções que esses estudantes possuem sobre gênero a partir de uma questão de ordem privada, a saber: “Caso seu companheiro ou companheira resolvesse mudar de gênero, você o(a) abandonaria?”. Vejamos como se manifestou o estudante de Letras/Inglês, Bruno, heterossexual, sobre o assunto:

Bruno: [...] Ah, eu respeitaria, agora (risos) tem um problema aí... a questão é, ela me abandonaria? Porque não sei, porque é aquela coisa. Tô com uma pessoa... tal, a pessoa aparentemente é uma mulher hetero, massa, tranquilo... aí do nada ela conhece outras coisas, conhece outros pensamentos e vai aquela coisa toda, começa a mudar de direção... ‘ah, eu acho que eu tô gostando mais de...’ Não sei, eu respeitaria, aí teria que ter uma conversa bem séria pra ver se é isso mesmo que ela quer e... eu não abandonaria de forma alguma, aí a questão é, a pergunta seria se ela abandonaria, porque... é complicado. (BRUNO, 2019).

Ao se posicionar sobre a sua provável reação ao saber que sua companheira mudaria de gênero, Bruno revela que não a abandonaria, no entanto demonstra confundir o gênero com a sexualidade da pessoa, quando afirma que “a pessoa aparentemente é uma mulher hétero”. A confusão entre os conceitos de gênero e sexualidade também fica evidenciada no discurso citado que Bruno traz sobre sua companheira: “ah, eu acho que eu tô gostando mais de...”. Ou seja, na visão de Bruno, a partir da projeção da voz de sua companheira, “gostar mais” de se envolver com alguém de um sexo ou de outro é uma questão atrelada à sexualidade, ao desejo pelo outro, mas não implica mudança de gênero, da mesma forma que a mudança de gênero não implica a mudança de orientação sexual.

Conforme exposto anteriormente, a sexualidade e o gênero de uma pessoa não podem ser tomados como sinônimos, e não existe uma relação necessária entre a orientação sexual de alguém e sua identidade de gênero. Em nenhum momento, na pergunta feita pelas pesquisadoras, é mencionada a sexualidade do(a) companheiro(a) da pessoa entrevistada. Contudo, o entrevistado estabelece um relação dialógica entre os conceitos de gênero e de sexualidade, tanto ao responder diretamente a pergunta realizada quanto ao se utilizar da voz

do outro (a sua companheira) para justificar seu posicionamento. Ao refletir o conceito de gênero em seu discurso, portanto, Bruno o refrata como sinônimo de sexualidade, contrariando as discussões acadêmicas sobre gênero na atualidade, ao passo que revela sua posição ideológica a partir do cotidiano.

Na entrevista realizada com a aluna Ana, heterossexual e também graduanda do curso de letras/inglês, é possível perceber um pensamento semelhante ao de Bruno:

Pesquisadora – Certo. A última, ela sai um pouco dessa questão da educação. Caso seu companheiro resolvesse mudar de gênero você o abandonaria?

Ana: *Nossa, que difícil!*

Pesquisadora – Quer que eu explique bem ou você consegue compreender?

Ana: *Eu consigo compreender. Eu não abandonaria ele pelo gênero, a não ser que tipo... meu corpo não fosse mais atraente pra ele, no caso.*

Pesquisadora – Uhum.

Ana: *Porque eu imagino meu marido mudando de gênero e não se sentindo atraído pelo sexo oposto, vamos dizer assim.*

Pesquisadora – É... assim, se ele mudasse apenas de gênero ele seria uma mulher, mas poderia ter a possibilidade dele continuar sendo atraído por mulher também, né?

Ana: *Uhum. É... talvez, seria algo a se discutir.* (ANA, 2019).

Mesmo com a explicação breve da pesquisadora sobre a diferença de gênero e sexualidade, na última pergunta do trecho acima, não é possível ter clareza sobre o discernimento da entrevistada com respeito aos dois conceitos, mediante a vaguidão de sua resposta: “*Uhum. É... talvez, seria algo a se discutir*”. Não sabemos se o “algo” a que Ana se refere recupera o gênero ou a sexualidade, tampouco é possível saber o que, de fato, ela discutiria com seu companheiro. Ao afirmar: “*a não ser que tipo... meu corpo não fosse mais atraente pra ele*”, Ana, como Bruno, associa a mudança de gênero à sexualidade, mas, em seu discurso, Ana explicita que se refere ao desejo sexual do outro pelo seu corpo. Assim, Ana também reflete a ideia de gênero como sinônimo de sexualidade, porém ao refratá-la em seu discurso, a aluna se afasta de forma particular das discussões teóricas sobre gênero, tendo em vista que o exercício da diversidade de gênero por uma pessoa (ainda que temporariamente) é algo que pertence à sua subjetividade e se encontra na esfera da construção da identidade, e não no desejo sexual do outro.

A compreensão ativa do conceito de gênero, por ambos os alunos entrevistados, pode ser compreendida como o tema que tal palavra assume em seus discursos, pois engloba questões exteriores à sua significação. De acordo com o dicionário Aurélio, o gênero se refere ao: “Conjunto de propriedades atribuídas social e culturalmente em relação ao sexo dos indivíduos” (Dicionário Aurélio Online, 2019). Dialogando com esse conceito, o Dicionário Online de Português define gênero como: “Diferença entre homens e mulheres que, construída

socialmente, pode variar segundo a cultura, determinando o papel social atribuído ao homem e à mulher e às suas identidades sexuais.” (Dicionário Online de Português, 2019).

Os dois conceitos apresentados definem a significação do gênero, independentemente de seu contexto, já a maneira como os dois alunos acima citados veem o gênero mostra como o contexto criado pela pergunta gera outras possibilidades de sentido para o conceito, um tema que varia ao entrar em contato com o termo “sexualidade”. Discursivamente, tanto Ana quanto Bruno se manifestaram confusos com respeito ao domínio do conceito de gênero, ao mesmo tempo em que podem ter tido certo receio de parecerem preconceituosos ao responderem a pergunta, a exemplo de quando Ana encerra sua fala com: “*Uhun. É... talvez, seria algo a se discutir*”, enquanto Bruno procura demonstrar, a todo momento, que, em sua relação, ele trata a companheira de forma igualitária.

Conforme demonstrado, existe uma relação dialógica entre os discursos dos alunos no que compete à confusão temática entre os termos gênero e sexualidade, o que demonstra que o gênero ainda é visto como sinônimo da sexualidade, conforme sua significação nos dicionários. Tal relação dialógica é prova de que os discursos podem ser refletidos e refratados de diversas formas, a depender do contexto. Se por um lado, os discursos de Bruno e Ana refletem a ideia de que gênero e sexualidade estão necessariamente interligados, por outro há alunos que refratam essa ideia, a exemplo de Mauro:

Mauro: Não... porque, bom, acredito que há anos atrás eu não teria essa resposta tão direta, mas devido às pessoas que eu convivo, devido à minha mentalidade de hoje em dia e o que eu acredito que é amar alguém, que tipo uma frase incrível que é ‘você ama a pessoa, você não ama o gênero’, eu acredito que não. Porque... porque quando você se apaixona por alguém não importa o que essa pessoa faça na sua forma exterior. Você se apaixona pelo que ela é por dentro e pra mim isso é o essencial, tipo... se você não mudou por dentro...o por fora... mas por fora não vai influenciar em nada pra mim. (MAURO, 2019).

Neste trecho, de um aluno homossexual que cursa letras/inglês, podemos perceber que como ele refrata o discurso sobre gênero de seus colegas, ao afirmar que continuaria se relacionando com a pessoa, afinal, a mudança de gênero não mudaria o sentimento existente entre os dois. Mauro deixa claro que, na sua visão, a mudança de gênero passa necessariamente por uma mudança no aspecto físico (que por consequência parte da necessidade da pessoa que muda o gênero em afirmar uma nova identidade), mas que tal mudança não afeta necessariamente o sentimento da pessoa. É preciso destacar que, no discurso de Mauro, em nenhum momento, há menção à mudança de sexualidade. Assim, Mauro parece refletir e refratar a concepção de gênero que circula no âmbito científico.

Já o aluno Kaio, estudante do curso de letras/espanhol o qual se identificou como bissexual no questionário, manifestou-se da seguinte forma sobre a questão:

Kaio: ...é uma pergunta difícil, muito difícil... eu, eu acho, assim sendo bem sincero, eu não sei se abandonaria... abandonaria, eu acho que é uma palavra muito forte, mas eu acho que, por questão de atração, eu não sei se daria certo... num sei se eu conseguiria lidar... eu acho que assim, a gente lidar com as nossas questões é difícil, lidar com as questões do outro é ainda mais complexo, né... mas, assim, por questões de afinidade, de atração, eu acho que eu não conseguiria, assim. (KAIO, 2019).

Kaio afirma que, por uma questão de atração física, provavelmente, não continuaria a relação, discurso muito parecido com o da aluna Maria, que se identificou como heterossexual e cursa também letras/espanhol, conforme o excerto a seguir:

Maria: Nessa questão eu vou ter que ser um pouco tradicional contigo e dizer que... eu seria sincera com ele ou com ela... e diria mais ou menos assim, 'olha, você tá livre pra você fazer o que você quiser da sua vida, é... e você pode fazer o que você quiser da sua vida, mas se eu me casar com um homem, eu vou querer um cara, vou querer um homem... eu quero um homem, e se eu for ficar com uma menina, eu quero uma menina... (MARIA, 2019).

Em consonância com os discursos de Bruno e Ana, a aluna Maria também compreende o gênero como sinônimo de sexualidade. Para isso, Maria enfatiza a construção da imagem masculina representativa da heteronormatividade, a partir da repetição “*vou querer um cara, vou querer um homem... eu quero um homem*”, em oposição à pouca importância que dá à descrição do tipo de menina com quem ela afirma que ficaria. A afirmação da identidade de gênero masculina em homens heterossexuais permite entrever que Maria estabelece uma relação dialógica com o discurso da supremacia masculina do homem-macho, do cara, do viril, do homem que é homem, em oposição a todos os outros homens que, ainda que sejam heterossexuais, não correspondem ao que é ilustrativo do polo hegemônico de representação da masculinidade. Nas palavras de Louro (2014, p. 52) sobre a necessidade de polarização dos gêneros: “homens que se afastam da forma de masculinidade hegemônica são considerados *diferentes*, são representados como *o outro é*”.

Além disso, Maria constrói o seu discurso com ênfase no padrão de masculinidade em oposição ao discurso sobre a mulher (com quem ela afirma que ficaria), sobre quem ela silencia. A opacidade de seu discurso, portanto, permite observar uma mulher que não precisa ser descrita, porquanto sua identidade não precisa ser posta em questão. Tendo em vista que o padrão feminino já é dado de antemão e, sendo naturalmente subordinado ao masculino, não é necessário questioná-lo. A mulher, no discurso de Maria, é o *outro* gênero.

Em suma, a partir da compreensão de que, no âmbito privado da maior parte dos alunos entrevistados, os conceitos de gênero e sexualidade estão intrinsecamente relacionados, é possível antecipar que semelhante compreensão do tema pode vir a aparecer também na esfera pública, nas escolas onde esses futuros professores atuarão, visto que “esses produtos ideológicos formados preservam constantemente a mais viva ligação orgânica com a ideologia do cotidiano” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 213).

Refletindo sobre a compreensão que cada aluno demonstrou acerca da relação gênero/sexualidade, foi possível notar que a sexualidade dos alunos não interfere necessariamente no seu conhecimento acerca dos conceitos de gênero e sexualidade. Podemos citar os alunos Bruno, Ana, Maria e Kaio para ilustrar esse aspecto: os três primeiros se identificaram como heterossexuais, enquanto o último se identificou como bissexual, sendo que todos refletiram a confusão entre os termos gênero e sexualidade, mas refrataram, cada um à sua maneira, a complexidade que o tema gênero carrega. Apenas Mauro, que se identificou como homossexual, apresentou uma concepção divergente dos demais sobre o tema.

Tais visões demonstram que, independente da identidade de gênero e da sexualidade do aluno em formação, os alunos apresentam compreensões diversas sobre a temática. Acreditamos que isso aumenta a possibilidade desse futuro professor não saber lidar com situações que possam envolver gênero e sexualidade no ambiente escolar.

Assim, pensando sobre a visão que a maior parte dos alunos apresentou sobre o conceito de gênero e sua relação com a sexualidade, fizemos um levantamento acerca de como esses conhecimentos são abordados na escola e na universidade e de que forma eles poderiam ser otimizados. Uma das questões feitas sobre esse aspecto foi a seguinte: “Na sua opinião, tratar do tema ‘diversidade de gênero’ na escola, é delicado? Por quê?” e como resposta de grande parte dos entrevistados, obtivemos um “sim”, justificado pelo ambiente conservador que ainda cerca a escola, em especial o meio político e também pela falta de familiaridade que os alunos podem ter com a temática⁸.

Tal ausência de discussões ocorre também no ambiente acadêmico, onde o espaço para debates sobre a temática parece estar restrito a algumas palestras ou minicursos, ou mesmo nas aulas das disciplinas, no entanto de maneira muito pontual. Essa ausência é acentuada nos

⁸ A discussão sobre a abordagem de gênero na escola é bastante complexa e pertinente, porém ultrapassa os objetivos deste artigo. Por isso, optamos apenas por mencionar a resposta dada nos questionários, como forma de apresentar, de maneira rápida, a visão que os alunos da graduação em letras da UEPB possuem sobre a temática, a fim de contextualizar a importância de abrir mais espaço para as discussões sobre gênero na universidade.

cursos de língua espanhola e língua inglesa da UEPB, conforme destaca claramente o aluno

Roberto:

Pesquisadora – Em relação a...é, por exemplo, o fato de você estudar isso (gênero e sexualidade) ...isso já tem alguma cadeira ou foi uma iniciativa sua mesmo, que você quer pesquisar?

Roberto: Não, se você for olhar a grade curricular do curso de espanhol, inclusive é algo que eu analiso no meu projeto, não a grade curricular, mas que a grade curricular entra na discussão justamente porque, por exemplo, eu sei que em português tem duas cadeiras que discutem sobre gênero... que tem diversidade e literatura e gênero. Então tem duas cadeiras que discutem sobre gênero. Se você analisar o currículo de letras/espanhol e de letras/inglês você vai ver que não tem nenhuma cadeira que discuta sobre a temática. (ROBERTO, 2019).

Dessa forma, percebe-se que as discussões sobre gênero, nos cursos de letras (línguas estrangeiras) do *campus I* da UEPB, ainda não conquistaram um espaço significativo e, quando há espaço para tais discussões, como em minicursos, palestras ou seminários, isso não ocorre de maneira contínua. Por essa razão, é urgente que a universidade se posicione ativamente em relação ao espaço que precisa ser dado à discussão sobre diversidade de gênero, como forma de garantir uma formação de professores mais inclusiva e igualitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, tivemos o objetivo de apresentar e discutir sobre as perspectivas que os alunos de Letras da UEPB (*campus I*) possuem sobre o conceito de gênero e de que maneira essa compreensão pode influenciar na sua formação enquanto futuros professores do ensino básico. Para isso, após a exposição da metodologia que norteou a pesquisa, fundamentamo-nos teoricamente a partir das contribuições da Teoria/Análise Dialógica do Discurso e dos estudos de gênero. Em seguida, passamos à análise dialógica do discurso de excertos das entrevistas realizadas com alguns estudantes de letras/inglês e letras/espanhol do *campus I* da UEPB, a fim de compreender os sentidos que circulam sobre gênero a partir das categorias de significação, tema, dialogismo, compreensão ativa e responsiva e ideologia do cotidiano.

Através de análise dialógica desses discursos, percebemos que o gênero ainda é um conceito nebuloso para grande parte desses alunos, sendo por vezes confundido com o conceito de sexualidade. No âmbito da ideologia do cotidiano, que aflora nos discursos dos alunos a partir da reflexão sobre uma questão de suas vidas privadas, os alunos entrevistados deixaram entrever que ainda refletem o conceito de gênero com base em sua significação dicionarizada. Não obstante, cada aluno refrata, à sua maneira, a compreensão do tema.

O distanciamento entre a reflexão sobre a temática na vida cotidiana e as teorias sobre gênero que circulam no âmbito acadêmico (lugar da grande ideologia, dos sistemas ideológicos constituídos) aponta para a necessidade de ampliação da discussão sobre gênero na própria universidade, inclusive nos cursos do Departamento de Letras e Artes da UEPB. Essa necessidade é respaldada pelos próprios alunos que, ao serem questionados sobre a importância de tais estudos em sua formação, aparentam estar dispostos a discutir a respeito e reconhecem a sua importância para o futuro cotidiano nas salas de aula do ensino básico.

Ainda que o curso de letras/português do *campus* I da UEPB apresente, em sua grade curricular, duas disciplinas que envolvem a discussão sobre gênero, conforme o aluno Roberto mencionou, consideramos que ainda não há espaço suficiente para essa discussão no referido curso, sendo urgente a incorporação de disciplinas nos cursos de letras/inglês e letras/espanhol. Desta maneira, os estudos sobre gênero parecem atender às buscas individuais de estudantes e pesquisadores, mas ainda carecem de institucionalização nos cursos de letras.

Defendemos que, da forma descontínua ou silenciada como o gênero é tratado, não haverá avanço no que concerne a uma formação de professores mais inclusiva e aberta à diversidade. Dessa maneira, com respeito à temática, é preciso extrapolar a discussão do âmbito privado e dos interesses individuais (ideologia do cotidiano) para atingir o ambiente público, uma vez que os sistemas ideológicos constituídos são interpenetrados pela ideologia do cotidiano. Acreditamos que, assim, a partir de uma universidade aberta à discussão sobre gênero, os futuros professores estarão melhor preparados para lidar com a diversidade nas escolas, assumindo uma postura mais inclusiva.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **Língua, linguagem, linguística: pondo os pingos nos ii**. São Paulo: Parábola, 2014.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: A experiência vivida**. Tradução Sérgio Milliet. 5ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BRAIT, Beth. Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. In: _____. **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

_____. Teoria/Análise Dialógica do Discurso. In: BRAIT, B. (org.). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2008.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. 3 Ed. São Paulo: nVersos, 2015.

CORRÊA, M. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. Dossiê: feminismo em questão, questões do feminismo. *Cadernos Pagu*, nº 16, 2001, p. 13-30.

DICIONÁRIO AURÉLIO ONLINE. **Significado de Gênero**. Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/genero>. Acesso em: 14 de Jul. de 2019.

DICIO: DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. **Significado de Gênero**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/genero/>. Acesso em: 14 de julho de 2019.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem & Diálogo**: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

PORTO, L. M. F. **Manuais do cuidador**: uma abordagem Ergolinguística do envelhecimento humano. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Letras e Artes. Recife: UFPE, 2015.

PORTO, L. M. F.; SILVA NETO, J. M. Compreender Gênero no curso de Licenciatura em Letras: uma questão necessária à formação de professores. In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEPB: Sociedade, Educação, Ciência e Tecnologia. **Anais**, Campina Grande, v. 25, p. 520, 2019.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. Ed. – São Paulo: Cortez, 2007.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e Filosofia da Linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.



TRANSMASCULINIDADES E COGESTÃO DOS DADOS ON-LINE: GÊNERO E SUBJETIVIDADE NO FACEBOOK¹

Sérgio Rodrigo da Silva Ferreira²

RESUMO

Qual a relação entre os entendimentos de si como sujeito generificado e a autogestão dos dados nas plataformas de redes sociais? Propomos relacionar tal entendimento de si de homens trans e pessoas transmasculinas com a tecnologia no processo de escrita de si na ambiência digital, levando em conta suas possibilidades técnicas, e ainda o relacionar-se com o outro nesses espaços. Objetiva-se apresentar os atravessamentos discursivos entre as negociações de se colocar como sujeito on-line possuidor de um gênero e ações de (des)indexação e de gerenciamento de sociabilidades no ambiente digital. Por meio de conversas on-line (entrevistas semiestruturadas) com usuários transgêneros do Facebook é que chegamos a um entendimento de passabilidade – ser lido como sujeito cisgênero (aquele que se identifica com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer) – e como ela articula os dispositivos do gênero na rede social. Assim são apontados como estratégias de gestão de dados: a ocultação de fotos, exclusão de postagem por mudança de posicionamento, exclusão de perfil em rede social antes da transição – inclusive porque os sistemas não permitiam troca de nome –, evitar ser fotografado, bloquear e excluir pessoas transfóbicas, escrita de texto pedindo respeito e controle de acesso aos conteúdos. Os resultados levam a processos de desindexação de dados dos resultados na busca de redes sociais on-line e negociações na cogestão dos limites da privacidade na qual se procura constituir uma rede com pessoas de perfil similar em relação a opiniões e posicionamentos. Assim, temos homens que nos ambientes digitais vivem sua transgeneridade com pessoas que a respeitam nas quais o apagamento desse aspecto de suas vidas não se torna necessário.

Palavras-chave: Tecnologia digital, Comunicação on-line, Subjetividade, Transmasculinidade, Gênero

INTRODUÇÃO

Qual a relação entre os entendimentos de si como sujeito generificado e a autogestão dos dados nas plataformas de redes sociais? Como ter seu corpo lido socialmente pelo gênero que quer expressar é vivenciado por homens trans e sujeitos transmasculinos usuários do Facebook? Como tal questão infere no fato que esses sujeitos publicizam sua transgeneridade? Qual a política de exposição de si adotada pelos sujeitos? Como gerenciam as interações e os acessos de terceiros aos seus conteúdos? Há alguma relação entre usos e entendimentos de si? Há alguma diferenciação entre o revelar sua condição trans on-line e off-line?

¹ Esta é uma versão um pouco ampliada do texto anteriormente publicado no XV Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult), acontecido em Salvador-BA, em agosto de 2019 (FERREIRA, 2019).

² Doutorando em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia, pesquisador do Grupo de Pesquisa em Gênero, Tecnologias Digitais e Cultura (GIG@) e bolsista Fapesb. E-mail: sergiorodrigosf@gmail.com



Buscando responder essas questões no sentido de buscar o vínculo entre discurso e práticas de si e de relação com o Outro é que ao pesquisar como pessoas transmasculinas³ se inserem em processos de digitalização de si no Facebook, nos interessou entender como expressar publicamente ou não sua transgeneridade influi em práticas de gestão de si e dos dados sobre si no ambiente on-line. É nesse sentido que este artigo quer responder quais são as relações entre entendimentos de si e do próprio gênero e práticas de autogestão nas plataformas de redes sociais on-line, mais especificamente no Facebook, tendo em vista suas possibilidades técnicas. Trabalharemos assim os atravessamentos discursivos entre as negociações de se colocar como sujeito on-line possuidor de um gênero, modos de entender o que se convencionou chamar de *passabilidade* e ações de (des)indexação e gerenciamento de sociabilidades. A passabilidade, que é a característica de sujeitos transgêneros passarem por sujeitos cisgêneros⁴, trata sobre a habilidade de conseguir apagar marcas ao máximo do seu sexo imposto ao nascer e colocar em si características sociais da identidade de sexo ao qual deseja ser reconhecido. É quando “se performatiza uma suposta continuidade entre sexo, gênero e desejo; isto é, quando a heterossexualidade está em sua plena performance de inteligibilidade” (DUQUE, 2017, p. 39) Este trabalho apresenta parte dos resultados da pesquisa em andamento para a tese de doutorado realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia.

A proposta deste trabalho é a de, portanto, pensar as transmasculinidades em processo de digitalização de si nas redes sociais on-line através de enredamos nos debates teóricos das tecnologias e do gênero. O trabalho de coleta de dados consistiu em entrevistas semiestruturadas com 14 homens trans e pessoas transmasculinas feitas digitalmente nas quais eles foram interpelados sobre *Subjetividade trans, Acessos e usos, Exposição de si e Saberes, redes de apoio e produções coletivas*. Para este trabalho⁵ procuramos recuperar das falas desses sujeitos suas noções de passabilidade e as estratégias digitais de indexação e desindexação de si no relacionamento com o outro por meio do Facebook estabelecendo negociações sociotécnicas de limites no que se refere a ações de diferenciação de público e de publicações sobre suas questões de gênero.

³ Aqui entendemos como pessoas que não estão em conformidade com o gênero que lhes foram atribuídas ao nascer e que se constituem como sujeitos socialmente no espectro das masculinidades.

⁴ Cisgênero é aqui entendido como aquele indivíduo que está em conformidade com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer, em processo de identificação e assujeitamento a norma culturalmente estabelecida a si. Também chamado de modo abreviado de “cis”.

⁵ Já introduzimos o assunto da relação entre passabilidade e manejo dos próprios dados on-line a partir de um estudo de caso o qual discutimos em outras ocasiões (FERREIRA, 2017; FERREIRA, 2018).

Dialogamos com a metodologia genealógica de Foucault no sentido de dedicarmos atenção aos discursos dos sujeitos enquanto produção de verdade e enquanto efeitos de poder em processos biopolíticos e aqui os pensando no lugar da resistência, de produções de si e de se afirmar na sua subjetividade. A categoria biopolítica nos escritos de Foucault, na leitura de Laura Bazzicalupo (2017), oscila entre um “viés racista e tanatológico e conjuntura governamental econômica” –, ou seja, na própria lógica e exercício da governamentalidade em criar o diferente, o outro, o inimigo, e de controlar aspectos da vida e da morte, levando em conta os dispositivos de segurança e controle do biopoder –, mas também em um outro viés em que há “uma biopolítica como afirmatividade potencial da relação vida-poder” (p.36). Essa segunda interpretação é a que nos interessa aqui, na qual há uma apropriação do conceito de biopolítica em seu aspecto afirmativo e vitalista, a vida como fundamento de uma prática política em que os sujeitos estão imbuídos de poder de resistência ao biopoder que o governa e que se expressa na potência de subjetivações (BAZZICALUPO, 2017). Trabalhamos assim por meio de um conceito de processo de subjetivação no qual os sujeitos estão a lidar com as normas sociais e se constituir em relação a ela, ora se assujeitando, ora se rebelando.

Consideramos significativamente a gerência das tecnologias nesses processos biopolíticos. Fazemos isso juntamente com Donna Haraway (2009), que faz uma dobra nos trabalhos de Foucault, quando ela afirma que estão colapsadas as fronteiras entre corpo e máquina, nos apontando como as relações sociais da ciência e da tecnologia nos convidam a entender os sistemas históricos e as relações estruturadas entre pessoas e máquinas como fontes renováveis de poder e assim também fontes renovadas de análises e de ação política.

Considerando a agencia da tecnologia, nos interessa também o conceito de *Escrita de Si* aqui reconfigurado como *Digitalização de Si* (FERREIRA; NATANSOHN, 2018). Para Foucault (1992) ao escrever sobre si o sujeito não está apenas reproduzido movimentos internos ou uma descrição literal de si, mas está efetivamente fazendo um exercício que é um processo de criação de si, de elaboração de si, de constituição de si como sujeito; escrever sobre si, assim, seria um processo de subjetivação. Aqui pensamos essa escrita inserida nos contextos digitais, desse modo, essa escrita enquanto subjetivação é também um processo de conversão de si em linguagens distintas quando concebemos o dispositivo digital com todas as suas características, em todos os seus formatos.

Se levarmos em consideração a questão das redes sociais on-line, essa escrita também se conforma a linguagem e aos espaços dados pelo dispositivo tecnológico e está implicada em relações de poder que a perpassam. Podemos citar como exemplo a

arquitetura desses sistemas, suas leis internas e até mesmo seus mecanismos ilegíveis, seus algoritmos, que conduzem a certas leituras e a certas interações, inseridas numa conjectura geral de mercantilização e controle da produção dos dados dos sujeitos por grandes empresas transnacionais. Ao se digitalizar, o sujeito, junto com a relação à outridade digital, constrói um corpo digitalizado e temos que entendê-lo

como o próprio corpo daquele que, ao transcrever as suas leituras, se apossou delas e fez sua respectiva verdade: a escrita transforma a coisa vista ou ouvida “em forças e em sangue”. Ela transforma-se, no próprio escritor, num princípio de ação racional (FOUCAULT, 1992, p.144).

Por meio dessa inscrição relacional que o sujeito faz nas redes ao digitalizar-se é que ele constitui um “passado” que pode regressar por meio dos dados enredados digitalmente, no qual compõe sua própria persona digital mediante a recolocação de coisas ditas e indexadas a si, unindo fragmentos heterogêneos por meio de sua subjetivação no exercício da escrita pessoal e do outro em relação a si. Essa persona que se constitui com os dados indexados a ela possuem persistência na rede, replicabilidade, escalabilidade e buscabilidade, bem como uma dinâmica com audiência invisível, contextos colapsados e a fluidez entre o público e o privado (BOYD, 2011). É ali, entretanto, que o sujeito pode contrastar “a autoridade tradicional da coisa já dita com a singularidade da verdade que nela se afirma e a particularidade das circunstâncias que determinam os usos” (FOUCAULT, 1992, p.142).

Aos modos de Haraway, essa escrita dos sujeitos não está sobre seu total domínio. Além das questões de recepção, o próprio sistema em que estão inseridos exerce um controle sobre o conteúdo, sendo este controle formulado “em termos de taxas, custos de restrição, graus de liberdade. Os seres humanos, da mesma forma que qualquer outro componente ou subsistema”, são “situados em uma arquitetura de sistema cujos modos de operação básicos”, são

probabilísticos, estatísticos. Nenhum objeto, nenhum espaço, nenhum corpo é, em si, sagrado; qualquer componente pode entrar em uma relação de interface com qualquer outro desde que se possa construir o padrão e o código apropriados, que sejam capazes de processar sinais por meio de uma linguagem comum (HARAWAY, 2009, p. 62).

Neste sentido, ao procurar estabelecer os processos de digitalização de si de sujeitos que não estão em conformidade com as normas de gênero que inicialmente foram estabelecidas para si é que, inicialmente, apresentaremos como os interlocutores da pesquisa, os treze homens trans entrevistados, têm entendido sua relação com o gênero a partir do dispositivo da passabilidade, e, em um segundo momento, descrever o gerenciamento de seus dados em seus perfis pessoais, bem como o acesso a eles, para que, posteriormente, inter-

relacionemos a apropriação da tecnologia e seu agenciamento nos processos de relacionamento on-line no Facebook e as questões de gênero.

PASSABILIDADE E TRANSMASCULINIDADES

Simone Ávila (2014) nos aponta que não há um modelo universal de transmasculinidade, elas são maleáveis e estão em constante produção. Porém, ao produzir uma masculinidade em corpos distintos aos corpos cisgênero essas performatividades de gênero tornam-se um desestabilizador de masculinidades hegemônicas. Elas estão, assim, a alargar nossos entendimentos sobre gênero e sexualidade ao confrontar a norma estabelecida.

Já *passabilidade* (de “passar por”) enquanto a característica de sujeitos trans passarem por sujeitos cisgêneros, conseguindo apagar marcas do gênero imposto ao seu nascimento e de inocularem em si características do gênero com o qual se identificam e desejam ser reconhecidos, lidos como. *Passar*, desse modo, na perspectiva do gênero, diz respeito àquela pessoa que é percebida pelo gênero que deseja ser lida. Essa é uma ação que aponta para produção social do gênero quando tais sujeitos trabalham sua imagem, sua gestualidade, as inflexões de fala, modos de agir e se apresentar, – através ou não do uso de hormônios, próteses, cirurgias, práticas de atividade física, faixas de compressão, cortes de cabelo, uso de maquiagem, etc. –, ou seja, uma série de elementos culturalmente dados que imputam marcadores de gênero a um corpo.

Quando nós falamos especificamente sobre a questão da passabilidade – o que, de modo geral, nós entendemos como prática performática do gênero (DUQUE, 2017), enquanto um certo platô que uma pessoa trans atinge para ser lida como uma pessoa cisgênera –, no espectro das transmasculinidades, ela aparece de modo muito próprio, tendo em vista que os efeitos da hormonização sobre os corpos, notadamente a testosterona, que rapidamente marca um corpo como masculino e garante uma leitura de terceiros do sujeito enquanto homem (inclusive quando confrontamos as maneiras como sujeitos a significam em suas vidas e em relação a si e ao outro e como isso atravessa suas vivências no espaço on-line).

Ao pensar as vivências de passabilidade no espectro das transmasculinidades, Pol Galofre (2014) relata os atravessamentos dessa experiência em sua vida ao mostrar a ambivalência dessa característica na sua própria experiência enquanto homem trans, quando

(83) 3322.3222

ele enfim se dá conta que ele “passa”. Um dia ele foi parado na rua e cantado por um homem cisgênero gay e esse lugar do desejo do outro evidenciou para si que ele havia cruzado a linha da passabilidade do homem trans, que, segundo ele, de um lado se parece com uma sapataõ caminhoneira (uma mulher cisgênera lésbica e masculina) e do outro, com um homem cisgênero. Galofre revela os processos pessoais da transição e de experimentar a passabilidade e o que ela traz enquanto reflexão de uma masculinidade hegemônica experimentada por um homem trans branco europeu:

Aí está. Consegui. Eu passo. O que aconteceu? Eu passo enquanto menino. Que conceito horrível. Não era para ser "eu sou um menino"? Mas que menino? Eu nunca serei um garoto cis, eu sou um garoto trans. E eu amo isso, eu não mudaria isso, é como me sinto melhor. Mas agora eu passo. Eu passo como um garoto cis com tudo o que isso implica (GALOFRE, 2014, on-line, tradução nossa).

Entre as questões trazidas por Galofre está por um lado a sensação de sentir-se mais seguro ao andar nas ruas e de experimentar os privilégios de ser homem e por outro, o processo de apagamento da sua condição trans, bem como começar a ser lido como um potencial agressor pelas mulheres.

Hoje existem discursos fortemente defendidos pelos movimentos trans que pleiteiam outros modos de se (re)(a)presentar para além da passabilidade por eles entendida como um processo de invisibilização da condição trans. Sandy Stone (2015) questiona a ideia de que as pessoas transexuais devem desaparecer como tais para passar despercebidas como mulheres e homens cisgêneras. Para a autora é impossível lançar um contradiscurso que fosse capaz de dizer verdades aos poderes médico-legais dos prejuízos sociais que tanto limitam a vida dos sujeitos trans, se esses sujeitos estão programados a desaparecer. Para Stone, ao invés disso, as pessoas trans deveriam sair e intervir criticamente na construção do que significa transexualidade. Como Leslie Feinberg, Stone entende que a luta trans é resignificar o gênero e mostrar que ele possui um espectro que inclui muitos tipos de minorias de gênero e que todas elas necessitam unir-se para combater os discursos e práticas do heteropatriarcado capitalista (STRYKE, 2015).

Entretanto, num contexto de violência e estigmatização transfóbica como em muitos locais do Brasil passar por pessoa cisgênera se mostra como uma estratégia de sobrevivência para sujeitos trans. Se, como conceitua Marta Lamas (2014), gênero é a maneira pela qual as sociedades simbolizam a diferença anatômica dos corpos, nessa lógica cultural atua como força subjacente da desigualdade de tratamento entre homens, mulheres, heterossexuais, homossexuais, cisgêneros, transgêneros, muitas vezes ela se traduz socialmente em

discriminação e violência por conta da diferença em torno da sexuação, identidade sexual e práticas sexuais.

Nas conversas com nossos interlocutores essas distintas dimensões da passabilidade aparecem nas vivências dos homens trans com os quais conversamos. Eles apontam a importância de se passar por cisgênero por questão de segurança, por não precisar ficar se afirmando e se explicando enquanto sujeitos trans, como um fator de aumento da autoestima (justamente por ser lido como aquilo que é), por ser reconhecido em seu gênero e pelo seu corpo tomar forma daquilo que deseja ser.

João Hugo, 25 anos, fotógrafo, ativista e estudante universitário apontou a questão da segurança como um fator de importância para a passabilidade, bem como que a questão de seu gênero não necessariamente ser tema de discussão:

Para mim a passabilidade é uma questão de segurança. Você não se apresenta 'oi, eu sou Sérgio, eu sou cis', sabe? Quer dizer, eu acho que você é cis, né? Se você for você não se apresenta 'oi, eu sou Sérgio, sou cis'. Então eu não preciso me apresentar 'oi, eu sou João, sou trans', sabe? Eu sou João e acabou. E a passabilidade te dá isso, essa possibilidade de você não ficar necessariamente o tempo todo dizendo que você é trans, porque as vezes você pode estar em lugares que podem te colocar em risco de violência.

Por outro lado, os homens trans também apontam aspectos negativos da passabilidade que é vista como uma questão de privilégio a poucos que têm acesso – o que significa condições financeiras para comprar hormônios, fármacos, ter acompanhamento médico, fazer cirurgias e frequentar academias – e também entendida como demanda das pressões estéticas para se encaixar nos padrões da sociedade. Além disso, ela seria enviesada por questões de classe, raça, sexualidade e eficiência:

Enxergo a passabilidade como um privilégio, acima de tudo. Até porque, para conquista-la, uma pessoa trans precisa passar por muitos processos que envolvem acessibilidade e dinheiro. Os custos psicológicos do dia-a-dia para nós, por si só, já são muito caros. Costumo dizer que a gente não transiciona só porque quer, mas porque a gente precisa. É uma questão muito, muito cotidiana de sobrevivência, principalmente durante o começo desse processo, e essas experiências vão gravitar de maneira muito pessoal; entra em questão outras competências como classe social, raça, sexualidade, deficiências, etc. (Joaquim, 23 anos, estudante de Direito).

A passabilidade é apontada ainda como ligada ao apagamento da condição trans de modo que o sujeito não é mais reconhecido dessa forma o que significaria para a causa trans uma perda:

Por um lado (a passabilidade) é algo que minimiza todo o sofrimento vivido anteriormente como reflexo do "não lugar". No meu caso eu era confundido antes da transição. De costas a achavam que era um cara de frente uma mulher. Então pra mim meio que foi um alívio as pessoas passarem enfim a me respeitar e me ler como eu me via. Agora por outro lado

existem questões que precisam ser expostas a sociedade. Eu gosto de sempre que possível dizer que sou transexual pras pessoas entenderem que pessoas como eu existem e resistem, que são pessoas normais que comem bebem caga que tem uma vida que precisam de trabalho e tudo mais. E acho que a passibilidade meio que inviabiliza esse rolê (Izah, 26 anos, produtor audiovisual e apresentador).

Na tabela 1, a relação das associações positivas e negativas sobre a passabilidade para os homens trans entrevistados:

ASPECTOS POSITIVOS	ASPECTOS NEGATIVOS
<ul style="list-style-type: none"> ● É uma questão de segurança; ● Não reafirmar-se e explicar-se com frequência enquanto trans; ● Aumento da autoestima; ● Ter a imagem daquilo que sente ser; ● Permitir ser respeitado no gênero que se afirma (inclusive no uso dos pronomes no masculino). 	<ul style="list-style-type: none"> ● É uma questão de privilégio daqueles que têm acesso (e dinheiro) a hormônios, fármacos, cirurgias e academias; ● É enviesada por questões de classe, raça, sexualidade e deficiência; ● Está ligada ao apagamento da condição trans; ● É resultado da pressão para se encaixar em padrões estéticos.

Tabela 1 – Aspectos positivos e negativos associados à passabilidade pelos homens trans entrevistados.

MANEJO DE DADOS E GERENCIAMENTO DE REDE DE HOMENS TRANS NO FACEBOOK

Esses sujeitos que estão a vivenciar de modo distinto o mostrar/esconder sua condição transgênera de acordo com os distintos ambientes e públicos, se mostram, de modo geral, no Facebook não modulando especificamente esse falar/mostrar sobre seu gênero, mas investem de modo distinto em um controle do ambiente e do acesso as pessoas aos seus dados.

É necessário evidenciar que a digitalização de si em rede invoca a diversidade das dinâmicas das distintas audiências, normas sociais (on-line e off-line) e funcionalidades técnicas que afetam os processos de divulgação, ocultação, dissimulação e interpretação de informações para um público enredado (BOYD, 2011). É nesse contexto que como num

processo de regulação de fronteira, ao construir sua própria espacialidade no ambiente digital, é que o sujeito gerencia o acesso dos outros aos dados pessoais, controlando até certo limite a informação, manipulando a profundidade, a quantidade de dados e a frequência das exposições de si (DERLEGA; CHAIKIN, 1977, PETRONIO, 2002) bem como o acesso a eles.

Enquanto ações de gerência em seus perfis no Facebook como controle de acesso ao conteúdo, nossos interlocutores elaboraram sobre atos de bloquear pessoas – geralmente associados ao impedimento de pessoas que são consideradas transfóbica as ou que tem posições políticas e opiniões distintas – de aceitar ou adicionar pessoas na rede social (calcada na decisão de aceitar apenas pessoas conhecidas e na verificação dos perfis antes de adicionar esses sujeitos), de restringir os acessos aos conteúdos no sentido de manter seus conteúdos apenas para seus amigos, manter os conteúdos no modo privado e postagens públicas com indicação de tratamento (de como quer ser tratado). Além disso, alguns desses homens falam sobre ações de deletar perfis fotos ou posts e publicação sobre o que considera ético para estar na sua rede social:

Deletei meu perfil antigo pq o fb⁶ não deixava eu usar nome social. Dai deletei e fiz um novo. E as fotos tbm estavam lá. Queria me livrar logo delas pra não piorar minha disforia (Berilo, 30 anos, nutricionista).

Nas minhas redes sociais, antes de apagar eu salvei algumas fotos e estão até hoje no meu Facebook. Eu gosto de olhar as vezes, lembrar de algumas coisas, eu não tenho como controlar, né?, porque, por exemplo, no Facebook de minha mãe está lá ativo até hoje, minha mãe encontra todas as fotos que ela pode, antigas. E tem umas fotos minhas lá que eu estou bem menininha, mas eu não tenho muitos problemas com isso não, sabe?, algumas pessoas até me mandam as vezes fotos comigo para comparar, “olha como você está diferente” e isso é legal. Sabe, eu não tive problema com isso não. E na rede social atual eu apaguei sim algumas fotos que eu tirava quando eu era pré-T⁷, mas eu apaguei em um momento de crise de disforia, eu estava muito disfórico, aí eu apaguei tudo (Nico, 20 anos, estudante de publicidade e propaganda).

A seguir a relação das ações de gerenciamento das redes referenciadas pelos sujeitos entrevistados:

ACÇÃO	DESCRIÇÃO
Bloquear	Bloqueia pessoas com ações transfóbicas e posições políticas e opiniões distintas.

⁶ Abreviação de “Facebook”.

⁷ Antes do uso da testosterona.

Aceitar/adicionar	Só aceita/adiciona na sua rede social on-line pessoas conhecidas. Verifica os perfis antes de adicionar (verificando posições e opiniões).
Restringir	Manter o acesso ao conteúdo apenas para amigos (privado). Alguma (pouca) troca de privacidade.
Deletar	Perfis, fotos e posts ou para se livrar de perfis com dados do passado ou por dificuldade de alterar o nome (política do Facebook).
Avisar publicamente	Publicação de posts sobre como quer ser tratado e declarando sua condição trans.

Tabela 2 – Ações de gerenciamento do perfil do Facebook dos homens trans entrevistados.

Importante notar que abordamos o manejo de dados também ao descrever a relação entre o dado digital e a memória subjetiva ao relacionar a edição do passado na rede e o controle de acessibilidade das informações sobre si nos espaços virtuais nos quais as noções de público e privado estão colapsadas (pela característica inerente do meio). Ao tratarmos dessa materialidade que é o dado digital que fala sobre o sujeito, pensamos em informações que estão nesse lugar específico que é a rede social, seus sujeitos e seus formatos. Percebemos que no caso de nossos interlocutores há uma valoração por parte deles de seu processo de transição e neste sentido parte dos dados com seu passado (quando ainda vivia com o gênero designado ao nascer) digital é preservado para fins de comparação, para demarcar uma narrativa de antes e depois. Entretanto alguns sujeitos preferem não ter acesso e nem permitem que outros tenham, a essas imagens, pois elas estariam associadas a um desconforto por suas marcas de gênero as quais não se identificam.

O fato é que ao tratar de memória e tecnologia pensando especificamente a vontade de ter aspectos de sua vida esquecidos ou relevados pelo outro, estamos falando sobre informações que são copropriedades junto a outros e nesse sentido fora do controle pleno do sujeito. Portanto o que

se discute ao mencionar o direito ao esquecimento é a possibilidade de desindexar certos termos dos resultados de provedores de busca. Isso porque os provedores de busca são os

meios utilizados para se localizar, na rede mundial de computadores, o conteúdo desejado e, portanto, a remoção desses resultados representaria efetiva barreira ao acesso de determinada informação (SOUZA; LEMOS, 2016, p. 123).

É desse modo que tratamos dos dados sobre si como um processo de indexação e desindexação ao corpo digital dos sujeitos. Os dados digitais são materialidades que dizem coisas sobre si, algumas que não necessariamente dizem respeito àquilo que expressa sua condição atual. A indexação de conteúdo on-line se torna um problema devido à complexidade (de formatos e tipos) e quantidade dos dados presentes nos ambientes digitais e a necessidade de classificá-los e recuperá-los. Desse modo, os motores de busca leem os conteúdos da rede indexando-os automaticamente, classificando-os por relevância, usando como parâmetros análises dos links, acessos, termos e outros. Esse processo vai vinculando uma série de dados e associando pessoas, territórios, imagens em diferentes tempos por critérios que a máquina considera de relevância. Desse modo, desindexar é romper com as ligações entre determinado dado com outros classificados e recuperados pela máquina, sendo que por dado podemos entender um agente humano.

No caso de sujeitos trans, o direito a desindexação se emparelha com a questão da passabilidade quando o atual sujeito que se apresenta com determinado gênero quer se desassociar do seu passado qualquer dado que se refira ao período em que vivia com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer. A fronteira borrada entre público e privado, a copropriedade desses dados (com outros perfis/usuários e com a própria plataforma) e o fato dos usuários deixarem de reconhecer a audiência total de seus dados são preocupações com privacidade que podem servir de obstáculo ao envolvimento de digitalização de si por sujeitos trans.

A prática está associada a formas de tecnológicas que garantem que boa parte dos eventos de nossa vida sejam registrados (*lifelogging*), tomando a forma de dispositivos que servem para documentar, registrar, traduzir e qualificar o cotidiano da vida (PUAR, 2017). Os eventos são, nesses dispositivos, orientados por dados informativos e experienciais, a digitalização da informação circulando entre a memória e o arquivamento. Jasbir Puar (2017) nos dirá que tais tecnologias são usadas para supervisionar nossa capacidade, o que, na questão que trazemos aqui, incluiria a própria capacidade de passar.

É nesse sentido que plataformas de redes sociais como o Facebook, do ponto de vista da subjetividade, atuam como dispositivo de vigilância que regula a formação de sujeitos, tornando-se parte integrante do que significa se tornar um sujeito na contemporaneidade. Elas

imputam práticas ciborgues que colapsam as fronteiras tradicionais entre público e privado, tencionam os afetos sobre os corpos, alteram forma de atenção, prática e repetição (PUAR, 2017). Puar (2017) sugere que tais plataformas poderiam ser usadas de forma mais generosa de experimentação e auto-elaboração sexual e corporal, em vez de amplificar a normatização dos corpos.

Enquanto resultado de pesquisa percebemos que nos espaços digitais os homens trans entrevistados vivem plenamente sua transexualidade, tendo assim como principal estratégia de autoproteção na rede a própria constituição dessa rede, ao pensar quem pode estar presente nela e quem pode ter acesso a ela. O principal atributo na escolha daqueles que podem estar presente diz respeito à liberação de acesso a pessoas que aceitem a condição transgênera do usuário e que compactuam com suas ideias e opiniões sobre política e comportamento. Nesse sentido, não há preocupações sobre diferenciação de público, já que este se dá na própria constituição dessa rede por meio de permissões de visualização e exclusões daqueles que não se encaixam no perfil ideal. Nesse sentido, a questão da passabilidade aparece mais como conteúdo desses ambientes do que como estratégia de convivência relegada mais a ambientes off-line.

CONCLUSÃO

As plataformas digitais criam espaços de trocas que são propícios as trocas de experiências vividas pelos corpos trans e enredamentos que permitem a criação de saberes compartilhados, bem como experienciar distintas dimensões da subjetividade. No entanto, mesmo que tecnicamente exista a possibilidade de desindexação de certos conteúdos, parte deles, por estarem em caráter de copropriedade, são um empecilho para alguns sujeitos que gostariam de se livrar de parte do conteúdo on-line sobre suas vidas pré-transição. Performances de *passabilidade* enquanto processo de dissimulação da condição trans do sujeito em certos contextos sociais se configuram como estratégias de sobrevivência ao rechaço e à discriminação em sociedades transfóbicas. Ao mesmo tempo tal processo aponta para a característica performática do gênero, inclusive, tanto quanto outras possibilidades de configuração de gênero, da própria heterossexualidade que é reiterada socialmente e expõe seu caráter de construção social. As relações que acontecem em ambientes digitais apresentam pouca possibilidade de controle de audiência e de se desindexar dados dos resultados de

provedores de busca e de redes sociais on-line. Gerenciar os limites das informações privadas sobre si é manejar, na medida do possível, seus rastros digitais e suas performances sociais em ambientes digitais, que sem presença física dos corpos é mediada e permanece. Assim as potências trazidas por essas tecnologias induzem a uma relação ética entre os coproprietários da informação em processos de co-gestão dos limites da privacidade de cada sujeito.

Por meio de conversas com homens trans e pessoas transmasculinas usuários do Facebook é que se chega a um entendimento de passabilidade que alguns consideram importante e positivo atingir um estágio de passabilidade por questão de segurança, por não precisar ficar se reafirmando e se explicando enquanto trans o tempo todo, pelo aumento da autoestima, por ter a imagem daquilo que sente ser e por permitir ser respeitado no gênero que se afirma, inclusive no uso dos pronomes no masculino. Por outro lado ela é vista também como uma questão de privilégio àqueles que têm acesso (e dinheiro) a hormônios, fármacos, cirurgias, academias. Também é enviesada por questões de classe, raça, sexualidade e deficiência. Além disso, o apagamento da condição trans e a pressão para se encaixar em padrões estéticos também foram apontados. Além disso, averiguou-se que como estratégia de gestão de dados exclusão e ocultação de fotos, exclusão de postagem por mudança de posicionamento, exclusão de perfil em rede social antes da transição, inclusive porque os sistemas não permitiam troca de nome, evitar ser fotografado, bloquear e excluir pessoas transfóbicas, escrita de texto pedindo respeito e controle de acesso aos conteúdos. Os resultados levam a desindexação de dados dos resultados de provedores de busca e de redes sociais on-line e na co-propriedade da informação e na co-gestão dos limites da privacidade procura-se constituir uma rede com pessoas de perfil similar em relação a opiniões e posicionamentos. Assim, temos homens que nos ambientes digitais vivem orgulhosamente sua transexualidade com pessoas que as respeitam, onde processos de passabilidade enquanto apagamento desse aspecto de suas vidas não se torna uma questão.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, S. N.. *FTM, transhomem, homem trans, trans, homem: A emergência da transmasculinidades no Brasil contemporâneo*. Tese (Doutorado em Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina. 2014.

BAZZICALUPO, L.. *Biopolítica: um mapa conceitual*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2017.

BOYD, D.. Social Network Sites as Networked Publics: Affordances, Dynamics, and Implications. In: PAPACHARISSI, Z. (org.). *A Networked Self: Identity, community and culture on social network sites*. New York: Routledge, 2011. p. 39–58.

DERLEGA, V. J.; CHAIKIN, A. L. Privacy and Self-Disclosure in Social Relationships. *Journal of Social Issues*, 33(3), 102–115. 1977.

DUQUE, T. *Gêneros Incríveis: um estudo sócio-antropológico sobre as experiências de (não) passar por homem e/ou mulher*. Campo Grande: Editora UFMS, 2017.

FERREIRA, S. R. S.. O Direito ao Manejo dos Próprios Dados, a Autodeterminação e a Passabilidade Trans: diálogos a partir de um relato. In: Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades, 2017, Salvador. *Anais do Enlaçando*, 2017. v. 1. p. 1-11.

FERREIRA, S. R. S.. A questão trans e o direito ao manejo dos próprios dados na rede: um relato exploratório narrativo e um mapeamento de relação-objeto. In: *Seminário Discente do PósCom (ComDis)*, 2018.

FERREIRA, S. R. S.; NATANSOHN, L. G. Digitalização de Si: algumas contribuições teóricas para entender o corpo em ambientes digitais In: *Congresso Internacional em Humanidades Digitais*, 2018, Rio de Janeiro.

FOUCAULT, M.. A Escrita de Si. In: _____. *O que é um ator?* Lisboa: Passagens, 1992. P. 129-160.

GALOFRE, P.. Pasar, ¡qué complicado!. *Pikara Magazine*. 24 mai. 2014. Disponível em <http://www.pikaramagazine.com/2014/05/pasar-que-complicado/>. Acesso 20 nov. 2018.

HARAWAY, D. J.. Manifesto Ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX . In: TADEU, T. (org.). *Antropologia do ciborgue : as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2009. p. 33-118.

LAMAS, M. *Cuerpo, Sexo y Política*. México DF: Ed. Océano, 2014.

PETRONIO, S.. *Boundaries of privacy: dialectics of disclosure*. Albany: State University of New York Press, 2002.

PUAR, J. K. *The Right to Maim: Debility, Capacity, Disability*. Durham-London: Duke University Press, 2017.

SOUZA, C. A.; LEMOS, R.. *Marco civil da Internet: construção e aplicação*. Juiz de Fora: Editar Editora assocaida Ltda, 2016.



STONE, S. El imperio contraataca. Um manifesto postransexual. In: GALOFRE, P.; MISSÉ, M. (org.). *Políticas Trans: una antología de textos desde los estudios trans norteamericanos*. Barcelona – Madrid: Editorial Egales, 2015.

STRYKER, S. Prólogo. In: GALOFRE, P.; MISSÉ, M. (org.). *Políticas Trans: una antología de textos desde los estudios trans norteamericanos*. Barcelona – Madrid: Editorial Egales, 2015.

VIOLÊNCIA E CRIMES DE ÓDIO NO CONTEMPORÂNEO: LGBT+ EM QUESTÃO.

Mauro da Silva de Carvalho ¹
Auterives Maciel Junior (orientador) ²

RESUMO

Ao nos depararmos com a violência e discriminação, muitas vezes de forma fortuita, impessoal e sem motivação clara, motivados pela forma dos sujeitos conceberem a si mesmo, sua identidade de gênero, sexualidade e afins, características que definem as LGBT+, nos deparamos, estupefatos, com explicações superficiais, descontextualizadas, noções naturalizadas ou conceitualmente vagas que pouco ou nada contribuem a compreensão deste fenômeno na atualidade. Partindo de um ponto em comum, presente na maioria das análises, o afeto de ódio surge como grande motivador dos crimes cometidos contra esta parcela da população. Por não conhecermos, para além da consciência, as forças que freiam na constituição dos afetos e sua relevância na construção dos contornos psíquicos daquilo que somos, tendemos considerá-los (o ódio em especial) como coadjuvantes de nossas ações, conduzindo-nos, via de regra, à explicações casuísticas, individualizadas e poucos consistentes que pouco ou nada contribuem para construção de outras formas de concebermos este tipo de violência na atualidade. Partindo da crítica aos pressupostos da centralidade da consciência/razão (em sua oposição aos afetos) pretendemos, a partir das contribuições Espinosa e Freud, redefinir a relevância dos afetos de forma a estabelecermos uma relação marcada não mais pela submissão e incompreensão, mas sim pela possibilidade de construção de uma ética que nos permita estabelecer outras formas de lidar com as forças que freiam no sujeito, possibilitando a construção de outros olhares, entendimentos e enfrentamentos do fenômeno da violência motivada pelo ódio e endereçada a parcelas específicas da população (LGBT+)

Palavras-chave: Violência, Afetos, Ódio, LGBT.

INTRODUÇÃO

Em junho de 2016 assistimos, estupefatos, pelos meios de comunicação mais uma chacina nos Estados Unidos. Diferente de outras tantas ocorridas neste país, essa nos chama a atenção devido a sua peculiaridade: o alvo era uma “boate gay”. Em um país onde crimes análogo ao ocorrido estão comumente associado a atos de terrorismo, este traz consigo a peculiaridade de ser considerado um crime de ódio motivado pela discriminação sexual ou de gênero.

1 Doutorando Bolsistas Capes do programa de Pós Graduação em Psicanálise, saúde e Sociedade da Universidade Veiga de Almeida (UVA)- RJ. maurosilvacarvalho@gmail.com;

2 Professor do programa de Pós Graduação Psicanálise, Saúde e Sociedade da Universidade Veiga de Almeida (UVA)- RJ, ;

Se considerarmos os marcos conceituais e consagradamente universais que versam sobre o direito à vida, liberdade e à segurança pessoal³ independentemente da raça, sexo, religião, etc, que permeiam nosso imaginário sobre o “processo civilizatório”, os discursos de indignação e o horror ante os fatos tornam-se previsíveis e naturais

Em declaração do conselheiro especial das Nações Unidas para a prevenção do genocídio, Adama Dieng⁴, firma ter ficado “particularmente enojado ao ouvir líderes religiosos elogiarem os assassinatos de membros da comunidade LGBT”, ao referir-se às declarações de alguns destes líderes, com destaque a manifestação de um em especial (não nomeado pela reportagem), que rotulou as vítimas como “perversas repugnantes e pedófilas” e pediu aos governos em todo o mundo “para executarem as pessoas LGBT”.

Em outro trecho da reportagem, Dieng afirma ainda que *“As minorias religiosas e sexuais estão sujeitas à discriminação, à violações dos direitos humanos e à violência em todo o mundo, incluindo nas sociedades pacíficas e democráticas”* e que em momentos de maior necessidade de *“compaixão e solidariedade”*, líderes políticos e religiosos tem se aproveitado da situação para manipular e disseminar discursos de ódio contra esta parcela da população.

Tanto na suposta, mas crível, alegada motivação da chacina da boate em Orlando quanto nos discursos subsequentes, motivo de repúdio pelo alto comissário da ONU, uma questão central nos chama a atenção: o ódio como motivador de crimes contra a vida e de violência física, psíquica e psicológica.

No Brasil atual a situação, a despeito do destaque e da proporção da chacina de Orlando, não se configura menos trágica. Segundo relatório de mortes violentas de LGBT+ no Brasil, elaborado pelo grupo gay da Bahia (GGB), no ano de 2018 foram notificados 320 homicídios e 100 suicídios, uma pequena redução de 6% em relação a 2017, quando registraram-se 445 mortes, número recorde nos 39 anos desde que o Grupo Gay da Bahia iniciou esse banco de dados⁵.

3Declaração Universal dos Direitos Humanos. Art. 2º.

4“Conselheiro especial da ONU condena ataque em Orlando e discurso de ódio contra comunidades LGBT”

Disponível em:

<https://nacoesunidas.org/conselheirospecialdaonucondenaataqueemorlandoediscursodeodiocontracomunidadeslgbt/> Acessada em 20/06/2018

5 População LGBT+ morta no Brasil: #Relatório GGB 2018. Disponível em <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2019/01/relatorio-2018-1.pdf>. Acessado em 18/09/2019. Relatório parcial por ocasião do dia Internacional contra homofobia. Morte de LGBT+ no Brasil. Janeiro a Maio de 2019.

Disponível em <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2019/05/relatorio-ggb-parcial-2019.pdf>. Acessado em 18/09/2019. Cabe ressaltar que tais dados se referem aos dados coletados pela Hemeroteca Digital do site

Em relatório recentemente divulgado (2016) os dados do disque 100 (Disque Direitos Humanos), da Ouvidoria do Sistema Único de Saúde (SUS), apontam que no país foram notificados no ano de 2018, 1685 denúncias de violações de direitos, número que apesar dos registros preocupantes de diversas ONGs LGBT+ sobre o aumento de violência verbal e física contra a população LGBT+ desde a última campanha eleitoral e nos primeiros meses do governo Bolsonaro, vem se mantendo constante, com pequenas variações, quando comparado com o número denúncias dos anos anteriores. Tal constatação também pode ser percebida na pesquisa realizada nos meios de comunicação, ressaltando-se a tendência, até maio deste ano (2019), da manutenção do patamar registrado nos anos anteriores.

Longe de podermos comemorar a manutenção de tais índices, cabe ressaltar o quadro crônico de subnotificação, onde as vítimas de violação muitas vezes preferem não expor sua condição, seja por medo de retaliação (perpetuação da violência), por autculpabilização (o que, de certa forma, nos dá pistas para entendermos o elevado número de suicídios), pela dificuldade em diferenciar a violência em geral desta em particular.

Quando observamos os dados das denúncias destinadas ao Disque 100⁶ um dado nos chama a atenção e corroboram a contatação acima. Quando acompanhamos a série histórica iniciada em 2011, há uma interessante e insuspeita modificação na identificação dos violadores. Se no início da série o maior número de denunciados era de “Desconhecidos” (74,83%), com os anos ele decai constantemente, chegando ao ano de 2018 com apenas 3,45% dos casos notificados. A notificação dos violadores na categoria de “Não Informado”, por outro lado, cresceu de forma inversa, saindo de 8,48% em 2011 para 32,63% em 2018, donde podemos supor que, a despeito de alguma mudança na forma de categorização dos dados, as vítimas têm optado cada vez mais em não informar nenhuma característica que permitam, de alguma maneira, identificar o possível agressor e sofrer retaliações, criando perpetuando um círculo de violência.

Partindo para um recorte mais específico dos dados presentes nos referidos relatórios, nos ateremos aos casos de violência, em especial a física e psicológica, e de discriminação, pois além de serem prevalentes nos casos de denunciados, nos é clara a relação intrínseca entre eles e o afeto de ódio, foco de análise deste artigo. Neste sentido, os dados dos órgãos

homofobiamata.wordpress.com que elaboram relatórios sobre baseados em informações coletadas em 82 veículos de comunicação, incluindo Jornais, Noticiários da TV, Agências de notícias, Blogs, Facebook, Whats App, Buscadores e sites de pesquisa da Internet, Portais, Rádios, Informação pessoal de parentes e conhecidos, Registro Policial.

⁶ Serviço prestado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e que visam denunciar violações de direitos humanos já corridas ou em curso.

oficiais apontam que do total de notificações em 2018 são de discriminação (quanto a orientação sexual, identidade de gênero, de gênero, etc.) 70,26%, violência psicológica (humilhação, hostilização, ameaça, etc.) 47,95%, e violência física (lesão corporal, maus tratos, tentativa de homicídio, etc) 27,48%.

Ao destacarmos a categorização dos subtipos que mais se destacam por número de notificações na categoria discriminação (1324 casos) obtemos os seguintes scores⁷: por Orientação Sexual 89,39%, seguidos por Identidade de Gênero, 16,32%. No item Violência Psicológica (1871 casos), Hostilização, 81,93%, Humilhação, 71,29%, e Ameaça, 46,31%. Por fim, no tipo Violência física (637 casos) temos Lesão Corporal, 66,09, Maus Tratos 33,91%, Homicídio, 29,81%.

A fim de traçar um quadro mais abrangente da violência sofrida pela população LGBT+, categorias similares de análise foram utilizadas na pesquisa realizada nos meios de comunicação sobre o tema. Se por um lado estes dados não permitem comparação com os informados pelo poder público por serem de naturezas distintas, por outro ele nos fornece um quadro comparativo significativo sobre a violência sofrida por esta população.

Segundo estes dados, a cada 20 horas um LGBT+ morre de vítima de LGBT fobia no Brasil, o que faz com que sejamos o país com a maior quantidade de crimes contra minorias sexuais no mundo. Só no ano de 2018 foram 420 assassinatos relatados, uma pequena queda quando comparado aos dados de 2017 (445 assassinatos), mais ainda insuficiente para reduzir o quadro dramático de violência sofrida; ressalte-se ainda que se esse quadro não tem se agravado, não podemos supor que ele seja reduzido nos próximos anos, visto que os dados parciais, analisados até maio do presente ano (2019), apontam para a manutenção deste patamar elevado de mortes.

O perfil das vítimas nos aponta uma característica inequívoca: a estética como fator prevalente nos casos de homicídio⁸, em especial de Gays e Trans⁹, onde a diferença ante uma certa normatividade biológica/moral/religiosa expressa-se de forma explícita através de

⁷Há de se destacar que nos todos os tipos de violência analisadas (Discriminação, Violência Física e psicológica) estas categorias podem se sobrepor, resultando num número de notificações por subtipo que ultrapassa os 100%. Para fins explicativos podemos citar, por exemplo, casos de violência psicológica onde uma mesma vítima pode sofrer humilhação, seguida de hostilização e ameaça numa mesma situação.

⁸ Dos 420 casos relatados, 191 são Gays, (45%) seguido de 164 Trans (39%) e 52 Lésbicas (12,4%), seguidos de 8 Bissexuais (1,9%) e 5 Héteros(1,2%). “Justifica-se a inclusão destes heterossexuais, pois foram assassinados por serem confundidos com gays ou por envolvimento direto com a cena ou com indivíduos LGBT quando executados, razão pela qual incluímos o signo ‘+’ após a sigla LGBT”. População LBGT Morta no Brasil. Relatório GGB, 2018

⁹ Sob o rótulo “trans”, foram incluídas 81 travestis, 72 mulheres transexuais, 6 homens trans, 2 dragqueens, 2 pessoas não-binárias e 1 transformista.

gestos, roupas, falas e formas de agir, conclamando a violência, seja através da discriminação, ofensas, ameaças, agressões ou mesmo, como os dados apontam, com violência seguida de morte (homicídio) .

Os dados inicialmente apresentados nos levam a crer que os casos de violência, agressão, tentativas de assassinato e homicídios, sofridos pelos LGBT trazem consigo um fator motivador a princípio incontestável: o ódio à formas de sexualidade que diferem do padrão heteronormativo, tido como normal, .

Ao fugirmos de concepções vagas e um tanto imprecisas das motivações que levam uma pessoa a assassinar, agredir ou torturar outra(s), seja(m) elas conhecida(s) ou não, cabe-nos então perguntar: qual a relevância do ódio afeto na constituição do sujeito, nas formas do mesmo conceber a si e ao mundo que o cerca? Que dinâmicas se engendram e fazem com que determinados sujeitos executem atos violentos direcionados aqueles que exercitam diferentes formas de expressar, conceber e viver o gênero e a sexualidade? Como compreender seu funcionamento e construir alternativas para enfrentarmos os efeitos sociais deletérios dos atos que eles ensejam?

A fim de responder estas e outras perguntas utilizamos como interlocutores teóricos os constructos da psicanálise e filosofia que versam a forma como nos constituímos como sujeitos e como nos relacionamos com os afetos, em especial como o ódio, a fim de compreender, para além das concepções naturalizadas e pretensamente causais, como estes tem, a princípio, a capacidade de mobilizar os sujeitos a realizarem ações violentas visando a população LGBT.

Para tanto, privilegiamos as concepções teóricas da psicanálise Freudiana¹⁰ e teóricos da filosofia como F. R. Descartes e B. de Espinoza bem como seus comentadores mais contemporâneos (F. Nietzsche, G. Deleuze, etc) onde os paradigmas teóricos sobre a organização psíquica dos sujeitos serão cotejadas, sem, no entanto, desconsiderar as influências de outros autores, teorias e disciplinas quando for necessário.

Resultados e Discussão

¹⁰ Para além das obras de cunho clínico que permeiam a criação da psicanálise, é possível traçar em Freud um percurso antropológico, onde o pensador se dedicará a pensar as questões de seu tempo como a guerra, a cultura, etc.

Após a chacina praticada contra o público LGBT em Orlando, assistimos pelos noticiários televisivos uma série de comentaristas, especialistas e intelectuais de diferentes formações buscando compreender as causas que levariam um sujeito comum a cometer tal atrocidade.

Lugar comum em grande parte dos discursos, o ódio surge como a explicação factual mais aceita para barbárie. Um olhar mais arguto sobre estes discursos, no entanto, nos causa um certo desconforto, afinal, qual a importância dos afetos na construção das diferentes formas de pensar e agir e, em última instância, na capacidade para engendrar crimes? Por desconhecimento das relações que estabelecemos ou mesmo pela nossa dificuldade de racionalizar e compreender sua pertinência sob princípios lógicos, racionais e conscientes, tendemos, via de regra, minimizar ou secundarizar a relevância do mesmo em nossa vida cotidiana.

Sigmund Freud, um dos pensadores que melhor definiu a relação problemática do sujeito com o mundo que o cerca, definiu três grandes eixos ou fontes de angústia e sofrimento que se configuram a partir da organização psíquica dos sujeitos: o próprio corpo, sua “finitude” e “ruína”, o mundo externo (natureza), com seu caráter imprevisível, incontrolável, “implacável” e “destrutivo” e a relação como outros sujeitos¹¹.

Estas três fontes de sofrimento, no entanto, podem ser resumidas a uma só: a falta de sincronia entre a imagem que o homem inventa para si e o mundo externo, cuja falta de ordem e coerência tornam-no inapreensível. Ciente de suas fragilidades e da impossibilidade de produzir, a priori, um conhecimento capaz de abranger estes três “furos” presentes na sua organização psíquica, a **esperança** de conciliação com o mundo externo contrasta com o medo de que isso seja impossível e que a realidade se apresente de forma avassaladora, gerando sofrimento e angústias sem fim.

Filósofo do séc XVII que se dedicou ao estudo dos afetos e afecções¹², Espinosa afirmará que a esperança é uma “alegria instável nascida de uma coisa futura ou passada cujo resultado duvidamos de certa maneira”¹³, sendo seu oposto, o medo, definido como “uma tristeza instável nascida de uma coisa futura ou passada, do resultado da qual duvidamos de

11 FREUD, IBID, p.63-64.

12 Apesar da distinção presente na interpretação dos conceitos espinosistas de afecção (efeito do encontro de corpos no mundo) e afetos (sentimentos decorrentes destes encontros), para efeito da discussão em curso utilizaremos o conceito de afeto tal como concebemos no senso comum, tendo em vista que no contexto da obra citada afeto e afecções serão tomadas como sinónimos, sem que, no entanto, se perca o rigor conceitual.

13 Espinosa, Ética, Livro III, (Definição das afecções), Proposição XII.

certa maneira”¹⁴. Na sua explicação subsequente o filósofo chega a uma conclusão óbvia, que estes dois afetos são opostos e complementares, não havendo esperança sem medo e vice-versa¹⁵.

Sobre os afetos, Espinosa é claro ao afirmar que, grosso modo, a alma/consciência (e em última instância a razão) não tem do corpo, em sua relação com o mundo e com os afetos, uma ideia clara e distinta¹⁶, mas sim confusa e inadequada¹⁷. Assim sendo, uma questão se desdobra, pois ao assumirmos a centralidade absoluta do sujeito como correlato de identidade e ser, estabelecendo a consciência como única via de acesso ao conhecimento, o pretendo controle sobre si e sobre a natureza, assumem contornos de uma ilusão, lançando o sujeito a uma situação paradoxal, onde o desejo de conhecer e a impossibilidade do mesmo assumem contornos dramáticos.

Desse modo, a dúvida que advém da esperança de um dia transformar a ilusão de controle em realidade e o medo de que isso não seja possível transformam-se, inexoravelmente, em certeza, e a alegria e tristeza instáveis, presentes na esperança e no medo, tornam-se, inevitavelmente, *desespero*, ou seja, “Uma tristeza nascida de uma coisa futura ou passada acerca da qual não há causa de dúvida¹⁸”

Ao compreendermos o desespero como um estado que traz consigo sofrimento, angústia e aflição, passamos a temer a agonia que ele pode vir a causar. Ante ao medo de um mundo caótico que não se conhece, o homem enche-se de esperança num futuro que há de chegar, investindo no potencial cultural e civilizatório como forma de tentar evitar desespero de advirá da possibilidade de um dia acordar de seu sono e perceber que as promessas de paz e felicidade nunca se realizarão.

Neste sentido, afirma-nos Freud.

Uma grande parte da culpa de nossa miséria é de nossa chamada cultura; seríamos muito mais felizes se desistíssemos dela e retornássemos às condições primitivas. Eu chamo de espantosa porque – seja como for que se defina o conceito de cultura – é certo que pertence justamente a essa cultura tudo aquilo com que tentamos nos proteger da ameaça oriunda do sofrimento. (Freud: 2016. p.81)

Entre as juras felicidade e a operação civilizatória, via cultura, resta um “mal estar” insolúvel, resultado da renúncia de uma parcela de suas energias e desejo para que o ideal de

14 Espinosa, *Ética*, Livro III, (Definição das afecções), Proposição XIII.

15 Espinosa, *Ética*, Livro III, (Definição das afecções), Proposição XIV.

16 Espinosa, *Ética*, Livro II, Proposição XXVIII.

17 Espinosa, *Ética*, Livro II, Proposição XXVIII.

18 Espinosa, *Ética*, Livro III, (Definição das afecções), Proposição XV.

civilização fosse possível. Nesta “situação miserável”, fruto da limitação do desejo – condição necessária para que a cultura seja possível, segundo Freud-, o desejo de retornar a um estado primal acaba se tornando uma aposta sedutora, um sonho idealizado que, a despeito de sua inexequibilidade, denuncia um estado paradoxal, onde a busca da liberdade esbarra na impossibilidade de se atingir esse objetivo, restando ao sujeito suportar as agruras de ter que conviver com regras e parâmetros presentes na sociedade.

Crítico da cultura e da relação que estabelecemos com a mesma, Nietzsche (2002), afirmará, na mesma medida, que o desejo de retorno a uma natureza primal se configura como um engodo, um autoengano advindo da dificuldade em lidar com um mundo que não se curva a seu querer e que não se subordina a seu desejo, levando a idealizar o retorno a um passado idílico onde não precisaria ter que lidar com angústia de ter que submeter a vida em sociedade.¹⁹

Desta operação intelectualiza emerge uma forma de lidar o mundo que implica em tornar-se descrente do mesmo, maldizendo-o enquanto busca se tornar digno de um outro, um além-mundo –paraíso– só alcançado por aqueles seres “virtuosos” que buscam na transcendência (Deus/religião) dos valores as regras que devem ser seguidas nesta vida para se tornarem dignos no além²⁰. Para estes, o tempo presente e a vida gregária não possui valor, é apenas um tormento a ser suportado pela sua força e determinação, um teste permanente de sua capacidade de resistir as tentações de um mundo que o engana e faz sofrer.

A religião, neste contexto, surge como um bálsamo, uma esperança desesperada de encontrar sentido para a angustia de ter lidar com as tentações de uma realidade dinâmica que o conclama permanentemente a ser outro, a subverter os valores eternos que o levariam a salvação não de seu corpo, lugar das “tentações”, mas de sua alma. Optar por este caminho implica em tornar má toda diferença, pois é ela que faz emergir o desejo negado, a vontade de subverter a ordem e libertar-se da determinação divina. Tomada sob este prisma, toda diferença deve ser cooptada, modelada e, se possível, eliminada para não se deparar com a lembrança dolorosa de ter renunciado a liberdade.

19 Como se enganam aqueles que querem viver "de acordo com a natureza"! [...]Viver é querer ser diferente da Natureza, formar juízos de valor, preferir, ser injusto, limitado, querer ser diferente! (2012, § 9)

20 Nietzsche (2012) vai definir o niilismo com um sintoma de uma vida em sociedade. Das várias facetas deste conceito, utilizaremos o recorte de niilismo negativo (cristão), aquele que nega este mundo em prol da salvação no além, tendo em vista os objetivos do artigo em tela.

Conceito que perpassa todo o tecido social, a liberdade, outrora perdida, retorna em tom de melancolia²¹, um objetivo a ser alcançado através da cultura – liberdade de pensar, de agir, de amar, etc. Ao submetermos este conceito as definições até aqui discutidas, a liberdade passa a se configura como uma ilusão, que, dada impossibilidade de ser atingida – por ser irrealizável –, resulta num “resto de personalidade não domado pela cultura”, capaz de se tornar “fundamento de hostilidade” contra essa cultura²²

Nesta mesma trilha Nietzsche (2012) afirmará que,

Em todos os tempos quis-se “melhorar” os homens: este anseio antes de tudo chamava-se moral. Mas sob a mesma palavra escondem-se todas as tendências mais diversas. Tanto a *domesticação* da besta humana quanto a *criação* de um determinado gênero de homem foi chamada “melhoramento”: somente estes termos zoológicos expressam a realidade. (CI,§2).

Neste sentido, uma sociedade regida pelos ideais civilizatórios da cultura não seria a expressão de uma evolução da humanidade e sim o efeito de uma violenta e perpetuamente inconclusa domesticação, que em vez de “melhorar” o homem (pela imposição de um conjunto de regras e normas - moral) acentuou as contradições entre um querer diferencia-se²³ e a normatização²⁴ das formas de agir e pensar, restando, indomada, uma parcela de personalidade (segundo a definição freudiana) sempre pronta a se insubordinar contra esta mesma cultura, dotando o homem, portanto, da capacidade de buscar outras formas de se relacionar consigo mesmo e com a sociedade que habita.

Para evitar que este caráter disruptivo imanente ao homem surja e mesmo virtualmente possa se configurar como ameaça, a violência em forma de atos de coerção e agressão, em suas diferentes matizes, devem ser aplicados e tornados visíveis e seus corpos e vontades disciplinados, transformando a violência cometida em exemplo aos que porventura possam ser insurgir contras os ideais expressos pela cultura²⁵, evitando que novos atos de

21 Em Espinosa (Ética III, Proposição XI), o afeto de melancolia pode ser descrito como uma dor advinda de uma tristeza capaz de reduzir de forma dramática a capacidade de agir e pensar do sujeitos.

22 Freud: Ibid.

23 Nietzsche, Ibid nota de rodapé 19.

24 Conguilhem (2009), ao discutir os mecanismos de construção dos conceitos de normal nos aponta que o aspecto normativo é característico do saber-fazer da medicina, psiquiatria, psicologia e pedagogia, constituindo os fenômenos relativos aos seus domínios como sendo da ordem do normal e do patológico, da média e seus desvios. O processo de construção normatização, portanto, aponta-nos, por um lado, para o caráter arbitrário do mesmo e por outro, numa lógica binária, circunscreve o campo daqueles que se localizam fora da mesma, patologizando condutas e comportamentos.

25 A comprovação desta hipótese justifica-se pelo fato de que os atos de agressão contra os LGBT tenham, de forma mais ou menos explícita, uma justificativa – para além do bem ou do mal – moral de caráter “educativo” e corretivo. Exemplo de tal afirmativa podem ser constatados nos discursos que naturalizam o estupro (individual ou coletivo) de lésbicas sob alegação de que uma vez que tenham transado com um homem, seja ele sob qual circunstância, elas voltariam a serem “mulheres normais”, ou seja, heterossexuais.

insurgência possam surgir ao criar uma memória consciente que lhe permita recordar dos castigos sofridos, evitando, por temor, a possibilidade de sofrimentos vindouros²⁶.

Neste ponto uma breve digressão torna-se necessária.

Uma questão secundária e não menos relevante ao escopo desta discussão é a relação que tem se estabelecido, no campo dos discursos, com a forma de concebermos a contemporaneidade. Crise da família, dos valores cristãos e, recentemente, o retorno dos discursos, comum ao período totalitário que o Brasil viveu na segunda metade do séc. XX, sobre a crise da “moral e dos bons costumes”, enfim, crises por todo lado²⁷.

Se levarmos em conta que o ponto comum entre todos os autores que se dedicam a descrever atualidade é a sua “fluidez”²⁸, onde a velocidade e compressão do espaço-tempo, via redes de comunicação, implica na “relativização” de tudo aquilo que se acreditava cristalizado e rígido. O temor das mudanças não deve ser desconsiderado nas análises sobre o fenômeno da violência, pois associados aos discursos de crise de valores ele assume contornos relevantes, facilmente percebidos pela emergência de discursos e posturas totalitárias, reativas e agressivos ante “ameaças” exteriores (o emigrante, o estrangeiro, aquele que não compartilha com os valores de uma sociedade, etc).

Ao retomarmos o eixo central da nossa discussão, pode-se perceber, na lógica dos discursos, que uma compreensão ilusória das forças que nos habitam e da sua relação com o mundo tendem, invariavelmente, em afirmar a ignorância sobre as forças que nos habitam, pois, afinal, o ódio pode ser bom desde que voltado contra os inimigos externos que ameaçam as “conquistas” resultantes de uma vida em sociedade? O ódio seria positivo se voltado aos inimigos internos (os discordantes, relutantes e insubmissos), sendo negativa sua manifestação contra aqueles que, domesticados, abraçam os ideais de uma moralidade transformada em normalidade? Por obvio, via senso comum, tais afirmativas são difíceis de se

26 Apesar de podemos deduzir esta afirmativa no percurso teórico de Freud, esta tese é melhor discutida por F. Nietzsche em sua Genealogia da Moral (2012, §3), obra pregressa cuja similaridade, em muitos aspectos, assemelham-se, no seu desenvolvimento, as premissas discutidas por Freud discordando, entretanto, no seu destino. Desta feita, afirma Nietzsche “Grava-se algo a fogo para que fique na memória: **apenas o que não cessa de causar dor fica na memória** – eis o axioma da mais antiga (e infelizmente mais duradoura) psicologia sobre a terra. (grifo nosso)

27 Deleuze, em artigo “ A Ascensão do Social” (in, Donzelot, J. A Polícia das Famílias. Rio de Janeiro : Graal Editora : 1986) afirmará que os vários discursos sobre o social – em especial a família – nascem sob o signo da crise e se alimentam da mesma através do medo e da ameaça aqueles que acreditam nos ideais de pureza e imutabilidade de uma sociedade. Via de regra, sempre que um discurso se atrela a noção de crise enuncia-se a radicalização e a imposição da força contra aqueles que ousam se discordar de uma determinada forma de habitar o social tida como natural.

28 Baumam, 2012.

sustentar, pois sendo o amor ao próximo um valor intrínseco ao social²⁹, no campo da consciência seu oposto, o ódio, assume, *per si*, um valor negativo devendo, portanto, ser evitado.

Uma forma de resolver os aparentes paradoxos em relação ao ódio implica, via de regra, em evitar o questionamento sobre suas origens sociais, levando-nos a busca de soluções diretas que fundamentam-se na tendência em aceitar que determinadas ações sejam justificadas como atos isolados, individualizando o comportamento violento ao transformar seu atos em efeitos de um “transtorno”, ou “desajuste”³⁰ cujas causas podem e devem ser explicadas através da análise da sua estruturação psíquica, dos discursos, da relação familiar, etc.

Tal explicação, no entanto, pouco ou nada contribui para diminuir nossa angústia, dada a profusão de cenários e discursos onde o ódio figura como tônica principal: ódio contra emigrantes, contra partidos políticos, figuras públicas, de gênero, sexual, religiosa, dentre outros. Uma derivação simplista de tais análises nos levaria a crer que o problema, então, seria da degeneração do processo cultural/civilizatório, onde os valores mais “elevados” do homem em sociedade (compaixão, amor, solidariedade, entre outros) estariam em decadência ante as contradições e tensões das sociedades capitalistas contemporâneas³¹.

Estas duas vias: a patologização do ódio ou degeneração social, apesar de usuais nos inúmeros discursos que buscam explicar o atos contra aqueles que diferem pouco ou nada contribuem para a compreensão do fenômeno, nos levando, inexoravelmente, a becos sem saída, análises catastróficas ou discursos estéreis que nos paralisam ante a pretensa

29 Freud (2016), Na parte I do “Mal Estar na Sociedade” irá discorrer sobre a ideia do amor a Deus como sendo um “sentimento oceânico”, entendendo seus reflexos no tecido social como sendo a manifestação de um equívoco, pois em suas observações e análises, a conclusão é de que o “amor ao próximo” só se configuraria numa relação de interesse narcísico estabelecendo então um paradoxo insolúvel entre o sujeito e os discursos que sustentam a vida em sociedade.

30A discussão sobre a transformação do criminoso em doente mental e do crime como efeito de um desajuste individual, logo passível de tratamento pelas diferentes especialidades Psi (Psicanálise, Psicologia e Psiquiatria) encontra-se presente em Rauter (2010). Outra contribuição importante e necessária a essa discussão pode ser encontrada em Ganguilhem (2009) que ao definir o conceito de normalidade como um relação estatística, estabelece os anormais como “patológicos”, como desvio

31 Ao analisarmos os diferentes discursos que buscam compreender este fenômeno é plausível supor que apesar da distância temporal e das muitas metamorfoses, mutações a apropriações por diferentes saberes, as teses de “Atavismo” do “criminoso como efeito de um processo de evolucionismo às avessas, repetindo em épocas modernas o homem primitivo, em seus caracteres somático, instintos bárbaros e ausência de sensibilidade física e moral”(Rauter, Ibid, p33) formuladas pelos criminalistas do final do séc XIX,(Lombroso, Ferri dentre outros), continuam presentes, mesmo com outras roupagens, em vários discursos da atualidade.

inevitabilidade dos fatos, mas que, a despeito de sua fragilidade conceitual, contribui para construção de juízos e consensos por parte do senso comum.

O que está em jogo na formulação de pensamento que tende a conceber a violência como um desvio patológico individualizado é o conceito de homem como núcleo central de todo conhecimento, como aquele que, e a partir de, a liberdade se revela e a verdade sobre si e sobre o mundo pode surgir (Foucault: 2000).

Esta teoria do sujeito, apesar de modificada e renovada, permaneceu, desde o séc. XVI (Descartes: 1974), envolta numa aura de “sacralidade”, sobrevivendo a questionamentos de diferentes ordens, fazendo existir a ideia de que o exercício livre da racionalidade permitiria a submissão e controle dos afetos, dando vazão aos considerados “elevados” (amor, solidariedade, compaixão, etc.) em detrimento daqueles considerados negativos: o ódio, a inveja, a raiva, dentre outros.

O sujeito, sob esta ótica, é compreendido como cindido em duas substâncias distintas e dicotômicas, alma/corpo, cabendo a uma (alma) a prevalência sobre a outra (corpo) numa hierarquização cujas características lógico/racionais do cogito (alma) seriam secundadas pelos afetos e paixões (corpo), cabendo ao primeiro domar a insurgência do segundo pelo exercício intensivo de suas capacidades, amenizando os efeitos deletérios que podem advir das paixões, afirmando assim sua supremacia.

A esse respeito, afirma-nos Descartes *“considero que não notamos que haja algum sujeito que atue mais imediatamente contra nossa alma do que o corpo ao qual está unida”* (Descartes: 1974. Art. 2º). A ideia de corpo e, conseqüentemente, de sujeito assim definido, traduz-se pela cisão que se instaura, onde a estranha e caótica substância do corpo, governado pela inconstância dos afetos, estaria para além dos limites e controles estabelecidos pela alma/consciência e seus ditames.

O homem, assim concebido, passa a ser compreendido a partir de um ordenamento mecanicista, onde o exercício das qualidades da alma serviriam para domar forças que nos habitam e os afetos, tidos como fonte de todos os erros e desvios, poderiam ser controlados, favorecendo uns em detrimento a outros em prol de uma perfeição cada vez maior (cultura/civilização). A teoria do sujeito que daí emerge é a de um ser lançado à tensão permanente entre as forças antagônicas, as da “ordem”, representada pela consciência em seu aspecto racional, regido pela busca da estabilidade e “certeza” das normas, e do “caos”, na sua

acepção “entrópica”,³² representado pelos afetos, da relação que se estabelece como o mundo e a sua imprevisibilidade disruptiva inerente.

A linha de raciocínio que o pensamento cartesiano vai fazer surgir no cotidiano é a de que se um sujeito, no pleno exercício de si, sente profundo ódio por seu “semelhante” e parte para o ato violento, suas ações possam a ser explicadas pela falha individualizada dos mecanismos de “controle” racional ou pela sua ineficiência em ordenar e controlar as forças caóticas que nos constituem. A ideia que daí advém nos permite analisar e aprofundar os diferentes discursos que se repetem em falas contemporâneas.

Os princípios que regem a razão, (na sua relação com os diferentes discursos presentes no tecido social: religiosidade, moral, costumes, etc), tomada em seu aspecto constituinte da consciência, tendem a formular para si conceitos cristalizados de verdade que vão se refletir em noções rígidas e auto excludentes sobre si e sobre o mundo em que se vive, estabelecendo padrões de “comportamento” regidos pela dicotomia entre pares antagônicos (certo/errado, bom/mal, etc). Sob esta ótica, por mais que os diferentes discursos que perpassam o social afirmem a legitimidade dos que divergem dos ideais e valores predominantes majoritários de uma cultura, em última instância a existência dos mesmos acaba se configurando fonte de incômodos por serem considerados inadequados, representantes do caos e da desordem, configurando-se, portanto, como ameaças, ressalte-se, não contra a sociedade em si, mas ao sujeito que concebe este discurso.

Sob a capa de uma cruzada em nome dos valores sociais (elevados ao patamar de verdades inquestionáveis) esconde-se a necessidade de combater aqueles que se configuram como ameaças ao frágil equilíbrio que o sujeito estabelece com as forças que o constitui. Transformados em potenciais inimigos estes devem ser, convencidos, convertidos³³e, em

32 Segundo as leis da termodinâmica (sec. XIX) ordem e equilíbrio deixam de ser considerados como sinônimos e passa-se a reconhecer que o mundo não é estável, que ele não é igual a si mesmo. Para essa concepção não é neutra a coexistência dos corpos no mundo: tal coexistência produz em cada corpo dissipação de energia, turbulências e transformações irreversíveis. No entanto, nesse modelo entende-se a instabilidade intrínseca do mundo como um processo irreversível de destruição (a morte térmica, segundo a lei da entropia). Em outras palavras, no século passado se reconhece a turbulência, o caos, a irreversibilidade, mas como negativos da ordem: a ordem ainda é o parâmetro (Rolnik :2016).

33 Sobre os mecanismos de normatização da alteridade podemos citar como exemplo a tentativa de se estabelecer mecanismos reconversivos a uma pretensa sexualidade “normal” (heteronormativa) podemos citar a discussão do PDC (Projeto de Decreto Legislativo) 234/2011, de autoria do deputado João Campos à comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal (presidida, no momento da tramitação 2013, pelo pastor Marcos Feliciano), que em sua ementa visava “sustar a aplicação do parágrafo único do art. 3º e o art. 4º, da Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 1/99 de 23 de Março de 1999, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual”. O projeto em questão, comumente chamado de projeto de “cura Gay”, visava alterar os itens da referida resolução do Conselho Federal de Psicologia no que tange ao impedimento de ações que visem o

última instância, eliminados para que a sensação de perigo iminente cesse e a paz de cemitério possa reinar.

Fica claro, portanto que uma vez regido pela ignorância quanto aos afetos que nos constituem e da relação destes com o mundo que nos cerca, estabelecemos com os mesmos uma relação fantasmática, fundada a partir dos efeitos dos mesmos na superfície de nossos corpos (Deleuze:2002), sem, no entanto, compreender as forças que os compõem, que mecanismos eles engendram, bem como a pertinência destes na constituição psíquica. Em suma, a consciência que temos de nós mesmos configura-se somente como uma visão fragmentada, superficial e distorcida daquilo que de fato somos, uma ilusão³⁴ que engendra formas de pensar e agir tidas como verdadeiras, mas que, em última instância, são apenas representações que a consciência cria para si na tentativa de limitar os possíveis efeitos deletérios para o sujeito que as concebe³⁵.

Se, por um lado, a teoria do sujeito discutida até o momento nos permite ter uma compreensão dos fundamentos que perpassam os discursos sobre os afetos e seus efeitos na forma do homem se relacionar consigo e com o mundo que o cerca, por outro ele nos leva a um impasse, posto que pouco ou nada contribuem para estabelecermos outras formas de conhecer e lidar com os mesmos, exigindo, portanto, o investimento em outros caminhos de análise.

Anticartesiano confesso, Espinosa, filósofo do Sec. XVII, vai conceber o homem como possuidor de uma única e mesma substância que a natureza, de tal forma que seríamos regido pelas mesmas forças e regras da mesma, ora compreendida sob o atributo do pensamento (alma), ora sob o da extensão (corpo)³⁶.

“tratamento e cura de Homossexuais” (art. 3º) e dos profissionais de psicologia de se pronunciarem sobre os “homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica” (Art 4º). Estes artigos expressam, de forma clara e inequívoca, seguindo o entendimento consagrado no Código Internacional de Doenças (CID10), que a “homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão”, logo não passível de tratamento reconversivo, e consagra o entendimento de que “a forma como cada um vive sua sexualidade faz parte da identidade do sujeito, a qual deve ser compreendida na sua totalidade” Após intensa mobilização popular, a proposta foi arquivada julho de 2013. Não se pode ignorar, no entanto, que este embate está em vias de concluir posto que dentre as iniciativas para retomar esta discussão podemos citar a composição de chapas eleitorais para os Conselhos Regionais (CRP) e Federal (CFP) de psicologia em 2019 cuja bandeira mais proeminente era a reformulação da devida portaria de forma a permitir terapia de reconversão sexual. Apesar de sua derrota por esmagadora diferença de votos (5458 votos, ficando em 4º lugar, contra 44259 da chapa vencedora) não se pode negar que esta discussão está longe de estar pacificada.

34Deleuze (ibid) P.25

35 Em “Verdade e Mentira no campo Extra-moral”, Nietzsche (1999) descreverá este ser como aquele que dorme nas costas de um tigre e teme acordar e se desesperar ante a situação que se encontra.

36Conforme definição presente em Espinosa, Ética, Livro III Proposição XXI, Escólio

[...] *“Somos agitados pelas causas exteriores de numerosas maneiras e que, como as ondas do mar agitadas por ventos contrários, somos sacudidos, ignorando o que nos espera e a nossa sorte” (Espinosa: Ética, livro III, Proposição LIX – Escólio.)*

Diferente da teoria cartesiana, ao homem não caberia estabelecer normas e regras a priori a fim de evitar a angústia advinda da intempestividade dos afetos. Seu caráter caótico, dado que os corpos podem afetar e ser afetados de inúmeras e imprevisíveis maneiras a partir dos encontros³⁷, gera perturbações e abalos naquilo que a consciência³⁸ considera como “assentado” e estabelecido, conclamando-nos a produzir novos e inéditos modos viver.

Tais modos, no entanto, não se constituem, necessariamente, num aumento da nossa compreensão ou num estado “evolutivo” superior, dado que as afecções advindas dos encontros de corpos podem aumentar ou diminuir a sua capacidade de agir e pensar³⁹ (potência), não sendo possível prever sua ocorrência, determinar relações causais, nem “domesticar” seus efeitos.

Desfeita as ilusões de controle da consciência cartesiana, a ideia de que somos plenamente capazes de controlar as forças que nos constituem pela ação da “vontade” ou por qualquer “impulso” autônomo, racional, associado ao “livre arbítrio⁴⁰”, torna-se insuficiente. O homem governado por uma razão consciente perde, portanto, sua centralidade, dando lugar a um outro onde as paixões⁴¹(afetos) – sejam elas alegres ou tristes – e a razão são chamadas a produzir ideias adequadas sobre si e sobre o mundo, construindo modos de ser capazes de articular as diferentes forças que nos perpassam e construir modos de ser potentes e inventivos.

37Conforme definição presente em Espinosa, *Ética*, Livro III, Postulado I “O corpo humano pode ser afetado de numerosas maneiras pelas quais sua capacidade de agir e aumentada ou diminuída; e ainda, por outras que não aumentam nem diminuem sua capacidade de agir”. Decorrente desta definição, mas extrapolando seu conteúdo, podemos definir, grosso modo, como corpo tudo aquilo que na natureza é capaz de afetar ou ser afetado, podendo ser um som, um cheiro, uma molécula, ideia, uma instituição (como a família) ou até mesmo outros corpos. Dessa definição decorre que a ideia de corpo difere do orgânico, entendido, neste contexto, como somente mais um modo de expressão.

38 O conceito de consciência aqui discutido tem por inspiração as formulações proposta por Nietzsche(2012) em *Genealogia do Moral*, em especial as contidas na sua segunda dissertação: “Consciência, Má Consciência e coisas afins”

39 “Se uma coisa aumenta ou diminui, estimula ou refreia a potência de agir de nosso corpo, a ideia dessa coisa aumenta ou diminui, estimula ou refreia a potência de pensar de nossa mente”. Espinosa, *Ética*, Livro III ProposiçãoXI.

O movimento de perseverar ou aumentar nossa potência interna de agir e pensar pode ser definida como *Conatus*.

40A noção de livre arbítrio e liberdade inspira-se na análise de Bove (2012, Pag. 447448) do conceito de sobre o livre arbítrio presente na obra de Espinosa, onde o mesmo desenvolve a ideia de que não somos, desde nossos primórdios submetidos “retamente a razão”.

41 Ibid, idem

Seguindo pelo caminho de análise traçado pelo filósofo, essas duas categorias distintas de afetos podem ser assim definidas: os alegres, (amor⁴², esperança⁴³, misericórdia⁴⁴ dentre outros) aqueles que aumentam a potência de agir e pensar e os tristes (medo⁴⁵, cólera⁴⁶ vingança⁴⁷, dentre outros) aqueles que reduzem nossa capacidade de forma inversa⁴⁸.

No que tange ao ódio, afeto tão comumente associado a noção de violência e crime, temos a seguinte definição: “tristeza acompanhada da ideia de uma causa exterior” onde “aquele que odeia esforça-se por afastar e destruir a coisa que odeia⁴⁹”. Este afeto, assim definido, nos permite depreender que a ideia de eliminar aquele que fora causa de minha tristeza, seja ela imaginada ou fruto de uma ideia inadequada⁵⁰, gerada a partir dos encontros, é algo intrínseco a nossa constituição, não cabendo, portanto, nenhuma conotação moralizante sobre o mesmo.

Sobre a imaginação, Espinosa nos diz que,

Quem não conhece a natureza das coisas nada pode afirmar a respeito delas e somente as imagina e toma a imaginação pelo entendimento, e por isso acredita firmemente que existe Ordem nas coisas, ignorante como é da natureza dos seres e da de si mesmo (Ética I, Apêndice)

Ao retomarmos a questão da homofobia sob esta ótica, chama-nos a atenção o fato de que tanto no evento ocorrido em Orlando, como em outros tantos, as formas de violência tidas como “gratuitas” e sem sentido podem ser explicadas a partir das características imaginativas do pensamento. Uma vez tomada a imaginação pelo entendimento, as ideias resultantes deste

42 “Alegria acompanhada de uma ideia exterior”. Espinosa, Definições das afecções – Ética, livro III, Proposição VI.

43 “Alegria instável nascida de uma ideia de coisa futura ou passada, do resultado da qual duvidamos numa certa medida”. Espinosa, Definições das Afecções – Ética, livro III, Proposição XII

44 “Amor, na medida que afeta o homem de tal modo que ele experimente contentamento com o bem de outrem, e se entristece com o mal de outrem”. Espinosa, Definições das Afecções – Ética, livro III Proposição XXIV.

45 “Tristeza instável, nascida de uma ideia de uma coisa futura ou passada, de resultado do qual duvidamos”. Espinosa, Definições das Afecções – Ética, livro III, Proposição XIII

46 “Desejo de fazer mal, por ódio, aquele que odiamos”. Definições das afecções – Ética, livro III, Proposição XXXVI.

47 “Desejo que nos impele a fazer mal, por um ódio recíproco, aquele que, afetado por uma afecção semelhante conosco, nos causou um dano”. Espinosa, Definições das afecções – Ética, livro III Proposição XXXVII

48 “Tristeza como a “diminuição da potência de agir e pensar até que outra coisa exclua a existência daquela”. Espinosa, Ética, Livro III, Proposição XIII, Demonstração.

49 Conforme Espinosa, Ética, Livro III, Proposição XIII, Escólio e definição das afecções em Ética, Livro III, Definição V.

50 Conforme Espinosa, Ética, Livro III, Definição I “Chamo de causa adequada aquela cujo efeito pode ser clara e distintamente compreendido por ela; chamo de causa inadequada ou parcial aquela cujo efeito não pode ser conhecido por ela”

processo são confusas, parciais e mutiladas, criando um pensamento ilusório que, independente da realidade imaginada, passa a orientar o pensamento e a ação.

A compreensão de que o ódio nunca pode ser bom⁵¹ e que o mesmo, uma vez direcionado a outros homens⁵², nos leva a nos esforçarmos em destruir aqueles que odiamos⁵³, nos leva a um contexto onde o ódio mobiliza o desejo, entendido como um “apetite”⁵⁴, de fazer o mau a outros homens.

Uma coisa singular qualquer, cuja natureza é inteiramente diferente da nossa, não pode favorecer nem entravar nosso poder de agir. (Espinoza: *Ética Livro IV, Proposição XXIX*) Portanto, nossa potência de agir, de qualquer modo que ela pode ser concebida, pode ser determinada e, conseqüentemente, favorecida ou entravada pela potência de outra coisa singular, que tem algo em comum conosco. (Ibid, *ibidem: Demonstração.*)

Ao retomarmos os conceitos universais de Direitos humanos, duas questões fundamentais se apresentam. Tal como discutido anteriormente, é fácil chegarmos ao contexto onde parte da população considere os LGBT, por apresentar-se como dissonante de uma determinada ordem tida como natural, como não iguais, diferindo, negativamente por não compartilharem os valores “hegemônicos” de uma sociedade, levando a um processo de coisificação, uma desumanização que leva a indiferença em relação aos crimes, agressões e violações em relação a esta população.

Transformado em coisa, a violência sofrida pelos LGBT não afeta os cidadãos que, aturdidos, deixam de se importar com o seu futuro, naturalizando as agressões sofridas como fruto das escolhas “equivocadas” daqueles que ousaram divergir, transformando a violência sofrida ou cometida em algo previsível e até mesmo natural. Desumanizar a diferença, implica, portanto, que o caráter pretensamente universal da convenção de direitos humanos não se aplica a situação em tela, não havendo, no campo dos afetos, nenhuma reivindicação legítima a esse respeito. Neste sentido, explica-se que mesmo a violência LGBT sendo objeto de denúncias por diferentes órgãos e instituições de garantia de direitos a mesma não seja objeto de comoção ou mesmo de mobilização social.

51 Conforme Espinoza, *Ética, Livro III, Proposição XLV.*

52Ibid, Escólio.

53Ibid, Demonstração.

54 “O desejo (Cupiditas) é a própria essência do homem, enquanto ela é determinada a fazer algo por uma afecção qualquer nela verificada”. – *Ética, livro III, Definição das Afecções.* “O desejo é um apetite de que se tem consciência, e que o apetite é a própria essência do homem, enquanto esta é determinada a realizar os atos que servem para a conservação deste”. – *Ética, livro III, Definição das Afecções, Exposição.*

Retomarmos os processos de construção desta concepção implica em compreendermos também a necessidade de refazer este caminho de forma contrária nos perguntando como podemos, no campo dos afetos, reconhecermo-nos como iguais não na normatização das formas de agir e pensar, mas na diferença, dando formas a outras formas de lidarmos com os nossos afetos, transformando a negligência e indiferença em solidariedade e com-paixão.

Por mais estranho que possa parecer, via senso comum, uma das saídas possíveis para compreendermos os efeitos destas formas singulares de conceber a si mesmo (LGBT) e a relação que estabelecemos como o mundo, é investir na elucidação dos processos que se engendram a partir do medo e das ameaçadas sentidas nos contornos subjetivos que estabelecemos. Partindo da compreensão de que a sexualidade hetero-normativa é concebida como o discurso normativo hegemônico sobre a sexualidade, somos afetados de diferentes maneiras pelos discursos e imagens corporais dos LGBTs que, apesar de iguais, trazem consigo as marcas de uma alteridade singular, por vezes radical e insuportável.

O “apetite destrutivo” que surge a partir da imaginação, do Medo, do temor e das ideias duvidosas de que não será capaz de suportar a intensidade das forças geradas pela singularidade geram modos de ser marcados pelo horror, onde o homem se torna refém das paixões que fremem dentro de si.

Paralisado e incapaz de produzir ideias adequadas, de buscar, pela via pensamento, o conhecimento que permita a compreensão das forças que nele habitam e assim poder se posicionar, a tristeza instável que se instaura leva o homem a crença de que fazer o mau a outras pessoas⁵⁵ pode ser uma saída não só possível, mas tida como única via de ação.

Essa possibilidade se configura por se imaginar que o extermínio ou mal⁵⁶ daqueles que, num determinado momento, diminuíram nossa potência de agir e pensar causará alegria⁵⁷ (mesmo que isso paradoxalmente cause uma certa tristeza⁵⁸), e uma vez eliminada a causa externa que gerou este processo, passa-se a crer que seus efeitos também cessarão.

55 Cabe fazer a distinção entre a dicotomia do bem/mal enquanto conceitos universais, numa lógica moralizante, e de bom e mau, onde uma coisa pode ser boa ou má a partir de sua contingência. No que tange este artigo temos em Espinosa, *Ética*, Livro IV, Proposição XXX, temos a seguinte definição: “nenhuma coisa pode ser má pelo que tem em comum com nossa natureza, mas é má para nós a medida que nos é contrária”, ou, dito em outras palavras, uma coisa pode ser má a partir do momento em que diminui nossa potência de agir e pensar dado que chamamos de bem ou mau aquilo que é causa de alegria ou tristeza

56 Espinosa, *Ética*, Livro III Proposição XLVII.

57 Espinosa, *Ética*, Livro IV Proposição, XXIX, Demonstração.

58 “A alegria que nasce do fato de imaginarmos que a coisa que odiamos é destruída, ou afetada por qualquer outro mal, não nasce sem uma certa tristeza na alma.” Espinosa, *Ética*, Livro III Proposição XLVII. No Escólio da mesma proposição “[...] resulta que essa alegria, que nasce do mal da coisa que odiamos, se renova todas as vezes que nos recordamos dessa coisa”

A esse cenário genocida soma-se ainda uma última ideia.

Se alguém foi afetado de alegria ou de uma tristeza por uma pessoa de uma classe ou nação diferente da sua, [...] não somente amará ou odiará essa pessoa mas também todas as da mesma classe. (Espinoza: Ética, Livro III, Proposição XLVI.)

Seguindo o caminho de análise do filósofo, uma vez que alguém passe a odiar aquele que se imagina ser causa da tristeza teremos por ele, ou eles, amor e na, mesma medida, aquele(s) que ama(m) o que odeio as odiarei de tal e mesma forma, trazendo-nos, por fim, um cenário onde ódio ganha conotações coletivas, impossíveis, portanto, de serem reduzidas a um único e solitário sujeito.

A peculiaridade do caminho de análise até aqui percorrido, reside no fato de que a emergência do ódio e dos atos violentos devem ser compreendidos como fruto das limitações do pensamento e da impotência dos sujeitos ante as forças que emanam do mundo que habita e que envenena a sua capacidade de construir modos de ser capazes de suportá-las.

Se por um lado o cenário até discutido nos leva ao pessimismo, por outro, novas possibilidades também se deslindam. Se os afetos nos constituem, afetam de forma intempestiva e caótica nossa forma de pensar e agir, levando-nos a crer que a violência e a agressão é o único caminho (onde o ódio percebido só poderia ser combatido de forma reativa) logo a existência do homem estaria condenada, inexoravelmente, a servidão dos afetos, não sendo possível, em última instância e para além da discussão do conceito de cultura, uma vida livre.

Conhecido como um filósofo da liberdade, no entanto, Espinosa conclama a nos livrarmos do afã imediatista e, pelo exercício do pensamento, nos dedicarmos a compreensão daquilo que me afeta, nos recuperando do estado de impotência que decorre da dominação das paixões tristes⁵⁹, investindo em processos de criação, de invenção de si, capazes de renunciar ao ímpeto destrutivo e construir processos de autonomia regidos pela razão, compreender as causas dos afetos e do ódio e buscar estratégias para combater seus males, construindo alternativas calcadas não mais pelas ilusões e medos, mas sim pelo conhecimento daquilo que nos afeta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

59 "Paixão triste é um complexo que reúne o infinito do desejo e o tormento da alma, a cupidez e a superstição, para quem qualquer tipo de felicidade é uma ofensa". Deleuze, 2002, p. 31.

Ao constar a existência de uma inclinação a agressividade imanente, Freud (2016) afirmará que a mesma “constitui no homem uma disposição pulsional original e auto-subsistente”, vindo a caracterizar-se como o maior empecilho para o desenvolvimento da cultura e conseqüentemente da sociedade. Neste sentido o mesmo aponta para uma constatação irrefutável:

Não parece que se possa levar o homem, através de algum tipo de influência, a transformar a sua natureza na de um cupim; é provável que ele sempre defenda sua pretensão à liberdade individual contra a vontade da massa. Uma boa parte da luta da humanidade se concentra em torno da tarefa de encontrar um equilíbrio conveniente, ou seja, capaz de proporcionar felicidade, entre essas exigências individuais e as reivindicações culturais da humanidade saber se esse equilíbrio é alcançável através de uma determinada conformação de cultura ou se tal conflito é irreconciliável (Freud, Ibic : p.99)

As duas intrigantes proposições feitas: é possível encontrar um equilíbrio conveniente entre as reivindicações culturais e as forças que fremem no homem, como é o caso do afetos? Seria esse conflito, entre a “natureza humana” e a cultura irreconciliável? Estas questões tomaram diferentes rumos no decorrer deste trabalho e ao seu término cabe-nos retomar algumas análises e traçar algumas considerações.

Uma delas diz respeito a ideia de uma natureza humana. Se em Descartes(1974) o homem inventa para si uma natureza racional e pretensamente ordeira, de valores elevados e dissociada do mundo em que se insere, tentando insistentemente e inutilmente fazer com que ela se adeque ao mundo (a despeito do mesmo), em Espinosa esta questão ressurgue sobre uma ótica de conciliação ética entre estas diferenças a fim de se construir uma outra relação entre homem e natureza.

Se compreendermos, conforme o delineamento proposto por Freud(Ibic), que a agressividade é inerente ao homem lançado à cultura e que o homem teme o sofrimento causado pela impossibilidade em lidar com as forças do “mundo exterior”, não nos caberia individualizar nem patologizar a violência perpetrada contra os LGB e sim compreender como a “economia libidinal” vem sendo gerida no contexto social a fim de buscar alternativas para saídas possíveis, mais, ao mesmo tempo, eficazes para os casos de violência, discriminação sofridos pelos LGBT. Que a forma de nos concebermos ainda é cartesiana pouco se pode questionar, mas seguir investindo neste caminho implica em dificuldades conceituais que podem inviabilizar tal operação, uma vez que este modelo de homem insiste em demonstrar suas fadigas e fragilidades ante as novas configurações da atualidade.

Investir em outros caminhos e possibilidades, tais como as aventadas pelo paradigma espinosista, no entanto, pode não ser uma via simples, uma vez que seria necessário uma outra relação consigo mesmo e com as forças que nos habitam. Neste ponto cremos que a necessidade de investir nesta mudança de paradigma implica em compreender o sujeito a partir de sua complexidade instituinte, onde o mesmo não é governado pelo exercício de uma vontade superior da consciência e a diferença não deixa de ser temida, tornando-se constitutiva e inerente,

Por óbvio não achamos que o caminho proposto seja fácil de ser percorrido, havendo armadilhas, problemas, situações complexas e embates substanciais a serem travados, mas compreender as forças postas em ação quando nos deixamos levar pelos afetos, em especial pelo “apetite destruidor” advindo do ódio, pode nos possibilitar, via compreensão daquilo que nos constitui, ferramentas capazes de produzir formas mais igualitárias, em sua diferença, de convivemos em sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Mulher, da Família e de Direitos Humanos. Balanço Geral 2011 a 2º semestre de 2018 (Disque 100)– LGBT. Disponível em <https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/ouvidoria/balanco-disque-100>, acessado em 19/09/2019

Baumam, Z. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro, Zahar editora, 2012.

Bove, L. Spinoza e a Questão Ético-Social do Desejo: Estudos comparativos com Epicuro, Lucrécio e Maquiavel. Niterói : Fractal, Revista de Psicologia, v. 24 – n. 3, p. 443472, Set./Dez. 2012.

Canguilhem, G. O Normal e o Patológico. Rio de Janeiro: Ed Forense Universitária, 2009

Conselheiro especial da ONU condena ataque em Orlando e discurso de ódio contra comunidade LGBT. Disponível em <https://nacoesunidas.org/conselheirospecialdaonu-condenaataqueemorlandoediscursodeodiocontracomunidadeslgbt/> acessado em 30/06/2016;

Deleuze, G. Espinoza: Filosofia Prática. São Paulo : Ed. Escuta, 2002.

Deleuze, G. A Ascensão do Social, in Donzelot, J., A Polícia das Famílias. Rio de Janeiro : Graal Editora : 1986.

Descartes, R. In Coleção Os Pensadores. São Paulo : Ed. Abril, 1974

Espinoza, B. Ética. In Coleção Os Pensadores. São Paulo : Ed. Abril, 1973.

Foucault, M. As Verdades e as Formas Jurídicas. Rio de Janeiro : Ed. Nau, 2000.

Freud, S. Mal Estar na Cultura. Ed. Rio de Janeiro: LP&M, 2016

G1, *Polícia diz que ataque em boate nos EUA deixou 50 mortos*. Disponível em, <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/06/policia-diz-que-ataque-em-boate-nos-eua-deixou-50-mortos.html>. Acessado em 20/06/2018.

Nietzsche, F. Genealogia da Moral. Rio de Janeiro : Companhia das Letras, 2012.

Nietzsche, F. Obras Incompletas (Série os Pensadores). São Paulo : Editora Nova Cultural, 1999.

Nietzsche, F. Além do Bem e do Mal. São Paulo : Companhia das Letras, 2002

Rauter, C. Do Medo do Crime à Rebelião: Algumas Indicações para Pensar a Experiência Coletiva Brasileira a partir da Filosofia de Spinoza. Rev. Polis e Psique, 2013, 2(2):151-161

Disponível em <http://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/43401/28736>.
Acessado em 08/03/2014.

Rauter, C. Subjetividade e Criminologia no Brasil. Rio de Janeiro, 2010

Rolnik, S. À sombra da cidadania: alteridade, homem da ética e reinvenção da democracia.

Disponível em [www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/homemetica .pdf](http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/homemetica.pdf). Acessado em 20\06\2018.



VIOLÊNCIA SIMBÓLICA DE GÊNERO: ESTUDO COMPARATIVO SOBRE O AMBIENTE ACADÊMICO EM ESCOLAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Raquel Quirino¹
Eloiza Helena Gonçalves Maia²

RESUMO

Este artigo tem por objetivo trazer um breve estudo comparativo sobre o cenário da violência simbólica de gênero em ambientes educacionais brasileiros, mais precisamente em escolas federais de educação profissional e tecnológica. Foram escolhidos um TCC, uma dissertação e um artigo para o estudo comparativo, para averiguar se a violência se manifesta ou não em contextos educacionais e como é enfrentada pelas mulheres para se manterem na trajetória de formação escolhida/ profissão. Os cenários escolhidos foram instituições de dois estados do Nordeste- Universidade Federal da Bahia- UFB e Universidade Federal do Ceará- UFC e duas da região Sul do país, Universidade Tecnológica Federal do Paraná- UTFPR e o Instituto Federal de Santa Catarina- IFSC. A escolha dos locais se justifica pela possibilidade de se comparar regiões diferentes do país verificando se esses comportamentos dependem ou não de cultura local. A partir da teoria sobre Violência Simbólica de Gênero, essas pesquisas trouxeram questões interessantes sobre as mais diversas formas de violência sofrida pelas mulheres. Por instrumentos foram utilizados o levantamento de pesquisas bibliográficas e o estudo comparativo de dados. A pesquisa é exploratória, de cunho qualitativo e o método é o dialético. O resultado nos mostrou claramente a presença da violência simbólica de gênero em ambientes acadêmicos. Mostrou-nos ainda que temos muita luta pela frente para conscientizar a sociedade sobre mudanças nessa relação social, que traz embutida relações de poder entre os sexos, distribuídas de forma desigual, cabendo sempre à mulher uma posição subalterna na organização social.

Palavras-chave: mulher, ambientes educacionais, violência simbólica, relações de poder.

INTRODUÇÃO

Com o objetivo de trazer um breve estudo comparativo sobre o cenário da violência simbólica de gênero em ambientes educacionais brasileiros, mais precisamente em escolas federais de educação profissional e tecnológica, busca-se, como base teórica, um TCC, uma dissertação e um artigo cujos focos de pesquisa se convergem para essa temática.

¹Pós-doutorado e Doutorado em Educação pela UFMG; Mestrado em Educação Tecnológica pelo CEFET-MG. E-mail: quirinoraquel@hotmail.com.

²Mestranda em Educação Tecnológica no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. E-mail: eloizagm@terra.com.br.



Sendo “violência” e “gênero” categorias historicamente construídas, “a percepção social da violência não é única e nem universal” (GROSSI, 1994, p. 482). A violência contra a mulher é resultante de um conceito que abrange desde a sua forma mais concreta possível até a mais velada. Mesmo com a ampliação do conceito, ainda são escassas as pesquisas que evidenciam a forma velada de violência – a violência simbólica, traduzida pelo assédio sexual e moral, vivenciadas pelas mulheres diariamente nas escolas e nos ambientes de trabalho. Discutir, analisar e tentar conscientizar as pessoas sobre mudanças nessa forma de tratar a questão são urgentes e necessárias.

Inicialmente, torna-se necessário, conhecer o conceito de “**violência**” que SAFFIOTI define em seu livro *Gênero, Patriarcado, Violência*. Segundo a autora, na página 17, violência conceitua-se como sendo a ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral, observando-se ainda que apenas as integridades psíquica e moral situam-se fora do palpável; a não ser que a violência psíquica enlouqueça a vítima, tornando-se assim também palpável.

Assim, ampliando um pouco mais, chega-se ao conceito de **violência simbólica**, que, segundo Bourdieu (2012), é aquela que acontece de forma sutil, insensível e invisível a suas próprias vítimas. Para BOURDIEU, 2007, a dominação masculina está presente em todas as áreas na sociedade, caracterizando-se através do poder que o dominante exerce sobre o dominado, sem que o dominante precise exercer nenhuma forma de coerção física sobre o dominado, porque a “força ou poder simbólico” tem essa “magia” de coagir o dominado. Esse poder é carregado de pressupostos, conceitos e valores que foram introjetados no dominado pelas estruturas que fundamentam essa dominação.

Ainda como cita Bourdieu (2011, p. 7) “*o poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica: o sentido imediato do mundo*”. E isso permite que a **violência simbólica** se camufle por detrás de esquemas inconscientes de percepção e as vítimas, por sua vez, não reconhecem ou percebem tal violência. Os princípios da dominação masculina legitimam o homem como sexo dominante, privilegiando-o na ocupação de posições de poder nas esferas social, política e econômica. E como ressalta o autor: “*a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção; a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la*” (BOURDIEU, 2002, p.18).

Grossi (1994) chama atenção para os casos de assédio sexual envolvendo subordinados intimidados que se demitem ou demissões por “justa causa” sobre fatos forjados e revela o quanto é difícil a denúncia, uma vez que as vítimas estão sujeitas às relações de

poder. No entanto, a grande imprensa tem trazido casos envolvendo professores, autoridades religiosas, chefes imediatos, etc. Por sua vez, o assédio moral está relacionado “a um esforço repetitivo de desqualificação de uma pessoa por outra, podendo conduzir ou não ao assédio sexual” (FREITAS, 2001, p. 9).

A violência simbólica torna-se parte do cotidiano das pessoas que não mais a percebem como violência. Bourdieu percebia a estrutura universitária como um fator que contribuía para a manutenção ou propagação da violência simbólica, e, para ele, a estrutura acadêmica apresenta “um dos princípios mais decisivos da mudança nas relações entre os sexos, devido às contradições que nela ocorrem e às que ela introduz” (1999, p.105).

Atendo-se não apenas à violência manifesta e explícita, mas à violência simbólica caracterizada como assédio moral e assédio sexual, investiga-se as consequências e as sequelas desses fenômenos, cometidos contra as mulheres, em ambientes educacionais. Os resultados mostram que a violência simbólica de gênero é bastante frequente no meio acadêmico. O preconceito e a prática dessa violência independe de cultura regional. Torna-se urgente a visibilidade desse tema, pois as pesquisas sobre essa temática ainda são bastante escassas nos programas de pós-graduação no Brasil.

METODOLOGIA

A análise desenvolvida para a elaboração deste artigo foi uma pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, que se utilizou da técnica do estudo comparativo de dados. No primeiro momento, foram feitas consultas usando-se como descritores “violência simbólica”, “assédio sexual” e “ambientes acadêmicos” nas seguintes bases de dados: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD, na qual foi selecionada a dissertação **Assédio sexual em uma instituição de ensino superior: a percepção das servidoras da Universidade Federal do Ceará (UFC)**, de **Érica Cavalcante Lima**. Foi consultada também, a base de dados de TCCs/monografias da Biblioteca universitária da UFSC, da qual foi selecionado o TCC **violência de gênero na escola: abuso/assédio sexual e relações de poder**, cuja autoria é de **Flavia Maia Moreira**. Além das duas produções, analisamos o artigo **violência simbólica de gênero em duas universidades brasileiras**, das autoras **Lindamir Salete Casagrande e Ângela Maria Freire de Lima e Souza**, publicado no livro *Violência, gênero e diversidade*, organizado pelos autores Clóvis Wanzinack e Marcos Cláudio Signorelli.

No segundo momento, foi feita uma leitura criteriosa das três pesquisas e foram coletados os principais dados como título, objetivos, metodologias, teoria de base, sujeitos de pesquisa, principais resultados obtidos. Foram apontadas algumas conclusões de cada um dos estudos. E, por último, nas considerações finais, foram feitas anotações que permitem um comparativo do que há em comum nas três pesquisas.

Os instrumentos utilizados foram pesquisa bibliográfica e a análise comparativa de dados. O foco da pesquisa teve como objeto um breve estudo comparativo sobre o cenário da violência simbólica de gênero em ambientes educacionais brasileiros, mais precisamente em escolas federais de educação profissional e tecnológica. Em seguida, foram feitas as análises e interpretações dos dados. Diante dos resultados, pretendeu-se apontar alguns caminhos como pontos de reflexão, para que cada vez mais se possa avançar na questão da igualdade de gêneros.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Resultados

Apresenta-se a seguir alguns dados estatísticos que comprovam a existência da temática, justificando assim a importância da pesquisa. O levantamento feito através do Banco de Dados de Teses e Dissertações-BDTD, utilizando-se os descritores: “assédio moral”, “assédio sexual”, “violência de gênero” e “violência simbólica”, retornou 123 das produções científicas entre teses e dissertações.

Os resultados apresentam um equilíbrio entre as temáticas “violência”, com 64 trabalhos, e “assédio” com 59. Entretanto, considerando todo o universo da pós-graduação brasileira pesquisado, temos uma expressividade maior de produções com a temática assédio moral (54), e uma menor, em relação ao assédio sexual, com apenas 05 trabalhos conforme FIGURA 1.

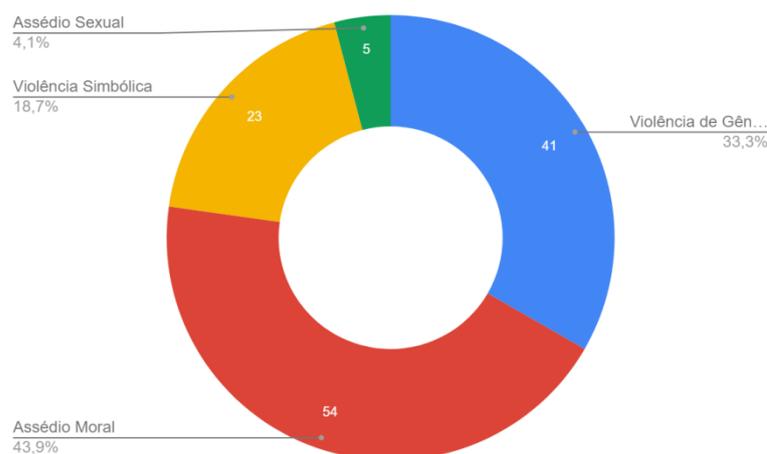


FIGURA 1. Relação de produções científicas conforme descritores de pesquisa.

Das 123 produções científicas, apenas 19 produções apresentam relação dos temas com a educação, sendo distribuídas da seguinte forma: 09 tratam de educação e violência simbólica; 08 sobre educação e assédio moral; 01 que relaciona violência de gênero e 01 de assédio sexual.

As teses e dissertações relacionadas à educação tem como área de concentração principal as Ciências Humanas (13) seguida das Ciências Sociais (5) e Ciência da Saúde (1).

As produções que abordam o contexto educacional não foram produzidas somente nos PPgs de educação. As produções que abordam o contexto educacional não foram produzidas somente nos PPgs de educação, sendo, portanto distribuídos em outros PPGs conforme TABELA 1.

TABELA 1 – Distribuição dos programas de pós-graduação que relacionam a temática à educação.

Administração	Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”
Administração de Empresas	Fundação Getúlio Vargas
Educação	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
	Universidade do Extremo Sul Catarinense
	Universidade Federal da Paraíba
	Universidade Federal do Espírito Santo
	Universidade Federal do Sergipe

Educação Brasileira	Universidade Federal do Ceará
Enfermagem	Universidade de São Paulo
Ensino	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Ensino de História	Universidade Estadual de Ponta Grossa
História	Universidade Federal do Espírito Santo
Políticas Públicas e Gestão do Ensino Superior	Universidade Federal do Ceará (2)
Psicologia	Universidade Tuiuti do Paraná (2)
	Universidade Federal do Amazonas
Psicologia Social	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Serviço Social	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Fonte: Elaboração Própria (2019, grifo próprio)

A única pesquisa que relaciona assédio sexual à área educacional, não foi produzida nos PPGs de Educação e sim na área de Ciências Sociais. E justamente, pelo fato da escassez de pesquisas nessa área, a referida produção científica, foi a escolhida para ser analisada neste estudo comparativo, juntamente com o TCC e o artigo.

Consulta semelhante foi feita na base de dados de TCCs/monografias da Biblioteca universitária da UFSC. Nesse filtro, foi localizada e selecionada, a produção **violência de gênero na escola: abuso/assédio sexual e relações de poder**, da autora **Flavia Maia Moreira**, que relaciona violência simbólica de gênero com o ambiente educacional. O artigo, por sua vez, foi selecionado por fazer parte do rol das referências bibliográficas que tratam da temática pesquisada.

Pesquisas sobre a violência simbólica de gênero, assédio moral e, principalmente o assédio sexual, embora já se tenha comprovada a existência desses fenômenos nas instituições educacionais, ainda é um tema controverso, porém, urgente de se ter mais visibilidade nos meios científicos, buscando formas de enfrentamento para extinção ou pelo menos, amenização destas situações.

Descrição das pesquisas

A partir da análise do TCC, da dissertação e do artigo, descreve-se a seguir as principais observações. Foram levados em consideração o objetivo, a metodologia, os sujeitos envolvidos, a bibliografia utilizada e os principais resultados encontrados na pesquisa. Em

seguida, fizeram-se as discussões comparativas referentes aos resultados encontrados em cada uma das produções analisadas.

O trabalho de conclusão de curso (TCC)

O **TCC violência de gênero na escola: abuso/assédio sexual e relações de poder**, cuja autoria é de **Flavia Maia Moreira**, sob a orientação da professora **Doutora Suzana Tolfo**, foi apresentado como trabalho final no Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da **Universidade Federal De Santa Catarina** em 2016, **Florianópolis**.

O objetivo principal deste trabalho foi compreender a percepção acerca da violência de gênero relacionada ao ambiente escolar, em particular quanto aos indícios de abuso/assédio/violência sexual, utilizando como campo de estudo o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Campus São José.

A pesquisa foi quali-quantitativa, através de questionário semiestruturado. O estudo foi realizado com estudantes entre 16 e 20 anos, da 5ª a 8ª fase dos cursos técnicos Integrados do IFSC, Campus São José.

O silenciamento das vítimas na escola reforça a naturalização das desigualdades de gênero presentes na nossa sociedade, contribuindo para uma forma de violência que o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1997) conceituou como simbólica.

Os resultados mostraram uma clara diferença na vivência dessas situações de violência no ambiente escolar entre os gêneros, tanto na sua tipologia quanto no desconforto e na intimidação. Também ficou claro que essas situações ocorreram desde o Ensino Fundamental, intensificando-se no Ensino Médio, sem que a escola em nenhum momento apareça como protagonista no acolhimento dessas vítimas e no combate a esse tipo de violência.

Apesar de também terem sido relatadas experiências por parte dos meninos, são as meninas que relatam terem vivenciado o maior número de situações de abuso e de assédio sexual na escola, por parte de professores e funcionários. As situações mais frequentemente relatadas estão muito mais no campo da visão erotizada dessas adolescentes por adultos que se utilizam mais de técnicas de sedução do que de ameaça para a satisfação de seus desejos sexuais.

Apesar de não haver um consenso na literatura jurídica sobre a caracterização desse crime no ambiente escolar, pela falta da caracterização do vínculo empregatício, fica evidente

(83) 3322.3222

contato@desfazendogenero.com.br

www.desfazendogenero.com.br

que a posição hierarquicamente superior de um funcionário da escola, principalmente no caso de professores, caracteriza uma relação de poder entre desiguais, independentemente da idade da vítima. Muitos relatos das próprias vítimas "inocentaram" professores, possivelmente por medo de retaliação e de perseguição, como se as atitudes dos professores pudessem ser justificadas pela provocação ou pelo consentimento das próprias vítimas.

Outro fator importante revelado nesse estudo é a total ausência da escola na identificação, no combate e na prevenção dessa violência no seu interior. Assim, quando o abuso ou o assédio sexual ocorre dentro da escola, esse é perpetrado por educadores e a Instituição não comunica ao conselho tutelar, a escola está se omitindo e ferindo a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, de acordo com o art. 70B do Estatuto da Criança e do Adolescente. Além disso, a omissão da escola contribui grandemente para a perpetuação da violência simbólica contra meninas e mulheres, o que pode gerar sequelas emocionais permanentes.

O Instituto Federal de Santa Catarina, apesar de ter tido expressivo crescimento nos últimos anos e de ter uma reconhecida excelência na sua oferta formativa, assim como na qualidade do seu quadro docente e técnico, avançou muito pouco quanto ao combate à desigualdade de gênero. A Instituição continua caracterizada por um domínio masculino e pela violência simbólica contra as mulheres. O desafio institucional não deve ser encerrado com o oferecimento de iguais oportunidades de acesso à educação: é preciso também garantir condições equivalentes, para que todas as alunas permaneçam no sistema escolar e sejam bem-sucedidas.

A dissertação

A dissertação de mestrado intitulada **Assédio sexual em uma instituição de ensino superior: a percepção das servidoras da Universidade Federal do Ceará (UFC)**, de **Érica Cavalcante Lima**, orientada pela professora Dr.^a **Maria Elias Soares**, foi apresentada ao curso de Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior em **2017**, na Universidade Federal do Ceará–Fortaleza. Esse trabalho possui os seguintes objetivos: investigar a percepção das servidoras lotadas na Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da Universidade Federal do Ceará, no tocante ao conceito de Assédio Sexual, verificar quais fatores levam à identificação do assédio, apreender o modo como percebem a instituição em que trabalham frente a essa prática e, por fim, propor melhorias no ambiente laboral da Organização, com ênfase na prevenção desse crime.

Para a elaboração dessa pesquisa, de caráter qualitativo, aplicou-se questionário composto por perguntas objetivas e subjetivas a 58 trabalhadoras, utilizando, na análise dos dados, os procedimentos metodológicos do Discurso do Sujeito Coletivo. Foram utilizadas como principais teorias de base: BARRETO, Margarida Maria Silveira, BEAUVOIR, Simone de. BOURDIEU, Pierre, FREITAS, M. E., HIRIGOYEN, Marie-France, LOURO, Guacira Lopes.

O assédio sexual pode ser definido como uma invasão aos limites da intimidade do outro, como um tipo de constrangimento e, portanto, como uma falta de respeito para quem o sofre. Pode ser considerado, ainda, como uma forma de opressão, visto que, quase sempre, essa invasão tem como elemento caracterizador uma relação de poder entre o agressor e a vítima e, nesse sentido, costuma acontecer, sobretudo, por parte dos homens contra as mulheres.

Essa pesquisa, primeiramente, buscou descrever todos os aspectos mais importantes acerca do que, de fato, significa o assédio sexual. Em seguida, foi proposto um retrospecto histórico acerca do trabalho feminino, com o fim de demonstrar o porquê de serem as mulheres as principais vítimas desse tipo de agressão. Pôde-se apreender que as trabalhadoras pesquisadas têm sólido conhecimento acerca dessa prática, visto que entendem quais são os seus principais elementos caracterizadores, quais sujeitos podem ser vítimas e agressores, quais causas possivelmente motivam a prática e quais são as sensações despertadas nas pessoas que o sofrem, bem como quais são as formas de prevenção e de combate à prática. Pôde-se concluir, dessa forma que elas não consideram a UFC como uma instituição segura, no sentido de prevenção e de combate à prática de assédio sexual, e dão significativas sugestões para auxiliar a Instituição a proceder sobre esse aspecto.

A Universidade Federal do Ceará não tem desenvolvido qualquer trabalho de informação, prevenção ou de combate em relação ao crime de assédio sexual em seus espaços laborais. Conforme ressalta Freitas (2001), as organizações que, quase sempre, têm homens à frente dos postos de comando e de gerenciamento, ainda não se atentaram para a gravidade de problemas como o assédio sexual e, nesse sentido, costumam assumir posicionamentos negligentes, no tocante a temas dessa natureza.

Quando uma instituição se omite a assumir posicionamentos resolutivos no combate a problemas dessa natureza, é dificultada a promoção de um ambiente laboral inteiramente saudável e além disso, essa corre riscos de formar uma imagem negativa de si, frente aos seus colaboradores internos e externos, bem como de prejudicar-se no desempenho pleno de suas atividades. Essa pesquisa procurou ressaltar a necessidade de as organizações, em especial a

(83) 3322.3222

contato@desfazendogenero.com.br
www.desfazendogenero.com.br

Universidade Federal do Ceará, disponibilizarem parte da sua atenção para a questão do assédio sexual o qual, por vezes, é encarado como um problema distante, pouco prejudicial e menos importante, mas que, na verdade, causa bastante inquietação para as partes que estão vulneráveis.

Esse trabalho concorda com a perspectiva demonstrada por importantes estudos acerca dessa temática: de que o assédio sexual é nocivo ao estabelecimento de condições dignas, justas e igualitárias aos trabalhadores e que, desse modo, ele precisa ser prevenido e combatido de quaisquer ambientes laborais. Faz-se necessário, portanto, a difusão de mais informações sobre essa violência, sobretudo nas organizações, visto que são ambientes propícios para esse tipo de agressão. Acredita-se que esse trabalho pode contribuir para a melhoria da Gestão Estratégica da Universidade Federal do Ceará, pois, ao trazer elementos que tratam da percepção de uma parcela importante do seu capital humano, acerca de um assunto que tem representado um relevante desafio ao bom funcionamento das organizações, ele poderá ajudar a Instituição a encontrar medidas que dificultem cada vez mais a prática desse ato indecoroso, que denigre quaisquer relações de trabalho onde ocorre.

O artigo

O artigo- **violência simbólica de gênero em duas universidades brasileiras**, das autoras **Lindamir Salete Casagrande Ângela Maria Freire de Lima e Souza**, Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo – PPGNEIM, Universidade Federal da Bahia (UFBA), traz uma pesquisa desenvolvida simultaneamente em dois estados brasileiros, sendo estes Bahia e Paraná.

O objetivo da pesquisa foi analisar os cursos de licenciatura e engenharia da UFBA e da UTFPR sob a perspectiva de gênero. "Esta pesquisa foi baseada na metodologia qualitativa na qual utilizamos como instrumento de coleta de dados a 'entrevista virtual'". Para tal, foi enviado aos/às estudantes de Engenharia Mecânica e Civil e das licenciaturas em Letras e Matemática da UTFPR, campi Curitiba e Pato Branco, e da UFBA, um formulário/questionário no qual foi apresentada a pesquisa e, em seguida, um quadro para o levantamento dos dados socioeconômicos e cinco perguntas abertas. A base teórica sustenta-se em Pierre Bourdieu.

Nesse capítulo o olhar foi voltado para os cursos de engenharia e licenciatura de duas universidades federais brasileiras buscando identificar nos depoimentos de seus/suas estudantes indícios de violência simbólica. Essas dificuldades recaem, de modo especial,

sobre as mulheres. Há um estranhamento da comunidade acadêmica e da sociedade em geral quando elas decidem adentrar nas engenharias, de modo especial, na engenharia mecânica, que ainda se constituem em redutos masculinos. Esse estranhamento ocorre com base nos estereótipos de que as mulheres não têm condições físicas e intelectuais de acompanhar um curso tão difícil. Também se sustenta na ideia equivocada de que as mulheres não seriam naturalmente dotadas de habilidades intelectuais exigidas para a área das Ciências Exatas, como raciocínio abstrato, objetividade, dentre outras. Daí espera-se que elas se dediquem a cursos mais leves ou mais adequados às suas tendências “naturais”, como o cuidado, a empatia a atenção para a estética, etc. Nesse tipo de pensamento, revelam-se todos os estereótipos de gênero que associam as mulheres à fragilidade, à incapacidade, uma constante referência ao conceito do “sexo frágil”.

Mas onde está esta fragilidade? Como, nos dias atuais, nos quais as mulheres têm dado inúmeras demonstrações de capacidade, esse preconceito ainda se sustenta? Até quando o meio universitário, assim como, de resto, a sociedade, vai continuar a se apresentar como um ambiente muitas vezes hostil para mais da metade da população? Nas páginas anteriores percebemos que a violência simbólica se manifesta com base em diversas situações e é praticada tanto por estudantes quanto por professores/as. Estudantes que atravessam as barreiras que a sociedade insiste em impor têm sua sexualidade, sua beleza, sua capacidade questionada. Eles e elas relatam que se sentem mal com tal situação. Mostram-se cientes do que está ocorrendo no meio acadêmico, porém, muitas vezes, se sentem incapazes de reagir.

As mulheres que participaram dessa pesquisa demonstraram que quando a agressão vem de um colega elas manifestam seu descontentamento e acabam superando as situações constrangedoras e conquistando seus espaços com base no trabalho e no esforço pessoal empregado no decorrer do curso. Porém, quando o/a agressor/a é um/a professor/a suas reações são limitadas pelo temor de serem punidas nas avaliações, que muitas vezes, são subjetivas.

As entrevistas evidenciaram que o meio acadêmico está longe de ser um espaço democrático e igualitário. Estudantes que ousam escolher cursos que, supostamente, são destinados a um dos sexos enfrentam dificuldades que lhes são impostas exclusivamente por pertencer ao outro sexo. Percebe-se que a violência simbólica se manifesta com base em diversas situações e é praticada tanto por estudantes quanto por professores/as. Estes/ as profissionais que deveriam estimular e contribuir para o crescimento de todos e todas igualmente acabam contribuindo para o afastamento das mulheres de carreiras que são valorizadas social e financeiramente. Trata-se de uma postura que não condiz com o papel que

se espera de um/a professor/a. Evidencia-se que há a necessidade urgente de se desenvolver ações para que tais situações sejam banidas do meio universitário, pois todos e todas têm condições de fazer o curso que desejarem, desde que estejam disponíveis para eles e elas as mesmas condições de acesso e de permanência.

Ao compararmos as duas universidades, percebemos que não há diferença significativa no que se refere a essa questão. Considerando que as universidades estão inseridas em regiões do país com culturas diferentes, poderíamos encontrar resultados também diferentes. Entretanto, isso não ocorre. Para o preconceito e a violência simbólica, as diferenças culturais que caracterizam as regiões em foco nesse estudo parecem exercer pouca interferência. As agressões e os obstáculos impostos às mulheres paranaenses são muito similares aos impingidos às mulheres baianas. Percebe-se que há a necessidade de se desenvolver ações para que tais situações sejam banidas do meio universitário, para que todos e todas tenham condições de fazerem as escolhas de acordo com suas aptidões, anseios e vontades, e, principalmente, encontrem na universidade um ambiente no qual tenham condições de permanência e crescimento igualitário. Todos e todas têm condições de fazer o curso que desejarem, desde que estejam disponíveis para eles e para elas as mesmas condições de acesso e permanência.

Discussões

Em relação ao artigo, confirma-se que a violência simbólica se manifesta no meio universitário de diversas formas, em diferentes campos. Seja ela na sexualidade, na aparência física dos/as estudantes, nas supostas diferenças cognitivas entre homens e mulheres, na faixa salarial da futura carreira ou na postura dos professores/as.

Em relação à sexualidade, tanto homens quanto mulheres são questionados quando se escolhe cursos considerados redutos do outro sexo, uma vez que, na percepção da sociedade, existem cursos para o público feminino e cursos para o público masculino. E sempre os considerados femininos são mais desvalorizados. Homens que escolhem cursos considerados femininos são chamados de “gay”, e as mulheres que escolhem cursos considerados masculinos são taxadas de “lésbicas”, “sapatão”. Com isso, áreas do conhecimento podem estar perdendo grandes talentos.

Em relação à aparência física, mulheres que escolhem as engenharias, principalmente mecânica, são consideradas “feias” e também “sapatões”. A mulher sempre é considerada menos capacitada intelectualmente do que o homem, por isso é discriminada principalmente quando decide transgredir para as áreas ditas masculinas. No depoimento de pesquisados, fica

(83) 3322.3222

contato@desfazendogenero.com.br
www.desfazendogenero.com.br

claro que alguns professores “são mais prestativos com as alunas” e isso pode gerar algumas leituras, inclusive a de assédio sexual. Por exemplo, o/a professor/a considera que a menina/mulher tem mais dificuldade com o conteúdo e, que por isso, precisa de uma atenção especial, de uma proteção.

As profissões tidas como qualificadas são ocupadas por homens, enquanto os trabalhos sem qualificação são atribuídos às mulheres. Quanto ao trabalho propriamente dito, mesmo que as mulheres tenham a mesma capacidade intelectual das de um homem e a mesma formação, sempre terão salários inferiores aos dos homens. A desigualdade de renda entre homens e mulheres no caso brasileiro é resultado de uma inserção, no mercado de trabalho, diferenciada por sexo, na qual a mulher quase sempre está em ocupações precárias, de baixa qualificação e informal.

Já quando se fala do **TCC** e da **dissertação**, parte-se para uma violência simbólica no campo do assédio sexual. Aqui, percebe-se que, tanto no processo de formação profissional quanto no exercício da profissão propriamente dita, a mulher sofre agressões e discriminações de forma bem parecida dentro do contexto educacional.

No que diz respeito às alunas do Instituto Federal de Santa Catarina, elas sofrem agressões sexuais por parte de professores e funcionários. A maioria dos casos não são levados a conhecimento da Instituição e acabam tratados como “naturais”. As alunas muitas vezes não denunciam esse assédio por medo de retaliação e de perseguição por parte do agressor que, na maioria das vezes, são os próprios professores. Outros fatores que influenciam na falta de denúncia é vergonha, principalmente por terem que provar o assédio e passarem por situações constrangedoras, além do próprio discurso velado de que o assédio acontece pela provocação e pelo consentimento da vítima. Nesse caso, ainda, as alunas geralmente são menores de idade, o que torna o fato mais grave ainda. O silenciamento é muitas vezes usado como forma de resistência para as vítimas se manterem em suas trajetórias. A escola não tem nenhum programa de combate e de prevenção a esse tipo de violência sofrido pelas mulheres alunas.

Situação parecida é enfrentada pelas servidoras da Universidade Federal do Ceará. Apesar de passarem pela situação do assédio sexual, as trabalhadoras pesquisadas têm sólido conhecimento acerca dessa prática, visto que entendem quais são elementos caracterizadores; quais sujeitos se enquadram nas condições de vítimas e de agressores, quais causas possivelmente motivam a prática e quais sensações são despertadas nas pessoas que o sofrem, além de saberem das formas de prevenção e de combate à prática. Foi possível também concluir que elas não consideram a UFC como uma instituição segura no sentido de prevenir e

de combater a prática de assédio sexual, além de elencarem significativas sugestões para auxiliar a Instituição a proceder nesse aspecto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação à violência simbólica de gênero, comparando a monografia, a dissertação e o artigo, percebe-se que o quadro apresentado não tem muitas diferenças. Pelo contrário, eles têm muito em comum. Percebe-se que tanto no ensino fundamental, quanto no ensino médio, na graduação ou no ambiente de trabalho, ela é bastante comum e presente no meio acadêmico.

As agressões e os obstáculos impostos às mulheres baianas, cearenses, paranaenses e de Santa Catarina são muito similares. Para o preconceito e para a violência simbólica, as diferenças culturais que caracterizam as regiões em foco neste estudo parecem exercer pouca interferência. Nesse contexto a mulher sempre é colocada numa posição subalterna, no que se trata da organização social e organizacional.

Além disso, percebe-se que há poucos estudos que abordam essa violência simbólica de gênero em ambientes acadêmicos, principalmente no que tange ao assédio sexual. E, se essas situações são reais e presentes no cotidiano escolar, porque ainda são tão camufladas? Porque suas vítimas não denunciam? Quais motivos falam mais alto na hora de tornar público tais acontecimentos? A instituição é conivente?

Diante de tantas perguntas, torna-se urgente aumentar as pesquisas, para dar maior visibilidade a esse tipo de prática e responder a todos esses questionamentos. É necessário desenvolver ações, para que tais situações sejam extintas do meio universitário, no sentido de que todos e todas tenham condições de fazerem as escolhas de acordo com suas aptidões, anseios e vontades. E que, principalmente, encontrem na universidade, um ambiente no qual, tenham condições de permanecerem e crescerem de forma igualitária. Todos e todas têm condições de fazer o curso que desejarem, desde que estejam disponíveis para eles e elas as mesmas condições de acesso e permanência. Portanto, confirma-se que ainda há muita luta pela frente na busca da conscientização da sociedade sobre as mudanças necessárias nessa relação social.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kühner. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 159 p.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 311p.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CASAGRANDE, Lindamir Salet. SOUZA, Ângela Maria Freire de Lima e. **Violência simbólica de gênero em duas universidades brasileiras**. WANZINACK, Clóvis. SIGNORELLI, Marcos Claudio; (Orgs.). *Violência, gênero & diversidade: desafios para a educação e o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2015.

FREITAS, Maria Ester de. **Assédio moral e assédio sexual: faces do poder perverso nas organizações**. RAE - *Revista de Administração de Empresas*. v. 41 . n. 2 . Abr./Jun. 2001.

GROSSI, Miriam Pilar. **Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil**. *Estudos feministas*. Porto Alegre, ano 2, segundo semestre 1994.

LIMA, Érica Cavalcante. **Assédio sexual em uma instituição de ensino superior: a percepção das servidoras da Universidade Federal do Ceará (UFC)**. Orientadora: Maria Elias Soares. 2017. 143f. Dissertação Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2017

MOREIRA, Flávia Maia. **Violência de gênero na escola: abuso/assédio sexual e relações de poder**. Orientadora: Suzana da Rosa Tolfo. 2016. 56f. TCC Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina- 2016

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004



“ESPELHOS DA NOITE”: IDENTIDADES VESTIDAS PELO CONTROLE SOCIAL

Rose Cláudia Oliveira de Andrade¹
Maria de Fátima A. Di Gregorio²

RESUMO

Este artigo resulta de uma pesquisa de mestrado que tem como temática “As garotas do KM 43”: identidade(s), prostituição, família(s) e escola. Analisa a trajetória de vida das prostitutas do Km 43 – Distrito Stela Câmara Dubois – Jaguaquara, Bahia, localidade que tem um bordel de estrada cujas mulheres constituem um grupo atuante entre “ser mãe e prostituta”, exigindo reflexão do processo histórico, cultural, educacional, sócio econômico e político dessas mulheres que possuem identidades que são negociadas na sociedade. Para tanto, busca-se por meio das narrativas, ouvir a voz dessas mulheres que de alguma forma são visibilizadas no local, constituindo um grupo coletivo que apresenta acepções em uma sociedade marcada pelo preconceito e discriminação. Nesse viés, perceber por suas falas como elas enunciam e lidam com suas identidades, especialmente as étnicas. A pesquisa tem como sujeitos, as mulheres que em suas histórias tem pontos e razões os quais convergem para pobreza, desemprego, formação precária, violência familiar, falta de oportunidades na vida dentre outras formas de violência instituída contra mulheres. Ancora-se na história oral, cuja coleta de informações objetiva compreender de que maneira as prostitutas do KM 43 vem construindo suas identidades na dinâmica entre prostituição, família e escola, identificando a inserção no âmbito da prostituição, suas trajetórias de vida pessoal e profissional, com intuito de elucidar suas vivências. Constitui como pesquisa social, empírica, de natureza qualitativa, ancorada em teóricos que dialogam com as categorias em estudo.

Palavras-chave: Prostituição, família, identidade.

¹ Mestranda do Curso de Relações Étnicas e Contemporaneidade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB/Campus Jequié Ba, rclaudiaandrade@hotmail.com.

² Doutora em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica do Salvador/UCSal Ba, f_digregorio@hotmail.com.





“ESPELHOS DA NOITE”: IDENTIDADES VESTIDAS PELO CONTROLE SOCIAL³

TESSITURAS INICIAIS

Debater a prostituição sob o prisma das relações sociais é pensar sobre as dinâmicas estabelecidas que demarcam a construção simbólica e histórica dessas mulheres que contam suas histórias, reconstruem sua identidade ao confrontar-se com as possibilidades de recriação e transmissão de seu universo cultural no momento em que elabora a vivência da prostituição.

Os processos identitários remetem as heranças, legitimam a identidade étnica, principalmente ao que diz respeito o papel das mulheres que transitam na comunidade local e devem ser compreendidos a partir das histórias de vida. Ouvir a enunciação das identidades étnicas sob a ótica das mulheres que vivem em situação de prostituição é pensar em contextos e vivências, considerando-se que o seu cotidiano é marcado por estigmas, preconceitos e violências, significa ainda contribuir para problematizar as formas de lutas por reconhecimento e *empoderamento* na sociedade, bem como, tornar visíveis as realidades as quais são submetidas ao assumirem suas identidades.

Esta investigação resulta de uma pesquisa de mestrado do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Relações Étnicas e Contemporaneidade- PPGREC - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB, Campus de Jequié, com inserção na linha de pesquisa n. 2: etnia, gênero e diversidade sexual que tem como temática “As garotas do KM 43”: identidade(s), prostituição, família(s) e escola. Analisa a trajetória de vida das prostitutas do Km 43 – Distrito Stela Câmara Dubois – Jaguaquara, Bahia. Ademais, esta pesquisa possui o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) 99015318.6.0000.0055, aprovado pelo parecer nº 2.978.072.

Diante disto, objetiva-se com esse estudo compreender de que maneira as prostitutas do KM 43 vem construindo suas identidades na dinâmica entre prostituição, família e escola, identificando a inserção no âmbito da prostituição, suas trajetórias de vida pessoal e profissional, com intuito de elucidar suas vivências. Além disso, visando atender a complexidade da pesquisa, os seguintes objetivos específicos foram traçados: 1) Identificar a inserção das mulheres na prostituição em diferentes contextos e espaços sociais; 2) Elucidar a

³Este artigo resulta de uma pesquisa de mestrado do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Relações Étnicas e Contemporaneidade- PPGREC - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB, Campus de Jequié.



trajetória de vida das prostitutas; e 3) Analisar a partir das narrativas, como as mulheres que se prostituem se percebem etnicamente, identificando os marcadores inseridos na prostituição.

O *corpus* selecionado para análise são as entrevistas concedidas a partir da técnica da história oral. O campo da pesquisa é o KM 43 – Distrito Stela Câmara Dubois, do município de Jaguaquara Bahia, localizado às margens da rodovia BR 116. Propõe uma amostra constituída de quatro colaboradoras – mulheres prostitutas e mães, moradoras da comunidade pesquisada. Na utilização das falas das prostitutas, atendendo à solicitação das mesmas, estabelece-se o critério de não identificar seus nomes. Os registros são assinados pelos condinomes batom, espelho, esmalte e escova que se reportam aos depoimentos das mulheres pesquisadas.

Para tanto, busca-se por meio das narrativas, ouvir a voz dessas mulheres que de alguma forma são visibilizadas no local, constituindo um grupo coletivo que apresenta acepções em uma sociedade marcada pelo preconceito e discriminação. Nesse viés, perceber por suas falas como elas enunciam e lidam com suas identidades, especialmente as étnicas. A pesquisa tem como sujeitos, as mulheres que em suas histórias tem pontos e razões os quais convergem para pobreza, desemprego, formação precária, violência familiar, falta de oportunidades na vida e outras formas de violência instituída contra mulheres em uma sociedade desigual e violenta. Mulheres que são mães e assumem diante da sociedade a prostituição como profissão. Será que são estigmatizadas e hostilizadas? Como se dá a relação delas com os grupos de mães e entre outros grupos? Quem são essas mulheres? Como é ser vista como prostituta? Quais os enfrentamentos e lutas? Qual identidade é mais fixada?

O estudo é uma pesquisa social, entra em um campo que permite “penetrar num mundo polêmico onde há questões não resolvidas e onde o debate tem sido perene e não conclusivo” (MINAYO, 1999, p.20). Dessa forma, opta-se pela metodologia com abordagem qualitativa, em que qualquer investigação social necessita revelar o aspecto primordial do seu objeto, que se traduz no qualitativo. A investigação problematiza a relação entre sujeitos, portanto é dialógica, na qual a pesquisadora é parte integrante do processo investigativo.

Tem-se a história oral como “um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas” (MEIHY; HOLANDA, 2013, p. 15), essas pessoas são colaboradoras, de maneira que valoriza as subjetividades a partir do anunciado e das vivências narradas, que podem revelar afirmações ou negações, saberes e significados no processo de construção das identidades.

Esses grupos, no caso específico dessa investigação as prostitutas, perpassam por lutas sociais e conquistas de espaços no percurso de reconhecimento por uma identidade social. O processo histórico, cultural, educacional, sócio econômico e político no país e as políticas públicas mais recentes de apoio e reconhecimento à classe desvelam lutas e contradições vividas por essas mulheres. No caso dessa pesquisa, as vivências se corporificam nas histórias de cada uma que tem pontos e razões que convergem para baixa escolaridade, abandono, preconceito e vulnerabilidade social. Assim, ouvir as vozes das mulheres que se evidenciam em especificidades de vulnerabilidade social nos diferentes contextos e espaços sociais exige um olhar reflexivo acerca das lutas e disparidades de gênero no cotidiano das relações na sociedade contemporânea. Nesse cenário, como conceber a prostituição?

Uma compreensão mais abrangente sobre o fenômeno da prostituição se faz necessário problematizar os significados vigentes, seu contexto, as contradições, suas desconexões com antigas significações, de modo a compreender o contexto da contemporaneidade e promover o debate sobre a prostituição em diferentes contextos e espaços sociais.

A prostituição sob o prisma da construção da identidade étnica de mulheres que se confrontam com outras mulheres pensa-se no embate identitário e na dinâmica que se estabelece entre grupos e lugares. Promove diálogos, revela os aspectos e fatores ligados à prostituição na localidade, considera as peculiaridades que denunciam e evidenciam as identidades das mulheres prostitutas no contexto entre famílias, escola e trabalho. Ser mãe e prostituta. Nesse cenário de debate, essa proposta de trabalho se apropria da história de vida das prostitutas, redimensiona o debate sobre a prostituição no mundo contemporâneo e visibiliza as experiências de vida das prostitutas no contexto das relações étnicas.

A investigação aponta para os conflitos entre o mundo da escola, de ser mãe e o mundo da prostituição. Vivências de mulheres menosprezadas e hostilizadas pela própria família. Evidencia a história de vida entre lutas pela sobrevivência e formas de resistências.

ENTRE DESAFIOS E SUPERAÇÕES

Para mudar o mundo, é preciso mudar as maneiras de fazer o mundo, isto é, a visão de mundo e as operações práticas pelas quais os grupos são produzidos e reproduzidos⁴.

Fig. 1 – Fotos do Distrito Stela Câmara Dubois



Fonte: Google acessado em 26 de janeiro de 2019

As mudanças ocorrem a todo tempo nos cenários com elevados números de problemas socioculturais que se constituem na dinâmica da relação entre o “eu” e os “outros”, no que tange aos processos de construção de identidades em uma sociedade marcada por inúmeras desigualdades. Nessa dinâmica, compreende-se que grupos os minoritários são fragilizados e vulneráveis, cujas histórias de vida necessitam ser registradas.

Reportando-se a Rago (1985), a prostituição é considerada como um desvio que se fundamenta-se nas reflexões médicas de higienização, desenvolvida no final do século XIX. Conforme a autora observa-se que a prostituta foi, nesse período, rotulada como degenerada, decaída, mulher sexualmente doente, devendo assim, ser afastada da convivência das “boas famílias” e pagar um alto preço por sua condição social.

Mulheres de má vida, meretrizes insubmissas, impuras, insignificantes, o que fazer com essas loucas que recusam o aconchego do casamento, que negam a importância do lar e preferem circular enfeitadas pelas ruas, desnudando partes íntimas do corpo, exalando perfumes fortes e extravagantes, provocando tumultos e escândalos, subversivas que rejeitam o mundo edificante do trabalho, surdas aos discursos moralizantes e que perseguem a todo custo a satisfação do prazer? (RAGO, 1985, p. 85).

Conforme Beavoir (1980, p.376) “a prostituta é um bode expiatório; o homem descarrega nela sua torpeza e a renega, [...] a prostituta não tem direitos de uma pessoa, nela se resumem , ao mesmo tempo, todas as figuras da escravidão feminina”. Assim, percebe-se a

⁴ C.f a obra de BOURDIEU, Pierre: Coisas ditas 1930-2002. Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim; revisão técnica Paula Montero. São Paulo: Brasiliense, 2004.

prostituição como o resultado de relações sociais hierárquicas de poder; como resultado igualmente de uma situação moral invertida; como objetificação total da mulher nas instâncias sexual e econômica submetida à ordem masculina; como instituição partícipe do funcionamento do sistema patriarcal; como uma forma trabalho. Segundo a autora “a maior parte das prostitutas estão moralmente adaptadas à sua condição”. (BEAVOIR, 1980, p.388).

Prostituição é um trabalho penoso onde a mulher oprimida sexualmente e economicamente, submetida ao arbítrio da polícia, à uma humilhante vigilância médica, aos caprichos dos clientes, destinada aos micróbios e à doença, é realmente submetida ao nível de uma coisa. (BEAVOIR, 1980, p.389).

Rodrigues (2009) afirma que na concepção concebida como um “mal necessário”, a prostituição é vista como “a profissão mais antiga do mundo” uma forma de naturalizar esse exercício e reafirmar o domínio dos homens sobre as mulheres, enfatizando que os corpos femininos sempre estiveram à disposição dos seus consumidores, os homens. Nesse entendimento, a prostituição é considerada como desvio de pessoas doentes que não se adequam ao padrão e normas vigentes que para os moralistas, se consolida para atender ao prazer masculino, uma vez que em nossa cultura o sexo não é desonra para o homem.

Nessa expectativa, as reflexões sobre prostituição demandam pensar os estilos de vida das prostitutas, de forma a haver um deslocamento dessas discussões do eixo moralista para um campo mais amplo que seja permeado pelas questões políticas, sociais e étnicas em defesa dos direitos humanos. Contudo, embora, tenham ocorrido transformações e avanços em torno da prostituição ainda são explícitos os elementos ligados à dominação de gênero, violência e estigmatização. Goffman (2004) menciona que estas marcas estão ligadas a etnia, corpo, situação social desenvolvendo estigmas.

Em primeiro lugar, há as abominações do corpo – as várias deformidades físicas. Em segundo lugar, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família. (GOFFMAN, 2004, p.14).

A identidade existe sempre em relação à outra. Quer dizer, existe uma relação dialética entre identidade e reconhecimento social que se dá a partir dessas construções que podem ser positivas ou negativas, as quais designam determinados comportamentos dos sujeitos. Assim, repleta de violências e estigmas, a prostituição se assemelha a uma atividade que outorga elementos arcaicos de uma moral sexual civilizada. A reflexão sobre prostituição

exige novos olhares que vão além dos discursos sobre sexualidade decorrentes da chamada “revolução sexual”.

Constata-se no decorrer da história que as prostitutas têm as marcas da ausência de estudo, situação de pobreza e revelam laços familiares rompidos e a condição de vida à margem de experiências preconceituosas e discriminatórias. As mulheres são violentadas pelo discurso da masculinidade hegemônica, o qual reproduz a lógica da dominação masculina nas instituições como família, escola e estado. Evidencia-se em suas histórias, uma infância e adolescência negada pelos direitos à cidadania. Nesse contexto de traumas, frustrações e humilhações elas buscam superar a dor do sofrimento e lutam pela vida.

A falta de amparo dos pais, abandono pelos amantes ou maridos, ausência de oportunidade de trabalho e estudo, sedução e exploração, escravidão sexual, medo, são causas elencadas por Beauvoir (1980) para a prostituição. Portanto, sob o signo do social a existência da prostituição é posta num contexto de violência implícita ou explícita, desmascarando “a mais antiga profissão do mundo”.

Scott (1992) ressalta quanto à questão de gênero que com a proliferação dos estudos do sexo e da sexualidade, o gênero se tornou um termo particularmente útil, porque oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens, pensado simetricamente o lugar de fala das mulheres durante toda a história da humanidade que foi de lugar da subalternidade, subserviência e em contrapartida, os homens assumiram um lugar privilegiado.

Gênero é uma categoria útil de análise histórica, por induzir a compreensão de homens e mulheres em termos relacionais. É um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos; é o primeiro modo de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1992, p 75).

Com base nessa explanação, compreende-se gênero como um elemento constitutivo das relações sociais fundamentado nas diferenças percebidas entre os sexos, é uma forma primária de dar significado às relações de poder; um campo primitivo dentro do qual ou por meio do qual se articula o poder. Assim, nas várias maneiras de entender a complexidade das interações humanas o gênero assume mecanismo de decodificação de várias formas de interações.

Para Silva, “questionar a identidade e a diferença como relações de poder significa problematizar os binarismos em torno dos quais elas se organizam” (SILVA, 2014, p. 83), isto é, o questionamento implica desconstruir esses binarismos, mostrar como eles não são essencialmente dados e ativamente produzidos de modo a manter relações hierárquicas e de

privilégio. Butler (1999, p. 155) argumenta que a formação do sujeito através do imperativo heterossexual exige a produção simultânea de um domínio de seres abjetos que formam o exterior constitutivo relativamente ao domínio do sujeito. O objeto se refere às zonas inabitáveis da vida social.

As narrativas das prostitutas exprimem subjetividades daquilo que é desprezível e vergonhoso, discursos construídos no campo da idealização do individual e de um coletivo, a prostituição é realização ou um aprisionamento, considerando as pressões sociais, regulações da sexualidade que aparecem e suscitam o preconceito e aprisionamento das mulheres acerca das suas subjetividades em seus processos de construções indenitárias.

Nesse sentido, a transgressão dos papéis problematiza a natureza biológica de homens e de mulheres, tem um discurso que leva à manutenção da tal ordem compulsória que inscreve o sexo e as diferenças sexuais fora do campo do social. Desconstruir essa norma de caráter social de estruturas que parecem naturalizadas, de acordo Butler (2003), é uma questão de gênero, já que este é um ato intencional, um gesto performativo que produz significados.

As mudanças da sociedade contemporânea afetadas determinantemente pela expansão do capitalismo com seus modos de produção e com o desenvolvimento das classes médias, sobretudo na Europa, foram alicerçadas pelas expressões do processo de proliferação do discurso e reafirmação das sexualidades heterogêneas que eclodiram a partir da década de 60 com o surgimento dos movimentos sociais.

Esses movimentos, embora, não romperam totalmente com a lógica e mecanismos do saber/poder que consiste em “estratégias de relações de força, sustentando tipos de saberes e sendo por eles sustentadas.” (FOUCAULT, 1979, p. 246) foi decisivo por uma das expressões mais diretas da evolução do processo de proliferação do discurso e reafirmação das sexualidades heterogêneas. “O dispositivo de sexualidade tem, como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global” (FOUCAULT, 2011, p.118).

Conforme Foucault (1979), um dispositivo é sempre um dispositivo de poder, que opera em um determinado campo e se desvela pela articulação que engendra de uma multiplicidade de elementos, pela relação de poder que entre eles se estabelece. O dispositivo expressa, ainda, um objetivo estratégico que atende a uma urgência histórica. Entende que um dispositivo corresponde a “um tipo de formação que, em determinado momento histórico,

teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante”. (FOUCAULT, 1979, p. 244).

Em cada momento da história a dominação se fixa em um ritual; ela impõe obrigações e direitos; ela constitui cuidadosos procedimentos. Ela estabelece marcas, grava lembranças nas coisas e até nos corpos; ela se torna responsável pelas dívidas. (FOUCAULT, 1979, p. 25).

Nesse contexto de movimentos marcados por críticas, discussões e reivindicações prevalece a busca incessante que em torno da liberação dos costumes, do direito ao prazer e à diferença, da não discriminação e do reconhecimento da diversidade e das minorias sexuais “não é simplesmente a questão de o que é uma mulher própria ou imprópria, mas o que não é absolutamente concebível como uma mulher” (BUTLER, 2002, p. 165) que na situação de prostituta ocupa um lugar que, de alguma forma, se relaciona ao lugar que a mulher ocupa dentro do binário próprio e impróprio, especialmente quando.

Ainda não somos capazes de considerar aqueles atos e práticas e modos de vida que foram brutalmente excluídos desse mesmíssimo binário próprio e impróprio. Eles não são a pré-história benigna desse binarismo, mas sim seu violento e inominável avesso (BUTLER, 2002, p.166).

É importante atentar que nesse contexto que o movimento feminista ressurgiu de maneira mais radical, torna assim, mais visível e expressivo questiona a ordem de dominação masculina e a reivindicação de igualdade de direitos entre homens e mulheres, exprime a necessidade de mais participação das mulheres nos espaços sociais, econômicos e políticos. Teorizar a prostituição como construída através de um processo de abjeção coloca a prostituta em um lugar além do próprio e impróprio parece ser um caminho promissor, ainda que teoricamente ousado, em direção a ações mais efetivas de enfrentamento do estigma da prostituição e seus impasses, na medida em que possibilita sair da dicotomização e lançar luz na complexidade dessa construção, e entender o significado da prostituição a partir de suas práticas.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho em busca de autonomia, independência e liberdade traz uma série de ressignificados sobre a atuação das mulheres em espaços que até então eram reservados aos homens. Nas famílias e na sociedade de modo geral, as relações entre homens e mulheres se firmam em novas configurações. Nesse contexto, as dinâmicas familiares ganham espaços organizacionais, dá visibilidade às famílias enredadas, monoparentais, geralmente constituídas de mulher e prole; filhos criados por terceiros em função da dupla jornada de trabalho dos pais; casais que optam por não terem filhos e famílias reconstituídas.

As novas relações familiares se definem pela atividade sexual concentrada no desejo que é individual, o princípio de fazer/ser, que traz uma cadeia de significados pautados no prazer. Percebe-se que o exercício sexual vai se tornando cada vez mais pautado no prazer e desvinculado do modelo patriarcal de casamento monogâmico legítimo e com fins reprodutivos.

Em uma crescente desconstrução, esse modelo patriarcal está progressivamente dando lugar às configurações familiares e modalidades de laços sexuais e afetivos mais flexíveis, menos duradouros e adequados às rápidas e constantes transformações da economia capitalista. Também, os avanços das tecnologias aceleram esses processos, exercem papéis fundamentais nas mudanças relativas ao campo da sexualidade no mundo atual. Nesse contexto de mudanças, o discurso contemporâneo sobre a sexualidade se caracteriza por possibilitar uma multiplicidade de expressões que comportam desde as formas mais antigas e tradicionais de exercício da sexualidade até as formas mais modernas.

A partir desse cenário de mudanças e transformações sociais e culturais, é que a prostituição merece reflexão porque os diferentes contextos e espaços nos quais as mulheres estão inseridas se relacionam pela lógica imbricada das representações de gênero, sexo e classe. Frente a estes fatos, a prostituição não possui uma noção única e impermeável, na verdade existem várias prostituições que desafiam a refletir acerca das mudanças no modo como a sociedade atribui significado a prostituição.

O discurso social sobre as identidades se reflete nas diferentes famílias, como um espelho. Em cada caso, entretanto, há uma tradução desse discurso, que, por sua vez, devolve ao mundo social sua imagem, filtrada pela singularidade das experiências vividas. As transformações políticas, econômicas, culturais e sociais deram a sociedade brasileira novas formas de organizações que interferiram nas dinâmicas sociais e familiares e na atuação das mulheres nos diferentes espaços.

Mediante as novas configurações da sociedade brasileira é que as prostitutas aparecem entre os diferentes grupos étnicos, produzem as relações que se constituem de acordo com a cultura, a região e a classe social dos sujeitos. Os espaços e contextos em que essas mulheres estão inseridas dialogam com a família, escola e trabalho de maneira que as identidades são afirmadas e/ou negadas. Desse modo, as mulheres prostitutas se apropriam de traços culturais para produzirem identidades que se manifestam das relações de vivências as quais as remetem a um sujeito sociocultural.

Esse processo de construção identitário é estabelecido através do movimento de inclusão e exclusão, impõe limites entre os grupos de contato, em que as relações de pertencimento étnico tornam-se marcadas pela identidade e diferença. Identidade referenciada pela cultura eurocêntrica que expressivamente circula nos espaços da sociedade apresentando-se como dominante e oficial. Diferença no que diz respeito às marcas simbólicas da representação dos povos que não possuem atributos do grupo considerado colonizador. Nesse aspecto, a língua, religião, costumes, vestimentas, hábitos e códigos são considerados inferiores nas situações de interação em que a identificação e/ou diferenciação são evidenciadas através das representações de fronteiras entre nós e eles.

As histórias de vida trazem consigo os diferentes processos de identidade e identificação. Há uma visibilidade desses processos a depender do lugar de fala e das representações do sujeito no universo das relações étnicas.

Os limites do mundo familiar, demarcados pela história que a família conta sobre si, criando sua identidade, são abalados pela ação individualizada de cada um de seus membros, que reagem singularmente às relações internas e que trazem à convivência cotidiana a experiência também singular com o mundo exterior. A tensão entre os distintos discursos familiares denota a singularidade da família no mundo contemporâneo: ela é, ao mesmo tempo, auto referida na sua construção do “nós” – nisto que constitui o mundo privado – e permanentemente influenciada pelo mundo exterior – o público -, que lhe traz a inevitável dimensão do “outro”, com a qual tem que lidar. Assim, a família constitui-se pela construção de identidades que a demarcam, em constante confronto com a alteridade, cuja presença se fará sentir insistentemente, forçado a abertura, mesmo quando persistirem as resistências. A família, então, constitui-se dialeticamente (SARTI, 2004, p. 19).

Na contemporaneidade, as mulheres têm revelado papéis diferenciados daqueles que as colocavam em condições de submissão aos modelos familiares hegemônicos. Há realidades em que as mulheres aparecem com variações de comportamentos de acordo as diferentes classes sociais. A própria natureza do sistema patriarcal se desfez com a divisão do trabalho entre o marido e a esposa criando, de certo modo, condições para a afirmação da identidade feminina, devido as suas atuações junto à família.

Silva (2014) destaca o discurso colonial e a sua ligação com relações de poder que existem na demarcação das fronteiras determinantes das diferenças. Segundo o autor, é por meio da representação que a identidade e a diferença adquirem significados, ao utilizar padrões para estabelecer aceitação ou negação, inclusão ou exclusão de um indivíduo em determinado grupo, indica posições de pertencimento do sujeito. Normalizar significa padronizar uma identidade como paradigma para as demais.

[...] é por meio da representação que, por assim dizer, a identidade e a diferença passam a existir. Representar significa, neste caso, dizer: ‘essa é a identidade’, ‘identidade é isso’. É por meio da representação que a identidade e a diferença se ligam a sistemas de poder. Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar identidade (SILVA, 2014, p. 91).

Essa realidade na qual quem detém o poder de representação apresenta condição de nomear e classificar seus pares é visível nos espaços da sociedade. Vale salientar que o contexto social, histórico e político são definidos pela multiplicidade de sujeitos, culturas, saberes, e crenças. A identidade e diferença são produções sociais e interdependentes, considera-se, assim como Hall (2014), que as identidades são firmadas por meio das diferenças, designando posições assumidas e/ou negadas pelos sujeitos.

Ao reportar às narrativas das colaboradoras desta pesquisa, a manifestação da diferença passa a existir no meio social a partir do outro, o diferente, colocando sempre em questão as identidades. Remete-se nesse caso, as falas que evidenciam aqueles (outro) que apontam e indicam quem elas são e um (eu) quando elas se reconhecem como prostitutas e mães afirmando e/ou negando o pertencimento a um determinado grupo.

Dessa forma, a identidade e a diferença se complementam através da relação de contraste. Ao contar sobre as suas trajetórias, a memória trouxe os estigmas que permeiam o imaginário social das mulheres em determinados contextos. Questões como família, educação, classe social, trabalho, etnia e gênero são apontadas como fatores que contribuíram para os estigmas na história de vida dessas mulheres. Identidades construídas pelos embates, lutas e silenciamentos que se expressam nas vivências da prostituição e se dialogam no espaço familiar. Com isto, Bourdieu (2002) compreende que as mudanças reais ocorridas na sociedade contemporânea a partir de suas práticas desvelam as formas de legitimação que justificam a dominação social, estereótipos e as formas de opressão que definem e limitam um grupo de pessoas na sociedade.

Ao pensar sobre as identidades das mulheres que se assumem como mães e prostitutas, no entendimento de Goffman (1988) a identidade de um determinado indivíduo é construída a partir dos parâmetros e expectativas estabelecidas pelo meio social. Para ele, os critérios de categorizar as pessoas e a dimensão de atributos considerados como semelhantes e naturais para os membros de cada uma das categorias são determinados pela sociedade. São os ambientes sociais, escola, família, trabalho e igreja que determinam as categorias de pessoas que neles podem ser encontradas. Entretanto, as rotinas das relações nesses espaços sociais determinados, proporcionam interações com outras pessoas previstas sem atenção ou reflexão particular.

Então, quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, a sua “identidade social” – para usar um termo melhor do que “status social”, já que nele se incluem atributos como honestidade, da mesma forma que atributos estruturais como ocupação (GOFFMAN, 1988, p.12).

As diferentes abordagens sobre identidade são desenvolvidas a partir de um conceito que envolve a dimensão individual e coletiva. Nessa direção as identidades das prostitutas são construídas na dialética entre um indivíduo e a sociedade. Em outros termos, ela revela o resultado das diversas interações entre o sujeito e o seu ambiente social, que o aproxima ou o distancia conforme suas semelhanças. As famílias se identificam pelas marcas sociais de lutas e silêncios em suas caminhadas. As histórias desvelam identidades marcadas pelas relações de sentimentos familiares rompidos. Nesse contexto, se anunciam embates identitários que se manifestam das relações de vivências enquanto mulheres, prostitutas e mães. As memórias alicerçadas em sonhos, conquistas, mas também, em sofrimentos e violências que são semelhantes entre essas mulheres em um mundo vivenciado por elas como sustento e sobrevivência, em uma sociedade preconceituosa e excludente. Nesse universo de enfrentamentos diários elas buscam melhores condições de vida para suas famílias.

A identidade étnica não é estática e se constitui a partir dos conflitos identitários que se formam através das relações sociais. Diferenças e semelhanças familiares ocorrem dialeticamente das representações de poder que produzem e reproduzem desigualdades. Desse modo, as identidades das prostitutas são acentuadas pelo viés dos processos de inclusão ou exclusão. Elas se organizam a fim de definir o “eu” e o “outro”, o “nós e eles” manifestando as categorias de diferenciação e assimilação.

Nesse entendimento, a identidade étnica ocupa lugar emergente no qual o sujeito, que no caso desta pesquisa são as mulheres prostitutas, baseia-se em si para situar-se etnicamente. Essas mulheres e as suas peculiares vivências constituem as suas identidades étnicas em uma sociedade, atuam como elementos essenciais na construção cultural da comunidade, “um grupo social que no interior de um sistema sociocultural mais amplo, reivindica e possui um estatuto especial em razão de um complexo de traços que ele representa ou presume representar”. (POUTIGNAT E STREIFF-FERNART, 2011, p. 80).

De acordo com Hall (2004), o mundo contemporâneo tem produzido formas complexas de subjetivação, pois simultaneamente busca abertura de espaço para interdependência transnacional das identidades e das interações globais e provoca um movimento que busca retomar os aspectos locais que sustentam a demarcação de diferenças.

Tomando as relações étnicas, neste estudo, as prostitutas pensadas a partir de uma lógica hegemônica evoca-se a cultura no sentido de “território de luta” (HALL, 2004, p. 246), local onde está em jogo modos de ser, sentir, pensar, agir dos sujeitos sociais em que os significados e sentidos das representações estão em permanente disputa e negociação. Assim, a identidade constrói-se em situações específicas através de representações culturais e sociais pois é entendida com um “modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações, quanto a concepção que temos de nós mesmos”. (HALL, 2004, p. 50).

ESPELHOS DA NOITE: MULHERES QUE FALAM!

Eu não dei por esta mudança, tão simples, tão certa, tão fácil:– Em que espelho ficou perdida a minha face?⁵

Fig. 2 – Foto do Restaurante Primavera



Fonte: Google acessado em 26 de janeiro de 2019

A prostituição se mostra para conservadores e fundamentalistas como afronta as expectativas sociais atribuídas ao papel da mulher e apesar de sua evolução no mercado capitalista, a prestação de serviços sexuais não garante direitos trabalhistas nem sociais. Essa prática traz para outros grupos, aspectos negativos relacionados a ideia de ser mulher fora da normatividade social e o preconceito se faz presente e afeta os diversos espaços que cada um pertence: escola, família, igreja e comunidade. Dentre os aspectos negativos a ser evidenciados, está a violência que por vezes é banalizada pela sociedade, sobretudo, quando é atribuída à prostituta, diminui o valor de violação aos princípios desses grupos.

⁵ C.f obra de MEIRELES, Cecília. Poesia completa. Organização de Antônio Carlos Secchin. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. 2 v.

O discurso social sobre as identidades se reflete nas diferentes famílias, como um espelho. Em cada caso, entretanto, há uma tradução desse discurso, que, por sua vez, devolve ao mundo social sua imagem, filtrada pela singularidade das experiências vividas.

Uma coisa que eu queria tanto, que meu irmão, minhas irmãs me perdoasse pelo o que eu seja, meu irmão uma vez eu nunca esqueço o que ele fez comigo, eu bati na porta, minha mãe ainda tava viva na época, eu pensei que era minha mãe que ia abrir a porta pra mim, mas não era, foi meu próprio irmão, me deu um tapa na cara e eu não tenho mágoa dele, não tenho raiva dele, porque ele fez isso, que pelo meno era pra ele demonstrar o que ele é. Meus irmãos, minhas irmãs mermo que filhos de outra mulher, mas eu não sinto raiva deles. (ESMALTE)

Fui criada com minha mãe, eu não tenho pai, ela não diz quem é antes eu tinha muita curiosidade de saber quem que era ele, perguntava muito a ela, mas hoje eu não me interesse muito. Mas já me interessei muito, em ir atrás, saber quem é, de ter o reconhecimento, o pai né, saber quem que é a falta talvez, por causa de ser criada só com minha mãe, passava certos perrengues, falar vamos dizer assim, então eu tinha curiosidade mesmo se ele não convivesse com minha mãe como não conviveu e eu não conheci, eu acho que se eu tivesse contato talvez eu poderia buscar outra forma, entendeu, junto a ele, sei lá, que assim, o convívio com minha mãe foi muito difícil. Talvez se eu tivesse a presença dele, com ele seria mais fácil. Foi uma forma que eu encontrei, pra mim é normal, sei que tem muitas pessoas que falam que ver por outro lado, ver com outros olhos, mas eu não ligo não, até porque quando eu sempre precisei foi a isso que eu recorri. (ESPELHO)

Eu cuidava dos meus irmãos, minha mãe saía pra trabalhar e eu cuidava deles, até os quatorzes anos sempre foi eu. Teve uma época da minha vida que eu muito ignorante com minha mãe (se refere à adolescência), apanhei muito, isso acabou quando eu tive meu filho, comecei a ter responsabilidade desde os dezoito anos com a maternidade. (BATOM)

De acordo com as narrativas das colaboradoras, a família e seu sentimento importam para sua estima. Pela identidade, a diferença está intrinsecamente ligada a sua atividade de prostituição, afeta os laços de família, que se romperam desde a mãe até os irmãos. A identidade e a diferença estão estreitamente relacionadas às formas pelas quais a sociedade produz e utiliza classificações entre um grupo ou vários e, nesse caso, a divisão e classificação de mulheres se institui, não de forma hierarquizada, mas valorativa. Nesse sentido, identidade e a diferença se traduzem no mesmo grupo, se tornando diferencial na medida em que o sentimento de família, de laços rompidos precisam ser resgatados através da ideia de não abandonar filhos, cuidá-los.

Ser mulher, mãe e ser prostituta é assumir frente às inúmeras formas de preconceitos o lugar de luta em contraponto as referências que as estigmatizaram historicamente. Vítimas de ausências de pais, de estudos, de oportunidades, adentram na vida de estrada é então, se tornarem prostitutas, tem consciência de si e das relações com os outros, reconhecem sob a

ótica de ser mãe. Daí é importante considerar as diferenças entre prostituição como profissão, mas não como mãe, pois se reconhecem boas mães e pelos filhos lutam. Ao serem questionadas como se percebem no contexto da prostituição, as colaboradoras revelam.

Fico com meus filhos de dia, de noite vou trabalhar, não tenho ninguém pra me ajudar, nunca pedi nada pra ninguém, trabalho, pra me é um trabalho honesto, cuido deles, eu mando tudo pra escola, sempre amei e sempre vou amar na onde eles estiver, eu trabalho pra eles, dando as coisas, falta muitas coisas, falta muitas coisas dentro de casa, que eu tivesse pelo menos o pai pra ajudar meus filhos, mas eu não tenho, só tenho eu sozinha. (ESMALTE)

Eu não vou mentir, eu me vejo como uma garota de programa, todo mundo tem preconceito por isso, meu pai mermo me esculhamba, me xinga, fala que eu sou tudo na vida, que eu sou uma prostituta, eu acho que não sou isso, sou muito mais de que isso. Me sinto abandonada por todos. (ESPELHO)

Tenho sete irmãos. Meus irmãos tem um que odeia eu, que é filho de outra mulher, porque eu sou uma garota de programa ele não gosta de mim por causa disso, mas é melhor a gente ser o que a gente é, de que roubar, matar, eu não quero essa vida pra mim, ser garota de programa é muito mais melhor. (ESMALTE)

Todo mundo olha com olho de maldade, porque é prostituta, gosta de homem casado, vai tomar meu marido, que vai fazer, vai acontecer, e não é exatamente isso, pelo menos, eu sou assim, o que é seu é seu o que é meu é meu, porque todo mundo olha e fala assim, ah, porque faz programa, anda dando em cima de homem casado, eu não sou assim [...]. (BATOM)

Primeira coisa que eu fazia era sair desse lugar, pra ninguém ficar falando mal de mim, todo mundo firca jurgando as pessoas, tem gente que passa por mim e vira a cara, não gosta de mim, que eu arrumasse uma pessoa hoje, falasse assim, Branca tu quer sair hoje dessa vida? Primeira coisa que vou agradecer muito a Deus, sair, sai dessa vida, pra mudar tudo de vorta. (ESMALTE)

Eu vou ali em cima no posto, você não me vê em nenhum lugar a não ser ali, então ali, eu chego ali, fico ali, tem um rapaz que vende churrasco ali, meu ponto é ali, geralmente eu tô ali, deu o horário dele vim embora, eu não fico, eu saio daqui as sete horas, eu não sinto tanta vergonha, se me ver lá meia noite, uma hora da manhã eu já sinto vergonha, meu horário de ficar na rua é até meia noite, passou no máximo, você não vê eu lá na rua. (BATOM)

Na época quando eu tinha treze anos, eu fui estuprada maltratada, eu botei muitas coisas na minha cabeça, que um dia eu queria ser o que sou na vida, eu não me importo que as pessoas me xingue, que me fala coisas, que me xingue que eu sou puta, que eu sou rapariga, normalmente que eu sou isso, meu pai, minhas irmãs tudo me iscuiamba, mas eu não ligo. O que aconteceu comigo eu não quero que aconteça com ninguém, que é muito sofrimento, muita dor, hoje eu tenho filhos, eu sei o que eu passo nessa vida, faço de tudo pro meus filhos, dou tudo o melhor pra meus filhos, pra não ser uma coisa pior. (ESCOVA)

Porque a pessoa ser garota de programa não é qualquer uma, não é eu acho que não, porque tá fazendo seu trabalho ali, não tá roubando, não tá matando, tá botando comida dentro de casa pra dar pros filhos, sem pedir nada pra ninguém, eu sei que uma parte é ruim, que tá vendendo o corpo ali, mas é melhor fazer isso que muitas coisas pior. (ESMALTE)

A ferrenha discriminação de grande parcela da população, seja por comentários depreciativos, olhares de lado e até mesmo agressões verbais e físicas está em evidencia na fala dessa colaboradora. O sentimento de abandono atribuído a todos, está implícito subjetividades que denunciam uma distancia entre o mundo da prostituição e as vivências no meio social. A fala ilustra o pensamento nas experiências e vivências de sentir-se prostituta e os controles e resistências que estão intrinsecamente vinculados nas relações que contribuem para a elaboração de uma imagem positiva ou negativa no âmbito das sociabilidades.

Sentirem-se sozinhas e abandonadas por todos são sentimentos revelados por essas mulheres ao lidar com sua identidade de prostituta, que, inclusive, aparece conflituosa quando se apropria do estereótipo “garota de programa” para definir e limitar os sentimentos que se manifestam ao construir suas acepções sobre a prostituição, e tem como estratégia o uso do campo simbólico, significados culturais sobre prostituição que são produzidos e representados por meios e sistemas dominantes de representação. Esses espaços de vivências das prostitutas são mediados pelos significados de representatividade nos encontros das identidades mais ou/e menos fixada no processo de identificação ao assumirem a prostituição como trabalho e condição de sobrevivência.

A identidade é, portanto, um processo interminável de interações entre pessoas que são negociadas em um território cultural, ou seja, constroem-se identidades em interação com o outro, desde as primeiras relações estabelecidas no grupo social, em contato com a família, a comunidade, a cultura, em espaços diversos onde os sujeitos adquirem informações e elaboram suas subjetividades.

Os sentimento de tristeza e dor se manifestam nas narrativa e representam as fragilidades dos laços afetivos familiares. As afirmativas sobre a diferença dependem das negações “do que eu não sou”, assim, a diferença apresenta enquanto produto derivado da identidade; são construções produzidas no contexto das relações culturais e sociais. A disputa por identidade envolve o campo social em que há negociações dos recursos simbólicos e materiais. Implica em ações de incluir e excluir, do “nós” e “eles” consiste na demarcação de fronteiras entre os que estão dentro e os que estão fora.

O mundo social é composto de estruturas socialmente construídas, o espaço social é composto de estruturas discriminatórias, de maneira que as práticas vêm acompanhadas de quem as praticou, são inseparáveis do “sistema simbólico” que Bourdieu (2004) impõe na visão de mundo a partir de um processo de divisão de grupos, classificado e hierarquizado. Os conflitos são expressões nas formas de dominação e as distâncias espaciais refletem as distâncias sociais.

Quando eu estou lá acima no trabalho, eu fico tão sossegada, não vejo ninguém me iscuambando, as pessoas só me tratam muito bem, nunca me tratou mal, muitos me dá conselho pra eu sair dessa vida, mas eu não tenho como sair, não adianta a gente sair e deixar os filhos, sem dar nada pro meus filhos (ESMALTE)

A vida que eu levo mermo que é ruim, ou mermo que não, mas pra me é uma parte que eu esqueço muitas coisas, na onde que tô , no meu trabalho. Mas eu não dou conselho pra ninguém ficar nessa vida, meus irmãos não gosta de mim, a única que gosta de mim que tá com minha filha tomando conta, porque o resto nunca gostou de mim. (ESCOVA)

Vejo como uma necessidade, pra dar conta da vida, porque aqui, muitos empregos que tem, eu não teria condição nem de manter o aluguel de casa e minhas despesas. Geralmente o que oferece aqui, você vai pagar um aluguel, uma água, uma luz e não vai sobrar nada, eu tenho que me manter, eu tenho que comer, tenho que beber, eu tenho que me vestir, cumprir com meus compromissos do dia a dia. (BATOM)

São tantas coisas, não sei por onde começar, ah, eu lembro, eu no restaurante, sempre ajudava minha mãe, essas coisas assim, aparece, eu estudei, tipo, de onde minha mãe morava até a cidade era três km, normalmente a gente pegava carona com o carro do posto que tinha lá mais na frente e voltava né. Eu fiquei até a segunda série, nessa minha adolescência ai depois quando eu casei, que fui embora para o Paraná eu ainda continuei, fiz o supletivo, parei na quinta ainda. Então eu conheci meu ex-marido, eu tinha uns quinze anos, ai a gente se envolveu, hoje em dia eu penso assim que por eu ter ido embora com ele, ter tido filhos, eu acho que foi mais um recurso pra fugir de certos problemas em casa né. Algo diferente que eu fazia, eu acho que eu não pararia de estudar, e mesmo depois que eu parei de estudar eu ainda tentei varias vezes, mas com filhos e tudo né, tudo dificultou, eu voltaria a estudar e faria outras coisas diferentes, eu acho que eu perdi muitas oportunidades nesse caminho, mas foi uma forma (ESPELHO)

Na condição de prostituta, se evidencia a mulher chefe de família, aquela como afirma todas as colaboradoras que enfrentam uma luta mediante o preconceito e, ao se identificarem garota de programa, demonstra resistência em sua trajetória. “Sou muito mais que isso” em evidência no depoimento de Escova, possibilita pensar nas mais variadas formas de violências de gênero vivenciadas por essas mulheres. Neste sentido, a violência de gênero tem suas causas no próprio homem, da própria família ou não, uma vez que exerce ou não seu papel de proteção, ou seja, assume comportamentos violentos como reflexos de valores aprendidos e

repetidos, social e culturalmente. Por este motivo, as tentativas de se resolver o problema da violência contra a mulher considerando somente os seus efeitos não resultam eficazes, pois a família muitas vezes não exerce seu papel de amar, proteger e cuidar.

Os caras me pegaram, me botaram no carro, me amarraram me fez bem o que quis comigo, mas Deus me deu tanta força que hoje tô aqui. É uma vida triste, eu não quero essa vida pra ninguém. (ESCOVA)

Quando você chega a uma certa idade e vê seus filhos crescendo, se tornando adultos, eu não quero minha filha, agora tá com seis anos chegando (pensamento interrompido) , agora ela me pergunta, mamãe a senhora vai pra onde, fazer o que, agora ela ainda dá pra levar, mas quando tiver numa certa idade. (BATOM)

Eu tava iniciando essa vida de programa eu conheci ele, ai fui embora não deu certo, eu voltei e ai continuei e daí eu já não consegui relacionar mais com ninguém , assim sério pra, já não conseguia mais acreditar e até hoje assim, até agora não achei ninguém que eu acredite, e ai continuei, algo pra fazer pra sustentar meus filhos, foi aí que eu comecei a fazer programa, achei apoio de estranhos sim, da minha família mesmo não. (BATOM)

Na lógica da dominação o dominado reconhece o poder exercido pelo dominante. As instituições tais como Estado, Família e Escola colaboram como agentes de perpetuação da relação de dominação, pois elaboram e impõe princípios de dominação que são exercidos no campo social. Essas instituições determinam comportamentos, impõe regras, valores que são absorvidos pelas instituições familiares, de forma que através da comunicação é aprendido instintivamente por meio de esquemas inconscientes da ordem masculina.

Estar na prostituição é segundo as colaboradoras ter condição financeira para manter o sustento da família. Ser mulher, mãe e ser prostituta é assumir frente às inúmeras formas de preconceitos o lugar de luta em contraponto as referências que as estigmatizaram historicamente. Observa-se os sentimentos de desprezo por si mesma. Estes fenômenos são frequentes entre os dominados e são levados a aceitação e à interiorização de uma imagem de si mesmos construída pelos outros que de acordo as narrativas se destacam ao elaborarem as vivências da prostituição, os marcadores da imagem de mãe e prostituta são fixados no que concerne ao sentimento de pertencimento.

Eu não sou feliz, porque o que eu queria ter era tá na minha casa cuidando dos meus filhos, sem precisar ter que tá saindo toda noite, toda noite tá na rua, era isso que eu queria, eu tá na minha casa, com um emprego, sair da minha casa e dizer que vou trabalhar que tenho orgulho do meu emprego, não é uma coisa, o que você é? Prostituta, qual é o orgulho que eu vou ter disso? Eu queria minha casa, minha família, um trabalho de verdade. (BATOM)

La na rua eu vou pra rua, faço minhas correrias na rua, o que eu fiz fica lá na rua, dentro da minha casa eu tento sempre fazer pra não dá demonstração.

Não levo ninguém dentro da minha casa, hoje eu sou solteira, não tenho ninguém, confiar pra colocar alguém dentro a minha casa com minha filha eu tenho que ter certeza do que tô fazendo. Meu filho mais velho ele sabe, já ela, eu não quero que cresça, vendo eu vivendo numa situação dessa, ele não me pergunta nada, não cobra nada. (BATOM)

As afirmações sobre a prostituição como um trabalho representa uma não aceitação à sua condição de prostituta e a identidade negativa surge então como uma identidade vergonhosa que rejeitada em maior ou menor grau o seu pertencimento. Nesse caso, pode se traduzir, na medida do possível, em uma tentativa para eliminar os sinais exteriores da diferença negativa. Envergonha-se de si mesmo na experiência do rechaço de sua ação (ser prostituta), reconhecimento de uma identidade negativa. Por exemplo, determinados grupos querem passar a ideia de bons trabalhadores. Mas nem todos os grupos contam com a mesma capacidade de identificação, já que é a posição no sistema de relações que liga os grupos que lhes concede esse poder.

Famílias constituídas por vários processos e dinâmicas, marcadas por preconceitos, decepções amorosas, ausência de estudos, relacionamentos afetivos fragilizados, abandono de pais e sobrecargas de responsabilidades. Mulheres que lutam mediante o contexto de vulnerabilidade social. Assumir a prostituição se constitui primeiramente pela necessidade iminente de sobrevivência. A educação dos filhos torna-se uma disputa diária, é que predomina nos discursos das colaboradoras, como afirma Batom, “Eu vou sempre à escola, participo das reuniões, sempre acompanhei meus filhos na escola” atribuem a prostituição como trabalho que lhes dá condição de dar aos seus filhos o que elas não tiveram uma vida digna com direito a educação, o que elas consideram essenciais para não ficar à margem da sociedade.

Eu não tô aqui porque eu desejo tá aqui, se eu não tiver aqui eu não vou ter condição de pagar um aluguel, de pagar uma água, de pagar uma luz, de pagar uma internet dentro de casa pro meus filhos, de pagar uma compra que eu fiz. O lugar não oferece nada além, o pai do meu filho foi presente até quando ele tinha oito anos, depois a gente não teve mais contato nenhum. Ele encontrou notícias do pai pelo face e descobriu que tem um irmão e uma irmã, meu filho fez contato, mas até hoje não tivemos notícias. O pai da minha filha não dá importância nenhuma pra ela, de um tempo pra cá ele vem demonstrando o pai que eu queria que ele fosse desde quando eu engravidei dela. Ele não sabe nem onde fica a escola, eu queria mudar pra minha casa, por alguma coisa pra eu trabalhar sem eu precisar tá fazendo o que faço, um trabalho, um trabalho de verdade, vou trabalhar e cuidar da minha casa e dos meus filhos sem precisar eu tá saindo a noite. (BATOM)

Algum jeito pra poder criar meus filhos, foi muito difícil no começo, eles eram pequenos e, pra achar alguém pra cuidar. Eu sempre cobro muito deles sobre isso, é o que eu mais cobro né, eu acho que isso é importante pra eles

amanhã ou depois, então eu acho muito importante. Todos eles estudam, o menino rompeu alguns anos, mas continua estudando. (ESPELHO)

A educação tem importância fundamental para mudanças estruturais, lugar estratégico para a ruptura do ciclo de exploração. Questões como a ausência de escolaridade, desemprego e famílias rompidas pelos laços afetivos se anunciam nas histórias de vida dessas mulheres que carregam o estigma da diferença a partir de vários indicadores (família, educação e trabalho) presentes nas identidades de prostituta e mãe. As identidades são nesse sentido, criadas pelas articulações de poder que são resultantes de opressão e privilégios de certos grupos em detrimento de outros.

TESSITURAS FINAIS

No Brasil, as mulheres aparecem na maioria em relação aos grupos que são discriminados e marginalizados. As prostitutas cabem o estigma da inferioridade que vivem à margem da sociedade sem direito à cidadania. Neste entendimento, há de se pensar sobre as condições de ocupação das mulheres prostitutas que constroem suas identidades nas relações individuais e sociais evidenciadas por conflitos e lutas. A prostituição tem sido um tema polêmico tanto para a família quanto para a sociedade. Torna-se de certa forma, um tema emblemático em que as mulheres se confrontam em uma sociedade desigual e violenta.

Nessas trajetórias, há experiências de famílias em desarmonia e conflito. Famílias fragmentadas em seu núcleo e papéis de amar e cuidar. Evidencia-se a realidade da vida dessas mulheres, menosprezadas e hostilizadas pela própria família, história de vida entre lutas pela sobrevivência e formas de resistência. Histórias marcadas por situações de pobreza, marginalização, preconceito e violência. .

Detecta-se a partir das narrativas, lacunas sinalizadas por situações de abandono ou ausência da mãe e/ou pai no convívio familiar, laços afetivos rompidos, que conforme as colaboradoras contribuem determinantemente em suas vivências. Verifica-se um grau de escolaridade baixo, bem como a ausência e insuficiência da educação, a iniciação na prostituição no período da adolescência, momento de rompimento com a escola, perda de vínculo familiar. Todas as mulheres ressaltaram serem oriundas de famílias com baixo poder aquisitivo e a prostituição um indicativo como fonte de renda e sobrevivência. Afirmam-se como profissionais, ingressas em um universo caracterizado como trabalho. Em suas identidades se manifestam marcadores de opressão e inferioridade e se contrapõem às

identidades masculinas. Traz à tona os estigmas familiares e sociais marcados em suas identidades.

REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. de Maria Helena Kühner. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- _____. **Coisas ditas 1930-2002**. tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim; revisão técnica Paula Montero. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo” In: Louro, Guacira Lopes (org.), **O Corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- _____. **Como os corpos se tornam matéria**: entrevista com Judith Butler. Revista Estudos Feministas, 10 (1), 155-167, 2002.
- _____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- _____. **História da Sexualidade I – A vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2011.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975/2004.
- _____. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1988.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- _____. **Quem precisa da identidade?** In.: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2014.
- MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História Oral: Como fazer, como pensar**. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- MEIRELES, Cecília. **Poesia completa**. Organização de Antônio Carlos Secchin. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. 2 v.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 6º. Ed. São Paulo: Hucitec, Rio de Janeiro: Abrasco, 1999.
- POUTIGNAT, Philippe; STREIFF_FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. Seguido de Grupos Étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Tradução de Elcio Fernandes. 2 ed. – São Paulo: Ed. Unesp, 2011.
- RAGO, L. M. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar**. Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RODRIGUES, M. **A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer?** Rev. Katál: Florianópolis v. 12, n. 1, p. 68-76, jan./jun. 2009.
- SARTI, C. A. **A Família como Ordem Simbólica**. Psicologia USP, São Paulo, 11 - 28. 2004.
- SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1992.
- SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2014.

“FERRAVA, MARRAVA NUNHA CORDA E COLOCAVA O FERRO NO FOGO [...]”: MASCULINIDADE E O DEVIR VAQUEIRO

Artur Vitor de Araújo Santana¹
Lucas Gomes de Medeiros²
Natanael Duarte de Azevedo³

RESUMO

O texto que segue tem como objetivo discutir o exercício da masculinidade na prática dos vaqueiros (homens que, comumente, trabalham diretamente com a labuta do campo e do manejo dos mais variados animais, como bovinos, equinos, muares, caprinos, entre outros). A princípio, o texto se debruça numa breve abordagem sobre os usos da história oral como metodologia eleita para construção dos escritos. Em um segundo momento, perscrutamos a memória do senhor Everacy Amaro de Araújo, vaqueiro de 67 anos (quando realizou a entrevista), que mediante os usos da memória e do exercício de rememoração elucida em que consistem as práticas e representações vaqueiras.

Palavras-chave: Vaqueiro, Masculinidades, História Oral.

INTRODUÇÃO: PENETRANDO MASCULINIDADES

A partir da concepção de que homem e mulher são construções culturais e historicamente datadas, surge o questionamento: por que os homens dominam o espaço público e são lidos como superiores em comparação as mulheres se ambas as identidades são práticas socioculturais? Diante da inquietação, surgiram trabalhos como o de Bandinter (1993), Connell (1995; 2013), Matos (2001), Bourdier (2002), Miskolci (2012), Albuquerque Júnior (2013) e Bento (2015), que se debruçam sobre a temática do emergente campo dos estudos da masculinidade, que se preocupam em desnaturalizar o lugar social atribuído ao homem, abordando a formação das masculinidades em uma perspectiva social, cultural, política e histórica, desde abordagens estruturalistas (com leituras construtivistas) até abordagens pós-estruturalistas (que rompem com a leitura biológica dos corpos e sua relação com a produção dos gêneros).

Os homens que eram vistos até então como identidades “hegemônicas” e imutáveis, o que lhes garantiam um poder/domínio natural (BOURDIEU, 2002), passam a ser desmontados, estudados minuciosamente, chegando os estudiosos a conclusão que seria

¹ Mestrando Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, artur.vitor.santana@hotmail.com;

² Mestrando Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, lucas.gomes.medeiros.historia@gmail.com;

³ Professor Adjunto da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e da Pós-Graduação em História da UFRPE; Doutor em Letras (UFPB), natanael.duarte.ufpb@hotmail.com;

impossível pensar a masculinidade no singular, diante de tantas possibilidades do ser homem, principalmente a partir da chamada “crise” que afeta o modelo tomado como único de masculino, que desencadeia uma gama enorme de características que passam a ser atribuídas e estudadas, o nem tanto viril, o emotivo, o subjetivo, o viril ou árido, o que é lido como dominante, enfim, um grande leque se abriu com o desenvolvimento do campo de estudos, atribuindo novos olhares para as relações de gênero.

Dentre os trabalhos analisados nesse artigo, foi possível perceber que as pesquisas de maior fôlego que tematizam a masculinidade no Brasil, surgem na década de 1990 e nos primeiros anos do 2000, período em que livros como “XY: sobre a identidade masculina” (1993) e “A dominação masculina” (2002) são traduzidos para o português, assim como a publicação de artigos de Raewyn Connell (1995; 2013), que ficou conhecida pela sua obra “Masculinities”, escrita em francês, publicada inicialmente em 1993 e até os dias de hoje não foi traduzido completamente.

A nossa proposta inicialmente é transitar pelos escritos dos autores já mencionados, analisando como o masculino é pensado, colocado enquanto objeto, as problematizações levantadas diante dos sujeitos, o campo de saber que cada trabalho está inserido, assim como a abordagem teórica que cada intelectual se apropria para lidar com sua pesquisa. Após trilhar o percurso mencionado, observamos as diferenças entre os livros, quais as mudanças entre as obras, já que compreendemos as produções escriturárias como artefatos sócio-culturais frutos do seu tempo.

A primeira autora visitada foi à filósofa e historiadora Elizabeth Badinter (1993), que em diálogo com a psicanálise problematiza o determinismo biológico dos gêneros em detrimento de uma perspectiva construtivista, a qual defende no decorrer do livro. Segundo a autora, “agimos como se a feminilidade fosse natural, portanto inelutável, enquanto a masculinidade tem que ser conquistada, e a alto preço”(BADINTER, 1993, p. 4). O homem, para Badinter (1993), passa a vida toda provando ser viril e merecer o *éthos* de masculino.

A virilidade não é dada de saída; Deve ser construída, digamos ‘fabricada’. O homem é, portanto, uma espécie de artefato e, como tal, corre sempre o risco de apresentar defeito. Defeito de fabricação, falha na maquinaria viril, enfim, um homem frustrado; A garantia do empreendimento é tão baixa que o sucesso merece ser exaltado. (BADINTER, 1993, p. 4).

Refletindo sobre a dificuldade dos homens em lidar com sua subjetividade, com as exigências de ser continuamente viril e do desgaste emocional da frustração de não atingir seus objetivos, Berenice Bento (2015) entrevistou alguns homens e percebeu a dificuldade dos sujeitos no processo da construção de suas identidades, se opondo a tudo que os

(83) 3322.3222

contato@desfazendogenero.com.br
www.desfazendogenero.com.br

feminilizassem, o que desencadeavam relações ruins com suas companheiras e filhos, diante das exigências que eram colocadas sobre seus ombros e a cultura de não poder se conversar sobre seus problemas e demonstrar fragilidade (BENTO, 2015).

Retornando a Badinter (1993), afirma a autora que a masculinidade é “relativa e reativa” (BADINTER, 1993, p. 11) principalmente em relação com o feminino, isto é, quando se altera a concepção de feminilidade consecutivamente se repensa o ser homem, o que ocasiona crises no modelo viril. Para a filósofa, houve duas grandes crises da masculinidade. A primeira delas surgiu entre os séculos XVII e XVIII, após as mulheres francesas e inglesas questionarem os “papéis sexuais” comumente atribuídos ao homem e a mulher, principalmente com questões relativas ao espaço privado (casamento, sexualidade, filhos, etc.).

A segunda crise teria se acentuado nos séculos XIX e XX, que tem novamente a mulher como protagonista, mas que agora problematizam a negação de sua participação no espaço público, assim como os lugares que naturalmente lhe são atribuídos, como a essência materna, o que gerou uma afronta ao modelo de masculino, já que a naturalidade viril do homem é questionada. O domínio masculino se daria, segundo Badinter, principalmente na linguagem, que excluiria as mulheres do campo linguístico, assim como da categoria de homem/humano, já que o masculino é lido como referência de sujeito e de corpo, tendo a mulher que se adequar ao modelo que lhe é imposto.

Fortalecidos pelos trabalhos da antropologia social e cultural, por todas as novas pesquisas históricas e sociológicas sobre a masculinidade (e a feminilidade), concluem que não existe um modelo masculino universal, válidos para todos os tempos e lugares. A seu ver, a masculinidade não é uma essência, mas uma ideologia que tende a justificar a dominação masculina. Suas formas mudam (BADINTER, 1993, p. 27).

Para justificar a afirmação acima, Badinter (1993) analisa alguns ritos de passagem para o homem em grupos étnicos específicos, como os Sambia e Baruya, que afirmam ser necessário romper com o feminino, personificado em sua mãe que gerou e amamentou os meninos, para os transformarem em homens viris, percebendo como a masculinidade possui valores específicos de uma sociedade para outra.

Mas entre os grupos sociais estudados, Elisabeth Badinter observou que a masculinidade é definida relacionalmente com a feminilidade (BADINTER, 1993) e através da “pedagogia homossexual” (BADINTER, 1993, p. 69), que diferente da leitura que comumente possuímos na sociedade ocidental do gay como uma desvirilização e feminilização do masculino (e por isso depreciativo), para as sociedades analisadas foram percebidas a homossexualidade como “uma prática transitória, mas necessária para ascender à

(83) 3322.3222

masculinidade heterossexual” (BADINTER, 1993, p. 85), só através do contato de um homem com outro homem (até mesmo sexualmente, mas com normalizações para o ato) é que o garoto poderia se desvencilhar das características femininas que adquiriu na infância durante o contínuo contato com sua mãe e construir a virilidade no corpo do jovem macho.

Possuindo outra leitura das relações entre os gêneros que destoa da apresentada por Badinter (1993), afirma Connell (1995) que a masculinidade não se constrói apenas relacionalmente com a feminilidade, mas em oposição a ela. Flertando com a Sociologia, que é seu campo de formação, Raewyn Connell (1995) escreve sobre a emergência dos novos modelos de masculinidade que surgem na década de 1970, em oposição à “masculinidade hegemônica” (CONNELL & MESSERSCHMIDT, 2013), conceito defendido pela autora. Com escritos que cruzam um vasto domínio teórico com suas experiências de militância⁴, Connell (1995) faz um percurso que analisa as reivindicações das pautas do movimento dos homens, realizando uma crítica ao conceito “papel do sexo masculino” (CONNELL, 1995, p. 187), assim como refletindo sobre as novas políticas masculinas que se instituem em paralelo com o movimento feminista.

Para a autora, só é possível se estudar o gênero se colocar em jogo as relações de poder que estão presentes na dualidade masculino e feminino, criticando a forma como o pós-estruturalismo discute as identidades sexuais e o conceito de “papel do sexo masculino”, que segundo Connell (1995) “trata-se de um conceito que não nos permite ver as complexidades no interior da masculinidade e as múltiplas formas de masculinidade” (CONNELL, 1995, p. 188), assim como não “permite compreender questões relacionadas ao poder, à violência ou à desigualdade material” (Ibidem), apesar de pontuar ser um termo ainda muito comum e utilizado no campo de estudo da masculinidade.

Escrever sobre masculinidade, na ótica da socióloga, é refletir sobre as relações sociais, sobre tudo aos corpos, pois os tipos de homens são corporificados, insinuando Connell (1995) à impossibilidade de pensar os masculinos longe do lugar de sujeitos, tecendo outra crítica ao pós-estruturalismo, que é colocado em um lugar do campo do imaginário sem aplicabilidade prática, o que não é compactuado por nós, apesar de observarmos ser uma leitura datada do período dos escritos da autora, que dialoga muito com Bourdieu (2002).

Um dos grandes *insights* de Raewyn Connell (1995) é pensar a masculinidade como uma política, que “está aberto à mudança histórica” (CONNELL, 1995, p. 189), o que permite ser alterado, re-pensado e re-moldado. A hegemonia seria o principal campo de batalha das

⁴Ainda enquanto performava uma identidade de homem cis (Robert), já que hoje se reconhece enquanto uma mulher trans (Raewyn), podendo encontrar artigos de sua autoria assinados das duas formas.

políticas do masculino por dois motivos: o primeiro é a busca entre os homens para descobrir qual modelo de masculino seria o dominante e posteriormente a contínua contestação do modelo hegemônico, que sofre críticas e rasuras no decorrer do tempo (CONNEL, 1995).

Entre as políticas da masculinidade estudadas por Connel (1995), quatro modelos se destacam por dialogarem com grupos específicos como o Movimento de Libertação dos Homens, na década de 1980, Liberação Gay, Movimento anti-sexista e homens com posicionamento político de direita (mesmo que não constituam um grupo em si). Essas políticas são: 1) “Terapia da masculinidade” (CONNEL, 1995, p. 194); 2) “O lobby das armas” (Idem, cit. op. p. 195); 3) “A libertação gay” (Ibidem) e 4) “Política de saída ou Política transformativa” (Idem, cit. op. p. 196). Não iremos aprofundar as características de cada um desses tipos, porque o que nos interessa é a forma como a autora compreende o campo de estudos das masculinidades de forma geral.

Seguindo a lógica do pensamento de R. Connell (1995):

Todas as formas de política da masculinidade envolvem uma relação com o feminismo. Quer essa seja uma relação de rejeição, ou de coexistência cautelosa ou ainda de apoio caloroso, esse é o centro emocional dos debates atuais. Nos tempos da Liberação dos Homens, o pressuposto era de que o feminismo era bom para os homens, porque os homens também sofriam com papéis sexuais rígidos. O rompimento de seu papel sexual por parte das mulheres permitiria que os homens também rompessem o seu, tendo, assim, como resultado, vidas mais plenas, melhores e mais saudáveis. (CONNEL, 1995, p. 196)

A relação mutualista entre as políticas de masculinidade e o feminismo, demonstra a complexidade do campo de estudos de Gênero, que para Connell (1995) está imerso em três esferas “as relações de poder, as relações de produção e as relações de catexia” (CONNEL, 1995, p. 200), que devem ser levadas em consideração ao se pensar em políticas que vissem a igualdade e justiça entre os gêneros, assim como o fim da violência contra as mulheres e homossexuais, tendo o respeito como principal pauta, diferente dos estudos Queer.

Assim como Connell (1995), a forma como Bourdieu (2002) compreende a masculinidade não rompe com uma leitura biológica, mesmo afirmando que os órgãos sexuais são perpassados por uma construção social, como o próprio corpo, as características atribuídas ao masculino e feminino são ainda pensadas através do sexo biológico. Apesar disso, os gêneros são lidos por uma perspectiva construtivista, “à custa de uma série de escolhas orientadas, ou melhor, através da acentuação de certas diferenças, ou do obscurecimento de certas semelhanças” (BOURDIEU, 2002, p. 27). Nessa perspectiva, os corpos são perpassado

por “princípios de visão e de divisão sexualizantes” (BOURDIEU, 2002, p. 22) do mundo social.

A partir da naturalização da divisão dos sexos, a dominação simbólica masculina se instituiria no mundo da subjetividade e da objetividade, já que a sexualidade dos corpos estaria demarcada através das atividades sociais, tornando a “violência simbólica” um crime perfeito, já que não utiliza (necessariamente) da força física para a manutenção da dominação do masculino pelo feminino. O “poder simbólico” presente nas relações de gênero, se institui com a “colaboração dos que lhe são subordinados e que só se subordinam a ele porque o constroem como poder” (BOURDIEU, 2002, p. 41). As relações de dominação se dariam de forma inconsciente, que estaria “inscrito duradouramente no corpo dos dominados sob forma de esquemas de percepção e de disposições (a admirar, respeitar, amar, etc.)” (Ibidem), que manteria a dominação masculina.

Na reflexão da dominação masculina sobre o feminino, foi necessário recorrer às teorias feministas do patriarcado, assim como o feminismo negro de Maxine Baca Zinn, Angela Davis e bell hooks. O termo traz a tona questões de classe, gênero e raça, que se torna “terreno para o questionamento de quaisquer reivindicações universalizantes sobre a categoria de homem” (CONNELL & MESSERSCHMIDT, 2013, p. 243). Apesar da supremacia masculina na organização social, as masculinidades estão sujeitas a mudanças e são plurais, o que se torna um desafio ao conceito, já que a palavra hegemonia possui uma conotação de algo único, ou dominante, e imutável, sendo uma das principais críticas ao termo defendido pelos autores, já que deixa de lado a existência de modelos diferentes.

Como argumenta Connell e Messerschmidt (2013), “a masculinidade não é uma entidade fixa encarnada no corpo ou nos traços da personalidade dos indivíduos” (CONNELL & MESSERSCHMIDT, 2013, p. 250), que só podem ser pensadas na prática e consecutivamente na ação social, em relação com os corpos femininos, levando em consideração as peculiaridades do “cenário social” (Ibidem) e o tempo histórico.

Outra crítica ao conceito de masculinidade hegemônica é a “concepção heteronormativa” (CONNELL & MESSERSCHMIDT, 2013, p. 250), que pauta a diferença entre o sexo biológico macho-fêmea como características essencializadoras para se construir a leitura sociocultural do gênero. Collier defende que o termo é universalista, deixando o caráter de sujeito do homem de lado, o que marginaliza a concepção própria de corpo, que para os estruturalistas não atingiria o real da estrutura social.

Os autores com uma leitura funcionalista dos estudos de gênero em diálogo com Bourdieu (2002), afirmam que,

A dominação dos homens e a subordinação das mulheres constituem um processo histórico, não um sistema autorreprodutor. A “dominação masculina” é aberta à contestação e requer um esforço considerável na sua manutenção. Apesar de se ter dado destaque a esse ponto em declarações iniciais sobre o conceito de masculinidade hegemônica, essa não é apenas uma ideia teórica. (CONNELL & MESSERSCHMIDT, 2013, p. 260)

O debate apresentado entre os estruturalistas se o melhor conceito a ser trabalhada a masculinidade seria o de “hegemonia” ou o de “dominação”, repercutiu em diversas pesquisas que fazem outras aplicabilidades e vão além, adentrando os discursos médicos e pensando outras possibilidades de masculino, como Maria Izilda Matos (2001). Questionando o modelo ideal de homem para a nação, a pesquisadora imersa no campo sociológico, analisa as campanhas publicitárias e os discursos médicos que propõe como um homem não deve ser para atender os anseios do país.

O aumento das propagandas que criticam o consumo de bebida, o que gera o temor da destituição das famílias, surge em um período em que a industrialização permitiu tanto os homens como as mulheres (e crianças) se inserirem no mercado de trabalho, ocasionando novas formas de comportamento dos gêneros, havendo a necessidade do Estado e da Igreja, através da atuação médica, normalizar os corpos no espaço público e manter a “decência” da nação (MATOS, 2001).

Paramentados com um discurso normalizador, os médicos apresentam “a sociedade como caótica, com a necessidade de ser regrada” (MATOS, 2001, p. 26), estabelecendo um tipo ideal de sociedade e a desordem real que se estabeleceu, que necessita da intervenção médica, que assume os papéis como higienistas e sanitaristas (MATOS, 2001), criando campanhas contra os “fatores da decadência do ‘povo brasileiro’” (MATOS, 2001, p. 57), que seria o alcoolismo, a loucura e a criminalidade, que estariam intimamente interligados as doenças degenerativas como “o alcoolismo, a tuberculose e a sífilis” (Ibidem).

Como forma de combate ao alcoolismo, os médicos atuaram em diversos espaços, desde o campo legislativo, discutindo leis e multas para as pessoas que se embriagassem e se excedessem, já que na leitura da época a tríade “álcool/violência/crime”(MATOS, 2001, p. 27) estavam interligados e que os alcoolizados tinham uma maior possibilidade de criarem problemas nas ruas. Assim como os médicos passaram a ocupar os espaços específicos da “saúde”, como hospitais e manicômios, que seriam instrumentos de normalização dos corpos e cura dos vícios.

O alcoolismo passou a ser reconhecido como patologia social, centro de preocupações sócio-higiênicas. Como o alcoolismo era considerado uma anormalidade, periculosidade social, degeneração nacional e também uma epidemia, propunha-se o combate por meio de uma terapia preventiva: as campanhas. Assim, a preocupação médica não se restringia à cura, mas se entendia à profilaxia. Nesse sentido, vislumbravam-se dois sistemas, o direto (proibição, como a Lei seca) e o indireto (taxação, persuasão, educação, propaganda esclarecedora). (MATOS, 2001, p. 29).

Além da ameaça a ordem que os embriagados causavam, eles colocavam em risco o modelo de masculinidade, que era baseado no trabalho e na paternidade. A própria disciplina e o trabalho “eram vistos como elementos reintegradores dos ébrios na sociedade” (MATOS, 2001, p. 34). As campanhas publicitárias em combate ao alcoolismo tinham o corpo masculino como foco, divulgando as doenças ocasionadas pelo consumo excessivo de bebida alcoólica, impossibilitando o trabalho e aumentando as chances de acidentes no local onde exerce seu ofício.

As mulheres não ficavam de fora das propagandas estatais contra o alcoolismo, mas seu maior problema seria o comprometimento do útero e da amamentação, que causaria dependência alcoólica as crianças desde cedo, já que desde a tenra infância já teria o contato com o álcool através do leite materno, nos apresentando as “funções” atribuídas essencialmente ao gênero masculino e feminino, o trabalho e a gestação dos novos trabalhadores (MATOS, 2001).

Dessa forma, os corpos ociosos que ocupavam os botequins e o espaço público, colocavam a família em perigo, e como era identificada como “célula da sociedade” (MATOS, 2001, p. 41), não poderia ser degenerada ou seria um risco a própria nação, que naturalizava os “papéis” de gênero, atribuindo a mulher a maternidade, consecutivamente a necessidade de permanecer no espaço privado, e ao homem “a função de pai-provedor” (Ibidem).

Não seguir o modelo de família proposto, segundo o discurso médico eugênico apresentado por Matos (2001), contribuiria para a degeneração social dos indivíduos, por isso a necessidade da manutenção da mulher-mãe no lar, cuidando dos filhos e da higiene domiciliar e do homem-pai-trabalhador, que sustentaria sua família e eliminaria o que poderia ser lido como “duvidoso, impreciso e disforme” (MATOS, 2001, p. 42), do modelo ideal de masculinidade.

O pai honroso garantiria o bom funcionamento do espaço familiar, através de seu “modelo de autoridade e de poder a ser desenhado pelos homens” (MATOS, 2001, p. 44), caso contrário, um pai degenerado, perdia a “noção de honra e de conduta pública, do afeto

pela família e amigos, das obrigações para a sociedade” (MATOS, 2001, p. 61), alterando sua forma de pensar, agindo com impulso e “degenerando a raça” (Ibidem) e a prole.

As principais contribuições do trabalho de Matos (2001) é demonstrar como o Estado e a Igreja, através de seus mecanismos, atuam na formação dos homens quando esses não desempenham as “funções” sociais que são inerentes ao gênero, realizando uma leitura naturalizante do sexo biológico com os “papéis” sexuais masculino, que diferente dos trabalhos de Connell (1995) e Bourdier (2002) não pensa a possibilidade do homem plural, nem como masculinidade subordinadas (CONNELL, 1995), nem como identidades forjadas em relação com o feminino (BADINTER, 1993), lendo o masculino ligado a estrutura social principalmente pela ótica do trabalho.

UMA HISTÓRIA FALADA: PENSANDO A FONTE ORAL

No Brasil, apesar da prática de gravar testemunhos ter sido introduzida por volta da década de 1970, a História Oral ganha força apenas na década de 1990, segundo Amado e Ferreira , a justificativa para o avanço da abordagem historiográfica seria resultado inicialmente da Associação Brasileira de História Oral, fundada em 1994, assim como a ampliação no número de seminários, encontros, linhas de pesquisas, grupos de pesquisas, entre outros, que tinham a preocupação de discutir a importância da dimensão histórica em análise.

A história oral seria inovadora primeiramente por seus objetos, pois dá atenção especial aos “dominados”, aos silenciosos e aos excluídos da história (mulheres, proletários, marginais, etc.), à história do cotidiano e da vida privada (numa ótica que é o oposto da tradição francesa da história da vida cotidiana), à história local e enraizada. Em segundo lugar, seria inovadora por suas abordagens, que dão preferência a uma “história vista de baixo”, atenta às maneiras de ver e de sentir, e que às estruturas “objetivas” e às determinações coletivas prefere as visões subjetivas e os percursos individuais, numa perspectiva decididamente “micro-histórica”(FRANÇOIS, 2006, p. 4)

Essas novas abordagens e métodos tornam a História Oral fundamental para acessar os sujeitos do presente, ouvindo indivíduos que dificilmente deixariam documentos sobre si. No Brasil, um país em que “o analfabetismo foi uma arma usada para a dominação” , torna a prática de ouvir determinados sujeitos em um ato político, transgredindo uma História

(83) 3322.3222

contato@desfazendogenero.com.br

www.desfazendogenero.com.br

tradicional, já que rompe com a supremacia das fontes oficiais, dando voz para os silenciados historicamente.

A história oral é vista com algum preconceito por lidar com “depoimentos e tradições, relatos e histórias de vida, narrações, recordações, memória e esquecimentos, etc., todos estes rotulados como elementos subjetivos de difícil manejo científico” (LOZANO, 2006, p.18). Lidar com esse tipo de fonte torna necessário um diálogo com outros campos do saber, como sociologia, antropologia, psicologia, entre outros. Apenas através dos métodos desenvolvidos por essas disciplinas, possibilita um viés acadêmico, já que se constitui enquanto uma dimensão histórica, possuindo uma metodologia própria.

As incertezas do historiador ao lidar com as memórias são definidas por Voldman (2006, p. 37), como “navegar na crista de uma onda sempre a arrebentar, seja na beira de uma memória reconstituída por diversos motivos”. Dialogar com outros campos do saber, a exemplo, da sociologia, psicologia, psicossociologia e psicanálise, auxilia o pesquisador a saber lidar com as peculiaridades dos sujeitos compreendendo que “hesitação, o silêncio, a repetição desnecessária, o lapso, a divagação, e a associação são elementos integrantes e até estruturantes do diverso e do relato” (VOLDMAN, 2006, p. 38). A função do historiador não é buscar uma verdade na fala dos entrevistados, mas entender o posicionamento do indivíduo com o objeto de análise/problemática da pesquisa. Pela necessidade de significar o não-dito, torna tão complexo o exercício de transcrever as entrevistas e relatos, pois devemos atribuir sentidos aos silêncios, repetições, vibrações, com um caráter de importância equiparado com as palavras faladas.

Se atualmente é lugar comum a noção de que a fonte histórica não fala por si só (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007) esse entendimento deve servir tanto para os textos escritos, que permaneceram intocados por muito tempo, quando para os que foram produzidos no contato com depoentes vivos. O que não se pode perder de vista é o lado fantasioso da memória, cabendo ao historiador que dela se utiliza compreender que a fantasia não é uma dimensão antagônica da realidade, mas parte dela. Quem narra na condição de depoente constrói narrativas que se utilizam da memória e devem ter liberdade para acrescentar os elementos que julgar necessário a essa narrativa; cabendo ao investigador compreender os porquês desses recursos terem sido acionados e quais as melhores formas de lidar com eles. Se faz necessário pontuar que:

A memória mobiliza a afetividade, o inconsciente, o involuntário, e o metafórico reconhecimento da “ambígua trajetória” da existência humana, na qual lembrar e esquecer são faces da mesma moeda. E, sendo assim, imaginação e memória são indelimitáveis, por se

(83) 3322.3222

contato@desfazendogenero.com.br
www.desfazendogenero.com.br

manifestarem interpenetradas, ao promoverem a recordação e, concomitantemente, o esquecimento, sem o qual não se expressam as “imagens-lembranças” (SOARES, p. 168, 2008).

VAQUEJANDO AS BIBLIOGRAFIAS

A fonte utilizada para análise, é fruto de uma entrevista ao Sr. Everacy Amaro de Araújo, aposentado como trabalhador rural, ex-vaqueiro, pardo (segundo a certidão de nascimento do entrevistado), natural do município de Valente, localizado na “Região do Sisal”, na Bahia. Nascido no dia 11 de setembro de 1948, possuía 67 anos de idade quando ocorreu nossa prosa, datada em 13 de fevereiro de 2016, na casa do depoente, no povoado de Sítio Novo, pertencente ao município de São Domingos, que também faz parte do referido lugar onde mora acerca de quarenta anos.

A entrevista foi realizada em uma tarde de sábado, regada por cafés e suaves brisas, características de um comum anoitecer no sertão, que viam direto do quintal, nos encontrando na cozinha da casa. Fazia calor. O documento gravado possui 35 min 41 seg (trinta e cinco minutos e quarenta e um segundos), apesar da conversa informal ter prosseguido por muito mais tempo. A transcrição da entrevista foi concluída no dia vinte e quatro de fevereiro do ano corrente, tendo início no dia quatorze do mesmo mês e ano, durando o processo de transformar em signos as palavras ditas, cerca de dez dias.

Na entrevista, o depoente conta um pouco sobre sua trajetória de vida, trazendo informações desde sua juventude até a vida adulta, assim como histórias que lhe foram transmitidas através da oralidade, principalmente por outros vaqueiros, que exaltavam suas façanhas. Dessa forma, transitando por diversas temporalidades. Percebe-se um orgulho por parte do entrevistado, ao falar do ofício que exerceu por mais de duas décadas, como pode ser observado na seguinte frase: “era a profissão maior que tinha no meu tempo... antigamente” (Entrevista concedida em 13 de fevereiro de 2016). Ao utilizar o termo “maior”, duas leituras são possíveis: a primeira delas é relativa à quantidade de profissionais, já que em outros momentos (principalmente no início da entrevista), o entrevistado afirma que a profissão vaqueira era bastante comum em períodos distantes, pelo fato de existirem poucas possibilidades de empregos na região, e que teria se acentuado com a implantação das cercas. Outra interpretação é como característica adjetiva, quando “maior” representa uma característica atribuída ao ofício do vaqueiro, demonstrando um status social privilegiado na sociedade sertaneja, que não está ligado a uma questão financeira (apesar de citar nomes

(83) 3322.3222

contato@desfazendogenero.com.br
www.desfazendogenero.com.br

como Otacílio, Nobilino e Pedro Emídio, que conseguiram ascender economicamente, para os padrões da época), mas de admiração. Uma forma de enaltecer o labor que desenvolveu boa parte de sua vida.

Ouvindo algumas partes da entrevista, a senhora Dalva Almeida, esposa do entrevistado, realizou três interferências na prosa, uma delas chamando a atenção do seu marido para a veracidade de sua fala: “Ô Everacy, isso num é uma intrevista, é uma história qui tu tá contando!” (Entrevista concedida em 13 de fevereiro de 2016), afirmando que ele não estaria respondendo de forma direta as questões lhe dirigidas. Refletindo sobre essa afirmação, percebemos que a maioria das respostas dadas as minhas perguntas, estavam ligadas a outros sujeitos, definidos por Everacy como “os home melhor” ou ainda “O melhor vaquero qui teve na região” (Entrevista concedida em 13 de fevereiro de 2016). Com isso, pude perceber que esses outros vaqueiros, a que o entrevistado sempre recorria para responder as minhas perguntas, era a imagem de vaqueiro que o entrevistado possuía. Como fica claro no seguinte trecho:

Entrevistador: E quais são as principais ferramentas de trabalho do vaqueiro?

Everacy: Um cavalo bem arriado, um ferrão, chocalho, careta, uma corda de laçar na garupa, era as ferramenta dele era essa... eincorado. Lavava uma careta e um chocalho marrado na garupa do cavalo, e a corda de laçar, e ele todo incorado (sic) (Entrevista concedida em 13 de fevereiro de 2016).

Em sua resposta, comumente ele repete a palavra “incorado”. Hoje, no trabalho cotidiano o vaqueiro não se traja de couro para lidar com o gado, pelo fato dos animais ocuparem um pasto definido pela cerca, questão abordada por Alécio Reis (2012), em sua dissertação de mestrado. Essa seria a explicação plausível para o constante retorno a sua juventude e relatos que lhe foram transmitidos oralmente, o fato da representação que busca construir ser um autêntico vaqueiro. Essa afirmação ganha força com o trecho: “qualquer um que munte em um cavalo se chama de vaqueiro [...] Mas vaquero é naquele tempo” (Entrevista concedida em 13 de fevereiro de 2016). Como o próprio entrevistado afirma,

Hoje num tem mais vaquero! Hoje tem uns tiradordileite! Qui naquele tempo o vaquero trabaiavaseis dia na fazenda incorado no mato correno no mato, pegano boi. E os di hoje é pra tanger vaca e tirar leite somente e apartar, dar ração, hoje num tem mais vaquero, tem tirador de leite (Entrevista concedida em 13 de fevereiro de 2016).

É perceptível que o senhor Everacy possui o cuidado com as temporalidades, a expressão “os di hoje” expressa um paralelo com os vaqueiros de ontem, que se trajavam de

couro, perseguia o gado na caatinga, enquanto “hoje” o labor vaqueiro não se dá nos mesmos moldes, já que além do sujeito-vaqueiro devemos também pensar seu espaço de trabalho historicamente.

O entrevistador transita por ontens e hoje, como pode ser observado no seguinte trecho de sua fala:

O pior trabaio do mundo é assumir um curral!! Cheio de vaca, pra tirar leite e o cara dar conta, só sabe quem já fez [...]. Fiz isso muito, vinte e dois ano intrei ali (*Fazenda Pé do Morro*), cancei de ta chaveno relampejano, *ontem(?)* mesmo eu tava tirano leite, tinha uma trovoadá formada, unhs quato hora da manhã, quando abriu o ralampo o truvão foi mesmo qui sumir o currá, deu um relampo tão qui escureceu o curral. O dia tava meio assim, quereno o dia “limpá”, deu um relampo qui escu... deu um escuro tão grande! Qui quando vim dar conta de si, o relam... o caneco já tinha sumido, caiu da mão cheio de leite e sumiu, ai eu levantei fui no curral e sortei os bizarro tudo e intrei dento di casa (Entrevista concedida em 13 de fevereiro de 2016).

No seu relato, o entrevistador conta inicialmente características do labor vaqueiro, trazendo um relato próprio de quando ainda trabalhava na Fazenda Pé do Morro, mas no meio de sua narrativa ele traz outra informação, esta contemporânea a entrevista, já que ocorreu no dia anterior, “ontem”. Continuando sua prosa, Everacy retoma sua fala anterior, rememorando um evento passado já que ele relata “intrei dento di casa”, sendo esta a casa da fazenda onde trabalhava, já que não possui uma casa nas proximidades do curral em que ele tira o leite de suas vacas, que ficam na roça do ex-vaqueiro. Percebe-se que a narrativa do entrevistado acompanha sua memória, não sendo construída de forma linear, já que ele recorre a um passado longínquo - passado recente (ontem) – passado longínquo.

Outra característica marcante na entrevista é o fato do entrevistado não saber responder quando se tornou vaqueiro, utilizando a seguinte história para responder a questão:

Tio Otacilio contava que com 9 ano ele começou a trabalha incorado, 9 ano de idade! E já corria no mato incorado... e o pai dele já criou ele nesse ritmo, o pai era vaqueiro de uma fazenda e criou ele desde pequeno e o ritmo era esse, tinha algum que não, que trabaiavaim roça, mais a maioria trabaiava, todo mundo a profissão era essa, só manhecia o dia tinha que pegar o cavalo e ir para o campo, já levava os fios de piqueno e criava nisso (Entrevista concedida em 13 de fevereiro de 2016).

Desde a infância os meninos sentem a necessidade constante de demonstrar as características que o tornam homens sejam em suas brincadeiras ou em afazeres diários, buscando provar que já possui as habilidades necessárias para “assumir um curral”⁵. Talvez esse seja o motivo da referência ao vaqueiro Otacílio, que desde muito novo foi inserido em

⁵Expressão sertaneja para designar que o rapazote já possui habilidades em assumir os encargos de um vaqueiro, sendo responsável pelos cuidados dos animais do patrão.

um cotidiano vaqueiro, não sendo uma exceção, já que era algo comum, como apresenta Reis (2012), a partir dos dados obtidos em suas entrevistas dos vaqueiros da região de Irecê-BA. Provavelmente, Everacy consiga fazer um paralelo entre o exemplo dado e sua iniciação com o manejo dos animais. Desde novos os garotos mais valentes, aprendiam a lidar com o gado “montava em pêlo nos poldros bravos, e andava a escaramuçar pelo campo até amansá-los” (ALENCAR, 1977, p. 35). Para Reis,

Não podemos descartar ainda a importância das brincadeiras na construção dessa afinidade entre as crianças e os animais, a exemplo do “cavalo de pau” e das “disputas de argolinhas” que se davam entre garotos montados sobre varetas de madeira a imaginar ações de vaqueiro, práticas essas muito comuns entre as crianças do meio rural sertanejo (REIS, 2012, p. 104).

Os garotos com suas próprias brincadeiras, a exemplo do “cavalo de pau” e as “disputas de argolinhas” refletiriam um cotidiano no qual estão inseridos, e que em um futuro não muito longe buscam de fato exercer. Para Oliveira (2009), os currais eram o “centro de equilíbrio da estrutura social” (OLIVEIRA, 2009, p. 28), já que eram os espaços onde se desenvolviam as habilidades vaqueiras, assim como construíam uma imagem de homem sertanejo/vaqueiro, que inseriam os garotos e serviam como uma espécie de rito de passagem, como diria o autor.

No célebre "O segundo sexo: a experiência vivida" (1967), Beauvoir aponta que desde a infância iniciam-se as representações duais baseadas no sexo do menino e da menina de modo que quanto mais a criança cresce mais o universo se expande e a superioridade masculina se afirma.

Um fato que comumente é repetido pelo entrevistado, é a ferra de gado, que analisamos como representação de uma sociabilidade vaqueira.

Entrevistador: Como era que ferrava o gado?

Everacy: Ferrava, marrava nunha corda e colocava o ferro no fogo.

Entrevistador: E juntava um bocado de vaqueiro para ferrar o gado?

Everacy: Um bocado de vaqueiro para fazê esse trabalho. Naquele dia ‘hoje é a ferro na fazenda de fulano de tal’, naquele dia aquela vizinhança ia tudo para ajudar no trabalho, ia ajudar a prender o gado, fazia um multirão diante de oito, dez vaqueiro da região, ‘hoje, essa semana nois vai prender o gado de tal fazenda’, no dia que ia ferrar da ota todo mundo da região ia ajudava a prender aquele ota gado na ota fazenda...

Entrevistador: E passava o dia todo?

Everacy: Passava o dia, a semana prendeno gado! E sempre que toda hora só tinha uma rocinha pequena, um cercado, uma coisa, criava todo mundo na catinga, ai ele ia juntano e colocano no cercado, quando era no final de simana, juntava todo mundo um dia pa ferrar, depois ferrava e soltava dinovo, ai marcava ota dia pra ota fazenda, juntava tudo pra prenda pa depois ferra.

Um ajudava o outro, naquele dia era uma festa, viu, naquele dia o dono da fazenda matava um carneiro, bode, uns comprava a bebida, quando a turma chegava com o gado era pra almoçar, e contar história e beber... naquele dia era uma festa, ninguém... aquele trabalho ali, ninguém pagava não, era um ajudanoosoto, depois quando precisava ia tudo, na ota fazenda no dia qui precisasse ia tudo! se tivesse um boi brabo, dois, no mato qui... acontecia de imbrabecer e num vir no curral, ai 'im tal lugar tem um boi brabo pra nois pegar', ou dois ou três, ai naquele dia juntava uma vaqueramaarruinada! pra ir pegar aquele boi, pegava, e marrava e trazia pra fazenda, naquele dia ali num era pago, era um digitóro, pros zoto... (Entrevista concedida em 13 de fevereiro de 2016).

Para Medrado (2012), as relações estabelecidas entre os vaqueiros é denominada como “solidariedade”, podendo ser definida como “solidariedade horizontal” (relação entre os vaqueiros com outros sujeitos da mesma posição social) e “solidariedade vertical” (relação dos vaqueiros com seus patrões, uma relação de proteção e auxílio mútuo, mas também de dominação). Já Reis (2012) acredita na existência de uma rede de sociabilidade entre os vaqueiros, como forma de controle do gado solto/no comum. Para ambos os autores, essas relações sociais eram reflexo das experiências de trabalho, uma forma de testar as habilidades cavaleirescas e reforçar um círculo de amizades.

Segundo Joana Medrado, por ser um evento festivo e público, como pode ser observado na entrevista, já que era noticiado a todos “essa semana nois vai prender o gado de tal fazenda”, tornava público a posse sobre o animal e, consecutivamente, conhecido o ferro ou as marcas que consistiam a assinatura nas orelhas dos animais.

Entrevistador: E quando encontrava um animal de outro ferro que não conhecia?

Everacy: Num era dono! Tinha que procurar se aparecesse no meio do lote, sempre aparecia, um bode, uma ovelha sempre aparecia no meio dos otes, mas era assinado todo mundo assinava, desde piquinininho, quando tava piquinininho as cabras paria trazia tudo pra o curral com uns trinta dias soltava os cabritos e assinava tudo e soltava, e ai quando contava e soltava, se com tempo num achasse podia procurar no meio do soto no vizinho até que achava, se tivesse assinado se num tivesse assinado num achava mais não, e o cara num entregava nem que tivesse num entregava mais não (Entrevista concedida em 13 de fevereiro de 2016).

O entrevistado usa a expressão “num era dono”, e em outro momento da prosa “um dia o dono aparecia”. Podemos perceber que há um código de honra que permeia as relações desses sujeitos, em que mesmo não conhecendo o ferro e o dono do animal, possui a consciência que não lhe pertence, cuidando do animal que “inlotou”⁶ com o rebanho de posse ou sobre responsabilidade do vaqueiro-sertanejo.

⁶ Se juntou: Acompanhou o lote, o rebanho.

Para Medrado (2012), a honestidade e o conhecimento dos ferros e marcas dos fazendeiros utilizados para legitimar a posse sobre os animais, tornavam os vaqueiros preciosas testemunhas em casos de furto de animais em Jeremoabo, como pode ser observado na seguinte citação:

A fidelidade, a honra da palavra, a coragem, a dignidade e a confiabilidade eram alguns desses valores, e os vaqueiros foram os principais trabalhadores que mantiveram e reforçaram tais valores. Os fazendeiros, logicamente, tentaram apropriar-se desse discurso a seu favor. (MEDRADO, 2012, p. 91).

Adentrando nas veredas do saber vaqueiro, questionamos ao entrevistado como se davam as curas dos animais, para minha surpresa percebo o sujeito como um ser em trânsito, conhecedor tanto de remédios caseiros, como medicamentos veterinários. É bastante complicado tentar definir uma temporalidade para as práticas afirmadas pelo ex-vaqueiro, pelo fato que já foi dito, da memória seguir um tempo próprio, que não necessariamente é linear.

Entrevistador: E curava como os bichos?

Everacy: Botava curava com bezocreol (*Benzocreol*), sabe o que é bezocreol? Sabe, né? Pois era o que tinha era aquilo para curar, antigamente só tinha aquilo...bezocreol.

Entrevistador: Existia homens que curava através de curas e rezas o gado?

Everacy: Ixistia! Ixistia! Pedro Queroz vei ali, pai di Duninha, rezava e curava. Chegava lá e falava ‘seu Pedro, tem uma novia cum bicho inquietugá?’ ‘tá pra qui ô’, passava só o jeito rezava e curava.

[...]

Entrevistador: Então rezava sem precisar ver o bicho?

Everacy: Não! Bastava o jeito.

Entrevistador: Ele sabia e curava?

Everacy: Rezano num tinha quem olhasse, *naquele tempo as coisa era mais na experiência* (Entrevista concedida em 13 de fevereiro de 2016).

Inicialmente o sr. Everacy afirma utilizar “naquele tempo”, um desinfetante denominado “benzocreol”, utilizado na cura de bicheiras e verminoses nos ovinos, caprinos, suínos e bovinos, mas ao mesmo tempo possui uma cultura enraizada na tradição, sendo este o motivo de ir na casa de “seu Pedro”, lhe perguntar por onde anda determinado animal doente. Apensar de ter em mãos um medicamento comprovado cientificamente, e que ainda hoje é bastante utilizado na região de origem do entrevistado, se recorre a um saber popular baseado na “experiência”.

Quando questionado sobre a natureza da rezas o ex-vaqueiro responde:

Entrevistador: E como eram essas rezas?

Everacy: Eles num insinava não, sabia mas num insinava não. Mas tinha muita experiência fáci! Tinha experiência de você pegá uma foia de pindoba desse um laço, fazia um nó olhava pra bicheraassim... você tá perto, né

(realizando o gesto), agora antes de curar se curasse num ia mais não e você dava uns nó. Agora tinha unhs qui jogava pras costa, três pindoba, era, fazia um lacinho e olhava pra bichera jogava pra trás e ia imhora (Entrevista concedida em 13 de fevereiro de 2016).

Com os termos “num ia mais não” e “ia imhora”, demonstra uma confiança do entrevistado aos rituais de cura através das rezas, pode não ser comprovado pelo discurso científico, mas é elaborado por experiências e práticas que foram transmitidas oralmente e que até hoje se perpetuam no espaço sertão.

Outro saber muito comum, ao sertanejo, é a habilidade de encontrar seu rebanho, em meio a uma caatinga fechada e sem a presença de cercas, elaborada com certeza pela observação do vaqueano, sendo bastante latente no discurso do entrevistado:

Sempre final de semana de vez im quanto, pai dizia ‘hoje é dia de junta o gado soter⁷ e prender no currá juntava tudo, já sabia mais ou menos a região que cumia, se tivesse um bizerro sem ferro ferrava, e os tempo era assim, se sumisse também num tinha jeito.

As oveia o dia de nois trazer era sábado, todo sábado prendia oveia, todo sábado, da Vage espalhava nesse beço de rio até a Boa Sorte subia ai pra Pinto, Pindorama ia pra essa região ai de Nobilino essa região todinha nois já sabia, e ota era difici ir pra num trazer tudo, e ota tinha mais de quinhentas no beço do rio que a gente encontrava dos oto mas sempre comigo separava, quando bulia separava, cada qual... acontecia de vir uma ota no mei mas a gente ia e soltava e alotava com os oto.

Bode mermo só juntava di tarde bode ajuntava di tarde, oveia era no horário de meio dia, bode di tarde, bode di manhã pra meio dia num vem no curral não (Entrevista concedida em 13 de fevereiro de 2016).

Como uma forma de exaltar suas proezas, o entrevistado utiliza expressões como “tinha mais de quinhentas no beço do rio” ou ainda “era difici ir pra num trazer tudo”, apresentando mais um saber inerente ao labor vaqueiro, o conhecimento do mato e de habilidades necessárias para o manejo com os animais.

Reis (2012), ao falar sobre o cotidiano vaqueiro, o define como,

Cuidar do rebanho entre o curral e o campo, este, porém, não transmitia a segurança do primeiro, trazendo-lhe grandes obstáculos e exigindo o domínio dos saberes sobre a natureza e os animais. A busca por um animal desaparecido poderia durar dias. A estratégia de trabalho central dos vaqueiros era a construção de uma rede social de “amizades”, sociabilidades e troca de experiências que possibilitasse o acesso a notícias. A feira livre semanal era um espaço especial para obtenção dessas informações (REIS, 2012, p. 122).

⁷ Gado solteiro: Expressão utilizada na sociabilidade vaqueira como os animais “solteiros”, isto é, novilhas, garrotes e vacas que não estejam paridas. No tempo a qual o entrevistado se refere, as vacas paridas ficavam na proximidade da casa, enquanto os demais bovinos, que não estivessem acompanhados com um filhote, ficavam no comum, na caatinga sem presença de cerca.

O autor novamente afirma a necessidade de uma rede de solidariedade, que proponho discutir em minha monografia, pensando essas relações não apenas como forma de resistência ou reflexo de experiências de trabalho, mas refletindo sobre a noção de virilidade, atrelada a um código de honra que caracteriza/orienta o mundo sertanejo. Por essa ótica, a pega de gado não busca apenas demonstrar as habilidades vaqueiras, mas defender uma imagem de homem construída na paisagem-sertão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a penetração nos estudos sobre as masculinidades, foi possível percebermos como é latente na entrevista realizada com o sr. Everacy Amaro, as formas de sociabilidade, o apoio mútuo, as características que reforçam o caráter viril do homem sertanejo. O modelo do vaqueiro, como uma identidade nacional, herdeiro de todo um debate do século XIX da construção de signos brasileiros, que toma o homem interiorano, mestiço do indígena com o branco, como uma representação da nação.

O vaqueiro, e todo o processo da construção da identidade, se consolida como um símbolo, carregado de um significante viril, diante de uma sociedade que se moderniza. A análise da fala do entrevistado, nos mostra como eram tecidas os espaços cotidianos do labor vaqueano, o tornar-se um indivíduo que exerce a uma simples profissão, mas que carrega um *ethós* do que é ser brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, José de. *O sertanejo*. São Paulo: Melhoramentos, 1977.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: A arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da História*. Bauru, SP: Edusc, 2007.
- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BADINTER, E. *XY: sobre a identidade masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: A experiência vivida – vol. 2*. São Paulo: Difusão Européia, 1967.
- BENTO, Berenice. *Homem não tece a dor: queixas e perplexidades masculinas*. Natal: EDUFRN, 2015.
- BENTO, Berenice. *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador: EDUFBA, 2017.

BOAVENTURA, Eurico Alves. *Fidalgos e Vaqueiros*. Salvador: UFBA, Centro Editorial e Didático, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina - 2ª ed.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CONNEL, R. W. (1995). Políticas da masculinidade. *Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, p. 185-206, 1995.

CONNELL, R., & MESSERSCHMIDT, J. (2013). Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas, Florianópolis*, 241-282, 2013.

FERREIRA, Marieta de Moraes (org). “Desafios da História Oral latino-americana: o caso do Brasil”. In: *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Fundação Getúlio Vargas, 2000.

MATOS, Maria I. *Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade*. São Paulo: Companhia. 2001.

MEDRADO, Joana. *Terra de Vaqueiros: Relações de trabalho e cultura política no sertão da Bahia, 1880-1900*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2012.

OLIVEIRA, Clóvis F. R. Moraes. “Entre currais e modelos: Eurico Alves leitor de Feira de Santana, 1940-1960. In: *Légua & Meia: Revista de literatura e diversidade cultural*. Feira de Santana: UEFS, nº 5, 2009, p. 20-37.

REIS, Alécio Gama dos. *O que farpa o boi farpa o homem: das memórias dos vaqueiros do campo sertão de Irecê (1943 – 1985)*. Feira de Santana: Dissertação de História, UEFS, 2012.

SOARES, Angela Maria Santos. A natureza imaginativa da memória: Cecília Meireles e Adélia Prado. *Verbo de Minas, Juiz de Fora*, v. 7, n. 13, jan./jun. 2008, p.165 - p.176.



“PRA GENTE SAIR DA LAMA E ENFRENTAR OS URUBUS” – Necropoder e Políticas de Resistência como Estética e Inventividade de Corpos Trans

Kueyla de Andrade Bitencourt¹

RESUMO

Esse texto tem como principal proposição discutir acerca dos dispositivos da transexualidade e travestilidade, compreendendo-os como complexidades compostas por uma rede articulada por discursos, instituições, leis e normativas localizadas social e historicamente. Ao considerar o atual momento político em que passa o Brasil, com diversos crimes de ódios direcionados a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis e ao considerar que esse é o país que lidera mundialmente o ranking de assassinatos de pessoas trans, esse trabalho visa discutir o necropoder trans, que considera essas vidas como descartáveis e aponta para uma política de abjeção e de inimizade contra esses corpos, por meio de uma lógica ditatorial cisgênera e heteronormativa que visa enquadrar as subjetividades dissidentes que ousam romper com esses modelos através de outras possibilidades de vinculação afetiva e sexual. Trata-se de um estudo teórico, a partir de referenciais de autores como Mbembe, Butler, Agambem, Bento, Louro, Foucault, o qual questiona o empenho de interdição dos corpos Trans, a vivência de um estado de emergência e exceção que autoriza a violência e o extermínio dessa população e a viabilidade de uma política de resistência, em direção a potência do anormal e dos saberes minoritários, que enfrente as condições de assujeitamento e as rotulações pré-estabelecidas. Conclui-se, a partir da possibilidade do impulsionamento do cuidado de si como prática de resistência, que seja investida de uma estética capaz de criar expressões criativas, novos vínculos político-afetivos, possibilitando deslocamentos, transformações e inventividades de si.

Palavras-Chave: Transexualidade e Travestilidade, Necropoder, Resistência, Inventividade de si.

INTRODUÇÃO

As transexualidades e as travestilidades estão relacionadas à multiplicidade, composições do corpo, percursos identitários, estética, discursos, performatividades, uma complexidade que, inevitavelmente, questiona e desnaturaliza as regras e normatizações de gênero e sexualidade e não se curva a imposição da inteligibilidade social. Desse modo, não se trata de um processo específico de categorização ou configuração de identidades ou representações e sim de pessoas vivendo e experimentando a transexualidade e a travestilidade.

O processo de transformação a que se submetem esses corpos, geralmente estão atrelados a compulsoriedade binária dos gêneros masculinos e femininos e segue uma matriz

¹ Professora de Psicologia Social da Universidade Federal da Bahia e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. kueyla.andrade@ufba.br



normativa que supõe uma linearidade entre sexo, gênero, orientação sexual e performance. Em consonância com uma lógica normativa psiquiátrica, jurídica e psi, por meio de saberes científicos e em busca de um manejo possível com essas pessoas, mantém-se uma perspectiva patologizante da vivência trans, que fere a autonomia desses sujeitos que ousaram romper com a lógica dos corpos generificados. Em vista disso, propõe-se discutir a formação desses dispositivos a partir das instituições, dos saberes, dos discursos, das relações que os constituem.

Objetiva-se problematizar a necropolítica, enquanto destruição política, simbólica e material dos corpos Trans², considerados como dispensáveis na estrutura do capitalismo dos países periféricos, levando em consideração o fato de que o Brasil é o país que mais mata transexuais e travestis e que a expectativa de vida de uma pessoa Trans nesse país é de 35 anos. Aqui, a violência é tida como alicerce do Estado que funciona com a lógica da Exceção, e a morte e a política, estão alicerçadas no Estado de emergência, desse modo, o necropoder trans, concebido a partir da necropolítica direcionada a população de transexuais e travestis, subdivide a população entre aqueles que devem viver e aqueles que devem morrer.

Desse modo, a morte passa a ser considerada questão política, que ocorre com pessoas subalternizadas em territórios colonizados. São pessoas tidas como sobra dentro da dinâmica do capital e dificilmente são compreendidas como desdobramentos das estruturas sociais vigentes, de modo que são expostas à morte e à diversas situações de vulnerabilidade. Nesse trabalho, será abordada mais detidamente sobre a necropolítica trans, ao considerar a violência sistêmica e estrutural dirigida à travestilidade e à transexualidade, que empreende mortes perversas, invisibilizações, transfobias, dentre inúmeras outras violações de direitos, a exemplo da proibição do uso de banheiros e do uso do nome social. Esse necropoder enseja a normatividade dos corpos trans e reitera a perspectiva cisheteronormativa, ao considerar interesses de grupos sociais hegemônicos que tratam a transexualidade e a travestilidade como pecado, desvio moral ou doença.

Como contraponto ao poder normatizador, levando em consideração a realidade apresentada, esse trabalho aponta uma forma de resistência pautada na capacidade de transformação e reflexão dos indivíduos e na recusa aos dogmas e doutrinas institucionalizadas. Discute-se a possibilidade de construção de sujeitos autônomos, tendo como referência os escritos da última fase de Foucault. A ideia é pensar de que modo as técnicas de cuidado de si

² Levando em conta a complexidade da experiência de transição de gênero, de pessoas autodenominadas travestis ou transexuais, em alguns momentos do texto serão utilizados os termos “pessoas trans” ou “corpos trans” com vistas a abarcar as múltiplas experiências de pessoas que ousaram transcender o gênero atribuído ao nascerem.

dos antigos, podem ser apropriadas como políticas de resistência em relação as técnicas de governo modernas. Aqui, essas técnicas serão problematizadas a partir da noção de estética da existência e questiona os rígidos delineamentos das identidades sociais contemporâneas, ao trazer ao sujeito a possibilidade de se relacionar consigo e, conseqüentemente, com a alteridade e o tempo presente. São formas transversais de resistências que não se limitam a um contexto, mas que também não pretendem se tornar universais, pois trata-se da criação de novos espaços, experiências, afetos, que propiciam a reinvenção da política em torno de modos de vida comuns.

“Impressionantes estruturas de lama” - os dispositivos³ da Transexualidade e da Travestilidade

A identidade de gênero possui sua genealogia nas rígidas práticas institucionais e nas normas sociais. Pode ser considerada uma construção discursiva e regulatória, pautada em uma suposta naturalidade corporal que nega o diferente ao mesmo tempo em que depende dele para constituir a normatização (LOURO, 2001). Portanto, ciente da tentativa das ciências médicas e psi em circunscrever a experiência da transexualidade a uma prescrição nosológica psiquiátrica e a existência de uma representação da sociedade que se refere a travestilidade como desregramento sexual e vulnerabilidade, pretende-se discutir acerca dos dispositivos da transexualidade e da travestilidade e como eles se situam um em relação ao outro.

Antes de 1950, vale destacar, não existiam definições ou caracterizações específicas para transexuais, isto é, não havia diferenciação clara entre as categorias de transexuais, travestis e homossexuais. A invenção do dispositivo da transexualidade ocorre, sobretudo, por meio da proliferação de publicações médicas sobre o tema. Muito embora inúmeras e distintas áreas de produção de conhecimento tenham se voltado a essa experiência, de acordo com Bento (2006), os trabalhos publicados podem ser agrupados sob os referenciais de uma vertente predominantemente psicanalítica e biológica.

A instituição da transexualidade como doença ocorreu com sua inclusão no Código Internacional de Doenças em 1980, contudo, essa temática aparece de forma mais contundente, a partir da década de 1950 nos Estados Unidos com os estudos e teorias de Jonh Money, Harry

³ Dispositivo é um conceito estudado por Foucault que encerra uma rede entre diversos elementos e possui uma função estratégica dominante de responder a uma urgência. Para Foucault (1979, p. 244), o dispositivo é “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo” .

Benjamim e Robert Stoller. Ainda segundo Bento (2006), na década de 1960 os discursos teóricos e as práticas regulatórias sobre os corpos de pessoas trans tornaram-se visíveis e foram colocadas em exercício, a partir de instituições que se destinavam a atender, especificamente, às/aos transexuais. Assim, a partir do funcionamento desse dispositivo, a própria transexualidade é criada, utilizando-se de diagnósticos e tratamentos específicos, que desemboca na construção de um personagem, a/o verdadeira/o transexual e a patologização da experiência trans.

A patologização e sua consequente instituição a partir do discurso médico torna esse tema abundantemente estudado por teóricos da área de saúde que, ao classificar essa experiência como doença, colabora com a manutenção de rótulos e estigmas sociais e desrespeita o direito à livre identidade de gênero. E ainda que identidades coletivas sejam construídas e problematizadas no bojo dos movimentos sociais de transexuais, prevalece a reprodução dos discursos médico e psi, pois é nesse lugar que essa experiência ganha inteligibilidade e torna possível o reconhecimento social desses sujeitos (SANTOS, 2010).

No Brasil, a discussão sobre transição entre os gêneros, associada ao discurso médico e dissociada da criminalidade e prostituição, ganha a grande mídia nos anos de 1980 com o fenômeno Roberta Close, quando a artista pousa para a revista Playboy e surge uma discussão sobre a indefinição do seu gênero e de sua sexualidade, uma vez que ela não se enquadrava nos estereótipos das travestis, até então consideradas criminosas ou prostitutas, não era vista como transformista pois não fazia performances artísticas, e também não se enquadrava no diagnóstico patológico de transexualidade, já que não apresentava infelicidade, tendência a auto-extermínio ou a falta de sensualidade ou erotismo como na descrição do diagnóstico (LEITE JÚNIOR, 2008).

É possível encontrar na literatura tentativas de conceituações abrangentes sobre a transexualidade. Adriana Teixeira et al (2005) refere a transexualidade como vivências que colocam em xeque a noção de gênero, de sexo e até mesmo de humano. Butler (2003), afirma que essa experiência torna possível reivindicar o caráter performativo do gênero, subverter as noções essencialistas de identidade e causar resistência, a partir de corpos que “desnaturalizam a heteronormatividade idealizada e compulsória” (2001, p.14). Bento (2006), por sua vez, ao abordar a transexualidade, a definirá como uma vivência, e não como a sedimentação de uma identidade ou um dado a-histórico. Para ela, trata-se de um processo de produção de si que implicará em um conjunto de transformações corporais e sociais que constituirão a produção de corpos e subjetividades.

A categoria travesti, por seu turno, ultrapassa o enquadre psiquiátrico e surge na segunda metade do século XX, inicialmente utilizada para fazer referência a homossexuais masculinos com características femininas, sendo que, no imaginário social está historicamente relacionada ao imaginário do desregramento sexual, a vivência nas ruas e a prostituição

Para parcela dos movimentos sociais, a travesti é considerada como identidade política de gênero, em virtude sobretudo do número de pessoas que se autodenominam travestis e compartilham desse contexto. Eles reiteram que essa nomenclatura deve ser utilizada como política de identidade e reforçada nas travestis mais novas para fazer o contraponto com o conceito de transexualidade que, para as militantes, não as representam. Barbosa (2013) ressalta que a experiência das travestis não se limita à prostituição ou mesmo ao transformismo⁴, posto que se relaciona com infinitas possibilidades de fabricação de si que envolvem desde tecnologias de transformações corporais a inúmeras outras performatividades de gênero.

No que concerne a previsível comparação entre esses dispositivos, consoante Leite Júnior (2008), a transexualidade possui o capital linguístico⁵ mais proeminente que o de travesti e ao ser transformado em capital social possibilita abrir ou fechar portas, conforme a pessoa se auto identifica. Então, de modo geral, apresentar-se como transexual representa um incremento ao capital simbólico e, à medida em que distinguem os sujeitos trans, também possibilita maior trânsito entre grupos sociais.

Não há discernimento, portanto, quanto a esses dispositivos, no que se refere a violência explícita direcionada a seus corpos, uma vez que existe uma normativa cisheterossexual que declara a morte física, política e simbólica dos que ousam romper com as normas estabelecidas socialmente e afirmam a dissidência. Corpos estes, considerados descartáveis pelo poder soberano, desde a mais tenra idade, e que muitas vezes são vítimas de assassinatos cruéis, crimes de ódio, violências, cujo monopólio não é do Estado, já que diferentes pessoas e instituições se sentem autorizadas a serem guardiães da ordem e, portanto, a matarem esses corpos que não estão afinados com a maquinaria cisnormativa e heterossexista. A partir dessa prerrogativa o tópico seguinte vai tratar da teoria da necropolítica, com ênfase na violência direcionada às pessoas trans.

⁴ De acordo com Jayme (2010), o tempo é importante para definir o gênero masculino e o feminino entre as transformistas. Com frequência, elas se transformam em lugares e ocasiões específicas, geralmente a noite, em boates gays, festas ou programas televisivos. Utilizam maquiagens, encheimentos, adornos e quando estão 'montadas' raramente é possível saber se se trata de homem, mulher, travesti ou transexual.

⁵ Para Bourdieu (1998) a língua não é apenas um instrumento de comunicação ou mesmo de conhecimento, mas um instrumento de poder.



“Quanto mais miséria tem, mais urubu ameaça” - necropolítica e violência direcionada às trans

A partir da discussão sobre o conceito foucaultiano de biopolítica, Achille Mbembe, filósofo camaronês, elabora o conceito de necropolítica para discutir a morte como um problema político e destaca as especificidades da violência nos países de capitalismo periférico, sendo que o contexto latino-americano, por exemplo, encerra experiências distintas, em que indivíduos são descartados, considerados abjetos e vítimas de extrema violência, sendo o controle dos seus corpos executado através de estratégias de soberania.

Na colônia, para Mbembe (2016), a soberania refere-se a um poder que está à margem da lei e seu território passa a ser governado na total ilegalidade, de modo que, “o direito soberano de matar não está sujeito a qualquer regra” (MBEMBE, 2016, p. 134). Quando o espaço colonial é ocupado, tem-se a eliminação do poder local, o que possibilita a instauração de modos de dominação que estruturam a soberania consoante a violência do Estado de exceção. A colônia, desse modo, torna-se um espaço de ordenamentos raciais e sociais subalternos e a necropolítica tem “o principal objetivo de conter os espaços periféricos dentro da sua subalternidade colonial” (OLIVEIRA, 2018, p. 52).

A ocupação colonial apreende o espaço físico de um território, instala diferentes relações sociais e geográficas, extrai indiscriminadamente os recursos e cria uma hierarquia entre as pessoas, a partir de um fosso moral entre aqueles que se autodenominam soberanos e passam a exercer o poder, sem o escrutínio da lei, e que determinam as vidas que devem viver e as que são descartáveis. Essa ocupação favorece a reclusão, separação e constante vigilância, assim, os corpos são subalternizados à necropolítica, à destruição material máxima, de modo que “vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de ‘mortos-vivos’” (MBEMBE, 2016, p.146).

O Estado de emergência, caracterizado por Agambem (2010) como Estado de exceção, é o terreno propício para a relação direta entre política e morte, a partir da divisão da população em subgrupos que devem viver e os que devem morrer. A peculiaridade do Estado de exceção no sistema colonial é a morte e a violência sendo exponenciadas a um grau até então desconhecido, fundamentando-se em subjugação de corpos, regulamentação das condições de saúde, eugenia e darwinismo social (MBEMBE, 2016). A colônia passa a representar, no imaginário civilizado europeu, uma fronteira habitada por selvagens, desordeiros que fogem ao controle das ordens jurídico-legais e que, portanto, prescindem das normas legais e

(83) 3322.3222



institucionais. Destarte, “as manifestações de guerra e hostilidade marginalizadas pelo imaginário legal europeu encontraram lugar para reemergir nas colônias” (MBEMBE, 2016, p.134), o que justifica, em defesa da civilidade, a violência desmesurada do Estado de exceção.

Cabe o questionamento, a partir do momento político em que estamos vivendo no Brasil, em que medida existe uma cumplicidade que estimula a eclosão de crimes de ódio contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis (LGBTs), especificamente o segmento das travestis e transexuais, e sobretudo as que trabalham nas vias públicas (MEDEIROS, 2019). Embora o preconceito que leva a morte seja a forma mais séria desse crime, recentemente reconhecido como transfobia, existem inúmeras outras manifestações de violência, tanto políticas, como simbólicas no contexto brasileiro.

A necropolítica é tomada como importante conceito, nesse trabalho, com vistas a compreensão da violência direcionada a transexuais e travestis, corpos considerados descartáveis na dinâmica estrutural do capitalismo periférico. No contexto latino-americano, em função das especificidades do processo de colonização, a violência está diretamente relacionada ao patrimonialismo, a concentração de renda e a noção restrita de cidadania, que Souza (2003) intitula de subcidadania. Para esse autor, a subcidadania está historicamente imbricada com os processos de escravidão e colonização do nosso país, intitulado como democrático e pluralista, consoante com os ideais universais de dignidade humana e que, no entanto, divide seus cidadãos em primeira e segunda classe.

A partir da noção de “necropoder trans” (CARAVACA-MORERA & PADILHA, 2018) objetiva-se discutir a destruição política, simbólica e material de corpos que experimentam a violência de modo contínuo, em uma sociedade que opera sob a lógica da exceção. Para Caravaca-Morera & Padilha é nítida a tecnologia de violência endereçada aos dispositivos da transexualidade e travestilidade, empreendida com base em uma normativa social “sexista, classista e heterocisnormativa” (2018, p.5). Trata-se de uma tecnologia que determina a morte política e social de corpos trans e que desemboca em danos que se reverberam nas relações com a família, com os amigos, com o mercado de trabalho.

As vidas trans, consideradas como abjetas pelo poder necropolítico, no contexto brasileiro, são nomeadamente vítimas de violências letais, assassinatos considerados como execuções; espancamentos, enforcamentos, afogamentos, por explicitarem características de crueldade. A motivação ocorre, muitas vezes, por esses corpos não esconderem os dispositivos de gênero e sexualidade que os constituem, impulsionados pela inviabilidade de idealização de

vínculos afetivos e sexuais que escapam à prerrogativa das relações monogâmicas, cisgênera e heterossexuais.

Os crimes de ódio, vale ressaltar, não são direcionados unicamente à pessoa vitimada, não raro, eles servem para causar terror a determinado grupo social com características comuns e deixar claro que suas vidas são descartáveis, seja por sua nacionalidade, gênero, etnia, sexualidade, dentre outras questões que para os algozes justificam atos como tortura, espancamento e assassinatos (MEDEIROS, 2019). Diversos estudiosos sobre o tema afirmam que uma quantidade considerável desses crimes ocorre em vias públicas e se relaciona de algum modo com as atividades da prostituição, em função da sociabilidade violenta a que estão expostas (DE SOUZA *et al.*, 2018; GUIMARÃES *et al.*, 2013).

Esses assassinatos sugerem um tipo de higienização social, a partir do desejo de expulsão dos sujeitos trans das vias públicas, o que denuncia a violência histórica e estrutural contra esse público, baseada na estrutura heteronormativa e racista do capitalismo periférico brasileiro (PEIXOTO, 2018). Esse processo se assemelha ao medo da africanização das cidades brasileiras no período pós-independência, em que, segundo Batista (2003), os escravos libertos representavam perigo e, portanto, foram criados projetos sanitários e políticas sociais em busca do ideal de ordem pública virtuosa às custas da tortura e extermínio dos corpos negros que ao ocuparem os espaços públicos, causavam pânico para a sociedade pretensamente civilizada.

O pânico moral, conforme Guacira Lopes Louro (1997), faz-se presente na realidade brasileira desde os tempos da colonização portuguesa, todavia, adquire novas configurações com o projeto civilizatório da modernidade periférica, que se sente autorizado a agenciar o racismo estrutural e marginalizar a população de transexuais e travestis com a criminalização, a patologização e até mesmo o extermínio dos seus corpos.

Esses corpos considerados descartáveis, representam, além disso, a negligência do Estado com a população LGBT, manifesta pela ausência de políticas públicas, sobretudo no campo da segurança pública, bem como a negligência da polícia na apuração desses crimes (CARRARA & VIANNA, 2006), o que contribui para o aumento da impunidade, bem como para a efetivação de novos crimes. Além disso, a falta de acesso dessas pessoas às políticas de educação, transporte público, saúde, demanda delas recursos para qualquer inserção social, portanto, as encorajam para o trabalho com a prostituição, já que, nessa ocupação conseguem angariar mais dinheiro em menos espaço de tempo (BENEDETTI, 2005; KULICK, 2008; SILVA, 2007)

De certo modo, as lutas sociais, a resistência ou até mesmo a existência dos grupos sociais sexualmente dissidentes, causam incômodo para aqueles extratos sociais que sempre tiveram privilégios de raça, sexualidade, gênero e classe exclusivamente seus. Pouco dispostos a abrirem mão de seus privilégios, eles lutam pela manutenção do status quo, das tradições, do conservadorismo, enfim, da hegemonia, a partir da manutenção de valores cristão, familiares, heteronormativos. Não obstante a essa realidade, surgem novos sujeitos de direitos que anunciam novas referências culturais, políticas, sociais nas lutas políticas dos novos movimentos emancipatórios e a emergência de outra geopolítica da resistência.

Diante dessa complexidade, é urgente uma repolitização do campo sexual, para além do registro essencialista e binário, recorrentes nas disputas políticas de gênero e sexualidade, do mesmo modo que é urgente apontar para o atravessamento dos saberes dominantes no sentido da potência do anormal e dos saberes minoritários situados localmente (PERES, 2011). A partir disso, discute-se na sessão seguinte a estética da existência dos corpos trans atrelada a possibilidade do impulsionamento do cuidado de si como prática de resistência.

“A responsabilidade de tocar o seu pandeiro é a responsabilidade de você manter-se inteiro” – resistência como estética da existência

A estética da existência é um conceito ligado aos últimos escritos de Foucault e aparece nos dois últimos volumes da História da Sexualidade, bem como em alguns trechos dos Ditos e Escritos (FOUCAULT, 2012), em algumas palestras, seminários e notadamente não se refere a um conceito definitivo, acabado. Trata-se de uma possibilidade de resistência a regularização da vida por códigos normativos e disciplinares. Para Roberto Machado (2006) essa discussão em torno da estética da existência tratar-se-ia da genealogia do homem do desejo, desejo enquanto movimento do homem para o múltiplo, a partir de diversos temas que problematizam as incontáveis formas e relações possíveis entre os indivíduos, o que sugerem modos de vida que realizam o enfrentamento das vidas reguladas por tecnologias.

Trata-se de uma reflexão sobre as práticas que proporcionam a reinvenção de novas formas do viver comum, que resistem às normativas disciplinares dos poderes contemporâneos. Referem-se a processos de subjetivação, a partir da possibilidade de constituição de outras sociabilidades, de novas relações, de sensibilidades, de amizades, como consequência de uma apropriada crítica sobre si mesmo, sobre os outros e sobre o tempo presente. Governar a vida a fim de dar a ela a forma mais bela possível.

A Estética da Existência sugere a possibilidade de invenção de si mesmo, uma ética que propõe um molde sobre a vida, alicerçado em padrões próprios, o que pode desembocar, conseqüentemente, na reinvenção do espaço público. Uma experiência capaz de propiciar novas sensibilidades e estranhamentos e, embora se refira a singularidades, requer o outro como complementariedade. Não se trata de reforçar o individualismo ou o ensimesmamento do sujeito e sim uma possibilidade de voltar-se para si para depois agir. O cuidado de si, desse modo, teria um duplo retorno, inicialmente o sujeito volta-se para si, depara-se com a sua atual condição, e posteriormente, para o outro e para o mundo. Em muitas situações o sujeito está tão imerso em uma teia de normatizações, de capturas que confunde seu processo subjetivo com as imposições sociais, ou seja, confunde “sua identidade ontológica com os padrões morais e normativos impostos como modos padronizados de vida” (GALVÃO, 2014, p.160).

O retorno para si trata-se de abandonar o estado subjetivo de descuido de si, ou o estado em que o sujeito detém-se a cuidar de coisas próximas a si, mas que não se refere a si mesmo. A vida, portanto, nessa perspectiva, se assemelharia a uma obra de arte, moldada, esculpida, o sujeito desenvolve um trabalho sobre si e a partir disso pode desenvolver focos de resistência aos mecanismos de dominação que pretendem normatizar os modos de vida dos sujeitos. Cria padrões para si, diferente das normatizações das relações sociais. A existência de transexuais e travestis pensada como reinvenção de si reitera a noção de multiplicidade atribuída a esses sujeitos e, nessa direção, tem-se a possibilidade de criação de novas formas de relacionamentos, de novos encontros. Muito em função da discriminação que sofrem em ambientes públicos, é comum que elas criem outros espaços de sociabilidade, de sensibilidade, de amizades, onde se sentem mais seguras e pertencentes.

Em decorrência disso, o sujeito pode ser considerado como foco de exercício de poder, à proporção que resiste a força coextensiva e contrária que tende a enquadrá-lo, uma vez que, ao tempo em que existem forças externas que insistem em dissolver esse sujeito, por outro lado, o sujeito teima em existir e se afirmar. Conseqüentemente, o sujeito está condicionado a uma série de representações que tenta circunscrever sua possibilidade de existir e insiste em dizer quem ele é, de modo que ele esquece ou despreza suas possibilidades de vir a ser e reproduz despropositadamente modos de assujeitamento. Nesse sentido, as travestis são investidas desse vir-a-ser, uma vez que, ao romperem com a norma binária do gênero, se despontam para inúmeras composições de possibilidades quanto ao gênero e a sexualidade.

As práticas de si têm como premissa alcançar a liberdade. Nessa mesma linha de raciocínio, ao tomar consciência de si, as transsexuais e travestis conduzem sua existência de

maneira diferente da condição anterior, em busca da transformação e redirecionam a subjetividade reflexiva para si e criam suas próprias vidas. Portanto, a partir da conquista desses momentos de liberdade, o sujeito passa a construir e a elaborar outros modelos de vida distintos na medida em que vai se apropriando de si e modificando a própria vida, trata-se de conceber esta como obra de arte a ser realizada, de tomar seus próprios direcionamentos e atitudes, esculpindo, assim, sua própria subjetividade na medida em que vai produzindo seu próprio estilo de vida, o que só pode ser concretizado mediante uma obra, um trabalho sobre si mesmo.

Concorda-se também com o fato de que existem sentidos, compartilhados social e historicamente, sobre o corpo, que se impõem sobre ele e prescreve o que é norma e desvio, de modo que determinadas práticas podem ratificar ou transpor esses sentidos já naturalizados. O corpo trans, esculpido a partir de um engenhoso trabalho, com a utilização de inovações tecno-cirúrgicas, possibilita experiências corporais além daquelas previstas pelas normativas binárias e heterossexuais que por muito tempo vigoraram na sociedade ocidental, portanto é um corpo que resiste. O corpo trans é um corpo potente, vivo, que a todo instante pode se reconstruir, se reestruturar. Sobre esse corpo, alguns autores (BENEDETTI, 2005; KULICK, 2008) apontam que é comum a ideia de que ele é inacabado e que, portanto, enseja ser totalmente destruído para se reconstruir. Ao se tratar da modificação tecno-semiológica do corpo, as transexuais e as travestis sempre se referem a algo incompleto, algo que necessita de intervenção e de cuidados contínuos.

Nessa direção, pode-se afirmar que a resistência ocorre através de experiências sociais e culturais que partem do questionamento das diversificadas formas de assujeitamento, inclusive a fôrma que se dá ao corpo. Desse modo, comprometidas com seus processos de transformação corporais-estético-existenciais, a população trans constrói uma ética que prioriza a criação de novos modos de existir, novas sociabilidades e novas subjetividades desejantes, libertárias e disruptivas. Essas experiências de liberdade, conforme observado, não estão relacionadas a inserção das transexuais e travestis em instituições sociais tradicionais que lutam por direitos sociais e políticos e por reconhecimento, trata-se de uma organização em torno de pautas específicas, que surgem através de práticas cotidianas, de dimensões criativas e participativas, de produções de vínculos político-comunitários que demandam capacidade “expressivo-criativa” (DUARTE & DE ASSIS CESAR, 2012, p.155) e o compartilhamento de novas formas de viver que não se relacionam com os modelos hegemônicos da vida social e política já instituídos, portanto, se configuram como práticas de resistência.

Em decorrência disso, a possibilidade de um novo olhar sobre si, desvinculado com a moral que as aprisionam e monosprezam, pode causar ruptura com modelos sociais impostos e com os modelos disciplinares, à medida em que propõe novas possibilidades de relacionamentos e encontros com o outro, com os pares, e descartar os modelos individualizantes e competitivos de produção de subjetividades. Ao tirar o foco da noção de sujeito de direito e das rígidas identidades sociais, consoante Duarte e De Assis Cesar (2012), autonomizam-se os sujeitos e seu potencial criativo em relação as abordagens jurídicas e normativas.

Uma arte da existência, aos moldes propostos por Foucault, torna-se possível, a medida em que as imposições identitárias e as representações sociais dão lugar aos devires e as possibilidades de invenção de si mesmo a partir de multiplicidades, a exemplo da transposição do binarismo de gênero. É necessário romper com determinadas relações sociais pautadas em normatizações que reiteradamente reforçam preconceitos e discriminações de grupos já inferiorizados, vulnerabilizados e invisibilizados.

A recusa dos modelos de corpos, identidades e subjetividades pré-estabelecidos é uma das propostas da composição da estética da existência e Miskolci (2006) nos chama atenção para a dupla dos modelos de identidade: hegemônicos e marginais, uma vez que eles são interdependentes e não se trata de escolher um dos dois pólos, pois ambos prendem os sujeitos no mesmo jogo de poder, em vista disso, o autor sugere a “transgressão do dispositivo de sexualidade vigente” (p. 690), para compor algo diferente do que aí está, de modo que a proposta da estética da existência estaria mais condizente com a transgressão da heteronormatividade e demais modelos relacionais normatizados, o que demanda, por exemplo, desenraizamento e rejeição de modelos dicotomizados de masculino e feminino, corpo e subjetividade.

Algumas considerações finais ou “Vou lembrando a Revolução, mas há fronteiras nos jardins da razão”

A modernidade e o endeusamento da razão prevê o raciocínio prospectivo, a calculabilidade e o trabalho produtivo como importantes perspectivas de subjetivação do sujeito em busca do reconhecimento social. Em contraponto, a perspectiva decolonial critica a racionalidade moderna e convoca os intelectuais-ativistas do eixo sul a fazerem uma ruptura na construção de conhecimento, para que estes sejam mais contextualizados e levem em consideração conhecimentos interseccionais, como os relacionados a questões étnico-raciais e

de gênero e sexualidade. Assim, é possível pensar um modo de resistência que escape à captura ascética e regulatória dos corpos e encoraje a potência da vida em contextos da diferença.

Sem dúvida existe um potencial de transgressão, de experimentação e inventividade de si e dos outros na dissidência, nos considerados socialmente como anormais, no entanto, existe uma possibilidade de captura desses modos de vida pelo capital, pelo mercado, pelo consumo, como ocorre atualmente com a indústria fonográfica e literária, por exemplo, com algumas transexuais e travestis, o que pode levar esse potencial a um (re)enquadramento às normas sociais vigentes.

Para Butler (2017), faz-se necessário uma nova ontologia corporal em que os sujeitos que vivem enquadrados, aqueles cuja existência social é marcada pelo terror, compreendam por que algumas vidas são passíveis de luto e outras não e como é possível erigir enquadramentos que valoram algumas vidas em detrimento de outras, a fim de que possam ampliar as reivindicações sobre os direitos à proteção e o direito à vida. Contrapondo-se a uma violência entranhada nas estruturas dos sistemas de poder, de modo que, mesmo em períodos em que não se tem práticas violentas explícitas, ela anda ali, à espreita, como uma espécie de “reserva argumentativa” (MBEMBE, 2016) que justifica o aprimoramento de tecnologias repressivas, para conter uma possível ameaça da ordem social.

No mesmo sentido, é possível enxergar um agravamento das manifestações de violência direcionadas a população trans, seja pela reposta truculenta do Estado de criminalização da pobreza, seja pelo recrudescimento do conservadorismo e dos fundamentalismos religiosos em diversas partes do mundo. A potencialização da violência, nos chama atenção Butler (2017), parte da percepção de situações vulneráveis a que estão expostos grupos de vidas precárias que despertam o desejo de eliminá-los. Nesse âmbito, a pretensão do necropoder de atuar sobre espaços subalternizados e corpos considerados dispensáveis, parte da certeza incontestada de que não haverá resistência, já que a morte simbólica desses corpos já foi anunciada. No entanto, Jota Mombaça, ativista queer, revida a essa premissa afirmando que “eles virão para nos matar, porque não sabem que somos imorríveis” (MOMBAÇA, 2017, p. 21) e apresenta a possibilidade dos corpos queer de servirem como exemplo de como usar as noções de anormalidade e abjeção enquanto ferramentas de afirmação política.

Por fim, o corpo pode ser considerado como lócus de opressão, bem como lócus resistência. Os corpos trans, especificamente, em busca de sua ressignificação, insubordinam-se às engrenagens de produção da identidade sexual, não obstante, a necessidade de controle e regulação que define a normalidade e a anormalidade.



REFERÊNCIAS

AGANBEM, Giorgio. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Humanitas, 2010.

BARBOSA, B. C. **Doidas e putas**: usos das categorias travesti e transexual. Sexualidad, Salud y Sociedad. Revista Latinoamericana. Rio de Janeiro, n.14, p.352-379, ago., 2013.

BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro** – dois tempos de uma história. Rio de Janeiro : Revan, 2003.

BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro : Garamond, 2000.

BENTO, Berenice. **A (re)invenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond/CLAM, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo :Edusp,1998.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Quadros de Guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CARAVACA-MORERA, Jaime Alonso; PADILHA, Maria Itayra. Necropolítica trans: diálogos sobre dispositivos de poder, morte e invisibilização na contemporaneidade. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 27, n. 2, 2018.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana RB. " Tá lá o corpo estendido no chão...": a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. **Physis: revista de saúde coletiva**, 2006, 16: 233-249.

DE SOUZA, Daniel Cerdeira, et al. Assassinatos de LGBT's no brasil—uma análise de literatura entre 2010-2017. **Revista Periódicus**, 2018, 1.10: 24-39.

DUARTE, André; DE ASSIS CÉSAR, Maria Rita. Estética da existência como política da vida em comum: Foucault e o conceito de comunidades plurais. **O que nos faz pensar**, 2012, 21.31: 153-173.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Ditos e Escritos, V**: Ética, Sexualidade, Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

GALVÃO, Bruno Abilio. A ética em Michel Foucault: do cuidado de si à estética da existência. **Intuitio**, 2014, 7.1: 157-168.



GUIMARÃES, Cristian Fabiano, et al. Assassinatos de Travestis e Transexuais no Rio Grande do Sul: crimes pautados em gênero?. **Athenea digital: revista de pensamento y investigación social**. Barcelona. Vol. 13, n. 2 (jul. 2013), p. 219-227, 2013.

JAYME, J. Travestis, transformistas, drag-queens, transexuais: montando corpo, pessoa, identidade e gênero. Castro, A.(Org.). **Cultura contemporânea, identidades e sociabilidades: olhares sobre corpo, mídia e novas tecnologias [online]**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

KULICK, Dom. **Travesti**: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro : Editora Fiocruz, 2008.

LEITE JÚNIOR., J. **Nossos corpos também mudam** – sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUC, São Paulo, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. Teoria Queer: Uma Política Pós-Identitária para a Educação. In: **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: IFCH, V.9, n.2, 2001.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Artes e Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, dez. 2016.

MEDEIROS, Ettore Stefani. Necropolítica tropical em tempos pró-Bolsonaro: desafios contemporâneos de combate aos crimes de ódio LGBTfóbicos. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, 2019.

MISKOLCI, Richard. Corpos elétricos: do assujeitamento à estética da existência. **Revista Estudos Feministas**, 2006, 14.3: 681.

MOMBAÇA, Jota. O mundo é meu trauma. **PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, número 11, página 20 - 25, 2017.

OLIVEIRA, Dennis. A violência estrutural na América Latina na lógica do sistema da necropolítica e da colonialidade do poder. **Revista Extraprensa**, 2018, 11.2: 39-57.

PEIXOTO, Valdenízia Bento. Violência contra LGBTs : premissas históricas da violação no Brasil. **Revista Periódicus**, Salvador, n. 8, v. 1, nov. 2017 – abr. 2018. P. 07-23.

SANTOS, D. **Cartografias da Transexualidade** : a experiência escolar e outras tramas. Dissertação (mestrado), UFPR, Curitiba, 2010.

SILVA, Hélio Raimundo Santos. **Travestis**: entre o espelho e a rua. Rocco, 2007.

SOUZA, Jessé. **A construção Social da subcidadania** – Para uma sociologia Política da Modernidade Periférica, Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro : IUPERJ, 2003



PERES, Willian Siqueira. Dissidências Existenciais de Gênero: resistências e enfrentamentos ao biopoder. **Revista de Psicologia Política**. vol.11, n.22, P. 261-277, São Paulo, dezembro, 2011.

TEIXEIRA, Adriana Melo; MORAIS, Francisco José da Silva Nóbrega; TEIXEIRA, Marileide Pereira Martins. **Transexualidade e travestilidade na Saúde**. In: BRASIL. Transexualidade e Travestilidade na Saúde. Brasília : Ministério da Saúde, 2015.